



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDUARDO DOS SANTOS CHAVES

MULHERES DE DIREITA NO SUL E NO NORDESTE DO BRASIL:
APOIO À DITADURA E AÇÃO POLÍTICA (1964-1985)

FLORIANÓPOLIS, SC
2025

EDUARDO DOS SANTOS CHAVES

MULHERES DE DIREITA NO SUL E NO NORDESTE DO BRASIL:
APOIO À DITADURA E AÇÃO POLÍTICA (1964-1985)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Santa
Catarina (PPGH-UFSC) como requisito parcial
para obtenção do título de doutor em História.

Área de concentração: História Global

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

FLORIANÓPOLIS, SC
2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Chaves, Eduardo dos Santos
Mulheres de direita no Sul e no Nordeste do Brasil:
apoio à ditadura e ação política (1964-1985) / Eduardo dos
Santos Chaves ; orientadora, Cristina Scheibe Wolff, 2025.
312 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. História. 2. História das mulheres. 3. Mulheres de
direita . 4. Ditadura civil-militar. 5. Cultura política .
I. Wolff, Cristina Scheibe. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III.
Título.

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Disponível em: <<https://ficha.bu.ufsc.br>>. Dados inseridos pelo próprio autor.

EDUARDO DOS SANTOS CHAVES

**MULHERES DE DIREITA NO SUL E NO NORDESTE DO BRASIL:
APOIO À DITADURA E AÇÃO POLÍTICA (1964-1985)**

O presente trabalho de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 5 de setembro de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

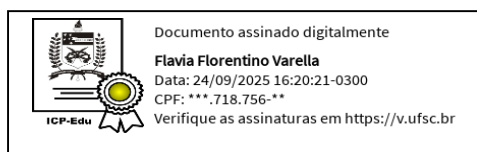
Profa. Cristina Scheibe Wolff, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Joana Maria Pedro, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

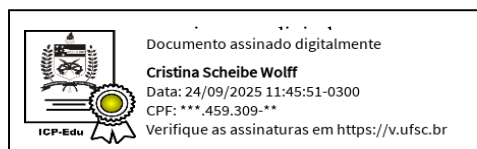
Profa. Janaína Martins Cordeiro, Dra.
Universidade Federal Fluminense

Profa. Ana Paula Vosne Martins, Dra.
Universidade Federal do Paraná

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em História.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Orientadora: Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

Florianópolis, 2025.

Para minha avó Josefina Maria Sá (*in memoriam*)

Para minha mãe Joselia dos Santos Chaves

Para as minhas tias Joilma (*in memoriam*), Josane, Josiete, Maria Claudia e Anair

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado não teria iniciado sem os incentivos da Profa. Dra. Eloisa Capovilla da Luz Ramos, a “Elô”, no início dos anos 2000, quando eu ainda cursava a graduação em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Na ocasião, Eloisa me apresentou um encarte da *Revista Seleções*, de 1964, e disse-me sobre a importância de se pesquisar os grupos de mulheres que tomaram às ruas do país nos anos 1960.

Agradeço enormemente ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que me concedeu o afastamento de três anos para a realização desta pesquisa; aos meus colegas de trabalho que reconhecem a importância desta tese para a historiografia brasileira; e aos meus alunos que foram pacientes ao me escutar durante as aulas falando sobre a escrita final desta tese.

Sou grato à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC) e ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), que me acolheram e oportunizaram que eu desenvolvesse este trabalho. Agradeço enormemente à minha orientadora, a Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff, que acreditou na minha pesquisa e no quanto ela contribui com os estudos sobre a história das mulheres e a história das direitas brasileiras. Agradeço aos professores do curso, especialmente à Profa. Dra. Joana Maria Pedro, pelas observações acerca do projeto da tese e pelas excelentes discussões que tivemos em disciplinas e grupos de estudos; e aos meus colegas Leonardo Martinelli, o “Leo”, e Maria Cecília Takayama Koerich, a “Ceci”, pelas risadas em momentos tão difíceis como foram àqueles anos de pandemia.

Gostaria de agradecer à Coordenação Geral de Estudos da História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco (CEHIBRA/FUNDAJ), pela disponibilização de algumas de suas entrevistas com militantes da Cruzada Democrática Feminina (CDF); e ao Núcleo Amigos da Terra Brasil (NAT), pela oportunidade em poder pesquisar no Centro de Documentação Magda Renner (CDMR), de maneira especial à coordenadora do NAT, Lucia Ortiz, que compreendeu a importância da pesquisa histórica. Agradeço igualmente à Ana Maria Haensel Schmitt, que me concedeu um conjunto importante de documentos de Ecilda Gomes Haensel, uma das fundadoras da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), o qual denominei de Arquivo Pessoal Ecilda Gomes Haensel (APEGH).

Sou extremamente grato às minhas amigas do coração, Daniela de Campos, a “Dani”, e Maria Cláudia Moraes Leite, a “Clau”. Elas foram grandes incentivadoras e fundamentais em todas as etapas deste trabalho. Quero também agradecer aos amigos Telma Almeida, Angelita Lopes de Moura, Homero Melo, Paulo Taufer, Deusa Maria de Sousa e Valéria Dorneles Fernandes. Por

último, agradeço à minha família, aos meus pais, às minhas irmãs e às minhas tias, que acreditaram que um dia eu chegaria aqui. Agradeço especialmente ao meu companheiro, Ilson Roberto Librenza, o “alemão”, que foi paciente comigo em todos os momentos deste trabalho.

RESUMO

A presente tese de doutorado analisou o comportamento de dois grupos cívicos femininos de direita durante a ditadura civil-militar — a Cruzada Democrática Feminina (CDF), de Recife, Pernambuco, e a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), de Porto Alegre, Rio Grande do Sul —, extrapolando o período abordado pela maior parte das análises até hoje feitas. O objetivo principal deste trabalho foi verificar de que maneira essas duas organizações, com base em suas inúmeras ações políticas, contribuíram para a legitimidade do regime ditatorial, ou seja, de que forma suas iniciativas forneceram elementos para a construção social da ditadura, assegurando respeitabilidade a seus governos e longevidade ao regime. A pesquisa aponta que se o grupo pernambucano teve um comportamento adesista ao regime, mesmo diante de cisões que marcaram a entidade a partir de 1977, o mesmo não pode ser dito em relação à ADFG. Observa-se que, a partir de 1972, a organização gaúcha, ao adentrar intensamente em discussões originalmente diferentes das suas, como a ecologia, foi levada cada vez mais a atuar por meio das acomodações em relação ao regime ditatorial, o que não implicou rompimento. Portanto, percebe-se que os dois grupos cívicos femininos e a ditadura trabalharam em conjunto, costurando políticas para o país, porém sem a imposição de demandas específicas a nenhuma das partes envolvidas nessa complexa relação. Isto é, tanto as pautas quanto as ações políticas construídas pelas mulheres de direita observavam limites ao tratarem com o regime, e, da mesma forma, a ditadura sabia da necessidade de contar com o apoio dos grupos femininos e, portanto, esforçou-se para tê-los ao seu lado.

Palavras-chave: Direitas. Mulheres. Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

This doctoral thesis analyzed the behavior of two right-wing female civic groups during the civil-military dictatorship — the Cruzada Democrática Feminina (CDF), from Recife, Pernambuco, and the Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), from Porto Alegre, Rio Grande do Sul — , going beyond the period covered by most analyses carried out to date. The main objective of this work was to verify how these two organizations, based on their numerous political actions, contributed to the legitimacy of the dictatorial regime, that is, how their initiatives provided elements for the social construction of the dictatorship, ensuring respectability for their governments and longevity for the regime. The research indicates that while the Pernambuco group tended to adhere to the regime, even in the face of splits that marked the organization from 1977 onward, the same cannot be said of the ADFG. It is observed that, starting in 1972, the Rio Grande do Sul organization, by intensely engaging in discussions originally distinct from its own, such as ecology, was increasingly led to act through accommodations to the dictatorial regime, which did not imply a break. Therefore, it is clear that the two women's civic groups and the dictatorship worked together, crafting policies for the country, but without imposing specific demands on either party involved in this complex relationship. That is, both the agendas and political actions developed by right-wing women observed limits when dealing with the regime, and, similarly, the dictatorship knew the need to count on the support of women's groups and, therefore, worked hard to have them on its side.

Keywords: Rights. Women. Civil-military dictatorship

SUMÁRIO

Acervos consultados.....	10
Lista de abreviaturas	11
Lista de figuras.....	14
INTRODUÇÃO	15
Arquivos e fontes.....	22
Questões teóricas	31
Os capítulos	34
Capítulo 1 — História e historiografia sobre as organizações cívicas femininas.....	38
1.1 As mulheres como “massa de manobra”	38
1.2 As mulheres com “autonomia”	44
Capítulo 2 — Cruzada Democrática Feminina (CDF)	58
2.1. As origens da “Cruzada”	58
2.1.2. A Marcha do dia 6 de março	60
2.1.3. A fundação da CDF.....	66
2.1.4. As associadas.....	69
2.1.5. As primeiras ações da CDF	75
2.2. A CDF durante a ditadura civil-militar	77
2.2.1. Pernambucanas na rua: A Marcha da Família com Deus pela Liberdade de Recife	78
2.2.2. A “vigilância” anticomunista da CDF.....	83
2.2.3. “Cuba Libre”: a Cruzada e o caso Nélida Garmendia.....	94
2.2.4. Homenagens aos generais-presidentes.....	99
2.2.5. As denúncias das arbitrariedades e apoio da CDF ao regime	104
2.2.6. As Celebrações da Marcha do dia 6 e os aniversários da CDF.....	108
2.2.7. Cisão na CDF.....	115
2.2.8. O fim da CDF.....	119
Capítulo 3 — Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG)	123
3.1. O surgimento da ADFG	124
3.2. A estrutura da ADFG	136
3.4. Colaboradores e financiadores	163
3.5. A ADFG e o apoio à ditadura (1964-1974)	173
3.5.1. A Marcha de Porto Alegre: a celebração da “Revolução” e a homenagem a Castelo Branco.....	174
3.5.2. Homenagens à “Revolução” e aos generais-presidentes.....	180
3.5.3. As relações entre a ADFG e os grupos cívicos femininos durante a ditadura.....	191
3.5.4. As atividades educativas e assistenciais.....	199

3.5.4.1. Ações Cívicas	200
3.5.4.2. Clubes de Mães	211
3.5.4.3. Bolsas de Estudos	216
3.6. A ADFG, a ecologia e a ditadura.....	221
3.6.1. Lutas e campanhas da ADFG durante a ditadura (1975-1985)	231
Considerações finais.....	261
REFERÊNCIAS	266
Fontes	266
Bibliografia.....	266
ANEXOS	277
APÊNDICES.....	301

Acervos consultados

Acervos físicos

CDMR — Centro de Documentação Magda Renner (Porto Alegre/RS)

APEGH — Arquivo Pessoal Ecilda Gomes Haensel

APRZ — Arquivo Pessoal Renée Zanenga

Acervos digitais — *online*

ADAM — Acervo Digital Aramis Millarch

CEHIBRA/FUNDAJ — Coordenação Geral de Estudos da História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco

FS — Family Search

HDB-BN — Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional

MLRS — Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul

SIAN — Sistema de Informações do Arquivo Nacional

Lista de abreviaturas

ACOPA — Associação Comercial do Paraná
ACPA — Associação Comercial de Porto Alegre
ADESG — Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADFG — Ação Democrática Feminina Gaúcha
ADURGS — Associação de Diplomadas Universitárias do Rio Grande do Sul
AGAPAN — Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AI — Ato Institucional
ALEPE — Assembleia Legislativa de Pernambuco
ALRS — Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
AMAPAN — Associação Amazonense de Proteção ao Ambiente Natural
AN — Arquivo Nacional
ANAÍ — Associação Nacional de Apoio ao Índio
AND — Ação Nacionalista Democrática
ARCA — Amostra de Realizações Comunitárias e Assistenciais
ARENA — Aliança Renovadora Nacional
ASCAR — Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural do Rio Grande do Sul
ATBR — Amigos da Terra Brasil
BNH — Banco Nacional de Habitação
CAMDE — Campanha da Mulher pela Democracia
CBA-RS — Comitê Brasileiro pela Anistia, seção do Rio Grande do Sul
CDF — Cruzada Democrática Feminina
CDFP — Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco
CEA — Conselho de Entidades Assistenciais
CEBs — Comunidades Eclesiais de Base
CEC — Campanha para a Educação Cívica
CEEF — Conselho Estadual de Entidades Femininas
CGM — Conselho Geral de Clube de Mães
CIPP — Centro de Instrução Pré-Profissional
CISA — Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CMD — Cruzada da Mulher Democrata
CMG — Cruzada das Mulheres Gaúchas
CNSS — Conselho Nacional de Serviço Social

DHB — Direções Hidráulicas do Brasil Componentes Automotivos S.A.
DLP — Departamento de Limpeza Pública
DMAE — Departamento Municipal de Água e Esgotos
DSI — Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça
ECEME — Escola de Comando e Estado Maior do Exército
FEDERASUL — Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul
FIERGS — Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FoEI — Friends of the Earth
IAA — Instituto do Açúcar e do Alcool
IARGS — Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul
IBAD — Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPÊS — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JEC — Juventude Estudantil Católica
JUC — Juventude Universitária Católica
LBA — Legião Brasileira de Assistência
LDN — Liga de Defesa Nacional
LFCC — Liga Feminina de Combate ao Câncer
LIMDE — Liga da Mulher Democrata
MAF — Movimento de Arregimentação Feminina
MCMC — Movimento Cívico da Mulher Cearense
MDB — Movimento Democrático Brasileiro
MFC — Movimento Familiar Cristão
MFL — Movimento Feminino pela Liberdade
OAB — Ordem dos Advogados do Brasil
PAN — Pesticide Action Network International
PCB — Partido Comunista do Brasil
PDC — Partido Democrata Cristão
PDT — Partido Democrático Trabalhista
PEDJ — Parque Estadual do Delta do Jacuí
PRP — Partido da Representação Popular
PSD — Partido Social Democrático
PST — Partido Social Trabalhista

PTB — Partido Trabalhista Brasileiro

PUCRS — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SAPT — Sociedade dos Amigos da Praia de Torres

SARGS — Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

SECRS — Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

SEMA — Secretaria Especial do Meio Ambiente

SESC — Serviço Social do Comércio

SESI — Serviço Social da Indústria

SNI — Serviço Nacional de Informações

SOGIPA — Sociedade de Ginástica de Porto Alegre

SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TFP — Tradição Família e Propriedade

UCF — União Cívica Feminina

UCFP — União Cívica Feminina Paranaense

UDN — União Democrática Nacional

UDR — União Democrática Ruralista

UFRGS — Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UP — Unidade Popular

Lista de figuras

Figura 1 — Marcha do Dia 6

Figura 2 — Organograma da Cruzada Democrática Feminina (CDF)

Figura 3 — Cartaz da Marcha da Família com Deus pela Liberdade de Recife

Figura 4 — Marcha da Família com Deus pela Liberdade de Recife

Figura 5 — 5º Aniversário da Marcha da Mulher Pernambucana

Figura 6 — Curso “Educando para a Democracia”, em Lajeado (RS), em 1964

Figura 7 — Cerimônia de posse da 1ª diretoria da ADFG

Figura 8 — Organograma da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG)

Figura 9 — Reunião de Diretoria da ADFG, março de 1971

Figura 11 — Visita de Castelo Branco ao Rio Grande do Sul

Figura 12 — ADFG homenageia Castelo Branco

Figura 13 — Folheto da “Campanha em defesa dos detergentes biodegradáveis”

INTRODUÇÃO¹

Em 24 de janeiro de 1986 o jornalista Aramis Millarch² publicou no jornal *O Estado do Paraná* um artigo intitulado “As marchadeiras e a ‘revolução’ de 1964”³. O texto fazia referência ao então recente livro da cientista política Solange de Deus Simões (1985), intitulado *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*, no qual a autora mapeou as inúmeras organizações de mulheres de direita que surgiram no Brasil na primeira metade da década de 1960. Numa espécie de resenha, sem maiores compromissos acadêmicos, Millarch dizia que 22 anos depois dos acontecimentos de 1964 algumas das mulheres que perfilaram as entidades da época sentiram-se aliviadas ao não verem seus nomes mencionados por Solange:

Poderia, em outros tempos, ser motivo de frustração. Hoje, com os ventos da Nova República e ascensão das esquerdas no poder, até que muitas senhoras que entre 1963/64 faziam tremular faixas de protesto ao governo João Goulart nas enfurecidas “Marchas com Deus Pela Democracia”, *devem estar respirando tranquilas ao folbear as 180 páginas de “Deus, Pátria e Família”, de Solange de Deus Simões [...] e não encontrarem citações de seus nomes*⁴ [grifos meus].

De certa forma, Millarch cobrava de Solange o silêncio a respeito do percurso das paranaenses da União Cívica Feminina (UCF), grupo de mulheres que surgiu em São Paulo no início da década de 1960, e que, com o passar do tempo, se espalhou por diversas cidades do Paraná. Certamente não foi intenção de Solange esconder e/ou silenciar sobre a UCF: seu estudo, afinal, baseado na documentação disponível à época, dispunha de poucos dados acerca das mulheres paranaenses da UCF. Entretanto, sabe-se que, 22 anos depois, elas, as ex-sócias da UCF, não queriam figurar entre aqueles que golpearam a democracia em 1964 e apoiaram a ditadura civil-militar. Eram novos tempos, tempos de restabelecimento do regime democrático, em que era preciso aparecer como se, desde sempre, fossem defensoras das liberdades, contra a tirania e os arbítrios de uma ditadura. Como lembrou Daniel Aarão Reis (2004, p. 5), naquele momento eram poucos os que se reconheciam ou que desejavam ser identificados com a ditadura.

¹ Este trabalho, adequando-se às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 14724:2011, NBR 10520:2023 e NBR 6023:2018, optou, de modo a zelar pela clareza e pela fluidez de sua leitura, por manter em nota de rodapé as informações sobre a origem de dados citados que tenham sido obtidos por meio da pesquisa de acervos e de fontes primárias (NBR 6023:2018). Já as citações relacionadas às referências bibliográficas padrão seguem a padronização por lista de referências (NBR 10520:2023; NBR 6023:2018).

² Aramis Millarch (1943-1992) foi jornalista e atuou como crítico de música e cinema em diferentes jornais do Paraná.

³ Acervo Digital Aramis Millarch (ADAM). “As marchadeiras e a ‘revolução’ de 1964”. *O Estado do Paraná* (PR), 24 jan. 1986, p. 13.

⁴ *Ibid.*, p. 13.

Sete anos antes, no final do mês de agosto de 1979, *O Pasquim* publicou o texto “Mulheres no supermercado: com Deus pela carne”⁵, da jornalista Heloneida Studart⁶. O pequeno texto, assim como boa parte do periódico, fazia fortes críticas à ditadura, e nesse caso, à crise econômica pela qual o país atravessava. Studart defendia que o supermercado era o “verdadeiro termômetro” da situação econômica, e que permanecia como espaço negligenciado pela intelectualidade. No artigo, a jornalista oferecia aos leitores trechos de quatro depoimentos coletados entre mulheres que frequentavam os supermercados da cidade do Rio de Janeiro, sendo dois deles de “marchadeiras”. Segundo ela, a expressão referia-se às senhoras que marcharam em 1964 com Deus, pela democracia, e que agora “[...] estavam na fila; sem Deus e sem democracia”⁷. Em tom de sátira, as “marchadeiras” criadas e descritas por Heloneida aparecem como mulheres perplexas e decepcionadas, que não compreendiam muito bem o que havia se passado em mais de 20 anos, afinal achavam que tivessem eliminado o “perigo comunista” em 1964 e colocado o país nos trilhos do desenvolvimento.

Uma delas era Isabel, paulistana residente no Rio de Janeiro desde 1966. Pelo depoimento, Isabel realizou diversos cursos ofertados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) em São Paulo, sendo, inclusive, oferecida a ela uma bolsa de estudos nos Estados Unidos, que não foi aceita porque seu marido não permitiu que ela deixasse o país. Segundo Isabel, ele teria dito que “lugar de dona de casa de respeito é em seu lar”. No relato, ela afirmou que participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, conseguindo mobilizar algumas de suas amigas para que participassem dessa manifestação, contrária ao governo da época, até que, em 31 de março:

[...] o presidente foi para o beleléu, eu tirei minha aliança do dedo e dei praquela campanha do “ouro pro Brasil”, uma das que iam salvar nossa querida pátria já salva do janguismo. *Aí, não deu mais para entender*. Por que a Igreja vive reclamando direitos humanos? Por que tem um assaltante em cada esquina? Por que meu filho caçula que nunca leu um livro ruim – os livros ruins foram queimados – deu para maconheiro? Por que a carne centuplicou o preço e até eu – mulher de bacharel – estou na fila? *Acho que estamos no comunismo. Tenho certeza de que o comunismo é isso: filas, a família destruída, o maior perigo em cada esquina*. E o tomate, vocês viram o preço do tomate?⁸[grifos meus].

Heloneida caracteriza as “marchadeiras” como mulheres que, embora reclamassem do alto custo de vida, permaneciam envoltas nos antigos preceitos anticomunistas de outrora, sem compreender que a crise econômica era de responsabilidade da ditadura pela qual o país havia

⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres no supermercado: com Deus pela carne”. *O Pasquim* (RJ), 24 a 30 ago. 1979, p. 20.

⁶Heloneida Studart (1932-2007) foi escritora, jornalista e política brasileira. Para maiores informações, ver: *Diccionario biográfico de las izquierdas latinoamericanas*. Verbete “Studart, Heloneida”. Disponível em: <https://diccionario.cedinci.org/studart-heloneida/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres no supermercado: com Deus pela carne”. *O Pasquim* (RJ), 24 a 30 ago. 1979, p. 20.

⁸*Ibid.*, p. 20.

mergulhado. Assim, elas apareciam no texto da jornalista como seres alienados, desconexos do mundo, e que, mesmo diante da gravidade do problema econômico, não conseguiam compreender o porquê dos altos preços dos alimentos nos supermercados.

As duas matérias, apesar de escritas em momentos distintos, reverberam a maneira pela qual as “marchadeiras”, as mulheres de direita organizadas nos anos 1960, foram e/ou quiseram ser vistas desde a segunda metade dos anos 1970: mulheres em completa dissintonia com a realidade brasileira, no caso de *O Pasquim*, e/ou como quem não queria aparecer entre aqueles que golpearam a democracia em 1964, como consta no texto do jornal *O Estado do Paraná* (PR).

Essas reportagens são reflexos da memória social construída a partir da segunda metade dos anos 1970, na qual sociedade e ditadura teriam sido elementos completamente estranhos um ao outro, que se repeliram desde sempre. Pode-se dizer que essa memória hegemônica consolidou-se após a Lei de Anistia de 1979⁹, e, por sua vez, operacionalizou uma narrativa na qual sociedade e ditadura foram polos opostos, estranhos (Napolitano, 2015, p. 17). Era como se a ditadura, exclusivamente sustentada por militares, tivesse de repente recaído sobre o país, sem ter contado com o apoio de parcelas da população. Segundo Daniel Aarão Reis (2004, p. 45), nesse processo de construção da memória social após 1979, “[...] a nação foi se metamorfoseando. Ali já não havia mais partidários da ditadura, e todos eram convictos democratas”.

No caso do jornal *O Pasquim* (RJ), ao aparecerem como “alienadas”, tais mulheres passam a corresponder aos anseios da memória que vitimiza parte da sociedade — sociedade essa que acompanhou não somente o golpe de 1964, como o próprio regime. Já o que indica o texto de Heloneida, as “marchadeiras” teriam cumprido suas funções na desestabilização do governo João Goulart, afirmando que, posteriormente, “[...] não deu mais para entender” o que se passava no país¹⁰. A intenção foi caracterizá-las como “inocentes úteis”, “massa de manobra”, sem convicções políticas próprias, sem autonomia e sem agência¹¹.

A própria expressão “marchadeiras”, largamente utilizada pela imprensa para se referir a essas mulheres, acaba por reverberar dois aspectos da memória social sobre a ditadura. O primeiro é o sentido pejorativo da expressão, que naquele contexto em que as reportagens foram publicadas, como já foi dito, as apresentavam como mulheres em desarmonia com a realidade, dessintonizadas do mundo, uma vez que ainda cultivavam os mesmos princípios anticomunistas

⁹Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm. Acesso em: 21 mar. 2022.

¹⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres no supermercado: com Deus pela carne”. *O Pasquim* (RJ), 24 a 30 ago. 1979, p. 20.

¹¹A utilização do termo “agência” neste trabalho está relacionada às noções de intenção, de ação e de criação de sujeitos situados socialmente, em contextos históricos referidos. Nesse sentido, assim como aponta Sherry Ortner (2007), compreendo que agência envolve escolha, projeto, intenção e poder.

de anos atrás, como fica evidente no texto de Heloneida. O segundo aspecto referente ao uso da expressão “marchadeiras” está ligado ao silêncio e/ou esquecimento a respeito das trajetórias dos grupos cívicos femininos para além das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. A utilização do termo acaba, portanto, encobrindo a multiplicidade de ações das mulheres de direita durante a ditadura, dando a entender o desaparecimento das entidades logo após o golpe de 1964.

Contudo, diferentemente de Heloneida, Aramis Millarch não endossou a memória que silenciava as cumplicidades entre sociedade e ditadura. Pelo contrário, na necessidade de apontar para o histórico de mulheres que, em outros momentos, atuaram para a derrocada da democracia em 1964 e a legitimidade da ditadura. Portanto, indiretamente, ao “cobrar” Solange pelo não aparecimento das mulheres paranaenses em sua obra, sinalizava o silêncio/esquecimento da memória social a respeito das complexas relações entre ditadura e sociedade. Assim como as paranaenses, outras organizações de mulheres de direita sentiram-se aliviadas ao não verem seus nomes no texto de Solange. Muitas não queriam ser lembradas daquela forma, realizando marchas, prestando reverência aos militares, apoiando medidas arbitrárias. Por isso, sentiram-se tranquilizadas, preferindo o silêncio e o esquecimento.

Todavia, é fundamental perguntar: todas as organizações desse tipo preferiram, a partir de algum momento de seu percurso, o silêncio/esquecimento, em detrimento da lembrança? Ou houve também entidades que, diferentemente, assumiram até o final de suas trajetórias posições de adesão à ditadura? De qualquer forma, é preciso inquirir, também, como se efetivou o apoio/adesão, afinal, se esses grupos de mulheres não desapareceram após o golpe de 1964, e de que maneira agiram ao longo dos 21 anos de ditadura.

Para tratar desses aspectos, a presente tese de doutorado analisou o comportamento de dois grupos cívicos femininos de direita¹² sob a ditadura civil-militar — a Cruzada Democrática Feminina (CDF) e a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG)—, extrapolando o período abordado pela maior parte das análises feitas até o momento sobre o tema¹³. O objetivo principal

¹²No que diz respeito à categoria “direita”, para a sua compreensão nesta tese, defendo o emprego da dicotomia esquerda/direita utilizadas na obra *“Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política”*, de Norberto Bobbio (2011). Entendo que a atualidade de Bobbio se faz presente ao apontar que as categorias esquerda e direita “[...] indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade” (Bobbio, 2011, p. 51). Para Bobbio, as direitas, diferentemente das esquerdas, defendem que as desigualdades são naturais e, portanto, não elimináveis. Seguindo as proposições de Bobbio, podemos inferir que a própria luta contra a esquerda ajuda, em certa medida, a estabelecer os contornos das direitas, pois é no “combate” contra o “inimigo” e/ou “adversário” que esse segmento se institucionaliza dentro campo político.

¹³A escolha desses dois grupos deu-se por duas razões: a primeira diz respeito ao acesso às fontes, que, por sua vez, me permitiram percorrer o histórico de algumas dessas entidades, em detrimento de outras, durante o regime; e a segunda está relacionada à historiografia sobre essas organizações e aos poucos trabalhos que discutem suas trajetórias durante a ditadura. Sobre este aspecto, ver: CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; MARTINS, Ana Paula Vosne. *Faces femininas do conservadorismo: filantropas e feministas brasileiras no começo do século XX*. Teresina:

do trabalho foi verificar de que maneira essas duas organizações, com base em suas inúmeras ações políticas, contribuíram para a legitimidade da ditadura civil-militar. Ou seja, de que forma suas iniciativas forneceram elementos para a construção social da ditadura, assegurando respeitabilidade a seus governos e longevidade ao regime. Acredito que os grupos cívicos femininos e a ditadura trabalharam em conjunto, costurando políticas para o país, sem a imposição de demandas específicas a nenhuma das partes envolvidas nessa complexa relação. Isto é, tanto as pautas quanto as ações políticas construídas pelas mulheres de direita observavam limites ao tratarem com o regime, e, da mesma forma, a ditadura sabia da necessidade de contar com o apoio dos grupos femininos e, portanto, esforçou-se para tê-los ao seu lado. Isso pode ser notado, inclusive, nos momentos em que um dos grupos, a ADFG, passou a se comportar muito mais por meio das acomodações. Era nessa complexa relação que se buscava legitimidade para a ditadura civil-militar. A legitimidade é vista aqui como a presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a adesão ao regime político estabelecido (Levi, 1998, p. 675).

Percorreu-se o histórico dessas organizações, examinando, primeiramente, o modo pelo qual essas mulheres apoiavam a ditadura civil-militar, e, mais do que isso, como fizeram, mesmo que indiretamente, parte do regime. Após, em segundo lugar, avaliou-se como os comportamentos desses grupos, mesmo a partir da adesão à ditadura, modificaram-se ao longo dos anos. Em relação à primeira questão, defendo que a postura adesista, de apoio ao regime, refletia um conjunto de anseios e expectativas que mobilizaram esses grupos, bem como de ações políticas concretas que possibilitaram a permanência dessa adesão ao longo do tempo. Portanto, a adesão desses grupos à ditadura não foi marcada pelo simples gesto de apoio, mas por ações políticas concretas, em que essas mulheres puderam contribuir com a construção social da ditadura civil-militar brasileira.

Sobre a segunda questão, entendo que há dois momentos-chave que, em parte, explicam tais mudanças comportamentais. O primeiro deles refere-se à crise que se abatia sobre a ditadura desde o final do “milagre econômico”, em 1974. O segundo, ao processo de abertura política — lenta, gradual e segura —, iniciado também em 1974, que, por sua vez, refletia o descontentamento de parte da sociedade com o regime civil-militar. No entanto, para além desses dois momentos-chave, é também preciso levar em conta os históricos das organizações ao longo dos anos 1970, por vezes marcados por cisões internas, relações não tão cordiais com o regime e influência de outras perspectivas e práticas políticas. Dessa forma, entendo que se para alguns

desses grupos não cabia mais manter o apoio a um regime autoritário, sem, no entanto, romper completamente com ele, para outros ainda era preciso defender o regime e o próprio processo de distensão política, controlado pela ditadura. Acredito, portanto, que as mudanças comportamentais dessas organizações de mulheres de direita a partir da segunda metade dos anos 1970 não foram homogêneas e refletiam a complexidade das relações existentes entre sociedade e ditadura.

Da mesma forma, esta tese pretendeu romper com a perspectiva que compreende essas organizações de mulheres como apolíticas e/ou despolitizadas, compostas de sujeitos alienados, cuja principal tarefa era cumprir com aquilo que os homens determinavam. Contrariamente, enfatizo aqui o quanto essas mulheres possuíam agendas políticas próprias, marcadas pela defesa dos governos da “Revolução”; pela posição intransigente em relação à eliminação do “perigo vermelho”, dos “comunistas”, dos “subversivos”¹⁴; e pela elaboração de uma série de ações beneficentes/filantrópicas que demarcavam politicamente sua esfera de atuação.

Não se quer aqui, por outro lado, desprezar a maneira pela qual esses grupos foram criados e a forma como atuaram na primeira metade dos anos 1960, muitos deles próximos do IPÊS. Não há dúvidas de que esse órgão não apenas colaborou financeiramente com as organizações cívicas femininas, como lhes forneceu ajuda logística na realização de suas primeiras atividades (Dreifuss, 1981; Simões, 1985; Starling, 1986). Contudo, não compreendo que o papel desempenhado pelo IPÊS tenha sido determinante na elaboração da agenda política dessas organizações, como se a esses grupos competissem cumprir as tarefas designadas pela “burguesia” na desestabilização de um governo democraticamente eleito. Por isso, acredito que seja preciso recuperar a agenda desses segmentos — das direitas — para que possamos compreender melhor as complexas relações entre ditadura e sociedade. Daí a importância de analisar o que moveu grupos de mulheres a permanecerem em atividade, mesmo após o golpe de 1964.

O recorte temporal para a realização deste trabalho, de 1964 a 1985, foi pensado em razão do principal objetivo da tese, qual seja compreender o comportamento dos grupos cívicos femininos ao longo da ditadura civil-militar. Longe de desconsiderar o debate acerca dos marcos cronológicos e simbólicos sobre o desfecho do regime (Bauer, 2025), o recorte proposto também leva em conta o histórico das agremiações, uma vez que as pernambucanas da CDF cerram suas portas em 1982, e as gaúchas da ADFG modificam-se nominalmente a partir de 1983. Contudo, assim como Caroline Silveira Bauer (2025), compreendo que a narrativa do passado recente

¹⁴Utilizarei as expressões “comunismo” e “comunistas”, assim como muitas de suas derivações entre aspas para indicar a imprecisão de seus usos por parte das direitas.

brasileiro de acordo com esses marcos “[...] objetiva desfazer a cumplicidade entre grupos civis e as Forças Armadas durante o regime, que se torna unicamente militar”.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar o meu entendimento a respeito do golpe de 1964, afinal, com exceção do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), esses grupos surgiram sob os auspícios do movimento que derrubou o governo João Goulart. Compreendo que o golpe foi civil e militar, no qual estiveram envolvidos segmentos heterogêneos civis e militares com vistas a derrubar o governo Goulart. Logo, assim como destacou Carlos Fico (2017, p. 53), “o golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar”. Fico (2014, p. 9) defende tal denominação, pois:

[...] além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras — e até o governo dos Estados Unidos da América — foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas.

Nesse processo, é preciso verificar as cumplicidades entre uma variedade de grupos civis, organizados à direita, como as entidades femininas, e setores militares desde a conspiração contra o nacional-reformismo, passando pelo levante militar entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, até o golpe de Estado propriamente, que, conforme Marcos Napolitano (2011, p. 215), “[...] começa com o reconhecimento institucional da deposição do presidente pelo Congresso e termina com a edição do Ato Institucional (9/4) e a eleição indireta do general Castelo Branco (13/4)”. Isso não quer dizer que tais processos — conspiração, levante militar e golpe de Estado — fossem determinantes uns em relação aos outros. Assim como defende Napolitano (2011, p. 215), pelo contrário, acredito que eles devam ser analisados como “[...] dimensões conexas de um processo descontínuo, tornado linear no plano das narrativas que o fixaram como evento”.

Em relação à ditadura e/ou ao regime, utilizo as expressões “ditadura” e/ou “regime civil-militar” por entender que, embora a ditadura brasileira tenha contado com a militarização de diversos setores políticos, sociais e culturais, não posso deixar de lembrar a atuação de civis nos governos municipais, estaduais, nos ministérios e secretarias, na elaboração de manifestações em apoio ao regime e, por que não dizer na tomada de decisões em relação às políticas restritivas adotadas pela ditadura ao longo de sua existência, como foi o caso dos grupos cívicos femininos. Dessa forma, entendo que o uso da expressão “ditadura civil-militar” permite a compreensão do passado recente, longe do maniqueísmo sociedade *versus* militares (Chaves, 2013, p. 135). Como salientou Daniel Aarão Reis (2014, p. 62), “é inquestionável a dimensão civil do regime ditatorial, mesmo que o topo da pirâmide do poder fosse ocupado por chefes militares”. Aarão Reis, contudo, chama a atenção para o uso da terminologia “ditadura civil-militar” não com intenção de “[...] questionar a preeminência das corporações militares [...], mas para chamar a atenção para

todo um conjunto de aspectos que estavam sendo omitidos ou esquecidos, de forma interessada ou não [...]” (Aarão Reis, 2021, p. 446).

Sobre a periodização da ditadura, segundo parte da historiografia, ela teria iniciado em 1964, após o golpe, estendendo-se até 1985, com o final do governo Figueiredo e a posse do primeiro presidente civil (Napolitano, 2014; Fico, 2017). Assim como Carlos Fico (2017, p. 59), penso que a moldura institucional do estado de exceção ainda estava vigente em 1985, uma vez que, enquanto os militares estiveram no poder, sempre foi possível reativar a “Revolução”. Porém, acredito que a reativação da “Revolução” não se daria apenas pelos militares no poder, sem apoio de parte dos civis que já os acompanhavam há tempos.

Arquivos e fontes

Para a realização deste trabalho foi necessário o manuseio de documentos disponíveis em arquivos e acervos, públicos e privados, de modo bastante disperso. Além do Arquivo Nacional (AN)¹⁵ e do Centro de Documentação Magda Renner (CDMR)¹⁶, que contam respectivamente com o fundo documental da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e com parte da documentação sobre a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), não há outro centro de documentação que armazene parte do histórico dos grupos cívicos femininos, o que, por um lado, dificulta o trabalho do historiador, mas, por outro, faz dele um detetive em busca de pistas deixadas pelo seu objeto de pesquisa. Sobre o CDMR, cabe destacar que minhas primeiras buscas se deram pela internet, onde no site da entidade há um breve histórico sobre a passagem da ADFG para Amigos da Terra Brasil (ATBR), sem especificar o longo processo pelo qual o grupo passou. A partir desses dados, entre 2019 e 2020 fiz meus primeiros contatos com os ATBR, que, por sua vez, se disponibilizaram a me apresentar a documentação existente em seu acervo. É interessante observar que, em um primeiro momento, eu não imaginava que os ATBR disponibilizavam uma documentação robusta sobre uma organização cívica feminina de direita, adesaista ao regime ditatorial, afinal hoje a entidade apresenta-se à esquerda do espectro político, voltada, sobretudo, para pautas e programas relacionados à justiça ambiental nas cidades, justiça econômica e resistência ao neoliberalismo, soberania alimentar, e justiça climática e biodiversidade¹⁷. Dessa forma, diante desses acontecimentos, entendia a importância em

¹⁵Refiro-me à base de dados do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), disponível para consulta *online* de seus fundos documentais. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>. Acesso em: 11 abr. 2021.

¹⁶O CDMR foi criado em 2004, pelo Núcleo Amigos da Terra Brasil (NAT-Brasil), uma entidade ambientalista pertencente à rede internacional Friends of the Earth (FoEI), e que, por seu turno, no Brasil originou-se a partir da ADFG durante os anos 1980. O acervo do CDMR está aberto ao público para consulta, e encontra-se na cidade de Porto Alegre.

¹⁷Disponível em: https://amigasdaterrabrasil.org.br/?page_id=6832. Acesso em: 5 maio. 2024.

pesquisar uma organização complexa e bastante destoante em relação aos demais grupos cívicos femininos que também surgiram na primeira metade da década de 1960.

Precisamente sobre as fontes de que faço uso, destaco, em primeiro lugar, as *impressas*, como matérias, reportagens e colunas de jornais e revistas que versam especificamente sobre as entidades, desde o aparecimento dos diferentes grupos até suas atividades durante a ditadura; e matérias em que as organizações aparecem envolvidas indiretamente em campanhas e demais ações, mas cuja finalidade, muitas vezes, correspondia aos objetivos dos grupos.

Destaco seis lugares de onde coletei fontes impressas para tratar desses grupos: a Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (HDB-BN); o Centro de Documentação Magda Renner (CDMR); o Arquivo Pessoal Ecilda Gomes Haensel (APEGH); e o Arquivo Pessoal Renée Zanenga (APRZ).

Pelo repositório da HDB-BN, pude mapear parte importante do histórico dos dois grupos que examinei ao longo desta tese¹⁸. Nesse acervo, vasto em jornais, verifiquei inúmeras reportagens que indicam a forma pela qual essas mulheres compareceram ao espaço público, quem elas eram e com quem puderam contar na realização de suas ações públicas. Por esses impressos, percebi também as adesões e as acomodações dessas mulheres de direita ao regime, ou seja, como os comportamentos delas contribuíram, cada qual a sua maneira, para a compreensão dessas organizações como partícipes da construção social da ditadura brasileira. Dessa forma, pela imprensa, notei que os projetos, as campanhas, os cursos, os seminários e as palestras, os chás beneficentes, etc., constituíam-se em ações políticas dessas mulheres, cuja finalidade era também tornar legítimo o Estado autoritário. Embora tenham se apresentado todo o tempo como apartidárias e apolíticas, o que em si já é indicativo da forma pela qual politizavam, a seu modo, o espaço público, foi pela imprensa que verifiquei que esse discurso era uma estratégia com vistas a conquistar outras mulheres para suas fileiras.

Para complementar o material encontrado na HDB-BN, realizei buscas no Arquivo Nacional (AN)¹⁹, precisamente nos fundos documentais que disponibilizam recortes de jornais e alguns documentos esparsos sobre os grupos cívicos femininos. Dentre esses fundos, destaca-se, principalmente, o Fundo da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), uma das entidades femininas mais ativas na primeira metade dos anos 1960.

¹⁸Para a coleta das fontes impressas na HDB-BN, digitei no campo de busca as denominações completas dos grupos, entre aspas, observando o recorte temporal proposto por esta tese (1964-1985). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 jun. 2021. Para uma discussão sobre problemas, estratégias e caminhos metodológicos na utilização da HDB-BN, conferir: BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020.

¹⁹Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp. Acesso em: 10 jan. 2022.

Por último, outro acervo documental que apresenta recortes de jornais e revistas é o CDMR. No entanto, como é um arquivo institucional, ele disponibiliza materiais da imprensa que versam especificamente sobre as atividades da ADFG, desde sua fundação, em 1964, até o início de 2000. São recortes de matérias e pequenos informes que circulavam na grande imprensa da época, sobretudo a imprensa gaúcha, que não constam nos acervos descritos acima, e que fornecem dados importantes sobre as mulheres da ADFG²⁰.

Antes de seguir com a descrição das outras fontes utilizadas, é importante frisar minha compreensão sobre a fonte impressa, uma vez que entendo esta como uma fonte de pesquisa produzida por sujeitos que, por sua vez, tinham agenda política e midiática em um determinado contexto histórico. Conforme destacou Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli (2017), o fluxo intenso de temas fazia parte de um conjunto de normas e valores que definiam/definem o que era noticiável e quem compunham/compõem a notícia. Dessa forma, o que se divulgava na imprensa sobre os grupos cívicos femininos durante parte da ditadura, por exemplo, estava de acordo com a própria posição assumida pelo jornal ou revista, como se estivessem de acordo sobre o que deveria e/ou não aparecer no noticiário. Portanto, não é de se espantar que a CDF, o MAF e a UCF tivessem colunas próprias em jornais de grande circulação nos anos 1960 e 1970, como o *Diário de Pernambuco* (PE), em Recife, e o jornal *A Tribuna* (SP), em Santos²¹. Da mesma forma, é preciso verificar a proximidade das militantes desses grupos com os quadros desses jornais, como proprietários, sócios e editores. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a ADFG movimentava-se com claro apoio do *Diário de Notícias* (RS), periódico do grupo dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, e inclusive entre suas sócias, constava Maria Helena Candiota, esposa de Cláudio Candiota, jornalista e secretário do matutino. Dessa forma, levei em conta as observações de Tania Regina de Luca (2008, p. 140), para quem a historicização das fontes impressas é fundamental. Dentre os vários aspectos, Luca enfatiza a necessidade de identificar as motivações que levaram os jornais a decidirem pela publicização de alguma coisa; o destaque que foi conferido à matéria; a identificação do grupo responsável pela linha editorial, os colaboradores e a escolha dos títulos dos textos publicados.

O segundo conjunto de fontes que examinei refere-se às *documentais*, e constitui-se em um leque muito maior de documentos se comparado às fontes impressas. Para este trabalho, manuseei documentos de quatro arquivos privados — o CDMR, o Arquivo Particular Ecilda

²⁰Em razão das condições de pesquisa para elaboração desta tese, em meio à pandemia de covid-19, não realizei buscas por documentos no Museu Hipólito José da Costa (MHJC), cujo acervo de jornais poderia ampliar o conhecimento da organização gaúcha. Sobre o MHJC, ver: Musecom. Disponível em: <https://www.musecom.com.br/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

²¹*A Tribuna* era um periódico que se dedicava a noticiar, em grande medida, o cotidiano da baixada santista, e, em razão das afinidades ideológicas com o MAF, abriu espaço em suas páginas para que as mafistas escrevessem sobre as atividades dos seus núcleos de Santos e de São Vicente.

Gomes Haensel (APEGH), o Arquivo Particular Renée Zanenga (APRZ) e o Family Search (FS) —; e dois arquivos públicos, o AN e o MLRS. Em relação aos arquivos privados, é importante ressaltar que o CDMR, o APEGH e o APRZ fornecem dados e informações a respeito de apenas um dos grupos estudados, enquanto a ADFG me fez percorrer outras fontes e acervos, como foi o caso dos jornais e revistas mencionados anteriormente, na tentativa de conhecer um pouco mais do histórico da CDF.

No que diz respeito aos arquivos privados, o CDMR, em razão de ser um arquivo institucional, possui uma lógica própria de seleção e de disposição de documentos. Durante o período de coleta das fontes, a documentação não estava organizada, de modo que era possível ter um panorama do que o arquivo efetivamente dispõe, demandando um árduo trabalho de seleção de documentos. Para tanto, as buscas deram-se em dois espaços da entidade: 1) no espaço físico do Centro de Documentação Magda Renner; e 2) no depósito de documentos, um guarda-volumes, que a entidade me disponibilizou²². Em ambos os locais pude verificar uma documentação consistente sobre a trajetória da ADFG, como: 7 livros de atas; 6 livros-caixa; boletins informativos; textos diversos produzidos pelas associadas; correspondências recebidas e enviadas (cópias); materiais de divulgação da entidade; recortes de jornais e revistas; e fotografias.

Os livros de atas encontrados até o momento estão datados de abril 1964, quando ocorreu a primeira reunião da ADFG, até maio de 1988, momento em que a ADFG já se encontrava como representante da Federação Internacional Amigos da Terra, no Brasil (ATBR). De suma importância para esta tese, esse material permitiu-me percorrer a agenda e os debates da entidade ao longo de mais de vinte anos, bem como verificar a presença de diferentes sujeitos nas reuniões da ADFG. Já os livros-caixa — conta corrente, movimentação financeira e doações —, mesmo que não se apresentem de modo completo, contêm informações que apontam que outras organizações, sobretudo empresariais, contribuíram para o funcionamento da ADFG. Da mesma forma, tal movimentação financeira demonstra que os valores recebidos de suas associadas foram importantes para a manutenção da entidade, assim como indica, em parte, a forma pela qual suas dirigentes conseguiam mobilizar mulheres dos segmentos médios e altos da sociedade porto-alegrense para a realização de suas atividades. Sobre esse último aspecto, posso afirmar que os livros de atas dialogam estreitamente com os livros-caixa, na medida em que nas atas se expressam as motivações das associadas, a agenda política institucional e os interesses de muitas das convidadas e convidados presentes nas reuniões da ADFG. Contudo, as relações de cordialidade e compromisso com a organização, vistas nas atas, estão expressas mais efetivamente nos livros-caixa, nos quais se verificam os consideráveis valores doados à entidade.

²²Os dois espaços estão localizados na cidade de Porto Alegre, RS.

A ADFG divulgava muitas de suas atividades em seus boletins informativos. Era uma forma de levar ao público suas realizações, de buscar, dependendo do período de divulgação, novas associadas e associados, e, principalmente, demonstrar a maneira pela qual pretendia se apresentar enquanto organização. Em parte, foram nos boletins informativos que consegui perceber como a ADFG construiu sua própria imagem, fortemente atrelada ao ambientalismo²³ e, conseqüentemente, desconexa de qualquer forma de apoio à ditadura. Essa construção de uma memória institucional que silencia sobre sua participação em defesa do regime, como se a entidade tivesse sido criada sob os auspícios da democracia e em defesa do meio ambiente, fica mais explícita nos boletins informativos que comemoraram os dez e os vinte anos da ADFG. Nesse material, muito mais robusto em informações, pode-se notar certa tentativa por parte de suas sócias em historiar a organização, de construir uma memória que, *grosso modo*, dialogasse com a memória social e hegemônica que se consolidava. Conforme Napolitano (2015, p. 9), entendemos que essa memória hegemônica, crítica ao regime, foi “[...] construída na confluência de liberais (críticos dos aspectos autoritários do regime a partir de meados dos anos 1970) com setores das esquerdas, notadamente a esquerda ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)”.

Os diversos textos produzidos pelas associadas, principalmente sobre meio ambiente, também são reveladores de como a entidade passou por mudanças significativas, inclusive em suas concepções políticas, a partir da segunda metade dos anos 1970. Esse material me ajudou a perceber algumas motivações que levaram as militantes da ADFG a se voltarem para uma causa que parecia muito distante das motivações originais da associação: a “luta ecológica”. Da mesma forma, é interessante observar que esses materiais avulsos, normalmente datilografados, não foram escritos sempre com os mesmos preceitos sobre política e meio ambiente. Fica muito claro ao lê-los que a ADFG também passou por mudanças, o que me leva a acreditar que a ecologia não serviu como uma espécie de “fachada”, de “capa”, que disfarçava os interesses reais de suas militantes, como se elas não tivessem se envolvido com a “causa ecológica”. Por sua vez, os escritos das militantes apontam para motivações políticas e sociais, traduzidas cada vez mais em críticas à política ambiental da ditadura civil-militar, que, por seu turno, encontrava assento junto a tantas outras análises também críticas ao regime.

Se os textos fornecem subsídios para o entendimento dos motivos que levaram a entidade a passar por mudanças importantes, é preciso considerar que esse conjunto de documentos deve ser somado às correspondências recebidas e enviadas. Chamou-me a atenção o cuidado em

²³Utilizo a expressão “ambientalismo” e/ou “ambientalista” ao me referir ao amplo movimento social que buscava/busca proteger o meio ambiente, a natureza. No Rio Grande do Sul, ele iniciou a partir de 1971, a partir da fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Para maiores detalhes, ver: Pereira (2016, p. 16).

preservar uma série de correspondências trocadas com organizações ecologistas, autoridades políticas, setores do empresariado, militares e outras entidades afins. As correspondências, assim como outros documentos, possibilitaram-me também a pensar nas motivações que levaram a ADFG a migrar para a ecologia, assim como me permitiram verificar a permanência de laços entre organizações e lideranças das direitas políticas. No acervo institucional há uma série de correspondências entre a ADFG e as lideranças do ambientalismo do Rio Grande do Sul, como as cartas trocadas com José Lutzenberger²⁴, o que atesta, em parte, quais foram os caminhos percorridos pelas mulheres e quais foram as influências exercidas sobre elas.

Desde que a ADFG se formou, em 1964, suas sócias fizeram com que a entidade divulgasse suas atividades sob as mais diferentes formas. Além dos boletins informativos, mencionados anteriormente, a ADFG divulgava através de folhetos, cartazes, cartões e brochuras o que pensava a respeito da filantropia/assistencialismo, promovidos com mais intensidade nos primeiros anos de existência da organização, e do ambientalismo, perspectiva assumida a partir da segunda metade dos anos 1970. Contudo, é com base nesses documentos de divulgação que se percebe que as duas áreas de atuação da ADFG — filantrópica/assistencial e “ecologista” — mesmo após sua definição pela última, continuavam simultaneamente demarcando as características da entidade. Ainda acerca desses materiais, é importante frisar que a pauta “ecológica”, as lutas travadas com o poder público e com as corporações privadas, bem como as composições com outras entidades com vistas a tornar as lutas em vitórias, estão presentes em muitas dessas fontes.

Já o APEGH foi doado a mim, em 2021, por Anna Maria Haensel Schmitt, filha de Ecilda Gomes Haensel, uma das sócias-fundadoras da ADFG, o qual se constitui de um conjunto de documentos que trata da trajetória de vida de Ecilda, especialmente de sua carreira como advogada, professora e escritora, assim como de seu percurso em outras entidades, como o Rotary Clube, o Lions Clube e o Soroptimismo²⁵. Em relação à ADFG, o arquivo dispõe de atas da organização, folhetos e alguns poucos recortes de jornais; escritos avulsos sobre a ADFG realizados por Haensel, anos depois; e fotografias da entidade. Esse conjunto variado de fontes me possibilitou percorrer mais profundamente a trajetória de uma das fundadoras da ADFG, o

²⁴José Lutzenberger foi um ambientalista gaúcho, cujo principal legado reside em sua atuação na defesa do meio ambiente e na constituição de importantes associações, como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), em 1971. Para maiores detalhes sobre Lutzenberger, ver: Pereira, Elenita Malta. *A ética do convívio ecossustentável*: uma biografia de José Lutzenberger. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

²⁵Meu contato com Anna Maria Haensel Schmitt deu-se, primeiramente, pela proximidade, uma vez que ela reside em Florianópolis/SC, e em, segundo lugar, pela disposição da mesma em colaborar com o trabalho. A trajetória de Ecilda Gomes Haensel diante dessas organizações será abordada no Capítulo 3.

que não foi comum em relação às demais associadas, assim como forneceu novos documentos sobre os primeiros anos da organização.

Outro conjunto de documentos que utilizei neste trabalho foi o Arquivo Particular de Renée Zanenga (APRZ), cuja denominação foi dada por mim para fins de organização da documentação que me foi concedida por Renée Zanenga. Renée foi uma das associadas da ADFG, com participação nas diretorias da entidade, e que em 15 de setembro 2024 me concedeu uma entrevista. Na ocasião, Renée me forneceu alguns documentos, como boletins informativos, recortes de jornais, fotografias e correspondências, alguns dos quais eram os mesmos encontrados no CDMR²⁶. De toda forma, nomeei esse conjunto de fontes de APRZ.

Por último, consulte a base de dados do Family Search (FS)²⁷, com registros de casamentos, nascimentos e óbitos, o que me permitiu verificar a faixa etária, alguns dos familiares, sobretudo pais e filhos, os casamentos, e, em alguns casos, as profissões de muitas dessas mulheres que militaram nas duas entidades analisadas. Esses dados são importantes para o entendimento das redes políticas estabelecidas por essas mulheres quando do surgimento desses grupos, e para uma melhor compreensão do segmento socioeconômico ao qual pertenciam.

No que diz respeito ao AN, consulte diversos fundos documentais da base de dados do Sistema Nacional de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Dentre os fundos pesquisados, além do fundo CAMDE já mencionado, destaco: Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI); Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA); Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP); Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI); Fundo Gabinete Pessoal do Presidente da República; Fundo João Goulart; Fundo Departamento de Inteligência do Departamento da Polícia Federal; Fundo Estado Maior das Forças Armadas; Fundo Comissão Nacional da Verdade (CNV); Fundo Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Fundo Gabinete Pessoal do Presidente da República; e Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores.

Em tais fundos há, por exemplo, as correspondências enviadas pelos grupos cívicos femininos à Presidência da República, clamando por maiores punições à “subversão” e solicitando a permanência de dispositivos autoritários, como os Atos Institucionais (AIs). Em alguns casos, constam as respostas das autoridades, visando manter ao seu lado suas antigas aliadas. Essas trocas de correspondências exemplificam não somente a relação de proximidade entre as entidades e o regime, como a própria natureza dessa relação, em que se percebe uma maior disposição para punir os denominados “comunistas”, como fica evidente no caso da CDF;

²⁶Renée Zanenga faleceu um mês após a entrevista, no dia 14 de outubro de 2024 em Porto Alegre. O conjunto de documentos me foi doado pela família da entrevistada.

²⁷Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/overview>. Acesso em: 13 ago. 2022.

e/ou pressões ao governo ditatorial na resolução de problemas ambientais, como é o caso da ADFG.

Dentre os documentos disponíveis no SIAN, há também relatórios produzidos pelo SNI a respeito dos grupos cívicos femininos, o que demonstra certa preocupação por parte do regime em saber sobre os percursos dessas entidades ao longo dos anos 1970 e 1980. Isso não significa dizer que as entidades tenham se tornado alvo da repressão, enquadradas como supostos agentes da “subversão” ou algo do tipo, afinal elas nunca chegaram a romper com a ditadura e nem mesmo a apresentar qualquer espécie de ameaça ao regime político. Mas é preciso atentar para o fato de que a produção desses documentos indicava certa apreensão por parte da ditadura em saber sobre as ações dessas entidades e de que forma elas atuavam. Por outro lado, muitos dos relatórios faziam parte da rotina de um sistema de informações que almejava “espionar” não apenas seus potenciais inimigos, mas também aqueles que estiveram ao seu lado durante tantos anos. Conforme Carlos Fico (2001, p. 83), a principal intenção dessas atividades rotineiras consistia justamente em “[...] abastecer a Presidência da República e assessores diretos de “informações necessárias”. Isso se dava de diversas formas, inclusive através da elaboração de uma sinopse diária dos principais assuntos em pauta”.

O terceiro grupo de fontes a ser destacado aqui refere-se às *fontes orais*. Para a realização deste trabalho, entrevistei antigas associadas e/ou pessoas que conviveram com as sócio-fundadoras, já falecidas, da ADFG. Além disso, analisei três entrevistas concedidas por militantes da CDF à Coordenação Geral de Estudos da História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco (CEHIBRA-FUNDAJ), em 1985.

Sobre a ADFG, realizei 13 entrevistas, sendo 10 com militantes ambientalistas e demais sujeitos que conviveram com as sócio-fundadoras do grupo a partir dos anos 1970²⁸, duas entrevistas com familiares de militantes da ADFG²⁹ e uma entrevista com a ex-sócia da ADFG, Renée Zanenga³⁰. Das entrevistas com os ambientalistas, utilizo na tese apenas as duas entrevistas realizadas com Sebastião da Silva Pinheiro, tendo em vista que boa parte dos entrevistados ingressou na ADFG-Amigos da Terra depois de 1985³¹.

²⁸Foram realizadas entrevistas com: Lucia Ortiz (14/07/2021), Roberto Villar Belmonte (21/07/2021), Katia Vasconcelos (28/07/2021), João Batista Santafé Aguiar (18/08/2021), Sebastião da Silva Pinheiro (12/09/2021; 22/09/2021), Ilza Girardi (22/09/2021), Gislene Monticelli (01/10/2021), Angela Capelletti (08/10/2021), Angela Escosteguy (15/10/2021) e Luiz Jacques Saldanha (20/10/2021).

²⁹Foram entrevistadas a irmã de Magda Renner, Verena Nygaard (24/06/2021), e a filha de Ecilda Gomes Haensel, Anna Maria Haensel Schmitt (14/08/2021).

³⁰Renée Zanenga (15/09/2024).

³¹As entrevistas com os ambientalistas forneceram elementos importantes para a compreensão das pautas ambientais que permearam a entidade. A maior parte dos entrevistados militou na ADFG a partir dos anos 1980 e 1990, o que faz com que suas recordações sobre a entidade se restrinjam às lutas pela defesa do meio ambiente, sem levar em conta as atividades filantrópico-assistenciais que permaneciam ativas ainda nos anos 1980. Cabe destacar que as

Com relação às entrevistas com as familiares, destaco que ambas foram importantes para a compreensão da trajetória de duas das militantes da ADFG, uma vez que são poucos os documentos encontrados que nos fornecem maiores subsídios sobre a história de vida de muitas dessas mulheres. Embora não tenha sido o cerne da tese, os depoimentos das familiares revelam a complexidade da memória refletida em ressentimento e/ou orgulho acerca das personagens lembradas.

Em suma, as entrevistas foram realizadas com base na metodologia da História Oral, que, como lembra Verena Alberti (2008), é uma metodologia interdisciplinar por excelência, “[...] um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade”. Desse modo, tive a preocupação, primeiramente, em entrar em contato com os possíveis entrevistados, deixar claro a eles quais eram as questões centrais da tese, explicar os procedimentos relacionados à coleta dos depoimentos e organizar as salas de gravação pela internet³². Ademais, expliquei que as entrevistas seriam gravadas e transcritas e que, para as usar na tese, precisaria de uma carta de sessão autorizando o uso, levando-se em conta questões éticas do campo da História Oral (Alberti, 2004).

No caso da ADFG, a escolha dos depoentes foi feita a partir de duas frentes: a primeira consistiu-se nos contatos que me foram fornecidos pelos Amigos da Terra Brasil (ATBR), principalmente por seus militantes mais antigos. Nesse caso, o trabalho realizado atestou a construção de uma rede de contatos, em que muitos dos entrevistados indicavam outros possíveis entrevistados e assim por diante. A segunda frente levou em consideração as fontes escritas que, por sua vez, forneciam nomes de familiares e/ou pessoas próximas das associadas fundadoras da ADFG.

Sobre as entrevistas do CEHIBRA/FUNDAJ, ressalta-se que foram realizadas pelo Programa de História Oral da instituição, em 1985, e integravam o projeto “História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste”. Analisei três entrevistas com sócias e militantes da CDF, buscando compreender os anseios e as motivações das pernambucanas entre o golpe e a ditadura civil-militar³³. Nesse sentido, levei em conta que as entrevistas foram realizadas em outro contexto político e a partir de outros propósitos, que, em certa medida, diferem da presente tese.

entrevistas apontam para os inúmeros aspectos da memória, como a lembrança, o silêncio e/ou esquecimento, assim como aprofundam elementos da trajetória da ADFG apresentados sucintamente nas fontes escritas.

³²Diante da pandemia da COVID-19 e das dificuldades em realizar as entrevistas presencialmente, optei em fazê-las de modo remoto, via Google Meet. A única exceção foi Renée Zanenga, cuja entrevista foi realizada em 15 de setembro de 2024, em sua residência.

³³Maria Luiza Carneiro Campello (18/05/1985); Maria do Carmo Barreto Campello (22/05/1985); e Ângela de Araújo Barreto Campello (01/06/1985).

Questões teóricas

Para responder às questões centrais da tese e considerando as fontes de que dispus, partirei das discussões teóricas sobre história política, culturas políticas, memória e relações de gênero.

Sobre *história política*, é importante frisar a constante renovação de objetos e métodos que esse campo vem sofrendo desde a segunda metade do século XX. Nesse caso, trata-se de levar à história política os questionamentos e os enfoques das ciências humanas e, como bem destacou Serge Berstein (2009, p. 29), “[...] os novos horizontes abertos pela voga da história cultural [...]”. Em se tratando dos grupos cívicos femininos, a história política contribui para a compreensão dos comportamentos políticos de organizações cujas características são definidas pelas opções políticas realizadas conscientemente pelas associadas.

No que se refere às *culturas políticas*, entendo como Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 21), que elas são:

[...] como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

Diante dessa perspectiva e pensando no objeto desta pesquisa, as duas organizações de mulheres de direita, compreendo que tal complexo sistema de representações permite tornar mais inteligíveis os fatos que muitas vezes permanecem pouco compreensíveis. Para tanto, como destacam Serge Berstein, Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (1994), considero culturas políticas como uma espécie de código, como um conjunto de referências, formalizados em organizações políticas ou difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política.

Os grupos cívicos femininos eram associações concebidas originalmente a partir de ideais conservadores sobre o papel das mulheres na sociedade, os quais eram anticomunistas na medida em que entendiam que cabia a essas mulheres defender seu lar, seus filhos e suas famílias contra o “perigo vermelho”³⁴. As fontes de pesquisa permitiram-me verificar que havia sistemas de representações coerentes que, como assinala Serge Berstein (2009, p. 32), determinam a visão que mulheres e homens “[...] têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos”. Portanto, pretendo com este trabalho compreender de que forma os grupos cívicos se

³⁴ Para a compreensão sobre o conservadorismo feminino, levo em consideração as observações de Karl Mannheim (1981, p. 104), para quem o conservadorismo “[...] é um conceito que implica em um tipo de objetividade que começa no tempo, se desenvolve e se deteriora através do tempo e está estritamente ligado à experiência e ao destino dos grupos humanos concretos e é de fato produto de tais grupos”.

percebiam na sociedade em um dado contexto histórico e como isso foi se modificando ao longo de duas décadas. Da mesma forma, também não posso desprezar a maneira pela qual se exprimem as culturas políticas, uma vez que foi necessário levar em conta o que Berstein (2009, p. 36) chama de redes de sociabilidade que explicam a coesão do grupo e revelam o nível de engajamento que elas exigem, como “[...] a diversidade de sua natureza, a frequência de suas reuniões, os temas de seu interesse e as modalidades de seu funcionamento”.

Além disso, é preciso lembrar que o regime político estabelecido após 1964 se organizou em torno de culturas políticas, estabelecendo o que Berstein (2009, p. 37) chamou de ecossistema sociopolítico em torno da cultura política majoritária, no qual “[...] se estabelece uma correspondência entre o sistema institucional, a política adotada, as estruturas sociais, as normas e os valores, por um lado, e os anseios majoritários da sociedade, por outro lado [...]”.

Com o manuseio das fontes percebi também o processo de difusão de elementos da cultura política conservadora e autoritária da ditadura, no qual as organizações estiveram mergulhadas, ao menos, até metade dos anos 1970. Essa difusão dava-se pela criação e pelo uso de meios e espaços que preparavam a recepção do conteúdo político que se pretendia divulgar, como, por exemplo, pelas inúmeras atividades assistenciais nos bairros periféricos de Porto Alegre e pela organização dos Clubes de Mães, no caso da ADFG, e pelos cursos e palestras ofertados pela CDF. Como chamou a atenção Berstein (2009, p. 39), “a força de uma cultura política está em difundir seu conteúdo por meios que, sem serem claramente políticos, conduzem, no entanto, a uma impregnação política”. Cabe notar que esse tipo de estratégia na difusão de valores e tradições ultrapassou os anos 1970, uma vez que tanto a CDF quanto a ADFG ainda utilizavam os seus encontros e contavam com muitas de suas antigas associadas para a difusão de suas atividades, com a diferença de que a partir da segunda metade da década de 1970 haviam incorporado, em alguns casos, outros elementos e tradições da cultura política brasileira. Sobre as mudanças ocorridas nas organizações cívicas femininas, é importante ressaltar que as culturas políticas não são conjuntos fixos e imutáveis, mas sofrem mutações atreladas às constantes mudanças históricas e sociais (Berstein, 2009, p. 38). Ou seja, elas constantemente precisam adaptar seus princípios originais aos problemas do presente.

Em relação às mudanças ocorridas nos grupos a partir da segunda metade da década de 1970, entendo que as acomodações, traço importante da cultura política brasileira, explicam, em parte, os comportamentos de uma das entidades analisadas ao longo de seus anos. Contudo, a acomodação não deve ser vista somente como uma forma simples de se adaptar a ditadura, mas, conforme frisou Rodrigo Patto Sá Motta (2016, p. 14), como um “jogo de mão dupla” que envolvia, no caso analisado pela presente tese, Estado e organizações cívicas femininas. Ao

refletir sobre as trajetórias desses grupos, pretendia-se analisar de que maneira a ditadura oportunizou a eles se acomodarem, no que Motta (2016, p. 16) chamou de “[...] jogos de mútuas concessões entre Estado e atores sociais”. Como será visto neste trabalho, tais organizações procuravam se acomodar, em alguns momentos, “[...] sem que isso significasse, a seus olhos, qualquer compromisso com o regime militar” (Motta, 2016, p. 16). Oriundas de segmentos médios e altos da sociedade, as militantes desses grupos utilizaram seus contatos pessoais e suas posições de poder como estratégias de acomodação na condução de suas pautas, algumas das quais contrárias às políticas da ditadura. Isso, porém, implicou novas relações entre os grupos, notadamente a ADFG, e o regime, cujas características principais baseavam-se em uma espécie de “jogo de mão dupla”.

Ao tratar de cultura política — leituras comuns a respeito do passado por grupos/partidos —, percebo a necessidade de abordar elementos relacionados à *memória*, mais especificamente à memória social e à memória institucional. Intencionou-se analisar de que maneira essas entidades reinventaram o seu passado, como o lembraram/celebraram e/ou silenciaram a respeito de seu percurso como adesistas à ditadura civil-militar. Se em alguns casos, como o da CDF, houve a necessidade de rememorar a “Revolução” em quase todos os anos do regime, narrando de maneira orgulhosa suas atuações em 1964, sem nenhum constrangimento, por outro lado, houve casos, como o da ADFG, a partir da segunda metade da década de 1970, que construía sua memória institucional, condicionada, em parte, pela memória social, que, por sua vez, posicionava a entidade desde seu surgimento, se não em sentido oposto ao regime civil-militar, ao menos distante dele. Em suma, a discussão sobre memória contribui para a compreensão de como as organizações se representavam durante o regime, acionando passado, presente e futuro.

As militantes dessas entidades nunca deixaram de se apresentar como mulheres nos espaços que percorreram. Contudo, verifico que o entendimento que tinham de suas condições enquanto mulheres foi se modificando, ou não, com o passar do tempo. Quando fundadas as entidades, tais premissas perpassavam os valores tradicionais e conservadores, e tais mulheres apresentavam-se como mães, esposas e donas de casa voltadas para atividades que entendiam como “naturais” do universo feminino. A chegada dessas mulheres ao espaço público servia para defender o espaço privado, o lar, que estaria ameaçado pelo “comunismo”. Porém, o sentimento anticomunista não foi a tônica dessas entidades a partir da segunda metade dos anos 1970, uma vez que outras pautas entraram em cena, tornando-se, em alguns casos, prioritárias. Portanto, se antes se apresentavam como “seres” do espaço privado que iam ao espaço público para salvá-lo do “perigo vermelho”, a partir da segunda metade dos anos 1970, elas desejaram protagonizar

outras lutas no espaço público. Dessa forma, esta tese sinaliza também para as mudanças de percepções que as militantes desses grupos tiveram em relação às suas próprias condições enquanto mulheres — militantes de organizações de direita compostas por mulheres.

Assim, ao longo deste trabalho abordo a discussão sobre a categoria *gênero* ao verificar as relações estabelecidas entre as organizações cívicas femininas e as demais entidades do período. Como salientei em relação à documentação, parte das cartas, dos ofícios e dos livretos dessas entidades demonstra a preocupação em definir os papéis desempenhados pelas mulheres em atividades públicas, como passeatas, palestras em escolas e universidades, etc., bem como os contatos estabelecidos entre essas entidades e as instituições formadas por homens, como as escolas militares e os grupos empresariais. Portanto, as relações entre as organizações cívicas, assim como as estreitas relações delas com instituições majoritariamente masculinas, possibilitam um aprofundamento sobre a discussão de gênero. Como destacou Joana Maria Pedro (2005), ao historicizar o trabalho de Joan Scott, “[...] falar de gênero significava deixar de focalizar a “mulher” ou as “mulheres”; tratava-se de relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre homens. Nessas relações, o gênero se constituiria”.

Os capítulos

A tese está dividida em três capítulos, além da presente introdução e das considerações finais. No *primeiro capítulo*, intitulado “História e historiografia sobre as “*marchadeiras*” de 1964”, analiso o debate historiográfico sobre as organizações cívicas de mulheres situadas à direita do espectro político. A proposta é apresentar o que foi escrito no campo acadêmico, até o presente momento, em relação a esses grupos, demonstrando os contextos em que tais trabalhos foram produzidos, as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, as fontes e os locais de pesquisa.

Em suma, o primeiro capítulo tem como objetivo apresentar um quadro geral do que foi produzido a respeito dessas organizações de mulheres que surgiram majoritariamente na primeira metade dos anos 1960. O capítulo procurou traçar duas perspectivas historiográficas a respeito dessas organizações, demonstrando, além dos contextos de produção, como se avançou na compreensão de quem eram essas mulheres. Mesmo que tenham recebido atenção de cientistas sociais e historiadores, demonstro que ainda há de ser descortinadas as complexas trajetórias das entidades e de suas associadas ao longo da ditadura civil-militar. A maneira pela qual se acomodaram ao regime civil-militar, seja apoiando e/ou distanciando-se dele, revela a pertinência de se aprofundar a análise das trajetórias de cada uma das entidades, como pretendo desenvolver ao longo dos capítulos seguintes, sem a pretensão de esgotar o tema.

No *segundo capítulo*, “A Cruzada Democrática Feminina (CDF)”, analiso a trajetória do grupo pernambucano CDF, entre 1963 e 1982. Para tanto, o histórico da organização foi dividido em duas fases: a primeira refere-se à formação e a constituição da entidade, entre 1963 e 1964; e a segunda ao seu percurso durante a ditadura, ou seja, aos seus aproximadamente 18 anos de existência, entre 1964 e 1982. Como o objetivo desta tese é compreender a adesão de grupos cívicos femininos durante a ditadura, por meio de ações que buscavam legitimar o regime, analiso nesse capítulo o caso desse grupo pernambucano. Para tal propósito, abordo a constituição da organização e o pré-golpe de 1964; as primeiras manifestações públicas do grupo em Pernambuco; o perfil de suas líderes e associadas; a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, de Recife, em abril de 1964 durante o regime; a “vigília anticomunista” das pernambucanas da CDF, clamando por rigor nas punições à “subversão”; as homenagens aos generais presidentes; a defesa da ditadura mediante às denúncias de violações de direitos humanos; as celebrações da Marcha do dia 6 de março de 1964; e a cisão na CDF, em 1977, e sua continuidade como adesista.

A CDF, como os demais grupos cívicos femininos, lançou mão de uma agenda política movida pela adesão à ditadura civil-militar. Adesão essa entendida aqui como “[...] uma construção política considerada legítima por setores sociais significativos” (Motta, 2016, p. 11). Portanto, aderiram ao regime ditatorial porque acreditavam que a “Revolução” transformaria economicamente o país e asseguraria aquilo que elas tanto perseguiam: a preservação de suas famílias. Por mais que elas tenham contado com a presença masculina em suas primeiras reuniões e ações de rua, a presente tese demonstra que foram suas crenças, tradições e, sobretudo, suas convicções políticas, próprias de mulheres provenientes de segmentos médios e altos da sociedade, os principais motores que fizeram com que elas tomassem as ruas, em 1964, e permanecessem organizadas até 1982.

Ainda em relação à adesão da CDF à ditadura, este capítulo demonstra os esforços do grupo em não apenas apoiar o regime, como também em atuar de modo a fazer com que outros setores sociais se convencessem de que os “governos revolucionários” haviam impedido a “comunização” e levado o país ao desenvolvimento. Por isso, defendo que a CDF esteve disposta a criar meios e elementos que pudessem legitimar socialmente a ditadura civil-militar.

No *terceiro* e último capítulo, “A Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG)”, analiso a trajetória das gaúchas da ADFG durante a ditadura civil-militar. Para tal fim, o histórico da ADFG foi dividido em duas fases. A primeira, entre 1964 e 1974, refere-se à fase de apoio declarado ao regime, com a realização de ações visando legitimar a ditadura. Analiso a entidade desde o seu surgimento em 1964 — nas vésperas do golpe —, até as mudanças mais profundas

que a levaram ao ambientalismo, a partir de 1975. Nesse capítulo, abordo: a criação da ADFG com apoio de sua congênere de São Paulo, a UCF; a formação de núcleos da entidade no interior do Rio Grande do Sul; o perfil de suas lideranças e associadas; os colaboradores e os financiadores de parte de suas atividades; as ações no espaço público, como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em 1964; as homenagens proporcionadas pelo grupo aos generais-presidentes e à ditadura; as relações estabelecidas entre a ADFG e os demais grupos cívicos ao longo do regime; as atividades e os programas filantrópico-assistenciais em escolas, clubes de mães e bairros da periferia de Porto Alegre; as relações estabelecidas com outras entidades assistenciais; as relações do grupo com o campo político institucional em plena ditadura; e os contatos com as ideias sobre ecologia a partir de 1972.

A segunda fase, entre 1975 e 1985, está relacionada à militância ambientalista da ADFG durante parte da ditadura. Por isso, analiso as mudanças ocorridas na entidade a partir do final do ano de 1974, quando ela assumiu pautas da chamada “ecologia”. Averiguo o que levou as mulheres da ADFG a guinar para um campo que aparentemente não fazia parte de seus horizontes políticos. Verifiquei que há três explicações para a mudança, e que elas, em parte, correspondem a características da cultura política brasileira: as acomodações. Assim, compreendi que as associadas da ADFG se acomodaram em um contexto no qual não fazia mais sentido atuar da mesma forma que atuavam em 1964. Desse modo, era imprescindível para a entidade e para suas associadas encontrarem novos papéis. Portanto, sobre esse período, a tese aborda como as lideranças da ADFG estiveram inseridas em lutas ecológicas, crentes que a defesa do meio ambiente era necessária para a continuidade da vida no planeta, ao mesmo tempo em que acenavam positivamente ao regime ditatorial que elas haviam ajudado a construir socialmente, cujas políticas eram, em certa medida, danosas à natureza.

Em síntese, esta tese avança na discussão sobre as relações entre sociedade e ditadura, apontando para um universo mais complexo, e nada uniforme, na construção social do regime civil-militar — para o qual apoios e acomodações refletiam anseios, experiências e expectativas por parte de grupos e sujeitos em relação ao regime, e vice-versa. Dessa forma, este trabalho delinea elementos da cultura política desses grupos, como o anticomunismo, o elitismo e o nacionalismo, que contribuíram para alicerçar as adesões ao regime ditatorial. Também se avança na análise das mudanças ocorridas em um desses grupos, precisamente a ADFG, a partir da segunda metade dos anos 1970, apontando para um comportamento permeado por acomodações. De toda forma, aderindo e/ou acomodando-se, esta tese procura demonstrar que a

ditadura pôde contar com essas organizações a todo o tempo na sua permanente busca por legitimidade.

Capítulo 1 — História e historiografia sobre as organizações cívicas femininas

Há hoje *duas perspectivas historiográficas* acerca dos grupos femininos de direita criados na primeira metade da década de 1960. São interpretações que apresentam, a seu modo, importantes avanços na compreensão de como essas entidades desempenharam papel relevante na deposição de João Goulart, em 1964, e na legitimidade da posterior ditadura civil-militar. Contudo, como veremos a seguir, é justamente no entendimento sobre os papéis que essas organizações de direita tiveram entre o golpe de 1964 e o regime que reside a principal divergência entre ambas as perspectivas. As principais questões postas pelos estudiosos, desde os anos 1980, foram no sentido de compreender tais grupos como “instrumentos” das classes dominantes para a tomada do Estado ou como sujeitos políticos com autonomia suficiente para assumirem posições golpistas e autoritárias. Porém, antes de detalhar a respeito, cabe destacar que as perspectivas não são contemporâneas, sendo que o conjunto de textos foi produzido em contextos distintos: o primeiro, em pleno processo de redemocratização, e o segundo, a partir de governos democraticamente eleitos. Ao mesmo tempo, é preciso levar em consideração que elas partem de duas áreas das ciências humanas — a Ciência Política e a História — cujas preocupações e indagações nem sempre foram as mesmas, embora tenham estabelecido diálogos constantes ao longo do tempo.

1.1 As mulheres como “massa de manobra”

A *primeira perspectiva* corresponde a três estudos da primeira metade da década de 1980, resultantes de investigações das ciências políticas, orientados pela perspectiva teórica marxista-gramsciana, que analisou o papel da “elite orgânica” de orientação empresarial no processo que culminou no golpe de 1964. Segundo essa perspectiva, tratou-se de um “golpe de classe”. Em suma, esses trabalhos entenderam que as mulheres aglutinadas nesses grupos foram “manipuladas” pelo capital, cuja finalidade era a derrubada do governo de João Goulart e a tomada do Estado.

O primeiro desses estudos foi *1964: A conquista do Estado*, do cientista político René Armand Dreifuss, publicado em 1981³⁵. Ainda que o trabalho tenha se detido a analisar as ações do complexo golpista nos anos anteriores a 1964, sem tratar do regime civil-militar propriamente, a obra impactou trabalhos posteriores, uma vez que, manuseando farta documentação, mapeou

³⁵O texto é resultado da pesquisa de doutorado em Ciência Política, na Universidade de Glasgow, Escócia, entre 1976 e 1980, e defendida pelo autor em 1981. No Brasil, Dreifuss ocupou diversos cargos, dentre eles: professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre 1984 e 1986; membro-fundador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); e professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), de 1986 até o seu falecimento em 2003. Sobre a trajetória intelectual e acadêmica de Dreifuss, ver: Figueiredo (2003).

uma imensa rede de sujeitos ligados ao IPÊS — o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), militares, religiosos, políticos e outros segmentos — de maneira inédita³⁶. Nessa obra, Dreifuss defende que o golpe foi fruto da ação da classe dirigente — burguesia nacional e bloco multinacional associado —, que, através do complexo IPÊS/IBAD, agiu como uma espécie de “partido da burguesia”. Assim, os atores nacionais, militares e grupos civis, como as mulheres organizadas em associações, que impulsionaram o golpe, teriam sido meros instrumentos das classes dominantes (Dreifuss, 1981, p. 292). Embora não tenha adentrado profundamente no universo dos grupos femininos de direita, foi a primeira vez que o campo acadêmico chamou atenção para a composição dessas agremiações, bem como para suas articulações inter-regionais e seu papel na difusão do anticomunismo. Segundo Dreifuss (1981, p. 294),

As organizações femininas, geralmente com um corpo masculino de assessores políticos e organizacionais, mostravam-se instrumentais na campanha conduzida pela elite orgânica para infundir o temor à “ameaça vermelha”, ao mesmo tempo que elas eram seu próprio alvo. No decorrer dos primeiros meses de 1964, as organizações femininas e grupos católicos proporcionavam a mais visível ação cívica contra João Goulart e contra as forças nacional-reformistas, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Guanabara.

René Dreifuss (1981, p. 294-295) destacou o IPÊS como o principal órgão que custeava, organizava e orientava os três principais grupos femininos da época, a CAMDE, a UCF e a Campanha para a Educação Cívica (CEC), assim como “[...] assistia financeiramente, provida de experiência organizacional e orientação política [...] grupos conservadores católicos e de cunho familiar, como [...] a Associação Democrática Feminina (ADF) (de Porto Alegre) [...] e a LIMDE (de Minas Gerais)”. Para o autor, o trabalho do IPÊS foi determinante até mesmo na maneira pela qual essas mulheres se apresentavam no espaço público, como “donas de casa da classe média”. Dreifuss (1981, p. 294) entendia que elas teriam sido usadas pelo IPÊS como “potencial ponta de lança para o contra-ataque a João Goulart [...]”, pois eram apresentadas como mães, esposas e irmãs na luta contra o “comunismo”. Era como se elas, organizadas e ocupando o espaço público, estivessem apenas respondendo aos anseios das “classes dominantes”, sem consciência e/ou motivações próprias que as mobilizassem.

Portanto, o IPÊS teria sido uma espécie de “guarda-chuva”, acobertando um emaranhado de instituições que lhe serviam no processo de desestabilização do governo João Goulart. Esse *status* conferido ao IPÊS foi tão determinante no contexto pré-golpe que pesou significativamente, não apenas no desgaste do governo nacional-reformista, mas na própria “colonização” do Estado no pós-1964. Conforme Dreifuss (1981, p. 449), “depois de abril de 1964, o IPÊS foi transformado em um eficaz ‘órgão intermediário’ para a elaboração de diretrizes

³⁶Além dos outros dois trabalhos que abordaremos na sequência, destaco três estudos mais recentes que seguiram perspectivas semelhantes às de Dreifuss. Cf. Ramirez (2005); Gonçalves (2016); e Bortone (2018).

políticas. Operava como um mediador entre o Estado, onde tinha seus homens-chave em cargos vitais, e os grandes interesses privados [...]”.

Por outro lado, Dreifuss deu passos importantes, não só ao mapear esses grupos, como em analisá-los em conjunto, mesmo que brevemente, levando em consideração suas redes políticas e, conseqüentemente, suas ações públicas. Além disso, sua obra é de suma importância para o entendimento da estrutura do complexo golpista, não apenas por ter apresentado farta documentação, até então inédita, mas também por ter contribuído para o entendimento dos interesses de parte dos segmentos socioeconômicos na deposição de João Goulart. Pode-se dizer que a obra de Dreifuss abriu caminho para outros dois trabalhos, ainda nos anos 1980: um especificamente sobre as organizações femininas e outro sobre o complexo IPÊS/IBAD em Minas Gerais³⁷.

O primeiro deles é o estudo de Solange de Deus Simões, intitulado *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*, defendido em 1983 e publicado em 1985³⁸. O trabalho deu continuidade às investigações de Dreifuss (1981), aprofundando a análise sobre as organizações de mulheres conservadoras que surgiram no Brasil a partir de 1962. Assim como Dreifuss (1981), Simões compreende essas mulheres como instrumentos da burguesia nacional que, aliada ao capital estrangeiro, investiu pesadamente na montagem e estruturação de inúmeras organizações femininas espalhadas pelo país. Apresentando esses grupos como entidades compostas de “mulheres-mães-donas de casa”, que, de maneira espontânea, foram ao espaço público pedir a intervenção das Forças Armadas, a autora defende que as estratégias utilizadas pelo “capital” foram cruciais na arregimentação das classes médias (Simões, 1985, p. 42-43). De acordo com Simões (1985, p. 43), tais mulheres “foram, antes, incumbidas por homens de uma missão que era a de arregimentar a opinião pública para o golpe militar de 1964”. Ou seja, elas, mesmo que provenientes de setores médios e altos da sociedade, foram manipuladas ou orquestradas por sujeitos ligados ao IPÊS, como militares, empresários e políticos, que financiaram pesadamente boa parte de suas atividades.

A obra de Simões, além de trazer parte da documentação analisada por Dreifuss, apresentou documentos até então não explorados por outros pesquisadores, como os arquivos particulares da CAMDE e da UCF de São Paulo, alocados no Arquivo Nacional, e entrevistas com algumas das ex-sócias e militantes dessas agremiações. Essas fontes de pesquisa, por sua vez,

³⁷Foram duas pesquisas de mestrado realizadas no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP-UFMG), sob orientação de René Dreifuss. Disponível em: <http://ppgcp.fafich.ufmg.br/bancodefesas.php>. Acesso em: 13 fev. 2022.

³⁸A pesquisa foi realizada entre 1979 e 1983, e defendida em dezembro de 1983. Solange de Deus Simões foi professora do Departamento de Ciência Política da UFMG entre 1993 e 1999, e atualmente leciona na Universidade de Cape Town, na África do Sul. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7154388840841823>. Acesso em: 19 abr. 2022.

permitiram que Simões mapeasse, de modo mais amplo: a rede de entidades femininas surgida nos anos 1960 no Brasil e suas associadas; a constituição de filiais em outras cidades e estados; a participação masculina nos quadros das organizações, como religiosos, políticos, militares e empresários; as manifestações públicas, como comícios, passeatas e marchas; a propaganda utilizada pelos grupos com vistas a “conquistar” novas militantes; e outros aspectos.

Provavelmente diante das fontes a que teve acesso, Solange de Deus Simões deu ênfase às duas principais organizações do período: a CAMDE, do Rio de Janeiro, e a UCF, de São Paulo, apontando-as como as principais criadoras das demais entidades surgidas em outros estados. A autora constatou que um dos principais objetivos, tanto da UCF quanto da CAMDE, era se espalhar pelos quatro cantos do país e, dessa forma, contar com amplo apoio da população (Simões, 1985, p. 27-34). Como o trabalho de Simões não se propôs a investigar mais detalhadamente a constituição dos demais grupos, por algum tempo teve-se a sensação de que eles teriam sido simples extensões das duas primeiras siglas, sem maiores expressões políticas. Tal impressão também está relacionada à forma pela qual a autora compreendeu a constituição dessas siglas, ou seja, como entidades criadas e mantidas pelo IPÊS.

Sem dúvida, a obra de Solange de Deus Simões tornou-se referência sobre o tema e abriu espaço para trabalhos mais específicos sobre algumas dessas organizações, como veremos adiante. Provavelmente suas breves observações sobre a continuidade desses grupos após os dois primeiros anos da ditadura tenham instigado estudos posteriores a desvendar essas trajetórias. Como já foi dito, o principal objetivo do seu trabalho foi compreender o surgimento e a ação das mulheres conservadoras brasileiras no período pré-golpe, entre 1962 e 1964. Portanto, a desenvoltura das direitas femininas ao longo do regime civil-militar ficou em aberto por um longo tempo, dando inclusive a impressão de que elas, as mulheres, tivessem sido apenas utilizadas para legitimar o golpe, que se retiraram do espaço público para retomarem a seus tradicionais “afazeres domésticos” ou que se alinharam incondicionalmente aos militares no poder.

A segunda pesquisa orientada por Dreifuss foi desenvolvida por Heloisa Murgel Starling e intitula-se *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*³⁹. Publicado em 1986, o trabalho procurou investigar o histórico do complexo IPÊS/IBAD em Minas Gerais, entre 1962 e 1964, com base em vasta documentação levantada em arquivos públicos e privados, além de uma série de entrevistas com sujeitos ligados às articulações golpistas. Partindo também da

³⁹O trabalho foi desenvolvido entre 1983 e 1984, e defendido em março de 1985. Heloisa Starling é historiadora e atualmente encontra-se como professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGH-UFGM). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3321652451642202>. Acesso em: 10 maio 2022.

perspectiva teórica gramsciana, as conclusões de Starling (1986, p. 333) apontam para o fato de que o IPÊS mineiro

[...] agiu como seu similar nacional [...], cumprindo uma função ideológica que permitiu a coesão das demais frações dominantes em um bloco de poder. Concomitantemente, desempenhou as tarefas de um “estado maior”, encarregando-se do preparo e planejamento estratégico de classe.

Ao se debruçar sobre a estrutura do IPÊS em Minas Gerais, desvendando uma série de sujeitos ligados às associações e aos organismos “classistas”, Starling (1986, p. 151-192) discorreu sobre um grupo de mulheres que teve forte atuação na desestabilização do governo de João Goulart, a partir de janeiro de 1964: a Liga da Mulher Democrata (LIMDE). Da mesma forma que Simões (1985), a pesquisa de Starling aprofundou o que havia sido investigado anteriormente por Dreifuss (1981), mergulhando no universo do IPÊS mineiro e nas redes estabelecidas por ele, como no caso das mulheres da LIMDE. Sobre esse aspecto, o que é interessante da obra, e que de certa forma avança em relação a Simões (1985) e Dreifuss (1981), foi que a autora verificou as especificidades das mulheres mineiras organizadas, tais como: as relações com as demais associações constituídas; as dificuldades enfrentadas na formação da entidade, percorrendo as disputas internas pela liderança da organização; os embates, mesmo que sutis, com as cariocas da CAMDE e as paulistas da UCF quando estas duas entidades foram incumbidas de criar sucursais em Minas Gerais; a estrutura organizacional da LIMDE; e as ações promovidas pelo grupo, como passeatas, comícios e manifestos diversos.

Sobre as disputas internas e as diferentes posturas assumidas entre as associadas da LIMDE, Starling (1986, p. 158-159) chama a atenção para as diferenças entre Lydia Magon Villar, filha de uma tradicional família da região de Juiz de Fora, educada nos valores que compõem o universo ideológico da mineiridade, e as demais mulheres mineiras, que estavam na oposição ao governo Goulart. Para a autora, Villar “[...] assumiu sua prática política enquanto representante de uma classe que aspirava à direção da sociedade”, o que não foi desempenhado pelas demais associadas que, por sua vez, “[...] atuaram na esfera pública como se essa fosse uma dimensão ampliada do privado, recusando-se a assumir sua ação como política em função da adoção de um modelo idealizado de mulher” (Starling, 1986, p. 158-159). Como se essa opção, de ampliação do espaço privado, não fosse política, muito menos permitisse a elas a constituição de agendas políticas próprias.

O trabalho de Heloisa M. Starling foi o primeiro a investigar uma das inúmeras organizações surgidas nos anos 1960 de forma mais detalhada, com um capítulo específico sobre o tema⁴⁰. A novidade de sua pesquisa, portanto, foi trazer elementos regionais mineiros ao

⁴⁰Starling, 1986, p. 151-192 (Capítulo III – “*Aquelas mulheres de Minas*”).

abordar a atuação dessas mulheres, como símbolos, tradições e até mesmo questões políticas locais que envolveram a criação e a atuação da LIMDE. Porém, as conclusões da autora são de que a LIMDE era apenas mais uma das entidades a cumprir com as ações estratégicas do IPÊS. Conforme Starling (1986, p. 171):

[...] quando as mulheres mineiras levantaram, como principal bandeira de sua ação político-ideológica, a luta que estavam dispostas a travar contra a implantação de um “regime comunista” no país, *elas não estavam simplesmente manifestando um sentimento anticomunista exacerbado, confuso, primário e histérico por mais que esses componentes estivessem presentes em suas manifestações*. Na verdade, havia, do ponto de vista ideológico, um profundo interesse por parte da direção do movimento conservador em que as mulheres se manifestassem exatamente da maneira como fizeram, posto que seria essa a forma mais adequada para conduzir as camadas médias a um ponto de exacerbação política condizente com a estratégia de classe elaborada pelo IPÊS [grifos meus].

Conforme essa perspectiva, era como se as mulheres da LIMDE não acreditassem naquilo que elas próprias comumente divulgavam, como se elas tivessem a intenção de explorar vantajosamente o “perigo vermelho”, numa espécie de “industrialização” do anticomunismo, com vistas a mobilizar os setores médios da sociedade, sem temer afetivamente os supostos “comunistas”. Conforme Motta (2002, p. 161), “os industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor do comunismo”, o que, no meu entendimento, estaria longe das mulheres que perfilaram tanto a LIMDE quanto outros grupos.

Em razão de recortes comuns às pesquisas, entre outros aspectos, o trabalho não investigou a trajetória da LIMDE no decorrer da ditadura civil-militar, ficando em aberto o percurso dessas mulheres ao longo do regime⁴¹. Ou seja, se desapareceram e/ou se continuaram atuando, e de que forma desempenharam suas ações ao longo da ditadura, são algumas das dúvidas que ainda permanecem.

Embora essas três investigações — de Dreifuss (1981), Simões (1985), e Starling (1986) — tenham dado os primeiros passos, fornecendo um quadro geral das entidades femininas de direita criadas a partir dos anos 1960, a impressão que passam é a de que esses grupos foram homogêneos, variando muito pouco entre uma região e outra do Brasil. Mesmo Starling (1986, p. 153), que forneceu elementos interessantes sobre a “mineiridade” das mulheres da LIMDE, afirmou que em todas as organizações femininas, “[...] as mulheres atuaram de forma semelhante [...]”. Era como se tivessem replicado células de um organismo central, UCF e CAMDE, em várias partes do país, sem que isso tivesse partido das mulheres daquelas localidades. Os autores

⁴¹Dentre as entidades mapeadas na pesquisa, encontrei poucas informações a respeito da LIMDE durante o regime. Pela imprensa, por exemplo, notei que as últimas notícias sobre o grupo datam de maio de 1965, quando as mulheres da LIMDE, em cooperação com a CAMDE e a revista *Seleções*, voltavam-se para o concurso “Como Poderei Servir Melhor ao Meu País?”, destinado a “incentivar o civismo” entre as mulheres brasileiras. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Concurso da CAMDE para despertar o patriotismo já inscreveu 400 moças”. *Jornal do Brasil* (RJ), 11 abr. 1965, p. 20.

buscaram mostrar que esse foi o principal objetivo das duas primeiras associações, isto é, criar entidades semelhantes em outras regiões do país, com outras denominações e militantes próprias, obedientes às lideranças centrais e aos homens que comandavam o IPÊS. Contudo, é necessário observar, e a presente tese tem esse propósito, que os demais grupos atuaram a partir de universos regionais e dinâmicas próprias, sem obedecer necessariamente àqueles que haviam contribuído para a sua fundação. Esse aspecto ficou mais evidente durante a ditadura civil-militar, momento em que essas agremiações apresentaram trajetórias ainda mais complexas.

Outro ponto que advém dessa perspectiva diz respeito à ausência de autonomia desses grupos de mulheres na realização de suas atividades e na tomada de posições em dois contextos importantes: no pré-golpe de 1964 e durante a ditadura civil-militar. Não descarto a influência que receberam, nem mesmo o forte investimento despendido pelo IPÊS às associações femininas. Porém, é preciso dimensionar as influências para não as tornar determinantes no entendimento da trajetória desses grupos espalhados pelo Brasil. Na minha compreensão, um elemento-chave na mobilização dessas mulheres, sobretudo em um primeiro momento, foi o sentimento anticomunista que tomava suas mentes. A ojeriza ao “comunismo” não era apenas fruto da propaganda muito bem elaborada pelo IPÊS para convencê-las a ocupar ruas e praças, mas um sentimento proveniente de crenças de parte da sociedade brasileira anteriores ao contexto dos anos 1960. Ou seja, tal pensamento fazia parte da cultura política dessas entidades, do seu repertório político.

1.2 As mulheres com “autonomia”

A *segunda perspectiva* historiográfica tem sua origem em trabalhos acadêmicos realizados a partir do início da primeira década de 2000. Se compararmos com a primeira leva de análises, é um conjunto maior de estudos produzidos, em sua maioria, pela área de História, influenciado por outras reflexões e abordagens em torno do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar. Posso dizer que essa “influência” ocorreu a partir do final dos anos 1990 e início da década seguinte⁴², quando as análises começaram a problematizar os comportamentos sociais e políticos durante a última ditadura brasileira, procurando entender a longevidade do regime político instaurado em 1964, para além do aparente antagonismo ditadura *versus* sociedade, que, por sua vez, permeava

⁴²As efemérides em torno dos 30, 40 e 50 anos do golpe de 1964, realizadas em formato de congressos, seminários e palestras, ilustram esse aspecto. Nessas ocasiões aconteceram amplos e profícuos debates sobre temas importantes relacionados ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. Alguns desses eventos resultaram na publicação de livros, como: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997; AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964: 2004)*. Bauru: Edusc, 2004; MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006; AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

parte importante da produção acadêmica⁴³. Ou seja, era preciso compreender que, assim como havia aqueles que ousaram desafiar a ditadura, postando-se na resistência, tantos outros e outras sentiram-se dispostos a defender o arbítrio ou transitaram entre esses dois polos, acomodando-se conforme as dinâmicas políticas e sociais da época. Para esses estudiosos, era preciso decodificar as complexas relações existentes entre sociedade e ditadura, para além da simples e aparente oposição. Esses questionamentos, no entanto, não estavam isolados, desconexos do campo acadêmico. Eram inquietações que refletiam concepções teóricas e metodológicas voltadas para: o imaginário e as representações políticas; as relações entre história e memória; a história social do político; e as culturas políticas⁴⁴. De maneira geral, elas foram definidoras na elaboração de pesquisas de dissertações e teses nos anos seguintes⁴⁵.

Em relação à produção acadêmica dessa segunda perspectiva historiográfica, elencamos três conjuntos de estudos que abordaram e/ou tangenciaram o tema das organizações de mulheres de direita. O primeiro deles data do início dos anos 2000 e buscou analisar as manifestações públicas pelas quais essas entidades femininas ganharam notoriedade: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Como veremos, não foram pesquisas interessadas em analisar especificamente os inúmeros grupos de mulheres que surgiram no início dos anos 1960, nem mesmo em entender a continuidade dessas entidades durante o regime. Em suma, nesses estudos, as entidades femininas foram abordadas como construtoras das Marchas, isto é, como sujeitos políticos que contaram com o apoio de outros segmentos para viabilizar essas manifestações por todo o país. Para tanto, os trabalhos apontam que o forte sentimento anticomunista, que tomava não apenas as mentes dos grupos femininos conservadores, mas também outras camadas sociais, foi crucial para o sucesso desses desfiles. Segundo esse conjunto

⁴³Daniel Aarão Reis (2000, 2004) foi um dos primeiros historiadores a questionar o aparente antagonismo entre ditadura e sociedade. Segundo Reis, a Lei de Anistia de 1979 colaborou na construção de uma memória social em que a ditadura era resultado exclusivamente do autoritarismo dos militares, e a sociedade uma vítima passiva do arbítrio. Outros historiadores, como Beatriz Kushnir (2004); Denise Rollemberg (2006, 2015); Lucia Grinberg (2009); Janaína Martins Cordeiro (2009, 2015); Samantha Viz Quadrat (2010); Gustavo Alonso (2011) e Tatyana de Amaral Maia (2012), seguiram, posteriormente, essa linha interpretativa ainda na primeira década de 2000.

⁴⁴No que diz respeito ao imaginário e às representações políticas, não podemos deixar de mencionar o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2002) sobre o anticomunismo. Resultado de sua tese de doutorado, a obra apresenta a tradição conservadora como elemento-chave na compreensão das duas principais “ondas” anticomunistas no Brasil: a primeira entre 1935 e 1937, e a segunda entre 1961 e 1964. O texto de Motta, além de ser uma referência sobre o anticomunismo brasileiro, é um dos primeiros a apontar a luta contra o comunismo como o principal motivo que levou ao surgimento de tantos grupos de mulheres pelo Brasil. Percebe-se em Motta, mesmo que sutilmente, o entendimento de que essas mulheres estavam imbuídas de fortes sentimentos anticomunistas e, assim, constituídas de certa autonomia frente aos organismos que colaboravam para sua estruturação e ações, como IPÊS (Motta, 2002, p. 241).

⁴⁵O historiador Carlos Fico (2008) contrapõe-se à interpretação de Dreifuss (1981) a respeito do golpe de 1964 e da participação do IPÊS. Para Fico, Dreifuss acreditava que o golpe era inevitável em razão da falta de apoio das forças políticas em torno do IPÊS e do IBAD, restando a derrubada de Goulart. Em relação ao IPÊS, Fico ressalta que não se deve “[...] superestimar a capacidade dessas instituições e de sua ação propagandística”. Para ele, as eleições de 1962 são demonstrativas das “[...] intenções daqueles que fazem propaganda e a maneira pela qual as mensagens são recebidas pelos diversos grupos sociais”.

de análises, esse sentimento de ojeriza ao comunismo não foi criado nesse contexto com vistas a desgastar o governo Goulart. Ele fazia parte de um imaginário construído muito antes, mas que na década de 1960, em plena Guerra Fria, sofreu modificações importantes.

O primeiro desses estudos intitula-se *Memória, imaginário social e esquecimento nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, de Evelyn Chaves Silva. Fruto de sua dissertação de mestrado em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), defendida em 2002, a pesquisa analisou a construção da memória em torno das Marchas da Família com Deus pela Liberdade⁴⁶. Apoiando-se em documentos dos grupos femininos, da imprensa e de entrevistas, Silva defendeu que a memória e o esquecimento têm um caráter estratégico na construção da narrativa a respeito das Marchas. Segundo a autora, esses segmentos que produziram tais eventos expressam, no presente, dificuldades em conviver com os desdobramentos históricos que tais fatos ajudaram a produzir (Silva, 2002). Contudo, apesar de Evelyn Silva compreender que os grupos envolvidos com as Marchas estiveram comprometidos com o ideário anticomunista em 1964, e que este tenha sido um fator importante em suas mobilizações, não ficou claro se esse ideário justificava, anos depois, a realização desses desfiles. De qualquer forma, sua pesquisa trouxe uma discussão que engatinhava nos espaços acadêmicos no início dos anos 2000 — as reflexões em torno das construções de memória sobre o golpe e a ditadura — e que ganharia terreno nos anos seguintes.

O segundo trabalho a respeito dessas manifestações públicas intitula-se *As Marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*, de Aline Alves Presot⁴⁷. Resultado de sua dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), defendida em 2004, a pesquisa teve como principal objetivo investigar as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, “[...] acontecimento que arregimentou milhares de pessoas em todo o país, constituindo-se em uma das maiores manifestações públicas de nossa história política” (Presot, 2004, p. 5)⁴⁸. Apesar de não analisar profundamente o histórico das associações femininas, e sim as ações desencadeadas pelas mulheres no contexto do golpe de 1964, como as Marchas, a pesquisa inovou ao distinguir minuciosamente os desfiles ocorridos antes e após o 31 de março de 1964: os primeiros com características mais combativas e voltados para a desestabilização do

⁴⁶A pesquisa foi realizada entre 2000 e 2001, e defendida em 2002. Evelyn Chaves Silva é historiadora. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8135920401091593>. Acesso em: 2 mar. 2022.

⁴⁷Realizada entre 2002 e 2003, a pesquisa foi defendida em 2004. Aline Alves Presot é historiadora e atualmente atua como professora da rede pública municipal de Ouro Preto, e realiza o doutorado em História pelo PPGH-UFGM. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4713647635332448>. Acesso em: 2 mar. 2022.

⁴⁸Posteriormente este trabalho foi publicado de forma mais condensada em: PRESOT, Aline Alves. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71-96.

governo Goulart, diferentemente dos posteriores que, por seu turno, buscaram legitimar o golpe, assemelhando-se mais a eventos festivos, atos comemorativos ou celebrações.

Aline Presot mapeou 69 Marchas ocorridas pelos quatro cantos do país, entre março e junho de 1964, com base em jornais, revistas e, também, na documentação do fundo CAMDE, do Arquivo Nacional. Sua pesquisa contribuiu com dois aspectos para o entendimento de quem eram essas mulheres de direita: o primeiro deles está relacionado aos inúmeros universos regionais mencionados pela historiadora. Pela imprensa da época, percebe-se quais símbolos e elementos culturais foram acionados pelas entidades para aglutinar mulheres, homens, jovens e idosos nesses eventos públicos. Além disso, para Presot (2004, p. 18), as Marchas não foram movimentos orquestrados pelas “elites” para golpear o nacional-reformismo. Ela entendeu que as motivações relacionadas ao anticomunismo foram cruciais para organizar as inúmeras manifestações que tomaram as ruas do país, como já havia apontado Motta (2002, p. 241) anteriormente. O segundo aspecto está relacionado às entidades femininas de direita. Sem adentrar profundamente no histórico das organizações, Presot destaca de que forma essas mulheres organizaram Marchas com tamanha envergadura, como foi o caso da “Marcha da Vitória” realizada no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964 e que, segundo a imprensa da época, contou com cerca de 1 milhão de pessoas. Da mesma maneira, a autora relacionou as marchas ocorridas no interior do país, organizadas por grupos femininos e outras entidades locais, e que contaram com a presença de políticos, religiosos, militares e os mais diferentes segmentos da sociedade, inclusive populares. Como pode ser visto, a pesquisa de Presot avançou em relação aos estudos anteriores, percorrendo as ações das direitas femininas durante a ditadura, por meio das Marchas. Além disso, seu trabalho destacou algumas das atividades das associações femininas no pós-1964, como a campanha em defesa da candidatura de Castelo Branco à Presidência da República, que tinham como finalidade legitimar o novo regime político. Segundo a autora:

Para coroar esta verdadeira campanha presidencial, foi formada uma comissão composta por cerca de 200 mulheres representantes da CAMDE, UCF, LIMDE, ADFG e outras organizações para uma viagem a Brasília, onde, junto ao Congresso, buscaram angariar adeptos, ao passo em que solicitavam a realização de eleições sem demora (Presot, 2004, p. 87).

Em suma, a pesquisa de Aline Presot forneceu subsídios a outros pesquisadores que posteriormente investigaram as atividades dessas organizações, antes e após os acontecimentos de 1964, compreendendo suas motivações por meio de crenças e valores religiosos, patrióticos e morais próprios desses segmentos sociais. Tais ações demonstraram que os grupos femininos, além de não terem desaparecido após o golpe de 1964, estavam dispostos a “livrar o país do comunismo” e a legitimar o novo regime político estabelecido.

O terceiro trabalho, *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*, é de Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira, e foi publicado em forma de artigo, em 2004⁴⁹. Baseando-se na imprensa, em documentos institucionais e em entrevistas, o texto constitui-se como resultado das investigações dos pesquisadores sobre o papel da sociedade civil na campanha golpista em 1964, mais precisamente em relação ao estado do Paraná. Nele, os autores detiveram-se a analisar a Marcha ocorrida em Curitiba, em 24 de março de 1964, rebatizada de “Marcha a favor do Ensino Livre”, na qual se priorizou “[...] ao contrário das principais temáticas seguidas em outras capitais (Belo Horizonte, Niterói, São Paulo e Rio de Janeiro), a luta pelas ‘liberdades individuais’, deixando os valores tradicionais cristãos em segundo plano” (Codato; Oliveira, 2004, p. 275). Para eles, esse fato é demonstrativo da complexidade do contexto pré-golpe de 1964 e da importância em se examinar universos políticos regionais. *Grosso modo*, ao comparar as diferentes Marchas com aquela que ocorrera em Curitiba, os autores verificaram que nesta última houve outros fatores que, diferentes daqueles que impulsionaram as demais manifestações pelo país, se tornaram determinantes na organização e no enredo do evento na capital do Paraná. Esses fatores, segundo eles, seriam resultantes de duas propostas polêmicas do Ministério da Educação na época: “a obrigatoriedade em se adotar nos colégios um ‘Livro Único’, editado pelo próprio MEC, e a pretensa ‘encampação de escolas particulares’ (leia-se: as escolas confessionais)” (Codato; Oliveira, 2004, p. 275). As conclusões de Codato e Oliveira (2004, p. 275) são de que “[...] esse repertório evidenciou, ao menos no nível do discurso, uma inclinação pelo liberalismo (político e econômico), ao contrário da orientação convencional para o conservantismo típico das camadas médias brasileiras no pós-1945”.

No que diz respeito aos grupos femininos, chama atenção no texto a importância dada pelos autores à ação conjunta entre a União Cívica Feminina Paranaense (UCFP), que planejou e organizou a manifestação, e a Associação Comercial do Paraná (ACOPA), que, por seu turno, fazia forte campanha anti-Goulart em seu semanário, dando plena cobertura à conspiração (Codato; Oliveira, 2004, p. 290). De acordo com Codato e Oliveira (2004, p. 19), o trabalho da UCFP na realização da Marcha contemplou: a vinda de deputados para ministrar palestras; o estabelecimento de contatos com outras agremiações femininas com o objetivo de expandir o movimento de mulheres de direita pelo país; a visita da organização à Assembleia Legislativa do Paraná e à Câmara Municipal de Curitiba com o intuito de fortalecer laços com políticos de

⁴⁹O artigo é resultado do projeto de pesquisa, “Instituições e comportamento político no Brasil contemporâneo: o Paraná em perspectiva histórica”, coordenado por Adriano Nervo Codato. Codato é cientista político e atualmente é professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3926768348141273>. Acesso em: 4 abr. 2022. Marcus Roberto de Oliveira é sociólogo, e atualmente trabalha como professor da rede municipal de Pinhais, no Paraná. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0337396800193860>. Acesso em: 4 abr. 2022.

direita; as excursões de suas associadas e outros segmentos sociais a outros municípios a fim de apoiar outras Marchas; e a promoção de cursos de orientação política direcionados a diversos segmentos sociais. As conclusões de Codato e Oliveira (2004, p. 295) são de que, diante dos trabalhos simultâneos e complementares entre a UCFP e a ACOPA na realização da Marcha, não há como identificar qual “[...] setor social [...] detém a hegemonia política e a hegemonia ideológica sobre o processo”. Portanto, há relativa autonomia da UCFP na condução da passeata em Curitiba, uma vez que, embora o grupo tenha agido em conjunto com outras entidades, coordenadas e financiadas pelo IPÊS, elas “[...] tomaram a si a tarefa de organizar o movimento”.

O quarto trabalho a tangenciar os grupos femininos de direita por meio das marchas refere-se ao artigo *Marchando com a Família com Deus e pela Liberdade*, de Ricardo Antonio Souza Mendes, de 2005. O texto é uma versão resumida de um dos capítulos da tese de doutorado do autor a respeito das direitas brasileiras entre 1961 e 1965 (Mendes, 2003)⁵⁰. Amparando-se nos Anais da Câmara Federal e na farta bibliografia sobre o tema, Mendes explorou nesse artigo a importância das Marchas para o golpe de 1964, sobretudo aquelas que ocorreram após o Comício da Central do Brasil, em 13 de março daquele ano. Para ele, essas manifestações públicas corporificaram a reação anti-Goulart que vinha se delineando desde 1961, mas que, diante do “[...] radicalismo de determinados discursos no ‘Comício da Central’” (Mendes, 2005, p. 234), catalisaram ainda mais a “[...] adesão de parcela significativa da sociedade em torno dos propósitos dos diversos atores que articulavam a deposição de João Goulart” (Mendes, 2005, p. 234). Ricardo Mendes compreende que, embora seja necessário considerar o peso do IPÊS nas mobilizações anti-Goulart, também é preciso levar em conta os desdobramentos de 1964, como o Comício da Central e a Revolta dos Marinheiros, na reatualização das agendas das direitas, sobretudo das organizações femininas. O autor defende que tais aspectos podem ser constatados no número de participantes das Marchas que ocorreram após o 13 de março de 1964, como as de São Paulo e do Rio de Janeiro, que reuniram mais de 500 mil pessoas, em contraposição a eventos menores, também articulados pelas organizações femininas, no início de março daquele mesmo ano (Mendes, 2005, p. 245). Esse aspecto refere-se à forma pela qual o autor entende as mobilizações das direitas, não tão amarradas e obedientes ao IPÊS. De acordo com Mendes (2005, p. 245), é preciso verificar que essas manifestações contaram, para além da tradicional classe média, com a presença de segmentos populares, inclusive de operários e demais trabalhadores.

⁵⁰A pesquisa foi realizada entre 1999 e 2002, e defendida em 2003. Ricardo de Souza Mendes é historiador e atualmente professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8588855890861557>. Acesso em: 4 abr. 2022. Posteriormente, a tese foi publicada integralmente. Cf. MENDES, Ricardo S. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020.

De modo geral, o que se depreende desse primeiro conjunto de análises é que as associações de mulheres de direita, mesmo que tenham sido influenciadas pelo IPÊS e por outras entidades “classistas” na condução de suas ações, como no caso das Marchas, tiveram autonomia para a tomada de decisões e para a construção de agendas próprias. Evidentemente, isso não quer dizer que elas não tenham estabelecido ações em conjunto com outros organismos e/ou que não tenham dependido de financiamento. No caso das Marchas, por exemplo, as organizações femininas contaram com o apoio de empresários, setores do catolicismo e militares, o que ficou evidente em ambas as perspectivas aqui sublinhadas. Contudo, como destacou Janaína Martins Cordeiro (2021, p. 4), o desafio ainda é verificar os “[...] distintos contextos e tradições, locais e regionais” dessas manifestações, que, por sua vez, expressavam “[...] anseios e receios cotidianos e indicavam os limites que a proposta reformista do governo Goulart encontrava, principalmente entre as elites, mas não apenas”. Ou seja, é necessário que novas pesquisas, com base em outras fontes e abordagens, investiguem o papel que as direitas, sobretudo as entidades femininas conservadoras, tiveram nas Marchas.

O segundo conjunto de trabalhos dessa segunda perspectiva historiográfica diz respeito a pesquisas mais específicas sobre alguns desses grupos femininos conservadores, entre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar. Como observaremos a seguir, embora tenham sido trabalhos importantes e instigantes para pensar essas entidades a partir de outras perspectivas teóricas, eles ainda refletem a necessidade de se investigar esses segmentos durante a ditadura. Por outro lado, são estudos que desafiaram a perspectiva que compreendia essas organizações como meras extensões do IPÊS, ao demonstrar que as sócias-militantes desses grupos agiram conscientemente, imbuídas de forte sentimento de repulsa ao comunismo.

O primeiro deles intitula-se *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*, de Dharana Pérola Ricardo Sestini, e consiste na dissertação de mestrado em História pela Universidade de São Paulo (USP), defendida em 2008, pela autora⁵¹. O trabalho teve como objetivo principal analisar as páginas da *Revista Família Cristã*, periódico católico editado no Brasil desde 1934, e seu projeto de “mulher brasileira” entre segmentos conservadores médios e altos da sociedade brasileira, como a União Cívica Feminina de São Paulo (UCF-SP).

Por meio de documentos da UCF-SP, como atas de reuniões, panfletos de campanhas cívicas, panfletos de divulgação da entidade e discursos em eventos comemorativos; do acervo pessoal de Paulina Evelina Cervo, secretária de Leonor Mendes de Barros, esposa do ex-governador Ademar de Barros; da *Revista Família Cristã* entre 1962 e 1964; e de 7 entrevistas com

⁵¹A pesquisa foi realizada entre 2005 e 2007, e defendida em 2008. Sestini é cientista social. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5191693266400149>. Acesso em: 4 abr. 2022.

mulheres que participaram da fundação da UCF-SP, Sestini (2008, p. 20-21; 94) constata que o periódico tornou-se uma espécie de “receituário”, “[...] indicando qual seria o comportamento ideal para a mulher” na sociedade. Para tanto, a autora considera que foi preciso constituir um discurso valorizador da mulher, definida como “anjo do lar”: “boa mãe, sensata, virtuosa, boa esposa, responsável pela boa condução moral, espiritual e física do espaço doméstico” (Sestini, 2008, p. 94). A contribuição de Sestini (2008, p. 95) na compreensão das entidades femininas de direita está na observação de que a UCF-SP, ao ocupar o espaço público entre 1962 e 1964, o faz como uma extensão de seu próprio lar. E esse discurso não era retórico: para a autora, foram os elementos do mundo privado, sobretudo as ameaças que entendiam que corriam suas famílias, que moveram as militantes da UCF-SP. Segundo Sestini (2008, p. 95), foi dentro dessa visão de mundo que as paulistas, e outras mulheres de entidades afins, desempenharam papel fundamental “[...] reunindo mulheres, divulgando o anticomunismo na sociedade e reivindicando o golpe militar de 1964”.

Sestini contribuiu com os estudos sobre as direitas femininas, aprofundando a análise sobre uma das mais atuantes organizações da época, a UCF-SP. No entanto, a autora não teve o cuidado ao apontar que a UCF-SP foi “[...] a única a permanecer em atividade ao longo dos anos de regime autoritário, realizando projetos assistências e cívicos, cursos, palestras e comemorações” (Sestini, 2008, p. 42). Como veremos, outras organizações continuaram em atividade no pós-1964, como o MAF, a CAMDE, a CDF e a ADFG. Mesmo que elas tenham priorizado outras áreas, como a assistência social, com vistas a garantir a sobrevivência do grupo, como afirmou Sestini (2008, p. 42) ao se referir à UCF-SP e seus núcleos do interior, cabe justamente investigar as trajetórias dessas mulheres nessas áreas, bem como os motivos que as levaram a abraçar o assistencialismo/filantropia em plena ditadura.

O segundo trabalho desse conjunto de produções sobre as organizações femininas conservadoras intitula-se *A “Nação que se salvou a si mesma”: entre memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974)*, de Janaína Martins Cordeiro. Resultado de sua dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), defendida em 2008, o trabalho investigou a trajetória da Campanha da Mulher pela Democracia, a CAMDE, desde seu surgimento em 1962 ao final das atividades da organização em 1974⁵². A autora analisou o primeiro e o mais influente núcleo da CAMDE, precisamente o grupo de mulheres que

⁵²A pesquisa foi realizada entre 2006 e 2007, e defendida em 2008. Um ano após, em 2009, a dissertação foi premiada pelo Programa Nacional de Núcleos de Excelência (Pronex)/UFF Culturas Políticas e publicada pela editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob o título *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Janaína Martins Cordeiro é historiadora e atualmente é professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFF (PPGH-UFF). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7651230332566234>. Acesso em: 4 abr. 2022.

frequentava a paróquia de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, no Rio de Janeiro (Cordeiro, 2009, p. 34).

A pesquisa de Cordeiro contribuiu em diversos aspectos para a historiografia, na medida em que avançou a análise sobre um dos grupos femininos mais atuantes da época, a CAMDE, verificando os caminhos percorridos por essas mulheres durante a ditadura, o que até então não havia sido realizado por outras investigações. A CAMDE, como demonstrou Cordeiro, teve ativa participação nos governos dos generais presidentes, seja na construção da legitimidade, do consenso e/ou do consentimento.

[...] é preciso compreender as ações desenvolvidas pela Camde após o golpe – inclusive as de assistência social e as campanhas ditas de “utilidade pública” – como parte de uma estratégia política de consolidação e legitimação do regime civil-militar e de tudo o que ele representava em termos de arcabouço ideológico e simbólico (Cordeiro, 2009, p. 83).

Para a realização de seu trabalho, Janaína Martins Cordeiro utilizou fontes já manuseadas por outros estudiosos, como documentos da CAMDE, jornais e revistas, localizados nos fundos CAMDE e IPÊS, do Arquivo Nacional, e realizou algumas entrevistas com as ex-sócias-militantes, o que proporcionou novas reflexões sobre o objeto de pesquisa. Em verdade, partindo de concepções teóricas sobre culturas políticas e memória, Cordeiro discutiu em seu trabalho as complexas relações estabelecidas entre ditadura e sociedade. Isto é, procurou entender de que maneira se desenrolou a relação entre a CAMDE e a ditadura, distanciando-se da perspectiva anterior que compreendia o comportamento dessas mulheres sob a lógica da manipulação das classes dominantes sobre os segmentos medianos da sociedade. De forma inovadora, a autora analisou a estrutura da entidade, suas associadas, suas lideranças e suas inúmeras ações, concluindo que a militância da CAMDE foi “[...] resultado da crença desses segmentos políticos em determinados valores e instituições, como a família, a religião e a pátria que estariam ameaçadas pelo ‘perigo comunista’” (Cordeiro, 2009, p. 118). Ou seja, a atuação do grupo foi marcada pela atuação consciente, “[...] fruto da realização de escolhas específicas em favor de determinadas demandas políticas” (Cordeiro, 2009, p. 119). De acordo com Cordeiro (2009, p. 113), para compreender esses grupos cívicos, como a CAMDE, deve-se levar em conta “[...] o peso que determinados valores e instituições – como, por exemplo, o medo de que o comunismo destruísse a família e a religião – possuíam para o imaginário político brasileiro [...]” (Cordeiro, 2009, p. 113). Portanto, para a estudiosa, as relações dos grupos femininos com outras instituições resultaram mais em “[...] trocas de experiência e compartilhamento de ideais do que propriamente manipulação. Até mesmo de ajuda financeira, sem que esta significasse manipulação política” (Cordeiro, 2009, p. 119).

O trabalho de Janaína Martins Cordeiro é, portanto, o mais representativo dessa segunda perspectiva, ao demonstrar de maneira mais clara a militância como ação consciente e que resultava de escolhas e crenças políticas dessas mulheres que perfilaram as mais diferentes entidades brasileiras. A autora entendeu que a lógica da manipulação/coerção não é suficiente para explicar a adesão dessas mulheres à ditadura civil-militar. Cordeiro (2009, p. 120) defendeu que elementos da cultura política compartilhados por esses segmentos sociais precisam ser levados em consideração “[...] se quisermos compreender o consentimento e atuação das mulheres com relação à ditadura civil-militar”. Para a autora, essa é a chave explicativa para que possamos entender a militância de direita como uma opção que se apresentava não apenas às mulheres, mas também a outros segmentos sociais (Cordeiro, 2009, p. 120).

O terceiro trabalho que relaciono desse conjunto de estudos específicos sobre os grupos de mulheres conservadoras refere-se à pesquisa para o doutorado em História de Reginaldo Cerqueira Sousa, defendida em 2016, na Universidade Federal do Paraná, e intitulada *República das mulheres de virtude: um estudo sobre as bases sociais de apoio ao governo dos militares*⁵³. Com base em documentos das associações femininas, em documentos oficiais produzidos pelos órgãos de repressão e vigilância e em matérias veiculadas na imprensa, o trabalho de Sousa (2016, p. 8) analisa “[...] a participação política das mulheres organizadas em associações femininas de caráter religioso, cultural e cívico, bem como a colaboração de indivíduos comuns que forneceram informações de suspeitos para os órgãos de repressão”. Especificamente, a tese de Sousa dedica-se ao estudo do Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC), da Liga das Mulheres Católicas de Curitiba e da União Cívica Feminina Paranaense (UCFP) entre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar.

Sobre a UCFP, o autor percorre a criação da entidade em 1963, sob orientação da UCF-SP, os perfis das associadas, das lideranças, bem como suas principais ações políticas, como a Marcha a Favor do Ensino Livre, realizada em 24 de março de 1964 na cidade de Curitiba. Sousa ainda mapeou diversas entidades do Paraná que estiveram envolvidas com as mulheres conservadoras da UCFP, tanto no financiamento e no suporte da entidade quanto na própria composição de seus quadros.

⁵³A pesquisa foi realizada entre 2012 e 2015, e defendida em 2016. Reginaldo Cerqueira de Sousa é historiador e atualmente trabalha como professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1720254111592839>. Acesso em: 9 abr. 2022. Em um artigo mais recente, o autor apresenta algumas das discussões produzidas em sua tese, mais especificamente sobre a UCFP. Para Sousa, o grupo foi importante na preparação e articulação das mulheres a favor do golpe de 1964, assim como na defesa da presença dos militares na manutenção da ordem e na preservação dos valores morais cristãos. Ver: SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura em Curitiba (1964-1985). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 389-412, 2018.

A tese de Reginaldo Sousa avançou no tema ao analisar o comportamento dos grupos femininos de direita no Paraná durante os anos 1960 e 1970, demonstrando o entusiasmo e a disposição desses em colaborar na consolidação dos governos do regime civil-militar. O desafio do autor foi analisar a participação das associações cívicas femininas para além dos anos iniciais da ditadura, percorrendo o processo de consolidação do regime ditatorial (Sousa, 2016, p. 10). Para Sousa, a ditadura foi possível porque justamente encontrou grupos e sujeitos dispostos a colaborar com o poder estabelecido a partir de 1964. O autor chamou atenção para o fato de que as mulheres da UCFP não apenas difundiam ideais e valores cívico-patrióticos entre a população, mas também partilhavam dessas perspectivas com outros segmentos sociais (Sousa, 2016, p. 201). Contudo, a forma pela qual o autor compreendeu a atuação da UCFP circula entre a crença e a instrumentalização de sentimentos cívicos e patrióticos postos em prática por esses segmentos.

Para além dos dois conjuntos de trabalhos mencionados nessa segunda perspectiva, destacamos um terceiro, cuja contribuição para o conhecimento das organizações femininas de direita brasileiras está relacionada a uma perspectiva global. Trata-se dos trabalhos da historiadora norte-americana Margaret Power⁵⁴, da Universidade de Chicago. Power é uma estudiosa das mulheres de direita latino-americanas, dedicando-se nos últimos anos a estudar o impacto que brasileiras e chilenas de direita tiveram sobre as mulheres conservadoras norte-americanas ao longo dos anos 1960 e 1970. De maneira bastante inovadora, Power, por meio de densas pesquisas concluiu que a “[...] relação entre as mulheres de direita no Brasil, no Chile e nos Estados Unidos era multidirecional, fluindo do Sul para o Norte, do Sul para o Sul e do Norte para o Sul”. Para tanto, Power valeu-se da imprensa da época que, segundo a historiadora, “[...] incluía desde o *The New York Times*, passando pelo *Reader's Digest*, a *Time* e o *Newsweek*, até os jornais de pequenas cidades, publicados em todo o território norte-americano, que levaram as notícias dessas mulheres a uma variedade de locais” (Power, 2014, p. 72).

Longe da ideia de que os Estados Unidos teriam desempenhado o único papel na luta anticomunista nas Américas, Power, explorando uma nova gama de fontes, verificou que as mulheres brasileiras foram pioneiras nesse caminho.

Elas ofereceram às mulheres anticomunistas, em todo o continente, o exemplo inspirador de mulheres se organizando com sucesso para livrar seu país de um presidente democraticamente eleito [...]. As mulheres chilenas, que se opuseram a

⁵⁴Para tanto, examino o artigo de Margaret Power publicado na revista *Varia História*, em 2014. POWER, Margaret. Conexões transnacionais entre as mulheres de direita: Brasil, Chile e Estados Unidos. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 67-83, jan./abr., 2014. O texto faz parte das discussões apresentadas em obra mais ampla publicada em 2010 sobre as conexões transnacionais das direitas femininas nas Américas. Ver: POWER, Margaret. *New Perspectives on the Transnational Right*. New York: Palgrave/McMillan, 2010. Anteriormente, Power dedicou-se a analisar o caso da direita feminina chilena e seu papel na deposição de Salvador Allende em 1973. Sobre esse aspecto, ver: POWER, Margaret. *La mujer de derecha: El Poder Femenino y la lucha contra Allende, 1964-1973*. Santiago: DIBAM (Biblioteca Nacional de Chile), 2008.

Allende, basearam-se no exemplo das mulheres brasileiras e em sua própria história de atividade anticomunista [...], com o intuito de derrubar o governo democraticamente eleito [...] (Power, 2014, p. 82).

O trabalho de Margaret Power apresenta novas conclusões a respeito das direitas femininas latino-americanas, examinando suas práticas políticas e suas conexões transnacionais. Baseando-se na análise dessas redes de contatos entre latino-americanas e norte-americanas, verifica métodos, táticas e estratégias variadas que as direitas femininas empregaram na implementação de sua agenda conservadora. Conforme Power (2014, p. 67), sua pesquisa “[...] desafia a literatura acerca das mulheres de direita nos Estados Unidos, que tem ignorado o impacto que as mulheres conservadoras do Brasil ou do Chile tiveram sobre os movimentos desse país”. Dessa forma, a autora analisa o fluxo transnacional de informações e ideias acerca do anticomunismo e a “[...] construção de movimentos a partir de um ângulo diferente — aquele das mulheres conservadoras no Brasil e no Chile, em direção às mulheres de direita nos Estados Unidos [...]” (Power, 2014, p. 69). Para Power (2014, p. 82-83), as brasileiras foram pioneiras na mobilização anticomunista e ofereceram às mulheres de todo o continente um exemplo inspirador, sendo que muitas de suas atividades foram publicadas pela imprensa norte-americana e utilizadas por mulheres norte-americanas, como foi o caso da líder Phyllis Schlafly.

Power (2014, p. 83) acredita que os discursos e identidades nacionalistas, que definem as direitas no Brasil, no Chile, nos Estados Unidos e em outros lugares, “[...] não impedem a adoção simultânea de influências, contatos e recursos transnacionalistas”. Portanto, defende que uma perspectiva transnacional permite “[...] uma compreensão mais profunda dos múltiplos métodos, táticas diversas e estratégias variadas que a direita emprega para organizar, muitas vezes com sucesso, a implementação de sua agenda conservadora e sua ascensão ao poder”.

Os trabalhos de Margareth Power alinham-se a essa segunda perspectiva historiográfica ao apontar para a autonomia desses grupos de mulheres de direita — brasileiras, chilenas e norte-americanas —, desde a elaboração de agendas políticas próprias, até a conquista de novas militantes, a organização de manifestações públicas e, principalmente, a construção de redes transnacionais. Ela entende que não se deve desmerecer os financiamentos de agentes externos, nem mesmo os incentivos aos grupos femininos por parte dos governos dos Estados Unidos e dos demais países. Contudo, o trabalho de Power considera que o anticomunismo foi um elemento central na configuração das direitas femininas, uma vez que o universo privado dessas mulheres (donas de casa, mães e esposas) parecia ruir diante da suposta “ameaça vermelha”.

Por fim, é preciso dizer que as duas perspectivas historiográficas acerca dos grupos femininos, sem dúvida, levam em conta a forma pela qual se compreende o próprio golpe de

1964 e a ditadura civil-militar. Se a primeira perspectiva compreendia o golpe como a tomada do Estado pelo bloco multinacional e, dessa forma, os grupos femininos como “braços” da burguesia para orquestrar os segmentos medianos da sociedade, que, por seu turno, atuariam no desgaste do governo Goulart, a segunda perspectiva entende que há uma complexidade muito maior de agentes e interesses envolvidos na deposição de Jango. Como ficou claro, para os estudiosos da segunda perspectiva, os grupos femininos não eram agentes que em nome da burguesia organizaram manifestações públicas e atos contra o governo Goulart. Para eles, essas mulheres realmente acreditavam que o comunismo representava uma ameaça ao seu mundo e, por isso, seria indispensável sua presença nas ruas, em atividades públicas, como comícios e passeatas. Mas elas não esmoreceram em 1964 e, como algumas poucas pesquisas apontaram, continuaram em atividade sob os governos da ditadura civil-militar.

Se foram manipuladas/instrumentalizadas, ou se eram conscientes de suas ações, o que ficou evidente nesse breve balanço historiográfico é que o anticomunismo foi o elemento central a mobilizar essas organizações no pré-golpe, mais precisamente entre 1962 e 1964. A questão, no entanto, é a compreensão desse fenômeno — anticomunismo — mediante as ações desses grupos. Ou seja, eram crenças próprias desses segmentos — classes médias — que geravam a interpretação de que seu universo (religião, país e família) corria perigo, e, portanto, era preciso agir contra o “comunismo”? Ou o anticomunismo desses grupos refletia a forte propaganda empregada pelo IPÊS como uma estratégia de mobilização das classes médias?

Já em relação às trajetórias dessas associações após 1964, o quadro historiográfico demonstrou que foram analisados apenas três grupos femininos que permaneceram dispostos a colaborar com a legitimidade da ditadura e a trabalhar para a construção de consensos em torno das políticas do regime civil-militar: UCF-SP, UCFP e CAMDE. Esse dado é revelador sobre o quanto ainda é preciso avançar nas análises sobre os comportamentos sociais sob regimes autoritários, sobretudo daqueles segmentos situados à direita do espectro político. É preciso avançar, no sentido de compreender melhor as formas pelas quais se constituíam esses apoios, bem como outros tantos comportamentos expressos por esses grupos. Como veremos, nem todas as organizações de mulheres de direita desapareceram nos primeiros anos da ditadura. Houve aquelas que findaram suas atividades na metade dos anos 1970, assim como aquelas que seguiram como grupo até o início dos anos 1980 e/ou o final dos anos 1990. Da mesma forma, há outras organizações que permanecem atuando até hoje.

Nesse sentido, a presente tese reforça aspectos já tratados pela segunda perspectiva, como a compreensão de que os grupos femininos conservadores tinham autonomia na elaboração de suas agendas e pautas políticas, sem depender necessariamente de organismos maiores, a exemplo

do IPÊS. Também compreende que as ações dessas entidades resultaram de suas próprias crenças, tradições e representações, e não a partir da meticulosa manipulação promovida pelo “capital”. Além disso, este trabalho reforça o entendimento de que a ditadura civil-militar contou com vasto apoio social, inclusive na elaboração de suas políticas autoritárias. Da mesma forma, a tese inova ao analisar o comportamento adesista de dois grupos cívicos femininos durante a ditadura, levando em consideração que a adesão não significou obediência irrestrita e/ou cega a tudo que era imposto, mas a uma complexa relação na qual entidades cívicas e autoridades do regime trabalharam em conformidade para atender às suas expectativas. Por último, pretende-se inovar na compreensão das mutações nos comportamentos adesistas desses grupos ao longo de suas trajetórias, demonstrando, em alguns casos, mudanças mais profundas.

Capítulo 2 — Cruzada Democrática Feminina (CDF)⁵⁵

A Cruzada Democrática Feminina (CDF) surgiu entre setembro de 1963 e março de 1964, na cidade de Recife, em Pernambuco, e permaneceu em atividade até o início da década de 1980. *Grosso modo*, a trajetória das “cruzadistas”⁵⁶ pode ser dividida em duas fases: na primeira, que compreende apenas alguns poucos meses entre 1963 e 1964, percebe-se a formação da CDF, sua composição social e as primeiras movimentações políticas da agremiação até o processo que desembocou no golpe de 1964. Na segunda fase, que abarca a ditadura civil-militar, vê-se, como desdobramento da primeira, a nítida adesão da organização ao novo regime político instaurado a partir de 1964, e sua clara busca por torná-lo legítimo socialmente. A ênfase deste capítulo é analisar as mais variadas formas de apoio à ditadura por parte da CDF e a forma como essas ações adesistas contribuíram para a legitimidade em torno do regime ditatorial.

2.1. As origens da “Cruzada”

Segundo os relatos fornecidos à imprensa por suas dirigentes, durante as comemorações de seu primeiro aniversário, em março de 1965, a CDF teve sua origem em um encontro de mulheres, dois anos antes, em 15 de setembro de 1963, no tradicional Colégio Regina Pacis⁵⁷, em Recife⁵⁸. O evento foi organizado por Sebastião Barreto Campello⁵⁹ e Paulo Maciel⁶⁰, e contou com a presença de inúmeras mulheres da região⁶¹. Pelas declarações das pernambucanas, as falas de Campello e Maciel sobre a situação política brasileira “[...] calou no espírito de todas [...], sendo que muitas das presentes se comprometeram a se unir numa luta cívica, numa arrancada

⁵⁵Em alguns documentos, sobretudo na imprensa, a organização também aparece como Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco (CDFP).

⁵⁶Utilizo essa expressão ao me referir ao grupo por entender que a própria denominação que lhe foi dada confere às mulheres da CDF ação, movimento e luta contra o “inimigo vermelho”, o “comunismo”.

⁵⁷A escola Regina Pacis era uma instituição religiosa, de origem belga, que se estabeleceu em Pernambuco no final do século XIX. Disponível em: <https://crpacos.com.br/o-colegio>. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁵⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres recifenses lideraram a reação democrática no Estado”. *Diário de Pernambuco* (PE), 1 abr. 1965, p. 2.

⁵⁹Sebastião Barreto Campello era membro da tradicional família Campello, de Pernambuco. Embora tenha atuado profissionalmente como engenheiro (civil, mecânico e elétrico), participou de diferentes movimentos católicos entre os anos 1940 e 1960, como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a notadamente conservadora Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica. Disponível em: https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto_completo/?docid=6BAA7B9274DA94FF0325756D0067A863. Acesso em: 6 mar. 2023.

⁶⁰Paulo Frederico do Rego Maciel foi professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia e do Departamento de Economia da UFPE. Iniciou sua trajetória política como secretário de finanças de Pernambuco, no governo de Cid Sampaio (1959-1962), e, posteriormente ao golpe de 1964, foi presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-frederico-do-rego-maciel>. Acesso em: 14 dez. 2021. Paulo Maciel esteve presente nas primeiras aparições das mulheres que formaram a CDF, inclusive discursando em defesa da formação de um grupo de mulheres em Pernambuco face ao “perigo das pregações comunistas”. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Senhoras em passeata lutam pela democracia”. *Diário de Pernambuco* (PE), 7 mar. 1964, p. 3.

⁶¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres recifenses lideraram a reação democrática no Estado”. *Diário de Pernambuco* (PE), 1 abr. 1965, p. 2.

patriótica pela conquista do direito de terem uma pátria livre para um povo livre, de tradições heróicas como a gente brasileira”⁶².

Todavia, as palavras proferidas por Campello e Maciel não foram determinantes nem as únicas motivações que levaram as pernambucanas a se organizarem. Os temores com a suposta “comunização” do país tomavam as mentes desses segmentos à direita, sem que houvesse necessariamente manipulação por parte de outros agentes sociais e políticos. A crença de que os “comunistas” representavam o mal e que estariam dispostos a assaltar o poder do país não era novidade alguma, constituindo-se parte do imaginário e da cultura política das direitas brasileiras desde o início do século XX (Motta, 2002). Isso podia ser percebido nos vários outros encontros após a reunião do Colégio Pacis, onde eram realizadas, semanalmente, palestras que as estimulavam cada vez mais a permanecerem organizadas. Nesses espaços, eram as mulheres que tomavam a dianteira do movimento, constituindo uma agenda própria, como ficou evidente nas diversas ações posteriores.

A primeira dessas ações foi o trabalho de alistamento eleitoral realizado pelo grupo ainda em 1963. Tal iniciativa, por sua vez, era uma resposta ao resultado das eleições de 1962, na qual, além de Miguel Arraes, do Partido Social Trabalhista (PST), ter sido eleito governador, derrotando João Cleofas, candidato da União Democrática Nacional (UDN) e representante das oligarquias canavieiras, as esquerdas emplacaram José Ermírio de Moraes, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para o senado, sem falar em um significativo número de deputados eleitos para a Câmara Federal e para a Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) (Soares, 1982, p. 107). Dessa forma, elas entendiam que o descaso dos “democratas” com o alistamento havia permitido a vitória dos “comunistas” em Pernambuco, e que, portanto, era preciso agir urgentemente, impedindo que eles conquistassem mais espaços. Para tanto, dividiram a cidade de Recife em zonas e delegaram a um pequeno grupo⁶³ a incumbência de mapear e alistar outras mulheres com o objetivo de conquistar votos “anticomunistas” para os candidatos de direita em futuros pleitos eleitorais⁶⁴. Não se sabe o porquê, mas esse trabalho não obteve o êxito esperado e foi suspenso a partir de dezembro de 1963 (Simões, 1985, p. 34).

No entanto, provavelmente em razão do recesso de final de ano, as atividades do grupo só retornaram a partir de 17 de fevereiro de 1964, com a palestra do Padre Manoel Bezerra de

⁶²*Ibid.*, p. 2.

⁶³O grupo era composto por Carmita Brito e Silva, Elza Camposana, Maria Clara Melo Mota, Maria Rosa Borges e Milinha Novaes Campello.

⁶⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres recifenses lideraram a reação democrática no Estado”. *Diário de Pernambuco* (PE), 1 abr. 1965, p. 2.

Melo, no também tradicional Colégio São José⁶⁵, onde foram ouvidos depoimentos de várias das mulheres. Daquele momento em diante, segundo o histórico da CDF, “[...] ficou resolvido que, a exemplo das irmãs do sul já poderíamos dar um nome a esse movimento que, embora não contasse ainda com a adesão de numerosas senhoras, pelo entusiasmo e vibrações do seu grupo [...] já se considerava vitorioso”⁶⁶. É muito provável que as pernambucanas tenham tido contato com e/ou visto pelos noticiários a movimentação de outras organizações, como a UCF e a CAMDE, que, naquele momento, completavam dois anos de existência, despertando o interesse em formar uma entidade semelhante em Recife. De todo modo, durante esse período, até a Marcha de 6 de março de 1964, o grupo intitulava-se Movimento Feminino pela Liberdade (MFL).

2.1.2. A Marcha do dia 6 de março

O clima de “entusiasmo”, descrito pela imprensa, somado ao temor dessas mulheres em relação ao suposto avanço “comunista” no país, levou à organização de uma Marcha no dia 6 de março de 1964, em Recife⁶⁷. Era uma manifestação contra as mobilizações dos trabalhadores rurais de Pernambuco (Simões, 1985, p. 34), mais especificamente contra as ações das Ligas Camponesas, que, por sua vez, tinham como “[...] proposta [...] defender os camponeses da exploração dos latifundiários, conscientizando-os sobre suas péssimas condições de trabalho e procurando esclarecê-los de que tinham direitos a reclamar” (Ferreira; Gomes, 2014, p. 82). Contudo, sob a liderança de Francisco Julião, a partir dos anos 1960, as Ligas acabaram radicalizando suas bandeiras, sobretudo a da reforma agrária.

Em Pernambuco, as Ligas Camponesas mobilizaram-se intensamente e contaram com o apoio do então governador Miguel Arraes, que, por sua vez, tomou medidas que beneficiavam os camponeses e suas lutas, como a determinação de que nenhum trabalhador em Pernambuco ganhasse menos de um salário mínimo, e que as forças policiais do estado não fossem utilizadas para reprimir os trabalhadores (Ferreira; Gomes, 2014, p. 83).

⁶⁵Fundado em 1866 pelas Irmãs de Santa Dorotéia, o Colégio São José era uma instituição educacional, de caráter religioso, que formou muitas das mulheres que fizeram parte da CDF. Disponível em: <http://www.colegiodesaojose.br>. Acesso em: 02 abr. 2022; CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Ângela de Araújo Barreto Campelo*. Recife, 01 jun.1985; CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luiza Carneiro Campello. Recife, 28 maio 1985; CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Maria do Carmo Barreto Campelo*. Recife, 25 maio 1985.

⁶⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres recifenses lideraram a reação democrática no Estado”. *Diário de Pernambuco* (PE), 1 abr. 1965, p. 2.

⁶⁷A Marcha do dia 6 de março de 1964 antecedeu a todas as demais Marchas ocorridas no país, porém parece ter sido esquecida/silenciada pelas organizações cívicas femininas do sudeste do país, que, por sua vez, consideram como “marco” a manifestação de São Paulo, em 18 de março de 1964. Como exemplo dessa memória que enaltece a Marcha paulista, ver: MATIAS, Rodrigues. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964*. São Paulo: União Cívica Feminina (UCF), [s.d.].

No entanto, tanto as medidas de Arraes quanto as lutas das Ligas Camponesas por uma reforma agrária urgente, somadas ao conjunto de Reformas de Base proposto pelo governo João Goulart, acabavam alimentando cada dia mais o sentimento anticomunista das direitas, que rapidamente se organizavam em Pernambuco. Esse sentimento era alicerçado em um imaginário de medo, no qual os “comunistas” estariam tomando o país, destruindo os alicerces da civilização ocidental, como a família, a religião cristã e a nação. Em Pernambuco, acrescia-se a esse imaginário o temor dos grandes proprietários rurais, que acreditavam que o projeto nacional-reformista de João Goulart e de Miguel Arraes era permissivo com o avanço do “perigo vermelho” ou era a própria materialização do comunismo.

Era esse o cenário no qual ocorreu a Marcha do dia 6 de março de 1964. A convocação foi feita pela imprensa escrita e pelo rádio⁶⁸ dias antes do ato público. O jornal *Diário de Pernambuco* (PE) anunciava que a manifestação era organizada pela “mulher pernambucana” e convidava “[...] sem distinção de religião, classe social ou cor, todas as mulheres — as donas de casa, as professoras, as funcionárias públicas, as estudantes, as comerciárias e as operárias”⁶⁹, como forma de dar certo ar de união entre os diferentes segmentos sociais.

O evento teve início no Colégio São José, onde, reunidas no pátio da escola, as mulheres do MFL escutaram novamente os pronunciamentos de Paulo Maciel, que dizia que “[...] a mulher pernambucana estava ali para sustentar a bandeira da liberdade”, e de Maria do Carmo Tavares de Miranda, conhecida por “Carminha”, que apelou a todas as mulheres presentes que participassem da passeata⁷⁰. Contudo, como católicas praticantes, as mulheres sentiram a falta de seu líder espiritual, Dom Carlo Coelho, arcebispo metropolitano de Recife e Olinda, que naquele momento agonizava no Hospital Centenário (Bandeira, 2004, p. 47)⁷¹.

Participaram da manifestação cerca de 800 pessoas, em sua maioria mulheres, que marcharam do Colégio São José até o IV Exército para homenagear seu comandante em exercício, o general Justino Alves Bastos⁷². Com uma longa trajetória militar, Joaquim Justino Alves Bastos foi nomeado comandante do IV Exército, sediado em Pernambuco, em setembro de 1963, em substituição ao general Castelo Branco, que assumiu a chefia do Estado-Maior do

⁶⁸CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Maria do Carmo Barreto Campelo*. Recife, 25 maio 1985.

⁶⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres promovem concentração em defesa do Brasil”. *Diário de Pernambuco* (PE), 5 mar. 1964, p. 3.

⁷⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Manifesto feminino foi lido perante o general Alves Bastos”. *Diário de Pernambuco* (PE), 7 mar. 1964, p. 3.

⁷¹Dom Carlo Coelho faleceu um dia após a Marcha, em 7 de fevereiro de 1964, sendo substituído por Dom Helder Câmara. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Corpo de Dom Carlos em câmara ardente: amanhã, sepultamento na Sé de Olinda”. *Diário de Pernambuco* (PE), 8 mar. 1964, p. 1.

⁷²Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR RJANRIO PE). Recortes de jornais: “Mulheres pernambucanas iniciam movimento para a defesa da democracia”. *Jornal do Brasil* (RJ), 8 mar. 1964, s/p.

Exército, no Rio de Janeiro (Castello Branco, 1979). Seu percurso pela região ganhou notoriedade entre as direitas, ao sufocar protestos de movimentos sociais rurais, como as Ligas Camponesas, contrariando até mesmo o governador Miguel Arraes. Por isso, a homenagem ao militar. Ademais, Justino conspirava contra o governo de João Goulart junto a grupos civis, como ficou evidente na homenagem prestada pelas mulheres ao general e nas posteriores reverências ao seu nome pelos golpistas de 1964.

O desfile contou com um grupo de senhoras à frente, portando bandeiras do Brasil e de Pernambuco, enquanto muitas outras mulheres seguravam cartazes com frases sobre as “heroínas do Tejucupapo”⁷³ — referência à luta das mulheres pernambucanas contra os invasores holandeses no século XVII, na Batalha de Tejucupapo, cujo desfecho foi a derrota holandesa graças ao papel das mulheres da região⁷⁴. É interessante observar que esse uso político do passado por parte dessas mulheres, de luta e resistência, oferecia àquelas do século XX semelhante atributo: “heroínas”, que igualmente lutavam pela expulsão dos invasores, agora os “comunistas”. Em um dos cartazes descritos pela imprensa, com os dizeres “a mulher pernambucana continua fiel às heroínas de Tejucupapo”⁷⁵, percebe-se uma tentativa de dar sentido, de estabelecer continuidade, entre as lutas das “heroínas do Tejucupapo” e as das pernambucanas do século XX. A intenção em reatualizar as “heroínas de Tejucupapo” era motivada pelo fato de a memória a respeito da batalha estar coberta de aspectos positivos, que reiteravam sentimentos de orgulho em parte importante da sociedade pernambucana a respeito de seu passado. Essa reatualização fazia parte das representações políticas, constituintes da cultura política do grupo, em que buscavam tornar presente algo que não era diretamente dado aos sentidos (Falcon, 2000, p. 46). É importante lembrar que, dentre os diferentes aspectos que caracterizam a cultura política de grupos sociais e partidos políticos, por exemplo, consta justamente o fato de partilharem de leituras do passado, de dar sentido a uma narrativa que proporciona identidade ao grupo (Berstein, 1998, p. 363). Dessa forma, o uso político da memória a respeito das heroínas de Tejucupapo, além de encontrar abrigo no grupo que a utilizava, ganhava sentido e receptividade em outros segmentos que acompanhavam a Marcha.

⁷³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Senhoras em passeata lutam pela democracia”. *Diário de Pernambuco* (PE), 7 mar. 1964, p. 3.

⁷⁴Conforme Maria Brandão (2004), em meados do século XVII o Brasil foi palco de grandes conflitos decorrentes do processo de busca de riquezas e dominação territorial nas regiões coloniais sul-americanas. A Batalha de Tejucupapo insere-se nesse cenário, notadamente no contexto das invasões holandesas, e foi marcada pela intensa presença de mulheres na luta luso-brasileira contra os invasores. Segundo a autora, essas mulheres eram “[...] donas de casa, agricultoras, gente mestiça, negras e índias [...]” (Brandão, 2004, p. 33).

⁷⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Senhoras em passeata lutam pela democracia”. *Diário de Pernambuco* (PE), 7 mar. 1964, p. 3.

Figura 1 — Marcha do Dia 6



Fonte: HDB-BN, *Diário de Pernambuco* (PE), 7 mar. 1964, p. 3.

Ao final do desfile, em frente ao IV Exército, as líderes foram recebidas pelo general Justino, que, da sacada do quartel, pode escutar a leitura de um manifesto, em nome do MFL. Nele, elas justificavam sua aparição pública da seguinte forma:

Somos um agrupamento de mulheres convencidas de que não devemos distorcer a evidência dos nossos destinos e da nossa sensibilidade social, mas, que devemos também realizar todos os atributos da nossa condição. Reunimo-nos sem considerações de classe ou cor, de grupo ou categoria econômica, de crença ou de partido, no sentido mais alto do termo, uma opção quanto a um sistema de poder. É com uma ponderação feminina legítima que procuramos contribuir nesse momento grave da vida nacional, sob pena de fugirmos ao nosso dever de encarar, em uma perspectiva própria e complementar, o destino da sociedade em que vivemos⁷⁶ [grifos meus].

Ou seja, as mulheres de direita, conservadoras, compreendiam que eram naturais e, portanto, inquestionáveis as desigualdades econômicas, sociais, políticas e, sobretudo, de gênero, uma vez que não lhes cabia ocupar o espaço público sem a “permissão” masculina. Não poderiam distorcer os destinos a que foram designadas como mulheres, a não ser que a ameaça recaísse sobre os atributos de sua condição. Assim, como mulheres — mães, esposas e donas de casa —, elas precisavam fazer a defesa do espaço privado, o qual estaria em perigo com o avanço “comunista”. Era esse, o “perigo vermelho”, o maior medo a mover as pernambucanas, como fica claro no seguinte trecho do manifesto:

Resolvemos, então, clara e publicamente, externar as causas de nossas preocupações, e, talvez possamos acrescentar, desassossegos — evitar que se implante no Brasil um novo sistema de poder totalitário, que compreendemos estar sendo construído a cada instante. As vezes sutil, as vezes ostensivamente, através da conquista de posições, de dispositivos e de finanças, se arma um esquema totalitário, escondido sob o nome de nacionalismo, termo cuja explicitação atual implica em só ser usado entre aspas — ou sob o nome de socialismo [...] ⁷⁷ [grifos meus].

⁷⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Manifesto feminino foi lido perante o general Alves Bastos”. *Diário de Pernambuco* (PE), 7 mar. 1964, p. 3.

⁷⁷*Ibid.*, p. 3.

Após a leitura, o general Justino Alves Bastos agradeceu às manifestantes pelas palavras dirigidas às Forças Armadas, e afirmou que elas, as mulheres pernambucanas, teriam todo o direito de expressar seu patriotismo. Ou seja, em outras palavras, a mensagem do general “autorizava” o grupo de mulheres a agir no espaço público. Por fim, foram dados prolongados aplausos e cantou-se o Hino Nacional⁷⁸.

Três pontos aqui são importantes e merecem ser analisados. O primeiro refere-se à reverência ao general Justino por parte dessas mulheres. Como já foi dito, isso não ocorria à toa, pois se tratava de um militar ligado às conspirações engendradas na época. Porém, o gesto também parecia uma espécie de agradecimento pelos trabalhos de Justino na repressão aos movimentos camponeses, tendo em vista que nas fileiras do grupo havia mulheres que pertenciam às famílias de usineiros, grandes proprietários de terras e produtores de açúcar e álcool de Pernambuco.

O segundo ponto está relacionado a essa espécie de “permissão” solicitada pelas mulheres para atuarem no espaço público. Semelhantemente aos demais grupos femininos que surgiram na época, houve a necessidade de apresentá-las, no manifesto, como seres do espaço privado, que, frente à ameaça comunista ao país, precisavam ocupar o espaço público (Cordeiro, 2009). Essa forma de apresentação, que parece ter sido comum entre esses grupos, buscava ressaltar a pretensa “feminilidade” de suas militantes na luta que se travava contra os “vermelhos”. Tal “feminilidade” era vista como sinônimo de docilidade e sensibilidade, demarcada pela convivência harmônica, pacífica, com o universo masculino. Dessa forma, como percorrer as ruas do Recife em protesto não era algo comum entre as mulheres pernambucanas nos anos 1960, precisamente àquelas das tradicionais famílias da região, era preciso justificar seu comparecimento em espaços ocupados cotidianamente por homens a partir de aspectos de uma pretensa “feminilidade” que não colidiria com a luta masculina, mas se somaria a ela.

Semelhantemente às brasileiras, a atuação das mulheres chilenas de direita durante o governo de Salvador Allende, examinado pela historiadora Margaret Power (2008), também demonstra o quanto foi preciso o apoio daqueles que sempre estiveram no poder. Segundo Power (2008, p. 204), os homens apoiaram as mulheres antiallendistas, e fizeram isso porque entendiam que:

[...] fortalecía sus propias ideas de género y no los atacaba a ellos ni atacaba su posición dominante en la sociedad. Además, comprendían la importancia que revestía la participación de las mujeres en el conjunto de la lucha contra la UP y valoraban la contribución que ellas hacían a esa lucha.

⁷⁸*Ibid.*, p. 3.

O terceiro e último ponto refere-se ao comparecimento de cerca de 800 mulheres em frente ao IV Exército como grupo que buscava se apresentar publicamente de forma organizada. Conforme consta no manifesto:

Assim sendo e reconhecendo o papel das Forças Armadas como garantidoras da liberdade, das tradições cristãs e das instituições vigentes, seria natural que começássemos por elas a comunicar a nossa existência e os nossos desígnios. Apressamos esse contato para hoje, diante das ameaças à ordem democrática constitucional que vivemos em nosso Estado, a qual contou, como fiador de sua restauração, o exmo. sr. comandante do IV Exército. Os atos desses últimos dias foram cenas mais chocantes do manifesto processo de subversão que vimos observando em Pernambuco e do qual os sintomas são os mais variados⁷⁹.

Como se pode notar, as Forças Armadas foram procuradas para legitimar o movimento e para cerimoniar o surgimento da organização, atestando a proximidade entre as militantes do MFL e os setores militares.

Portanto, até a Marcha de 6 de março de 1964, o grupo havia atuado no anonimato, sem maiores declarações públicas. Como elas diziam, durante seis meses movimentaram-se de modo “[...] cauteloso, sem alarde, nem publicidade [...]”⁸⁰, numa espécie de “clandestinidade”, como pontuou Simões (1985, p. 34). Esse comportamento, contudo, deve ser entendido a partir dos temores e receios do grupo com relação ao que compreendiam como o avanço “comunista”. Em declarações posteriores elas afirmavam o seguinte:

Ocorrências gravíssimas de invasões de terras, incêndios nos canaviais, atentados pessoais nos engenhos e usinas, permanência de camponeses armados nas ruas do Recife [...], enfim a agitação geral em todo o Estado causavam sérias apreensões no seio da família pernambucana⁸¹.

Mesmo que esses acontecimentos tenham sido superdimensionados por elas, dando a impressão de que viviam em uma espécie de “guerra”, é preciso considerar que a repulsa ao “comunismo” e a tudo aquilo que ele representava fazia parte do imaginário do grupo. Incompletas e imperfeitas, essas representações implicavam distorção da realidade, devido, nesse caso, ao medo que elas tinham acerca do que viria a ser o “comunismo”. Tal fato acabava influenciando as mulheres do MFL a orientarem muitas de suas ações nesse sentido, pois acreditavam, e isso não era simples retórica, que estava em curso no Brasil a tomada do poder pelos “comunistas”.

⁷⁹*Ibid.*, p. 2.

⁸⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres recifenses lideraram a reação democrática no Estado”. *Diário de Pernambuco* (PE), 1 abr. 1965, p. 2.

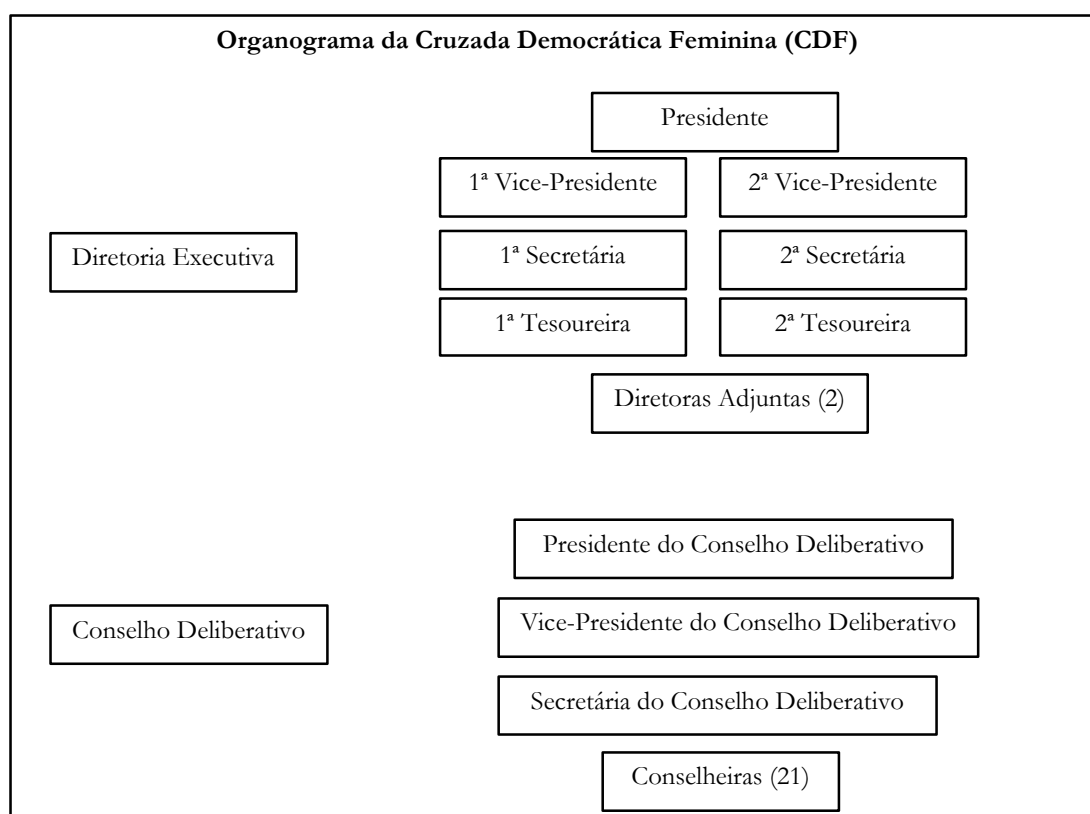
⁸¹*Ibid.*, p. 2.

2.1.3. A fundação da CDF

A CDF foi fundada três dias após a Marcha do dia 6, em 9 de março de 1964, pelas mesmas mulheres que faziam parte do MFL. Não se sabe ao certo os motivos que levaram à mudança do nome, nem mesmo que tipo de influência a CDF sofreu por parte de outros grupos cívicos femininos do sudeste do país. A única informação de que disponho se refere a uma entrevista de Amélia Molina Bastos, em 1967, na qual a ex-líder da CAMDE afirmava ter sido difícil fundar um grupo em Recife, pois as mulheres pernambucanas temiam represálias do governo Arraes. Segundo Amélia, a CAMDE encaminhou emissários e correspondentes com vistas a organizar um grupo em Pernambuco semelhante ao da entidade carioca⁸².

Entre 1964 e 1982, a CDF teve nove diretorias, compostas quase sempre pelas mesmas integrantes, atestando certa rotatividade entre um seletor grupo de mulheres, o que parece ter sido comum entre as organizações de mulheres conservadoras da época (Simões, 1985; Cordeiro, 2009)⁸³. Conforme o organograma a seguir, a CDF tinha a seguinte estrutura:

Figura 2 — Organograma da Cruzada Democrática Feminina (CDF)



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

⁸²“Dona Amélia Molina Bastos ou como e onde marcha a CAMDE”. Entrevista concedida a Stella M. Senra Pollanah e publicada na revista feminina *Livro de Cabeceira da Mulher*, ano I, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

⁸³Para uma listagem das diretorias da CDF, ver o Apêndice A.

Não tive acesso ao estatuto da entidade, mas pelas fontes disponíveis verifica-se que a diretoria executiva e o conselho deliberativo da CDF eram escolhidos a cada dois anos, em assembleia. Ao longo de seus dezoito anos de existência, a organização teve oito presidentes⁸⁴, sendo que a primeira delas, Maria Clara Carneiro da Cunha de Melo Mota, permaneceu poucos meses no comando da CDF. Duas delas, Cristina Azevedo e Maria Luiza Carneiro Campello, presidiram a organização em dois mandatos consecutivos: Cristina liderou entre 1966 e 1970, e Maria Luiza entre 1972 e 1976. Contudo, antes e depois de suas gestões, elas assumiram outros cargos na CDF. Maria Luiza Carneiro Campello, por exemplo, antes de assumir a presidência da entidade, fez parte do conselho deliberativo entre 1964 e 1966, e foi a primeira secretária da CDF entre 1966 e 1972. Cristina Azevedo, por seu turno, integrou o conselho deliberativo da CDF entre 1964 e 1966, e entre 1970 e 1976, intercalando esses períodos com os seus dois mandatos como presidente. Esse também foi o caso de Adelazil de Brito Barros, que antes de se tornar presidente, entre 1976 e 1978, foi primeira vice-presidente entre 1966 e 1968, segunda tesoureira entre 1968 e 1970, diretora adjunta entre 1972 e 1974, e membro do conselho deliberativo entre 1974 e 1976.

Portanto, assim como os demais grupos cívicos femininos, embora o discurso fosse o de aglutinar mulheres, independentemente de seus estratos sociais, os quadros dirigentes da CDF permaneceram nas mãos de um pequeno grupo que fundou a entidade, excluindo outros segmentos sociais. No entanto, isso não significa dizer que as mulheres pobres, que residiam nas periferias de Recife, tenham ficado de fora dos trabalhos da CDF.

Desde sua fundação, as “cruzadistas” trataram de formar núcleos da CDF na cidade de Recife. O objetivo era alcançar outras mulheres, aumentando o número de sócias, que contribuíssem com ações que almejavam legitimar e construir consensos em torno da ditadura. De acordo com a CDF, os núcleos tinham um valor estimado, pois:

[...] a grande irradiação desse movimento é feita através dos núcleos. Estes são instalados em bairros e arrabaldes da cidade, tendo como cabeça a coordenadora que conta com sócias divididas em grupos de dez, com uma chefe em cada grupo. *Essas senhoras, trabalhando junto à classe pobre, vão dando toda assistência possível: cursos de pintura, arte culinária, corte e costura, alfabetização para adultos com professora especializada, ao mesmo tempo que procura esclarecer com palestras e filmes educativos.* Isto se faz chegar em ambientes antes corrompidos pela ideologia comunista⁸⁵[grifos meus].

⁸⁴Maria Clara Carneiro da Cunha de Melo Mota (1964); Carmem de Alencastro Salazar Neves (1964-1966); Cristina Azevedo (1966-1970); Ângela de Araújo Barreto Campello (1970-1972); Maria Luiza Carneiro Campello (1972-1976); Adelazil de Brito Barros (1976-1978); Maria Regina Menezes Leite (1978-1980); e Maria de Fátima Moury Fernandes (1980-1982). As informações foram obtidas por meio de reportagens do *Diário de Pernambuco* (PE), na HDBN-BN, e de documentos disponíveis no SIAN.

⁸⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Coluna da Cruzada Democrática Feminina”. *Diário de Pernambuco* (PE), 28 mar. 1965, p. 2.

Ao todo, foram criados onze núcleos: Madalena, Tamarineira, Boa Vista, Porto de Parada, Campo Grande, Prado, Torre, Chié, Areias⁸⁶, Casa Amarela e Córrego do Bartolomeu⁸⁷. Como os próprios nomes indicam, eles ficavam em bairros de Recife, em alguns casos, em regiões bastante empobrecidas da cidade, como a favela do Chié, assim como em bairros populosos, como é o caso de Casa Amarela — que durante muito tempo foi o maior colégio eleitoral da capital pernambucana. Essa estrutura foi semelhante à da CAMDE, que conforme Janaína Cordeiro (2009, p. 51-53), constituiu um núcleo na favela da Rocinha, cujos objetivos, no entendimento da CAMDE, eram instruir social e politicamente as comunidades, e prepará-las para o exercício da cidadania. No caso das gaúchas da ADFG, embora não tenha ocorrido a formação de núcleos pela periferia de Porto Alegre, percebe-se, da mesma forma que suas congêneres em outros estados, a inserção da organização nessas regiões de modo semelhante ao da CAMDE e ao da CDF.

Além dos núcleos, a CDF também criou, no final de 1965, sua ala estudantil⁸⁸. Não está muito claro os motivos para arregimentação de jovens meninas para a CDF, mas se presume que a entidade via como necessária a renovação de seus quadros e a ampliação de sua área de influência. Ademais, é possível afirmar que os trabalhos das “cruzadistas” nas escolas de Recife, bem como nos seus diferentes núcleos, tenham originado a ala juvenil da organização.

A expansão das “cruzadistas” pela capital pernambucana era carregada de uma forte concepção elitista própria dessas camadas sociais, as quais pretendiam, em última análise, “civilizar” as populações pobres, “ensinando-lhes” os “bons modos” de que lhes faltavam. Nessa perspectiva, cabia aos segmentos médios e altos da sociedade, a partir de seus valores e tradições, “educar” as populações pobres, das extensas periferias do Brasil, sem abalar o *status quo*. Assim, a intenção era justamente reforçar as diferenças existentes, fossem elas econômicas, sociais, políticas e de gênero, a partir das mais variadas justificativas que faziam parte do repertório das direitas. Ao mesmo tempo, como elas não cansavam de mencionar em suas colunas no *Diário de Pernambuco* (PE), aquele era um trabalho que visava eliminar a influência das ideias “comunizantes” promovidas pelas esquerdas.

Ainda sobre os aspectos relacionados ao funcionamento da CDF, cabe dizer que, diferentemente de outros grupos, as “cruzadistas” não criaram núcleos em outras cidades de

⁸⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Coluna da Cruzada Democrática Feminina”. *Diário de Pernambuco* (PE), 20 dez. 1964, p. 2.

⁸⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Coluna da Cruzada Democrática Feminina”. *Diário de Pernambuco* (PE), 8 ago. 1965, p. 13.

⁸⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Coluna da Cruzada Democrática Feminina”. *Diário de Pernambuco* (PE), 12 dez. 1965, p. 10.

Pernambuco, como fizeram a CAMDE, a UCF, o MAF e a ADFG em seus respectivos estados⁸⁹. O que se observa, ao contrário, foi a coordenação central da CDF, sob sua diretoria executiva em Recife, em relação aos núcleos existentes na própria cidade. Todavia, essa estrutura e funcionamento da CDF não inibiram que reivindicações e ações políticas tivessem como horizonte o estado de Pernambuco e a região nordeste.

2.1.4. As associadas

Assim como nos demais grupos existentes, havia certo “perfil” entre as mulheres que fizeram parte da CDF. Esse “perfil” correspondia, em certa medida, às condições socioeconômicas, culturais e políticas das “cruzadistas”, o que não significa dizer que todas as associadas e militantes da CDF tivessem exatamente as mesmas características. Ao longo desta pesquisa, foram listadas 99 integrantes da entidade, que, pela imprensa, apareciam como membros da diretoria ou do conselho deliberativo, ou apenas como sócias. *Grosso modo*, eram mulheres dos segmentos médios e altos de Recife, na maior parte esposas e/ou filhas de médicos, advogados, engenheiros, empresários, políticos, juristas e militares. Em alguns dos casos, eram integrantes de famílias tradicionais de Pernambuco, ligadas à grande propriedade rural, como canavieiros e usineiros, e ao comércio.

Destaco aqui dois exemplos de mulheres dos segmentos altos de Recife que integraram a CDF. O primeiro refere-se à família Campelo/Campello, cuja propriedade, o antigo Engenho da Torre, deu origem ao bairro da Torre, em Recife. A família teria migrado para a região no século XVIII, ocupando as terras do engenho da Torre até sua extinção na década de 1970. Inicialmente, a propriedade voltava-se exclusivamente para a produção de cana-de-açúcar, mas, a partir da segunda metade do século XIX, passou a produzir algodão, fundando a Fábrica da Torre, em 1874 (Cavalcanti, 1998, p. 90-93). Tais aspectos indicam uma transformação de parte da cidade de Recife, até então rural e marcada pelo histórico colonial, para um espaço urbano, que se notabilizava pelo crescimento da indústria têxtil. Constam entre as associadas da CDF seis mulheres da família Campelo/Campello⁹⁰ — Ângela Barreto Campello, Maria do Carmo Barreto Campello, Maria José Barreto Campello, Maria Luiza Carneiro Campello, Milinha Novaes

⁸⁹Em março de 1973 foi criada a Cruzada Feminina de Pesqueira pela Democracia (CFPD), na cidade de Pesqueira, interior de Pernambuco, com finalidades muito semelhantes as da CDF. No entanto, a entidade não foi fundada e nem esteve subordinada à CDF. Sendo que, o que se pode observar foram influências das recifenses na constituição do grupo de Pesqueira, assim como a realização de atividades em conjunto. No que se refere à trajetória da CFPD, pelas poucas informações disponíveis, percebe-se que as pesqueirenses, diferentemente das recifenses, permaneceram ativas até 1988. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Começa em Pesqueira a Feira do Doce e da Renda com atrações”. *Diário de Pernambuco* (PE), 29 out. 1988, p. 20.

⁹⁰O sobrenome variou muito entre Campello e Campelo, não havendo, portanto, por parte da imprensa, maiores cuidados em divulgá-lo da forma correta. Para tanto, utilizamos a grafia mais recorrente e que pode ser vista em outros conjuntos documentais.

Campello e Tereza Barreto Carneiro Campelo, todas ocupantes de cargos nas diretorias da organização entre 1964 e 1978. Dessas, Ângela, Maria José e Maria do Carmo eram filhas de Francisco Barreto Campello, jurista, deputado federal constituinte de 1934, líder católico e herdeiro das propriedades do Engenho da Torre⁹¹; além de Lília de Araújo Barreto Campello, neta de Francisco Xavier Lopes de Araújo, o Barão de Parimã⁹². Eram três filhas dos treze filhos do casal, que tinha também Sebastião Barreto Campello, um dos incentivadores da formação da CDF ainda em 1963.

Ângela, Maria José e Maria do Carmo nasceram entre os anos 1910 e 1920, em Recife, e desde cedo, foram educadas a partir dos preceitos de uma família conservadora brasileira, para a qual a defesa da pátria, da família e da religião cristã era imprescindível. Isso se dava em razão dos ensinamentos que receberam cotidianamente de seus familiares e dos espaços que frequentavam desde muito jovens, como a Igreja e a escola. Seus pais haviam servido de exemplos a serem seguidos por elas no decorrer de suas vidas. Ângela, por exemplo, dizia que sua mãe era “[...] uma mulher forte, quando se tratava da defesa da pátria ou da família ou do sentimento religioso dela”⁹³; e Maria do Carmo, por sua vez, afirmava que ela e suas irmãs eram a continuação de seu pai, sobretudo com relação ao seu sentimento anticomunista e antigetulista⁹⁴. Como integrantes das elites recifenses, frequentaram o tradicional Colégio São José, e, posteriormente, seguiram com os estudos universitários. Ângela fez o curso Normal⁹⁵, tornando-se professora, o que era comum entre as mulheres dos segmentos medianos e altos da época. Maria do Carmo cursou Letras Clássicas⁹⁶ e tornou-se uma conhecida poetisa na região, inclusive publicando muitos de seus poemas em jornais e em livros. Maria José formou-se em Direito⁹⁷, mas não há dados sobre se atuou como advogada posteriormente.

O segundo exemplo é o da associada Aida da Cunha Novais (1898-1982). Embora fosse natural da cidade de João Pessoa, Aida viveu parte de sua vida no Mato Grosso, onde se casou com o médico Joaquim Novais, falecido nos anos 1940⁹⁸. Não sabemos ao certo a trajetória de Joaquim, mas pelo que dispomos, percebe-se que ele dispunha de engenhos de açúcar em Pernambuco, uma vez que Aida recebera a transferência da titularidade de um engenho em 1950,

⁹¹Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-barreto-rodrigues-campelo>. Acesso em: 12 abr. 2021.

⁹²CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Ângela de Araújo Barreto Campelo*. Recife, 01 jun.1985.

⁹³*Ibid.*

⁹⁴CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Maria do Carmo Barreto Campelo*. Recife, 25 maio 1985.

⁹⁵CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Ângela de Araújo Barreto Campelo*. Recife, 01 jun. 1985.

⁹⁶CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Maria do Carmo Barreto Campelo*. Recife, 25 maio 1985.

⁹⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Pernambuco continua protestando contra agressão a Checoslováquia”. *Diário de Pernambuco* (PE), 25 ago. 1968, p. 14.

⁹⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Fizeram anos ontem”. *O Estado de Mato Grosso* (MT), 27 jan. 1953, p. 2.

o qual estava em nome de Joaquim⁹⁹. Mesmo diante das circunstâncias impostas pela estrutura patriarcal, Aida desfrutava de privilégios dos quais poucas mulheres de sua época dispunham¹⁰⁰. Por pertencer aos segmentos abastados da sociedade pernambucana, Aida, por exemplo, foi a única mulher que pôde participar da Associação dos Fomecedores de Cana de Pernambuco¹⁰¹. E muito embora não tenha figurado entre as diretoras da CDF, ela não deixou de estar presente em reuniões do grupo, provavelmente contribuindo financeiramente com a entidade, que, em grande medida, defendia os interesses de seu extrato social.

Há poucas informações quanto à faixa etária das associadas, sendo que dos 99 nomes listados, conseguimos dados de apenas 31 militantes da CDF¹⁰². Desse universo, constata-se que boa parte delas nasceu entre os anos 1910 e 1920, ou seja, teriam entre 30 e 40 anos de idade quando do surgimento do grupo. Portanto, acredita-se que, entre 1963 e 1964, a maioria delas se encontrava casada e com filhos, perfazendo a imagem da “mulher-mãe” das direitas. Esses dados sinalizam o esperado para as mulheres brasileiras da época, sobretudo desses extratos sociais: o casamento com os chamados “bons partidos” e o ato de tornarem-se mães. Algo “naturalizado”, como chamou atenção Carla Bassanezi Pinsky (2014, p. 49-50), ao se referir ao ideário de feminilidade existente nos “anos dourados” e que se mantinha, ainda nos anos 1960, entre diferentes segmentos. O casamento, a maternidade e a domesticidade eram elementos que reforçavam tal ideário.

Em relação à formação educacional, pelas informações obtidas, poucas das “cruzadistas” procuraram construir carreiras profissionais para além de seus “deveres” como donas de casa. Contudo, ao buscarem formação, normalmente as associadas da CDF tornaram-se professoras primárias, e poucas delas escritoras e advogadas, mas desde que tais atividades não colidissem com suas atribuições prioritárias, ou seja, os cuidados com o lar e com a família.

No entanto, mesmo que houvesse certo “perfil” de mulher entre as sócias da CDF — dona de casa, mãe e esposa —, chama a atenção a trajetória de Maria do Carmo Tavares de Miranda, a “Carminha”, que, como vimos, foi uma das grandes articuladoras na criação do grupo que originou a CDF.

Maria do Carmo nasceu em 1926, em Vitória do Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco¹⁰³, pertencendo a uma tradicional família da região, o que, em parte, contribuiu para

⁹⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Transferência do engenho de açúcar para Aida da Cunha Novais”. *Brasil Açucareiro*, mar. 1950, p. 31.

¹⁰⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Jets”. *Diário de Pernambuco* (PE), 10 maio 1964, p. 2.

¹⁰¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Associação dos Fomecedores de Cana de Pernambuco”. *Diário de Pernambuco* (PE), 4 dez. 1958, p. 13; Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Instituto do Açúcar e do Alcool – Usina Brasil”. *Diário de Pernambuco* (PE), 19 jul. 1959, p. 14.

¹⁰²Nesse caso, a maior parte das fontes de pesquisa utilizadas são certidões de óbito encontradas no site *Family Search*.

¹⁰³Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/L1FD-8D9>. Acesso em: 13 fev. 2022.

que tivesse uma sólida e erudita formação, tendo colado grau em Letras Clássicas¹⁰⁴ e Filosofia¹⁰⁵ pela Universidade do Recife¹⁰⁶, entre os anos 1940 e 1950. Após a última formação, tornou-se professora de Metafísica na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, em 1953, e, posteriormente, iniciou um percurso de estudos pela Europa, onde concluiu seu doutorado em Filosofia pela Universidade de Sorbonne, em Paris. Também realizou alguns estudos na Alemanha, sob a coordenação do filósofo Martin Heidegger¹⁰⁷.

Seu retorno ao Brasil foi marcado pelo concurso que realizou, em 1960, para a cátedra de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes do Recife. O concurso ocorreu em setembro daquele ano, e a banca era composta por professores da Escola e de Belas Artes, como o pintor e desenhista Murillo La Greca, e por professores de outras instituições, dentre os quais José Denizard Macedo de Alcântara, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Ceará¹⁰⁸. Além de Maria do Carmo, o outro candidato era o educador Paulo Reglus Neves Freire, que naquela época já se dedicava à educação dos analfabetos pobres¹⁰⁹, tornando-se uma sumidade na área. O resultado do concurso, no entanto, aprovou Maria do Carmo, que, segundo alguns dos membros da banca, “defendeu sua tese com excepcional brilho”¹¹⁰. Sob o título *Pedagogia do tempo e da História*, Miranda tomou como tema a pedagogia dos hebreus como raiz e fundamento para a civilização e cultura ocidental¹¹¹.

Há poucas informações a respeito da escolha de Maria do Carmo, em vez de Paulo Freire. Conforme Dimas Veras (2010, p. 108):

As poucas referências são unânimes em ressaltar que a prova didática contribuiu para o insucesso de Paulo Freire no concurso e para a fortuna daquela. Dizem que Paulo apresentou modestamente, apoiado no birô, as bases da reflexão que havia proposto em

¹⁰⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Vida Escolar. Concluintes da Faculdade de Filosofia”. *Diário de Pernambuco* (PE), 12 dez. 1945, p. 5.

¹⁰⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Vida Escolar. Concluintes de 1951 da Faculdade de Filosofia”. *Diário de Pernambuco* (PE), 25 mar. 1952, p. 6.

¹⁰⁶A Universidade do Recife foi formada em agosto de 1946, aglutinando as faculdades de Direito, Medicina, e Filosofia, e as escolas de Farmácia, Odontologia, Belas Artes e Engenharia do Recife. Ela passou a se chamar Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) apenas em 1967, durante a ditadura, quando integrou o novo sistema de educação do país, vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/historia>. Acesso em: 13 set. 2022.

¹⁰⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Nova docente da Escola de Belas Artes”. *Diário de Pernambuco* (PE), 24 set. 1960, p. 5.

¹⁰⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Concurso para a cátedra de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes”. *Diário de Pernambuco* (PE), 22 set. 1960, p. 15.

¹⁰⁹A tese apresentada por Paulo Freire, *Educação e atualidade brasileira*, tornou-se posteriormente uma referência no campo da Educação, sendo inclusive publicada. Ver: FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, 2012.

¹¹⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Nova docente da Escola de Belas Artes”. *Diário de Pernambuco* (PE), 24 set. 1960, p. 5.

¹¹¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Contribuição do povo hebreu para uma teoria da formação humana”. *Diário de Pernambuco* (PE), 25 set. 1960, p. 11. A tese foi publicada em 1965, pela Imprensa Universitária, sob o mesmo título, *Pedagogia do Tempo e da História*. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Livro de Costa Porto I. U. lança à tarde”. *Diário de Pernambuco* (PE), 18 jan. 1966, p. 3.

sua tese de livre docência. Alguns afirmam que a professora [...] abordou em sua aula o movimento da escola nova numa perspectiva internacional, enquanto outros defendem que a mesma ministrou uma aula sobre o conceito de educação a partir de uma perspectiva da tradição pedagógica israelense-judaica ou talvez ontológica [...]. Talvez tenha sido um pouco dos três, o conteúdo talvez seja o menos importante, já que os relatos são unânimes em ressaltar a retórica, a erudição e o domínio das línguas estrangeiras esbanjados pela professora durante a prova didática.

Contudo, acredito que a arguição de Maria do Carmo não tenha sido suficiente para explicar o resultado, e, por isso, acrescento outro aspecto que talvez ajude a elucidar a questão. Entre os membros da banca julgadora encontrava-se José Denizard Macedo de Alcântara, que ainda adolescente, nos anos 1930, foi um dos principais líderes da Ação Integralista Brasileira (AIB) em Cariri, Ceará, fazendo parte da chamada Milícia Integralista da região (Montenegro, 2005). Depois do final da Segunda Guerra Mundial, Alcântara filiou-se ao Partido de Representação Popular (PRP), sigla que aglutinou diversos integralistas, elegendo-se vereador por Fortaleza. Portanto, é possível que as inclinações políticas e ideológicas de Denizard à direita, assim como de outros membros da comissão julgadora, tenham contribuído para a escolha de Maria do Carmo Tavares de Miranda, uma vez que ela era abertamente conservadora, em contraposição a Paulo Freire. Assim como Dimas (2010, p. 108), compreendo que a disputa pela cátedra tenha sido emblemática, pois envolvia a disputa entre dois projetos educacionais: de um lado, Maria do Carmo, defensora da escola particular e da pedagogia tradicional; do outro, Paulo Freire, árduo defensor da escola pública e de novos enfoques educacionais.

A sólida formação a que Maria do Carmo teve acesso e, sobretudo a sua consequente circulação em espaços intelectuais e acadêmicos, não impediram sua atuação política, como foi visto anteriormente. Pelo contrário, penso que esses aspectos possam ter contribuído para a sua notória liderança nas primeiras movimentações da CDF, uma vez que ela havia adquirido certa respeitabilidade de uma parcela da classe política, e, principalmente, das mulheres da elite local.

Isso porque Maria do Carmo não destoava significativamente das demais “cruzadistas”. Afinal, era uma mulher conservadora, anticomunista e defensora da manutenção do *status quo*, o que a aproximava de muitas daquelas que fizeram parte da agremiação. Mesmo que não tenha feito parte dos quadros da diretoria da CDF, é preciso lembrar que ela foi uma das grandes incentivadoras da formação do grupo e uma das principais organizadoras das primeiras movimentações públicas da CDF¹¹².

Próxima de Gilberto Freyre, a quem ele chamava de “filósofa de Paris”, Maria do Carmo fez uma série de homenagens ao autor de *Casa-Grande & Senzala*, inclusive em conferências e

¹¹²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Democrática Feminina recebe apoio de 30 entidades paulistas”. *Diário de Pernambuco* (PE), 18 mar. 1964, p. 3.

palestras¹¹³. Em julho de 1964, durante a ditadura, Freyre, de sua parte, defendia o nome de Maria do Carmo para interventora na reitoria da Universidade do Recife, afirmando o seguinte:

[...] ninguém estranhe se o próximo reitor da Universidade do Recife [...] vier a ser uma mulher do valor intelectual, da capacidade de trabalho, da visão universitária e da firmeza de ânimo de Maria do Carmo Tavares de Miranda. Seria uma inovação em harmonia com o melhor espírito da Revolução de 31 de março, encarnado com a maior dignidade pelo presidente Castelo Branco¹¹⁴.

[...] talvez deva ser considerada um dos mais altos saberes humanísticos de que possa orgulhar-se uma universidade brasileira. Não exagero: o traço que deixou na Sorbonne foi o mais luminoso que já deixou até hoje na Universidade de Paris e talvez em universidade européia uma mulher brasileira.

[...]

Sob esse critério, é que uma Maria do Carmo Tavares de Miranda poderia ter sido escolhida pelo presidente Castelo Branco, reitor-interventor da Universidade do Recife, num ato que teria sido, ao mesmo tempo de alta expressão de “justiça revolucionária”, sinal de nova orientação de política universitária da parte de um governo realmente animado de espírito renovador. Ou animado mais desse espírito que do apenas tranquilizador¹¹⁵.

A CDF, por sua vez, também oficializava o nome de Maria do Carmo como sua candidata à interventora na Universidade do Recife, convocando suas associadas e demais mulheres pernambucanas para que juntas enviassem uma mensagem a Castelo Branco¹¹⁶. No entanto, os próximos escolhidos foram Newton Maia, que assumiu a reitoria por apenas dois meses, e Murilo Humberto de Barros Guimarães, que permaneceu como reitor até 1971¹¹⁷.

Não se tem notícias da militância de Maria do Carmo na CDF após a indicação de seu nome pelo grupo para que ela assumisse a reitoria da Universidade do Recife como interventora. O que se percebe, ao menos pela imprensa, é que durante a ditadura civil-militar ela esteve voltada para atividades intelectuais da universidade — seminários, congressos e palestras — e para as publicações de seus livros, muitos dos quais contaram com elogiosos pareceres de Gilberto Freyre¹¹⁸.

Portanto, pode-se dizer que, embora Maria do Carmo não se enquadrasse cabalmente no “perfil” da maioria das mulheres que fizeram parte da CDF — uma vez que construiu uma carreira profissional sólida, não se casou e não teve filhos —, suas convicções políticas à direita e sua militância anticomunista a aproximaram de suas companheiras “cruzadistas”. Afinal, Maria do Carmo nunca deixou de abraçar aspectos que envolviam esse “perfil”: a defesa da religiosidade

¹¹³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Trinta Anos de ‘Casa Grande & Senzala’”. *Diário de Pernambuco* (PE), 10 jun. 1964, p. 1.

¹¹⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Em torno de um novo tipo de Presidente da República”. *Diário de Pernambuco* (PE), 14 jun. 1964, p. 4.

¹¹⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Justiça Revolucionária e Universidade”. *Diário de Pernambuco* (PE), 19 jul. 1964, p. 4.

¹¹⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Candidata da CDF à interventoria da Universidade do Recife”. *Diário de Pernambuco* (PE), 19 jun. 1964, p. 8.

¹¹⁷Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/historia>. Acesso em: 13 mar. 2022.

¹¹⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Um livro da professora Tavares de Miranda”. *Diário de Pernambuco* (PE), 11 ago. 1969, p. 4.

cristã e da família contra o “comunismo”. Ela também nunca deixou de expressar concepções conservadoras/tradicionais de educação e, portanto, de sociedade.

Dessa maneira, fica evidente que eram muito mais as ações políticas, impulsionadas por crenças e tradições de uma cultura política conservadora e anticomunista, que aproximavam essas mulheres do que apenas a origem socioeconômica. Conforme Motta (2013, p. 11), acreditamos que a cultura política que orientava o grupo supunha a convicção de que essas mulheres agiam também movidas por sentimentos, como o medo do “comunismo”, bem como por representações e imaginários que construía “heróis exemplares”, como era o caso das mulheres de Tejucupapo, e “inimigos odientos”, como os “comunistas”. Ou seja, foram os sentimentos e os valores das militantes que as envolviam em torno de um grupo cívico, que, por sua vez tinha como proposta uma espécie de “cruzada” anticomunista — o principal fator que as uniu em 1964. Não quero com isso afirmar que as origens socioeconômicas tenham sido deixadas de lado pelas “cruzadistas” na composição de suas agendas políticas, afinal, como ficou claro, um seleto grupo comandava a CDF. No entanto, é preciso observar que a composição da entidade, para além da sua diretoria, extrapolou os segmentos medianos, atingindo parte das elites e dos setores populares de Recife. Ou seja, para tal feito, a atuação política das “cruzadistas” não decorreu apenas da apreensão racional de interesses e/ou da aceitação de ideias e projetos sistemáticos e coerentes, mas também da determinação de fatores culturais que acabavam seduzindo outros segmentos sociais, sem que isso fosse meticulosamente orquestrado.

2.1.5. As primeiras ações da CDF

Desde sua fundação até o golpe de 1964, as ações da CDF foram marcadas por trabalhos de mobilização de mulheres em Recife com vistas a aumentar o número de associadas, conquistá-las para a luta anticomunista em que acreditavam estar inseridas e, conseqüentemente, contribuir para o desgaste do governo de João Goulart.

Dois episódios marcaram a entidade nesses dias de março de 1964. O primeiro deles foi a conferência da CDF, marcada para o dia 20 de março, em um dos salões do América Futebol Clube, em Recife. Para a surpresa das “cruzadistas”, no dia do evento, a diretoria do clube ordenou o fechamento das portas, gerando revolta entre as participantes. Como resposta, uma das líderes da CDF, Maria do Carmo Tavares de Miranda, realizou uma espécie de “comício” do lado de fora da sede do clube, discursando para todas as presentes. Como professora, Carminha abordou em seu discurso “[...] os perigos que contém os sistemas de alfabetização minados por uma técnica esquerdista de criar ódios sociais e incitar, sutil ou abertamente, à revolução e à

desordem as massas menos esclarecidas da comunidade brasileira”¹¹⁹. As participantes, por sua vez, não apenas aplaudiram Maria do Carmo, como protestaram contra a atitude do clube, que, em contrapartida, publicou, no dia seguinte, uma nota oficial no *Diário de Pernambuco* (PE), afirmando que a decisão de não dispor de parte de suas dependências à CDF ocorreu pelo fato de o encontro ser uma reunião político-partidária, o que era contrário aos estatutos do clube¹²⁰. Em todo caso, pelas imagens divulgadas pela imprensa, podia-se notar a presença de uma multidão na Estrada do Arraial, o que atestava o intenso trabalho de mobilização das “cruzadistas”, que se notabilizavam politicamente em Recife.

O segundo episódio que marcou a CDF nesses dias de março de 1964 foi a conferência proferida pelo deputado Danilo da Cunha Nunes (UDN-Guanabara)¹²¹, em 23 de março, no ginásio do Serviço Social do Comércio (SESC), em Recife. Lembrada pelas militantes como uma “conferência memorável”¹²², a atividade reuniu cerca de 5 mil pessoas, em sua grande maioria mulheres, que assistiram a Danilo Nunes discursar por quase três horas¹²³. O deputado era conhecido por seus discursos anticomunistas inflamados e, como não poderia ser diferente, naquela ocasião afirmava existir um complô entre o PCB e o Palácio do Planalto contra as instituições democráticas. Mas o que mais chamou a atenção dos participantes e de parte da imprensa, notadamente o *Diário de Pernambuco* (PE), foi o aparato policial, com cerca de 500 soldados da polícia militar. Os títulos das matérias do *Diário de Pernambuco* (PE) indicam, em parte, o teor dos textos e a forma como o jornal entendia a segurança para a realização do evento. Em “Comício Feminino: êxito apesar do terror policial”, por exemplo, o periódico não escondia a oposição ao governo de Miguel Arraes e a aproximação com as “cruzadistas”, ao dizer que a segurança visava constranger os participantes¹²⁴. Segundo a reportagem, “a chuva e o aparato bélico mobilizado pela Secretaria de Segurança (mais de 500 homens armados de metralhadoras, revólveres e cassetetes) não conseguiram diminuir o entusiasmo cívico da concentração [...] em defesa da democracia”. De qualquer forma, é preciso considerar que a presença de cerca de 5 mil pessoas, majoritariamente mulheres, para assistir a uma conferência, em 1964, demandava

¹¹⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Deputado mandou fechar as portas do América e milhares de mulheres fizeram em plena rua memorável concentração”. *Diário de Pernambuco* (PE), 21 mar. 1964, p. 3.

¹²⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “América Futebol Clube: nota oficial”. *Diário de Pernambuco* (PE), 21 mar. 1964, p. 3.

¹²¹Danilo era militar e um importante aliado de Carlos Lacerda, sendo eleito deputado estadual pela Guanabara no pleito de 1962, com expressiva votação. Para maiores informações, ver: PICALUGA, Isabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980.

¹²²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres recifenses lideraram a reação democrática no Estado”. *Diário de Pernambuco* (PE), 1 abr. 1965, p. 2.

¹²³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Comício Feminino: êxito apesar do terror policial”. *Diário de Pernambuco* (PE), 24 mar. 1964, p. 1.

¹²⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Comício Feminino: êxito apesar do terror policial”. *Diário de Pernambuco* (PE), 24 mar. 1964, p. 1.

constante trabalho de mobilização de segmentos sociais para além dos grupos médios e altos da sociedade recifense, o que, em parte, coube à CDF.

Nesse curto espaço de tempo, a CDF também se fez presente em outras manifestações públicas, como na Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, em 19 de março de 1964. Na capital paulista, a CDF foi representada por uma delegação de cinco mulheres, que, pelas ruas da cidade, desfilaram com uma faixa com os seguintes dizeres: “A mulher pernambucana, pela justiça social, pela liberdade, pela democracia”¹²⁵. Pelos relatos da delegação, a Marcha de São Paulo serviu de exemplo e, dessa forma, motivou as pernambucanas a organizarem algo semelhante em Recife. Segundo as “cruzadistas”, “a Marcha [...] foi um impressionante espetáculo de vitalidade democrática e valeu por um testemunho da disposição de brasileiros de todos os Estados, de defender ardorosamente o regime, a família e a fé das tradições do Brasil”¹²⁶.

Nessa primeira fase, percebe-se que a formação da CDF levou em conta dois aspectos que envolveram a cultura política do grupo: o conservadorismo e o anticomunismo. Ambos motivados pelo medo de que os “comunistas”, dotados de características maléficas, estariam dispostos a destruir os “pilares” da civilização ocidental, como a religião cristã, a nação e a família. Por isso, a ação política das mulheres da CDF era necessária para conservar esses valores.

2.2. A CDF durante a ditadura civil-militar

Podemos dizer que entre 1964 e 1982, o comportamento da CDF, em grande medida, notabilizou-se pelo apoio/adesão à ditadura civil-militar. Tal atitude pode ser explicada pela disposição do grupo em agir ao lado do novo regime político erigido em 1964, fosse observando-o e pressionando-o a recepcionar as demandas próprias de suas militantes, ou fosse validando as medidas tomadas pela ditadura. Assim, as partícipes estiveram envolvidas em ações que visavam tornar legítima a ditadura, procurando construir consensos. Nesse período, elas promoveram e/ou participaram de celebrações e homenagens aos chefes militares, assim como se envolveram em diversas ações da ditadura, contribuindo com o que entendiam como a “Revolução”. Contudo, tanto externamente quanto internamente, esse comportamento não foi homogêneo durante todo o tempo, e como demonstrarei, além de críticas aos governos da “Revolução”, em 1977 houve dissidências na CDF por conta do posicionamento de algumas de suas militantes em favor de uma abertura política, clamada por inúmeros segmentos sociais e políticos.

¹²⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Dep. Danilo Nunes falará amanhã para Cruzada”. *Diário de Pernambuco* (PE), 22 mar. 1964, p. 3.

¹²⁶*Ibid.*, p. 3.

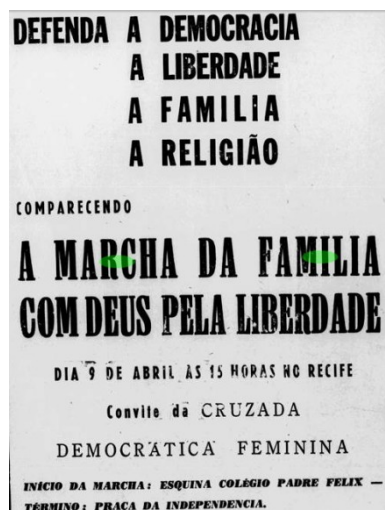
2.2.1. Pernambucanas na rua: A Marcha da Família com Deus pela Liberdade de Recife

Após o golpe civil-militar de 1964, uma das primeiras atuações da CDF foi a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em Recife, no dia 9 de abril de 1964. A convocação pela imprensa na semana que antecedeu ao ato apontava para um ambiente de medo e incertezas, pois ainda se acreditava que os comunistas poderiam atacar o país a qualquer momento. Mas, ao mesmo tempo, na mesma convocação, havia certo clima de euforia e festa que envolvia a organização do evento, afinal era o momento de prestar homenagens aos “heróis”, aos militares, àqueles que eliminaram a suposta ameaça comunista.

BRASILEIROS! DEMOCRATAS! PATRIOTAS! HOMENS E MULHERES! MOÇAS E RAPAZES! — Estão ameaçados pelos comunistas os nossos direitos mais simples. De amar a Deus, de ter família, de ter lar e de ter dignidade! ELES, os comunistas que exploram a humildade, que desejam manter os nossos irmãos em condições subumanas, a fim de satisfazer seus objetivos de transformar o Brasil num imenso cativeiro, preparam-se para o assalto final às igrejas de todos os credos, às liberdades e aos mais sagrados direitos do homem. [...]. VENHAM conosco. MARCHEMOS lado a lado, com Deus e com o espírito dos nossos heróis. COMPAREÇAM A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. Cruzada Democrática Feminina¹²⁷

A Marcha foi organizada pela CDF, que, por sua vez, contou com o apoio de comerciantes, setores da Igreja Católica, políticos e parte da imprensa. Seu chamado à população foi noticiado desde o início do mês de abril por jornais, que estampavam grandes cartazes em suas principais páginas, e por programas de rádio e TV¹²⁸, que entrevistavam as organizadoras do evento.

Figura 3 — Cartaz da Marcha da Família com Deus pela Liberdade de Recife



Fonte: HDB-BN, *Diário de Pernambuco* (PE), 8 abr. 1964, p. 2.

¹²⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Prezadas ‘abelinhas’: convocação para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. *Suplemento Feminino do Diário de Pernambuco* (PE), 5 abr. 1964, p. 10.

¹²⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “TV RADIO CLUBE CANAL 6 — Programação do dia 08/04/64”. *Diário de Pernambuco* (PE), 8 abr. 1964, p. 16.

Esses segmentos, atuando em conjunto, afirmavam que a passeata prestaria uma homenagem às Forças Armadas¹²⁹, e advertiam a população de que “[...] a guerra não terminou, que a mobilização democrática precisa prosseguir sem hiatos nem esmorecimentos, que não é tempo de ensarilhar as armas, pois o perigo, momentaneamente afastado pode reaparecer e desta vez mais ameaçador do que nunca”¹³⁰, como consta na primeira página do dia anterior à manifestação do jornal *Diário de Pernambuco* (PE).

O desfile teve início às 13h, em frente ao Colégio Padre Félix, percorrendo a Avenida Conde da Boa Vista, um dos principais logradouros da cidade de Recife, até seu desfecho, na Praça da Independência, onde ocorreu a concentração final. Segundo o *Diário de Pernambuco* (PE), a Marcha contou com a participação de cerca de 200 mil pessoas¹³¹, o que significava um número expressivo para uma cidade com quase 800 mil habitantes¹³², como era o caso de Recife na metade dos anos 1960. O mesmo jornal afirmou que, ao longo do trajeto, bandas de música dos Fuzileiros Navais, Aeronáutica e Polícia Militar executavam hinos patrióticos, enquanto os participantes cantavam e acenavam com bandeiras. Longe de esconder sua simpatia pelo golpe que depôs João Goulart e pelos grupos femininos conservadores, como a CDF, o jornal *Diário de Pernambuco* (PE) estampava em sua capa uma grande fotografia do desfile com a seguinte legenda: “a panorâmica [...] dá uma idéia da massa humana que foi às ruas para mostrar a firmeza das suas convicções democráticas e cristãs e integral repúdio ao comunismo. Foi a maior concentração já realizada em praça pública, no Recife”¹³³. Esse também foi o tom da capa do jornal *Última Hora* (PE): “Multidão nas ruas aplaude vitória da democracia”¹³⁴.

¹²⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Marcha da Família amanhã com Deus e pela Liberdade”. *Última Hora* (PE), 8 abr. 1964, p. 3.

¹³⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Por Deus e pela Pátria”. *Diário de Pernambuco* (PE), 8 abr. 1964, p. 1.

¹³¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Marcha no Recife levou à rua 200 mil pessoas”. *Diário de Pernambuco* (PE), 10 abr. 1964, p. 1.

¹³²Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1287>. Acesso em: 10 maio 2021.

¹³³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Marcha no Recife levou à rua 200 mil pessoas”. *Diário de Pernambuco* (PE), 10 abr. 1964, p. 1.

¹³⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Multidão nas ruas aplaude vitória da democracia”. *Última Hora* (PE), 10 abr. 1964, p. 1. Esse tom sobre a Marcha, noticiado em capa pelo *Última Hora* chama a atenção, pois o periódico, fundado pelo jornalista Samuel Wainer, apresentava-se como um dos poucos jornais a defender o governo Goulart, tendo, inclusive, sua sede em Recife depredada logo após o golpe (Medeiros, 2009).

Figura 4 — Marcha da Família com Deus pela Liberdade de Recife



Fonte: HDB-BH, *Última Hora* (PE), 10 abr. 1964, p. 1.

Assim como em muitas outras localidades, a Marcha de Recife contou com o apoio expressivo de comerciantes, industriais, sindicatos, escolares e servidores públicos, que, ao terem suas atividades profissionais suspensas, puderam ir à concentração. A ideia de suas organizadoras era parar a cidade. Para tanto, contaram com o apoio: do Sindicatos das Empresas de Transporte de Pernambuco, que determinou que “[...] os transportes coletivos da cidade [trafegariam] gratuitamente dos subúrbios até o centro”; da Rede Ferroviária do Nordeste, que disponibilizou trens gratuitos para a população de cidades próximas; da Câmara Municipal de Recife; e da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEP), que em nome de seu presidente, Renato Brito Bezerra de Melo, apelava para que “[...] os industriais recifenses [fechassem] as portas de suas fábricas e escritórios, permitindo, assim, a ida de seus operários e funcionários à Marcha [...]”¹³⁵.

Em alguns casos, representações de trabalhadores, já sob o comando de interventores, como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, chegaram a publicar uma nota na imprensa convidando os trabalhadores têxteis a comparecer à Marcha, que, conforme asseguravam, “[...] expressará o regozijo da família pernambucana, pela vitória contra o comunismo ateu”¹³⁶. Como forma de atrair seus sindicalizados, as lideranças interventoras alertavam que as passagens nos transportes coletivos seriam gratuitas, o que provavelmente contribuiu com o grande número de participantes na manifestação.

Por o evento ter ocorrido após o golpe de 31 de março, ele teve caráter comemorativo, festivo, homenageando as Forças Armadas pela sua atuação contra o “perigo comunista”.

¹³⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Família Pernambucana fará hoje Marcha com Deus pela Liberdade”. *Última Hora* (PE), 9 abr. 1964, p. 2.

¹³⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife”. *Diário de Pernambuco* (PE), 9 abr. 1964, p. 19.

Segundo a imprensa, podia-se notar uma série de cartazes com dizeres de agradecimento aos chefes militares, como “Marcados para morrer, mas vivos graças a Deus e às Forças Armadas”¹³⁷, “Agradecemos ao general Justino Alves Bastos”¹³⁸ e “Salve o IV Exército”¹³⁹. O cartaz da CDF, por exemplo, estampava: “A mulher pernambucana agradece as Forças Armadas”¹⁴⁰. Das figuras militares, não há dúvidas de que o general Justino Alves Bastos foi o grande homenageado nessa Marcha. Além de inúmeros cartazes mencionarem seu nome, havia imagens suas ao longo do desfile, sem contar as reverências que lhe foram feitas nos discursos.

A Marcha de Recife terminou por volta das 18h na Praça da Independência, onde havia um palanque para a leitura de discursos inflamados em homenagem às Forças Armadas¹⁴¹. Entre os oradores, compareceram: Luiza Guimarães, representante da CDF, que fez uma saudação à mulher pernambucana; Alice Alves Bastos, filha do general Justino Alves Bastos¹⁴²; e o escritor Gilberto Freyre, que discursou em defesa do golpe e dos chefes militares. A partir de elementos do anticomunismo, Freyre afirmava que:

Brasileiro nenhum, verdadeiramente brasileiro, pernambucano nenhum, verdadeiramente pernambucano, admite que sobre sua pátria desça aquela noite terrível em que só brilham, num céu tornado inferno, estrelas sinistramente vermelhas.

[...]

Sei que digo palavras duras. Mas não estamos, os brasileiros que procuramos ser dignos do Brasil, empenhados em vão no grande movimento saneador e renovador iniciado a 31 de março.

Movimento que há de tornar histórico o ano de 1964 e reafirmar, na história do nosso país, a aliança profunda, nos momentos mais agudos de crises nacionais, das Forças Cívicas e das Forças Armadas. São forças que, nesses difíceis momentos, se complementam para esforços em conjunto de salvação pública¹⁴³.

Como forma de demonstrar que evento contava com o apoio dos mais diversos segmentos sociais, foram ouvidos discursos de estudantes, operários e religiosos. Outros grupos femininos de direita também estiveram presentes, com suas respectivas representantes. A CAMDE da Guanabara foi representada por sua líder, Amélia Molina Bastos. Em sua fala, Amélia defendeu a “vigilância” permanente, pois, segundo ela, a “guerra” continuava.

Povo pernambucano. Trago neste momento uma mensagem de solidariedade e aplausos do povo da Guanabara. Especialmente, dirijo-me à mulher pernambucana,

¹³⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Saudação da mulher paulista”. *Diário de Pernambuco* (PE), 10 abr. 1964, p. 4.

¹³⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Multidão nas ruas aplaude vitória da democracia”. *Última Hora* (PE), 10 abr. 1964, p. 1.

¹³⁹*Ibid.*, p. 1.

¹⁴⁰*Ibid.*, p. 1.

¹⁴¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Multidão nas ruas aplaude vitória da democracia”. *Última Hora* (PE), 10 abr. 1964, p. 3.

¹⁴²Na ocasião, o general Justino havia embarcado para o Rio de Janeiro, atendendo a um chamado do ministro da Guerra, o general Costa e Silva. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Marcha no Recife levou à rua 200 mil pessoas”. *Diário de Pernambuco* (PE), 10 abr. 1964, p. 10.

¹⁴³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Brasil não admite noite terrível em que só brilham estrelas sinistramente vermelhas”. *Diário de Pernambuco* (PE), 10 abr. 1964, p. 4.

pois teve papel primordial nos momentos difíceis por que passou a nacionalidade, papel este reconhecido inclusive pelas autoridades militares. Irmã pernambucana. Até o momento só ganhamos uma batalha. Falta ainda vencermos a guerra, expurgar, limpar e exigir o cumprimento das penas de todos os culpados e para isso, mulher pernambucana, temos que ficar atentas¹⁴⁴.

A presença de Amélia Molina Bastos na Marcha de Recife decorria da interação existente entre a CAMDE e a CDF, do fato de ela ser irmã do general Justino Alves Bastos (Simões, 1985), e do êxito da Marcha da Vitória no Rio de Janeiro, dias atrás, que reuniu cerca de 1 milhão de pessoas (Presot, 2004).

A UCF também se fez presente por meio de algumas de suas representantes, e dirigiu a seguinte mensagem aos organizadores da Marcha de Recife:

Esta “marcha” inicial nos campos de Piratininga, chega aos campos de Guararapes, tendo alcançado, em seu percurso, a vitória gloriosa das forças democráticas.
A mulher paulista que não hesitaria em cruzar as fronteiras de seu Estado para levar a bandeira da liberdade, da ordem e da justiça aos Estados irmãos, sente-se orgulhosa em constatar que as pernambucanas foram um exemplo cívico no Nordeste brasileiro, nesta campanha pela redenção nacional.
A mulher pernambucana poderá estar segura de que São Paulo continuará vigilante na defesa dos altos destinos do país¹⁴⁵.

O discurso das paulistas pretendia colocar a UCF como pioneira entre os demais grupos, ou seja, como aquele que deu início a um grande movimento de “libertação”, não hesitando em levar, seja aonde fosse, a “bandeira da liberdade”. Da mesma forma, esse tipo de fala contribuiu com a memória da Marcha de São Paulo, cuja legenda permaneceu e permanece nos discursos de grande parte das direitas¹⁴⁶.

Outro grupo feminino que discursou na Marcha de Recife foi o MAF, de São Paulo, que, a partir de sua representante, Julieta Nunes Pereira, cumprimentava a mulher pernambucana, fazendo a leitura da mensagem da primeira-dama de São Paulo, Leonor Mendes de Barros.

Envio-lhes, portanto, a minha solidariedade de brasileira e paulista nesta hora sacrossanta da nacionalidade, na certeza absoluta na convicção serena de um povo altivo que sabe afirmar em praça pública a sua vocação à liberdade e à soberania de nossa pátria. Jamais seremos presas do comunismo, jamais seremos títeres dos materialistas impiedosos que já escravizaram tantos povos.

Que Deus nos ampare e inspire os responsáveis pela Nação, abençoando as corajosas mulheres que defendem os seus lares e a dignidade de seus templos, de sua fé e de seus

¹⁴⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Multidão nas ruas aplaude vitória da democracia”. *Última Hora* (PE), 10 abr. 1964, p. 3.

¹⁴⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Marcha no Recife levou à rua 200 mil pessoas”. *Diário de Pernambuco* (PE), 10 abr. 1964, p. 10.

¹⁴⁶Destaco, como exemplo, a seguinte obra: MATIAS, Rodrigues. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964*. São Paulo: União Cívica Feminina (UCF), [s.d.]. Escrito para homenagear as Marchas que tomaram o país e torná-las memoráveis e pedagógicas para as próximas gerações, na publicação consta, logo no início, o seguinte trecho: “Jovem brasileiro: [...] a revolução autêntica não se deu a 31, mas a 19 de março. E não a fizeram os ricos, nem os patrões. Foi a tua mãe quem a fez, pensando em ti, para que tu continuasses livre, e em regime de livre iniciativa pudesses construir o futuro esplendoroso do grande Brasil de amanhã”.

princípios, são os votos que envio ao Recife certa de que a terra há de ser sempre e para a eternidade o símbolo de nosso povo pela ordem e progresso¹⁴⁷.

No palanque ainda havia autoridades, como o governador Paulo Guerra (PSD), o prefeito de Recife, Augusto Lucena (PDC), e o governador de Alagoas, Luiz Cavalcanti (UDN), o que evidencia o apoio das direitas políticas e de parcelas importantes da sociedade de Pernambuco ao golpe de 1964. Embora a Marcha de Recife tenha, muito provavelmente, contado com a ajuda financeira de empresários e outros segmentos sociais e políticos, uma vez que a imprensa divulgava sistematicamente a manifestação, é preciso destacar o papel da CDF como principal entidade a organizar um evento dessa magnitude. Mesmo que a passeata já estivesse programada antes do golpe, não há dúvidas de que sua realização significava comemorar/celebrar a derrubada de um governo atrelado aos “comunistas”, e legitimar a intervenção das Forças Armadas como “saneadora”.

2.2.2. A “vigilância” anticomunista da CDF

Como foi demonstrado nos subcapítulos anteriores, as “cruzadistas” e as outras organizações de mulheres de direita defendiam a continuidade de uma “vigília” contra a “subversão” como a principal atribuição a ser desempenhada por elas no pós-golpe de 1964.

Embora acreditassem que o país houvesse passado por uma “Revolução”, cuja finalidade principal era a eliminação do “perigo comunista”, as militantes da CDF compreendiam como necessária a permanente “vigilância” em relação aos “inimigos”, os “comunistas”. Realizada de forma policialesca, essa “vigília” implicava levantar nomes de supostos “comunistas” que ameaçavam a ordem, e entregá-los às autoridades do regime. Com tais atos, consequentemente, pretendiam pressionar a ditadura para que tomasse providências mais enérgicas contra a “subversão”. Esse comportamento da CDF pode ser constatado ao longo de todo o regime, e correspondia, em grande medida, à cultura política anticomunista do grupo.

Meses após o golpe de 1964, as “cruzadistas” apelaram à ditadura para que mantivesse encarcerados políticos ligados ao governo Goulart, como Miguel Arraes e João de Seixas Dória (PR)¹⁴⁸, e militares tidos como “comunistas”, como o almirante Cândido da Costa Aragão¹⁴⁹. Em

¹⁴⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Multidão nas ruas aplaude vitória da democracia”. *Última Hora* (PE), 10 abr. 1964, p. 3.

¹⁴⁸Apesar de ter feito parte da UDN, em 1964 Seixas Dória encontrava-se no Partido Republicano (PR), sigla pela qual foi eleito governador do estado de Sergipe nas eleições de 1962. Durante esse período, foi um importante aliado de João Goulart e um claro defensor das Reformas de Base, opondo-se, por rádio, ao golpe de 1964. Por esse motivo, foi preso em 28 de agosto de 1964 em Salvador (BA). Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Seixas Dória preso em Salvador”. *Correio da Manhã* (RJ), 29 ago. 1964, p. 1.

¹⁴⁹Costa Aragão era militar, e desde os anos 1940 posicionava-se politicamente a favor das ideias nacionalistas ligadas ao governo Vargas. Conhecido também como “Almirante do povo”, nos anos 1960 destacou-se pelo apoio ao presidente Goulart e às Reformas de Base, o que contribuiu para sua prisão logo após o golpe. Para maiores

agosto daquele ano, as pernambucanas encaminharam um memorial a Castelo Branco, pedindo que mantivesse “[...] na prisão os principais responsáveis pela implantação do comunismo, os corruptos, os chefes da subversão”¹⁵⁰. Parte do memorial foi transcrito pela imprensa e revela não apenas a pressão ora sublinhada, como certa desilusão com a soltura dos presos políticos.

É, portanto, com crescente irritação e indignação que vemos os principais responsáveis pela implantação do comunismo [...], como o almirante Aragão, o governador Seixas Dória e, em breve, com toda probabilidade, o Dr. Miguel Arraes, serem postos em liberdade, como se a Revolução tivesse cometido um lamentável engano, prendendo-os¹⁵¹.

Porém, em alguns desses casos, o arbítrio não se resumia apenas à prisão. Costa Aragão, por exemplo, ficou quatro meses preso entre a Fortaleza de Lages, no navio “Princesa Leopoldina”, e o Centro de Armamento da Marinha (CAM), no Rio de Janeiro, onde foi torturado, chegando a perder um de seus olhos (Almeida, 2014, p. 15). Costa Aragão foi incluído no Ato Institucional nº 1 (AI-1), tendo seus direitos políticos cassados por dez anos, além de ter dois de seus filhos presos (Almeida, 2014, p. 15). A soltura de Aragão, a que se referiam as mulheres da CDF de forma indignada, deu-se por meio de um *habeas corpus* concedido pelos ministros do Supremo Tribunal Militar (STM), até então permitido.

Não obstante, esse tipo de atitude mais enérgica da CDF — de clamor por mais severidade nas punições em relação aos “inimigos” da “Revolução” — ignorava as violações de direitos humanos nas prisões brasileiras, o que não era, em grande medida, escondido por toda a imprensa¹⁵². Ainda sobre o caso Aragão, em junho de 1964, seu filho, Dilson Aragão, mantinha “[...] as acusações feitas às autoridades do [Departamento de Ordem Política e Social], o DOPS, [...] pelas torturas a que o submeteram [...], durante o tempo em que esteve preso”¹⁵³.

Dessa maneira, a CDF, mesmo diante desses fatos, mantinha-se fiel ao regime ditatorial que ajudava cotidianamente a construir. Isso também podia ser observado no apoio que as “cruzadistas” conferiam aos militares que presidiram os Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Criados com o objetivo de processar e criminalizar aqueles que lutavam contra a ditadura, os IPMs eram instrumentos de perseguição política, chegando a processar cerca de 20 mil pessoas durante todo o regime civil-militar (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 70). Em Pernambuco, os IPMs foram coordenados pelo coronel Antônio Bandeira, o tenente-coronel Darcy Villocq

informações, ver: ALMEIDA, Anderson da Silva. “... como se fosse um deles”: *Almirante Aragão - memórias, silêncios e ressentimento em tempos de ditadura e democracia*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017.

¹⁵⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “CDF de Recife faz apelo a Castelo Branco para que deixe presos chefes comunistas”. *O Jornal* (RJ), 20 ago. 1964, p. 3.

¹⁵¹*Ibid.*, p. 3.

¹⁵²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “DOPS tortura marítimo há 48 horas e mantém 60 presos em seis celas”. *Última Hora* (PE), 5 ago. 1964, p. 2.

¹⁵³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mantém”. *Última Hora* (PE), 30 jun. 1964, p. 2.

Vianna e o coronel Hélio Ibiapina, sendo o último “[...] considerado um dos principais responsáveis pelas graves violações aos direitos humanos perpetradas, após o golpe de Estado, contra grande número de presos políticos em Pernambuco”¹⁵⁴. Desde que assumiram os IPMs, os militares foram denunciados por presos políticos e familiares destes. A esposa do ex-governador Seixas Doria, por exemplo, ao procurar pelo companheiro, teria ouvido da parte de Ibiapina, o seguinte: “minha senhora, pode voltar para casa, porque aqui no IV Exército não respeitamos decisão de tribunal nenhum. O máximo que podemos facultar a seu marido é soltá-lo numa esquina e voltar a prendê-lo na esquina seguinte”¹⁵⁵.

Em 30 de agosto de 1964, o cronista Rubem Braga escreveu em sua coluna “Trivial Variado”, no *Jornal do Brasil* (RJ), um pequeno texto, sob o título “Ibiapina é quem manda”, denunciando ao que foi submetido o jornalista Amaro Alexandrino Rocha, secretário de imprensa do ex-governador Miguel Arraes. Desde 1962, Amaro atuava como representante do *Jornal do Brasil* (RJ) em Pernambuco e na assessoria de Arraes, o que evidentemente colaborou com as perseguições de que foi vítima após o golpe de 1964. Conforme Rubem Braga, Rocha “[...] foi sujeito a torturas físicas e morais. Foi queimado com pontas de cigarro. Foi encostado a um muro e vítima de um fuzilamento simulado, com cartuchos de festim”. Na ocasião em que publicava o texto, Alexandrino Rocha estava solto, mas continuava sendo vítima de Hélio Ibiapina, pois:

[...] a todo momento recebe recado do coronel Ibiapina que o convida a almoçar e dá com ele um passeio de carro. Como não pode sair do Recife e sabe o que significa não atender a um convite de Ibiapina, Alexandrino Rocha passa por traidor de seus amigos e correligionários, por ser visto em companhia do coronel.

[...]

O que ele fez e está fazendo com o jornalista Alexandrino é o que se chama de indignidade¹⁵⁶.

No entanto, mesmo diante das acusações que se alastravam, a CDF não apenas se postou ao lado dos militares como buscou justificar o trabalho sujo realizado pela ditadura, uma vez que

¹⁵⁴Hélio Ibiapina Lima atuou como militar nas regiões nordeste e sudeste do país. Na ocasião do golpe de 1964, Hélio era tenente-coronel e chefiava a 1ª Seção do Comando do IV Exército em Recife. Provavelmente pelo forte posicionamento anticomunista na corporação, foi escolhido para presidir os IPMs, permanecendo no cargo entre abril e junho de 1964. Posteriormente, Ibiapina Lima foi aluno do Curso de Informações e Contrainformações na Escola das Américas, no Panamá (1966). Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/helio-ibiapina-lima/>. Acesso em: 14 dez. 2021; MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord. Geral). *31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo II.

¹⁵⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Deputado acusa Exército de raptar Seixas Dória”. *Jornal do Brasil* (RJ), 25 ago. 1964, p. 4.

¹⁵⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Ibiapina é quem manda”. *Jornal do Brasil* (RJ), 30 ago. 1964, p. 3. Após a publicação do texto, Alexandrino enviou um telegrama a Rubem Braga, desautorizando quaisquer publicações a seu respeito, e afirmando que as informações contidas na última coluna de Braga eram improcedentes. No entanto, Rubem Braga voltou ao assunto, publicando na semana seguinte o pedido de Alexandrino e, ao final do texto, questionava Ibiapina: “Que mais o senhor deseja, que mais o senhor exige para deixar em paz o jornalista Alexandrino Rocha, senhor tenente-coronel Hélio Ibiapina de Lima? Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Alexandrino desmente tudo”. *Jornal do Brasil* (RJ), 2 set. 1964, p. 3.

acreditava que era preciso expurgar o “perigo vermelho”, nem que fosse pelo uso da violência¹⁵⁷. Segundo as declarações das “cruzadistas” da CDF, publicadas na imprensa, os coronéis estariam sofrendo com uma campanha de desmoralização por parte de “subversivos”, uma vez que eles estariam incumbidos de apurar crimes de corrupção e subversão no IV Exército, espaço tomado pela “infiltração comunista” graças à conivência do ex-governador Miguel Arraes¹⁵⁸. Possivelmente esse gesto em defesa dos militares estaria relacionado ao trabalho de cooperação entre o grupo e as forças ditatoriais que coordenavam os IPMs. Não é tarde lembrar que para executar os IPMs, a ditadura contou com uma vasta rede de colaboradores e informantes, o que nos leva a pensar na possibilidade de a CDF ter se tornado uma entidade atuante nessa atividade.

Em certa medida, esses elementos podem ser constatados no prontuário do jornalista Alexandrino Rocha, elaborado pelo SNI, em 1982¹⁵⁹. No documento consta que o histórico “subversivo” de Alexandrino, como militante do PCB e empenhado na reestruturação das Ligas Camponesas, contribuiu para que ele fosse processado pela Comissão de Investigação Sumária, em 1964, e indiciado em um IPM instaurado pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, em 1968¹⁶⁰. No entanto, as perseguições a Amaro não se restringiram ao sistema repressivo, sendo que, conforme o prontuário, em 1966 ele foi demitido de seu cargo no *Jornal do Brasil* (RJ) “[...] graças a interferência da Cruzada Democrática Feminina, que certamente alertou a Condessa Pereira Carneiro do grau de periculosidade do jornalista em questão”¹⁶¹. Não encontramos informações a respeito da demissão do jornalista, nem mesmo a posição da CDF quanto ao fato, mas tudo nos leva a acreditar que a denominada “interferência” da entidade junto à proprietária do *Jornal do Brasil* (RJ) correspondia ao papel de “vigília anticomunista” assumido pela CDF, uma vez que Amaro trabalhava em um dos principais periódicos do país, o que poderia, na visão da CDF, contribuir para a disseminação de ideais “comunizantes”. É importante observar que a “interferência” da CDF era não só respaldada pelo regime civil-militar, como contribuía para uma espécie de “cerco” à “subversão” tão defendido pelo grupo¹⁶².

¹⁵⁷Apenas em junho de 1964, a pedido do encarregado dos IPMs no IV Exército, em Pernambuco, o tenente-coronel Hélio Ibiapina, foram presas quase cem pessoas. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mais agitadores tiveram prisão preventiva decretada”. *Diário de Pernambuco* (PE), 5 jun. 1964, p. 8.

¹⁵⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Panorama político: solidariedade”. *O Jornal* (RJ), 30 set. 1964, p. 6.

¹⁵⁹Fundo Sistema Nacional de Informações. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB V8). Prontuário de Amaro Alexandrino da Rocha. 1982.

¹⁶⁰*Ibid.*

¹⁶¹*Ibid.*

¹⁶²É interessante notar que após os episódios de perseguição política descritos acima, Amaro Alexandrino da Rocha tornou-se, nos anos 1970, redator do *Jornal do Comércio* (RJ) e assessor de Relações Públicas da TV Globo. Sua trajetória nessa época, contudo, não sofreu com as interferências da repressão, sendo que no referido prontuário Amaro aparece como “apolítico”, não constando “[...] nenhum fato ou ato que o comprometesse ideologicamente”. *Ibid.*

A proximidade da CDF com Hélio Ibiapina pode ser constatada nos encontros que as dirigentes tiveram com o coronel, manifestando “[...] solidariedade em face do comportamento daquele oficial superior do Exército em relação aos presos políticos implicados na subversão vermelha”¹⁶³. Outra questão a ser levada em conta é o fato de a CDF não estar sozinha na defesa dos militares que presidiam os IPMs. Na própria imprensa, ao mesmo tempo em que se faziam presentes acusações contra Ibiapina e outros militares envolvidos na repressão, não faltaram vozes para defendê-los. Membros das Forças Armadas, políticos e até mesmo jornalistas, de modo geral, deram entrevistas e/ou escreveram notas e textos em que declaravam que as acusações contra Ibiapina eram falsas¹⁶⁴.

Ainda em 1964, a CDF envolveu-se em discussões sobre a polêmica postura do marechal Estevão Taurino de Resende Neto, chefe da Comissão Geral de Investigações (CGI), órgão encarregado de coordenar os IPMs instaurados. A polêmica, no entanto, não estava relacionada às prisões preventivas de testemunhas dos IPMs autorizadas por Taurino, mas à forma pela qual o chefe do CGI atuou para defender seu filho, Sérgio Cidade Resende, preso e processado por um IPM. Taurino era acusado de interceder junto à justiça pela libertação de seu filho, o que provocou desconforto em muitos daqueles que exigiam mais punições contra a “subversão”¹⁶⁵. Sérgio Resende, por sua vez, era economista e professor, e naquele momento estava sendo acusado de ter participado de ações subversivas por militares do IV Exército, em Recife. O interrogatório a que foi submetido concluiu que Resende era “[...] a favor dos processos subversivos para a implantação de uma ordem social ou política”¹⁶⁶, sendo inclusive próximo do ex-governador Miguel Arraes. Sérgio foi preso e processado, o que acabou levando seu pai a pedir exoneração do cargo de chefe do CGI.

Desde que Taurino começou a defender seu filho sob os mais diferentes ângulos, buscando livrá-lo da prisão a que submeteu tantos outros sujeitos, as “cruzadistas” fizeram duras críticas ao militar. Primeiramente, as pernambucanas redigiram um documento que deveria ser entregue a Taurino, onde diziam compreender “[...] a angústia e a amargura que V. Ex.^a experimenta na atual conjuntura, mas a mulher pernambucana, na qualidade de mãe, sente a

¹⁶³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Pedem cassação de Doutel”. *Diário de Pernambuco* (PE), 3 set. 1964, p. 10.

¹⁶⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Vitorino declara falsas as acusações a Ibiapina”. *Jornal do Brasil* (RJ), 17 set. 1964, p. 4; Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Coincidência ou plano”. *Diário de Pernambuco* (PE), 11 set. 1964, p. 4.

¹⁶⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Feminina denuncia ‘impatriotismo de Taurino’”. *Última Hora* (PE), 3 set. 1964, p. 6.

¹⁶⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Prisão de seu filho levaria Taurino a pedir exoneração”. *Jornal do Commercio* (RJ), 3 ago. 1964, p. 2.

imperiosa necessidade do castigo de seu filho, como resposta da rebeldia à Mãe Pátria”¹⁶⁷. Contudo, o principal motivo para a escrita do documento era o pedido de afastamento imediato de Taurino da CGI. A entrega do manifesto ao marechal, conforme planejava a CDF, ocorreria no auditório do Quartel do Derby, em Recife, após longa entrevista realizada pela CDF com o militar. Porém, Taurino recusou-se a receber o documento, pois considerava o ocorrido uma injustiça com ele próprio e com a “Revolução”¹⁶⁸. No encontro, que contou inclusive com a presença de Sérgio Resende, as dirigentes da CDF foram aos poucos deixando o auditório ao perceber que Taurino era pouco objetivo em suas respostas, não respondendo aos presentes os motivos que o levaram a defender seu filho¹⁶⁹. Se por um lado elas entendiam que o marechal havia sido movido pelo sentimento paternalista, por outro, ele justificava sua ação mediante o argumento de que seu filho fora envolvido “na teia maléfica do comunismo”, e que sua biografia como militar atestava seus compromissos com a “Revolução”¹⁷⁰. Para reforçar sua própria defesa, Taurino levou ao encontro uma cópia da portaria em que foi nomeado presidente do CGI e disse: “são 640 inquéritos policiais-militares instaurados em todo o país e minha intervenção é nenhuma. Apenas oriento como devem ser feitos os processos. A Justiça é soberana e, assim, nada devem recear”¹⁷¹.

Logo após o encontro, a CDF escreveu um memorial a Castelo Branco, mencionando que Taurino poderia ser chamado de “coveiro da Revolução”, pois havia traído os princípios básicos do movimento¹⁷². Além disso, entregaram uma série de cartas e ofícios onde se mostravam indignadas, pois, segundo elas, o militar apresentava “atitude impatriótica” ao querer privilegiar seu filho da “merecida prisão”¹⁷³. Assim também ocorreu com a carta enviada ao crítico literário Alceu Amoroso Lima, que, por seu turno, parece ter dito que as senhoras da CDF eram “desumanizadas” ao defender a prisão de Sérgio Resende. No documento, as “cruzadistas” não apenas permaneceram fiéis às suas posições contrárias a Taurino, como sublinhavam aspectos que justificavam a punição a partir da condição de mãe de muitas de suas militantes.

Mães que [...] compreendem a amargura e a angústia de um pai, não são mães sem coração; são mães no sentido autêntico da tradição brasileira, isto é, mães que sabem

¹⁶⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Será lançado memorial contra o Mal. Taurino”. *O Jornal (RJ)*, 2 ago. 1964, p. 1.

¹⁶⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres democráticas dizem a Taurino que deixe cargo”. *Diário de Pernambuco (PE)*, 2 ago. 1964, p. 3.

¹⁶⁹*Ibid.*, p. 3.

¹⁷⁰*Ibid.*, p. 3.

¹⁷¹*Ibid.*, p. 3.

¹⁷²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “‘Coveiro da Revolução’ e traidor dos seus princípios”. *Diário de Pernambuco (PE)*, 2 ago. 1964, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Taurino aprecia processos. Cruzada pede afastamento”. *Diário de Pernambuco (PE)*, 4 ago. 1964, p. 4.

¹⁷³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Será lançado memorial contra o mal. Taurino”. *O Jornal (RJ)*, 2 ago. 1964, p. 1.

colocar o dever acima dos sentimentos. São mães que não pediram ao Marechal que deixasse de ser pai; mas que deixasse de ser o Chefe da Comissão de Inquérito [...]. Quanto a estarem desumanizadas as mães de família que apenas pediram ao Marechal Taurino que se exonerasse do cargo para o qual, evidentemente, se tornara suspeito, temos a dizer que a Justiça, na sua mais humana forma — a equidade — deve sempre prevalecer sobre o sentimentalismo e que a mãe brasileira não se derrete por sentimentalismo piegas, mas é uma mulher forte, no sentido bíblico¹⁷⁴.

Para a CDF, mãe era aquela que sabia colocar os deveres acima dos sentimentos, que sabia do dever “pedagógico” de sua condição de mãe. No texto, as pernambucanas enalteciam a “tradição da mãe brasileira”, que não esmorecia diante de causas tidas como mais nobres, como a defesa da pátria, e evocavam a figura de Rosa Maria Paulina da Fonseca, considerada patrona da família militar¹⁷⁵. Segundo a CDF, Rosa da Fonseca recusou os “[...] pêsames, em certo momento, pela morte de três de seus filhos na guerra contra o Paraguai [...]”¹⁷⁶, tendo dito a amigos e familiares que: “hoje é dia de festa porque o Brasil venceu a guerra. Amanhã chorarei meus filhos...”¹⁷⁷. O uso do discurso de Rosa da Fonseca pela CDF poderia parecer algo trivial, comum em meio ao calor das discussões, mas acredita-se que, provavelmente, tal argumento retórico tenha atingido o marechal Taurino, tendo em vista que dentro da caserna era imprescindível não somente o culto aos “heróis” e “heroínas” nacionais, como o uso de suas trajetórias como “exemplos” a serem perpetuados e seguidos.

A CDF não foi a única entidade a se pronunciar pela saída de Taurino de Resende Neto. A CAMDE da Guanabara também se posicionou pela exoneração do militar e pela prisão de seu filho, Sérgio Resende¹⁷⁸. No entanto, pelas circunstâncias regionais da polêmica, a CDF tornou-se mais presente no caso, pressionando cada vez mais as autoridades da ditadura para que tomassem providências de modo a salvar o legado da “Revolução”. Dessa forma, o caso Taurino evidenciou as pressões que grupos civis, a exemplo da CDF, exerciam sobre o regime civil-militar para que ele cumprisse a prometida “caça” aos comunistas de modo mais enérgico, inclusive não poupando seus antigos aliados. Era a constante “vigília” sendo posta em prática. Portanto, a ditadura, que contava com o apoio de diversos segmentos sociais protestando por mais punições aos chamados “subversivos”, sentia-se confortável com apelos como os da CDF.

¹⁷⁴Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR RJANRIO PE). Recorte de jornal: “Cruzada nega em carta a Alceu críticas a Taurino por defender o seu filho”. *O Globo*, 27 set. 1964, s/p.

¹⁷⁵A condecoração de Rosa da Fonseca, segundo as Forças Armadas, está relacionada ao seu patriotismo, a sua devoção à causa militar e também ao seu caráter varonil, apoiando e acompanhando seu esposo, Manuel Mendes da Fonseca, nos transe de vida. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro>. Acesso em: 22 abr. 2022.

¹⁷⁶Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR RJANRIO PE). Recorte de jornal: “Cruzada nega em carta a Alceu críticas a Taurino por defender o seu filho”. *O Globo*, 27 set. 1964, s/p.

¹⁷⁷*Ibid.*, s/p.

¹⁷⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Prisão de seu filho levaria Taurino a pedir exoneração”. *Jornal do Commercio*, 3 ago. 1964, p. 2.

Esse retrato das militantes da CDF como mulheres que buscavam cumprir os desígnios da “Revolução”, numa espécie de “cruzada” contra a “subversão”, pode ser visto em publicações do *Diário de Pernambuco* (PE), que, por sua parte, enalteciam o trabalho da agremiação. Entre 1964 e 1975, o periódico concedeu à CDF uma coluna em uma de suas páginas aos domingos — “Coluna da Cruzada Democrática Feminina” —, reforçando o compromisso político das pernambucanas e do periódico com a ditadura civil-militar, afinal, parte importante dos textos publicados tecia elogios aos governos da “Revolução” e suas lideranças¹⁷⁹. Pela pesquisa realizada na HDB-BN sobre a CDF, constateei somente no *Diário de Pernambuco* 664 ocorrências, o que aponta para uma aproximação entre o periódico e a entidade ao longo de mais de dez anos, o que contribuiu sobremaneira para a visibilidade da CDF¹⁸⁰. Durante a ditadura, muitos dos artigos publicados no *Diário de Pernambuco* (PE) apresentavam a CDF como “vigilantes” frente à “subversão”, que, segundo mencionavam, ainda permanecia viva em solo nacional. Em “Vigilância democrática”, texto sem autoria, publicado em outubro de 1964, os elogios à CDF se davam pelo fato de a entidade ter se negado “[...] a se desmobilizar, teimando em permanecer na estacada, [...] entendendo, prudentemente, que a luta não cessou [...], merecendo toda a vigilância e cuidado”¹⁸¹. Para o jornal, as pernambucanas tinham “restos de esperança”, uma vez que, ao contrário dos homens, não afrouxaram a vigilância como se não houvesse mais inimigos a combater. Conforme o texto, pelo contrário, elas “[...] não dormem, não fogem da luta, mantém a vigília sagrada, inclusive vindo a campo, reclamar, protestar, brigar pela verdade revolucionária, alertar as autoridades [...]”. Esses inúmeros “elogios” à CDF pelo *Diário de Pernambuco* (PE) ocorreram em razão de a organização continuar com sua “cruzada” anticomunista a todo vapor, com cobranças por mais rigidez para condenações e prisão daqueles considerados “subversivos”, como foi visto anteriormente. Além disso, parece que o jornal e a CDF faziam parte daquele segmento das direitas que não apenas permaneciam fiéis ao regime, como criticavam o esmorecimento daqueles que haviam rompido com a ditadura¹⁸².

Em abril de 1965, um dos grandes medos das “cruzadistas” se concretizou. Foi concedido *habeas corpus* pelo STF, e por ordem direta de Castelo Branco, o ex-governador Miguel Arraes saiu da prisão. Arraes estava preso desde 1º de abril de 1964 e, segundo a CDF, ele deveria lá permanecer. O fato gerou descontentamento e indignação na CDF, que logo em seguida foi à

¹⁷⁹Desde 1931 o *Diário de Pernambuco* (PE) pertencia ao consórcio dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, o que nos leva a compreender a posição marcadamente anticomunista assumida pelo jornal no golpe de 1964 e durante a ditadura civil-militar.

¹⁸⁰Para uma cópia de uma coluna da CDF publicada no *Diário de Pernambuco*, ver Anexo A.

¹⁸¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Vigilância democrática”. *Diário de Pernambuco* (PE), 13 out. 1964, p. 4.

¹⁸²A respeito das relações entre parte da imprensa e grupos cívicos femininos, ver: Cordeiro, 2009 e 2019; Chaves, 2021.

imprensa protestar. Em nota divulgada pelo *Diário de Pernambuco* (PE), após a definição do STF, a CDF dizia que a “Revolução” teria sido feita para “[...] justificar os culpados e restaurar a ordem contra o farisaísmo dos que se aproveitam da Constituição e das leis para entregar o país aos inimigos do cristianismo e da democracia”¹⁸³. Na mesma nota, a CDF enquadrava Arraes como um “criminoso”.

Nós, da CRUZADA DEMOCRÁTICA FEMININA, de Pernambuco, queremos que os verdadeiros culpados da situação em que foi lançado o Brasil sejam imparcialmente julgados pelos seus crimes e que não tenham julgamentos meramente políticos e emocionais.

[...]

Não podemos também compreender, nós, da Cruzada, como o sr. Miguel Arraes que está enquadrado na Lei de Segurança Nacional, nos artigos que são da atribuição da Justiça Militar e que deveria, portanto, ser julgado por um Tribunal Militar, não o seja.

[...]

A triste verdade é que esse farisaísmo continua a prevalecer sobre a VERDADE e a JUSTIÇA¹⁸⁴.

Ou seja, a CDF entendia a necessidade de maior rigor aos “inimigos”, sem que nenhum tipo de comportamento dissimulado, falso, hipócrita – o que elas classificavam como “farisaísmo” – tomasse as rédeas da “Revolução” que elas, as “cruzadistas”, estariam dispostas a legitimar.

A consternação da CDF com a soltura de Arraes podia ser vista na reunião do grupo, em 28 de abril de 1965, quando as pernambucanas fizeram um minuto de pesar, em silêncio, “por motivo de estarem em liberdade ou reconquistando a liberdade alguns dos piores inimigos da democracia”¹⁸⁵. Tal indignação da CDF também era vista em seus protestos: “[...] reclamando um julgamento militar para o ex-governador de Pernambuco”¹⁸⁶. Provavelmente esse comportamento do grupo também estivesse relacionado à postura de Castelo Branco, que havia assegurado a liberdade de Arraes, contrariando o que elas entendiam como princípios “revolucionários”. Não há manifestação clara por parte da CDF no sentido de eventual decepção com a postura de Castelo Branco, mas, nas notas enviadas à imprensa, diziam-se em luto pelo ocorrido e, como vimos, condenavam aqueles “[...] que estariam sofrendo influências políticas e mesmo emocionais”¹⁸⁷. De qualquer maneira, no decorrer do mandato de Castelo Branco, a CDF enviava cartas e ofícios, tanto se solidarizando com as medidas adotadas pelo primeiro dos generais da

¹⁸³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada estranha concessão do “habeas-corpus” a Arraes e diz que farisaísmo ainda prevalece sobre a verdade e a justiça”. *Diário de Pernambuco* (PE), 21 abr. 1965, p. 3.

¹⁸⁴*Ibid.*, p. 3.

¹⁸⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. CDF protesta contra soltura de Arraes e pedido de Anistia. *Diário de Pernambuco* (PE), 29 abr. 1965, p. 3.

¹⁸⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. CDF Arrais em liberdade por ordem de Castelo. *Jornal do Brasil* (RJ), 22 abr. 1965, p. 1.

¹⁸⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Mulheres de luto em Pernambuco. *Jornal do Brasil* (RJ), 22 abr. 1965, p. 3.

ditadura, quanto demonstrando expectativas sobre providências que assegurassem os objetivos da “Revolução”¹⁸⁸.

No início da década de 1970, quando se imaginava que a ditadura havia inibido as ações dos supostos “subversivos”, a CDF dizia continuar sua “vigília democrática”, ajudando a identificar aqueles que estariam “[...] tentando implantar o terror nas principais cidades brasileiras”¹⁸⁹. Elas referiam-se aos grupos de luta armada que haviam promovido uma série de ações contra a ditadura. Organizadas desde o final da década de 1960, as guerrilhas — urbana e rural — objetivavam, *grosso modo*, a derrubada da ditadura, a partir do uso da violência, e a realização de uma revolução socialista no Brasil. Até 1970, essas organizações de esquerda haviam promovido, conforme Denise Rollemberg (2012, p. 67-68), “um sem-número de ações de expropriação, assaltos a bancos, a estabelecimentos comerciais [...]”, sem falar nos sequestros de dois embaixadores (o norte-americano Charles Burke Elbrick, setembro 1969; e o alemão Ehrenfried Von Holben, em junho de 1970) e de um cônsul (o japonês Nobuo Okuchi, em março de 1970) (Rollemberg, 2012).

Em seu manifesto de julho de 1970, a CDF, assim como a própria ditadura, caracterizava as ações desses grupos como “terroristas”, “[...] que cometem os maiores crimes contra a pessoa humana e a propriedade; que não respeitam os representantes estrangeiros e colocam o Brasil em pé de igualdade com povos selvagens”¹⁹⁰. No manifesto, a CDF convocava suas associadas para uma reunião de emergência, onde alertaria suas partícipes a usar suas “qualidades femininas” — perspicácia, curiosidade e desconfiança — na identificação dos “terroristas”¹⁹¹. Embora não fossem claras quanto à forma como identificariam pessoas consideradas “suspeitas”, as pernambucanas sugeriam que todas as integrantes do grupo denunciassem os “falsos patriotas”¹⁹².

Na realidade, a forte oposição das pernambucanas da CDF aos grupos armados datava de anos anteriores. Para exemplificar, destaco dois momentos: o primeiro deles refere-se ao atentado ao aeroporto dos Guararapes, em Recife, em 25 de julho de 1966. Houve a explosão de uma bomba no aeroporto, matando duas pessoas, sem, contudo, atingir seu alvo principal: o ministro da guerra, Costa e Silva, candidato à sucessão de Castelo Branco. Costa e Silva faria uma visita a Recife, em declarada propaganda eleitoral, com a realização de uma audiência com a CDF¹⁹³. Para

¹⁸⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Da Cruzada a Castelo e Costa e Silva. *Diário de Pernambuco* (PE), 29 out. 1965, p. 3.

¹⁸⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada faz manifesto em Recife”. *Jornal do Brasil* (RJ), 4 jul. 1970, p. 12.

¹⁹⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada faz manifesto em Recife”. *Jornal do Brasil* (RJ), 4 jul. 1970, p. 12.

¹⁹¹*Ibid.*, p. 12.

¹⁹²*Ibid.*, p. 12.

¹⁹³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Programa da visita foi modificado”. *Diário de Pernambuco* (PE), 23 jul. 1966, p. 3.

receber o ministro, a diretoria da organização delegou a um grupo de sócias que recepcionassem Costa e Silva no aeroporto. Todavia, chama atenção que, mesmo diante da explosão e do “pânico” generalizado, a CDF não só permaneceu no local, como “[...] colocaram escapulários de Nossa Senhora do Carmo no pescoço das vítimas, inclusive no almirante Nelson Fernandes e no secretário Edson Regis”¹⁹⁴, mortos no atentado. Após o ocorrido, elas solidarizaram-se com os familiares dos mortos e defenderam que não poderia “[...] haver liberdade para os assassinos da liberdade”¹⁹⁵. É muito provável que esses atos tenham alimentado ainda mais o sentimento de repulsa da CDF a tudo que representasse as esquerdas, ou qualquer campo mais progressista, levando cada vez mais o grupo a militar de forma intransigente contra o “perigo comunista”.

O segundo momento foi o sequestro do embaixador dos EUA, Charles Elbrick, em setembro de 1969. Na ocasião, a CDF publicou na imprensa, notadamente no *Diário de Pernambuco* (PE), uma mensagem na qual não apenas condenava a ação das guerrilhas, como convocava as mulheres brasileiras para uma “vigília”, sem trégua contra aqueles que elas chamavam de “criminosos”.

Sabemos, melhor que ninguém, do valor da pessoa humana, nós mulheres, que colaboramos com a obra criadora de Deus, sabemos quanto nos custaram nossos filhos, o bem que lhes queremos e não pretendemos oferecê-los em holocausto aos traidores da Pátria, que pretendem apagar toda a tradição de honradez e decência, que foi sempre o apanágio de nossa terra. Nós, mulheres brasileiras, vamos nos levantar como uma barreira contra esses traidores. *Vamos permanecer em vigília democrática até que todos eles sejam descobertos e identificados e o Brasil possa retomar o caminho do seu desenvolvimento, marchando para o futuro sem mácula e sem desonra*¹⁹⁶ [grifos meus].

Era preciso que o jornal transmitisse o “terror” promovido pelas esquerdas armadas, o qual precisava ser coibido pelo uso da força. As mensagens foram publicadas na imprensa, e junto delas constavam outras matérias que endossavam a forma pela qual a CDF se posicionava diante dos fatos ocorridos. Exemplo disso é a nota do Serviço de Informações do IV Exército, publicada na capa do jornal *Diário de Pernambuco* (PE), em julho de 1966, solicitando à população informações sobre o atentado ao aeroporto dos Guararapes: “seu testemunho pode ser importante. Faça e entregue sua informação no Quartel General do IV Exército [...]”¹⁹⁷. Nela também constava que as autoridades militares desejavam “[...] prender TODOS relacionados com

¹⁹⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Terror no Recife: bombas eram para Costa e Silva”. *Diário de Notícias* (RJ), 26 jul. 1966, p. 3.

¹⁹⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Decretado luto oficial no estado por três dias”. *Diário de Pernambuco* (PE), 26 jul. 1966, p. 6. Em 25 de julho de 1967, um ano após o ocorrido, a CDF fez-se presente junto ao IV Exército, à Polícia Militar e aos membros do governo estadual e municipal em uma homenagem à memória das vítimas. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Homenagem às vítimas de Guararapes”. *Correio da Manhã* (RJ), 6 jul. 1967, p. 5.

¹⁹⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada concita mulher brasileira a ficar vigilante contra o terrorismo”. *Diário de Pernambuco* (PE), 9 set. 1969, p. 3.

¹⁹⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “A atentado do Aeroporto dos Guararapes”. *Diário de Pernambuco* (PE), 29 jul. 1966, p. 1.

o lançamento da bomba no aeroporto”¹⁹⁸. Do mesmo modo, é preciso notar que esse movimento, tanto por parte da imprensa quanto da CDF, exposto nas páginas dos jornais, buscava tornar legítima as ações da ditadura contra as guerrilhas e todos os demais atos considerados “subversivos”.

Como destaquei, mesmo que tenha havido pressão para que as autoridades da ditadura endurecessem cada vez mais o combate à denominada “subversão”, com cassações de mandatos, prisões, etc., e até certa decepção das pernambucanas com os rumos da “Revolução”, não havia até 1970 por parte da CDF nenhuma pretensão de romper com seus antigos aliados.

A CDF estava entre os grupos civis que exigiam maior severidade contra os considerados “inimigos” da “Revolução”, pressionando a ditadura para que tomasse providências nesse sentido. Portanto, não foi o regime com seu aparato policial e burocrático que levou parte da sociedade a legitimar suas ações arbitrárias, em um movimento de cima para baixo, como se a sociedade fosse um sujeito passivo e vítima da ditadura. As situações que demonstro acima revelam que parcela da população, ao reclamar por maior rigor nas punições aos “subversivos”, pode ter contribuído para a continuidade das arbitrariedades do regime ditatorial, uma vez que este se sentia confortável com a legitimidade conquistada.

2.2.3. “Cuba Libre”: a Cruzada e o caso Nélida Garmendia

A luta anticomunista da CDF, todavia, não se restringia às cobranças por maior severidade nas punições à “subversão”. Durante sua trajetória, as “cruzadistas” buscaram meios de informar suas associadas e outros segmentos a respeito do que era o “comunismo” de que tanto falavam. Para isso, promoveram palestras, encontros e cursos, que, *grosso modo*, acabavam endossando o discurso anticomunista de suas militantes. Exemplo disso foi a visita de Nélida Garmendia Castellón ao Recife, em dezembro de 1964¹⁹⁹. Garmendia era uma professora primária cubana que havia se exilado no Brasil em maio de 1962²⁰⁰, sendo quase expulsa do país, em outubro do mesmo ano, com outros três cubanos, por atacar o governo federal e o presidente do Conselho de Ministros por meio da imprensa²⁰¹. Ela presidia o “Movimento Feminino contra Fidel Castro”, e ficou conhecida nos anos 1960 por suas falas anticomunistas, sobretudo aquelas

¹⁹⁸*Ibid.*, p. 1.

¹⁹⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Professora cubana veio fazer conferência sobre ditadura de Fidel Castro”. *Diário de Pernambuco* (PE), 4 dez. 1964, p. 1.

²⁰⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Regime de Fidel troca as aulas normais por um curso de marxismo”. *O Jornal* (RJ), 26 maio 1962, p. 10.

²⁰¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Ministro da Justiça expulsa agitadores cubanos do país”. *Última Hora* (PE), 26 out. 1962, p. 2; Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cubanos anticastistas ganham clemência: podem ficar no Brasil”. *Última Hora* (PE), 22 nov. 1962, p. 3.

dirigidas contra o regime político instaurado em Cuba a partir de 1959²⁰². Membro do “Diretório Magisterial de Cuba no Exílio”, Garmendia percorreu diversas localidades para protestar contra o que ela chamava de “cativeiro comunista implantado por Fidel Castro”²⁰³.

Com o golpe de 1964, Garmendia e outros exilados cubanos, inclusive seu marido, Pedro Aponte Mendes, não apenas se sentiram confortáveis para protestar contra o regime político cubano, como contribuíram ainda mais para a propagação do sentimento anticomunista²⁰⁴. Conforme Garmendia e Pedro Aponte mencionavam pela imprensa, “a vitoriosa Revolução democrática brasileira se fez contra o comunismo internacional, que, com a ajuda de Cuba comunista, ia instalar-se no país”²⁰⁵. Essa relação amistosa entre Garmendia, outros exilados cubanos no Brasil e a ditadura civil-militar pode ser vista na entrega da bandeira de Cuba aos exilados pelo superintendente da Polícia Executiva, general Sá Tavares, e pelo chefe do serviço de inteligência do DOPS, coronel Galdo²⁰⁶. Segundo consta na imprensa, Galdo havia apreendido material subversivo dias atrás no escritório de um militar, o general Gonzaga Leite, que estaria foragido. Na oportunidade, encontraram, além de escritos comunistas, a bandeira cubana. Portanto, a entrega da flâmula aos exilados era revestida de forte simbolismo, como se ela tivesse sido resgatada pelas forças “democráticas”. Na ocasião, Garmendia e Aponte disseram que:

Os cubanos exilados no Brasil sentem orgulho de receber nossa bandeira nacional, a bandeira de Cuba livre e democrática, das mãos dos corajosos brasileiros democratas que souberam resgatá-la das mãos assassinas do comunismo internacional. Sentimos grande felicidade de tê-la de novo livre, e esperamos que muito em breve, livremente, entraremos em nossa querida pátria libertada da foice e do martelo, com o auxílio desse valoroso povo brasileiro e dos demais países irmãos da América.

Apelamos ao honorável Sr. Presidente Castelo Branco [...] que nos permita entregar-lhe a bandeira de Cuba, como homenagem do sofrido povo cubano e de todos os exilados, pois será uma honra para todos nós que o Brasil democrático de hoje, seja o depositário de nosso pavilhão nacional, e que um dia, quando Cuba se libertar do jugo comunista, possamos dizer ao nosso povo que o Brasil resgatou a primeira bandeira cubana das mãos do comunismo internacional²⁰⁷.

²⁰²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Fidel transformou o ensino em doutrinação do marxismo, dizem professores exilados”. *Diário de Pernambuco* (PE), 9 ago. 1963, p. 3.

²⁰³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cubanos fazem vigília na GB até que OEA adote represálias: Fidel”. *O Jornal* (RJ), 22 jul. 1964, p. 10.

²⁰⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Já se pode falar com os presos políticos”. *Última Hora* (PE), 14 abr. 1964, p. 2.

²⁰⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Carta ao leitor”. *Jornal do Brasil* (RJ), 26 jul. 1964, p. 6.

²⁰⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Bandeira de Cuba”. *Diário de Pernambuco* (PE), 25 abr. 1964, p. 2.

²⁰⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Bandeira de Cuba”. *Diário de Pernambuco* (PE), 25 abr. 1964, p. 2.

A intenção de Garmendia e dos demais cubanos era entregar a bandeira a Castelo Branco para que ele a retivesse até o momento em que os exilados pudessem retornar a Cuba²⁰⁸. Para eles, o golpe de 1964 dava esperanças de mudanças em seu país natal²⁰⁹.

Dessa forma, em 1964, Nélida Garmendia excursionou por várias cidades do Brasil, contando com o apoio dos grupos femininos conservadores, entre os quais, a CDF. O convite das “cruzadistas” para as palestras da cubana constava no *Diário de Pernambuco* (PE), e nele transparecia a forma pela qual o grupo compreendia a presença de Garmendia. Isto é, como alguém que poderia “informar” ao “povo do Recife” o mal que o “comunismo” fazia em Cuba.

CRUZADA DEMOCRÁTICA FEMININA
- CONVITE -

Hoje, às 16h30, chegará ao Recife, a Professora Cubana exilada Nélida Garmendia, que vem à nossa cidade a convite da Cruzada Democrática Feminina para dizer ao povo do Nordeste como em Cuba arrebatam os filhos das mães para enviá-los à Rússia e enviam aos campos de concentração as mães que se recusam; como em Cuba vão para os campos de concentração os cubanos que desejam sair de Cuba; como em Cuba se mata de fome o operariado que não comunga com as idéias comunistas; como em Cuba todo o mundo está obrigado a ser comunista ou morrer.

Ouçam isso dito por uma cubana que o sofreu e que falará ao povo do Recife no auditório da Faculdade de Filosofia do Colégio São José, amanhã, às 20h30.

V. Sa. está convidado²¹⁰.

Em Recife, as palestras de Garmendia foram promovidas pela CDF e contaram com a presença das sócias da entidade, militares, professores, estudantes e trabalhadores²¹¹. O próprio convite à população visava conquistar esse amplo espectro social, tendo em vista que a cubana falaria às mães, aos operários e aos demais indivíduos que desejassem se ver livres do “comunismo”. Nesses encontros, Garmendia buscava discursar de modo a alarmar o público, afirmando que o comunismo havia arruinado Cuba. Nélida Garmendia dizia que:

A partir da data em que Fidel Castro começou a sentir-se forte no poder – disse a conferencista – as conquistas do povo cubano começaram a ser deixadas de lado. As promessas de eleições, feitas na sua fase revolucionária contra Fulgêncio Batista, não foram cumpridas como também passaram a ser esquecidas as promessas de liberdade, etc. Por outro lado, começou a funcionar o “paredón” – coisa que os próprios ex-fidelistas não deram muita importância no início, embriagados ainda com a vitória revolucionária, mas que hoje repudiam²¹².

Chama-nos a atenção que a conferência de Garmendia em dezembro de 1964 retratava a forma pela qual se construiu um regime autoritário em Cuba, em plena construção da ditadura

²⁰⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Exilados darão bandeira cubana a Castelo, pois o Brasil a resgatou”. *Diário de Pernambuco* (PE), 25 abr. 1964, p. 7.

²⁰⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Exilada diz que a Revolução no Brasil dá esperanças para a queda de Fidel em 1965”. *Diário de Pernambuco* (PE), 25 abr. 1964, p. 7.

²¹⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Democrática Feminina - Convite”. *Diário de Pernambuco* (PE), 3 dez. 1964, p. 3.

²¹¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Promessas de reforma foram blefe pregado por Fidel ao povo cubano”. *Diário de Pernambuco* (PE), 5 dez. 1964, p. 2.

²¹²*Ibid.*, p. 2.

brasileira. Falava-se em “paredón” cubano em um país que já vivia sob constantes prisões e torturas de presos políticos.

Contudo, as falas da cubana tocavam nos temores anticomunistas de muitos pernambucanos que lotavam os auditórios e outros espaços para ouvi-la. Os tópicos que alimentavam medos e pânico naqueles que escutavam a cubana eram: a possível perda das propriedades, uma vez que, segundo Garmendia, as terras em Cuba pertenciam ao Estado; o esfacelamento das famílias, pois, conforme relatava a cubana, muitas crianças haviam sido enviadas ao exterior por seus pais “[...] para não serem obrigadas a receber doutrinação marxista nas escolas primárias”²¹³, sem falar daquelas que eram doutrinadas para denunciar seus próprios familiares ao governo; a extinção da moral e dos bons costumes, uma vez que as campanhas de alfabetização forçadas levavam inúmeros jovens cubanos ao convívio, que, sem a presença dos pais, acabavam vivendo na promiscuidade²¹⁴; o fim da liberdade religiosa, que, segundo Garmendia, resultou na profanação de imagens e templos, “[...] substituídos por retratos de líderes comunistas de todo o mundo”²¹⁵; as prisões e fuzilamentos de “patriotas” cubanos; e a fome que tomava os lares cubanos.

É interessante também notar que as falas de Nélida Garmendia foram realizadas em escolas, repartições militares e outros espaços públicos, como o auditório da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, o que demonstrava a intensa mobilização conquistada pela CDF ao reunir significativo público²¹⁶. No porto do Recife, por exemplo, Garmendia proferiu três conferências, sendo duas delas para os portuários e outra para os operários das oficinas²¹⁷. E, embora as conferências parecessem irrelevantes, tendo em vista que o golpe de 1964 havia contribuído para o fim da “comunização” do país, elas buscavam construir um discurso pró-ditadura, em que o país, tomado pela “subversão” de anos anteriores, encaminhava-se para algo semelhante ao que havia ocorrido em Cuba, se não fosse a “Revolução” de 1964. Em Recife, Garmendia mencionou que as Ligas Camponesas eram exemplos claros de como o Brasil estava à beira do “comunismo”, e que as “cartilhas de Paulo Freire” eram “[...] idênticas às usadas por Fidel Castro para “politizar” as crianças desde os cinco anos de idade”²¹⁸. Esse discurso em apoio à ditadura por parte de Garmendia, além de acalentar os apoiadores da “Revolução”, criando uma

²¹³*Ibid.*, p. 2.

²¹⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cartilhas de Freire iguais às de Fidel, diz professora”. *O Poti* (RN), 13 dez. 1964, p. 11.

²¹⁵*Ibid.*, p. 11.

²¹⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Professora cubana deixa o Recife”. *Diário de Pernambuco* (PE), 12 dez. 1964, p. 6.

²¹⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Nélida Garmendia fez três palestras para portuários”. *Diário de Pernambuco* (PE), 10 dez. 1964, p. 11.

²¹⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cartilhas de Freire iguais às de Fidel, diz professora”. *O Poti* (RN), 13 dez. 1964, p. 11.

narrativa quase única a respeito do “inimigo”, nutria de expectativas a exilada anticomunista que previa a queda de Fidel Castro em 1965²¹⁹.

As relações entre Nélida Garmendia e as organizações femininas de direita eram anteriores ao golpe de 1964. Entre 1962 e 1964 foram comuns os convites por parte desses grupos para que ela palestrassem sobre seu país. Em 1963, por exemplo, a UCF de São Paulo promoveu uma conferência a cargo de Garmendia, intitulada “Situação atual em Cuba”²²⁰. Em 1964, antes de Recife, Nélida Garmendia havia palestrado em diversas cidades do interior de Minas Gerais a convite da Liga da Mulher Democrata (LIMDE)²²¹; e fez parte das atividades ligadas à “Exposição gráfica sobre a escravização de Cuba pelo Comunismo”, no Rio de Janeiro, com a CAMDE, em outubro de 1964²²². Suas aparições também se davam em programas de televisão, rádio e entrevistas a jornais, sempre procurando protestar contra o regime político em Cuba e a partir de discursos anticomunistas inflamados²²³.

Em Recife, Garmendia ainda foi recebida pelo governador Paulo Guerra (PSD-PE), pelo deputado Luís Dias Lins (UDN-PE) e pelo prefeito de Caruaru, Drayton Nejaim (UDN-PE) em uma audiência promovida pela CDF, na qual estavam presentes Carmem Salazar Neves e Aracy Penha Brasil, presidente e vice-presidente da organização. As “cruzadistas”, ao promover o encontro, pretendiam demonstrar a importância das palestras de Garmendia para a população recifense, denunciando o “[...] o regime opressivo em Cuba”²²⁴, verificar a possibilidade de Nélida permanecer no país, e “[...] principalmente, nos estados do Nordeste, a fim de que continue prestando sua colaboração no esclarecimento do povo sobre o que vem ocorrendo em Cuba”.

A passagem de Garmendia por Recife, portanto, revelava a continuidade das preocupações da CDF com o “perigo comunista”, mesmo em um contexto político no qual a ditadura se colocava na incumbência de persegui-lo. Nesse sentido, é interessante notar que havia não apenas a crença por parte das “cruzadistas” de que era necessária a “limpeza” no país, mas também o empenho delas em contribuir para a sua efetivação. Portanto, as palestras de Garmendia oferecidas pela CDF à população, além de consolidar entre seus/suas companheiras e companheiros a continuidade da luta anticomunista, pretendiam também conquistar segmentos

²¹⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Exilada diz que revolução no Brasil dá esperanças para queda de Fidel em 65”. *Jornal do Brasil* (RJ), 16 out. 1964, p. 13.

²²⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cursos e conferências”. *Diário da Noite* (SP), 13 mar. 1963, p. 2.

²²¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Exilada diz que revolução no Brasil dá esperanças para queda de Fidel em 65”. *Jornal do Brasil* (RJ), 16 out. 1964, p. 13.

²²²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Gráficos contra Fidel”. *Diário Carioca* (RJ), 23 out. 1964, p. 13.

²²³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Nélida Garmendia sonha com uma América do Sul livre”. *Tribuna da Imprensa* (RJ), 3 jul. 1964, p. 12.

²²⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Governador recebeu professora cubana que fugiu de Fidel”. *Diário de Pernambuco* (PE), 10 dez. 1964, p. 9.

populares, como trabalhadores, donas de casa, etc., para sua “cruzada”, sua luta anticomunista. Dessa forma, toda a programação com Garmendia resultou em apoio à ditadura civil-militar, uma vez que alimentava o imaginário anticomunista e construía uma legenda positiva a respeito do golpe de 1964 e do primeiro ano da ditadura. Em sua coluna, de 20 de dezembro de 1964, ao fazer uma espécie de balanço a respeito das palestras de Nélida Garmendia, a CDF escrevia que os brasileiros haviam se livrado de algo semelhante ao que ocorreu em Cuba:

As cartilhas que lá em Cuba se usam são bem semelhantes àquelas que estavam sendo adotadas aqui e que já andavam em mãos inocentes onde a semente da revolta, luta de classe, descontentamento, era traçada com firmeza. Graças a Deus, expurgamos esse mal, porém precisamos nos lembrar sempre, cada minuto, que temos de realizar o movimento revolucionário. Há trabalho para todas. Não podemos nos abater por menor que sejam as possibilidades, isto é, tempo, dinheiro, etc²²⁵.

Recife foi um dos últimos locais pelos quais Garmendia excursionou. Antes de Pernambuco, ela havia palestrado: na cidade do Rio de Janeiro (setembro de 1962)²²⁶; em Curitiba (PR) (novembro de 1963)²²⁷; em Santa Catarina, nas cidades de Blumenau, Joinville e Jaraguá do Sul (março de 1964)²²⁸; em Minas Gerais, pelas cidades de Belo Horizonte, Diamantina, Montes Claros e Curvelo (outubro de 1964)²²⁹; e em Porto Alegre (RS) (junho e novembro de 1964)²³⁰. Nessas localidades, as atividades de Garmendia — como palestras, conferências e reuniões — eram coordenadas pelas organizações femininas conservadoras daquelas cidades e estados (CAMDE, UCFP, UCF, LIMDE e ADFG), e contavam com apoio de empresários, comerciantes locais e parte da classe política. Depois de 1964, a única notícia a que tive acesso sobre Nélida Garmendia foi em 1970, quando de Miami, nos Estados Unidos, ela mandava aos jornalistas brasileiros notícias sobre a luta dos exilados pela “libertação” de Cuba²³¹. Não obtive maiores informações a respeito do que moveu a cubana a migrar para os Estados Unidos, mas acredito que o fato de haver organismos de exilados cubanos na região tenha impulsionado Nélida a ser mais um dos anticastristas residentes na Flórida que desejavam a derrubada de Fidel Castro.

2.2.4. Homenagens aos generais-presidentes

²²⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Coluna da CDF”. *Diário de Pernambuco* (PE), 20 dez. 1964, p. 2.

²²⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Conferência da professora cubana”. *Diário de Notícias* (RJ), 25 set. 1962, p. 8.

²²⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mestra deixou pátria para não ensinar comunismo”. *Diário do Paraná* (PR), 10 out. 1963, p. 6.

²²⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “A conferência da Prof. Nélida Gardemia”. *Correio do Povo* (RS), 7 mar. 1964, p. 4.

²²⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Exilada diz que revolução no Brasil dá esperanças para queda de Fidel Castro em 65”. *Jornal do Brasil* (RJ), 10 out. 1964, p. 13.

²³⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Professora exilada fala sobre Cuba: Isla Cautiva”. *Jornal do Dia* (RS), 9 jun. 1964, p. 2; Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Verdade sobre Cuba”. *Jornal do Dia* (RS), 13 nov. 1964, p. 6.

²³¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Alfa 66”. *Diário do Paraná* (PR), 5 jun. 1970, p. 2.

O histórico da CDF, de maneira muito semelhante ao de outras organizações de mulheres conservadoras, pautou-se também em gestos simbólicos, que contribuíam para a legitimidade do regime civil-militar.

Durante seus dezoito anos de existência, a CDF não abriu mão de reverenciar e/ou prestar solidariedade a alguns dos generais-presidentes da ditadura. Isso pode ser constatado nos meses seguintes ao golpe, em 5 de junho de 1964, quando Castelo Branco visitou Recife, sendo recebido por um expressivo público que lotou as avenidas e ruas da capital pernambucana para aplaudi-lo²³². A visita durou dois dias e parecia fazer parte das estratégias que procuravam legitimar a “Revolução”, agora respaldadas pelos diferentes segmentos sociais que tomaram as ruas de Recife. Para tanto, Castelo Branco recebeu os títulos de “Cidadão de Pernambuco” pela ALEPE, e o de “Cidadão do Recife” pelo prefeito da cidade²³³. No IV Exército, foi homenageado pelas “cruzadistas”, que, conforme consta no *Diário de Pernambuco* (PE), sensibilizaram o chefe militar. Por fim, em seu último dia na capital pernambucana, no aeroporto, Castelo recebeu das dirigentes da CDF um ramalhete de flores²³⁴. Esses gestos da CDF a Castelo Branco são demonstrativos do apoio de suas associadas à ditadura e a sua principal liderança, e das expectativas da entidade em relação ao que elas entendiam como as demandas da “Revolução”, que, como vimos, deveria “limpar” o país da “subversão”.

No ano seguinte, em novembro de 1965, a CDF novamente levou seus votos de confiança a Castelo Branco, mas agora juntamente com outras entidades femininas, que, segundo consta em uma nota publicada na imprensa, diziam-se “[...] convictas de que Sua Excelência, em que pesem os obstáculos e as dificuldades, saberá conduzir a Revolução aos seus verdadeiros objetivos [...]”²³⁵. A CDF não foi a única entidade a ter Castelo Branco como um dos principais líderes da “Revolução”, um verdadeiro “chefe da nação”. A CAMDE, por exemplo, logo após o golpe empenhou-se na “batalha” pela indicação do militar à Presidência, inclusive divulgando manifesto em sua defesa e organizando uma manifestação em frente à casa do general, no Rio de Janeiro, para lhe prestar homenagens, exigir sua indicação à chefia do executivo federal e pedir que tomasse algumas medidas em defesa da “Revolução” (Cordeiro, 2009, p. 71-74). ADFG, como veremos adiante, recebeu o general na capital gaúcha como o grande líder da “Revolução”.

²³²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Excepcionais homenagens dos pernambucanos; hoje missa antes do regresso”. *Diário de Pernambuco* (PE), 6 jun. 1964, p. 1.

²³³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “‘Cidadão do Recife’, Castelo evoca infância que viveu nas ruas da Aurora e da Glória”. *Diário de Pernambuco* (PE), 7 jun. 1964, p. 1.

²³⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Últimas homenagens foram prestadas no aeroporto pela mulher pernambucana”. *Diário de Pernambuco* (PE), 7 jun. 1964, p. 5.

²³⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres apóiam Castelo”. *Correio Braziliense* (DF), 27 out. 1965, p. 2.

Em sua coluna no *Diário de Pernambuco* (PE), em 12 de março de 1967, a CDF mais uma vez elogiou Castelo Branco, como aquele que havia “restaurado a plenitude brasileira”²³⁶. Porém, o momento era outro: o da transmissão de poder a seu sucessor, Costa e Silva, e de avaliações quanto a sua administração. As “cruzadistas” o consideravam equilibrado, austero e patriota, homem respeitado e admirado por muitos brasileiros. Essa imagem, reforçada por parte importante da imprensa, na qual Castelo surgia como estadista moderado, longe de ser um ditador, colaborava também para legitimidade do regime civil-militar. Porém, elas entendiam que, embora ele tivesse atuado “vigilante” contra os vícios da política, não conseguiu corrigi-los a tempo e como, todos os brasileiros, errou. O erro, por sua vez, procurava transformar Castelo em um homem comum, humanizado, afinal, conforme as pernambucanas escreveram em sua coluna, “quem, porém, não erra?”. Para elas, Castelo Branco não deveria ser julgado por um ou outro ato, considerados insignificantes diante do conjunto de seu governo, pois “[...] tantos benefícios trouxe [...] ao Brasil, que ele pode em sã consciência deixar o poder certo do agradecimento dos seus patrícios”²³⁷. Uma semana antes, o mesmo jornal, que publicava a coluna da CDF, estampou em sua capa, em letras garrafais, “CB: missão cumprida com dignidade”, corroborando com a construção de uma imagem positivada de Castelo Branco por segmentos sociais que apoiavam a ditadura, como a CDF, na qual o militar figurava como um “revolucionário” competente, voltado para os princípios da “Revolução”²³⁸.

Contudo, a construção de uma memória positiva a respeito de Castelo Branco foi intensificada após a sua morte em um acidente aéreo no Ceará, em 18 de julho de 1967. Castelo foi homenageado em diversos jornais do país, com matérias e textos em que o militar aparecia como “homem exemplar” — correto, íntegro e patriota²³⁹; “[...] figura exponencial da vida política brasileira nos últimos anos e uma das mais altas expressões do Exército Nacional”²⁴⁰. Em Pernambuco, o *Diário de Pernambuco* (PE), um dia após a morte de Castelo, ao mesmo tempo em que noticiava os trâmites de seu sepultamento o apresentava como um “salvador”, “[...] homem apolítico que se atirou na dura rinha da vida pública [...]” para acudir o país da “subversão”²⁴¹. Em sua capa, o jornal publicou um texto intitulado “Castelo”, no qual, além de reconhecer que havia feito críticas ao ex-presidente ao longo do seu governo, o apontava “[...] como um dos mais

²³⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Coluna da Cruzada Democrática Feminina”. *Diário de Pernambuco* (PE), 25 jul. 1967 p. 13.

²³⁷*Ibid.*, p. 13.

²³⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “CB: missão cumprida com dignidade”. *Diário de Pernambuco* (PE), 5 mar. 1967, p. 1.

²³⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Castelo será sepultado com honras de chefe-de-estado”. *Diário de Notícias* (RJ), 19 jul. 1967 p. 3.

²⁴⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Castelo Branco”. *Diário de Pernambuco* (PE), 19 jul. 1967, p. 1.

²⁴¹*Ibid.*, p. 1.

dignos expoentes da vida pública brasileira”²⁴². Em Recife, a CDF endossava essa construção de memória a Castelo. Em sua coluna no *Diário de Pernambuco* (PE), elas diziam-se enlutadas pelo “trágico desaparecimento do marechal”, o que lhes havia causado “profunda mágoa”²⁴³.

Nessa esteira de homenagens aos militares que governavam o país nos anos 1970, durante os “anos de chumbo”, a CDF não poupou elogios ao general Médici e a seu governo. Em agosto de 1970, a entidade aplaudiu o plano governamental da ditadura, acreditando que ele distribuiria a riqueza nacional entre a massa operária²⁴⁴. Segundo as mulheres da CDF, no entanto, o plano era obra do general Médici.

O presidente Médici, com aquela extrema sensibilidade aos problemas nacionais, que toda a nação lhe reconhece, bem razão teve quando proclamou que compreendia o momento histórico que o seu decreto incitava.

Enfim, é muito significativo que a promulgação da lei de participação dos operários no lucro das empresas – a independência econômica dos escravos econômicos – coincida com a independência nacional²⁴⁵.

Esse clima de euforia, causado em parte pelo “milagre econômico”, podia também ser visto nas declarações que envolveram o alargamento do mar territorial brasileiro para 200 milhas marítimas, em março de 1970. Na verdade, desde o final dos anos 1960 havia por parte da ditadura a intenção em ampliar o mar territorial de 12 para 200 milhas. Contudo, foi apenas no governo Médici que a questão tomou corpo, afinal era preciso revigorar os apoios ao regime. A adoção da medida decorreu de inúmeros fatores, dentre os quais econômicos, político-diplomáticos, de segurança e defesa nacional, e político-nacionais. Segundo Gustavo Carvalho (1999, p. 113), no plano externo não foram poucos os registros de protestos contra o decreto-lei nº 1098, chegando até mesmo ao seu não reconhecimento ou apontamento de reservas quanto à sua efetiva ampliação por alguns países. Já a repercussão interna foi bastante positiva, uma vez que foram poucas as manifestações contrárias à proposta de ampliação, a qual se viu envolta em um elenco de expressões ufanistas que marcaram o ano de 1970. Carvalho (1999, p. 117) entende que “o governo estava ciente de seu interesse político em adotar com certa urgência, medidas que tivessem impacto positivo sobre a opinião pública”. Portanto, a ampliação do mar territorial brasileiro poderia melhorar a popularidade da ditadura, ressaltando aspectos “positivos” de sua ação governamental.

Foi diante dessas repercussões, negativas e positivas — que veremos adiante — que as mulheres da CDF acabaram se posicionando. Como defensoras da ditadura, a iniciativa de

²⁴²*Ibid.*, p. 1.

²⁴³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Coluna da Cruzada Democrática Feminina”. *Diário de Pernambuco* (PE), 25 jul. 1967, p. 13.

²⁴⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada aplaude o plano governamental”. *Diário de Pernambuco* (PE), 30 ago. 1970, p. 11.

²⁴⁵*Ibid.*, p. 11.

alargamento do mar territorial não foi apenas acolhida com entusiasmo pela entidade, como fez com que o grupo lançasse duras críticas aos EUA, que, por seu turno, havia se posicionado contrário ao ato. Segundo as “cruzadistas”, “lamentável é que os Estados Unidos, onde parece que o poder político vai se transformando em poder econômico, pretendem imiscuir-se em assunto que é privativamente nosso e de mais ninguém”²⁴⁶. E continuavam, nesse mesmo tom, apontando que a contrariedade dos EUA ao alargamento do mar territorial brasileiro poderia ter consequências negativas para os norte-americanos. Para elas, os “ianques” poderiam ter que rever suas atitudes, caso, em algum momento futuro, estivessem envolvidos em conflitos de proporções globais.

O futuro demonstrará a que lamentáveis consequências arrastará a atitude norte-americana querendo agora mandar nos nossos mares, pois é certo, absolutamente certo, que eles não poderão prescindir do Brasil, caso se empenham em outra guerra universal, aliás muito provável nas circunstâncias atuais.

O equilíbrio dos blocos de forças antagônicas já é agora quase equivalente e qualquer deles pode preponderar sobre o outro lado de um momento para outro. Por certos aspectos, é também muito grave a situação interna da América do Norte com a sua insolúvel questão racial e seu grande desgaste na Ásia, além de que as despesas na Europa já começam a minar o seu poderio financeiro²⁴⁷.

É interessante observar que o discurso contrário à posição norte-americana, com a acusação de que os EUA tentavam impor ao Brasil limites quanto ao território marítimo, utilizava-se de argumentos muito semelhantes aos das esquerdas. A crítica, porém, não tinha como alvo a posição de liderança dos EUA na Guerra Fria e muito menos qualquer avaliação positiva do bloco socialista, mas a contrariedade dos norte-americanos a uma ação política da ditadura brasileira, da qual as mulheres da CDF sentiam-se partícipes.

Somavam-se a esses aspectos de defesa das políticas do regime civil-militar os pronunciamentos em homenagem ao presidente Médici, cuja liderança, segundo a CDF, foi de fundamental importância na extensão dos limites do mar territorial brasileiro²⁴⁸. Quase um ano antes, em janeiro de 1970, em sua coluna no *Diário de Pernambuco* (PE), as pernambucanas escreviam condecorando o presidente, cujo pronunciamento no final de 1969, “[...] comoveu a alma brasileira com a mais humilde das suas palavras e a coragem dos seus propósitos”²⁴⁹. Para as pernambucanas, Médici não figurava como ditador, mas como o “novo pacificador”, “[...] o estadista poeta, que não faz discursos convencionais, mas que, na beleza acadêmica de suas palavras, fala ao que de melhor existe na alma de cada um de nós [...]”. Para elas, os grandes

²⁴⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada defende as 200 milhas e critica os EUA”. *Diário de Pernambuco* (PE), 13 jul. 1971, p. 22.

²⁴⁷*Ibid.*, p. 22.

²⁴⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Estudantes apóiam as 200 milhas”. *Diário de Pernambuco* (PE), 13 jul. 1971, p. 1.

²⁴⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Coluna da Cruzada Democrática Feminina”. *Diário de Pernambuco* (PE), 4 jan. 1970, p. 39.

atributos do presidente eram seus gestos simples, “[...] que desce do seu alto posto e que se irmana ao povo”, além de seus apelos para que os brasileiros se doassem aos interesses nacionais. Conforme mencionavam na coluna, “e se assim fizermos, se colocarmos o interesse do Brasil acima do nosso, o presidente – o novo pacificador, nos promete saldo de paz, de tranquilidade, de segurança e de progresso”²⁵⁰. Essa imagem positiva a respeito do general Médici permaneceu nos três anos posteriores, o que pode ser visto, por exemplo, no decorrer dos festejos do Sesquicentenário da Independência, em 1972. Janaína Martins Cordeiro (2015) afirma que, na ocasião, Médici era festejado como quem consolidou a “Revolução”, e sua imagem era “[...] reflexo daquele país em processo de acelerado crescimento econômico, potência esportiva que sonhava também em transformar-se em potência econômica e política mundial; que havia varrido quase definitivamente o fantasma do comunismo”.

Ao fazer referência ao discurso de Médici dessa maneira, a CDF, ao mesmo tempo em que se imbuía da crença de que era necessário o conagraçamento social e a união de todos os brasileiros para fazer do Brasil uma nação forte, desconsiderava as recorrentes prisões, os sistemáticos interrogatórios, as torturas e os desaparecimentos de presos políticos de que tanto a ditadura se utilizou. Apesar de não ter assumido publicamente posições favoráveis a algumas dessas arbitrariedades, a CDF, como já sublinhamos, cobrou sistematicamente das autoridades maiores punições aos supostos “subversivos”. Portanto, a desconsideração do grupo em relação ao que se passava nos “porões da ditadura” a que me refiro refletia, em parte, o consentimento social em torno do regime. Ou seja, para as “cruzadistas”, como a ditadura realizava a tão desejada “limpeza” contra o “perigo vermelho”, mesmo que isso tenha custado o que custou, era preciso apoiá-la e torná-la legítima socialmente.

2.2.5. As denúncias das arbitrariedades e apoio da CDF ao regime

A partir do final de 1969 e início de 1970, denúncias sobre prisões, torturas e desaparecimentos políticos tornaram-se comuns na imprensa internacional²⁵¹, em menor escala, na imprensa nacional. Indignadas com a profusão dessas notícias mundo afora, as mulheres da CDF escreveram em sua coluna, em 5 de julho de 1970, um breve texto rebatendo as críticas que a ditadura vinha sofrendo²⁵². A resposta da CDF não apenas buscava desacreditar as denúncias, uma vez que, para elas, estas careciam de provas. Essas mulheres acusavam os países que

²⁵⁰*Ibid.*, p. 39.

²⁵¹Sobre este aspecto, ver: GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Na obra, Green destaca uma série de pessoas, dentre as quais jornalistas, artistas, estudantes e intelectuais, que fizeram parte de um movimento internacional de denúncia e repúdio à ditadura brasileira.

²⁵²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Coluna da Cruzada Democrática Feminina”. *Diário de Pernambuco* (PE), 5 jul. 1970, p. 9.

denunciavam a violação de direitos humanos pela ditadura brasileira de “desmemoriados”, pois tais nações haviam se esquecido das atrocidades que os comunistas teriam cometido a outros povos do mundo.

Repetidamente, a França, esquecida de que a Guiana Francesa foi apelidada de “Ilha do Diabo”, porque representava o inferno na terra para os condenados que ali eram jogados como carga, vem insultando o Brasil em suas publicações.

Lemos, agora, que uma associação católica americana sugeriu que fosse encaminhado pedido ao Papa Paulo VI para que houvesse rompimento de relações diplomáticas com o Brasil, em vista da onda de violência e torturas que ela diz ter se abatido sobre a nossa terra.

Parece-me que essa associação deveria ter pedido igual providência quando destacamentos americanos dizimaram populações indefesas do Vietnã.

Onde está a memória desses povos e qual o nome do Brasil no panorama internacional?²⁵³

É interessante observar que a CDF, embora reconhecesse a violência cometida nas prisões brasileiras, inclusive tendo que se deparar com inúmeras e angustiantes histórias de familiares de presos políticos e de pessoas que sofreram mais diretamente com a violência, preferia contemporizar com o arbítrio, afirmando que esse era um aspecto comum a outros países: “Em todas as partes do mundo é sabido que a polícia constrange e, às vezes violenta os presos. Sabemos que no Brasil também acontece a mesma coisa”²⁵⁴.

O texto também expunha a preocupação das pernambucanas com a imagem do governo brasileiro no exterior, segundo elas, desonrada pelos “falsos patriotas”, os “maus brasileiros”, que recorriam a outros países antes de tentar resolver os problemas em seu próprio território. Como se isso fosse algo simples, que permitisse a punição dos perpetradores. Era como se o regime político existente não fosse uma ditadura.

Para as “cruzadistas”:

Devia o governo brasileiro exigir desses falsos patriotas que apresentassem nomes de violentadores e nomes de violentados para que pudessem apurar responsabilidades porventura existentes, porque nós não acobertamos transgressores da lei.

Se esses supostos patriotas tiveram conhecimento de alguma violência, que denunciem para que sejam punidos os infratores. Mas que façam essa denúncia ao Brasil, porque nós mesmos é que queremos julgar os nossos criminosos.

Não precisamos lavar a nossa roupa suja perante outros povos e nem precisamos que o consenso universal lance o seu repúdio a violência aqui praticadas para que acabemos com elas.

Porque nós somos um povo ordeiro e detestamos a violência por nós mesmos²⁵⁵.

Por último, ao responder às denúncias, a CDF recorria ao imaginário social brasileiro, no qual o “povo” aparece como ordeiro, não violento, afeito à conciliação. Nessa construção imaginária, o passado nacional é reconhecido por sua trajetória pacífica, em contraposição às

²⁵³*Ibid.*, p. 9.

²⁵⁴*Ibid.*, p. 9.

²⁵⁵*Ibid.*, p. 9.

ações violentas de outras civilizações. Portanto, não pareciam procedentes as acusações de violação de direitos humanos contra o governo brasileiro.

Somos um povo reconhecidamente ordeiro e nossas próprias revoluções são feitas sem sangue, enquanto na Guerra de Secessão e na Revolução Francesa, a mortandade foi generalizada. Somos um povo pacífico e detestamos toda espécie de violência. Ela é rara entre nós e não desperta entusiasmo, ao contrário, só gera repúdio²⁵⁶.

Contudo, esses argumentos da CDF podem ser contrastados com o caso de Ezequias Bezerra da Rocha, desaparecido em março de 1972, na cidade de Recife. Na época, Ezequias tinha 27 anos, era geólogo recém-formado e preparava-se para cursar sua pós-graduação²⁵⁷. Segundo consta nos relatórios da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), no início dos anos 1970, Bezerra da Rocha militava pelo PCB, mas não era procurado pela repressão e, portanto, não vivia na clandestinidade como muitos de seus companheiros que haviam aderido à luta armada²⁵⁸. No entanto, sua relação com organizações clandestinas de esquerda e, sobretudo, o empréstimo de seu automóvel ao casal Mirian Lopes Verbena e Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) mortos em um “misterioso” acidente de trânsito em 1972²⁵⁹, levaram Ezequias à prisão, aos interrogatórios, à tortura e à morte, tornando-se posteriormente mais um dos desaparecidos políticos da ditadura civil-militar. Dias após sua prisão, foi noticiado pela imprensa que um corpo semelhante ao seu havia sido encontrado nas margens de uma barragem, fazendo com que sua família se mobilizasse para o reconhecimento do cadáver, o que lhes foi negado sob a justificativa de que se tratava do corpo de outra pessoa. Conforme consta no processo pelo reconhecimento da morte de Ezequias pela ditadura civil-militar, de 1991:

Em 12 de março de 1972, através do ofício nº 78/72, da Delegacia de Polícia do Município de Escada, é encaminhado ao Instituto de Medicina Legal do Recife, um corpo cujas características de cor, cabelo, altura e peso, correspondiam às de Ezequias Bezerra da Rocha. Em suas informações àquele Instituto, o delegado de Escada, Bartolomeu Ferreira Melo [...] científica que o corpo fora encontrado dentro da barragem do "Bambu", no Engenho Massauassú, com as mãos e pés amarrados de corda, envolto em uma rede também amarrada de corda, com uma pedra de 30 quilos atada ao corpo²⁶⁰.

²⁵⁶*Ibid.*, p. 9.

²⁵⁷Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB ATO). Desaparecido político: Ezequias Bezerra da Rocha. 1996.

²⁵⁸*Ibid.*

²⁵⁹O PCBR surgiu de uma cisão no PCB, em 1968, e desde 1969 voltou-se para ações armadas urbanas. Sobre esse aspecto, ver: SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. O suposto acidente ocorreu na BR-432, entre Cachoeirinha (PE) e São Caetano (PE), em 8 de março de 1972, sendo que as circunstâncias, no entanto, permanecem pouco esclarecedoras. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/miriam-lopes-verbena/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

²⁶⁰Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB ATO). Desaparecido político: Ezequias Bezerra da Rocha. 1996.

No processo há ainda a informação de que os familiares de Ezequias tentaram localizar a família do cadáver encontrado e o local onde o corpo havia sido sepultado, com o objetivo de esclarecer melhor a situação, o que se tornava um mistério desalentador²⁶¹. Desde então, os familiares de “Tonica”, apelido de infância de Ezequias, buscavam notícias sobre seu paradeiro, sobretudo seu pai, Simpício Bezerra da Rocha, que chegou a encaminhar “[...] dramático apelo à Cruzada Democrática Feminina, no sentido de localizar o filho vivo ou morto”²⁶². Não tivemos acesso ao pedido de Simpício à CDF. Apenas consta no relatório da CEMDP que a “missiva assinada por D. Maria Luiza Carneiro Campello [...] em nada [aliviava] os seus dissabores e desesperanças”²⁶³.

Provavelmente Simpício, como pai, procurava sensibilizar as mulheres da CDF, que, como mães, compreenderiam seu desespero e se colocariam à disposição para ajudá-lo, o que de fato não ocorreu²⁶⁴. A família possivelmente recorreu à CDF também por conta da proximidade do grupo com a ditadura, principalmente com setores militares, crendo que o grupo poderia interceder a favor da família do desaparecido. Em 1970 a CDF já havia consolidado sua imagem de adesa ao regime. Era um grupo que promovia em Recife uma série de ações sociais, de caráter beneficente, sobretudo entre mulheres e setores populares, o que lhe permitiu reconhecimento social e político. Isso sem mencionar a circularidade das “cruzadistas” no campo político e institucional.

Não sabemos o que foi respondido pela CDF, mas é provável que a militância de Ezequias no PCB, bem como a sua relação com outros grupos de esquerda, tenham impedido qualquer movimentação das “cruzadistas” em sua defesa. Isto é, mesmo que a CDF soubesse que se tratava de uma prisão arbitrária, seguida de tortura, morte e desaparecimento, uma vez que havia denúncias por toda parte, certamente prevaleceu o ideário anticomunista bastante sólido entre as “cruzadistas”, segundo o qual era preciso extirpar os “comunistas” do país. Isso não significa dizer que as mulheres da CDF tenham justificado e/ou defendido o desaparecimento perpetrado pela ditadura, afinal nem o próprio regime assumiu a morte de Ezequias, mas, assim como os órgãos de repressão, continuavam afirmando, como vimos, que as denúncias careciam de provas.

²⁶¹*Ibid.*

²⁶²*Ibid.*

²⁶³*Ibid.*

²⁶⁴Simpício Bezerra da Rocha era diabético e, segundo consta no relatório da CEMDP, teve o quadro de sua doença agravado com o desaparecimento do filho, vindo a falecer. No entanto, a família, sobretudo os irmãos de Ezequias (Ednaldo, Edson e Nilza), continuaram as buscas, até que, em 1991, a partir dos trabalhos realizados pela Comissão de Pesquisa e Levantamento dos Mortos e Desaparecidos Políticos, em Pernambuco, constatou-se que o corpo encontrado em 1972 era realmente de Ezequias Bezerra da Rocha.

Sobre a suposta carência de provas, é interessante observar as entrevistas de Maria Luiza Carneiro Campello e Ângela Barreto Campello, ambas em 1985²⁶⁵. Ao serem questionadas a respeito de seus conhecimentos sobre as torturas praticadas durante a ditadura, lançaram descréditos sobre as denúncias. Ângela, por exemplo, afirmou o seguinte:

Você sabe que isso é uma coisa muito delicada, muito delicada de se dizer, porque a gente só pode dizer que houve tortura se a gente assistiu a alguma tortura. A gente só pode dizer que houve excesso, quando a gente assiste a algum excesso. Eu ouvi falar muito sobre isso. Realmente, ouvi falar. Ouvi falar de gente que desaparecia, ouvi falar de gente saía, ouvi falar de gente que era retirada de casa pelo Exército. Eu não assisti a nenhuma dessas coisas. Eu só gosto de dar testemunho daquilo que eu vejo, ouço e presencio²⁶⁶.

E quando lhe foi perguntado a respeito de algum caso concreto, de alguma família, como a de Ezequias Bezerra da Rocha, respondeu: “Não! Nunca ouvi dizer não”²⁶⁷.

Com ou sem provas, a CDF não deixou de apoiar a ditadura, seja na defesa intransigente diante das denúncias que tomavam a imprensa internacional, seja na aparente indiferença quanto ao apelo do pai de Ezequias Bezerra da Rocha, que desesperadamente procurava saber do filho.

2.2.6. As Celebrações da Marcha do dia 6 e os aniversários da CDF

Entre 1965 e 1979, as mulheres da CDF celebraram a “Marcha do São José”²⁶⁸, a “Marcha da Mulher Pernambucana pela Liberdade” ou a “Marcha do dia 6”, nomes conferidos posteriormente por suas militantes à passeata realizada em 6 de março de 1964 em Recife. Largamente noticiadas pela imprensa local, essas comemorações também contemplavam os aniversários da CDF, onde elas relembavam as motivações pelas quais haviam ocupado ruas e praças da cidade, em um movimento considerado por elas como vitorioso, afinal haviam contribuído para a derrubada do governo Goulart e, conseqüentemente, do “comunismo”. Nesses espaços, a narrativa sobre o passado recente, da mesma forma em que era carregada de homenagens ao grupo e aos sujeitos que acompanharam a manifestação, vistos como verdadeiros “patriotas”, retratava os momentos anteriores ao golpe como “caóticos” e “perigosos”.

Consta no Manifesto de 1965, publicado no *Diário de Pernambuco* (PE), na ocasião da primeira comemoração:

Nós da Cruzada sabemos que o Brasil atravessou momentos perigosos e que só a misericórdia divina nos salvou; acreditamos sinceramente que a Pátria se ergueu sob a lama da subversão, de mentira organizada, da corrupção e do ódio em que maus

²⁶⁵CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Ângela de Araújo Barreto Campello*. Recife, 01 jun. 1985; CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luiza Carneiro Campello. Recife, 28 maio 1985.

²⁶⁶CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Ângela de Araújo Barreto Campello*. Recife, 01 jun. 1985.

²⁶⁷*Ibid.*

²⁶⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Feminina festeja 2º aniversário e lançará um importante manifesto”. *Diário de Pernambuco* (PE), 6 mar. 1966, p. 5.

brasileiros queriam submergi-la e *pode hoje, sobranceira e digna, participar do convívio dos povos livres do mundo*²⁶⁹ [grifos meus].

Ainda sobre as celebrações de 1965, foi cantado pela primeira vez o hino da CDF, escrito por Maria de Lourdes de Mousinho, uma das fundadoras do grupo. A letra presta uma homenagem à “mulher brasileira”, a “mãe” protetora, que havia se levantado contra as “ameaças comunizantes” em defesa de sua pátria e, sobretudo, de sua família.

À CRUZADA DEMOCRÁTICA FEMININA

Gloriosa, soberba cruzada
Que levanta a mulher brasileira
E que a todos convoca pra luta
Sob as dobras da mesma bandeira

Brasileira, sentido! Desperta!
Nossos filhos já clamam por nós
Conservemos coesa, liberta,
Esta terra dos nossos avós

Não queremos ter filhos escravos
Não queremos a fé conspurcada
Exigimos reforma sem sangue
Com a pátria, feliz, respeitada

Brasileira, sentido! Desperta!
Nossos filhos...

Para trás os verdugos da pátria
E que aprendam da história a lição
Está de pé a mulher brasileira
Será salva esta grande nação

Brasileira, sentido! Desperta!
Nossos filhos....²⁷⁰

A letra do hino da CDF é um exemplo de como o anticomunismo se constituiu em um elemento-chave nas auto-representações do grupo. Eram mulheres que haviam se levantado pelo clamor de seus filhos, contra os “verdugos” e os carrascos “comunistas” que pretendiam destruir a nação, escravizar seus filhos e desonrar a fé cristã.

Essas datas serviam também para prestar reverência aos chefes militares, aos dirigentes que se “sacrificariam” pela nação, e, nesse sentido, tornar legítima a ditadura.

Reconhecemos, realisticamente, as dificuldades que o nosso país atravessa em recuperação e agradecemos aos homens que dão o melhor dos seus esforços, sacrificam descanso e horas de lazer, para fazê-la retomar o caminho da honra, da tradição cristã e da história dos nossos antepassados.

[...]

A terra devastada que a revolução encontrou desafiava os mais argutos. *Todavia, o clima de austeridade, de contenção de despesas supérfluas, de vontade de acertar e de união de esforços no*

²⁶⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Dem. Feminina reafirma apoio aos ideais da Revolução”. *Diário de Pernambuco* (PE), 7 mar. 1965, p. 3.

²⁷⁰Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR RJANRIO PE). Hino da Cruzada Democrática Feminina. 1965.

*sentido do bem comum dão-nos a medida exata dos altos propósitos dos novos dirigentes*²⁷¹ [grifos meus].

As celebrações da Marcha pela CDF eram acompanhadas da publicação de um manifesto na imprensa, sobretudo no *Diário de Pernambuco* (PE), em que, como foi visto anteriormente, o passado era tido como “caótico”, tomado pela “subversão” e pela “desordem”, o que compelia as mulheres pernambucanas em sua luta. Essa narrativa, por sua vez, foi uma das maneiras encontradas pelas “cruzadistas” para justificar crises econômicas, sociais e políticas vivenciadas pelo regime, e, da mesma forma, tornar legítimas as políticas da ditadura. Era preciso explicar ao público leitor que as dificuldades econômicas e sociais estavam relacionadas diretamente ao “caos” estabelecido anteriormente. No Manifesto de 1967, por exemplo, a CDF assim escrevia:

Se os fatos relevantes do passado não forem, ano a ano, celebrados, a rotina do presente acabará por apagá-los da memória do povo. É que as preocupações, as crises e as dificuldades do momento costumam subestimar, na memória do povo, os perigos mortais do passado. Assim é por toda a parte²⁷².

É interessante observar que essas celebrações foram realizadas em diferentes espaços pelos quais a CDF circulou e se relacionou. Esses ambientes — religiosos, como o Círculo Católico de Pernambuco²⁷³; militares, como o Círculo Militar; assistenciais, como o Núcleo Social do Bartolomeu²⁷⁴ e o Centro de Ação Social²⁷⁵; e educacionais, como o Gabinete Português de Leitura —, revelam, em grande medida, a capilaridade da CDF, que, ao longo do tempo, contou com a presença de diferentes segmentos sociais em seus encontros. Sob esse aspecto, as celebrações contaram com a presença de inúmeros palestrantes, como o economista Rubens Vaz da Costa²⁷⁶, o general Euler Bentes Monteiro²⁷⁷, e o general Evandro de Souza Lima²⁷⁸, todos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); o engenheiro agrônomo Eudes

²⁷¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Democrática Feminina reafirma apoio aos ideais da Revolução”. *Diário de Pernambuco* (PE), 7 mar. 1965, p. 3.

²⁷²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Feminina celebra 3º ano da Marcha da Mulher Pernambucana”. *Diário de Pernambuco* (PE), 5 mar. 1967, p. 3.

²⁷³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Feminina festeja 2º aniversário e lançará um importante manifesto”. *Diário de Pernambuco* (PE), 6 mar. 1966, p. 5.

²⁷⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada comemora Marcha”. *Diário de Pernambuco* (PE), 4 mar. 1979, p. 4.

²⁷⁵*Ibid.*, p. 20.

²⁷⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Feminina celebra 3º ano da Marcha da Mulher Pernambucana”. *Diário de Pernambuco* (PE), 5 mar. 1967, p. 3.

²⁷⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “CDF comemora hoje Marcha de 6 de Março”. *Diário de Pernambuco* (PE), 6 mar. 1968, p. 5.

²⁷⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada”. *Diário de Pernambuco* (PE), 6 abr. 1972, p. 3.

de Souza Leão Pinto; o professor e advogado Murilo Guimarães; o senador João Calmon²⁷⁹; e o advogado e político José Francisco de Moura Cavalcanti, presidente do INCRA²⁸⁰.

Figura 5 — 5º Aniversário da Marcha da Mulher Pernambucana



Fonte: HDB-BN, *Diário de Pernambuco* (PE), 7 mar. 1969, p. 20.

Contudo, é preciso considerar que as comemorações da Marcha não foram homogêneas e tiveram, em certa medida, tonalidades diferentes com o passar dos anos. Pode-se dizer que nos quatro primeiros anos as comemorações pretendiam exclusivamente legitimar a ditadura, narrando negativamente os governos anteriores, visto por elas como marcados pelo “caos” econômico, social e político, e pela infiltração comunista, o que “justificava” a crise econômica e social que se abatia sobre o governo Castelo Branco. Após 1968, percebem-se nos manifestos da CDF maiores apelos às autoridades do regime civil-militar para que solucionassem os graves problemas sociais e econômicos da região nordeste, mais precisamente de Pernambuco. Isso, porém, não significava que a entidade tivesse se desvincilhado do antigo bloco golpista que contribuiu para a derrubada de Goulart e inaugurou a ditadura, e/ou que houvesse se tornado uma organização preocupada exclusivamente com as mazelas que tomavam a população pernambucana e, de modo geral, nordestina. Na verdade, esses apelos por parte da CDF demonstravam, primeiramente, as apreensões de suas associadas com o possível ressurgimento de movimentos sociais que pudessem subverter a ordem social e política, uma vez que, na compreensão delas, a população carente seria uma “presa” fácil nas mãos dos “comunistas” que ainda circulavam pelo país. Além disso, em segundo lugar, a CDF, assim como outros grupos, ao expor suas preocupações com a população pobre, buscava, do mesmo modo, notoriedade e reconhecimento social do grupo, extrapolando o círculo social e de gênero no qual estava inserido. O fato de pertencerem aos segmentos medianos e altos da sociedade pernambucana,

²⁷⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “João Calmon chega hoje ao Recife e fará conferência”. *Diário de Pernambuco* (PE), 9 mar. 1971, p. 1.

²⁸⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Governo retoma terras para os agricultores”. *Diário de Pernambuco* (PE), 29 mar. 1973, p. 1.

com clara posição pró-ditadura, certamente contribuiu para o aparecimento e a permanência delas em espaços públicos, tomados quase que exclusivamente por homens das elites regionais. Portanto, como os afazeres da CDF não colidiam com os propósitos da ditadura e, pelo contrário, contribuía para a legitimidade desta, a entidade pôde agir de modo a conquistar mais espaços e fazer com que suas associadas pudessem ser reconhecidas socialmente.

Para comemorar o quarto aniversário da Marcha, em 1968, a CDF, como de costume, lançou a programação do evento, que contou com a presença do general Euler Bentes Monteiro, superintendente da SUDENE. A CDF pediu que Bentes Monteiro fizesse uma conferência sobre a “problemática nordestina”, tema caro para o Brasil do final dos anos 1960. Contudo, o que se depreende das notícias, e que não surpreende em nada, é que o general realizou um depoimento sobre o desenvolvimento do nordeste, mais precisamente sobre “[...] êxito obtido com o IV Plano Diretor para o crescimento harmônico da região”²⁸¹. Ou seja, nada foi discutido sobre a “problemática nordestina” e ficou visível que sua presença se tratava de uma propaganda do regime.

Além disso, na mesma ocasião, segundo o *Diário de Pernambuco* (PE), constava no manifesto da CDF o sentimento de medo, por parte das elites locais, de que a população desprovida pudesse subverter a ordem social. Nesse sentido, era fundamental assegurar “[...] o bem-estar social das populações menos favorecidas do Nordeste [...]”, para que isso pudesse “[...] servir de esteio para a sustentação do regime, afastando os inimigos da democracia que não encontrarão terreno onde semear o ódio e a desordem”²⁸². Esse era também um traço constitutivo da cultura política desses grupos: o elitismo. As organizações cívicas, como é o caso da CDF, percebiam-se no dever de instruir os segmentos mais pobres e prepará-los para a cidadania. Assim como Cordeiro (2009, p. 52), que ao examinar a CAMDE afirmou que a postura elitista da organização carioca possibilita uma melhor compreensão de suas ações, pode-se dizer o mesmo acerca da CDF e da ADFG. Contudo, é importante chamar a atenção para o entendimento desses trabalhos assistenciais como uma via de mão dupla. Ou seja, ao mesmo tempo em que atendiam a parte dos projetos políticos do grupo, essas ações estavam relacionadas ao campo assistencial, caritativo e filantrópico de muitas das mulheres que perfilavam essas entidades²⁸³.

Em 1970, durante as comemorações da Marcha, a CDF contou com a presença do reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Murilo Guimarães, que palestrou sobre “O

²⁸¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “CDF comemora hoje marcha de 6 de março”. *Diário de Pernambuco* (PE), 6 mar. 1968, p. 1.

²⁸²*Ibid.*, p. 1.

²⁸³ Esse aspecto é abordado no Capítulo 3, sobre a ADFG.

problema de vagas da Universidade Federal de Pernambuco”²⁸⁴. É muito provável que o convite se constituísse em uma espécie de divulgação da política universitária da ditadura, que tanto agradava às militantes da CDF. Diante de um público aproximado de 300 pessoas, a fala de Guimarães anunciando um aumento de vagas na universidade em cinquenta por cento e a revisão do currículo universitário, pretendia levar à população as pretensas “dávivas” do regime. Além disso, a fala de Murilo Guimarães era respaldada pela divulgação do manifesto das “cruzadistas”, no qual elas se diziam envolvidas na luta “[...] pela ampliação dos horizontes mentais de cada indivíduo, através da educação integrada [...]”²⁸⁵, saudavam as iniciativas do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que, segundo elas, teriam encontrado soluções para os problemas educacionais do país, e defendiam a reforma universitária na ditadura.

Semelhante repertório ocorreu nas comemorações de 1973, quando a CDF convidou o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), José Francisco de Moura Cavalcanti, para palestrar²⁸⁶. A conferência, como era de se esperar, apresentou os pretensos “saldos” positivos da ditadura no que diz respeito à política agrária, sobretudo aos trabalhos que vinham sendo realizados ao longo da Transamazônica. Para ilustrar o que afirmava ao longo da palestra, Moura Cavalcanti expôs uma série de *slides* aos participantes, que muito provavelmente ficaram estarelecidos com a monumental obra do regime, que, por sua vez, almejava implantar mais de 5 mil quilômetros de estrada. Anteriormente, a CDF já havia exposto sua posição favorável à construção da rodovia, argumentando, do mesmo modo que as autoridades da ditadura, que era preciso ocupar a Amazônia diante das ameaças estrangeiras naquela região²⁸⁷.

Contudo, em 1973, diferentemente, as comemorações da Marcha ocorreram no final do mês de março, em conjunto com outras celebrações, como os aniversários do 31 de março e naquele contexto, com as Olimpíadas do Exército, cujo objetivo era comemorar de modo “grandioso” a “Revolução de 1964”. Pelo que se pode perceber, os festejos iniciaram no dia 28 de março com a comemoração da Marcha e terminaram com a Olimpíada, entre 1 e 8 de abril, na cidade de Recife. Sob o *slogan* “Pernambuco vai ferver”, a Olimpíada contou com a presença de uma série de autoridades da ditadura, inclusive do presidente Médici, que esteve na abertura oficial, no estádio José do Rego Maciel, conhecido como “Arrudão”, para assistir ao jogo da

²⁸⁴ Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Reitor anuncia mais vagas na UFP em 71”. *Diário de Pernambuco* (PE), 7 mar. 1970, p. 2.

²⁸⁵ Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada divulga manifesto e defende incentivos da SUDENE”. *Diário de Pernambuco* (PE), 7 mar. 1970, p. 2.

²⁸⁶ Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Coluna da Cruzada”. *Diário de Pernambuco* (PE), 1 abr. 1973, p. 19.

²⁸⁷ Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Feminina defende estrada”. *Diário da Tarde* (PR), 11 ago. 1970, p. 2.

seleção brasileira, que naquele momento se preparava para a Copa do Mundo, na Alemanha, no ano seguinte²⁸⁸. Um dos entusiastas das Olimpíadas foi Gilberto Freyre, que na ocasião se dizia impressionado com a figura popular do presidente Médici, acolhido pela população (Maia, 2013, p. 201).

De 1974 até 1979, as mensagens publicadas na imprensa pela CDF, durante as comemorações, transparecem que o grupo mantinha as mesmas convicções de 1964: que haviam agido de modo correto em livrar o país da “comunização” e que, portanto, ainda era preciso celebrar. No entanto, os festejos em si, as solenidades com a presença de autoridades e conferencistas, bem como a publicação de manifestos na imprensa, assim como ocorreu com as demais entidades cívicas femininas, foram diminuindo. Em 1978, por exemplo, o *Diário de Pernambuco* (PE), aliado de muitos anos das “cruzadistas”, publicou apenas uma pequena nota em que a presidente da entidade, Haélia Patrício de Carvalho, afirmava que a CDF: “deixa patente que continua a marcha iniciada em 1964, feita em prol do vigor da democracia brasileira”. Por último, a nota ainda considerava que graças à Marcha e à derrubada do governo Goulart o “Brasil cresce livre”²⁸⁹. Em 1979, uma nota publicada na imprensa, sob a autoria da presidente da entidade, Maria Regina Dourado Menezes Leite, manteve praticamente o mesmo discurso que vinha sendo expresso desde 1965:

Através de situações e circunstâncias diversas impõe-se à Cruzada Democrática Feminina lembrar o episódio mais comovente da nossa história, quando as mulheres pernambucanas, naquela memorável Marcha do dia 6 de março de 1964, percorreram as ruas do Recife proclamando sua determinação de permanecerem livres²⁹⁰.

Porém, a diferença dessa nota em relação às dos anos anteriores está na constante afirmação de que o grupo teria um posicionamento politicamente independente, distante dos governos da ditadura, e de que embora tivesse a “Revolução” como um movimento salvacionista, do qual inclusive participou, acreditava que ela “[...] não foi feita para manter a injustiça social e privilégios especiais”. Portanto, segundo a CDF, caberia ao governo evitar “[...] a concentração de poder nas mãos de uma classe pouco numerosa”. É preciso observar igualmente que a CDF procurou naquele momento, assim como muitos dos que fizeram parte da coalizão golpista de 1964, descolar o golpe de 1964 do regime ditatorial, como se fossem dois eventos desconexos, e/ou que o regime teria deixado de lado, em algum momento, os propósitos da “Revolução”. Esse tipo de posição provavelmente resultava do contexto político no qual o país estava inserido, marcado pelas crescentes críticas à ditadura civil-militar e pelas constantes mobilizações de

²⁸⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “A Cruzada Democrática”. *Diário da Manhã* (PE), 29 mar. 1973, p. 4.

²⁸⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Periscópio”. *Diário de Pernambuco* (PE), 5 mar. 1978, p. 16.

²⁹⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada comemora Marcha”. *Diário de Pernambuco* (PE), 4 mar. 1979, p. 4.

movimentos sociais que clamavam por abertura política. Por isso, a CDF comemorava 1964 e a Marcha sem enaltecer, como em anos anteriores, a ditadura de forma mais contundente.

2.2.7. Cisão na CDF

Apesar de aparecerem, na maior parte do tempo, agindo de modo uniforme, sem desavenças internas, como se fossem apenas apoiadoras incontestes da ditadura, no final dos anos 1970 ocorreu uma cisão na CDF, a qual evidenciou posições heterogêneas no grupo sobre o regime ditatorial daquele contexto — perspectivas possibilitadas por sinais de enfraquecimento do regime.

Em 10 de agosto de 1977, a entidade, como de praxe, divulgava mais um de seus inúmeros manifestos na imprensa²⁹¹. Assinado por aproximadamente 20 das 30 integrantes da diretoria da CDF, o documento causou perplexidade entre muitos daqueles que recordavam das pernambucanas como aquele grupo de mulheres que, 13 anos atrás, clamava por intervenção militar em frente ao QG do IV Exército, na Marcha de 6 de março de 1964. Isso porque no documento constava a defesa da “volta à plenitude democrática que, à exceção de certas épocas, caracterizou sempre o caminhar da nossa história”, e que havia chegado “[...] o momento exato em que as coisas deverão mudar porque para isso se chegou a um consenso comum ante a evidência de que assim como agora não poderá ser mais, sob pena de uma deterioração de um processo que chegou ao seu término”. O manifesto procurou não refutar o papel das Forças Armadas, que, segundo elas, “[...] souberam sempre conduzir com bravura e patriotismo, a exemplo do que ocorreu em 1964, quando defenderam esta comunidade do comunismo ateu que pretendia se implantar em nossa terra”. Mas, segundo o documento, havia chegado o momento — marcado pelo clamor da população pela redemocratização nacional — em que era preciso entregar o poder aos civis.

Assim é que, assumindo conscientemente a posição que tomamos e certas dos riscos e implicações que ela encerra, vimos de público defender a tese de que o momento histórico que vivemos está a exigir uma reflexão lúcida sobre a oportunidade de gradativamente “ser devolvido o poder aos civis, para evitar um desgaste que pode afetar as Forças Armadas”, no dizer do vice-líder da ARENA [Aliança Renovadora Nacional] na Câmara.

Consideramos, outrossim, que nunca faltaram lideranças civis ao longo da nossa história, que sempre contou com o apoio necessário e oportuno dos militares, na salvaguarda dos nossos interesses e da grandeza nacional²⁹².

É preciso notar também que as pernambucanas da CDF sabiam dos riscos e das implicações que o documento acarretaria. Provavelmente elas se referiam às retaliações que o

²⁹¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada diz que chegou a hora exata de mudar”. *Diário de Pernambuco* (PE), 11 ago. 1977, p. 1.

²⁹²*Ibid.*, p. 1.

grupo poderia receber por parte de seus aliados de longa data, tanto em Pernambuco quanto no restante do país, e até mesmo às represálias por parte do regime civil-militar. Mas a CDF não estava isolada nesse movimento que defendia a entrega do poder aos civis. Como se percebe, elas acompanhavam o comportamento de outros segmentos sociais que, dia após dia, clamavam pela redemocratização do país. Porém, acompanhavam à sua maneira, e é possível que endossassem parte do discurso da abertura política iniciada em 1974.

Grosso modo, o manifesto podia ser visto como um gesto de rompimento da CDF com o que elas haviam ajudado a construir, a ditadura, na medida em que defendiam sua extinção e a entrega do poder aos civis. Por outro lado, mesmo que não saibamos ao certo o que gerou a redação do documento, ficou evidente a preocupação por parte das “cruzadistas” em demonstrar a importância dos militares na história recente brasileira, sobretudo em 1964. A entidade parecia oscilar entre o rompimento e a manutenção de suas antigas alianças construídas anteriormente, quando fora cúmplice dos arbítrios da ditadura. Novamente, o golpe de 1964 parecia não ter relação alguma com a ditadura, permanecendo, sob o olhar da CDF, como um “movimento” legítimo.

Contudo, a publicação do manifesto gerou desavenças internas. Dias após a sua publicação, a presidente da CDF, Adelazil Cavalcanti de Brito Barros, afirmou, também à imprensa, que o documento não representava o pensamento da organização²⁹³. Adelazil assegurava, “[...] que não houve discussão, nem muito menos aprovação daquele documento por parte dos membros desta associação”²⁹⁴, o que não foi confirmado pelas associadas que assinaram o manifesto. Segundo elas, a presidente da CDF havia lido, feito correções e aprovado o manifesto em conjunto com a diretoria da entidade, causando-lhes perplexidade o fato de Adelazil ter repudiado, posteriormente, o documento²⁹⁵.

Adelazil dizia ainda que o manifesto serviria a interesses pessoais e de pequenos grupos, em contraposição aos objetivos maiores da CDF, que guardavam “[...] estreita vinculação com os ideais expressos pela Revolução de 1964 cujo atingimento, estamos seguros, serão alcançados ao longo da caminhada firme encetada sob a orientação patriótica de homens como o saudoso general Castelo Branco e seus seguidores”²⁹⁶. Percebe-se, pelas reportagens e notas à imprensa, que Adelazil encabeçou a posição de um grupo de mulheres da CDF favorável à continuidade da postura da entidade em apoio à ditadura, em contraposição a outro segmento que,

²⁹³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Dissidência na Cruzada Democrática”. *Diário de Pernambuco* (PE), 13 ago. 1977, p. 1.

²⁹⁴*Ibid.*, p. 1.

²⁹⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Dissidência na Cruzada culmina com renúncias”. *Diário de Pernambuco* (PE), 16 ago. 1977, p. 1.

²⁹⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Dissidência na Cruzada Democrática”. *Diário de Pernambuco* (PE), 13 ago. 1977, p. 1.

provavelmente, pretendia descolar a trajetória da CDF de seu histórico adesista ao regime civil-militar.

Esses desacordos, portanto, geraram desligamentos de antigas associadas da CDF de seus cargos e da organização. As irmãs Maria Luiza Barreto Campello e Maria do Carmo Barreto Campello de Melo lideraram um grupo significativo de sócias, na maior parte membros da diretoria e do conselho da CDF, que se desligaram da entidade, “[...] como protesto à posição assumida pela presidente em exercício, que repudiou o Manifesto [...]”²⁹⁷. Para elas, o repúdio ao manifesto não apenas colocava em dúvida a autenticidade do documento, como consequentemente deixava a CDF em posição de descrédito perante os pernambucanos²⁹⁸.

Como já mencionei anteriormente, não se sabe ao certo o que motivou as pernambucanas da CDF a lançarem o manifesto, nem mesmo o que levou o grupo liderado por Adelazil a se contrapor ao documento — o qual, tudo indica, foi elaborado em uma trivial reunião de suas associadas. No entanto, até o momento, dois pontos podem nos levar a elucidar tais motivações. O primeiro diz respeito ao contexto político, social e econômico pelo qual o país passava. Marcado por uma crise econômica, pelo aumento das desigualdades sociais e, principalmente, pelo aumento das derrotas políticas da ditadura, o final dos anos 1970 pode ser traduzido, em grande medida, como o início de um processo que culminaria na redemocratização do país. Quanto mais nos aproximávamos da década de 1980, maiores e mais constantes eram as críticas ao regime, sob diferentes ângulos e aspectos. Avolumavam-se manifestações de rua e político-institucionais, exigindo o retorno da democracia e repudiando os arbítrios do regime ditatorial. Nesse contexto, portanto, foi redigido o manifesto da CDF. Conveniência ou não, ficou evidente que parte da entidade queria se desprender do regime político a que havia aderido desde o primeiro momento, sem, contudo, desmerecer e/ou apagar não apenas o papel das Forças Armadas, como o seu próprio desempenho em 1964. A esse grupo, liderado pelas irmãs Campello, parecia importante para a CDF não ficar isolada diante de outras tantas entidades que se posicionavam pelo retorno à democracia. Como constava no manifesto,

Um denominado clamor está se elevando da Nação inteira e muitos tem sido os pronunciamentos a respeito do assunto. A Cruzada resolveu igualmente se pronunciar, por uma questão de verdade e autenticidade, porque entende que certas bandeiras não são propriedade de grupos ou de instituições e, em certos casos, como agora, representam tão somente o pensamento comum de uma Nação e expressam o sentido do bem comum, objetivo dos povos cômicos de suas responsabilidades²⁹⁹.

²⁹⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Dissidência na Cruzada culmina com renúncias”. *Diário de Pernambuco* (PE), 16 ago. 1977, p. 1.

²⁹⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Dissidência na Cruzada culmina com renúncias”. *Diário de Pernambuco* (PE), 16 ago. 1977, p. 1.

²⁹⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada diz que chegou a hora exata de mudar”. *Diário de Pernambuco* (PE), 11 ago. 1977, p. 1.

Esse discurso pela retomada da democracia no país podia, inclusive, ser visto em parte da imprensa que até aquele momento havia legitimado a ditadura. O próprio *Diário de Pernambuco* (PE), noticiava com frequência as manifestações pelo retorno da democracia e a entrega do poder aos civis, endossando um discurso que parecia afastá-lo de qualquer envolvimento com o regime. De acordo com Ricardo Lima Bezerra (2001), esse discurso encampado pelo *Diário de Pernambuco* (PE) no final dos anos 1970 pode ser explicado pelo próprio histórico do jornal, que a partir do AI-5, de dezembro de 1968, sentiu em suas instalações os efeitos perversos da censura, tendo inclusive alguns de seus jornalistas presos. Isso, porém, não significou que a partir de 1968 o periódico tenha se tornado um crítico declarado do regime civil-militar. O que se pode perceber é que, muito embora não parecesse mais com aquele matutino que anos antes, juntamente com a CDF, pressionava as autoridades do regime pela continuidade da prisão de Miguel Arraes e pela prorrogação dos primeiros Atos Institucionais, o *Diário de Pernambuco* (PE) não procurava discutir em maior profundidade a retomada da democracia no país em suas matérias. Conforme Bezerra (2001), exemplo disso foi a entrevista que o jornal realizou com Miguel Arraes, quando de seu retorno da Argélia em 1979, eximindo-se de dar maior destaque ao assunto.

Um segundo ponto que talvez nos ajude a entender as motivações do grupo liderado por Adelazil, que se opusera ao manifesto — o qual dias antes havia sido aprovado em reunião —, estava relacionado: às pressões externas ao grupo para que este permanecesse posicionado onde sempre estivera, em apoio à ditadura; e ao posicionamento da parcela da organização que defendia a continuidade do regime ditatorial, com os militares no comando do poder político. Essas suposições estão relacionadas às declarações de algumas autoridades que entendiam como inoportuna a posição da CDF em seu manifesto, como o prefeito de Recife, Antônio de Arruda de Farias (ARENA-PE)³⁰⁰, que defendia que “o arbítrio de decidir qualquer reformulação de ordem institucional é do presidente Geisel, que dispõe de elementos necessários, por ser o mandatário da Nação. Cabe a todos nós acatar as suas decisões”³⁰¹. É preciso considerar, portanto, que essas declarações tenham pesado sobre a CDF, uma vez que a imprensa, por sua vez, transcrevia os pronunciamentos em suas principais páginas, oferecendo destaque à cisão na agremiação, o que provavelmente gerava desconforto interno.

³⁰⁰Antônio de Farias era um político situado à direita do espectro político, tendo primeiramente se filiado à UDN. Durante a ditadura civil-militar, mais precisamente nas eleições de 1974, foi candidato ao senado por Pernambuco, pela ARENA, sendo derrotado por Marcos Freire (MDB). Contudo, no ano seguinte, a convite do governador Moura Cavalcanti, passou a ocupar a prefeitura de Recife. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-arruda-de-farias>. Acesso em: 12 dez. 2022.

³⁰¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Prefeito acha inoportuno o apelo da Cruzada”. *Diário de Pernambuco* (PE), 12 ago. 1977, p. 1.

Contudo, o que mais nos ajuda a explicar as motivações do grupo de Adelazil em rechaçar o manifesto seria a própria posição política contrária ao retorno à normalidade democrática. Como foi visto anteriormente, Adelazil e seu grupo viam-se como tributários da “Revolução de 1964”, como um segmento político que entendia a necessidade de caminhar junto à ditadura, mesmo diante das dificuldades pelas quais o regime passava.

2.2.8. O fim da CDF

Após a saída de algumas das antigas sócias e fundadoras, a CDF permaneceu em atividade por mais cinco anos. Não encontrei notícias e/ou outros documentos que fornecessem indicativos capazes de explicar os motivos que levaram as pernambucanas da CDF a encerrar suas atividades no início dos anos 1980. Durante seus últimos anos, a entidade parece ter perdido um pouco do fôlego, demonstrando que a cisão de 1977 a havia desgastado. Mesmo assim, a entidade manteve-se fiel à ditadura, acompanhando e contribuindo com projetos governamentais, como o Projeto Rondon³⁰², e se posicionando publicamente em torno da Lei de Anistia de 1979. Em relação a este último aspecto, as “cruzadistas”, da mesma forma que a ditadura, em um primeiro momento, entendiam que a anistia deveria revisar as punições por meio da análise particular de cada caso³⁰³. Em nota, afirmou o seguinte:

O pensamento da Cruzada Democrática Feminina é o de que cada caso deva ser analisado individualmente. Achamos que o governo olha, agora, com simpatia nesta direção. Esta é uma atitude que nos sensibiliza, pois vemos nestes homens a vontade de usar os seus direitos de vitoriosos, sem esquecer o dever que tem de serem honestos em seus atos³⁰⁴.

A nota seguia, no entanto, discordando dos projetos que tinham como horizonte a anistia ampla e/ou irrestrita. Para a CDF, tais iniciativas buscavam perdoar os “criminosos” e “terroristas”, referindo-se às esquerdas armadas.

Surprenderia a nós, no entanto, se a revisão fosse realizada da maneira ampla e genérica, perdendo aqueles que criminosamente ceifaram vidas e se entregaram a todo tipo de desordem, numa atitude clara de subserviência a potências estrangeiras, tumultuando, assim, a paz social do país. Longe de nós a idéia de que aqueles que se julgam injustiçados não tenham direito a pedir revisão de seus casos. Mais longe ainda do nosso pensamento a simples lembrança de deixar sem cumprir suas penas os que delinquiram e são, de fato e direito, inimigos da ordem e do progresso³⁰⁵ [grifos meus].

³⁰²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada inaugura ambulatório dia 15”. *Diário de Pernambuco* (PE), 8 ago. 1979, p. 9.

³⁰³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada é pela revisão de punições”. *Diário de Pernambuco* (PE), 6 maio 1978, p. 1.

³⁰⁴*Ibid.*, p. 1.

³⁰⁵*Ibid.*, p. 1.

Como se pode perceber, a CDF permanecia mergulhada nos antigos preceitos anticomunistas que a orientaram desde sua criação. As esquerdas, os “comunistas”, os “subversivos”, permaneciam como “inimigos” da nação e prejudiciais ao desenvolvimento do país. Portanto, não poderiam ser perdoados.

Exatamente um ano após a publicação dessa nota, a CDF, acompanhando as discussões que se avolumavam e posicionando-se ao lado da ditadura, mudou de posição, defendendo que a anistia deveria ser a mais ampla possível, “[...] mas sem beneficiar aqueles que cometeram crimes contra a vida e o patrimônio, mesmo com fins políticos”³⁰⁶. Novamente, referiam-se às esquerdas, aos “comunistas”. Dessa vez, porém, na nota à imprensa as pernambucanas elogiavam o gesto conciliador do general João Batista de Figueiredo e diziam: “mais do que nunca, precisamos da pacificação nacional, quando o país atravessa momento decisivo de afirmação democrática e carece da união e compreensão de todos [...]”³⁰⁷.

Pela imprensa, as últimas notícias que se têm a respeito da CDF datam de 1980. Nesses registros, verifica-se que a entidade saiu em defesa da região nordeste, em detrimento do volume de investimentos do governo federal nas regiões sul e sudeste do país³⁰⁸. Além disso, o grupo mostrava-se favorável a uma reforma agrária que atendesse aos trabalhadores do campo sem maiores abalos à estrutura fundiária do país³⁰⁹, e, novamente, solidarizava-se com o general Figueiredo, o último dos presidentes da ditadura, pelo processo de abertura política que se desenhava³¹⁰.

É interessante observar que, assim como as gaúchas da ADFG, a CDF, em seus últimos anos, realizava críticas às políticas de um regime político que ela mesma apoiou sem, contudo, romper com ele. Esse é o caso, por exemplo, das preocupações do grupo com as tensões sociais no campo, que, segundo consta em seu manifesto, “[...] [eram] provenientes das gritantes diferenças de renda entre pessoas e entre regiões do mesmo país [...]”³¹¹. Essas estratégias levadas a cabo pela CDF não eram novidade no início dos anos 1980. Pela posição e importância que ocupava entre aqueles que apoiavam a ditadura, o grupo não apenas se sentia “autorizado” a

³⁰⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Democrática prega anistia para crimes políticos”. *Diário de Pernambuco* (PE), 6 maio 1979, p. 4.

³⁰⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Democrática prega anistia para crimes políticos”. *Diário de Pernambuco* (PE), 6 mai. 1979, p. 4.

³⁰⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Democrática propõe ação conjunta em defesa do Nordeste”. *Diário de Pernambuco* (PE), 30 mar. 1980 p. 1.

³⁰⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada defende o Proálcool e a reforma agrária”. *Diário de Pernambuco* (PE), 3 fev. 1980 p. 5.

³¹⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Nivaldo justifica ausência”. *Diário de Pernambuco* (PE), 3 set. 1980 p. 3.

³¹¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Manifesto da Cruzada pede reforma”. *Diário de Pernambuco* (PE), 3 fev. 1980 p. 1.

discordar de algumas das políticas do regime ditatorial, como a própria ditadura provavelmente as levou em consideração, uma vez que o apoio que lhe era conferido pela entidade era importante para sua legitimidade. Dessa forma, o que se percebe nessa relação entre a CDF e a ditadura é a existência de limites na elaboração de críticas por parte do grupo ao regime político, e, por outro lado, atenção e cuidado por parte do regime às demandas da CDF.

Portanto, a trajetória da CDF demonstra como não foi simples e uniforme a adesão de parcelas da sociedade a regimes autoritários. Se em um primeiro momento a atuação era marcada pela busca de legitimidade, em apoio ao seu líder Castelo Branco, “revolucionário” de boas intenções, ficou claro que com o passar dos anos foi preciso não apenas reconhecer as dificuldades enfrentadas pela ditadura, como também sublinhar as discordâncias do grupo em relação ao regime ditatorial. No entanto, ao grifar as desavenças, que não eram muitas e nem cabais, a CDF tomou os cuidados necessários para não romper com seus antigos aliados de longa data. Seu comportamento foi, assim, expresso pela adesão à ditadura ao longo dos seus 18 anos de existência.

As dissensões ocorridas em 1977, com a saída de parte significativa de sua diretoria, expõem a heterogeneidade dos grupos sociais que assentiram à ditadura e a complexidade dos comportamentos sociais sob regimes autoritários — mesmo entre aqueles postos ao lado do arbítrio.

Fica evidente que as mulheres da CDF dispuseram de seu tempo e de suas condições socioeconômicas — pertencentes aos segmentos medianos e altos da sociedade pernambucana —, para contribuir com a legitimidade de um regime que acreditavam ser benéfico ao país. Isso porque realmente estavam convencidas de que o Brasil precisava “limpar” seus quatro cantos dos “inimigos” — “comunistas” e “subversivos” — que estavam a mando de nações “vermelhas” para implantar o “comunismo”. Esse repertório de imagens e representações não era retórico, nem mesmo um discurso anticomunista “industrializado”, como diria Motta (2002, p. 161), com vistas a manipular/orquestrar outros segmentos sociais. Eram elementos que constituíam, em parte, o imaginário social e a cultura política desses grupos de mulheres, como a CDF, situadas à direita do espectro político. É preciso lembrar, portanto, que até o final de sua existência, a CDF manteve-se, como se pode perceber, envolvida na crença de que as esquerdas foram e continuavam sendo deletérias ao país.

Pela documentação consultada, não se sabe o ano exato nem mesmo os motivos pelos quais levaram as pernambucanas a encerrarem as atividades de sua entidade. A última informação de que dispomos sobre a CDF data de 1982 e refere-se, de modo muito breve, à reativação do Centro da Cruzada Feminina do Córrego do Euclides, que, conforme a reportagem, “[...] há cerca

de dois anos estava sem condições de prestar os benefícios a que se destina”³¹². Pelo que consta na matéria, o Serviço Social Agamenon Magalhães e o Círculo Católico de Pernambuco assumiriam as atividades de centro social, modificando sua denominação para Centro Social Urbano.

³¹²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “SSAM vai instalar CSU no C. do Euclides”. *Diário da Manhã* (PE), 23 jan. 1982, p. 5.

Capítulo 3 — Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG)

A Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) foi a organização cívica feminina mais longeva dentre as entidades congêneres criadas na primeira metade da década de 1960. O grupo permaneceu com a mesma denominação até o final dos anos 1990, quando decidiu modificar definitivamente seu nome para “Amigos da Terra Brasil” (ATBR)³¹³, levando-se em consideração as pautas da “luta ecológica” que a entidade havia absorvido desde a década de 1970. No entanto, a trajetória da ADFG não pode ser resumida ao seu breve período que antecedeu ao golpe de 1964, quando se manifestavam favoráveis à intervenção das Forças Armadas e à deposição de João Goulart, nem à sua militância ambientalista a partir da segunda metade dos anos 1970. Como veremos neste capítulo, durante a ditadura civil-militar, a postura assumida pela ADFG expressou-se de forma multifacetada e complexa, indo desde a adesão não incontestada ao regime até o seu relativo distanciamento, por meio das acomodações.

Observada essa conjuntura, para fins de análise, este capítulo foi dividido em duas partes. A primeira refere-se à fase adesista da entidade, entre 1964 e 1974, na qual a ADFG atuou de modo a apoiar declaradamente a ditadura e a construir sua agenda em torno de atividades assistenciais e filantrópicas. As militantes da ADFG acreditavam que esse trabalho junto aos “necessitados”: inibia as ações das esquerdas entre a população pobre de Porto Alegre; contribuía para o reconhecimento público da organização, afinal, mesmo que pertencentes às camadas médias e altas da sociedade, o espaço público não lhes era convidativo; e também colaborava para a legitimidade do regime ditatorial, na medida em que levavam a essas comunidades a mensagem da “Revolução” por meio de “ações educativas”. Portanto, durante seus dez primeiros anos (1964-1974), a ADFG não apenas se manifestou favorável à intervenção em 1964, como a celebrou com a realização de uma Marcha em Porto Alegre. Nesse mesmo período, suas lideranças mantiveram contatos com órgãos e representantes da ditadura, quase sempre de modo amistoso, no sentido de tornar legítimo o regime civil-militar.

A segunda parte do presente capítulo corresponde aos anos de 1975 a 1985, período em que a ADFG passou por transformações importantes, extrapolando seu comportamento até então adesista à ditadura. Nessa fase, iniciou-se um processo de mudança nas relações da ADFG com o regime, mesmo que de modo paulatino e parcial, movido por duas questões: a primeira correspondia à crise vivenciada pela ditadura civil-militar, inclusive de legitimidade, a partir de 1973, com o final do chamado “milagre econômico”; e a segunda, relacionava-se à influência

³¹³Em 1999, a ADFG mudou definitivamente seu nome para “Amigos da Terra Brasil”, extraindo o nome original do grupo (Urban, 2001, p. 65). Apesar de não fazer parte desta tese, acredito que nesse contexto havia o ingresso, cada vez mais constante, de militantes ambientalistas e/ou sujeitos ligados às lutas ambientais em curso nos “Amigos da Terra Brasil”, cujo posicionamento político situava-se à esquerda do espectro político.

sofrida pelo grupo de idéias sobre ecologia. Cabe destacar que a esses dois pontos soma-se a própria trajetória da ADFG até 1975, atuando em programas voltados “aos cuidados com a natureza”, que explicam porque a organização voltou-se para as causas ecológicas.

Defendemos neste capítulo que a autonomia da ADFG, construída com base em uma agenda própria, foi a principal contribuinte para o seu afastamento, mesmo que parcial, do regime civil-militar a partir de 1975. Parcial, porque nunca houve um rompimento definitivo com a ditadura, regime político que suas militantes haviam ajudado a construir socialmente. Veremos que essa opção em não romper com a ditadura, em parte, acomodava suas antigas associadas às novas dinâmicas da ADFG, cujo lema a partir de 1975 era a “luta ecológica”. Por outro lado, ao escolher oscilar entre o não rompimento e a manutenção de críticas ao regime civil-militar, mesmo que limitadas, a ADFG seguia sua trajetória sem sofrer as consequências da repressão a que muitos foram acometidos. Partindo das considerações de Philippe Burrin (1995) sobre o caso das acomodações de parte da sociedade francesa com a ocupação nazista, entendemos que as acomodações são voluntárias e se expressam a partir de diferentes gradações e motivos. Contudo, para a compreensão de parte das relações entre a ADFG e a ditadura, levamos em conta as contribuições de Rodrigo Patto Sá Motta (2016, p. 14), que, para o caso brasileiro, notou a existência de um conceito diferente — os jogos de acomodação —, os quais seriam resultantes de duas singularidades: a acomodação como integrante do repertório da cultura política brasileira, e não como resultado de uma situação autoritária episódica; e a acomodação não apenas como uma forma de adaptar-se ao regime ditatorial, mas como um jogo de mão dupla, que envolvia o Estado e os grupos civis.

Esses aspectos revelam elementos-chave tanto da cultura política específica desses grupos cívicos femininos de direita, como o anticomunismo, o elitismo e o nacionalismo, quanto da cultura política brasileira, como a ação política paradoxal e, sobretudo, as acomodações. Portanto, veremos que mais do que manipulação/orquestramento de entidades empresariais ligadas ao “capital internacional” sobre os grupos femininos, a ADFG agiu por convicções próprias de suas associadas, construindo pautas e estabelecendo relações com a ditadura, que evidentemente correspondiam ao seu universo socioeconômico, político e cultural.

3.1. O surgimento da ADFG

Embora seu lançamento público tenha ocorrido nas vésperas do golpe de 1964, percebe-se que, anteriormente, um grupo ainda não formalizado, já se mobilizava, reunindo mulheres e publicando na imprensa local. Essa fase corresponde às origens da ADFG, sendo, portanto, difícil precisar as datas, os locais e os personagens dessa trama, uma vez que são poucas e

imprecisas as fontes disponíveis. Porém, sabe-se, segundo as memórias de Ecilda Gomes Haensel, uma das sócio-fundadoras da ADFG, fornecidas à jornalista Juliana Bublitz em 2014³¹⁴, que o grupo teria se originado cerca de seis meses antes de seu aparecimento público em março de 1964³¹⁵. Essa narrativa é semelhante à que Ecilda afirmou em uma reportagem no *Diário de Notícias* (RS), 50 anos antes, em março de 1964, segundo a qual, como professora da PUCRS, ela e suas colegas da universidade vinham acompanhando há tempos “[...] as lides estudantis e o destemor da juventude em sua luta contra as esquerdas socializantes”³¹⁶. Afirmou ainda que ao perceberem o entusiasmo dos jovens estudantes da PUCRS, que, ao contrário delas, estavam envolvidos em uma luta contra o comunismo, decidiram lançar um “movimento” que os ajudasse. Conforme seu relato:

Não demoraram as adesões de grupos de senhoras que passaram a procurar-nos no Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais da PUC, ao qual pertencemos, buscando conhecimentos especializados e gerais a fim de poder tomar posição em face dos problemas sociais trazidos ao lar pelas empregadas domésticas e pelos próprios filhos. Inicialmente encaminhamos essas pessoas ao padre Beltrão, em janeiro último. Posteriormente, trabalhamos (assessorados por técnicos), esquematizando o trabalho para março, e que viria culminar com a oficialização da ADFG³¹⁷.

O “movimento” a que se refere Ecilda teria surgido no Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (IESPE) da PUCRS, por meio dos cursos promovidos pelo instituto. O IESPE foi criado em agosto de 1963, congregando professores, empresários, políticos e religiosos, como o Irmão José Otão (reitor da PUCRS), o deputado Clóvis Stenzel (PSD-RS) e a professora e advogada Ecilda Gomes Haensel (Faustino, 1997, p. 270). Nesse instituto eram oferecidos cursos em economia, sociologia e política para um amplo público e em diversos níveis de ensino (Faustino, 1997, p. 270). Dentre as inúmeras atividades do IESPE, é preciso destacar o curso “Educando para Democracia”, oferecido entre 1963 e 1965 na capital e em cidades do interior do Estado, cuja orientação coube à professora Ecilda³¹⁸. O objetivo do curso era alertar a população jovem e adulta acerca de suas responsabilidades “democráticas”, o que, em outras palavras, significava a divulgação de ideais anticomunistas entre ouvintes e convidados que lotavam os auditórios. Entre aqueles que assistiam ao curso, percebe-se a presença majoritária de

³¹⁴ As informações foram cedidas por Ecilda à jornalista Juliana Bublitz (jornal *Zero Hora*) em 12 de março de 2014, por ocasião dos 50 anos do golpe de 1964. Tanto as perguntas de Bublitz, quanto as respostas de Ecilda foram redigidas, digitalizadas, impressas e incluídas no Arquivo Particular Ecilda Gomes Haensel pela própria Ecilda. Embora saibamos da importância de se examinar esse conjunto de memórias, foge ao escopo deste trabalho analisá-las em seu conjunto.

³¹⁵ Arquivo Particular Ecilda Gomes Haensel. Entrevista à Juliana Bublitz. Porto Alegre, 12 mar. 2014.

³¹⁶ Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Fiscalização dos eleitos e combate sem trégua à demagogia e à desordem entre as grandes metas da ‘Ação Democrática Feminina’”. *Diário de Notícias* (RS), 29 mar. 1964, p. 12.

³¹⁷ *Ibid.*, p. 12.

³¹⁸ Arquivo Particular Ecilda Gomes Haensel. Entrevista à Juliana Bublitz. Porto Alegre, 12 mar. 2014.

mulheres (Figura 6), o que evidencia a tentativa de articular um grupo numeroso no Rio Grande do Sul, de maneira semelhante ao que vinha ocorrendo em outras cidades do país.

Figura 6 — Curso “Educando para a Democracia”, em Lajeado (RS), em 1964



Fonte: APEGH, *Fotografias*, 1964.

Em suas memórias, Ecilda destaca que a constituição de um grupo de mulheres surgiu posteriormente ao curso, ainda em 1963, sendo, inclusive, uma de suas consequências. Segundo ela, a ideia partiu do reitor da PUCRS na ocasião, Irmão José Otão, que a incumbiu de envolver mulheres e estudantes em um “projeto”. Conforme Ecilda, esse “projeto”, que resultaria meses depois na ADFG, levaria em conta dois temas que vinham sendo trabalhados nos cursos promovidos pelo IESPE: educação e democracia.

Para tanto, o primeiro passo para a constituição do grupo, de acordo com Ecilda, foi a divulgação de sua existência “[...] entre as [suas] alunas universitárias, amigas, conhecidas e professoras [...]”³¹⁹, cuja aceitação foi imediata. Nesse sentido, entre setembro e outubro de 1963, Ecilda “[...] iniciava encontros com senhoras em salas especiais da PUCRS”, todas movidas pelo forte sentimento anticomunista.

Não encontramos outras informações, além das memórias de Ecilda e do pouco material na imprensa sobre esses contatos entre professoras da PUCRS e outras mulheres com vistas a formar um grupo cívico, semelhante àqueles já existentes no sudeste do país. Todavia, sabe-se que a PUCRS abriu espaço para a divulgação e a realização de muitas das atividades da ADFG

³¹⁹*Ibid.*

em suas dependências ao longo dos anos. De acordo com Ecilda, naquele contexto: “[...] o Ir. Otão ‘pagou para ver’. Liberou-me tudo quanto necessário, salas, salão de atos [...]”³²⁰.

Ainda nesse contexto de formação da ADFG, percebe-se que, meses depois, em 4 de fevereiro de 1964, um grupo de mulheres, provavelmente o mesmo que vinha se formando na PUCRS, organizou-se sob a denominação “Cruzada das Mulheres Gaúchas” (CMG), cuja nominata, em parte, contém algumas das fundadoras da ADFG, inclusive Ecilda. O grupo lançou um manifesto no jornal *Diário de Notícias* (RS), no qual se diziam preocupadas com as declarações provenientes do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer³²¹. Era a primeira vez que elas apareciam publicamente como um grupo organizado.

As manifestantes referiam-se ao pronunciamento do arcebispo no programa radiofônico *A Voz do Pastor*, posteriormente transcrito na imprensa, em 14 de janeiro de 1964, em que Scherer afirmava que a Igreja Católica estava sofrendo com a “infiltração comunista” promovida pela Ação Popular (AP). Em tom de denúncia, declarava o arcebispo que as maiores preocupações relativas à AP “[...] provém [...] de sua onímoda colaboração com os promotores do comunismo e de outros movimentos de agitação esquerdista. Tal aliança com o inimigo [...] equivale a um suicídio”³²². Scherer dizia, ainda, que esses aspectos podiam ser constatados na eleição da Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CNTA), em dezembro de 1963, quando federações cristãs, orientadas pela AP e pelos comunistas, não apenas estiveram presentes, como se uniram e fizeram parte da nova diretoria da CNTA.

O manifesto das mulheres da CMG era uma espécie de apoio ao arcebispo, segundo elas, pelas palavras “corajosas” do religioso em defesa do país. O documento também era uma oportunidade para que o grupo pudesse se apresentar publicamente, referendando uma liderança conservadora e anticomunista, como a de Dom Vicente Scherer. No manifesto, apresentavam-se como “mães cristãs”, que, “devotadas e cômicas” de suas responsabilidades cívicas, deveriam se unir contra o “perigo vermelho”. O voluntarismo por parte das mulheres da CMG, de se colocarem disponíveis à luta pela preservação de suas famílias, de sua religiosidade e de sua

³²⁰*Ibid.*

³²¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “‘Estamos atentas à crise’, dizem mulheres gaúchas a Dom Vicente Scherer”. *Diário de Notícias* (RS), 4 fev. 1964, p. 7. Assim como outras lideranças da Igreja Católica, Dom Vicente Scherer era declaradamente anticomunista e próximo de segmentos conservadores da direita no Rio Grande do Sul. Desde que assumiu a arquidiocese de Porto Alegre, em 1946, o religioso tratou de alarmar a população gaúcha sobre a “infiltração comunista” nos mais variados espaços, e a partir de diferentes canais, como o rádio e os jornais impressos. Contudo, foi durante o período de radicalização política pela qual o país passava que suas declarações se tornaram frequentes e de teor ainda mais alarmista. Para maiores detalhes sobre a atuação de Scherer na Arquidiocese de Porto Alegre, ver: KASPER, Rafael. *Movendo as peças do tabuleiro: a atuação de Dom Vicente Scherer à frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

³²²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Que será amanhã?”. *Diário de Notícias* (RS), 14 jan. 1964, p. 4.

nação, era motivado pela crença de que os comunistas, sujeitos deletérios, estavam prestes a tomar o país.

Assim, o documento era uma espécie de anúncio público, uma maneira de tornar visível à sociedade gaúcha a atuação de uma agremiação de mulheres de direita do Rio Grande do Sul, que, até aquele momento, agia sob o anonimato.

Embora sempre tenhamos trabalhado anonimamente, mas sem esmorecimentos pela pátria, agora mais do que antes, estamos atentas aos rumos que vai tomando a crise político-social brasileira de imprevisíveis consequências, orientada pelo marxismo-leninismo, doutrina e tática materialistas, visando exterminar os direitos essenciais da pessoa humana³²³.

Ainda sobre o manifesto, é importante considerar que ele foi redigido dois dias após a alocução do arcebispo, em 16 de janeiro de 1964, mas publicado somente 18 dias depois, no *Diário de Notícias* (RS). De acordo com Ianko Bett (2010, p. 193), tal aspecto “[...] pode indicar a ingerência da imprensa na escolha de um momento propício para a publicação”, o que é atestado pelas proximidades entre as mulheres da CMG, depois ADFG, e parte da imprensa, sobretudo o *Diários de Notícias* (RS) e o *Correio do Povo* (RS), ao longo dos anos 1960 e 1970. Bett (2010, p. 193) também nos chama atenção para o fato de a matéria constar em página dedicada aos colunistas, tratando-se de um tema que contribuía para a consolidação de um imaginário anticomunista, em um contexto de radicalização política.

O manifesto contou com um impressionante número de assinaturas ao seu final, cerca de 200 nomes de mulheres, o que indicava a forte mobilização do grupo antes mesmo de sua fundação, bem como o apoio que lhe foi conferido. Por outro lado, nem todas as assinaturas no documento eram de futuras sócias da ADFG, o que indica que ocorreram novas tratativas e mudanças até a constituição do grupo. Além disso, talvez, essa tenha sido uma estratégia encontrada pelo CGM para se legitimar socialmente como uma agremiação cívica de mulheres de direita.

O trabalho anônimo, descrito pela entidade de forma breve, provavelmente correspondia às campanhas anti-Goulart, que envolviam empresários, militares, políticos e religiosos, os quais conspiravam contra o governo desde 1961, e contavam com a colaboração de grupos cívicos femininos. Eram campanhas silenciosas, pois, em alguns casos, dispunham de recursos financeiros suspeitos, sobretudo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), e, portanto, não caberia alardear as mobilizações então em curso. Sabe-se, a partir das declarações de Ecilda à imprensa da época, que o grupo era assessorado por “técnicos”, cujo objetivo era a criação de um

³²³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “‘Estamos atentas à crise’, dizem mulheres gaúchas a Dom Vicente Scherer”. *Diário de Notícias* (RS), 4 fev. 1964, p. 7.

grupo de mulheres, semelhante às demais entidades criadas no país³²⁴. Não sabemos exatamente quem eram e como foram realizados esses trabalhos “técnicos”. Contudo, é preciso levar em conta a proximidade entre alguns dos membros do IPESUL, órgão regional do IPÊS no Rio Grande do Sul, e as mulheres da ADFG, cuja relação reforça, em parte, a tese de que esses grupos femininos foram também constituídos sob a influência do IPÊS. Destacamos aqui três sócias da ADFG, cujos maridos pertenciam ao IPESUL: Gelsa Blessmann Coelho Borges, esposa do industrial Álvaro Coelho Borges, sócio-fundador e presidente do IPESUL na época; Gerty Bernd Wallig, esposa do industrial Werner Wallig, sócio-fundador do IPESUL; e Wilma de Resende Araújo dos Santos, esposa do empresário Fábio Araújo Santos, também sócio-fundador do IPESUL.

Da mesma forma, essa atuação anônima também poderia estar relacionada ao temor de suas militantes pelo que acreditavam ser o “avanço comunista”. Ou seja, semelhantemente às pernambucanas da CDF, entendiam que os comunistas poderiam contra-atacá-las, ou que, face à implantação de uma “ditadura comunista” elas seriam imediatamente identificadas, sofrendo as mais cruéis consequências. Embora possa parecer paranoico ou falso, o sentimento de repulsa e medo ao comunismo não deve ser desprezado nem posto em segundo plano nas análises, pois ele fazia parte do imaginário e da cultura política desses grupos cívicos.

Por último, é preciso entender que o aparecimento das mulheres da CMG ocorreu após quase todos os demais grupos femininos já estarem em atividade pelo país³²⁵. Esse aspecto, possivelmente, está relacionado à influência exercida pelas organizações do centro do país, como a CAMDE e a UCF, sobre as sul-rio-grandenses, para que elas se organizassem sob uma legenda e ocupassem o espaço público. Houve articulações entre as entidades na elaboração de seus estatutos e na construção de agendas comuns, o que, evidentemente, não impediu, ao longo dos anos, trajetórias diferentes, como foi o caso da ADFG.

Segundo consta em suas memórias e na documentação existente, a ADFG contou desde o início com o apoio da União Cívica Feminina (UCF) de São Paulo, cujo contato com as mulheres do Rio Grande do Sul buscava incentivar a criação de um grupo em Porto Alegre. Duas representantes da UCF estiveram em Porto Alegre no início de março de 1964, reunidas com as sul-rio-grandenses, com a finalidade de articulá-las em “[...] um movimento de âmbito nacional em defesa do regime e da constituição”³²⁶ e de convidá-las para participarem da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, marcada para o dia 19 de março, em São Paulo. Em reunião na

³²⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Fiscalização dos eleitos e combate sem trégua à demagogia e à desordem entre as grandes metas da ‘Ação Democrática Feminina’”. *Diário de Notícias* (RS), 29 mar. 1964, p. 12.

³²⁵O MAF funcionava desde novembro de 1954; a UCF desde fevereiro de 1962; a CAMDE desde julho de 1962; a LIMDE desde janeiro de 1964; e a CDF desde março de 1964 (Simões, 1985, p. 27-34).

³²⁶Arquivo Particular Ecilda Gomes Haensel. Recorte de jornal UCF em Porto Alegre, s.d.

PUCRS, as mulheres da UCF deixavam uma mensagem que refletia o intuito do contato, bem como a necessidade de estarem articuladas.

As mulheres paulistas sabem que as mulheres gaúchas também abominam a violência, o ódio entre os brasileiros, a dominação do Brasil pelos que negam a Deus, fechando templos, destruindo lares e suprimindo a liberdade e o Direito. Por isso, a elas dirigem caloroso e angustiante apelo de civismo paulista, a fim de que se unam na luta pela salvaguarda de nossas tradições cristãs, da honra nacional e soberania do Brasil³²⁷.

Conforme as memórias de Ecilda, sem precisar as datas, o grupo teria contado também com o apoio e a participação de mulheres da elite econômica local, o que corrobora parte da documentação a respeito de quem fez parte da diretoria executiva, do conselho diretor e do quadro de sócias da ADFG.

Após o lançamento do manifesto das mulheres da CMG, pode-se notar que o grupo sofreu uma divisão, que a documentação não me permitiu compreender de maneira mais profunda: uma parte formaria a Cruzada da Mulher Democrata (CMD), cuja trajetória se encerrou no início dos anos 1970³²⁸; e a outra parte a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG). A CMD apresentava características semelhantes à dos demais grupos existentes, realizando algumas atividades em conjunto com a ADFG, como foi o caso da participação das duas entidades na “Campanha do Bem Comprar”³²⁹, constituída em 1965, e no “Seminário de Organizações Voluntárias”³³⁰ em abril de 1965, em São Paulo. O seminário foi financiado pelo Comitê de Correspondência, com sede nos Estados Unidos, e teve como objetivo congregar as mulheres brasileiras e inseri-las em programas de “bem-estar comum”. A posição da CMD ao longo de seus anos de existência foi a de adesão ao regime civil-militar, inclusive constando entre as ações da entidade a prestação de homenagens de agradecimento aos militares. Em 8 de abril de 1964, dias após o golpe, a CMD emitiu uma nota no *Jornal do Dia* (RS), assinada pela primeira-dama do Estado, Judith Mello Meneghetti, convidando as autoridades e o povo em geral para assistirem a uma missa na Igreja São José, marcada para o dia seguinte, “[...] em ação de graça pelo feliz término da recente crise que convulsionou o país”³³¹. Nas comemorações do “Dia do Soldado” de 1967, foi publicado no *Diário de Notícias* (RS) um ofício da CMD ao comandante do

³²⁷*Ibid.*

³²⁸A última notícia que tive acesso a respeito da CMD é referente a uma pequena nota publicada no *Correio do Povo* (RS), em 24 de agosto de 1971. Arquivo Particular Ecilda Gomes Haensel. Cruzada da Mulher Democrata. *Correio do Povo* (RS), 24 ago. 1971, s.p. Nela, o grupo estava longe de encerrar suas atividades, empossando uma nova diretoria e apresentando às associadas o relatório da gestão anterior (1969-1971). Porém, pelo levantamento na HDB-BN e nos demais arquivos documentais, não há mais notícias a respeito da CMD nos anos posteriores, o que me leva a entender que a agremiação tenha findado na primeira metade dos anos 1970.

³²⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Insurgem-se as donas de casa contra novos aumentos da luz”. *Diário de Notícias* (RS), 25 jun. 1965, p. 14.

³³⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “RGS no Seminário das Organizações Voluntárias”. *Diário de Notícias* (RS), 13 abr. 1965, p. 7.

³³¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada da Mulher Democrata”. *Diário de Notícias* (RS), 8 abr. 1964, p. 5.

III Exército, o General Álvaro Alves da Silva Braga. Nele, a CMD apresentava-se como incumbida de conscientizar as mulheres do Rio Grande do Sul sobre a importância das Forças Armadas e de seus heróis no decorrer da história brasileira. Por último, faziam a defesa da ditadura.

E hoje, vivendo etapa significativa de nosso desenvolvimento social e político, que busca a realizar, em clima de ordem e respeito à lei, as modificações necessárias ao progresso e à justiça social, cristã, a Mulher Democrata manifesta aos ilustres representantes do Exército Brasileiro sua admiração e sua confiança, esperando dos verdadeiros patriotas a concretização das aspirações do Povo Brasileiro³³².

A trajetória da CMD foi marcada também pelas atividades filantrópicas e assistenciais, principalmente nas promoções de chás beneficentes e ações voltadas aos menores abandonados, as quais reuniam parcela da elite porto-alegrense³³³. Um ano após seu surgimento, consta na imprensa a fundação, por parte da CMD, da Escola Rural Nazaré, localizada na zona sul de Porto Alegre, entre o bairro Lami e o parque Itapoã. Segundo as fontes existentes, a instituição proporcionaria, por meio de parceria com entidades como a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCASR), a Sociedade Anônima Moinhos Rio Grandense (SAMRIG) e a Secretaria da Agricultura, cursos de alfabetização de adultos, aulas de corte e costura e o ensino do cultivo da terra³³⁴.

Entre as sócio-fundadoras da CMD, consta a primeira-dama Judith Meneghetti³³⁵, cuja trajetória no grupo parece ter sido mais intensa em 1964; Marina Sirângelo Castelo, presidente da CMD nas primeiras gestões; além de outras mulheres da elite porto-alegrense, como Lucia Alles, Mary Tutikian e Virginia Michielin.

De qualquer forma, essas primeiras tratativas que visavam à constituição de um grupo parecem ter surtido resultados satisfatórios para a posterior criação da ADFG, o que pode ser constatado no lançamento da entidade, em 9 de março de 1964, na tradicional Escola Sévigné³³⁶, no centro de Porto Alegre. A atividade, que havia sido anunciada um dia antes no *Diário de*

³³²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “III Exército comemorará hoje o “Dia do Soldado”. *Diário de Notícias* (RS), 25 ago. 1967, p. 8.

³³³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Chá da Cruzada”. *Diário de Notícias* (RS), 18 jun. 1969, p. 7.

³³⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada da Mulher Democrata”. *Jornal do Dia* (RS), 16 out. 1965, p. 7.

³³⁵Judith Mello Meneghetti (1901-1979) era casada com o governador Ildo Meneghetti (PSD), e, conforme parte da imprensa indica, expressava um “modelo de feminilidade” no qual muitos dos grupos de mulheres conservadoras da época se inspiravam, como a ADFG. Era tida como uma mulher que cumpria seus deveres de esposa — “devotada”, “mulher cristã”, “compreensiva”, “generosa”, “prudente” e “carinhosa” —, colaborando com o então governador. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “De moda, de beleza e de mulher”. *Jornal do Dia* (RS), 14 fev. 1965, p. 11.

³³⁶A Escola Sévigné, ou Colégio Sévigné, é uma instituição educacional fundada no início do século XX, em Porto Alegre, dirigida pela Congregação das Irmãs de São José de Chambéry. Disponível em: <https://bomjesus.br/unidades/?rio-grande-do-sul/sevigne/>. Acesso em: 23 fev. 2022.

Notícias (RS), e buscava divulgar os propósitos da organização, contou com a presença de quase uma centena de mulheres³³⁷:

“[...] em síntese a ADFG propõe-se a manter a ordem social cristã e democrática, ensinando a amar a Pátria; prestar serviço à comunidade; criar justiça social e oportunidades para todos; tomar atitudes em defesa brasilidade; saber eleger e fiscalizar os eleitos; compreender e ajudar os jovens para que se tornem cidadãos conscientes; auxiliando o próximo em suas dificuldades, amando-o, estimulando-o, educando-o; combater a demagogia, a subversão e a desordem; erradicar a miséria e a ignorância; reformar o que está errado, dentro da ordem da disciplina e da lei³³⁸.”

É importante observar que parte desses propósitos refletia algumas características da cultura política desses segmentos, como o nacionalismo, o elitismo, o anticomunismo e o conservadorismo, que, como veremos, se expressaram, de alguma forma, ao longo dos 21 anos da ADFG examinados nesta tese. Todavia, além das finalidades apresentadas, a matéria parecia um convite a outras mulheres para comporem a entidade, para além do extrato social a que pertencia sua diretoria e as demais associadas.

A Ação Democrática Feminina é uma entidade similar as já existentes em outros Estados e com respeitável atuação nos mais diversos campos de atividades para onde são chamados ou atuam voluntariamente os seus membros. É apartidária, sem preconceitos raciais ou religiosos e congrega mães de todas as categorias de profissionais femininas operárias, estudantes e juventude independente, numa cruzada patriótica de sedimentação consciente dos princípios de justiça, de liberdade e de fraternidade³³⁹.

Embora constasse na imprensa apenas que a Escola concedeu seus espaços para o lançamento da ADFG em 1964, é provável que esta tenha acolhido a entidade pelo seu posicionamento político-ideológico. Além disso, é provável que a proximidade entre algumas das sócio-fundadoras e a Congregação das Irmãs de São José de Chambéry também tenha possibilitado a escolha do espaço. Em suas memórias, Ecilda Gomes Haensel lembrou que fora aluna e professora da Escola Sevigné, onde atuou na educação de normalistas, sobretudo com “[...] a educação e os princípios de moral e cívica”³⁴⁰.

Assim como ocorreu com a CDF, não se sabe ao certo a origem do nome Ação Democrática Feminina Gaúcha. O que provavelmente ocorreu foi a influência das denominações de suas “companheiras” de outros estados, — UCF, CAMDE e LIMDE —, que, em certa medida, orientaram as gaúchas na criação de sua sigla, uma vez que há expressões, como “democracia”, “mulher”, “feminina”, e nomes, como “campanha”, “liga”, “cruzada” e “ação”, referindo-se à ideia de movimento, presentes em todos os grupos. O que se tem claro, no

³³⁷Centro de Documentação Magda Renner. “Em função cívica e social: criada Ação Democrática Feminina”. *Folha da Tarde* (RS), 13 mar. 1964, s/p.

³³⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres gaúchas contra a subversão e desordem”. *Diário de Notícias* (RS), 8 mar. 1964, p. 1.

³³⁹*Ibid.*, p. 1.

³⁴⁰Arquivo Particular Ecilda Gomes Haensel. Entrevista à Juliana Bublitz. Porto Alegre, 12 mar. 2014.

entanto, é a justificativa para a escolha do nome da entidade. Segundo elas, cada expressão tinha uma função, que, de modo geral, dava sentido aos propósitos da ADFG. Assim, “ação” significava “manifestação de causa, de uma força, de movimento”; “democrática” dizia respeito ao “adjetivo que dá qualidade ao movimento, caracterizando-o [...]”; “feminina” estava relacionado ao fato de que era um movimento que “nasceu entre as mulheres brasileiras”; e “gaúcha” referia-se ao contexto regional, ao sul do Brasil, afinado a movimentos semelhantes, que surgiram em outros estados³⁴¹.

Depois do seu lançamento, a ADFG foi fundada em 14 de março de 1964, na residência de Heloísa Rheingantz Becker, uma de suas sócias³⁴². Na reunião, que contou com a presença de inúmeras mulheres das classes médias e altas de Porto Alegre, a ADFG, além de ter sido fundada, elegeu sua primeira diretoria e definiu o seu primeiro estatuto, adaptado da União Cívica Feminina (UCF), de São Paulo, como veremos mais adiante.

Após sua fundação, a ADFG tratou de empossar sua diretoria em uma cerimônia realizada no Salão de Atos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no dia 20 de março de 1964. O contexto em que a posse foi celebrada refletia, em muitos aspectos, as aspirações da ADFG, que, por sua vez, surgia como uma entidade para protestar contra o governo, o qual acreditava ser conivente com a “subversão”. A intenção da ADFG, naquele momento, era mobilizar a sociedade gaúcha e tomar as ruas em manifestações públicas que clamavam pela intervenção das Forças Armadas. Isso fica evidente no *Diário de Notícias* (RS), de 21 de março de 1964, que estampava em sua capa uma fotografia panorâmica da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, de São Paulo, ocorrida dois dias antes, em 18 de março. Sob o título, “Democracia mobiliza a nação”, a matéria mencionava, além da Marcha paulista, as mobilizações no Rio Grande do Sul, especificamente a posse da ADFG, como um “[...] episódio grandioso, cívico, de inigualável magnitude feminina [...], onde a mulher gaúcha demonstrou estar integrada no movimento de mobilização em defesa dos ideais cristãos e democráticos”³⁴³.

Com o auditório praticamente lotado, a ADFG empossava sua primeira diretoria e contava com a presença de diversas autoridades, como a primeira-dama do Rio Grande do Sul,

³⁴¹Centro de Documentação Magda Renner. Plano de Ação —1964. Porto Alegre, 1964, p. 1.

³⁴²Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1. Porto Alegre, 14 mar. 1964, p. 1. (Ata nº 1).

³⁴³Acima do título principal, havia um subtítulo, com a seguinte frase: “Repúdio em todo o país aos que pretendem escravizar o povo”. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Democracia mobiliza a nação”. *Diário de Notícias* (RS), 21 mar. 1964, p. 1. Os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand não apenas colaboraram com o desgaste do governo João Goulart, publicando matérias dos segmentos golpistas e incentivando as mobilizações que desembocaram na sua queda, como fica evidente na matéria ora analisada, mas também se tornaram um declarado jornal adesista ao regime civil-militar. Ver: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa no Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Judith Meneghetti; o capitão Jesus Liñares Guimarães³⁴⁴, representando o governador; o deputado Adolpho Puggina (PDC-RS), representando a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS); e o vereador Adel Carvalho (UDN-RS), representando a Câmara Municipal de Porto Alegre, que respaldavam a criação da entidade³⁴⁵.

Figura 7 — Cerimônia de posse da 1ª diretoria da ADFG



Fonte: APEGH, *Fotografias*, 1964.

Não tivemos acesso a todos os discursos proferidos durante a solenidade, apenas a alguns deles descritos pela imprensa³⁴⁶. A primeira a se pronunciar foi a presidente da ADFG, Ilda Dorothea Baumhardt, que fez um juramento em defesa dos ideais da entidade, enfatizando aspectos já mencionados em outras ocasiões, como o de que a organização recém-criada, numa espécie de voluntarismo, lutaria intransigentemente contra o comunismo “[...] por uma democracia cristã e apartidária, fazendo uma autêntica revolução [...]”³⁴⁷. Ou seja, elas estariam dispostas a ocupar as ruas, assim como os demais grupos cívicos femininos haviam feito.

³⁴⁴Jesus Liñares Guimarães (1928-1992) foi eleito deputado estadual pela ARENA no pleito de 1978. Contudo, antes de sua eleição como parlamentar, Guimarães circulava entre as direitas políticas, sobretudo devido à sua liderança como militar, o que explica sua presença na posse da primeira diretoria da ADFG. Em 1964, ele era capitão, e durante a ditadura civil-militar, passou ao posto de coronel, quando então foi eleito parlamentar. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Acervo/AcervoGeral/tabid/6418/Default.aspx>. Acesso em: 10 out. 2022.

³⁴⁵Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR RJANRIO PE). Recortes de jornais: “Integradas as mulheres gaúchas na batalha pela preservação do regime”. *Diário de Notícias* (RS), 31 de março de 1964, s/p.

³⁴⁶*Ibid.*

³⁴⁷*Ibid.*

O discurso de posse, contudo, foi realizado pela coordenadora Ecilda Gomes Haensel, cujas destinatárias principais eram as mulheres presentes, as “mulheres brasileiras” e as “mães gaúchas”. Nele, Haensel dizia que competia às mulheres lutar como mães em defesa de seus filhos e de sua família contra o comunismo.

A mulher, nos dias atuais, está ocupando os mais variados cargos, exercendo as mais diversas atividades: como tal, deve participar dos problemas nacionais; deve participar desta intensa luta ideológica que se trava. Nosso dever é trabalhar para que haja mais amor, mais justiça e mais caridade entre todos. As sociedades estão divididas em dois grupos: cristãos e materialistas. Nós, mulheres do Brasil, devemos lutar para que somente o cristianismo triunfe; nós, mulheres do Brasil, devemos dar o pão material aos humildes, mas defender suas almas do socialismo ateu. Só dentro da democracia poderemos triunfar. *Já imaginaram, mães gaúchas, se a nossa sociedade se materializar: nossos filhos serão materialistas. Isto não pode acontecer*³⁴⁸ [grifos meus].

A presidente Ilda Baumhardt também discursou sobre o papel da mulher em defesa da preservação da democracia, contra a dissolução do lar, da família e do país. Dizia-se preocupada com a falta de noção da sociedade com relação à gravidade da então situação do país. Para ela, não havia lugar para o socialismo no Brasil, e era preciso conscientizar mulheres, homens e jovens sobre a necessidade de barrar o avanço do materialismo³⁴⁹.

Deve-se verificar que nos dois discursos a defesa da democracia significava, a qualquer custo, a eliminação do comunismo, inclusive, se preciso, pela deposição de um presidente eleito democraticamente. Dessa forma, ao entender que o governo de João Goulart estava tomado por comunistas que se infiltravam sob diversas formas, promovendo atividades que comprometiam a religião, a nação e a família, a ADFG não tardou em fazer-lhe oposição. Em verdade, não foram raras as representações do comunismo e dos comunistas como enfermidades ao longo do século XX. De acordo com Motta (2002, p. 55) “tal qual uma doença, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente”.

Ilda também fez um apelo aos industriais e comerciantes para que auxiliassem a ADFG em suas atividades, fornecendo subsídios necessários para suas campanhas sobre a situação política em que se encontrava o país³⁵⁰. Como veremos, a ajuda financeira de industriais, empresários e outros setores, além de colaborar com muitas das ações assistenciais da ADFG ao longo dos anos, visava igualmente contribuir com uma entidade afinada político-ideologicamente com a ditadura e que tinha como lema a construção da “paz social” em uma sociedade desigual. Ou seja, era preciso atender minimamente à população pobre para livrá-la do “perigo comunista”.

³⁴⁸*Ibid.*

³⁴⁹*Ibid.*

³⁵⁰*Ibid.*

A partir da fala de Ilda, percebe-se também os interesses das militantes da ADFG pelas atividades de assistência social e educacional, o que norteou o grupo ao longo de grande parte de sua existência. Segundo ela, as campanhas da ADFG “[...] não será apenas de esclarecimento democrático, mas acompanhado de assistência social e educacional, pois pretendemos, inclusive, criar escolas técnicas, não só na capital, como também no interior do Estado”³⁵¹.

Organizada sob uma agenda política marcada pela união entre anticomunismo e assistencialismo, veremos como, após o golpe de 1964, a ADFG estruturou-se, procurando ocupar espaços com vistas a conquistar apoio ao novo regime político, a ditadura.

3.2. A estrutura da ADFG

Na reunião de fundação da ADFG, em 14 de março de 1964, foram apresentadas duas propostas de estatutos a serem votadas. As diferenças entre as duas proposições referiam-se basicamente à estrutura organizacional da entidade, sendo que as finalidades e os objetivos permaneciam os mesmos. A primeira proposta, de autoria das sócias-fundadoras Iris Potthoff Correa Lopes e Ecilda Gomes Haensel, estabelecia que o conselho diretor e a diretoria executiva tivessem presidentes diferentes; já a segunda proposta, aparentemente sem autoria, por sua vez, defendia que todos os órgãos sociais fossem dirigidos pela mesma diretoria, seguindo o estatuto da União Cívica Feminina (UCF) de São Paulo. Não se sabe ao certo o que motivou a primeira proposição, cuja ideia central era permitir presidentes diferentes para os principais órgãos da ADFG, mas pode-se imaginar a existência de disputas para ocupar a presidência do grupo. De todo modo, a segunda proposta saiu vitoriosa, com aprovação quase unânime do documento, com apenas algumas adaptações em relação ao estatuto da UCF³⁵², o qual deixava claro quais eram as finalidades da ADFG:

- a) Promover e incentivar a educação cultural, moral e cívica;
- b) Desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter cultural e social;
- c) Obter, por meio da pesquisa objetiva e da livre discussão, conclusões e fazer recomendações que contribuam para o progresso econômico, para o bem estar social e para o fortalecimento do regime democrático no Brasil;
- d) Pugnar pela igualdade de oportunidade para todos os setores sociais, dentro das normas cristãs³⁵³.

³⁵¹*Ibid.*

³⁵²O estatuto da ADFG foi modificado em 1966, 1970 e 1974, para dar maior funcionalidade à entidade, bem como para atender as solicitações de órgãos/entidades externas os quais a ADFG pretendia integrar, como o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1970. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 14 mar. 1964, p. 39-42. (Ata nº 1); Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 16 mar. 1970, p. 37-42. (Ata nº 53); Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 do Conselho Diretor. Porto Alegre, 16 set. 1974, p. 1-7. (Ata nº 48).

³⁵³Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 14 mar. 1964, p. 4. (Ata nº 1).

O documento trazia ainda questões importantes quanto à configuração do grupo, como as quatro categorias de sócias — fundadoras-efetivas; efetivas; cooperadoras; e honorárias e beneméritas³⁵⁴, cujas diferenças nos permitem entender quem eram as mulheres que ocuparam os principais espaços na ADFG. As “fundadoras-efetivas” eram as signatárias que constavam na ata de fundação da entidade, as criadoras do movimento, as principais responsáveis pela constituição da agremiação³⁵⁵. Já as “sócias efetivas”, segundo consta no documento, eram “[...] as pessoas físicas do sexo feminino, admitidas naquela qualidade pelo conselho diretor, pelo voto favorável de dois terços dos seus membros presentes à reunião em que for tomado conhecimento do seu pedido de ingresso”³⁵⁶. Imagina-se que as “fundadoras-efetivas” tenham feito convites às mulheres de sua convivência, de seus espaços de sociabilidade, para compor a ADFG como “sócias efetivas”, como gesto de amizade e/ou como aceno político. Ou seja, provavelmente o círculo social e político vivenciado pela elite porto-alegrense durante os anos 1960, permitia que entre as associadas estivessem, quase sempre, amigas, familiares e/ou pessoas reconhecidas pelo *status* socioeconômico e/ou político do seletor grupo que compunha a ADFG. Para ilustrar tais aspectos, destacamos o caso das mulheres da família Renner — Sophia America Tannhauser Renner, Magda Elizabeth Nigaard Renner, Ruth Job Renner e Melitta Richter Renner, que, ao longo dos anos, foram ocupando os quadros da ADFG como sócias, tornando-se inclusive lideranças da organização. Por último, ainda em relação ao quadro de “sócias-fundadoras”, pode-se notar as preocupações da entidade em manter suas prerrogativas ao longo do tempo, bem como os interesses de um seletor segmento social. Nesse sentido, o estatuto ainda previa o aproveitamento das “sócias efetivas” para compor o quadro de “sócias-fundadoras”, caso o número estivesse abaixo de vinte membros, o que aconteceria com o tempo³⁵⁷.

Grosso modo, as duas categorias teriam as mesmas vantagens, como as únicas a “[...] tomar parte nas assembléias gerais, participando das discussões e das deliberações; e ser votadas para os cargos eletivos”, e os mesmos deveres, como comparecer às reuniões, participar ativamente das iniciativas da ADFG e pagar as contribuições fixadas pelo conselho diretor da entidade. Assim, o que se depreende dos aspectos que as diferenciavam é o elemento simbólico, que acabava

³⁵⁴Conforme a mudança estatutária de 1966, a ADFG passou a dispor de apenas três categorias de associadas: “sócias-fundadoras”; “sócias-efetivas”; e “sócias honorárias e beneméritas”. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 23 nov. 1966, p. 52. (Ata nº 14).

³⁵⁵ São elas: Ilda Dorothea Baumhardt, Giselda Escosteguy Castro, Vera Fleck Altmayer, Regina Fleck Corrêa Kanan, Gelsa Blessmann Coelho Borges, Maria Helena Rosenfeld, Nelly Torelly Schlatter, Dora Silva Kessler, Gerty (Gertud) Bernd Wallig, Ilka Nieckele Secco, Sylvia Cuervo Silva, Heloisa Rheingantz Becker, Maria Aragon de Vecino, Myrian Lacerda Wetternick, Nair Marques Pereira de Almeida, Wilma de Resende Araújo dos Santos, Iris Potthoff Correa Lopes.

³⁵⁶Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 14 mar. 1964, p. 4. (Ata nº 1).

³⁵⁷*Ibid.*, p. 5.

notabilizando as fundadoras em relação às efetivas, como se a elas houvesse um reconhecimento maior. Outro fator de destaque refere-se ao fato de admitirem apenas mulheres entre as duas categorias. Esse elemento, por sua vez, não implicou a inexistência de homens nas reuniões e até mesmo na estrutura organizacional da ADFG. Contudo, a presença masculina ficava restrita aos convites para que fizessem parte dos conselhos da entidade, ou para que colaborassem de alguma outra forma.

Havia também outras duas categorias de sócias: as “cooperadoras”, que, de modo geral, eram pessoas, físicas ou jurídicas, que, a convite do conselho diretor, eram inscritas em seu quadro social, contribuindo com serviços ou recursos para a ADFG³⁵⁸. As sócias “honorárias ou beneméritas” diziam respeito às pessoas, físicas ou jurídicas, que prestavam serviços à ADFG ou aos seus objetivos³⁵⁹. Entre as duas categorias, observa-se a presença de entidades empresariais e/ou associações das mais diversas, que, ao contribuírem com a ADFG ao longo dos anos, fizeram parte do seu quadro de sócios.

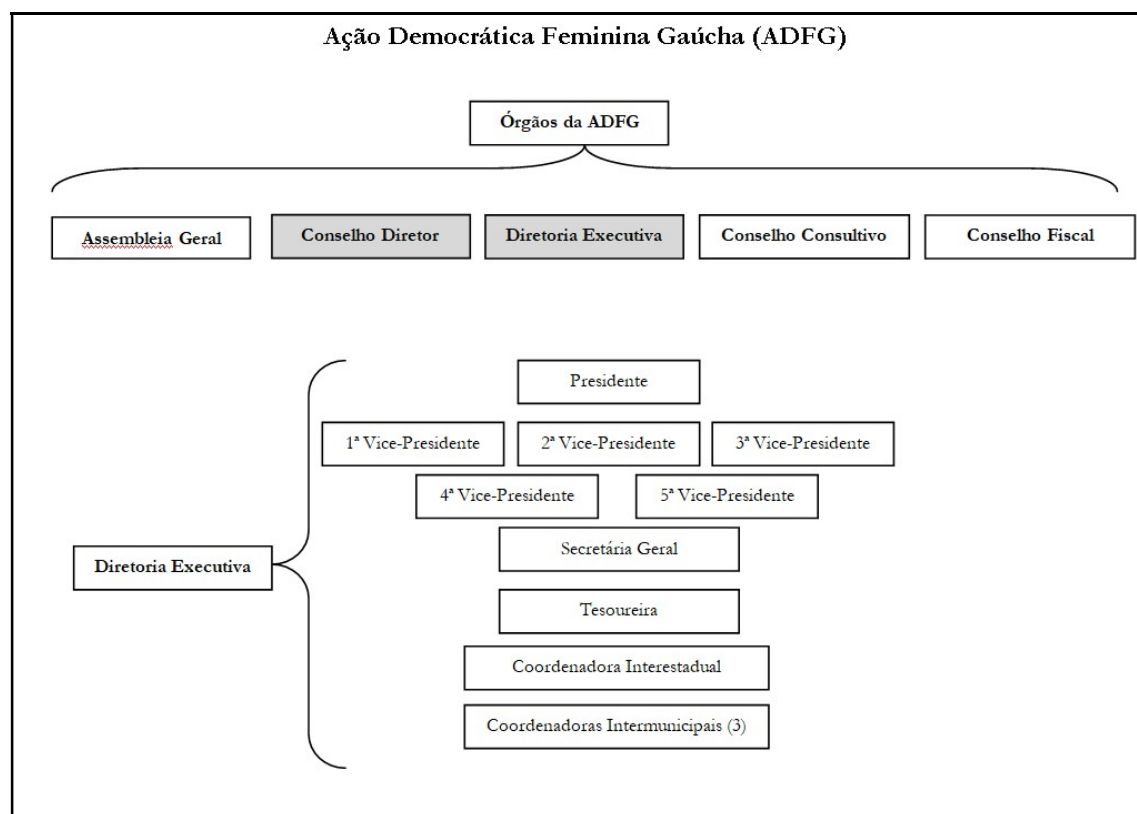
O estatuto também apresentava o tamanho e a complexidade da ADFG, havendo cinco órgãos deliberativos e/ou consultivos, conforme o quadro abaixo, que definiam o dia a dia da entidade: assembleia geral; conselho consultivo; conselho diretor; diretoria executiva; e conselho fiscal³⁶⁰.

³⁵⁸*Ibid.*, p. 5.

³⁵⁹*Ibid.*, p. 5.

³⁶⁰ De acordo com a mudança estatutária de 1966, a ADFG passou a dispor de apenas três desses órgãos: “assembleia geral”; “conselho diretor”; e “diretoria executiva”. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 23 nov. 1966, p. 42-43. (Ata nº 14).

Figura 8 — Organograma da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG)



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Destes, segundo consta, competia ao conselho diretor decidir sobre quais seriam ou não as prioridades da ADFG. Composto por 30 sócias, entre 22 fundadoras-efetivas e 8 efetivas, com mandato de dois anos, cabia a ele, por exemplo:

- a) traçar as diretrizes e a orientação das atividades da ADFG, assim como suas ações;
- b) decidir sobre a posição opinativa da ADFG e a difusão das questões que estuda e pesquisa;
- [...]
- d) autorizar convênio com entidades, exclusivamente congêneres;
- e) aprovar, quando julgar conveniente, a abertura de departamentos em qualquer ponto do território nacional
- [...] ³⁶¹.

É interessante observar que esse aspecto refletia o cuidado por parte da ADFG em sustentar “intactos” seus princípios, mantendo no principal órgão da entidade as fundadoras-efetivas, que dificilmente mudariam, ao menos nos primeiros anos, as diretrizes do grupo. Por isso a importância do conselho diretor, que aprovava ou não possíveis nomes que comporiam os demais conselhos da entidade (consultivo e fiscal), bem como o ingresso de novas sócias. Além disso, fazia parte do conselho diretor, a diretoria executiva, que, por sua vez, ficava “[...] investida

³⁶¹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 14 mar. 1964, p. 9. (Ata nº 1).

dos mais amplos e gerais poderes para realizar o planejamento estabelecido pelo conselho diretor, praticando todos os atos relativos aos fins e objetivos da sociedade [...]”³⁶².

Durante a primeira reunião, em 14 de março de 1964, a ADFG tratou também de eleger sua primeira presidente e sua primeira diretoria. Para tanto, foi apresentada uma lista única, sendo eleita como presidente Ilda Dorothea Baumhardt, que, na ocasião, “[...] agradeceu, em seu nome e no da diretoria executiva [...], a confiança dedicada pela assembléia, prometendo realizar todo o seu esforço no sentido de serem alcançados os grandes objetivos da Ação Democrática Feminina Gaúcha”³⁶³. A diretoria era composta de: 1 presidente, 5 vice-presidentes, 1 secretária geral, 1 tesoureira, 1 coordenadora interestadual, 3 coordenadoras intermunicipais, 1 conselho diretor, 1 conselho consultor e 1 conselho fiscal³⁶⁴.

Até o final da ditadura, a ADFG passou por mudanças estatutárias, que implicaram sua configuração organizacional. No entanto, de modo geral, pode-se dizer que os dois principais órgãos institucionais — conselho diretor e diretoria executiva — permaneceram com as mesmas prerrogativas, sendo a principal diferença o fato de que eles passaram a contar com presidentes diferentes, o que havia sido cogitado na fundação da ADFG. Durante esses 21 anos, a organização teve 11 diretorias e 10 conselhos diretores, nos quais se percebe, da mesma forma que na CDF, um seletivo grupo revezando-se nos quadros da entidade³⁶⁵. Pela pesquisa nos arquivos da CDMR, notamos que passaram pela ADFG, entre 1964 e 1985, aproximadamente 390 mulheres, das quais obtivemos maiores informações de 118 militantes. Por meio desses números, nota-se que, assim como as pernambucanas da CDF, parte significativa das gaúchas da ADFG nasceu entre os anos de 1910 e 1920³⁶⁶.

³⁶²*Ibid.*, p. 12.

³⁶³*Ibid.*, p. 2.

³⁶⁴Centro de Documentação Magda Renner. Plano de Ação - 1964. Porto Alegre, 1964, p. 1. Na ocasião foram eleitas como vice-presidentes, Dora Silva Kessler, Gerty Bernd Wallig, Heloisa Rheingantz Becker, Maria Iris Potthoff Correa Lopes, e Nelly Torelly Schlatter; como secretária geral, Giselda Escosteguy Castro; como tesoureira, Regina Corrêa Kanan; e como coordenadoras, Ecilda Gomes Haensel, Maria Aragon de Vecino, Myrian Lacerda Wetterlich, Ana Maria Paz e Gelsa Blessmann Coelho Borges. *Ibid.*, p. 2.

³⁶⁵Para uma listagem das diretorias e dos conselhos diretores da ADFG, ver Apêndice B e Apêndice C.

³⁶⁶Nesse caso, a maior parte das fontes de pesquisa utilizadas são certidões de óbito encontradas no site *Family Search*.

Figura 9 — Reunião de Diretoria da ADFG, março de 1971



Fonte: APRZ, *Fotografias*, mar. 1971.

Conforme constava em seus objetivos, num primeiro momento a ADFG buscou espalhar-se para outras localidades do Rio Grande do Sul, criando núcleos e assessorando as novas militantes. Seguindo uma trajetória semelhante à de suas congêneres em outros estados, como a CAMDE e a UCF, a ADFG, a partir do seu núcleo central em Porto Alegre, ramificou-se, criando núcleos em alguns dos bairros da capital gaúcha, assim como assessorou núcleos que surgiriam no interior do Estado.

Um dos núcleos a se formar na cidade de Porto Alegre foi o do bairro Menino Deus, cuja reunião marcada para o dia 2 de abril de 1964 se estendeu à população da região³⁶⁷. Embora saibamos pouco sobre quem esteve à frente desse núcleo e como se deram as negociações para sua formação, percebe-se o empenho da entidade em se espalhar por outras localidades da cidade, inclusive procurando contatar lideranças locais. As poucas informações disponíveis talvez sejam reflexo das dificuldades da ADFG em criar e manter núcleos em um espaço disputado, uma vez que a CMD também arregimentava novas associadas para suas atividades em Porto Alegre.

Já a constituição de núcleos pelo interior do Estado tomou contornos um pouco diferentes. Não sabemos ao certo em quais cidades se formaram núcleos da ADFG, quem eram suas associadas e, sobretudo, qual foi a trajetória desses grupos. Como originalmente a ideia era se espalhar por várias cidades do interior levando os princípios do grupo às diferentes mulheres do Rio Grande do Sul, sabe-se que a ADFG formou 12 núcleos no interior do estado, fazendo

³⁶⁷Centro de Documentação Magda Renner. Convite da ADFG-Núcleo Menino Deus. Porto Alegre, 1 abr. 1964, s.p.

com que muitas das representantes dessas cidades viessem a Porto Alegre para ver o funcionamento da ADFG e receber orientações quanto às providências a serem tomadas³⁶⁸. No entanto, o mesmo também acontecia de maneira inversa, como pode ser constatado na carta enviada por Julieta Tripoli de Freitas, representante da Ação Democrática Feminina Gaúcha Caçapavana, em 30 de maio de 1964³⁶⁹. Na correspondência, Julieta diz ter um grupo na cidade de Caçapava do Sul disposto a formar a ADFG local, sob inspiração da ADFG de Porto Alegre. Para tanto, agradeceu a presença de representantes da ADFG em Caçapava do Sul e os contatos realizados para tal fim, colocando-se à disposição do núcleo de Porto Alegre para que “[...] sejam enviadas as orientadoras que nos dirão de como devemos organizar nossos planos de trabalho e como pô-los em ação”³⁷⁰.

Outro núcleo em atividade foi o da cidade de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha. Em 6 de junho de 1964, o jornal *Pioneiro* (RS), periódico local, felicitava o surgimento da ADFG Caxiense, afirmando que essa era uma “[...] entidade destinada a realizar um amplo papel, do mais profundo interesse social”³⁷¹. A cerimônia para a escolha da diretoria da ADFG ocorreu em 5 de junho de 1964, no cinema Imperial, e contou com as presenças de Ilda D. Baumhardt e Miriam Wetternick, presidente e membro da diretoria da ADFG de Porto Alegre. Segundo o *Pioneiro* (RS), Ilda D. Baumhardt realizou uma palestra intitulada “Psicologia da Revolução”, em que expunha “[...] as diferentes facetas da revolução e os diferentes modos de atuação de condicionamentos da mente humana através dos registros totalitários”³⁷². Apesar de dispormos de poucos dados a respeito do conteúdo da palestra, é muito provável que estivesse relacionada ao forte anticomunismo que as militantes da ADFG reverberavam nos primeiros anos de existência do grupo. A intenção parece ter sido a de justificar os acontecimentos de abril de 1964, ou seja, o golpe, dando-lhe sentido salvacionista, alarmando o público ouvinte a respeito do que o denominado “totalitarismo comunista” era capaz de realizar nas mentes humanas.

Com as dependências do cinema Imperial lotadas, deu-se a instalação e a escolha da diretoria executiva, dos departamentos, das coordenadorias, do conselho fiscal e do conselho consultivo da ADFG-Caxias do Sul³⁷³. Como presidente foi escolhido o nome de Alda Muratore

³⁶⁸Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 15 jun. 1964, p. 15. (Ata nº 3).

³⁶⁹Centro de Documentação Magda Renner. Carta da Ação Democrática Feminina Gaúcha Caçapavana à ADFG. Caçapava do Sul, 30 maio 1964.

³⁷⁰*Ibid.*

³⁷¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Ação Democrática Feminina”. *Pioneiro* (RS), 6 jun. 1964, p. 2.

³⁷²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Instalado o núcleo de Caxias do Sul da Ação Democrática Feminina Ala Gaúcha”. *Pioneiro* (RS), 6 jun. 1964, p. 12.

³⁷³Presidente: Alda Muratore Eberle; Secretária Geral: Marlene Vescia da Fonseca; Departamento de Arregimentação: Nayr de Carli Eberle; Departamento de Assistência Social: Alézia Balén; Departamento de Educação: Iara Rojas Grazziotin; Departamento de Divulgação: Maria Moré; Departamento de Finanças: Ieda Stasi;

Eberle, cuja família era de industriais do ramo da metalurgia, a Metalurgia Abramo Eberle SA (MAESA). Alda era casada com Júlio João Eberle, filho do industrial Abramo Eberle, imigrante italiano que chegara com os pais na região de Caxias do Sul no final do século XIX. Assim como Alda, sua cunhada, Nayr de Carli Eberle, também fez parte ADFG-Caxias do Sul. Nayr era casada com José Eberle, o filho primogênito de Abramo Eberle³⁷⁴. Além da elite econômica caxiense, pode-se notar a presença de autoridades públicas na diretoria do grupo, como a diretora de educação e cultura de Caxias do Sul, Marlene Vescia da Fonseca, que na ocasião ocupou o cargo de secretária geral, e do vereador Remo Marcucci (PSD-RS), que fez parte do conselho consultivo.

Em relação a outros núcleos da ADFG em cidades do interior do Rio Grande do Sul, as informações são escassas, o que dificulta uma avaliação mais ampla e precisa das trajetórias dessas organizações nessas localidades. Em suas memórias, Ecilda Gomes Haensel afirmou que as cidades de Alegrete e Cruz Alta contavam com núcleos da ADFG, e que lhe coube a indicação de nomes para comporem as diretorias executivas. Tais dados, ainda que limitados, são indicativos do quanto as mulheres da ADFG de Porto Alegre estavam dispostas a espalhar pelo Rio Grande do Sul os ideais da entidade, através da criação de núcleos, bem como estavam voltadas a proteger os ideais da “Revolução”.

3.3. As gaúchas da ADFG

As mulheres que perfilaram a ADFG entre 1964 e 1985 eram, em sua grande maioria, naturais do Rio Grande do Sul, nascidas entre os anos 1910 e 1920, e pertencentes às camadas médias e altas da sociedade porto-alegrense³⁷⁵. Em alguns casos, eram originárias de famílias abastadas, ligadas à indústria, ao comércio e/ou à agropecuária, ou às famílias de profissionais liberais, sem tantos recursos financeiros em comparação com as primeiras, mas com nítida base socioeconômica, o que nos permite afirmar que pertenciam a segmentos medianos bem estabelecidos.

Pelos nomes e sobrenomes que constam nos livros de atas e/ou em outros documentos da entidade, percebe-se que eram mulheres brancas, descendentes de europeus, como italianos e alemães, que chegaram ao Rio Grande do Sul nas levas imigratórias dos séculos XIX e XX; ou de

Coordenadoras: Dinah Koesch, Cecília Bornheim, Ruth Marcucci, Lola Giessen, Celita Iuchen e Patricia Petinelli; Conselho Fiscal: Remo Marcucci, Mario Rocha Netto, Carlos Spinatto, Idorly Zatti e Italo Balén; Conselho Consultivo: Pe. Ângelo Tronca, Nestor Rizzo e Mário Gardelin. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Instalado o núcleo de Caxias do Sul da Ação Democrática Feminina Ala Gaúcha”. *Pioneiro* (RS), 6 jun. 1964, p. 12.

³⁷⁴*Ibid.*, p. 12.

³⁷⁵Esses dados foram observados a partir de certidões de óbito e de casamento das associadas, disponíveis no *site Family Search*, bem como em outras fontes documentais, como livros de memórias e documentos da entidade.

portugueses e espanhóis, que aportaram na América do Sul ainda no período colonial. De toda forma, eram mulheres que circulavam por diversos espaços de sociabilidades das elites da região, como clubes e associações, que acabaram por aglutiná-las muito antes da formação da ADFG³⁷⁶. Nesses espaços, e em outros, como nas igrejas e nas instituições de ensino, elas provavelmente compartilharam experiências e perspectivas que denotavam suas visões de mundo conservadoras e à direita do espectro político.

Em Porto Alegre, residiam nos bairros da região central da cidade, como o Moinhos de Vento, Independência, Floresta e Rio Branco, que desde o início do século XX atraíam parte da elite e de segmentos médios, como comerciantes, servidores públicos e profissionais liberais, ou em locais que começaram a ser ocupados a partir dos anos 1950, como os bairros Petrópolis, Bela Vista, Chácara das Pedras e Três Figueiras (Gertz, 2022; Bissón, 2009, p. 122).

Não são muitas as fontes disponíveis que nos permitem verificar as instituições de ensino, bem como a formação intelectual e profissional a que tiveram acesso as sócias da ADFG. Em alguns casos, o que se pode perceber é a frequência de algumas delas, quando ainda jovens, nas tradicionais escolas de Porto Alegre, como os colégios Anchieta, Farroupilha (Jacques, 2015) e Sevigné (Schneider, 2013), locais que educavam parte importante da elite da cidade. No entanto, muito embora tenham cursado a escola e até mesmo a universidade, o que não era comum às mulheres da primeira metade do século XX, foram poucas as que atuaram profissionalmente fora do espaço privado, buscando construir uma carreira profissional sem depender financeiramente de seus cônjuges. Normalmente, quando assumiam labores externos, recaíam sobre elas profissões tidas como “essencialmente femininas”, como professoras. De acordo com Fúlvia Rosemberg (2012, p. 354), “a formação em magistério seria uma dessas carreiras flexíveis: o ideário social desde o final do século XIX reconhece o magistério como profissão digna para as mulheres, se não a profissão feminina por excelência”. E sobre esse aspecto, é interessante observar que, mesmo entre aquelas que se formaram como advogadas, psicólogas e cientistas sociais, a ocupação principal permanecia o magistério. A primeira presidente da entidade, por exemplo, Ilda Dorothea Baumhardt era formada em Letras, Filosofia e Psicologia pela PUCRS, e dedicou-se, desde muito cedo, à educação, sendo professora e assessora educacional. Outro exemplo é a coordenadora da ADFG, Ecilda Gomes Haensel, formada em Direito e Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e pós-graduada em educação pela PUCRS, onde tornou-se professora do curso de Direito.

³⁷⁶Destacamos, para exemplificar, as festas e as demais solenidades ocorridas no Clube do Comércio, no Porto Alegre Country Club, no Jockey Club do Rio Grande do Sul e na Sociedade de Ginástica de Porto Alegre (SOGIPA); bem como as atividades proporcionadas pela Associação Porto-Alegrense de Cidadãos, pela Sociedade dos Amigos da Praia de Torres (SAPT), no litoral norte do Rio Grande do Sul e pelo Rotary Clube de Porto Alegre, que contaram com a presença de inúmeras das mulheres da ADFG.

É importante notar que esses aspectos traduzem a complexidade de um grupo que, embora partilhe de princípios e finalidades, era composto por mulheres diferentes entre si. Ou seja, ainda que houvesse majoritariamente mulheres voltadas para as atividades do “lar”, do espaço privado, afinal haviam sido criadas desde muito cedo para os tais “afazeres domésticos”³⁷⁷, havia também aquelas que não estavam tão bem enquadradas nesse “estereótipo”. Contudo, deve-se observar que tal diferenciação não implicava a abdicação do principal horizonte da ADFG, que era preservar a “família” e as tradições que a cercavam diante da suposta ameaça “comunista”. Pelo contrário, notamos que a formação de algumas dessas mulheres pode ter reforçado suas concepções conservadoras de mundo e sua posição à direita do espectro político. Além disso, é necessário considerar que se presumia que tanto a formação quanto o desenvolvimento de suas atividades laborais, para além do espaço privado, não deveria colidir com suas funções tidas como “naturais” ou “biológicas”. Era necessário, antes de tudo, saber priorizar o espaço privado, a família, e se fosse preciso, abdicar de suas atividades profissionais, de modo a cumprir com seu tradicional papel de gênero.

De modo geral, as mulheres da ADFG eram católicas ou luteranas³⁷⁸, algumas praticantes, e/ou até mesmo atuantes em movimentos religiosos e atividades relacionadas às igrejas. Tal aspecto pode ser exemplificado nos árduos trabalhos comunitários de suas associadas na Paróquia São Manuel, em Porto Alegre, em 1965³⁷⁹, e nas reuniões da ADFG no edifício da comunidade evangélica luterana, no centro da capital gaúcha, entre os anos de 1960 e 1980³⁸⁰. A relação entre as militantes da ADFG e as instituições religiosas (católica e luterana), contudo, não era nenhuma novidade nos anos 1960, afinal, imagina-se que elas tenham frequentado as igrejas desde muito jovens e, portanto, foram educadas a partir de princípios e valores conservadores e cristãos.

A maioria das associadas à ADFG nasceu entre os anos de 1910 e 1920, o que significa afirmar que tinham entre 30 e 50 anos de idade quando da formação do grupo, em 1964. Nesse sentido, acredita-se que a maior parte delas tenha se casado nas décadas anteriores, entre os anos

³⁷⁷É preciso observar que, para as mulheres da ADFG, os “afazeres domésticos” implicavam na administração de seus lares, principalmente na supervisão do trabalho realizado pelas empregadas domésticas, como a limpeza das residências e os cuidados com as crianças. Sobre esse aspecto, é interessante observar as considerações de Margaret Power sobre as mulheres das elites chilenas, que se organizaram contra o governo de Salvador Allende. Para Power, elas contaram com trabalhadoras domésticas em suas casas, o que contribuía para um melhor aproveitamento do tempo na articulação de seus movimentos anti-Allende (Power, 2008).

³⁷⁸Segundo uma reportagem sobre a instalação da ADFG, a entidade contava também com metodistas, israelitas e evangélicas, entre suas sócias. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Hoje a instalação oficial da Ação Democrática Feminina”. *Jornal do Dia* (RS), 20 mar. 1964, p. 8.

³⁷⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 27 out. 1965, p. 35. (Ata nº 13).

³⁸⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 27 mar. 1967, p. 63. (Ata nº 17).

de 1930 e 1950, quando atingiam aproximadamente seus 20 anos de idade, estando “aptas” a contrair matrimônio. Em muitas situações, percebe-se que a condução dos casamentos se deu entre integrantes da mesma camada social e, em alguns casos, do mesmo grupo étnico, como no caso dos descendentes de imigrantes alemães e italianos, evidenciando uma das características da elite brasileira, a reprodução do seu *ethos*. Esse não era um traço exclusivo do sul do Brasil, podendo ser visto em outras regiões do país.

Dessa forma, pode-se dizer que uma parte pequena da ADFG era composta ou por filhas de industriais, de empresários, e/ou de comerciantes, ou por mulheres que se casaram com os filhos destes, que, *grosso modo*, seguiam com os “negócios” da família. Esses são os casos de Gerty Bernd Wallig, casada com Werner Pedro Wallig, filho do industrial João Wallig³⁸¹; de Sophia Tannhauser Renner, casada com Herbert Bruno Renner, filho do industrial Antônio Jacob Renner; e de Magda Elisabeth Nygaard Renner, casada com Otto Rudi Renner, também filho do industrial Antônio Jacob Renner. Em maior número, havia aquelas que se casaram com profissionais liberais, como médicos, engenheiros e advogados.

Em suma, ao se casar, a maioria das mulheres que compuseram a ADFG dedicou-se ao lar, aos afazeres domésticos, ao matrimônio, aos cuidados com a casa, com o marido e com os filhos. Quando da formação da organização, não só se encontravam casadas, como já eram mães de uma prole reduzida, se comparada com as décadas passadas. Eram mulheres que ainda respiravam os anos 1950, os chamados “anos dourados”, em que se almejava o que Carla Bassanezi Pinsky (2014, p. 18) chamou de família conjugal, um modelo dominante a ser seguido. Modelo este que, por sua vez, se dava a partir de padrões tradicionais de casamento, com famílias compostas por pai, mãe e filhos, sendo que a autoridade máxima era conferida ao pai, o “chefe da casa”, inclusive garantida pela legislação, que, conforme Pinsky (2014, p. 18), reconhecia “[...] o trabalho masculino como a principal fonte de recursos da unidade doméstica”. Já às mulheres, a imagem enfatizada pela legislação era aquela em que as relacionava com a dedicação ao lar e à procriação (Pinsky, 2014, p. 18).

Assim, a família deveria ser preservada, cuidada, mantida a partir do trabalho da mulher como esposa e mãe, o elo principal no espaço privado, aquela envolvida e preocupada com a educação de seus filhos e com a felicidade de seu matrimônio. Mesmo àquelas que estiveram voltadas às suas atividades profissionais, como advogadas, psicólogas e professoras, não

³⁸¹De acordo com Fernando Pureza (2016), a indústria metalúrgica Wallig começou em 1904, quando o imigrante alemão Pedro Wallig, deu início ao empreendimento, produzindo fogões e camas de ferro. Posteriormente, nos anos 1920, seus filhos — Guilherme e Pedro — “modernizaram” a indústria da família, convertendo a Wallig na maior fábrica de fogões do Brasil. A partir dos anos 1930, contudo, a Wallig expandiu ainda mais seus negócios, passando a desenvolver cozinhas industriais sob demanda, tornando-se uma espécie de “símbolo” de sucesso nas décadas seguintes. Portanto, nos anos 1960, quando Werner assumiu o empreendimento, a Wallig encontrava-se no seu auge, patrocinando inclusive programas de TV (Pureza, 2016).

hesitavam em defender a preservação da família e dos papéis de gênero tradicionalmente constituídos. Como vimos, elas argumentavam, quando da fundação da ADFG em 1964, que cabia às mulheres gaúchas mobilizar-se em defesa de suas famílias. Como mães, deveriam tomar as ruas e as praças das cidades do Rio Grande do Sul, para pôr fim ao avanço “vermelho” e evitar que seus filhos fossem corrompidos pelo “comunismo”.

Não é o objetivo desta tese traçar a trajetória de vida de todas as sócias da ADFG, uma vez que nos faltam fontes para tal empreendimento e isso extrapolaria os recortes propostos. Contudo, é interessante percorrer, de forma breve, o histórico de algumas das mulheres que fizeram parte da diretoria da ADFG.

Apesar de ter permanecido pouco tempo como presidente, Ilda Dorothea Baumhardt foi sócio-fundadora e escolhida para dirigir a ADFG no momento de sua formação e de suas primeiras atividades públicas. Não chegou a cumprir os dois anos de mandato que lhe cabiam como presidente, mas conseguiu, juntamente com o restante da diretoria, aglutinar inúmeras mulheres na organização da ADFG. Dessa forma, permaneceu por apenas seis meses no cargo, quando então decidiu, em setembro de 1964, encaminhar uma carta à diretoria da ADFG, argumentando que, em razão de suas atividades profissionais como psicóloga, não conseguiria realizar o trabalho que desejava e que, portanto, propunha licenciar-se “[...] definitivamente da presidência, passando esta a uma das companheiras que [estivesse] capacitada a doar horário integral a esta nobre causa”³⁸².

A carta de Ilda à diretoria, por outro lado, expunha, em parte, os motivos que a levaram a assumir o cargo, em março de 1964. Segundo consta, Ilda dizia-se satisfeita com sua contribuição à frente da ADFG, na condução das atividades da entidade no que classificou como os “[...] dias difíceis pelos quais nossa pátria passou [...]”³⁸³. Em seguida deixava claro que sua saída não implicava a renúncia de valores e princípios, afinal, permanecia imbuída dos objetivos que norteavam a ADFG, ofertando cursos na área educacional e psicológica, “[...] tentando formar uma nova mentalidade, principalmente na mulher, dando mais segurança, mais equilíbrio aos lares, e em consequência à sociedade brasileira, [...] uma contribuição desta luta por um Brasil melhor”³⁸⁴. Por fim, solicitava sua saída da presidência e sua permanência como sócia, colaborando com o setor educacional da ADFG em palestras e cursos. Ou seja, Ilda havia sido escolhida para presidir o grupo porque partilhava das mesmas concepções políticas e ideológicas das demais associadas. Como mulher de direita, entendia que era preciso deter o avanço comunista no país para proteger a família, a Igreja e a nação.

³⁸²Centro de Documentação Magda Renner. Carta de Ilda Dorothea Baumhardt à ADFG. Porto Alegre, 29 set. 1964.

³⁸³*Ibid.*

³⁸⁴*Ibid.*

Provavelmente a escolha de Ilda para assumir a presidência da ADFG também estava relacionada à sua formação conservadora e ao seu histórico em outros movimentos conservadores, anteriores ao surgimento do grupo. Ilda nasceu em 1921, na cidade de Candelária, região centro-oriental do Rio Grande do Sul, onde levas de imigrantes alemães se estabeleceram entre o final do século XIX e o início do século XX. Embora tenha tido formação religiosa luterana rígida, aos 16 anos de idade mudou-se para a cidade de Santa Maria, para realizar o curso secundário no Colégio Centenário, escola de orientação religiosa metodista, e uma das mais tradicionais da região. Funcionava em regime de internato, onde se exigia disciplina e regras a serem cumpridas. Lá recebeu, em grande medida, a orientação educacional que lhe inspirou quando assumiu sua carreira no magistério secundário. Em seu livro *Em busca do sentido da vida* (1988) há menção a respeito da escola de maneira bastante saudosista: de como havia sido recebida pelas missionárias norte-americanas que coordenavam e lecionavam na instituição, e de como estas se tornaram exemplos de dedicação e fé, educando 24 horas por dia (Baumhardt, 1988, p. 82).

Após sua passagem pelo Colégio Centenário, Ilda estudou na PUCRS, provavelmente na primeira metade dos anos 1940, formando-se em Letras, Filosofia e Psicologia. Ainda como aluna do curso de Filosofia, viajou para a Alemanha, acredita-se que após a guerra, onde assistiu às palestras de Martin Heidegger sobre filosofia existencialista. Não foram encontradas muitas informações a respeito do histórico familiar de Ilda, mas sabe-se que foi casada com Diógenes Borowsky, com quem teve três filhos e de quem se desquitou³⁸⁵. Embora não há informações sobre o período em que ocorreu o desquite, percebe-se que em 1964 Ilda Dorothea Baumhardt não encontrava-se mais casada. Isso porque nos documentos que examinamos referentes à ADFG não consta seu nome de casada (Ilda Dorothea Baumhardt Borowsky).

Na ocasião do surgimento da ADFG, Ilda estava com 43 anos, e como se pode notar, possuía formação acadêmica e intelectual, o que a diferenciava de grande parte das associadas do grupo. Não se sabe ao certo o que fez com que Ilda se notabilizasse diante das demais fundadoras da ADFG para se tornara primeira presidente da organização, mas talvez a sua formação tenha sido um condicionante. Da mesma forma, é preciso levar em conta a proximidade entre Ilda e Ecilda durante a formação da ADFG. Em suas memórias, Ecilda afirma ter indicado o nome de Ilda para presidir o grupo, “[...] embora desconhecesse sua personalidade”³⁸⁶, e que esta teria a desapontado posteriormente. Diante da importância que

³⁸⁵Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QHV-YQQ4-Q3KZ?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AX9B4-D6RX&action=view&cc=3741255&lang=pt&groupId=>. Acesso em: 10 out. 2024.

³⁸⁶Arquivo Particular Ecilda Gomes Haensel. Entrevista à Juliana Bublitz. Porto Alegre, 12 mar. 2014.

adquiriu a ADFG nos primeiros meses de março de 1964, é difícil imaginar que a indicação tenha sido aleatória, sem conhecimento prévio de quem lideraria o grupo. Pode-se imaginar, inclusive, que ambas tenham frequentado as dependências da PUCRS na mesma época e trocado informações acerca da formação de um grupo cívico feminino.

Do conjunto de mulheres que estavam na diretoria da ADFG em 1964, Ilda fazia parte dos extratos sociais medianos que compunham a entidade. Era uma profissional liberal, atuando como professora e psicóloga, cuja carreira parecia bastante promissora quando decidiu sair do grupo.

Após sua saída da ADFG, percebe-se que Ilda dedicou-se às suas atividades profissionais como psicóloga, inclusive participando de eventos e programas de pesquisas e estudos no exterior na área de psicologia e psiquiatria, como o estágio realizado no Hospital Psiquiátrico nos Alpes Austríacos, em 1969, e a participação como representante do Brasil em um simpósio na Bulgária sobre eletroterapia na cura das neuroses, em 1972. Além disso, durante os anos 1970 e 1980 atuou como psicóloga em hospitais e em escolas públicas e privadas de Porto Alegre, a partir de uma proposta psicológica de cunho espiritualista, na qual acreditava e defendia, em contraposição à escola psicanalítica freudiana (Baumhardt, 1988, p. 3-15).

Outra associada e fundadora da ADFG que merece atenção é Ecilda Gomes Haensel, cuja participação na criação do grupo, como vimos, foi de suma importância. Ecilda também se encontrava entre os extratos medianos que haviam fundado a ADFG. Nascida em julho de 1926, na cidade gaúcha de Itaqui, região que faz fronteira com a Argentina, Ecilda era oriunda de uma família de proprietários de terras da região, o que lhe proporcionou condições de seguir com os estudos. De Itaqui, sabe-se que, anos depois, a família transferiu-se para a cidade de Alegrete, na época uma cidade de maior porte na região da campanha no Rio Grande do Sul, pois o pai de Ecilda, Waldemar Gomes, começou a trabalhar como fiscal da Receita Federal. Acredita-se que, por volta da primeira metade dos anos 1940, quando tinha 15 anos de idade, Ecilda mudou-se para Porto Alegre para estudar no Colégio Sevigné, no curso para normalistas. Na época, a escola era reconhecida pela formação oferecida às jovens meninas que almejavam a carreira do magistério. Em Porto Alegre, Ecilda se estabeleceu no Colégio Sevigné em regime de internato, tendo se destacado entre as demais alunas, uma vez que ela teria posteriormente substituído Zilah Mattos Totta, uma das professoras mais proeminentes da escola³⁸⁷ e uma referência como educadora no Rio Grande do Sul (Abrahão, 2001). Contudo, as ambições de Ecilda eram maiores. Após os anos no internato, a partir da década de 1950 Ecilda formou-se em Filosofia pela PUCRS, em 1950; em Direito pela UFRGS, em 1952; e em Didática pela PUCRS, em 1960.

³⁸⁷*Ibid.*

Ecilda era de uma família católica praticante, tendo atuado ao longo de toda a vida em uma série de organizações religiosas. Dentre essas organizações, sabe-se que Ecilda fez parte da Juventude Universitária Católica (JUC), em Porto Alegre, entre os anos 1940 e 1950, onde acabou conhecendo seu futuro cônjuge, José Mariano Vieira Haensel³⁸⁸. O casamento aconteceu em dezembro de 1951, e, pelo que se pode perceber, em meio à formação de Ecilda³⁸⁹. Na ocasião, José Mariano já se encontrava formado em Medicina, atuando como médico psiquiatra, e Ecilda era uma estudante que ainda sonhava com a formação em Direito. Como era comum na época, esperava-se que o casal tivesse filhos e que, consequentemente, Ecilda dedicaria seu tempo às atividades do lar e aos cuidados com a família. No entanto, é provável que as ambições de Ecilda com os estudos tenham interrompido parte desse projeto. Embora o casal tenha tido quatro filhos durante os anos 1950, o casamento de Ecilda e José Mariano terminou por volta dos anos 1970, quando se desquitaram, e é possível que uma das razões para tanto tenha sido o fato de Ecilda não ter cumprido com suas “tarefas” como mulher do lar³⁹⁰.

Dessa forma, nos anos 1970, ela realizou uma pós-graduação em Métodos e Técnicas de Ensino pela PUCRS (1973), e foi uma das primeiras mulheres a diplomar-se pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), em 1978. Ecilda foi membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção do Rio Grande do Sul, do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS), onde se tornou a primeira diretora de promoções culturais da instituição, entre 1969 e 1972 e entre 1974 e 1976.

Quando da formação da ADFG, como já foi apontado, Ecilda exercia suas funções como professora da PUCRS. Na universidade, lecionava nos departamentos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, desde 1962, tendo coordenado cursos de extensão, como o “Educando para a Democracia”, entre 1962 e 1964, e o “Curso de Líderes Universitários”, em 1963. Não há menção sobre a saída de Ecilda da ADFG nos documentos da instituição. Seu nome, no entanto, não aparece mais nas atas após os primeiros meses de 1964, o que sugere que a partir desse momento ela tenha se afastado do grupo. Em suas memórias, em 2014, Ecilda relatou diversos motivos que a levaram a se “desiludir” com a ADFG, dentre os quais o fato de a entidade ter, segundo ela, “descumprido com suas finalidades, tornando-se uma instituição defensora do meio ambiente”³⁹¹. Todavia, tudo nos leva a acreditar que havia outras motivações para a saída de Ecilda do grupo, uma vez que a militância ecológica iniciou-se somente a partir da segunda

³⁸⁸Entrevista de Ana Maria Haensel Schmitt concedida ao autor em 14 de agosto de 2021.

³⁸⁹Arquivo Particular Ecilda Gomes Haensel. Certidão de Casamento de Ecilda Gomes Haensel e José Mariano Vieira Haensel. Porto Alegre, 20 dez. 1951.

³⁹⁰Entrevista de Ana Maria Haensel Schmitt concedida ao autor em 14 de agosto de 2021.

³⁹¹Arquivo Particular Ecilda Gomes Haensel. Entrevista à Juliana Bublitz. Porto Alegre, 12 mar. 2014.

metade dos anos 1970. Nesse sentido, pode-se conjecturar outras possibilidades, como as animosidades entre Ecilda e algumas das militantes do grupo, o que fica implícito em seu relato sobre Ilda D. Baumhardt, assim como sua possível preferência em atuar em outras organizações, cuja trajetória era anterior à ADFG, como na ADESG e no IARGs.

Após sua saída, Ecilda permaneceu atuando como professora e advogada, palestrando sobre liderança e direito, especialmente em direito agrário, civil, constitucional, de família e processual. Nos anos 1970, coordenou as atividades do IARGs sobre o ano internacional da mulher em 1975; e organizou e coordenou a fundação da Associação das Diplomadas Universitárias do Rio Grande do Sul, em 1978, entidade que contou com a liderança de Ecilda entre as jovens advogadas que ingressavam no mundo do trabalho. Em 1983, foi eleita presidente do Clube Soroptimista Internacional de Porto Alegre, e em 1984 foi eleita governadora soroptimista internacional da região da América do Sul. Ecilda fazia parte dessa entidade desde os anos 1950, tendo inclusive participado de sua diretoria entre 1958 e 1964³⁹². Contudo, as duas eleições de Ecilda para presidir o Clube Soroptimista demarcaram sua trajetória nos anos 1980, visto que, a partir de então, suas ações estiveram voltadas quase que exclusivamente para os congressos e viagens do soroptimismo.

Assim como Ilda, Ecilda também fazia parte do quadro de mulheres da ADFG que não se enquadrava como uma típica dona de casa, voltada às atividades do lar e dos cuidados com os filhos e o marido. Como poucas mulheres da época, elas estudaram e atuaram profissionalmente, rompendo com as fronteiras que lhes eram impostas pelas estruturas de poder. Mesmo situadas à direita do espectro político, que, por sua vez, reforçava também as desigualdades de gênero, elas procuraram ocupar espaços reservados quase que exclusivamente aos homens, como é o caso de Ecilda.

Das mulheres que fizeram parte da ADFG, apenas Iris Potthoff Corrêa Lopes atuou no espaço político partidário. Ela concorreu às eleições de 1962, como candidata a deputada estadual pelo Partido Democrata Cristão (PDC), ficando na suplência, mas posteriormente assumindo o mandato na vaga deixada pelo deputado Mário Mondino (PDC-RS) (Orsato, 2013, p. 88). Na ADFG, Iris permaneceu por pouco tempo, tendo sido coordenadora do departamento cultural da entidade durante a primeira diretoria, entre 1964 e 1966. Iris Potthoff Corrêa Lopes nasceu em 6 de julho de 1914, na capital gaúcha, sendo a primogênita entre os seis filhos do bem-sucedido

³⁹²Conforme consta em seus documentos oficiais, o soroptimismo é uma organização internacional de mulheres voluntárias criada em 1921, nos Estados Unidos, que se propõe a melhorar as condições de vida de mulheres por meio de programas sociais. Para tanto, é oferecido às mulheres acesso à educação para que elas possam tornar-se autônomas economicamente. Não encontramos estudos acadêmicos sobre o soroptimismo no Brasil, mas é importante notar, através do APEGH, a presença de mulheres de direita entre as sócias e líderes do Clube Soroptimista Internacional de Porto Alegre.

comerciante João Daniel Potthoff e da dona de casa Elsa Schuch Potthoff³⁹³. Com a família estabelecida em Porto Alegre e o pai um próspero comerciante, Iris desde cedo frequentou uma das melhores escolas da cidade na formação de normalistas, o Colégio Bom Conselho, onde provavelmente também recebeu parte importante de sua formação religiosa católica, o que lhe marcou profundamente. Segundo consta em seu “Breve *curriculum vitae*”, escrito em 1982, na escola, Iris realizou o curso primário e o secundário, sendo a oradora da turma em 1931, aos 17 anos de idade. No Bom Conselho, Iris ainda foi “fundadora, redatora e diretora do jornal mensal das alunas do Bom Conselho”, o *Heliantho*³⁹⁴. Além da formação escolar, consta também que Iris dominava seis idiomas: alemão, francês, inglês, espanhol, italiano e latim.

Em 1932, um ano após sua saída da escola, Iris ingressou na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, onde permaneceu até o final de 1936. Durante esse período, Iris fundou o Centro Católico de Acadêmicos, a Juventude Católica Feminina e a Ação Católica do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, foi colaboradora das revistas *Idade Nova*, do Centro Católico de Acadêmicos, e da *Themis*, da Faculdade de Direito; e contribuiu com os vespertinos *A Noite* e *O Operário*, periódico dos Círculos Operários. A formação católica de Iris, anterior ao ingresso na universidade, parece ter se transformado durante os anos na Faculdade de Direito, uma vez que ela apresentava teses em vários congressos religiosos da época, como no Congresso do Centro Católico de Acadêmicos, em 1933³⁹⁵.

Após sua formação, Iris ingressou na OAB-RS, o que até então não era comum às mulheres, tornando-se advogada e atuante em “[...] todas as instâncias e graus no Foro de Porto Alegre e outras comarcas”³⁹⁶. Não sabemos ao certo como se desenrolou suas atividades profissionais como advogada, mas nota-se que Iris também trabalhou como professora no Colégio Bom Conselho, entre 1936 e 1969, e no Colégio Júlio de Castilhos, lecionando as disciplinas “de Português e Literatura Portuguesa e Brasileira, de Latim e História”³⁹⁷. Parece que as atividades no magistério foram concomitantes ao ingresso de Iris no universo dos advogados. Embora conste em seu “Breve *curriculum vitae*” que ela advogava desde 1934, quando ainda era acadêmica, pela imprensa, percebe-se que sua atuação iniciou-se a partir de 1960, momento em

³⁹³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Na Associação Comercial dos Varejistas”. *A Federação*, 26 dez. 1936, p. 2.

³⁹⁴Arquivo Particular Ecilda Gomes Haensel. Breve “*curriculum vitae*” de Iris Potthoff Correa Lopes. Porto Alegre, 28 abr. 1982.

³⁹⁵*Ibid.*

³⁹⁶*Ibid.*

³⁹⁷*Ibid.*

que juntamente com seu irmão, João Daniel Potthoff Filho, publicava anúncios nos jornais oferecendo os trabalhos do escritório de advocacia da família Potthoff³⁹⁸.

Em 1939, Iris casou-se com o escritor e poeta Paulo Corrêa Lopes, com quem teve dois filhos, e ficou viúva em 1957³⁹⁹. Quando da criação da ADFG, Iris encontrava-se filiada ao Partido Democrata Cristão (PDC), sigla na qual havia ingressado em 1962. No PDC, integrou os conselhos municipal e regional do partido, e foi candidata a deputada estadual nas eleições de 1962⁴⁰⁰, tendo uma votação inexpressiva, apenas 252 votos⁴⁰¹. No entanto, Iris assumiu a vaga como suplente no final de 1964, na vaga do deputado Mário Mondino (PDC), permanecendo por menos de um mês como deputada estadual (Orsato, 2013, p. 88). É importante dizer que Iris foi a segunda mulher a assumir uma vaga no parlamento gaúcho, depois da eleição da trabalhista Suely Gomes de Oliveira (PTB-RS), em 1951.

Durante esse curto espaço de tempo, Iris pronunciou-se em defesa do novo regime estabelecido, a ditadura, apresentando-se como representante da “mulher gaúcha, da mãe, da esposa, da filha”. Em 3 de dezembro de 1964, Iris discursava na ALRS pela primeira vez. Sua fala era voltada às mulheres que, segundo ela, “[...] dentro ou fora do lar, dedicada às suas atividades e funções, não esquece seus deveres cívicos e políticos, e está atenta aos acontecimentos e vigilante em relação a seus direitos e aos de toda a pátria”⁴⁰². Na ocasião, Iris pronunciou-se em relação às prisões políticas que assolavam o país e, em especial, o Rio Grande do Sul. O discurso da deputada referia-se à descoberta de planos “contra-revolucionários” pelo serviço secreto do III Exército. Ela afirmava que a “mulher gaúcha” era compreensiva sobre a necessidade das prisões, uma vez que a ação constante dos subversivos era ameaçadora e visava efetivar “[...] planos nefastos [...] para desagregar a família e a ordem jurídica brasileira constituída”. Ela entendia que caberia à “mulher gaúcha” “[...] não só o direito, mas o dever de exigir que os objetivos da Revolução sejam defendidos e alcançados [...]”, pois foram elas que realizaram, em conjunto com as Forças Armadas, a “Revolução”. Iris utilizava a tribuna para falar do contínuo trabalho de vigilância dos grupos cívicos femininos, como a ADFG, que, conforme ela desatacava, atuavam no esclarecimento e na formação de outras mulheres, de estudantes e de operários. Segundo Iris,

³⁹⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Advogados: Iris Potthoff Correa Lopes e João Daniel Potthoff Filho”. *Jornal do Dia* (RS), 22 maio 1960, p. 5.

³⁹⁹Em relação a Paulo Correa Lopes, ver: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/rio_grade_sul/paulo_correa_lopes.html. Acesso em: 13 abr. 2022.

⁴⁰⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Para deputado estadual Iris Potthoff (PCD) nº 1018”. *Jornal do Dia* (RS), 26 set. 1962, p. 2.

⁴⁰¹Para maiores detalhes, ver: https://www.tre-rs.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1962gerais-rs-resultados/@@download/file/1962Gerais_RS%20Resultados.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

⁴⁰²Anais da ALRS, 162ª sessão em 3 de dezembro de 1964. Publicado no *Diário da Assembleia* em 28 de janeiro de 1965, p. 60.

eram associações que “[...] visam preservar a democracia, aprimorando-a, com autêntico respeito aos direitos da pessoa humana e às liberdades públicas, sob a Doutrina Social da Igreja”. Ao final, Iris dizia saber do uso indiscriminado da violência nas prisões da ditadura, assim como entendia que o novo regime político não respeitava as garantias fundamentais dos presos políticos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho a dizer que, se, como cultora do Direito e com professora, lamento profundamente que haja ocasiões em que não são observadas as garantias fundamentais, se reconheço que os princípios e os objetivos da Revolução são excelsos, mas na sua aplicação prática apresentam as falhas da contingência humana⁴⁰³.

Mesmo assim, permaneceu apoiando o arbítrio que, segundo ela, visava eliminar o grande mal do país: a “subversão”

Enquanto o III Exército, em consonância com o governo do Estado e o da República, dentro de suas atribuições específicas, procurar o fim das desordens, da ameaça e da subversão, resguardando e garantindo a democracia cristã vigente, terá o apoio de todos os sul-rio-grandenses conscientes, e em especial, o da mulher gaúcha que represento!⁴⁰⁴

A atuação de Iris como deputada coincidiu com suas atividades realizadas na ADFG, no departamento cultural. Ela permaneceu no grupo até 1966, e esteve encarregada da realização de cursos, palestras e eventos sobre “formação cívica” e “democracia”⁴⁰⁵. O objetivo dessas atividades educativas era “esclarecer” a população em geral sobre o novo regime político instaurado, procurando levar a ideia de que este era benéfico ao país, pois o havia “salvo” dos comunistas que estavam prestes a tomar o governo de Goulart e a instaurar uma ditadura.

Não se sabe os motivos que levaram à saída de Iris da ADFG, mas percebe-se sua ausência nas reuniões da diretoria executiva e no conselho diretor a partir de 1967. Talvez o fato de participar de outras entidades semelhantes à ADFG, como a Associação das Senhoras Católicas, e almejar a construção de uma carreira sólida no judiciário, afinal foi uma das primeiras mulheres a se formar pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, tenha feito com que Iris não tivesse maiores interesses em permanecer na organização. Assim como Ecilda, Iris fez parte da Associação de Diplomadas Universitárias do Rio Grande do Sul (ADURGS), tendo presidido a entidade. Esse aspecto nos leva a entender que ela seguiu caminhos semelhantes aos de Ecilda, dedicando-se à sua carreira como advogada, tornando-se inclusive Procuradora Geral do Estado do Rio Grande do Sul⁴⁰⁶. Na realidade, pode-se notar pela documentação do Arquivo Particular de Ecilda Gomes Haensel, que o caminho parece ter sido o contrário, uma vez que o “Breve

⁴⁰³Anais da ALRS, 162ª sessão em 3 de dezembro de 1964. Publicado no *Diário da Assembleia* em 28 de janeiro de 1965, p. 60.

⁴⁰⁴*Ibid.*, p. 60.

⁴⁰⁵Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1. Porto Alegre, 29 mar. 1965, p. 63. (Ata nº 5). Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Ciclo de conferências da ADFG terá início amanhã”. *Diário de Notícias* (RS), 12 ago. 1965, p. 16.

⁴⁰⁶Arquivo Particular Ecilda Gomes Haensel. Breve “curriculum vitae” de Iris Potthoff Correa Lopes. Porto Alegre, 28 abr. 1982.

curriculum vitae”, que se encontra entre os documentos do arquivo, foi enviado por Iris à Ecilda com informações de outras mulheres a quem Iris forneceu ajuda para ingressar na área jurídica. Portanto, é muito provável que Iris tenha inspirado Ecilda nos estudos na área do Direito, pois era mais velha e já se encontrava advogando no momento em que Ecilda ingressou no curso de Direito. Além disso, é possível que ambas tenham circulado pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Porto Alegre em anos anteriores ao surgimento da ADFG, assim como em outros espaços da juventude católica.

Após a saída de Ilda D. Baumhardt da presidência da ADFG, assumiu a entidade Dora Silva Kessler, cuja trajetória sabemos pouco. As únicas informações de que dispomos a seu respeito são que ela era natural da cidade de Alegrete, que foi também aluna do Colégio Seigné e foi casada com o empresário Fernando Dexheimer Kessler, com quem teve dois filhos. Sabe-se também que Dora circulou por entidades assistenciais, filantrópicas e religiosas de Porto Alegre antes da ADFG, como a Cruzada do Pró-Patronato Lima Drumond, que em agosto de 1950 reuniu em um chá beneficente mulheres de várias entidades, dentre as quais a presidente da Cruz Vermelha Brasileira, Odyla Gay da Fonseca⁴⁰⁷; e a Associação Madre Augusta, órgão das ex-alunas do Colégio Seigné, da qual fazia parte⁴⁰⁸. É provável que a circulação de Dora por entre entidades assistenciais e caritativas, bem como pela associação de ex-alunas do Colégio Seigné, tenha a aproximado de antigas colegas e amigas de outros tempos quando da formação da ADFG. É possível que Dora, no entanto, figurasse, em parte, a imagem já conhecida acerca da maioria das mulheres que compuseram essas organizações cívicas: donas de casa devotas às atividades do lar e aos cuidados da família, que saíram às ruas em 1964 para impedir a dissolução do seu espaço privado. Diferentemente de Ilda, Ecilda e Iris, é de se imaginar que Dora não tenha seguido com os estudos após o término da escola, e logo tenha casado, tornando-se aquilo que se esperava da maioria das mulheres de seu extrato social: dona de casa, mãe e esposa.

Contudo, percebe-se que Dora e outras de suas companheiras entendiam a necessidade de manterem-se organizadas após a “Revolução”, em “vigilância” contra os comunistas, pois acreditavam que a ameaça ainda rondava o país. Portanto, seguiu no espaço público, em uma atividade política, ocupando a presidência da ADFG nos momentos de formação e consolidação do grupo como uma entidade de mulheres de direita que não só apoiava os governos da “Revolução”, como se dispunha a realizar as mais variadas ações para torná-lo legítimo socialmente.

⁴⁰⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada Pró-Patronato Lima Drumond”. *Jornal do Dia* (RS), 17 ago. 1950, p. 5.

⁴⁰⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Associação Madre Augusta”. *Jornal do Dia* (RS), 29 nov. 1956, p. 8.

Entre a realização de suas “tarefas” tidas como “naturais”, como os cuidados com a casa, com os filhos e com o marido, e as novas atividades que apareciam em seu horizonte, públicas e políticas relacionadas à ADFG, é provável que ela tenha contado com privilégios sociais e econômicos que lhe proporcionaram desenvolvê-las sem maiores desgastes. Além disso, é preciso dizer que, no contexto em que Dora presidiu a organização, entre 1964 e 1966, ambas as atividades — públicas e privadas — pareciam complementares, uma vez que, como já foi dito, havia a compreensão por parte desses grupos de que o espaço privado estava ameaçado e, portanto, caberia às mulheres fazerem a sua defesa ocupando ruas e praças das cidades brasileiras.

Após a presidência de Dora Silva Kessler, a ADFG passou por duas gestões, 1967-1968 e 1969 e 1970, na qual esteve à frente da diretoria executiva Sofia América Tannhauser Renner. Sofia nasceu em 19 de agosto de 1921, em Porto Alegre (Renner, 2010). Filha de Carlos Tannhauser e América Calderon Tannhauser, desde jovem estudou e frequentou os espaços da comunidade alemã de Porto Alegre, como o Colégio Farroupilha, uma escola privada “[...] formadora de uma elite étnica germânica da capital gaúcha” (Jacques, 2015, p. 24), assim como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

Sofia era casada com Herbert Bruno Renner, filho de Antônio Jacob Renner, industrial têxtil do Rio Grande do Sul. No casamento, tiveram dois filhos, provavelmente nos anos 1940. Não se sabe em que período, mas Sofia formou-se em Ciências Sociais pela PUCRS. Falava três línguas estrangeiras — alemão, inglês e francês; e também era formada em piano (Renner, 2010). Assim como outras sócias da ADFG, ela fazia parte da elite gaúcha, dispondo de recursos e tempo para se dedicar às atividades da organização. Além da diretoria executiva, Sofia atuou no conselho diretor e dirigiu os departamentos social e cultural da ADFG, onde coordenou o setor de bolsas de estudos e algumas das atividades assistenciais nas quais a ADFG esteve à frente. Permaneceu na ADFG durante todo o período da ditadura civil-militar, e, assim como muitas de suas amigas de sigla, manteve-se envolta nos ideais anticomunistas que formaram o grupo e fiel aos governos da “Revolução”. Durante o período em que dirigiu a organização, Sofia defendeu o envio de muitas das correspondências em gestos de apoio aos generais presidentes, assim como quando dos “aniversários da Revolução”. Mesmo após as inclinações da ADFG para a ecologia a partir da segunda metade da década de 1970, Sofia parecia alinhada a um grupo de mulheres dentro da ADFG que se mantinha atrelado aos antigos preceitos de outrora, isto é, ao anticomunismo, ao conservadorismo e às atividades assistenciais. Pode-se dizer que Sofia, como outras mulheres da ADFG, não entendia a “luta ecológica” como um desvirtuamento dos ideais do grupo, mas talvez como uma espécie de sobrevivência da ADFG. Além disso, como a “luta ecológica” não visava romper com a ditadura e/ou colocá-la abaixo, ela não causou

estranhamento ao grupo. Pelo contrário, defendemos neste trabalho que a luta em defesa do meio ambiente pela ADFG era resultado, em parte, de seus trabalhos sociais na periferia de Porto Alegre. Portanto, Sofia Renner não se sentia desconfortável e/ou inibida com a agenda “ecológica” do grupo, uma vez que a compreendia como extensão das atividades sociais que vinham sendo realizadas desde 1964. Após sua passagem pela presidência da diretoria, cabe notar a permanência de Sofia pelos departamentos de ação social e cultural, bem como na coordenação do programa de bolsas de estudos até a primeira metade dos anos 1980⁴⁰⁹.

Mesmo que não tenha ocupado a presidência da entidade, merece atenção nesta tese a trajetória de Giselda Escosteguy Castro, uma das sócias-fundadoras mais atuantes da ADFG nas duas fases aqui abordadas.

Giselda Escosteguy Castro nasceu em 6 de janeiro de 1923, na cidade de Santana do Livramento, região da Campanha, fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Era uma dos quatro filhos de Marina da Cunha Escosteguy e João Escosteguy, um próspero comerciante da região. Em razão de suas condições socioeconômicas, quando adolescente recebeu formação em casa, através de aulas particulares, com vistas a cumprir os exames exigidos pelo Colégio Marista Santanense, escola exclusivamente masculina⁴¹⁰. Na época, Santana do Livramento não contava com curso ginásial para mulheres, o que provavelmente fazia com que boa parte das meninas da elite local fosse estudar na capital, Porto Alegre, ou fizesse as provas exigidas pelo Colégio Marista para a obtenção do tão almejado certificado, como foi o caso de Giselda.

Em seu currículo *vitae*, disponível no CDMR, constam outras informações a respeito da formação de Giselda⁴¹¹. A primeira é que ela se formou em Piano pelo Conservatório Natho Henn, em Santana do Livramento, o que era bem comum às jovens meninas da elite local. Não se sabe a data, mas acredita-se que isso tenha acontecido na juventude, quando ainda ela realizava seus estudos em casa. Ainda em seu currículo *vitae*, pelo que se pôde apreender, após a conclusão do ginásial, Giselda transferiu-se para Porto Alegre, onde estudou Nutrição e Dietética no Departamento de Saúde, tornou-se proficiente em inglês e francês, e formou-se em Pedagogia pela PUCRS. Não constam as datas acerca do período em que ela esteve envolvida com os estudos de línguas estrangeiras e com sua formação superior em Pedagogia, mas pode-se imaginar que isso tenha ocorrido entre o final dos anos 1930 e início dos anos 1940, quando Giselda tinha entre 18 e 20 anos de idade. Chama a atenção que parte da formação de Giselda como, por exemplo, a proficiência em inglês tenha acontecido no Rio de Janeiro. Não se sabe as

⁴⁰⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 5 da Diretoria Executiva (Assembleia Geral Ordinária). Porto Alegre, 22 mar. 1982, p. 20-21. (Ata nº 420).

⁴¹⁰Disponível: http://celpcyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=1372:giselda-escosteguy-castro&catid=95:artigos. Acesso em: 21 fev. 2022.

⁴¹¹Centro de Documentação Magda Renner. Curriculum Vitae de Giselda Castro. Porto Alegre, 1976.

circunstâncias, mas tudo nos leva a entender que ela permaneceu no Rio de Janeiro nos anos 1940, inclusive quando trabalhou, entre 1948 e 1949, na Imperial Chemical Industries e DuPont (ICI/DuPont), conglomerado da indústria química britânica e norte-americana. Na mesma época, consta que Giselda também trabalhou na Sandoz S.A., multinacional do ramo farmacêutico que atuava no Brasil desde 1941⁴¹².

Não se sabe como e por quais razões, mas Giselda voltou para Porto Alegre, onde se casou em 1952 com o médico Ernesto Llopart Castro, com quem teve três filhos. Na capital gaúcha, ela atuou como professora particular de inglês, francês e português, e como professora da Aliança Francesa entre 1962 e 1964. Ainda nos anos 1960, Giselda ingressou como voluntária na Associação Beneficente Lar de São José, entidade de caráter filantrópico, criada em 1953, cujo objetivo era dar abrigo a meninas adolescentes grávidas e abandonadas por suas famílias⁴¹³. No lar São José, Giselda atuou desde 1962 até 1980, presidindo e secretariando a entidade. É provável que tais atividades no Lar de São José tenham fornecido a Giselda experiência em espaços assistenciais e caritativo-filantrópicos, que por sua vez, foi fundamental nas ações da ADFG nos Clubes de Mães. Nesses espaços, por exemplo, tais ações estiveram a partir da segunda metade dos anos 1970 atreladas, dentre outros aspectos, à defesa de programas de planejamento familiar, cuja principal liderança a fazer a defesa do uso de anticoncepcionais foi Giselda.

Nesse campo de possibilidades, restam algumas dúvidas em relação à atuação política de Giselda E. Castro antes da formação da ADFG. Pode-se conjecturar que sua trajetória no Lar de São José tenha sido importante no estabelecimento de contatos com outras filantropas, que, da mesma forma que ela, estavam dispostas a lutar contra a “comunização” do país. Nesse sentido, percebe-se que em 1962, ano em que Giselda ingressou na entidade, consta como diretora da entidade Heloísa Rheingantz Becker, uma das fundadoras da ADFG⁴¹⁴. Heloísa fazia parte da alta sociedade porto-alegrense que desde os anos 1950, participava de associações filantrópicas e assistenciais, como o Instituto de Proteção e Assistência e Proteção à Infância, e o Centro Social Frederico Ozanan. Esse percurso, por sua vez, nos ajuda a compreender porque Heloísa coordenou o departamento de ação social da ADFG entre 1964 e 1968. Sua forte atuação nessas entidades pode ser vista nas homenagens prestadas a ela, após sua morte prematura, em julho de 1969. De toda forma, o contato entre Giselda e Heloísa a partir de 1962 deve ter contribuído para que ambas integrassem a ADFG em 1964, motivadas por ideais anticomunistas e elitistas que tomavam as mentes desses segmentos.

⁴¹²Centro de Documentação Magda Renner. Curriculum Vitae de Giselda Castro. Porto Alegre, 1976.

⁴¹³Disponível em: <https://lardsaojosepoa.com.br/historico/>. Acesso em: 23 set. 2022.

⁴¹⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Lar São José”. *Jornal do Dia* (RS), 8 abr. 1962, p. 13.

Em 1964, quando a ADFG estava sendo formada, Giselda tinha 41 anos, era uma mulher casada e com filhos. Entre 1964 e 1985, ela fez parte de quase todas as diretorias da ADFG, ocupando espaços como secretária da entidade entre 1964 e 1968, e entre 1971 e 1972; e vice-presidente entre 1977 e 1986. Quando não esteve na diretoria executiva, Giselda fez parte do conselho diretor. Em 22 de maio de 1964, Giselda Castro organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade de Porto Alegre e representou a ADFG na comitiva que recebeu Castelo Branco no mesmo dia. Era enfática nas suas declarações em defesa da “Revolução” e do regime que havia se estabelecido a partir de 1964, sempre envolta do imaginário anticomunista. Nos livros de atas da ADFG percebe-se que, entre 1964 e 1975, Giselda envolveu-se em muitas atividades — como palestras, cursos e seminários, nos quais discursava sobre civismo em Clubes de Mães e escolas⁴¹⁵. Em 1971, ela chegou a participar de um curso voltado “[...] para a orientação de professores de moral e civismo, promovido pela PUCRS, para professores de grau médio e superior”⁴¹⁶, o que provavelmente fez com que a ADFG integrasse o Centro Superior de Civismo da PUCRS a partir de 1971.

Contudo, assim como esteve voltada para as atividades de civismo, na tentativa de tornar o regime ditatorial legítimo, Giselda prestou atividades assistenciais, cujas experiências lhe proporcionaram ampliar seu campo de atuação para além das ações tidas como “patrióticas”. O oferecimento de cursos profissionalizantes, a realização de palestras e a ação em conjunto com as periferias da cidade possibilitou à Giselda, assim como a muitas mulheres da ADFG, ampliar sua agenda política, ou seja, seu campo de atuação, sem romper necessariamente com a ditadura que ela e outras associadas da ADFG haviam ajudado a construir. Digo isso, pois Giselda foi uma das associadas da ADFG que mais se envolveu com a pauta “ecológica”, em plena ditadura, entrando em discussões que questionavam o poder das grandes corporações e alguns dos projetos do regime civil-militar. Todavia, tais protestos nunca chegaram a pôr em questão a natureza do próprio regime autoritário, cuja política foi nefasta ao meio ambiente. Dessa forma, é preciso entender que o comportamento de Giselda, assim como o da ADFG, expressava-se, a depender do período, por meio da acomodação, ou seja, não se constituía em adesão, fosse ela incontestada ou não, e nem em resistência e/ou outra forma de recusa à ditadura.

Dentre as fundadoras e sócias da ADFG, Magda Elisabeth Nygaard Renner foi a que mais se notabilizou. Reconhecida por muitos ambientalistas pela “luta ecológica” que desencadeou no Rio Grande do Sul, ao lado de José Lutzenberger, em um contexto no qual

⁴¹⁵Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 8 set. 1969, p. 16. (Ata nº 37).

⁴¹⁶Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, mar. 1971, p. 72. (Ata nº 88).

poucos foram os que se pronunciaram, Magda, a partir da segunda metade dos anos 1970, mergulhou nas discussões e debates em torno da defesa do meio ambiente. Porém, como já foi dito no início deste capítulo, a ecologia nem sempre foi a pauta da ADFG.

Magda Renner nasceu em 1926, na cidade de Porto Alegre. Era a terceira dos quatro filhos do casal Cristian Carl Nygaard e Irma Dorken, dois brasileiros cujos antepassados eram alemães que imigraram para o Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX. Sabe-se que o pai de Magda, Cristian Nygaard, teve uma cordoaria e uma fábrica de azulejos, atuando na indústria e no comércio, como muitos descendentes de alemães que se estabeleciam em Porto Alegre no início do século XX. É preciso destacar que muitos desses homens também se organizavam por meio de clubes e associações culturais e comerciais que partilhavam do *ethos* germânico (Gertz, 2022). Não é à toa que parte dos negócios de Cristian foi comprada por Antônio Jacob Renner, um dos maiores industriais do Rio Grande do Sul, e integrante dessa “comunidade” de prósperos alemães. De acordo com René E. Gertz (2022, p. 124), durante o processo de industrialização:

[...] estiveram envolvidos empreendedores de diferentes origens étnicas, mas não há dúvida de que a presença de “alemães” foi marcante. E assim continuou durante os anos “áureos” de que estamos tratando. Basta lembrar algumas das empresas que até hoje fazem parte da memória local: Berta, Bins, Brutschke, Christoffel, Gerdau, Gertum, Mentz, Neugebauer, Renner, Tannhauser, Teichmann, Wallig, cervejarias Becker, Bopp, Ritter.

Em relação à infância, Magda estudou no Colégio Farroupilha, espaço que também reforçava a cultura e a língua alemã, tão presente na Porto Alegre da primeira metade do século XX, e frequentou, assim como o restante de sua família, a Igreja Luterana. É provável que nesses dois locais — escola e igreja — ela tenha convivido com muitas das futuras sócias da ADFG, cujas experiências anteriores ao surgimento do grupo tenham contribuído para a permanência de um considerável número de mulheres de origem alemã e luterana na entidade.

Não se sabe ao certo, mas acredita-se que Magda concluiu seus estudos no Colégio Farroupilha no início dos anos 1940, e posteriormente ingressou como aluna do curso de Letras e Línguas Anglos Germânicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Acredita-se que entre o término da escola e o ingresso na universidade, ela conheceu o filho do industrial Antônio Jacob Renner, Otto Rudi Renner, com quem se casou em 1947 e com quem, posteriormente teve quatro filhos. Embora tenha tido formação superior em química na Alemanha, Otto permaneceu ao longo de sua vida administrando os negócios que haviam sido construídos pelo pai. Pode-se imaginar que o patrimônio dos Renner permitiu a Otto, assim como a seus irmãos, usufruir de privilégios econômicos e sociais bastante restritos às elites da época.

Conforme descreveu sua irmã, Verena Nygaard, até dos anos 1970, Magda Renner

[...] era uma dona de casa, mãe de família, totalmente voltada para o lar. Ela adorava andar a cavalo. Então, eles [a família Renner] tinham... eu me lembro quando eu era criança...eles tinham cavalos, que agora é.... no Country Club. Na época que o Country Club tinha montaria, equitação. A Magda saltava no Country Clube⁴¹⁷.

Voltada para as atividades do espaço privado e para as atividades de lazer, típicas dos segmentos altos da sociedade, Magda, antes de ingressar na ADFG, não estivera presente nas colunas sociais da imprensa que discorriam sobre as ações de entidades assistenciais e filantrópicas. Tudo nos leva a acreditar que esse aspecto teve início quando ela assumiu o departamento de ação social, a partir de 1967.

Embora Magda tenha feito parte da diretoria somente a partir de 1967, tudo indica que ela já integrava a organização desde 1964, visto que fez parte da comissão de mulheres da ADFG que recepcionou o general Castelo Branco em Porto Alegre, logo após o golpe, e que, segundo Verena Nygaard, atuou na campanha “Ouro para o bem do Brasil”, também em 1964⁴¹⁸. Nos documentos da instituição, no entanto, Magda aparece nas reuniões da diretoria somente a partir de 1965, quando estava sendo discutida a participação da ADFG na campanha pela Estabilização de Preços, mobilização que reuniu diversos dos grupos cívicos⁴¹⁹. Sobre o que levou Magda Renner a ingressar na ADFG, a única informação de que dispomos é a de Verena Nygaard, que, por sua vez afirmou que Magda entrou na ADFG por meio de sua cunhada, Sofia Renner, que já participava do grupo⁴²⁰.

Magda, como já foi dito, teve um longo percurso no grupo. Ela esteve presente em quase todas as diretorias executivas, com exceção da primeira e da quinta diretoria, entre 1973 e 1974. Nesse último, ela integrava o conselho diretor, fazendo-se presente em uma série de reuniões da organização. Entre 1967 e 1972, Magda coordenou o departamento de ação social da ADFG, momento no qual a entidade voltou-se de modo mais intenso para as atividades assistenciais na periferia da cidade. Pelas descrições dos livros de atas da ADFG, consta que a entidade focava cada vez mais em atividades de “formação profissional” e “conscientização sobre problemas nacionais” de mulheres pobres, provavelmente não escolarizadas, na intenção de torná-las independentes. É interessante observar e questionar até que ponto essa intenção de fato era representativa dos reais interesses das associadas do grupo, uma vez que não era impossível naquele contexto associar o aumento das desigualdades sociais no país ao regime político

⁴¹⁷Entrevista de Verena Nygaard concedida ao autor em 24 de junho de 2021.

⁴¹⁸*Ibid.* Sobre a campanha “Ouro para o bem do Brasil”, ver: SCHMITT, Ederson Ricardo. *O resgate tem seu preço no quilate: as conexões cívico-militares na campanha “Ouro para o bem do Brasil” de 1964*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

⁴¹⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 23 jun. 1965, p. 24. (Ata nº 7).

⁴²⁰Entrevista de Verena Nygaard concedida ao autor em 24 de junho de 2021.

instaurado, a ditadura. De qualquer maneira, é preciso considerar que os trabalhos desenvolvidos pelo grupo no momento em que Magda coordenava o departamento de ação social cada vez mais ampliavam o raio de atuação da ADFG, intensificando os trabalhos nos Clubes de Mães, criando programas voltados aos alunos carentes, como as bolsas de estudos, e estabelecendo parcerias com entidades congêneres no campo filantrópico e assistencial.

Magda foi presidente da organização entre 1975 e 1985, período examinado na presente tese. Durante esse tempo, ela e Giselda Castro direcionaram as discussões do grupo para uma agenda marcada pela “luta ecológica”, o que fez com que a entidade passasse por transformações significativas. De acordo com os relatos de Giselda e Magda, em 2001, tais mudanças ocorreram em razão das condições apresentadas por Magda ao assumir a presidência da ADFG em 1975. Magda Renner lembrou que “ao assumir a presidência, [condicionou] que [dirigissem] os trabalhos sob o enfoque ecológico [...]” (Bones; Hasse, 2002, p. 87). Evidentemente, a ecologia não fora a única atividade a ser desempenhada pela ADFG a partir de 1975, afinal o grupo havia se notabilizado entre as associações assistenciais e filantrópicas desde sua fundação em 1964, sendo, portanto, desnecessário desfazer-se de organismos e trabalhos que tinham, em certa medida, sido exitosos ao grupo. O que Magda Renner conseguiu a partir de 1975 foi reorientar a ADFG para uma interlocução “ecológica”, sem, contudo, romper com suas antigas companheiras e com o regime autoritário. Assim como Giselda, Magda nunca fez parte das oposições ao regime civil-militar. Mesmo que tenha tecido algum tipo de crítica à ditadura, sobretudo quando ela já parecia corroída, esta nunca era endereçada diretamente ao regime autoritário e seus aspectos mais nefastos, como as cassações de mandatos, as prisões, as torturas, os desaparecimentos e as mortes. Nesse sentido, Magda conduziu a ADFG por meio de um comportamento conciliador, marcado por acomodações, no qual fazia parte o apoio que a ADFG havia conferido ao regime desde 1964 e a “luta ecológica” que, em algum momento, contrastava com as políticas da ditadura em relação ao meio ambiente. Esses aspectos ficam mais evidentes no cotidiano da ADFG, quando, em uma única reunião, ao mesmo tempo que era endereçado aos militares congratulações pelos aniversários do 31 de março, era mencionado algum tipo de ação envolvendo a luta pelo meio ambiente.

As trajetórias das mulheres da ADFG, como se pode notar, demonstram as dificuldades em se homogeneizar organizações, partidos e entidades que aglutinaram um número expressivo de sujeitos. Mesmo que haja certo “perfil” de sócia — mulher branca, oriunda de extratos medianos e altos da sociedade, casada com empresário e/ou profissional liberal, católica e/ou luterana, mãe e atuante em entidades assistenciais —, cabe destacar que o conhecimento de suas trajetórias nos ajuda a pensar a complexidade de uma organização como a ADFG.

Evidentemente, houve associadas que seguiram o que era comum às mulheres de classe média e alta da sociedade brasileira entre os anos 1930 e 1960: casaram-se, tiveram filhos, dedicaram-se ao lar, e em outros momentos de sua rotina às atividades filantrópicas. Em contrapartida, houve aquelas que, de certa forma, seguiram outros percursos, tornando-se profissionais em suas respectivas áreas e atuando na esfera pública.

3.4. Colaboradores e financiadores

A ADFG contou como apoio de sujeitos que incentivaram suas atividades entre 1964 e 1985: os colaboradores e os financiadores. Os colaboradores foram aqueles que incentivaram a formação do grupo e estiveram ao lado da ADFG na realização de muitas de suas ações, sem, no entanto, aportar recursos financeiros para a manutenção da entidade. Entre eles, há um amplo e variado conjunto de pessoas, uma vez que a ADFG se transformou significativamente ao longo desses vinte e um anos de existência. Pode-se incluir nesse conjunto de incentivadores, religiosos, profissionais liberais, políticos, militares, empresários e ativistas ambientais que, de modo geral, estiveram presentes em reuniões e atividades da organização, e/ou fizeram gestos de apoio à formação e às ações da ADFG. Já os financiadores, por sua vez, foram aqueles que incentivaram a entidade por meio de recursos financeiros ao longo do tempo, uma vez que percebiam a ADFG como uma aliada que realizava um importante papel político e social entre as camadas populares de Porto Alegre. Esse último conjunto de incentivadores restringia-se principalmente aos empresários gaúchos, cujas contribuições financiaram muitos dos programas sociais da entidade ao longo da ditadura civil-militar⁴²¹.

Os incentivadores eram, em sua grande maioria, homens próximos da ADFG, alguns dos quais familiares das associadas, como é o caso de industriais e empresários que tiveram suas esposas como fundadoras e integrantes dos quadros diretivos da organização. Contudo, é necessário considerar que as aproximações entre as mulheres da ADFG e alguns dos incentivadores se desenvolveram por meio de outros aspectos, tais como: 1) as afinidades políticas e ideológicas conservadoras e de direita que, a depender da época, se intensificaram, como é o caso dos primeiros anos após o golpe de 1964; 2) as aproximações provenientes de relações anteriores, marcadas pelos espaços de sociabilidade das elites gaúchas, tais como as escolas, as igrejas, os clubes e as associações de classe; e 3) o alargamento da agenda da ADFG, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970, por meio da “luta ecológica”. Esse aspecto resultou no consequente ingresso de outros colaboradores ao grupo — homens e mulheres —, cujas

⁴²¹Para uma lista de empresas e empresários que contribuíram financeiramente com a ADFG, ver o Apêndice D.

trajetórias e perspectivas políticas, em certa medida, diferenciavam-se das mulheres que haviam fundado a ADFG e que ainda permaneciam na direção da entidade.

Desde antes de sua fundação, a ADFG contou com o apoio de importantes colaboradores. Como já foi dito anteriormente, quando ainda se cogitava a criação de uma entidade feminina que aglutinaria mulheres gaúchas contra a “comunização” do país, elas puderam contar com o apoio de integrantes dos segmentos católicos, como o Irmão José Otão, reitor da PUCRS, que dispôs de alguns dos espaços da universidade para que o grupo articulasse suas primeiras reuniões e aparições públicas, e o arcebispo Dom Vicente Scherer, que incentivava a formação de um grupo feminino no Rio Grande do Sul semelhante aos de outros estados. Ainda na PUCRS, segundo Ecilda Gomes Haensel, as mulheres contaram com o apoio de uma parte dos professores da universidade, alguns dos quais tiveram suas esposas como sócias da ADFG, como é o caso do engenheiro Ernani Mazza Wetternick, casado com a sócio-fundadora Myrian Lacerda Wetternick.

Depois de sua fundação, chama-nos a atenção a presença de homens não apenas em reuniões esporádicas, mas na composição de seus conselhos. Não que isso seja uma particularidade da entidade gaúcha, haja vista que esse mesmo aspecto pode ser notado na composição da CAMDE e da UCF (Simões, 1985; Cordeiro, 2009). Todavia, é importante mencionar a presença de figuras públicas na composição do conselho fiscal da ADFG em 1964⁴²², como: o advogado Paulo do Couto e Silva⁴²³, que colaborou nas discussões sobre a elaboração do estatuto; e na presença de empresários, como Hugo Herrmann Filho, um dos diretores da Renner Herrmann S.A., conhecida indústria de tintas e óleos no Rio Grande do Sul, e presidente do Porto Alegre Country Club nos anos 1960⁴²⁴; Flávio da Cunha Silva, diretor da Cia. Intersul de Investimentos, e casado com a sócio-fundadora Sylvia Cuervo Silva⁴²⁵; e Fernando Dexheimer Kessler, casado com Dora Silva Kessler, igualmente sócio-fundadora e uma das primeiras presidentes da ADFG.

Outras figuras masculinas também estiveram presentes em algumas das reuniões da ADFG e/ou foram convidadas a fazer parte do conselho consultivo da entidade, como o industrial Werner Wallig, cuja esposa, Gerty Wallig, fez parte de algumas das diretorias da ADFG,

⁴²²Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 14 mar. 1964, p. 3. (Ata nº 1).

⁴²³Paulo do Couto e Silva pertencia a uma família de renomados advogados no Rio Grande do Sul. Era filho de Waldemar do Couto e Silva, e irmão de Almiro do Couto e Silva e Clóvis do Couto e Silva.

⁴²⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “7 dias em sociedade. Destacando”. *Diário de Notícias* (RS), 3 dez. 1961, p. 3; Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Renner Herrmann S/A Indústria de Tintas e Óleos”. *Jornal do Dia* (RS), 4 ago. 1964, p. 11.

⁴²⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Companhia Intersul de Crédito Financiamento e Investimento”. *Jornal do Dia* (RS), 30 out. 1960, p. 10.

e o empresário e líder ipesiano Fábio Araújo Santos, sócio-fundador do IPESUL⁴²⁶. Fábio havia se notabilizado pela atuação em associações empresariais, como a presidência da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA)⁴²⁷, a presidência da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL)⁴²⁸, bem como a direção da J.H. Santos, empresa criada pelo seu pai, José Honorato Santos (Moraes, 2012, p. 46). A presença do ipesiano na ADFG se dava pela provável ajuda financeira do IPESUL ao grupo e pela presença de sua esposa, Wilma de Resende Araújo Santos entre as fundadoras e associadas da ADFG.

Da mesma forma que Fábio Araújo Santos, esteve presente em reuniões da ADFG o sócio-fundador e primeiro presidente do IPESUL, Álvaro Coelho Borges, cuja esposa, Gelsa Blessmann Coelho Borges, também fazia parte da ADFG. Assim como Fábio, Álvaro presidiu a ACPA e a FEDERASUL. Além disso, fez parte e dirigiu empresas, como a Moinhos Rio-grandenses S.A., a Bunge & Born, a Fundação Minuano S.A., a José Berta S.A. Export. e Import., e a Comercial Técnica Export. e Import (Moraes, 2012, p. 45). Coelho Borges esteve presente nas reuniões da ADFG nos meses seguintes ao golpe de 1964, momento em que a entidade buscava se afirmar como um grupo em apoio à “Revolução” e também procurava incentivos financeiros para a realização de suas atividades. Em uma reunião da diretoria executiva, realizada em 15 de junho de 1964, Álvaro Coelho Borges pediu explicações às mulheres da ADFG sobre as publicações assinadas pelo grupo que apareciam nos jornais, sugerindo que as mesmas tivessem uma linguagem mais simples, “[...] mais acessível ao povo [...], explicando o porquê da Revolução e das medidas que [estavam] sendo tomadas para sanar a economia nacional”⁴²⁹. O líder ipesiano referia-se à divulgação de ações da ADFG, provavelmente sem o tom de adesão almejado. Para tanto, na ocasião Álvaro sugeriu um maior envolvimento das mulheres da ADFG com atividades cívicas, como a Semana da Pátria, e em campanhas sobre o que ele denominou de “valor do voto”, uma vez que havia uma preocupação desses segmentos com as futuras eleições estaduais e municipais. Em resposta, Iris Potthoff Correa Lopes afirmou, sobre a Semana da Pátria, que a ADFG planejava uma campanha ampla em três níveis: “inferior, médio e superior”. Sem especificá-los, acredita-se que Iris se referia à escolaridade do público-alvo a quem a ADFG destinaria suas palestras e cursos. No que dizia respeito às questões das eleições e do “voto”, ela mencionou que a ADFG desenvolveria cursos sobre democracia e civismo nos mais diferentes

⁴²⁶Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 24 abr. 1964, p. 14 (Ata nº 2).

⁴²⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Associação Comercial de Porto Alegre. Edital de Convocação”. *Diário de Notícias* (RS), 21 jul. 1964, p. 3.

⁴²⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Vitoriosa a idéia da criação dos conselhos de comunidades”. *Jornal do Dia* (RS), 23 mar. 1963, p. 8.

⁴²⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 15 jun. 1964, p. 15. (Ata nº 3).

espaços com a finalidade de “esclarecer” o maior número de pessoas sobre a “Revolução” e sua importância no fortalecimento da democracia.

É interessante observar que a fala de Álvaro Coelho Borges era muito condizente com sua trajetória nas entidades de classe, como a FEDERASUL, bem como com seu papel na criação do IPESUL (Moraes, 2012, p. 45). Nesse sentido, é possível que Álvaro tenha visto a ADFG como uma importante aliada do IPESUL na construção de legitimidade da ditadura recém-instalada no país. Segundo ele, era preciso criar bases de apoio nos diferentes segmentos sociais, “esclarecendo” a população acerca das políticas econômicas que a ditadura vinha operando, mesmo que esta estivesse sacrificando os trabalhadores, afinal ela visava “sanar a economia”⁴³⁰.

Ainda sobre o IPESUL, cabe mencionar a presença de Antônio Jacob Renner dentre seus sócios-fundadores (Moraes, 2012, p. 42). Mesmo que ele não tenha participado das reuniões da ADFG e/ou que não conste seu nome nos documentos acerca dos colaboradores e financiadores da organização, é importante verificar, como já foi dito, que duas de suas noras, Sofia e Magda, fizeram parte da entidade ao longo de mais de três décadas. Portanto, acredita-se que A. J. Renner tenha sido um dos incentivadores da formação do grupo, afinal, entre os anos 1930 e 1960, ele teve participação ativa na vida política do Rio Grande do Sul ao lado de políticos e organismos de direita⁴³¹.

Ao se observar a relação entre o IPESUL e a ADFG, deve-se levar em conta, em primeiro lugar, que esse tipo de aliança não era uma exclusividade da ADFG, uma vez que se sabe da presença de ipesianos nas atividades de outras organizações cívicas femininas, como é o caso da CAMDE, da UCF e da LIMDE (Dreifuss, 1981; Simões, 1985; Starling, 1986; Cordeiro, 2009). A questão a ser discutida ainda, no entanto, é qual foi a influência exercida por estes homens em entidades cuja composição era de mulheres. É importante perceber que a proximidade entre os ipesianos e as gaúchas da ADFG também demonstra como as direitas gaúchas estavam organizadas em uma ampla rede política com vistas a desgastar o governo João Goulart. Mesmo que a ADFG tenha se apresentado publicamente apenas nas vésperas do golpe

⁴³⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3. Porto Alegre, 15 jun. 1964, p. 15.

⁴³¹As declarações de A. J. R. Renner na imprensa são sintomáticas sobre suas posições socioeconômica, pertencente a elite gaúcha, e política, em defesa da deposição de Goulart. Em 29 de março de 1964, o jornal *A Hora* apresentava partes das falas de A. J. Renner em meio ao segmento empresarial. Segundo consta, Renner dizia que “[...] [chegavam] informações de que os comunistas [acertavam] um plano para dominar os sindicatos brasileiros. A articulação se processaria de cima para baixo. [Pretendiam] criar no Rio de Janeiro um organismo de cúpula denominado Central Sindical. Nos estados surgiriam centrais regionais filiadas e orientadas pela central Nacional (...)”. Seguindo, A. J. Renner afirmava que “como não [eram] tolos [tratavam] de disfarçar habilmente as suas intenções. [Apareciam] então a público agitando bandeiras simpáticas ao operariado, como: o reajustamento do salário, o direito de greve, e outras”. Material avulso. *A Hora*, 29 mar. 1958.

de 1964, sua finalidade também consistia em se apresentar como mais um organismo entre aqueles que visavam livrar o país do “comunismo”.

A presença desses colaboradores em reuniões e na composição dos conselhos da ADFG deu-se no início da trajetória da agremiação, mais precisamente até o final de 1964. Não há menção na documentação da ADFG acerca dos motivos pelos quais eles tenham se retirado dos quadros da entidade. É certo, porém, afirmar que não houve nenhum rompimento entre esses segmentos e as mulheres da ADFG, até porque muitos deles permaneceram como colaboradores e/ou financiadores das ações assistenciais da organização. Talvez o fato de a entidade ter adquirido um expressivo número de associadas, com contribuições regulares, tenha feito com que elas percebessem a necessidade de dar continuidade às suas ações sem a presença masculina em seus quadros. Por outro lado, se a ADFG prosseguiu com a ajuda financeira de empresários, talvez outra razão para o desaparecimento desses homens do conselho consultivo seja porque eles entenderam que o grupo estava sendo bem conduzido, e que a “Revolução”, agora concretizada, requeria apoio social.

Três outros segmentos estiveram presentes nas atividades da ADFG ao longo da ditadura civil-militar como colaboradores: os militares, os políticos e os ambientalistas. Em relação aos militares, sua presença foi constante desde o surgimento do grupo, uma vez que a ADFG surgiu como mais uma organização a compor a conspiração que desembocou no golpe de 1964. Desse modo, percebe-se ao longo de quase toda a ditadura a cooperação dos militares com as atividades da ADFG. Nas primeiras reuniões da entidade, notava-se a presença de militares, como foi o caso do coronel João Bina Machado⁴³², subcomandante da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME)⁴³³, e do capitão Luiz Augusto Sommer de Azambuja, militar que havia ingressado nas fileiras do Partido Democrata Cristão (PDC) e eleito como vereador em Porto Alegre nas eleições de 1963. Os militares, por sua vez, não foram simples incentivadores na formação da organização. Entre 1960 e 1970, eles passaram a colaborar com muitas das atividades da ADFG, como cursos, seminários, palestras e demais eventos cívicos que mobilizavam outros segmentos com propósitos de tornar a ditadura civil-militar legítima. Um desses militares foi o major Pedro Américo Leal, que consta entre os palestrantes de cursos sobre “democracia” e “liderança” oferecidos pela ADFG, sobretudo ao longo dos seus dez primeiros anos⁴³⁴. A proximidade de Pedro Américo com a ADFG igualmente se devia ao fato de que sua

⁴³²Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-bina-machado>. Acesso em: 12 maio 2022.

⁴³³Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 15 jun. 1964, p. 15. (Ata nº 3).

⁴³⁴Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 18 dez. 1967, p. 76. (Ata nº 13).

esposa, Carmen Ibanez Leal, constar entre as mulheres que assinaram o manifesto em apoio às declarações do arcebispo Scherer no início de 1964⁴³⁵, além de ter similares afinidades políticas à direita. Pedro Américo foi eleito deputado estadual pela ARENA em 1974 e 1978, tornando-se um dos defensores incontestes da ditadura e das medidas autoritárias, como as cassações de mandatos e as prisões arbitrárias.

Dentre os políticos que colaboraram com a ADFG, destacam-se os de orientação ideológica direitista, como os deputados estaduais arenistas José Hugo Mardini, Pedro Affonso Anschau, Oscar Westendorff e Dercy Furtado; e os secretários de Estado, como Germano Bonow. A ADFG contou com o apoio de todos os governadores do Rio Grande do Sul do período da ditadura civil-militar, muitas vezes por meio das primeiras-damas do Estado, como foi o caso de Stella Aloise Barcellos, Neda Ungaretti Triches, Ecléa Fernandes Guazzelli e Miriam Gonçalves de Souza. As primeiras-damas atuaram em conjunto com a ADFG em diferentes programas sociais e educacionais voltados para a população pobre de Porto Alegre. Em relação a esse tipo de apoio, é preciso levar em consideração dois aspectos: o primeiro refere-se a quanto o discurso da ADFG era retórico, ao procurar se afirmar como uma agremiação apolítica e apartidária, o que não condiz com as composições e as escolhas políticas. Por exemplo, em 13 de novembro de 1966, na véspera das eleições para as assembleias legislativas estaduais, câmara e senado federal, em uma publicação no jornal *Correio do Povo* (RS), voltada à “mulher gaúcha”, a ADFG solicitou votos para a ARENA⁴³⁶. Segundo consta, como vitoriosas em 1964, cabia às mulheres continuar em luta “para que os ideais democráticos [reconstruíssem] o Brasil”. E seguia com o pedido às mulheres gaúchas:

A PEDIDO

MULHER GAÚCHA

Tu, que também ganhaste a Revolução de 31 de março, continua lutando para que os ideais democráticos reconstruam o Brasil.

Escolhe para Deputados e Senadores, homens que:

- por idoneidade e

- por sua competência

Defendam os verdadeiros interesses do povo.

ACÇÃO DEMOCRÁTICA FEMININA GAÚCHA⁴³⁷ [grifos meus].

O segundo aspecto diz respeito à facilidade com que a ADFG chegava nesse segmento, o que pode ser explicado pelo fato de pertencerem às camadas altas da sociedade e pelo próprio histórico da entidade, que, com o passar dos anos, ganhava maior respeitabilidade na esfera política pelas ações assistenciais e pela “luta ecológica”.

⁴³⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “‘Estamos atentas à crise’, dizem mulheres gaúchas a Dom Vicente Scherer”. *Diário de Notícias* (RS), 4 fev. 1964, p. 7.

⁴³⁶Arquivo Particular Renée Zanenga. A pedido da ADFG. *Correio do Povo* (RS), 13 nov. 1966, p. 11.

⁴³⁷*Ibid.*, p. 11.

A partir da segunda metade dos anos 1970, com a ADFG inclinada para a defesa do meio ambiente, houve um aumento considerável de colaboradores ligados à “luta ecológica”. Dentre esses, destacam-se lideranças de outras entidades, como é o caso do engenheiro agrônomo José Lutzenberger, fundador da AGAPAN e aliado da ADFG na realização de encontros e palestras, bem como nos embates em defesa das causas ambientais; de Augusto César Cunha Carneiro, fundador da AGAPAN e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB); do advogado Caio Lustosa, fundador da AGAPAN e da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI); e do químico e perito criminalístico Flávio Lewgoy, integrante da AGAPAN. É preciso destacar que a ADFG e as entidades citadas realizaram um trabalho em conjunto, cooperando nas mais diferentes iniciativas que tinham como objetivo a denominada “luta ecológica”. Além disso, esses contatos permitiram às mulheres da ADFG não apenas contar com o apoio de entidades e sujeitos com históricos diferentes do seu, mas também refletir acerca de suas ações.

Desde abril de 1964, depreende-se, por meio dos livros de caixa a permanência de contribuições significativas em dinheiro das associadas, o que explica, em parte, a maneira pela qual a entidade arcava com suas despesas diárias e realizava suas primeiras iniciativas assistenciais. No entanto, durante as décadas de 1960 e 1970, são raros os nomes das sócias que aparecem nos livros de caixa, havendo apenas os valores totais de suas contribuições realizadas, o que dificulta, conseqüentemente, saber se havia pagamentos de mensalidades, ou se as contribuições aconteciam esporadicamente. De todo modo, pela quantidade de depósitos, acredita-se que as contribuições foram realizadas por diferentes mulheres que passaram pela ADFG, para além da diretoria executiva e do conselho diretor, e que tais somas em dinheiro foram essenciais para a permanência da organização durante o período que examinamos.

Todavia, para a realização de muitas de suas ações a ADFG contou com significativas doações em dinheiro por parte de financiadores, cujos nomes aparecem eventualmente nos livros-caixa. Tudo nos leva a acreditar que os cheques depositados, contendo o respectivo número ao lado, eram de empresas e/ou de empresários, uma vez que as contribuições das associadas eram descritas de forma clara, “recebido de sócias contribuintes”, o que indica, portanto, que as demais contribuições eram de pessoas externas à ADFG, provavelmente de não sócios. A presença de empresários nas listas de contribuintes ocorria por três motivos: o primeiro, porque eles acreditavam que a ADFG desempenhava um importante papel político e social, sobretudo entre as camadas populares da sociedade, seja ao “esclarecê-las” a respeito da “Revolução”, seja no trabalho caritativo por meio de auxílios educacionais. O segundo motivo, dava-se pela proximidade familiar entre as mulheres da ADFG e os empresários — esposas, filhas, irmãs, etc.—, o que certamente ajudava na arrecadação das contribuições. A terceira razão

que nos leva a entender a ajuda financeira de empresários à ADFG diz respeito ao fato de que eles — empresários e mulheres — já se conheciam antes da formação da organização, e que isso tenha propiciado maior abertura nos momentos em que elas solicitavam ajuda financeira para suas ações.

Os valores depositados por esse segmento eram expressivos, o que também implica afirmar que a ADFG, entre 1964 e 1985, foi custeada por grandes empresários e membros de famílias da elite do Rio Grande do Sul. Contudo, poucas foram as contribuições mensais/anuais contínuas, em que se podia verificar certa assiduidade dos financiadores, sobressaindo-se, portanto, donativos que variavam no tempo e em valores. Dentre os financiadores, destaca-se a presença da Sociedade Anônima Moinhos Rio Grandenses (SAMRIG), empresa que nos anos 1950 havia entrado no ramo de rações balanceadas, iniciando a produção em Porto Alegre e no interior do Estado (Dalla Costa, 2015, p. 12). Um dos diretores da SAMRIG era o irmão do ipesiano Álvaro Coelho Borges, Armando Coelho Borges, que, durante os anos 1970, conduziu a empresa na produção de soja no Rio Grande do Sul (Coradini, 2009, p. 47). Segundo consta nos livros de caixa da ADFG, a SAMRIG foi uma das maiores financiadoras da entidade desde 1964 até o início dos anos 1980, e suas contribuições chegavam a ser dez vezes maiores que os incentivos das demais empresas.

A Springer Refrigeração Sociedade Anônima também foi uma das empresas a contribuir com a ADFG, por meio de seu principal diretor, Paulo D'Árrigo Vellinho, sócio-fundador do IPESUL e presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) entre 1971 e 1974 (Moraes, 2012, p. 51). Paulo Vellinho contatava com as mulheres da ADFG por meio de cartas em que se dizia admirador dos trabalhos do grupo. A Springer foi uma empresa pioneira no ramo de ar-condicionado, tendo Vellinho a sua frente desde os anos 1950. Não se sabe se os donativos da Springer à ADFG aconteceram desde 1964, pois nem todos os empresários eram nominados, mas nota-se que a partir de 1978 a Springer manteve-se como uma das empresas que destinavam recursos ao programa de Bolsas de Estudos da ADFG⁴³⁸.

Dentre as empresas que doaram recursos à ADFG cujos sócios e diretores eram de origem alemã, tem-se a União de Ferros Sociedade Anônima, firma criada a partir da união entre a Bromberg & Cia. e os sócios Carlos Daudt & Cia e Edward Ringel & Cia de Hamburgo (Machado, 2019, p. 39). A União de Ferros S.A. comercializava uma série de produtos, tais como, ferro, aço, chapas, canos, ferramentas, etc., e tinha entre seus diretores nos anos 1960, José

⁴³⁸Centro de Documentação Magda Renner. Livro Caixa de doações ao Setor de Bolsas de Estudos da ADFG (1981-1989). Porto Alegre, 1981.

Cuervo⁴³⁹, pai da sócia da ADFG Sylvia Cuervo Silva⁴⁴⁰. A União de Ferros destinou recursos mensalmente à ADFG entre abril de 1964 e março de 1968.

Outra empresa de origem alemã que financiou a ADFG foi a Renner Herrmann Sociedade Anônima, conhecida pela produção e comercialização de tintas e óleos no Brasil. A empresa foi fundada em 1927 sob a denominação Renner Koepke & Cia Ltda., e transformada em Renner Herrmann S.A. somente nos anos 1940, quando passou a ser dirigida por A.J. Renner, Egon Renner e Hugo Herrmann Filho, um dos homens a fazer parte do conselho fiscal da ADFG em 1964. Entre 1981 e 1984, eles financiaram especificamente o programa de bolsas de estudos da ADFG, com quantias anuais importantes. Nesse contexto, a empresa havia se internacionalizado, entrando no mercado uruguaio, e era dirigida pelo filho de Hugo Herrmann Filho, Thomas Bier Herrmann⁴⁴¹. É provável que a Renner Herrmann S.A. tenha colaborado com ADFG desde 1964, uma vez que se somava às afinidades políticas e ideológicas de seus diretores com a organização feminina o fato de Sofia e Magda, duas integrantes da família Renner, terem presidido a entidade entre 1967 e 1985.

Duas empresas igualmente constam entre as patrocinadoras das atividades da ADFG: a Zivi Sociedade Anônima Cutelaria e a Hércules Sociedade Anônima. Essas duas empresas haviam sido criadas pelo imigrante alemão Paul Zivi em 1931 e 1936, respectivamente, e estavam voltadas para a produção de artigos de cutelaria e para a fabricação de talheres em aço inoxidável. Durante a ditadura civil-militar, Paul Zivi foi condecorado como um exemplo de empreendedor de sucesso pelas associações de classe e pelos dirigentes políticos e militares⁴⁴². A empresa teve entre seus quadros Plínio Gilberto Kroeff (vice-presidente), casado com a sócia da ADFG Laura Rizzo Kroeff, e Walter Adolpho Funcke (diretor), casado com a professora Wilma Gerlach Funcke, sócio-fundadora, membro da diretoria da ADFG entre 1967 e 1970, e presidente do conselho diretor da ADFG entre 1973 e 1976⁴⁴³. Plínio Kroeff foi presidente da FEDERASUL (1962-1964) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e presidente-diretor do SESI, entidades que conspiravam contra o governo de João Goulart, o que também o aproximou da ADFG⁴⁴⁴. Em relação às doações das duas empresas, cabe notar que os valores eram expressivos

⁴³⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “União de Ferros S.A. — comercial e técnica”. *Jornal do Dia* (RS), 30 abr. 1960, p. 7.

⁴⁴⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Necrologia. José Cuervo”. *Diário de Notícias* (RS), 31 dez. 1966, p. 5.

⁴⁴¹Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2013/02/renner-herrmann-se-firma-no-mercado-mundial-4046844.html>. Acesso em: 06 nov. 2022.

⁴⁴²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Zivi Hércules exporta para Solingen, de onde há 34 vieram seus mestres artesãos”. *Diário de Notícias* (RS), 19 fev. 1965, p. 7.

⁴⁴³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Zivi Hércules exporta qualidade para o mundo inteiro”. *Diário de Notícias* (RS), 27 out. 1968, p. 2.

⁴⁴⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Plínio Kroeff eleito e empossado ontem presidente da Federação das Indústrias”. *Diário de Notícias* (RS), 1 ago. 1962, p. 3.

e, da mesma forma que as outras empresas, elas contribuíram com a ADFG desde os anos 1960⁴⁴⁵.

Outras empresas também destinaram recursos à ADFG, tais como a Comercial Curt Bercht, a Bojunga Dias Ltda., a Cia. Intersul de Investimentos, a Cia. Vinícola Rio-Grandense, as Casas Carvalho S.A., a Metalgráfica do Sul S.A., a Metalúrgica Wallig S.A., a Celulose Irani S.A., a Mesbla S.A., a Casa Masson S.A., a Cia Siderúrgica Rio-Grandense S.A. e as Direções Hidráulicas do Brasil Componentes Automotivos S.A. (DHB). Sobre as duas últimas, cujos incentivos eram estimáveis, cabe mencionar que a DHB foi fundada em 1967 pelo industrial Paulo D'Arrigo Vellinho e pelo deputado estadual Celestino Goulart (ARENA-RS)⁴⁴⁶ e esteve voltada para o fornecimento de produtos para montadoras automobilísticas no Brasil e no exterior; e a Siderúrgica Riograndense foi adquirida pela família Gerdau em 1949, a qual tinha como integrante Helda Gerdau Johannpeter, sócia da ADFG.

A extensa rede formada entre a ADFG, os colaboradores e os financiadores, com vistas a criar condições para que a entidade atuasse em diferentes espaços entre os anos de 1960 e 1980, foi de fundamental importância para que a entidade conquistasse apoio na realização de suas ações e lutas, bem como para que conseguisse planejar e organizar atividades e programas que requeriam recursos.

Como já dito, o conhecimento sobre a presença de outros sujeitos, para além das mulheres, em atividades dos grupos cívicos femininos, como é o caso da ADFG, não é novidade. Dreifuss (1981) chamou atenção para a existência de financiadores na criação dessas entidades desde 1961, sobretudo através do IPÊS, e destacou que tais recursos estavam voltados para a farta propaganda anticomunista e para a realização de atos públicos com vistas a aglutinar as classes médias contra o governo de João Goulart. Levando em conta o fato de que essas organizações eram “manobradas” e, portanto, obedientes às ordens de seus colaboradores e financiadores, Dreifuss, porém, não considerou o papel desempenhado pelas mulheres dessas organizações na busca de novos incentivadores e/ou na permanência dos mesmos. Além disso, se antes do golpe era imprescindível o envio de recursos para alarmar a população contra a “comunização” do país, como podemos explicar a permanência de muitos desses incentivos à ADFG até o final da ditadura? Não faria mais sentido o término do grupo e o retorno dessas mulheres aos seus lares, afinal a “Revolução” já constava como vitoriosa?

⁴⁴⁵Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 4 a 18 nov. 1968; e 2 dez. 1968, p. 6. (Ata nº 32); Centro de Documentação Magda Renner. Livro Caixa de doações ao Setor de Bolsas de Estudos da ADFG (1981-1989). Porto Alegre, 1981.

⁴⁴⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Destaques”. *Diário de Notícias* (RS), 1 out. 1967, p. 3.

A permanência desses sujeitos ao lado da ADFG durante a ditadura civil-militar pode ser compreendida mediante dois aspectos: o primeiro refere-se ao percurso da entidade entre 1964 e 1985, em que se vislumbra a autonomia do grupo na busca por novas associadas e por novos colaboradores e financiadores com vistas a alcançar os objetivos organizacionais. Portanto, as redes de sociabilidades anteriores ao surgimento da ADFG, bem como as relações sociais e familiares foram cruciais para a continuidade do grupo, o que deve ser levado em conta, na medida em que a entidade angariou incentivos financeiros consideráveis e conquistou o apoio de muitos colaboradores e colaboradoras. Contudo, é importante considerar o fato de que tais incentivos foram decorrentes das solicitações e demandas de um grupo de mulheres que estava disposto a continuar o que havia sido construído em 1964. Afinal, elas poderiam ter encerrado suas atividades, uma vez que a “Revolução” tinha alcançado êxito sem resistências mais robustas. Dessa forma, compreende-se a continuidade desses incentivos à ADFG como resultado das demandas de uma entidade cívica de mulheres conservadoras, disposta a construir bases de apoio à “Revolução” por meio de seus trabalhos assistenciais. Mas como podemos explicar a quantidade de incentivos financeiros direcionados ao grupo a partir da segunda metade da década de 1970, quando este se voltava para a “luta ecológica”? Veremos mais adiante que houve, a partir da segunda metade dos anos 1970, uma espécie de divisão de atividades dentro da ADFG, já desbotada na década seguinte, em que parte das associadas mantinha-se dedicada às ações assistenciais e a outra parte à “luta ecológica”. Nesse sentido, é interessante observar que o incentivo financeiro à ADFG por parte do empresariado se dava por meio da ajuda aos programas assistenciais, como a bolsa de estudos a alunos carentes, o que acontecia desde a década de 1960. Mesmo sabendo das lutas em defesa do meio ambiente, o empresariado não deixava de contribuir com a ADFG, uma vez que a entidade não se apresentava contrária ao capital nem ao regime político vigente: a ditadura civil-militar.

Esse comportamento da ADFG é o segundo aspecto que explica o porquê da manutenção dos incentivos do empresariado ao grupo, mesmo após este ter incluído em sua agenda a pauta “ecológica”. Se entre 1964 e 1974 era nítido o apoio da ADFG à ditadura, inclusive atuando em sua defesa por meio de ações educativas e cívicas, e este fato explica esses incentivos financeiros, entre 1975 e 1985 isso não teria mudado substancialmente. Como o comportamento da ADFG durante esse último período oscilou entre o apoio e a crítica, mesmo que velada, ao regime, o que se traduz em acomodação, não teria motivos para qualquer tipo de rompimento entre a organização e os seus financiadores.

3.5. A ADFG e o apoio à ditadura (1964-1974)

O apoio/adesão das gaúchas da ADFG à ditadura civil-militar foi permeado por dois aspectos que integravam parte da cultura política das entidades femininas de direita daquele contexto: o anticomunismo e o civismo. O anticomunismo, cuja definição pode ser traduzida pelo sentimento de ojeriza a tudo o que representa e/ou está relacionado ao “comunismo”, fez parte dos discursos e ações da ADFG logo nos primeiros momentos após o golpe. Essas práticas e representações anticomunistas, por sua vez, procuravam apresentar o novo regime político, a ditadura, como salvacionista, pois havia livrado o país dos “vermelhos”, daqueles sujeitos que, se tomassem o poder, destruiriam a religião e a pátria, e desagregariam a família brasileira. O civismo, por seu turno, compreendia a ação ativa de sujeitos em defesa dos ideais pátrios e nacionais, sobretudo em contextos de instauração de regimes políticos que demandavam legitimidade, como foi o caso da ditadura. Conforme Tatyana de Amaral Maia (2012, p. 29), “essa ‘consciência cívica’ surge na ditadura civil-militar como radicalização do ‘espírito da nacionalidade’ [...]”. Segundo a autora, “nesse período, o civismo se sobrepõe à cidadania, amputando alguns de seus direitos fundamentais em nome da nação ameaçada pela presença constante do inimigo interno” (Maia, 2012, p. 30). Ainda que a ADFG tenha realizado atividades cívicas durante todo o regime, observa-se entre 1964 e 1974 uma maior disposição da organização em fazer com que tais ações colaborassem com a construção de uma imagem positiva do governo ditatorial. Ou seja, eram ações de um grupo de mulheres que se apresentava e era visto como partícipe de um novo momento político pelo qual o país passava, e no qual lhe cabia, dentre outros aspectos, torná-lo socialmente legítimo.

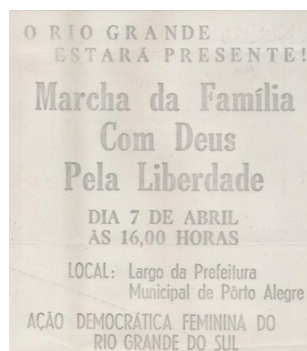
Outro aspecto que deve ser levado em conta na análise do comportamento da ADFG durante os dez primeiros anos do regime ditatorial é a relação entre civismo e filantropia. Mesmo que saibamos que um de seus objetivos para com a “Revolução” era “esclarecer” as camadas populares sobre “atualidades” e “problemas” nacionais, assumindo o ponto de vista da ditadura, é também preciso questionar a realização desses trabalhos assistenciais da ADFG durante toda a ditadura a partir de outros aspectos, como a caridade, campo de atuação política de mulheres das elites. Como afirmou Ana Paula Vosne Martins (2023, p. 47), a filantropia foi também “[...] um espaço de criação, de expressão e respeitabilidade social, legitimado pelos apoios que receberam dos centros do poder e de figuras públicas masculinas [...]”.

3.5.1. A Marcha de Porto Alegre: a celebração da “Revolução” e a homenagem a Castelo Branco

Assim como em outras cidades, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade de Porto Alegre encontrava-se em sintonia com os demais desfiles que tomaram o país entre março e julho de 1964 (Presot, 2004). Diante do êxito da Marcha de São Paulo, ocorrida em 19 de março daquele ano, que contou com cerca de 500 mil participantes, outras manifestações semelhantes foram marcadas para ocorrer nas mais variadas regiões do Brasil. Pensadas e organizadas pelas direitas locais, circunscritas a universos regionais, tais manifestações públicas contaram com o intenso trabalho das entidades femininas conservadoras, como foi o caso da ADFG. Isso, contudo, não quer dizer que as Marchas tenham sido eventos exclusivos dos grupos de mulheres de direita, haja vista que delas tenham planejado, organizado e participado outros segmentos importantes, tais como empresários, militares, políticos e religiosos (Codato, 2004; Cordeiro, 2021).

A Marcha de Porto Alegre estava marcada, conforme a imprensa gaúcha, para ocorrer no dia 7 de abril de 1964, às 16 horas, no largo da Prefeitura Municipal, no centro da cidade. As chamadas nos jornais, por meio de cartazes e pequenos textos, para que a população comparecesse ao evento era normalmente assinada pela ADFG e pela CMD, e começaram a circular pela imprensa desde o dia 20 de março daquele ano. Pelo que se pode notar, eram publicações que contavam com espaço considerável nas principais páginas dos periódicos, em letras garrafais, e que provavelmente correspondiam às perspectivas políticas desses empreendimentos jornalísticos. Os jornais *Correio do Povo* (RS) e *Diário de Notícias* (RS), por exemplo, estamparam em suas principais páginas o mesmo cartaz, conclamando a população a participar da manifestação⁴⁴⁷.

Figura 10 — Chamada para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade de Porto Alegre



Fonte: CDMR. Marcha da Família com Deus pela Liberdade. *Correio do Povo* (RS), 20 mar. 1964.

⁴⁴⁷Centro de Documentação Magda Renner. “O Rio Grande estará presente! Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. *Correio do Povo* (RS), 20 mar. 1964, s/p; Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “O Rio Grande estará presente! Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. *Diário de Notícias* (RS), 22 mar. 1964, p. 1.

Contudo, mediante o golpe de 31 de março de 1964, tais manifestações sofreram mudanças, como já foi dito. Se antes da deposição de João Goulart o objetivo era desgastá-lo, após a sua queda fazia-se necessário festejar o momento e prestar homenagens àqueles que haviam conspirado e pegado em armas contra a “comunização” do país (Presot, 2004). Não há maiores dados sobre o que levou a ADFG a transferir a Marcha de 7 de abril para o dia 22 de maio, mas supõe-se que, em primeiro lugar, havia certo clima de instabilidade, sobretudo no Rio Grande do Sul. Vale lembrar que João Goulart ainda se encontrava em Porto Alegre no dia 2 de abril de 1964, procurando avaliar os focos de resistência ao golpe em curso, e Brizola permaneceu no Rio Grande do Sul por um mês após o golpe (Ferreira, 2011, p. 505-509). Em segundo lugar, pode-se imaginar que, mediante o desenrolar dos acontecimentos e o êxito do golpe, com a indicação do general Castelo Branco para assumir a Presidência da República, achou-se oportuno conciliar a Marcha com a visita do primeiro ditador ao Rio Grande do Sul, marcada para 22 de maio de 1964. Portanto, além de celebrar o golpe, festejar a derrubada da democracia, Porto Alegre e outras cidades do Rio Grande do Sul prestaram homenagens ao líder da “Revolução”.

Assim, a ADFG e a CMD trataram de organizar o evento, divulgando-o pela imprensa. O convite à população sul-rio-grandense constava nas principais páginas dos jornais nos dias anteriores ao desfile.

A AÇÃO DEMOCRÁTICA FEMININA e a CRUZADA DA MULHER DEMOCRATA convidam a população da Capital e das cidades vizinhas para a grande concentração e MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE, a ter lugar amanhã dia 22, às 10 horas, quando a Família Gaúcha dará ao Brasil sua demonstração de fé nos destinos cristãos e democráticos de nossa Pátria. A concentração se fará a partir da Praça D. Feliciano, rua dos Andradas até esquina da Avenida Borges de Medeiros, rumando a seguir até a Praça da Matriz, onde será prestada uma homenagem ao Exmo. Sr. Presidente da República Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco⁴⁴⁸.

Em algumas das chamadas divulgadas pela imprensa por parte da ADFG podia-se notar a busca em sensibilizar a mulher gaúcha, “hospitaleira e entusiasmada”, para que comparecesse ao evento:

A MARCHA DA FAMÍLIA
É hoje, amigas!
Tudo pronto! Conhecidos, vizinhos, amigos, parentes, filhos e domésticas, todos convocados para a recepção ao Presidente!
Porto Alegre vai vibrar! Algumas horas mais e estaremos reunidos nas ruas da nossa cidade, neste belo dia de maio, para comemorar uma vitória excepcional, que teve por inspiração a mulher – a vitória da democracia!
Vamos extravasar nossa alegria, dar provas da tradicional hospitalidade gaúcha, demonstrar que somos dotadas deste maravilhoso dom que é a capacidade de entusiasmar-se.

⁴⁴⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Convite à população”. *Diário de Notícias* (RS), 21 maio 1964, p. 16.

Vamos fazer valer, fora do lar, aquilo que conseguimos dar a nossa família: estímulo, apoio, confiança e reconhecimento.
 Se existe ainda, um resto de comodismo, um mínimo de resistência, vamos vencê-los, hoje, agora e irmanadas no mesmo ideal de bem comum, usufruir da alegria da missão cumprida.
 Lembremo-nos de que a mais negativa das atitudes é a omissão⁴⁴⁹.

Para conseguir mobilizar um maior número de participantes, a ADFG seguiu o histórico de suas congêneres de outros estados, e buscou negociar com setores da indústria e do comércio para que fechassem seus negócios pela parte da manhã, “[...] a fim de que todos [pudessem] participar da recepção ao presidente Castelo Branco e da “Marcha da Família com de Deus pela Liberdade”⁴⁵⁰. Além disso, embora não constassem na imprensa os nomes das entidades que patrocinaram financeiramente a manifestação, a ADFG dispôs de significativos recursos para confeccionar materiais de propaganda, como cartazes, faixas e bandeiras a serem distribuídas aos participantes⁴⁵¹. Tal disposição provavelmente era reflexo do entusiasmo que cercava as sócias da ADFG e da CMD com a chegada do líder da “Revolução”, e do conhecimento que tinham a respeito da comitiva a ser formada por mulheres para recepcioná-lo na sede do governo gaúcho. Essa, por sua vez, era composta por três senhoras da ADFG e duas senhoras de outras entidades, possivelmente da CMD⁴⁵².

O desfile teve início um pouco mais tarde do que o esperado, em razão da chegada de Castelo Branco à cidade. De acordo com o *Diário de Notícias* (RS), que, por sua vez, também prestou homenagens ao ditador, multidões circulavam no centro da cidade para ver o presidente e participar da Marcha.

Pela imprensa, o que se pode perceber é que a Marcha foi apenas mais um dos eventos que recepcionaram Castelo Branco em Porto Alegre. Sua chegada à capital gaúcha contou com a presença de cerca de 500 autoridades federais, estaduais e municipais que se aglomeravam no aeroporto da cidade⁴⁵³. Até que se iniciasse a Marcha, o primeiro dos generais ditadores foi recebido em um palanque armado na avenida Farrapos, onde assistiu a desfiles militares, e, posteriormente, em carro aberto, percorreu as ruas centrais da cidade, onde havia, segundo a imprensa, a presença de segmentos populares em clima festivo. Não se têm informações mais detalhadas sobre a Marcha, nem mesmo sobre o número de participantes, apenas menção de que,

⁴⁴⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “A Marcha da Família”. *Jornal do Dia* (RS), 22 maio 1964, p. 6.

⁴⁵⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Apelo ao Comércio e à Indústria”. *Diário de Notícias* (RS), 22 maio 1964, p. 1.

⁴⁵¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Castelo e três ministros hoje em Porto Alegre”. *Diário de Notícias* (RS), 22 maio 1964, p. 9.

⁴⁵²Centro de Documentação Magda Renner. Autorização do Gabinete do Governador, da Casa Militar (Cel. Orlando Pacheco) à ADFG. Porto Alegre, 21 maio 1964.

⁴⁵³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Com acolhida calorosa Rio Grande prestou homenagens ao presidente Castello”. *Jornal do Dia* (RS), 23 maio 1964, p. 1.

após o Rolls-Royce passar pela Praça D. Feliciano, os cordões de isolamento foram rompidos, dando início ao cortejo, e que do alto dos edifícios do centro da capital gaúcha caía uma chuva de papel picado. Há também menção de que as mulheres da ADFG portavam cartazes com os dizeres: “Agora sim, Ordem e Progresso”, “O RGS saúda a restauração da democracia”, “Mulher gaúcha saúda o presidente Castelo Branco” e “Salve Castelo Branco”, e que a manifestação contou com a presença de estudantes e bandas escolares⁴⁵⁴.

Nesse momento, desfilando pelas ruas do centro de Porto Alegre, as mulheres da ADFG seguiam a comitiva de Castelo Branco que também rumava para a sede do governo do Estado, o Palácio Piratini. Lá, acompanhado pelo governador Ildo Meneghetti, Castelo Branco dirigiu-se à população que estava concentrada e logo após foi recebido pelas “[...] senhoras rio-grandenses pertencentes ao movimento feminino democrático, que organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade”⁴⁵⁵, que lhes prestaram homenagens.

Figura 11 — Visita de Castelo Branco ao Rio Grande do Sul



Fonte: CDMR. Visita de Castelo Branco ao Rio Grande do Sul (Fotografias). Porto Alegre, 22 maio 1964.

Conforme descrito no *Diário de Notícias* (RS), Castelo Branco teria ficado emocionado ao receber como presente um pergaminho e alguns distintivos das senhoras da ADFG, segundo ele, “uma das minhas mais gratas recordações”. A entrega foi realizada por Giselda Escosteguy Castro, que acompanhada de outras líderes da ADFG que prestaram homenagens a Castelo Branco, como consta na imagem a seguir⁴⁵⁶.

⁴⁵⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Espetáculo cívico de reafirmação democrática a “Marcha da Família”. *Diário de Notícias* (RS), 23 maio 1964, p. 10.

⁴⁵⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Com acolhida calorosa Rio Grande prestou homenagens ao presidente Castello”. *Jornal do Dia* (RS), 23 maio 1964, p. 1.

⁴⁵⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Aplauso gaúcho a Castelo”. *Jornal do Dia* (RS), 23 maio 1964, p. 1.

Figura 12 — ADFG homenageia Castelo Branco



Fonte: HDB-BN. “Aplauso gaúcho a Castelo”. *Jornal do Dia* (RS), 23 maio 1964, p. 1.

A Marcha de Porto Alegre e a posterior recepção a Castelo Branco eram demonstrações de entusiasmo e apoio de parte da sociedade gaúcha à ditadura. Da parte dos grupos cívicos femininos, o general figurava como uma espécie de herói ao liderar um movimento salvacionista contra a “comunização” do país. Assim, a ADFG não poderia ficar de fora dos festejos e homenagens à “Revolução” e aos seus líderes. Realizada quase dois meses após o golpe, a Marcha de Porto Alegre foi uma das primeiras demonstrações públicas de apoio da ADFG à ditadura, convocando outros segmentos a comparecerem ao desfile e à recepção ao general. Esse comportamento indicava a forma pela qual a entidade procurava legitimar o regime autoritário recentemente instaurado, por meio de um discurso “democrático” e salvacionista contra o perigo “comunista”. Provavelmente a ADFG, como tantas outras organizações civis, entendia como necessário o seu trabalho na construção de uma imagem positiva da “Revolução” em um momento no qual 7 deputados federais e 9 deputados estaduais do Rio Grande do Sul haviam sido cassados pelo AI-1. No caso dos deputados estaduais cassados, é importante mencionar que “no mesmo dia em que o anúncio oficial da cassação foi feito [...], esses deputados receberam ordem de prisão” (Heinz; Vargas; Flach; Milke, 2005, p. 51). Tais aspectos, somados às prisões de pessoas dos mais diferentes segmentos da sociedade que eram publicadas na imprensa, fizeram com que grupos cívicos, como a ADFG, tivessem despertado para a realização de uma agenda em defesa do novo regime, da “Revolução”. Dessa forma, como destacou Marcos Napolitano (2014, p. 71), “os quatro primeiros anos dos militares no poder foram marcados pela combinação de repressão seletiva e construção de uma ordem institucional autoritária e centralista”, ao mesmo tempo em que buscava apoio de um sistema político com amplo respaldo civil, e com alguma aceitação na sociedade.

É importante lembrar que outras cidades do Rio Grande do Sul tiveram Marchas dessa natureza, inclusive antes de Porto Alegre, o que atesta o entusiasmo de parte importante das

populações locais em festejar a “Revolução”. Em abril de 1964, duas cidades da Serra Gaúcha — Caxias do Sul⁴⁵⁷ e Bento Gonçalves⁴⁵⁸ — realizaram Marchas, cujas características principais eram a religiosidade católica e a reverência às Forças Armadas. Nesse sentido, apesar de a ADFG não ter feito parte da organização desses festejos, é importante levar em conta a considerável adesão de parte da sociedade ao golpe e à ditadura no Rio Grande do Sul, sem evidentemente desconsiderar aqueles que se opuseram ao arbítrio.

3.5.2. Homenagens à “Revolução” e aos generais-presidentes

Desde o início da ditadura, a ADFG tratou de prestar homenagens aos generais-presidentes que assumiam o poder, assim como buscou celebrar os aniversários da “Revolução de 1964”. Esses gestos diziam respeito à forma pela qual o grupo se entendia diante do regime político instaurado, ou seja, como uma entidade capaz de contribuir para com a legitimidade da “Revolução”. Entre 1964 e 1974 esses atos foram mais evidentes e comuns, e pareciam corresponder também aos propósitos de outras organizações cívicas femininas existentes na época, que da mesma forma, compreendiam a necessidade de lançar apoio ao regime político que haviam ajudado a instaurar e a construir.

Dessa forma, os aniversários da “Revolução” não passaram despercebidos pela ADFG. Em março de 1965, o grupo tratou de redigir uma carta a Castelo Branco “[...] pela passagem do 1º aniversário da Revolução”⁴⁵⁹, e encaminhou um telegrama à presidente da CAMDE, Amélia Molina Bastos, em decorrência do falecimento de seu irmão, o general Antônio de Mendonça Molina, militar que havia atuado na conspiração golpista e contribuído com a formação do grupo carioca em 1962. Essas homenagens tomavam parte da imprensa gaúcha da época, sobretudo jornais como o *Diário de Notícias* (RS), que em seu editorial de 1º de abril de 1965, enfatizava que a “Revolução” era tributária da “[...] impressionante mobilização da mulher gaúcha [...]” que havia tomado as ruas de Porto Alegre, impedindo o avanço da subversão e da corrupção⁴⁶⁰. Embora não disponhamos de fontes sobre o comparecimento da ADFG nas comemorações do 1º aniversário da “Revolução”, tudo nos leva a acreditar que a entidade esteve presente nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para assistir aos pronunciamentos do governador Ildo Meneghetti e do general Justino Alves Bastos, que

⁴⁵⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Exército, Brigada Militar e Polícia Civil homenageados pela população caxiense”. *O Pioneiro* (RS), 11 abr. 1964, p. 15.

⁴⁵⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Constituiu magnífica afirmação de civismo a ‘Marcha da Família’”. *Diário de Notícias* (RS), 10 maio 1964, p. 8.

⁴⁵⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 29 mar. 1965, p. 21 (Ata nº 5).

⁴⁶⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Revolução consagrada”. *Diário de Notícias* (RS), 1º abr. 1965, p. 4.

reafirmavam o apoio político e militar a Castelo Branco⁴⁶¹, assim como no desfile militar que encerrou as comemorações⁴⁶².

Em 1966, da mesma forma que o ano anterior, a imprensa era tomada por mensagens de autoridades políticas, empresários e lideranças religiosas que saudavam o aniversário do 2º ano da “Revolução”. Na capa do *Diário de Notícias* (RS) de 31 de março de 1966 constavam mensagens do governador Ildo Meneghetti convidando autoridades civis e militares e a população para participarem de uma missa conduzida pelo arcebispo Dom Vicente Scherer⁴⁶³, e para o pronunciamento do prefeito de Porto Alegre, Célio Marques Fernandes, que dizia acreditar nos destinos democráticos, uma vez que, com a “Revolução”, tinham sido expurgados os falsos patriotas⁴⁶⁴. O próprio jornal mencionava em seu editorial o seu entusiasmo com os dois anos da “Revolução”, citando algumas das realizações da ditadura como “episódios culminantes da vida nacional”⁴⁶⁵. Além das mensagens que circulavam pela imprensa, a ditadura tratou de ocupar as ruas com desfiles militares e cívicos, da mesma forma que no ano anterior, em que houve a presença de escolares⁴⁶⁶. A diferença é que em 1966 parte das comemorações contou com uma exposição — a “Exposição Anticomunista” — com a presença de autoridades e da população⁴⁶⁷.

No ano seguinte, em 31 de março de 1967, o novo governador do Rio Grande do Sul, Walter Peracchi Barcellos, encaminhava sua mensagem pela imprensa. No *Diário de Notícias* (RS), o governador homenageava militares e civis pelo 31 de março de 1964, que, segundo ele, escreveram uma “página gloriosa” da história pátria, estimulados pela ação patriótica de fé e coragem da mulher brasileira [...]”⁴⁶⁸. Apesar de não se mencionar especificamente a ADFG, não restam dúvidas de que o governador implicitamente se referia aos grupos femininos. A ADFG, por seu turno, relacionava-se muito bem com a primeira-dama do Estado, Stella Barcellos, sendo que ao longo do tempo em que esteve no cargo foi diversas vezes homenageada pela ADFG

⁴⁶¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Meneghetti reafirmará apoio a Castelo Branco”. *Diário de Notícias* (RS), 31 mar. 1965, p. 5.

⁴⁶²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “RGS comemora hoje o primeiro aniversário da Revolução”. *Diário de Notícias* (RS), 31 mar. 1965, p. 18.

⁴⁶³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Convite do governo do RGS”. *Diário de Notícias* (RS), 31 mar. 1966, p. 1.

⁴⁶⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Revolução de Março”. *Diário de Notícias* (RS), 31 mar. 1966, p. 1.

⁴⁶⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Dois anos de Revolução”. *Diário de Notícias* (RS), 31 mar. 1966, p. 4.

⁴⁶⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Desfile cívico-militar assinala 2º aniversário da Revolução”. *Diário de Notícias* (RS), 31 mar. 1966, p. 8.

⁴⁶⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Revolução comemorou dois anos”. *Diário de Notícias* (RS), 1 abr. 1966, p. 1.

⁴⁶⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mensagem do governador do Estado alusiva à data de 31 de março”. *Diário de Notícias* (RS), 31 mar. 1967, p. 1.

pelos trabalhos que vinha realizando no campo assistencial⁴⁶⁹. As comemorações do 3º aniversário da “Revolução, em 1967 seguiram os mesmos passos dos anos anteriores, com desfiles cívico-militares, atividades religiosas e solenidades com autoridades que continuavam a reverenciar a ditadura, agora comandada pelo general Costa e Silva⁴⁷⁰.

Em 1968, as comemorações do 31 de março não foram tão exitosas como a ditadura esperava. Três dias antes, em 28 de março de 1968, o estudante secundarista Edson Luís morreu durante o choque da Polícia Militar com os estudantes do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Na ocasião, os estudantes protestavam contra o aumento do preço da refeição e pela melhoria das condições de infraestrutura do restaurante (Valle, 1999, p. 42). A morte de Edson Luís levou às ruas estudantes e outros segmentos sociais, antes mesmo do famoso “maio parisiense”. Como afirmou Marcos Napolitano (2014, p. 89), a morte do estudante “[...] inaugurou a temporada de passeatas e conflitos com a polícia na ex-capital federal. Ela foi o estopim que fez explodir as tensões com os estudantes, mobilizados contra o regime havia dois anos [...]”⁴⁷¹.

Mesmo assim, a ditadura não deixou de celebrar. Contudo, as comemorações não seguiram o mesmo tom entusiasta dos anos anteriores. No Rio Grande do Sul, os festejos do 31 de março coincidiram com a visita de Costa e Silva ao estado⁴⁷². Costa e Silva comemorava seu primeiro ano de governo, e sua estada no Rio Grande do Sul parecia buscar apoios em meio aos protestos estudantis. A ADFG, ao saber da visita do general ao estado, tratou de oferecer um chá à primeira-dama, Yolanda Costa e Silva, o que acabou não acontecendo. Embora não se saiba o motivo do cancelamento da confraternização, é preciso sublinhar que a ADFG compareceu à recepção à primeira-dama no Palácio Piratini⁴⁷³. Por parte do *Diário de Notícias* (RS), órgão de imprensa que apoiava abertamente a ditadura e vários de seus atos arbitrários, cabe notar a circulação de dois suplementos em 1968, que, *grosso modo*, faziam a defesa do regime e comemoravam a “Revolução”⁴⁷⁴.

⁴⁶⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Informa Herthon de Leon”. *Diário de Notícias* (RS), 31 mar. 1967, p. 29.

⁴⁷⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Revolução Democrática comemora hoje três anos com festa em todo o país”. *Diário de Notícias* (RS), 31 mar. 1967, p. 12; Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Brilhantes comemorações pelo 3º aniversário da Revolução”. *Diário de Notícias* (RS), 1 abr. 1967, p. 16.

⁴⁷¹Marcos Napolitano (2014, p. 89) chama a atenção para o fato de que a morte de Edson comoveu boa parte da classe média. Segundo o autor, a história do menino simples que veio do Pará para estudar no Rio de Janeiro mexia até com setores conservadores e anticomunistas (Napolitano, 2014, p. 89).

⁴⁷²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Costa instala governo com palavras de confiança”. *Diário de Notícias* (RS), 2 abr. 1968, p. 9.

⁴⁷³Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 18 mar. 1968, p. 79-83. (Ata nº 20).

⁴⁷⁴O primeiro suplemento foi lançado no dia 31 de março de 1968 e constituía-se de um extenso folheto, cuja finalidade era celebrar o primeiro aniversário do governo Costa e Silva — havia nele mensagens de apoio de militares, empresários e políticos a Costa e Silva. Já o segundo foi publicado no dia 2 de abril de 1968, e tinha como

Essa homenagem de parte da imprensa à ditadura pode ser vista no ano seguinte, quando o *Diário de Notícias* publicou o editorial de 1º de abril de 1969, no qual o jornal afirmava que a partir da “Revolução” “[...] imperava a ordem pública e as instituições passaram a ter a garantia da força que antes parecia impotente para salvaguardá-las”⁴⁷⁵.

Em setembro daquele ano, a ADFG visitou o comandante do III Exército, Emílio Garrastazu Médici, militar que havia sucedido Golbery do Couto e Silva na chefia do SNI desde 1967. Médici comandou o SNI por dois anos (1967-1969), tendo posteriormente ocupado a chefia do III Exército em Porto Alegre, onde permaneceu até outubro de 1969. Na ocasião da visita da ADFG ao general, Costa e Silva encontrava-se internado em razão de sérios problemas de saúde ocasionados por três acidentes vasculares cerebrais, e, portanto, afastado do poder. Embora torcesse pela melhora de Costa e Silva — o que pode ser visto no envio de um telegrama a Yolanda Costa e Silva, desejando a mais rápida recuperação do Presidente, e no comparecimento da ADFG a uma missa de ação de graças pelo restabelecimento de Costa e Silva⁴⁷⁶, é muito provável que a ADFG, sabendo das movimentações da caserna com vistas a indicar o próximo comandante da ditadura, tenha se antecipado ao oferecer “[...] a mais ampla colaboração para tudo”⁴⁷⁷ ao general Médici. Tal aspecto ficou mais evidente quando a ADFG enviou um ofício de felicitações ao general, em outubro de 1969, momento em que este havia sido indicado à Presidência da República⁴⁷⁸. Também foi feita a entrega de um pergaminho de felicitação por ocasião da passagem de Médici pelo comando do III Exército⁴⁷⁹ e pela sua vitória na eleição indireta à Presidência. Conforme constava no Boletim Informativo da ADFG, encaminhado às sócias em dezembro de 1969,

Manifestamos nossa confiança no futuro governo do Gal. Garrastazu Médici, através de um pergaminho que lhe foi entregue, pessoalmente, dia 20 de outubro e nos congratulamos, ainda, com D. Cylla através de um ramo de rosas, ofertado na mesma ocasião⁴⁸⁰.

finalidade festejar o 4º aniversário da “Revolução” e prestar homenagens ao exército. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Edição Comemorativa do primeiro aniversário do governo Costa e Silva”. *Diário de Notícias* (RS), 31 mar. 1968, p. 45-72; Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Suplemento Nacional de Homenagem ao Exército Brasileiro”. *Diário de Notícias* (RS), 2 abr. 1968, p. 20-38.

⁴⁷⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Responsabilidade da Revolução”. *Diário de Notícias* (RS), 1º abr. 1969, p. 4.

⁴⁷⁶Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 8 set. 1969, p. 18. (Ata nº 37). Posteriormente, em dezembro de 1969, houve trocas de correspondências em tom de pesar entre a ADFG e a ex-primeira dama, Yolanda Costa e Silva, em decorrência da morte do ex-presidente. Centro de Documentação Magda Renner. Telegrama de Yolanda da Costa e Silva à ADFG. Rio de Janeiro, 25 dez. 1969.

⁴⁷⁷Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 1º ago. a 1º set. 1969, p. 16. (Ata nº 36).

⁴⁷⁸Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 13 out. 1969, p. 26. (Ata nº 43).

⁴⁷⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 20 out. 1969, p. 26. (Ata nº 44).

⁴⁸⁰Centro de Documentação Magda Renner. Boletim Informativo da ADFG (1969). Porto Alegre, dez. 1969, 1.

A aproximação em 1969 entre a ADFG e os militares não era uma novidade. Contudo, a relação da entidade com o general Médici era inspirada pela admiração, o que pode ser visto nas declarações do militar à ADFG e vice-versa. No decorrer do governo Médici, a ADFG continuou a encaminhar felicitações ao presidente, como pode ser percebido, por exemplo, em um telegrama em razão da vitória do Brasil no campeonato de futebol (Copa do Mundo de 1970)⁴⁸¹; uma carta cumprimentando-o pela sua legislação social, sem especificar do que se tratava⁴⁸²; e nas congratulações pelas passagens dos seus aniversários⁴⁸³.

Em 20 de outubro de 1970, Médici visitou o Rio Grande do Sul. No ensejo, o general foi recebido por uma comitiva de alguns de seus velhos apoiadores, como a ADFG, que, dentre as diversas entidades presentes na recepção, foi a que contava com o maior número de pessoas. O grupo teria sido recebido por Médici no Palácio Piratini⁴⁸⁴, em uma cerimônia que contou com a presença dos governadores do Rio Grande do Sul, Walter Peracchi Barcellos, e de Santa Catarina, Ivo Silveira, e de grupos populares que se concentravam em frente à sede do governo gaúcho⁴⁸⁵. A estada de Médici foi também marcada por outras homenagens que parcela da sociedade gaúcha conferia à ditadura, como o título de doutor *honoris causa* concedido ao general pela UFRGS, em uma solenidade que contou com uma plateia que superlotou o salão de atos da universidade⁴⁸⁶.

Seguindo nesse tom, em março de 1971, a ADFG não só encaminhou telegramas pelo 7º aniversário da “Revolução” ao comandante do III Exército e ao governador do Estado⁴⁸⁷, como participou de atividades alusivas à “Revolução”⁴⁸⁸. Por seu turno, Médici não deixou de responder às companheiras, pois acreditava que aquele evento seria marcado pelo sucesso. No telegrama, o general-presidente agradeceu a mensagem da ADFG no transcurso do sétimo aniversário da “Revolução” e o apoio que as gaúchas davam através de suas ações voltadas para “[...] o desenvolvimento com estabilização e justiça social em curso, que [animava] o governo em seus

⁴⁸¹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 22 jun. 1970, p. 54. (Ata nº 68).

⁴⁸²Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 24 ago. 1970, p. 57. (Ata nº 74).

⁴⁸³Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, mar. 1971, p. 71. (Ata nº 88).

⁴⁸⁴Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 20 out. 1970, p. 62. (Ata nº 81).

⁴⁸⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Calor popular e honras militares”. *Diário de Notícias* (RS), 21 out. 1970, p. 1; Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Manifestação popular”. *Diário de Notícias* (RS), 21 out. 1970, p. 16.

⁴⁸⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Médici recebe “honoris causa” em brilhante cerimônia na UFRGS”. *Diário de Notícias* (RS), 21 out. 1970, p. 1.

⁴⁸⁷Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 29 mar. a 26 abr. 1971, p. 74. (Ata nº 89).

⁴⁸⁸Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, mar. 1971, p. 73. (Ata nº 88).

esforços de valorizar o homem brasileiro e conduzir a pátria em seu grande destino [...]”⁴⁸⁹. Concordo com Cordeiro (2015, p. 98) quando ela afirma que a repressão dos anos Médici somada:

[...] a certeza da qual compartilhavam expressivos segmentos da sociedade sobre o fato de que o governo estava tratando seriamente de pôr fim à subversão e aos grupos comprometidos com a realização de uma revolução socialista no país foram fatores tão importantes para a popularidade do presidente Médici e para a aceitação do regime quanto a crença nas expectativas geradas pelo milagre.

As aproximações da ADFG com os setores militares seguiam a tônica de anos anteriores, como se pode notar em uma correspondência recebida do comandante do III Exército, o general Breno Borges Fortes, em 3 de setembro de 1971. Pelo que se percebe da carta, a ADFG havia encaminhado felicitações ao III Exército em 25 de agosto daquele ano pelo transcurso do “Dia do Soldado”⁴⁹⁰. Em resposta, Borges Fortes teceu elogios à ADFG, afirmando que a organização expressava as características do “povo gaúcho”:

Foi na origem distante que a índole guerreira de nossa gente plasmou o Exército de hoje e, nesta metamorfose, grande parcela de responsabilidade cabe ao povo gaúcho, do qual a Organização herdou o desprendimento, a lealdade e o desassombro⁴⁹¹.

Como se pode notar, além das comemorações relacionadas à “Revolução”, datas alusivas ao meio militar, como o Dia do Soldado, assim como as atividades da Semana da Pátria, também eram celebradas pela ADFG. Sobre esta última, em setembro de 1971 a entidade encaminhou ao general Médici um bilhete que apontava não apenas para os gestos de apoio ao regime ditatorial estabelecido, mas também para a crença que tinham na figura do general, visto como um incentivador dos sentimentos nacionais: “por ocasião da passagem da data magna de nossa Pátria, a ADFG cumprimenta V. Ex.^a, o grande catalisador das forças novas da nacionalidade, nesta batalha já vitoriosa pela realização dos grandes destinos da nação brasileira”⁴⁹². É preciso, contudo, chamar atenção para as observações de Cordeiro (2015, p. 89) sobre a longa duração desses festejos, como a Semana da Pátria, realizados com intensidade no governo Vargas (1930-1945) e reatualizados durante a ditadura.

Como já foi dito anteriormente, a ADFG esteve ao lado de quase todas as primeiras-damas do Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar. Além de Stella Peracchi Barcellos, a ADFG também estabeleceu profícuos contatos com Neda Ungaretti Triches, esposa do

⁴⁸⁹Centro de Documentação Magda Renner. Telegrama do Presidente Emílio Garrastazu Médici à ADFG. Brasília, 8 abr. 1971.

⁴⁹⁰Centro de Documentação Magda Renner. Ofício do III Exército à ADFG. Porto Alegre, 3 set. 1971.

⁴⁹¹*Ibid.* Dentre os militares próximos da ADFG que receberam ofícios e cartas congratulatórios nesse período por conta do “papel” do exército, consta o nome de Pedro Américo Leal. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, set. 1971, p. 86. (Ata nº 94).

⁴⁹²Centro de Documentação Magda Renner. Carta da ADFG ao general Médici. Porto Alegre, 7 set. 1971.

governador Euclides Triches (ARENA-RS), sobretudo com vistas à realização de ações assistenciais, das quais as primeiras-damas estavam imbuídas. Na década de 1970, por exemplo, Neda Triches foi uma forte apoiadora do concurso “Prêmio Melhor Ginásial”, cuja idealização era da ADFG⁴⁹³, assim como possibilitou a ADFG ingressar no Conselho Estadual de Entidades Femininas (CEEFF), em um subgrupo voltado para a área educacional e cultural⁴⁹⁴. O CEEFF foi criado em 28 de abril de 1971 pela primeira-dama e, segundo consta na imprensa, Neda Triches buscava, com a criação deste órgão, incentivar as mulheres gaúchas “[...] a participar, a olhar juntas para o mesmo ponto de referência, para o mesmo objetivo a atingir, integrando-se no processo de desenvolvimento do Estado e do País”⁴⁹⁵. Ou seja, as mulheres deveriam estar imanadas dos objetivos do regime político estabelecido, a ditadura civil-militar. A partir de 1971, a ADFG participou do CEEFF através de inúmeras ações de caráter assistencial, como a “Campanha Pró-Doentes Mentais”⁴⁹⁶, em 1971, a Amostra de Realizações Comunitárias e Assistenciais (ARCA), em 1972⁴⁹⁷, e a “Campanha Natal do Amor Presente”, em 1973⁴⁹⁸.

Não consta nas atas da ADFG sua participação nas comemorações do 8º aniversário da “Revolução”, em março de 1972. Não que isso não tenha ocorrido e/ou que a ADFG tenha desembarcado do “barco” da ditadura, deixando de lado seus antigos aliados. Percebe-se, no entanto, que, a partir do início daquele ano, a ADFG começou a se inserir em novas discussões, notadamente sobre ecologia, ao mesmo tempo em que continuava a acenar positivamente à ditadura. Embora a ecologia não implicasse em luta contra o regime ditatorial brasileiro, que, por sua vez, perseguia, prendia, torturava e matava, ela não fazia sua defesa. Na verdade, foi somente ao final da década de 1970 que o “movimento ecologista” do Rio Grande do Sul teceu maiores críticas à ditadura e à sua política ambiental. Antes disso, como veremos mais adiante, os ambientalistas preferiram pautar questões relacionadas à degradação ambiental sem fazer maiores críticas e/ou apontar responsabilidades ao regime político vigente.

A partir de 1972, ao mesmo tempo em que assistia e organizava as palestras de José Lutzenberger, promovidas pela recém-criada Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN), a ADFG mantinha-se alinhada a segmentos militares, como foi o caso do comandante do III Exército, o general Adolfo João de Paula Couto, a quem o grupo fez uma

⁴⁹³Centro de Documentação Magda Renner. Ofício de Neda Triches à ADFG. Porto Alegre, 6 set. 1971.

⁴⁹⁴Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 24 abr. a 25 maio 1971, p. 76. (Ata nº 91).

⁴⁹⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Assim nos parece, Neda Ungaretti Triches”. *O Pioneiro* (RS), abr. 1971, p. 4. Centro de Documentação Magda Renner. Ofício de Neda Triches à ADFG. Porto Alegre, 14 abr. 1971.

⁴⁹⁶Centro de Documentação Magda Renner. Carta de Neda Triches à ADFG. Porto Alegre, ago. 1971.

⁴⁹⁷Centro de Documentação Magda Renner. Boletim Informativo da ADFG (1972). Porto Alegre, ago. 1972.

⁴⁹⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Lançada oficialmente a campanha “Natal do Amor Presente”. *O Pioneiro* (RS), 8 dez. 1973, p. 12.

breve visita em abril de 1972⁴⁹⁹, e a autoridades públicas, como o presidente Médici, que havia recebido um telegrama congratulatório pelo Sesquicentenário da Independência por parte da ADFG⁵⁰⁰. Esse tom ufanista, marcado pelos anos do “milagre econômico”, tomava os ânimos da ADFG, como se pode notar na colaboração em valores do grupo ao programa “Ajude o brasileiro a construir a Transamazônica”, em 1972⁵⁰¹. Apesar da pesquisa não ter encontrado nenhum outro documento sobre a participação da ADFG no programa, é interessante observar que, nesse mesmo contexto, como já foi mencionado, o grupo participava das reuniões da AGAPAN e ouvia as palestras de José Lutzenberger, que, por seu turno, criticava a construção da Transamazônica.

Em agosto do mesmo ano, a ADFG recebeu a visita de Dorothea Heindrich, integrante da comunidade católica de Hamburgo/Alemanha. Não encontrei registros de outras atividades das quais a ADFG tenha participado e em que estivesse presente a líder católica alemã. Contudo, pelo que consta nas atas da ADFG, em algum momento Heindrich interpelou as gaúchas sobre a situação política pela qual o país passava, uma vez que as notícias das atrocidades cometidas pela ditadura corriam o mundo⁵⁰². No ensejo, a ADFG tratou de responder aos questionamentos, “[...] dentro de seu programa de colaborar para uma melhor imagem do Brasil no exterior [...]”. Para tanto, “[...] a ADFG deu a sra. Dorothea Heindrich diversos documentos comprobatórios da situação do Brasil no período antes e após a Revolução de 31 de março”⁵⁰³. O objetivo do grupo era demonstrar o sentido “salvacionista” da “Revolução”, que tinha livrado o país da subversão e da corrupção.

Além dos folhetos entregues a Heindrich, a presidente da ADFG, Sofia Renner, encarregou-se de levá-la a conhecer os trabalhos realizados pela entidade, assim como verificar “[...] as iniciativas governamentais, estaduais e municipais para que pudesse melhor dar seu testemunho da realidade brasileira, deturpada [...] no exterior, [fazendo] melhor divulgação possível do material recebido [...]”⁵⁰⁴. Esse gesto, além de indicar o modo como se dava a adesão ao regime civil-militar, aponta também para o esforço empreendido pelo grupo para que a

⁴⁹⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 4 a 30 abr. 1972, p. 100. (Ata nº 101).

⁵⁰⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, set. 1972, p. 7. (Ata nº 106).

⁵⁰¹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, out. 1972, p. 9. (Ata nº 107).

⁵⁰²Em relação à divulgação de denúncias de tortura entre a comunidade internacional, conferir o trabalho de Renata Meirelles (2016) sobre a atuação da Anistia Internacional (AI). MEIRELLES, Renata. *Acender as velas já é profissão: a atuação da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a ditadura (1961-1981)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

⁵⁰³Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, ago. 1972, p. 6. (Ata nº 105).

⁵⁰⁴*Ibid.*, p. 6.

ditadura não fosse difamada no exterior. Não é tarde lembrar que a partir dos anos 1970 denúncias sobre a violação de direitos humanos no Brasil começaram a se espalhar pelo mundo, notadamente na Europa e nos Estados Unidos (Green, 2009; Meirelles, 2016).

Mesmo assim, a ADFG não abria mão de suas convicções à direita e entendia que os militares no poder cumpriam sua “missão” em eliminar a “subversão” e a “corrupção”, levando o país ao desenvolvimento. Assim, em março de 1973, a ADFG novamente enviou um telegrama ao presidente Médici, “[...] cumprimentando-o pela passagem do aniversário do movimento de 31 de março”⁵⁰⁵. Meses após esse envio, a CAMDE remeteu duas cartas à ADFG. Na primeira, a entidade carioca solicitava “[...] apoio para a impressão de um selo comemorativo [sobre] a participação da mulher na Revolução de 1964”⁵⁰⁶, o que sugere que ambos os grupos estavam imbuídos em celebrar, comemorar e homenagear a ditadura. A segunda correspondência referia-se a um pedido da CAMDE para que a ADFG fizesse parte de uma campanha com vistas “[...] a tornar mais atuante e enérgica a censura no país”⁵⁰⁷. Muito embora a pesquisa não disponha das cartas, apenas das atas em que constam breves descrições sobre as mesmas, esses registros sugerem que os grupos cívicos femininos se encontravam ainda muito demarcados pelo anticomunismo que os caracterizavam há cerca de dez anos atrás.

Em 1974, dois atos da ADFG são demonstrativos de como a entidade ainda apoiava a ditadura, mantendo boas relações com militares e autoridades públicas que representavam o regime. O primeiro desses eventos foi o 10º aniversário da ADFG, comemorado em sua assembleia geral, em 28 de março de 1974, nas dependências do Centro Evangélico Luterano. Embora não disponha do que foi mencionado a respeito das circunstâncias em que surgiu a ADFG, percebe-se nas atas uma breve menção referente à fala de Giselda Castro sobre o aparecimento da organização em meio à “Revolução”. Presume-se que a ideia foi de prestar homenagem não só à ADFG, mas à “Revolução”, uma vez que a assembleia geral iniciou-se com a formação de uma mesa, na qual além das representantes da ADFG, compareceram “[...] o representante do comandante do III Exército, coronel Carlos Alberto Ponzi, e a representante do Conselho Estadual de Entidades Femininas (CEEFF), Maria Abreu”⁵⁰⁸.

⁵⁰⁵Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 2 abr. 1973, p. 17. (Ata nº 116).

⁵⁰⁶Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 11 jun. 1973, p. 21. (Ata nº 124).

⁵⁰⁷Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 6 ago. 1973, p. 23. (Ata nº 128).

⁵⁰⁸Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 28 mar. 1974, p. 33. (Ata nº 150).

O segundo ato diz respeito à carta que a ADFG endereçou ao Presidente da República Ernesto Geisel por ocasião de sua posse⁵⁰⁹. Em janeiro de 1974, Geisel foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, dando início ao processo de transição política e desmontagem do aparelho repressivo, chamado de abertura política, cujas características foram marcadas pela lentidão e pela gradualidade. A carta é de 31 de março de 1974, e nela podem ser vistos os cumprimentos do grupo ao general recentemente empossado: “é com o mais expressivo sentimento que a Ação Democrática Feminina Gaúcha cumprimenta V. Ex.^a que assume a Presidência da República na auspiciosa ocasião em que toda a nação comemora o 10º aniversário da Revolução de 31 de março”.

A carta segue, relembando o histórico da entidade, que há dez anos voltou-se aos ideais dos governos da ditadura, entendidos como “democráticos”.

Voltadas que somos nos 10 anos de existência da entidade ao fortalecimento do processo democrático pelo estímulo à valorização cívica da pessoa humana, aplaudimos em V. Ex.^a o governante que nos assegura a continuidade dos ideais revolucionários, ao mesmo tempo [em] que convoca o povo a uma maior participação nos assuntos da causa pública, estimulando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso⁵¹⁰.

E segue em tom elogioso, na crença de que o país passava ileso diante da crise econômica mundial: “na grave conjuntura com que se defronta o mundo de nossos dias, a ordem e a tranquilidade que reinam em nossa pátria, falam bem alto da capacidade de seus governantes e deu sua habilidade política e administrativa”⁵¹¹.

Por fim, afirmavam acreditar no sucesso do futuro governo Geisel, assim como se colocavam entre todos os brasileiros “dedicados à causa da nacionalidade” à disposição do general.

A objetividade e dinamismo desde logo evidenciados por V. Ex.^a garantem-nos que o Brasil seguirá em marcha ascendente, neste período, o mais dinâmico e progressista da história da República.

Pode V. Ex.^a estar certo de contar com o apoio e a colaboração de todos os brasileiros de boa vontade, dedicados à causa da nacionalidade e irmanados pelo ideal comum.

Augurando a V. Ex.^a o mais completo sucesso na magna tarefa de dirigir os destinos da Pátria⁵¹².

Os elogios da ADFG aos governos da “Revolução” e a Geisel, contudo, não condiziam com a visível crise econômica. Em 1974, a inflação mais que duplicou e o PIB cresceu pela metade, solapando o trunfo da era Médici (Napolitano, 2014, p. 239-240). Mesmo assim, a ADFG mantinha-se como uma entidade adesa e comprometida com o regime que tinha

⁵⁰⁹Fundo Gabinete Pessoal do Presidente da República. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB JF.EBG.0.57). Carta da ADFG ao presidente da República Ernesto Geisel. 31 mar. 1974.

⁵¹⁰*Ibid.*

⁵¹¹*Ibid.*

⁵¹²*Ibid.*

ajudado a edificar. No campo político e social, a ADFG parecia não ter se importado com o sistema repressivo que ao longo de dez anos havia aniquilado as esquerdas armadas, restando em 1974 apenas a guerrilha do Araguaia. É provável que seja por isso os confetes ao general e à ditadura, afinal eles haviam proporcionado “ordem” e “tranquilidade” ao eliminar o risco da comunização do país.

Em 1974, a ADFG partiu para sua primeira grande luta em defesa da natureza — a “Campanha pela preservação das ilhas do Guaíba” —, pauta que lhe conferiu, posteriormente, a imagem de entidade exclusivamente comprometida com a preservação do meio ambiente, nublando os gestos de adesão ao regime ditatorial. Apesar de esta tese não tratar dos aspectos da memória construída sobre a ADFG após a ditadura civil-militar, afinal todo trabalho historiográfico é elaborado a partir de recortes de tempo e espaço, é preciso considerar a necessidade de esforços de investigação futuros sobre este tema. De todo modo, não se pode negar o peso que a ecologia e os seus mais variados aspectos tiveram sobre a ADFG, impactando, sem dúvidas, na sua posição sobre o regime civil-militar. Volto a dizer que, embora o grupo não tenha rompido em nenhum momento com a ditadura, ele não a apoiava de forma incontestada a todo o tempo. A partir de 1975, mais precisamente desde a presidência de Magda Renner, a organização comportou-se cada vez mais por meio das acomodações: saudava os governos da “Revolução” e os criticava a partir de pontos específicos de sua pauta “ecológica”. Portanto, considera-se que a inserção da ADFG na luta pela preservação da natureza e em defesa da ecologia, entendida por suas lideranças como “[...] a ciência que estuda as relações e dependências dos seres entre si e com seu ambiente”⁵¹³, provocou paulatinas mudanças no comportamento do grupo em relação ao regime ditatorial. Como veremos mais adiante, a partir de 1975 os gestos de apoio à ditadura, seja por meio dos festejos dos aniversários da “Revolução” e/ou através de alguma homenagem aos militares e às forças armadas, foi diminuindo em ritmo contrário à imersão da organização no ambientalismo. Isso, contudo, não implicou um rompimento com o regime, mas novas relações, cujo eixo central oscilava entre gestos de aproximação e de afastamento, os quais, a depender da época, também variavam.

Esse comportamento acomodado não expressava utilitarismo por parte da ADFG, mas sim estratégias e modos de agir e pensar de parte considerável da sociedade brasileira que viveu sob a ditadura civil-militar. Conforme Motta (2016, p. 16), é preciso compreender as acomodações a partir de um jogo de mútuas concessões entre Estado ditatorial e atores sociais.

⁵¹³Centro de Documentação Magda Renner. Vigília pela vida — Dia Mundial do Meio Ambiente. Porto Alegre, jun. 1982.

Portanto, para que o jogo funcione, é preciso que exista dois campos, em uma via de mão dupla em meio a relações de poder assimétricas.

3.5.3. As relações entre a ADFG e os grupos cívicos femininos durante a ditadura

Como já foi dito, antes da fundação da ADFG, em março de 1964, lideranças de organizações cívicas femininas, como a UCF de São Paulo, visitaram Porto Alegre com a finalidade de dar algum tipo de suporte a um grupo que estava em formação. Desde 1962, tanto a UCF quanto a CAMDE já estavam estruturadas e mobilizavam-se criando núcleos em bairros da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, assim como em cidades do interior, inclusive em outros estados, como a UCF em cidades do Paraná e de Santa Catarina, e a CAMDE em Florianópolis (Dreifuss, 1981; Simões, 1985; Cordeiro, 2009). Esses aspectos, por seu turno, demonstram que essas entidades estavam organizadas em uma extensa rede política, cujo objetivo inicial era se somar ao processo de desestabilização que resultou na queda do governo João Goulart.

Após o golpe, contudo, as relações entre esses grupos permaneceram por um considerável período, pois eles se entendiam como “vigilantes” contra a “comunização” do país, e como agentes importantes na construção de legitimidade da “Revolução”. Portanto, era preciso agir por essa rede de contatos que se movimentaria, em alguns momentos, por meio de uma agenda comum.

A ADFG relacionou-se com suas congêneres desde o início. Logo após o golpe, a entidade havia recebido um telegrama da CAMDE, no qual esta solicitava o comparecimento das gaúchas na Marcha da Vitória, que se realizaria no dia 2 de abril de 1964⁵¹⁴. No telegrama não consta a data de seu envio, nem mesmo uma descrição mais detalhada a respeito do evento, constando apenas que era imprescindível a maior representação possível da ADFG na Marcha. É possível que, com o desenrolar dos acontecimentos, a CAMDE tenha procurado organizar o evento de modo mais apressado, contando com o comparecimento de outras entidades, como a ADFG. Como se tratava da primeira Marcha após o golpe, o objetivo era festejar e impressionar, em tamanho e número, de modo a tornar legítima a intervenção das Forças Armadas (Presot, 2004).

Em 23 de junho de 1964, uma outra carta, de autoria desconhecida, foi enviada à ADFG⁵¹⁵, dessa vez endereçada à Heloísa Rheingantz Becker, coordenadora do departamento de ação social. A correspondência era de uma associada da CAMDE que havia viajado para Montevideu, com vistas a estabelecer vínculos com as direitas do Uruguai, e que, ao retornar ao

⁵¹⁴Centro de Documentação Magda Renner. Telegrama da CAMDE à presidente da ADFG, Ilda D. Baumhardt. Rio de Janeiro, 1964.

⁵¹⁵ Centro de Documentação Magda Renner. Carta à Heloísa Rheingantz Becker. Rio de Janeiro, 23 jul. 1964.

Brasil, pretendia passar por Porto Alegre e visitar sua amiga Heloísa. O relato, em tom desanimador para as mulheres de direita, delineava o breve percurso da sócia da CAMDE no Uruguai. Segundo a descrição da autora: “de um modo geral não encontrei ambiente propício para nós. Muita desconfiança mesmo entre pessoas da direita, o ambiente é muito trabalhado pelos comunistas que estão soltos e os jornais, rádios, televisão, publicando farta matéria paga defendendo o Goulart, etc.”. Conforme seu relato, o Uruguai vivia sob um desgoverno conduzido pelo Partido Blanco, que na ocasião estava sendo altamente criticado pela oposição. Esse ambiente tomado pelos “comunistas”, descrito na carta, era alimentado com notícias mal-intencionadas a respeito do que se passava no Brasil, em que descreviam o regime político brasileiro como uma ditadura, sobretudo com as crescentes cassações de mandatos e prisões. De acordo com a sócia da CAMDE, isso podia ser visto no momento de sua chegada a Montevideu, em 8 de junho de 1964, quando circulava a notícia de que o ex-presidente Juscelino Kubitschek tivera seus direitos políticos cassados. Endossando o discurso do regime civil-militar que acusava Juscelino de corrupto e de contar com o apoio dos comunistas, o que tornava, portanto, sua cassação legítima, para ela, faltavam maiores explicações sobre esses acontecimentos. Declarou ainda que vários jornais a procuraram para entrevistá-la e saber a respeito da cassação do ex-presidente, mas que “neste tema [...] não queria embarcar por não ter levado documentos e recear fosse cilada”.

Durante sua estadia no país vizinho, a remetente procurou contatar três pessoas, segundo as quais poderiam levá-la a conhecer organizações de direita, que semelhantemente ao Brasil, estavam preocupadas com a “infiltração vermelha” no país. Desses contatos, dois foram infrutíferos. Um deles era de uma representante cubana, próxima de Nélida Garmendia; e o outro, indicado por Heloísa Rheingantz Becker, era de um senador, cujo nome consta apenas como Herrera. Segundo o relato, como era um homem que visitava João Goulart, achou conveniente não o visitar. O único contato proveitoso, segundo consta, foi o do professor e médico Carlos Stajano, sujeito ligado apenas ao meio estudantil conservador uruguaio, o que parecia um pouco limitador para ela. De acordo com a autora da carta, Stajano tinha um bom grupo atuante, que costumeiramente se reunia para tratar de assuntos da política nacional. Ao que parece, Carlos Stajano era alguém já do conhecimento de ambas, da sócia da CAMDE e de Heloísa, pois havia ocupado o cargo de ministro da saúde pública no Uruguai entre 1959 e 1960⁵¹⁶, e, principalmente porque participava de atividades de grupos conservadores

⁵¹⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Organizado o Ministério do novo governo em Montevideu”. *Diário da Noite* (SP), 2 mar. 1959, p. 4.

anticomunistas⁵¹⁷. Ao relatar seu contato com Stajano, sobretudo da relação deste com os estudantes, a remetente da carta indagava Heloísa sobre se a ADFG teria um setor estudantil que poderia dialogar com os estudantes uruguaios.

A carta apresenta outros aspectos, dentre os quais as desilusões e/ou decepções de uma militante de um grupo cívico feminino com os rumos do regime político que ela ainda apoiava. Nesse sentido, ela afirmou que ao voltar ao Brasil ficou um pouco confusa. Segundo ela, “há tanta coisa que não me agrada, não é mesmo a revolução dos meus sonhos!”. Ela referia-se à alta do custo de vida e à pouca perspectiva de melhora, o que gerava, em sua opinião, grande descontentamento social. Ao perguntar a Heloísa a respeito da “linha” que vinha sendo adotada pela ADFG em relação ao governo, afirmou que a CAMDE se dedicava ao “[...] programa de esclarecimento público, mediante conferências sobre economia, abastecimento e serviços sociais”. Embora entendesse esses trabalhos como necessários, afinal eles procuravam levar ao público uma imagem positiva da ditadura, ela também parecia desinteressada, pois tais atividades pareciam as mesmas que ela realizava em outras entidades assistenciais há mais de duas décadas; e desmotivada, uma vez que não via maiores disposições por parte do governo da “Revolução”. Tal aspecto pode ser visto ao final da carta: “O que será que Deus ainda prepara para o Brasil? Parece que os homens não estão à altura da graça que receberam: a expulsão dos comunistas sem guerra civil”⁵¹⁸.

Não dispomos da resposta de Heloísa à sócia da CAMDE, mas imaginamos que a ADFG também tenha utilizado cartas e demais tipos de correspondências para: demonstrar como a entidade vinha se organizando e realizando suas atividades; fazer comentários sobre o regime político inaugurado pela “Revolução”, como fez a remetente da carta à Heloísa; e manter e/ou ampliar a rede de sociabilidade existente entre mulheres de direita. O objetivo da carta parece ter sido o de colocar Heloísa a par dos acontecimentos políticos no Uruguai, de respondê-la acerca dos contatos de que dispunham no país vizinho e de tecer comentários mais pessoais sobre como compreendia o atual momento político brasileiro. Contudo, resta ainda saber o porquê de o Uruguai ter sido escolhido, país onde se encontrava o ex-presidente João Goulart.

Em 2 de setembro de 1965 outra carta foi endereçada à ADFG, mais precisamente à sua vice-presidente, Gerty Wallig⁵¹⁹. A autora era Eudoxia Ribeiro Dantas, vice-presidente da CAMDE, e a correspondência era uma resposta da CAMDE à ADFG sobre nomes que poderiam participar de atividades como palestrantes, conferencistas, etc., e sobre as atividades

⁵¹⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Presidente de Cuba conferenciou com João Goulart: não intervenção”. *Diário de Pernambuco* (PE), 21 jan. 1962, p. 1.

⁵¹⁸Centro de Documentação Magda Renner. Carta à Heloísa Rheingantz Becker. Rio de Janeiro, 23 jul. 1964.

⁵¹⁹Centro de Documentação Magda Renner. Carta da CAMDE à Gerty Wallig. Rio de Janeiro, 2 set. 1965.

dos grupos femininos junto aos estudantes. Pelo que se observadas palavras de Eudóxia, Gerty havia encaminhado em outra correspondência seu desapontamento com algumas figuras públicas que, provavelmente, desmarcaram de última hora seus compromissos com a ADFG. Conforme a resposta da vice-presidente da CAMDE: “se vocês tivessem [nos] consultado com antecedência, teríamos avisado da inconveniência de fazer programas com estes figurões (que em geral são muito ocupados), em muitas vezes, aqui mesmo no Rio, desmarcam à última hora compromissos assumidos”. Na correspondência, Eudoxia disse ter procurado o contato do economista Eduardo da Silveira Gomes Júnior, que na ocasião chefiava a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e assessorava o Ministro do Planejamento Roberto Campos, mas que foi impossível encontrá-lo. A outra tentativa de contato realizada foi com o líder ipesiano Paulo de Assis Ribeiro, que, naquele contexto, se destacava pela elaboração das diretrizes de um plano de reforma agrária que viria a ser adotado pela ditadura. Segundo Carlos Esteves (2012, p. 223), Paulo de Assis Ribeiro era reconhecido como um dos principais tecnopresários ligados às diretrizes do plano de reforma agrária do primeiro governo da ditadura. O contato, porém, não foi exitoso, pois Assis Ribeiro encontrava-se em Brasília, “[...] convocado pela Câmara para um trabalho sobre Reforma Agrária, não podendo por isso dar certeza de seu comparecimento”. A resposta havia sido dada pelo seu secretário que, na ocasião, se prontificou a retornar diretamente a Gerty com a indicação de outra pessoa que pudesse substituir Paulo de Assis Ribeiro.

Essas tratativas entre a CAMDE e a ADFG são reflexos das ações educativas realizadas por esses grupos, como cursos, palestras e conferências ofertadas às diferentes camadas sociais. Essas iniciativas, por sua vez, além de demandar pessoas especializadas em temas específicos, dependiam do contato daqueles que fariam a defesa dos governos da “Revolução”.

Outro tema abordado na correspondência foram os trabalhos realizados pela ADFG junto aos estudantes, o que foi elogiado por Eudóxia, que, da mesma forma, dizia saber “[...] bem das dificuldades que isso [acarretava]”. O elogio da vice-presidente da CAMDE, porém, estava relacionado a outro aspecto: as discussões no Congresso Nacional acerca da Lei Suplicy. A proposta de lei era do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que procurava enquadrar a representação estudantil na nova ordem, passando as entidades estudantis (Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes) a funcionar sob o controle oficial e restringindo suas pautas a assuntos assistenciais e acadêmicos (Valle, 1999). De acordo com Eudóxia, o governo sofreria com uma dura campanha contrária ao projeto, cabendo aos grupos cívicos femininos, portanto, a “[...] [organização de] um trabalho de apoio a referida lei, que é a única que [poderia] terminar com os abusos no meio estudantil”.

Dessa forma, Eudóxia indagava Gerty sobre se a ADFG contava com algum grupo de estudantes, de sua confiança, que pudesse enviar um manifesto de apoio ao projeto de lei. Da parte da ADFG, há um breve telegrama do ministro Flávio Suplicy de Lacerda a Gerty Wallig dias antes, em 20 de agosto de 1965, em que se dizia honrado com o convite, mas que se encontrava impossibilitado de comparecer⁵²⁰. Não há maiores detalhes a respeito, e talvez a proposta da entidade fosse a de fazer com que ele ou algum de seus representantes esclarecesse pontos acerca do projeto de lei nos ciclos de palestras ofertados pela ADFG.

De todo modo, esse gesto por parte da CAMDE é demonstrativo de como esses grupos procuraram, em conjunto, atuar em conformidade com a ditadura, mobilizando outros segmentos que, afinados, fariam a defesa do autoritarismo. Da mesma forma, é importante destacar que Eudóxia, e provavelmente Gerty, defendiam o projeto de lei, pois acreditavam que o meio estudantil estava tomado pelas esquerdas, o que não era irreal, e que era preciso agir energicamente, desmobilizando o movimento estudantil. Por último, a carta de Eudóxia trazia ressalvas quanto a esses trabalhos com estudantes, os quais deveriam ser feitos “[...] com muita descrição para que nada [transparecesse] no meio estudantil”. Essa advertência era reveladora da maneira pela qual a CAMDE, e possivelmente a ADFG, atuava entre os estudantes — de modo “silencioso”, disfarçado, para que o próprio movimento estudantil, bastante robusto naquele contexto, não desconfiasse. Não dispomos de informações a respeito de estudantes próximos dos grupos cívicos que atuaram e/ou disputaram o movimento estudantil entre os anos 1960 e 1980, aspectos que não devem ser descartados, uma vez que sabemos da existência de estudantes de direita organizados e imbuídos em ocupar as entidades estudantis, secundaristas e universitárias, e de fazer a defesa da ditadura civil-militar (Lima, 2017).

Há algumas correspondências mais simples, cujo conteúdo não vai muito além do envio de boletins informativos e de declarações em que os grupos se colocavam como “vigilantes” em luta contra a “comunização” do país. Dentre essas correspondências recebidas, encontramos uma breve carta enviada pela Cruzada Democrática Feminina (CDF), de Pernambuco, à ADFG, na qual afirmavam terem recebido o Boletim Informativo “[...] dessa conceituada agremiação e asseguramos um profícuo trabalho em prol dos nossos ideais, hoje tão ameaçados quanto outrora”⁵²¹. As “ameaças” provavelmente referiam-se às manifestações estudantis que tomavam as ruas das principais cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, para protestar contra a ditadura civil-militar. Esse também é o teor que permeia parte do relatório do Movimento Cívico

⁵²⁰Centro de Documentação Magda Renner. Telegrama de Flávio Suplicy de Lacerda à ADFG. Rio de Janeiro, 20 ago. 1965.

⁵²¹Centro de Documentação Magda Renner. Carta da CDF à ADFG. Recife, 23 out. 1968.

da Mulher Cearense (MCMC), do primeiro semestre de 1968, enviado à ADFG⁵²². Além de constar a posse da nova diretoria, bem como as atividades que foram realizadas pelo MCMC, há igualmente as seguintes advertências:

[...] às mães, às esposas, às filhas, às irmãs, à mulher do Ceará, no sentido de que evitem no lar ou mesmo fora dele, a ação dos elementos subversivos, que procuram sistematicamente e ardilosamente explorar o idealismo e a boa fé, dos moços, dos estudantes da juventude universitária brasileira.

As cearenses do MCMC diziam em seu relatório que o país vivia sob uma indefinição e que as manifestações estudantis de 1968 resultavam em violência — como a morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março daquele ano, a qual era “dirigidamente explorada” pela “subversão”. Segundo o MCMC, o país “[...] precisa despertar de novo, abrir os olhos para a realidade presente, palpitar de civismo quando [assediados] por inimigos”. Ao final, conclamava as mulheres do Ceará para que continuassem em luta pelo que haviam conquistado: “Mulher cearense, chegou a hora da definição: vigiai, trabalhai e orai para que sejam mantidas as tradições cristãs da família brasileira”. Como visto, além da defesa dos ideais ameaçados, as agremiações também procuraram incentivar suas congêneres a construir uma imagem positiva do regime ditatorial, imagem esta que parecia lhes pertencer.

Além das correspondências, houve momentos em que as lideranças desses grupos estiveram reunidas, promovendo atividades, como encontros, reuniões, etc., com vistas a “salvaguardar” a ditadura. Em 26 de outubro de 1965, um documento assinado por cerca de nove entidades femininas foi entregue a Castelo Branco, em Brasília⁵²³. A “Declaração de Brasília”, como foi denominado pelas próprias signatárias, procurava “trazer ao presidente da República a palavra de confiança [...]” e “reafirmar o propósito de um trabalho constante pela consolidação da democracia, único regime condizente com a tradição do Brasil”. A “Declaração” era uma demonstração de confiança nos governantes militares e de disposição das organizações em atuar na defesa desses governos, colocando-se como “[...] irmãs na luta pela preservação dos ideais de 31 de março [...]”

Nós mulheres brasileiras, representantes de entidades cívicas do Ceará, Pernambuco, Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, irmãs pela preservação dos ideais de 31 de março, considerando que fomos à Revolução, para dar à nova geração o conceito autêntico de hierarquia de valores, que fomos à Revolução para restabelecer princípios de moral e de austeridade, que fomos à Revolução, para que brasileiros dignos, cuidassem do destino da coisa pública, que fomos à Revolução, para libertar o país das consequências funestas de um processo inflacionário, decidimos trazer ao presidente da República a nossa palavra de confiança, convictas de que, em que pesem os obstáculos e as dificuldades, saberá conduzir a

⁵²²Centro de Documentação Magda Renner. Relato dos trabalhos do Movimento Cívico da Mulher Cearense (1º semestre de 1968). Fortaleza, 1968.

⁵²³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres a Castelo: só a democracia nos serve”. *Diário de Notícias* (RS), 27 de out. 1965, p. 2.

Revolução aos seus verdadeiros objetivos e reafirmar os nossos propósitos de trabalho constante, pela consolidação da democracia, único regime condizente com a tradição histórica do Brasil”.

O documento enviado a Castelo também deve ser compreendido mediante as discussões que vinham acontecendo em relação ao Ato Institucional nº 2 (AI-2), baixado pelo regime civil-militar um dia após o encaminhamento da “Declaração”. O AI-2, por seu turno, contava com o apoio das organizações femininas, que o entendiam como “uma ação eficaz, enérgica e patriótica em defesa dos altos objetivos revolucionários”⁵²⁴. No caso da ADFG, em reunião de 27 de outubro de 1965, houve “[...] uma rápida análise da situação e, de comum acordo, redigiu-se um telegrama ao presidente da República, Castelo Branco, hipotecando apoio e confiança”, o que foi assinado por todas as mulheres presentes⁵²⁵. Embora a reunião contasse com apenas nove mulheres, cerca de 130 mulheres assinaram a ata, provavelmente nos dias seguintes, para referendar o apoio da ADFG ao AI-2.

O I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 1967⁵²⁶. Organizado pela CAMDE, o encontro contou com diversas entidades femininas brasileiras e sul-americanas, onde conseguiam dar visibilidade ao trabalho que vinham desenvolvendo até aquele momento, além de receber o apoio de determinados segmentos e organismos sociais, como a imprensa. Dentre as várias discussões, o tema da educação foi central, e estava em consonância com os rumos educacionais do país sob a ditadura (Chaves; Campos, 2022). Sobre este aspecto, muitos dos grupos, dentre os quais a ADFG, fizeram a defesa de uma educação cívica, voltada para o reconhecimento dos valores pátrios, de modo a fazer com que a juventude não se envolvesse com movimentos estudantis — naquele contexto, ocupados em grande medida pelas esquerdas. A ADFG encaminhou duas de suas associadas ao evento: Giselda Escosteguy Castro, como observadora, e Iris Potthoff Correa Lopes, como delegada. Ao final do congresso, quando as mais diferentes entidades encaminhavam suas propostas e moções, a ADFG apresentou à 2ª Sessão Plenária suas sugestões a respeito da necessidade do civismo em todos os níveis educacionais por meio de professores preparados para tal finalidade:

Ao levar às autoridades educacionais as conclusões deste Congresso, sobre a forma de ser ministrada a educação cívica no curso médio, ginásio, escola normal e escolas técnicas, seja encarecida a conveniência, necessidade mesmo, de os professores a quem

⁵²⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “CAMDE denuncia trama a Castelo para anular os efeitos do novo Ato”. *Jornal do Brasil* (RJ), 30 de out. 1965, p. 4.

⁵²⁵Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 27 out. 1965, p. 15. (Ata nº 13).

⁵²⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Mulheres sul-americanas vão se reunir no Rio em defesa da democracia”. *Jornal do Brasil* (RJ), 31 de mar. 1967, p. 7.

ela seja confiada, passarem obrigatoriamente por um exame cívico e ideológico, através de entrevista e *curriculum vitae*, para a sua eficiência⁵²⁷.

A posição da ADFG, assim como de outras entidades, vinha ao encontro do que os grupos já vinham e/ou planejavam realizar em suas cidades. Até a data do Congresso, a ADFG havia realizado “cursos de orientação cívica” em que discutiam temas, como “democracia e liderança”⁵²⁸. Esses cursos, ao que tudo parece, eram voltados para diferentes segmentos sociais e pretendiam aglutinar e preparar lideranças que pudessem “[...] mais adiante fazer palestras em escolas, fábricas, associações, etc.”⁵²⁹.

O I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia ainda proporcionou trocas de experiências e, principalmente, o alinhamento político entre as entidades presentes, na construção de organismos e programas em defesa da “Revolução”. Essa busca de alinhar perspectivas ideológicas e práticas políticas pode ser vista na aprovação por aclamação das propostas de criação de duas entidades: a “Campanha da Mulher Sul-Americana em Defesa da Democracia”, “[...] entidade que [congregaria] todas as associações cívicas sul-americanas e brasileiras, credenciadas [neste] I Congresso [...]”; e o “Conselho Nacional de Movimentos Cívicos”⁵³⁰.

Além das correspondências e eventos, a ADFG esteve em contato com outras entidades através de visitas de suas congêneres ao Rio Grande do Sul e vice-versa. Em maio de 1965, por exemplo, a ADFG recebeu a visita de Gracie Ulhoa Cintra, integrante da UCF de São Paulo⁵³¹. Gracie participou de uma das reuniões de diretoria da ADFG, onde explicou os trabalhos realizados pela sua entidade na “Campanha pela Estabilização de Preços”. Na ocasião, estavam presentes, além da diretoria e dos membros do conselho diretor da ADFG, algumas lideranças da CMD, tendo em vista que a Campanha procurava contar com o apoio do maior número de entidades cívicas (Sousa, 2016). Em 27 de outubro de 1969 foi a vez da diretora da CAMDE, Vilma Pook Kanitz, visitar a ADFG e falar sobre sua entidade, informando sobre a nova diretoria recentemente empossada⁵³². Em julho de 1973, a presidente do conselho diretor da ADFG,

⁵²⁷CAMDE — Campanha da Mulher em Defesa da Democracia. In: I CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA. *Anais...* Rio de Janeiro: AGGS, 1967, p. 132.

⁵²⁸Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 15 set. 1965, p. 31. (Ata nº 10); Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Convite; curso de Orientação Cívica”. *Diário de Notícias* (RS), 10 maio 1964, p. 4.

⁵²⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 13 out. 1965, p. 33-34. (Ata nº 12).

⁵³⁰CAMDE — Campanha da Mulher em Defesa da Democracia. In: I CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA. *Anais...* Rio de Janeiro: AGGS, 1967, p. 133-134.

⁵³¹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 18 maio 1965, p. 24-29. (Ata nº 7).

⁵³²Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 27 out. 1969, p. 28. (Ata nº 45).

Wilma Funcke, visitou a CAMDE⁵³³. Conforme relatou em reunião da diretoria executiva, Wilma ficou impressionada com a qualidade do trabalho desenvolvido pela entidade na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, assistiu a uma aula de um curso de psicologia promovido pela CAMDE sobre a estrutura e a evolução da personalidade. Segundo seu relato, o curso era pago e acontecia na Faculdade de Filosofia, onde participava um grupo de 15 a 20 senhoras. A partir da segunda metade da década de 1970, as tratativas com suas congêneres em outros estados foram diminuindo, o que pode ser percebido nas atas das reuniões da diretoria executiva. A explicação para isso está nos novos pontos da agenda da ADFG, a partir de 1975, momento em que a ecologia alargava a rede de contatos do grupo para além de entidades cívicas femininas.

3.5.4. As atividades educativas e assistenciais

Desde o seu surgimento, em março de 1964, a ADFG entendia-se também como uma entidade incumbida de amenizar as dificuldades pelas quais passavam as populações desassistidas da periferia de Porto Alegre. Evidentemente, essa tarefa, cujo desafio não era pequeno, estava relacionada à agenda política da entidade, a qual era pautada em seus dez primeiros anos pela defesa da ditadura civil-militar. Ou seja, parte significativa do que a ADFG realizou nesses espaços voltava-se para a “salvaguarda” da ditadura, para a propagação da ideia de que se vivia sob governos dotados de qualidades, e que as dificuldades pelas quais eles passavam eram necessárias, tendo em vista suas finalidades “saneadoras”. Isso, porém, não quer dizer que a ADFG tenha se comportado de modo “ardiloso” ao atuar na periferia da cidade, como se lhe coubesse como única tarefa arregimentar mulheres e jovens em nome da ditadura.

Entre 1964 e 1974, as mulheres da ADFG mantinham-se nesses espaços porque, em primeiro lugar, como vimos, elas acreditavam que era preciso seguir em apoio à “Revolução” e a seus governantes, levando a cabo a “descomunização” do país através de seu trabalho de “vigilância”; em segundo lugar porque, ao serem recebidas por essas comunidades de modo afável — e provavelmente reverente —, entendiam que cumpriam funções que lhes conferiam reconhecimento público, pois, mesmo pertencendo às camadas médias e altas da sociedade, elas estavam de fora dos espaços tradicionais da política; e, em terceiro lugar, pois o grupo, ao buscar conquistar adesão e legitimidade à ditadura, envolveu-se com as atividades assistenciais, ampliando sua agenda.

⁵³³Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 10 ago. 1973, p. 24. (Ata nº 24).

Dentre as atividades e programas desenvolvidos pela ADFG ao longo dos seus dez primeiros anos, examinaremos três: os cursos sobre civismo e democracia; o trabalho desenvolvido junto aos Clubes de Mães; e o programa Bolsas de Estudos para alunos carentes.

3.5.4.1. Ações Cívicas

Em seus primeiros documentos, a ADFG apresentava-se como uma entidade com características cívicas e educacionais, voltada para a formação e o “esclarecimento” da população. Segundo consta em seu Plano de Ação de 1964⁵³⁴, o sentido cívico estaria relacionado a um movimento mais amplo, envolvendo diversos grupos semelhantes espalhados pelo país, que, por sua vez, compreendiam como fundamental a “formação integral do indivíduo” para a vitória da “Revolução”. A ADFG, portanto, entendia que para alcançar o civismo, suas finalidades deveriam ser mais amplas, voltando-se, portanto, para a formação educacional da população. De acordo com o Plano de Ação:

Partindo do pressuposto de que Educar é propiciar ao indivíduo suas condições favoráveis para que ele possa se realizar plenamente (como um todo na sociedade) em que vive e nela conquistar um lugar, a partir daí, atingiremos também o aspecto cívico. Se Democracia é uma forma de governo em que o povo exerce a soberania, este povo deve ser, antes de tudo, educado dentro dos princípios democráticos se é que pretendemos para nós esta forma de governo. Para que o povo possa ser educado dentro destes princípios, ele deve tê-los como autênticos, deve estar em condições materiais e espirituais para tal aspecto dual do homem — o todo⁵³⁵.

Educar dentro dos princípios “democráticos” dizia respeito às ações desenvolvidas por muitas de suas associadas, como cursos e outras atividades, desde antes da formação da ADFG, em que opunham democracia e “comunismo”. Este último, por seu turno, era compreendido como algo maléfico e deletério, em oposição à religiosidade, à pátria, à família e à propriedade, que pregava, conforme o imaginário anticomunista, a ditadura do proletariado, em oposição à democracia ocidental e cristã.

Nesse sentido, a ADFG propunha, através do Plano, que “[...] a mulher gaúcha [iniciasse] um movimento que [oportunizasse] a todo o cidadão educar-se, ou seja, realizar-se plenamente dentro de sua sociedade, capacitando-o, inclusive, a eleger o seu governo”⁵³⁶. Embora a organização tenha sempre se definido como “apartidária”, às vezes responsabilizando os governantes pelos problemas sociais existentes, é interessante observar que esse aspecto não se traduz na prática, uma vez que a ADFG, entre 1964 e 1974, esteve alinhada às direitas políticas, orientando inclusive o seu público a votar em candidatos da ARENA.

⁵³⁴Centro de Documentação Magda Renner. Plano de Ação - 1964. Porto Alegre, 1964, p. 1-4.

⁵³⁵*Ibid.*, p. 2.

⁵³⁶*Ibid.*, p. 2.

A proposta da ADFG, por meio do seu Plano de Ação, era congregar toda “[...] a comunidade porto-alegrense — desde a doméstica, o estudante, o postalista, ao professor, industrialista, bancário, governos: municipal, estadual e federal”⁵³⁷ na solução de seus problemas. Contudo, como lhe cabia especificamente o “esclarecimento”, a ADFG apresentava 11 etapas em seu Plano, em que buscava “[...] conscientizar a população de que a pátria [estava] exigindo a participação de cada um na grande obra de construção de um Brasil feliz, [por meio de] conferências em colégios, fábricas, unidades militares, grêmios, associações, sindicatos, etc.”, e fazendo “uso de todos os meios de divulgação”⁵³⁸. Seguindo esse caminho, outra etapa era “arregimentar líderes naturais que se apresentam afim de fazer cursos rápidos para integrá-los no pensamento, na linha da ADFG”⁵³⁹. Isso porque o objetivo era, conforme consta no Plano, constituir uma extensa rede de apoio ao novo regime político implantado — a ditadura —, cuja leitura por parte da ADFG era de uma obra em construção por um “Brasil feliz”. Assim, caberiam às líderes dessas comunidades, após breve capacitação:

[...] [arregimentarem] segundo a disponibilidade e especialização de cada uma (cozinheiras, lavadeiras, professoras, assistentes sociais ou apenas domésticas) para cursos de orientação a fim de participarem efetivamente nesta grande obra que não é nossa, é da comunidade, é de Deus⁵⁴⁰.

Essa “rede”, portanto, seria composta pelas dirigentes da ADFG, pelas líderes e pelas mulheres trabalhadoras das comunidades, que estariam envolvidas em “salvaguardar” a “Revolução”, esta “grande obra” por um “Brasil feliz”.

Dessa forma, outras etapas do Plano de Ação eram “[levantar] por zona o que já [estava] sendo feito em matéria de educação (escolas, assistência social, instituições cívicas, culturais, religiosas e esportivas, etc.)[...]”⁵⁴¹; “[...] criar cursos especiais para especializar a mulher nas suas funções domésticas a fim de valorizá-la e dar-lhe uma classe social. Posteriormente sindicalizá-la”⁵⁴²; e “estimular e fundar instituições destinadas à educação dos menores sem lar; de assistência aos velhinhos; a hospitais”⁵⁴³.

Além de contar com as 11 etapas, o Plano mencionava a forma pela qual a ADFG compreendia seu papel na “vigília anticomunista”: por meio da “fiscalização” de espaços educacionais e representativos, como escolas, e entidades estudantis e de docentes, com as quais a ditadura pôde contar. De acordo com o Plano, a ADFG atuaria “[...] junto às agremiações estudantis e de professores a fim de participar de maneira positiva [de] suas atividades ou

⁵³⁷*Ibid.*, p. 2.

⁵³⁸*Ibid.*, p. 2.

⁵³⁹*Ibid.*, p. 2.

⁵⁴⁰*Ibid.*, p. 3.

⁵⁴¹*Ibid.*, p. 3.

⁵⁴²*Ibid.*, p. 3.

⁵⁴³*Ibid.*, p. 3.

denunciá-las quando se afastam das normas educativas democráticas porque então ao invés de educar, estarão prejudicando o processo educativo”⁵⁴⁴. Segundo consta no documento:

Lamentamos, sinceramente, que alguns educadores, aproveitando-se de sua influência sobre os educandos, tenham traído a Revolução Democrática do país, usando de métodos de alfabetização comprometidos (como o método Paulo Freire) e mesmo de suas cadeiras de história, filosofia, sociologia, para desorientar os jovens que lhes foram confiados. Para que isto não mais aconteça a ADFG estará alerta e agirá decisivamente⁵⁴⁵.

O Plano de Ação foi escrito no primeiro semestre de 1964 para circular entre as lideranças do grupo, que assumiriam em algum momento a diretoria executiva e/ou o conselho diretor, assim como para servir de inspiração a outras agremiações que, porventura, poderiam surgir sob orientação da ADFG. Provavelmente ele tenha sido um dos primeiros documentos da ADFG em que suas dirigentes traçavam as linhas norteadoras de suas ações, e enfatizavam que a educação era seu principal campo de atuação⁵⁴⁶. Contudo, o documento era reflexo das intenções da ADFG na época de sua formação, quando ambicionavam construir um amplo movimento de mulheres de direita no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, em seus primeiros anos a ADFG realizou atividades sobre educação e civismo nos mais diferentes espaços. Entre os dias 4 e 6 de junho de 1964, nas dependências da PUCRS, promoveu-se o curso “Educação e Democracia”, cuja conferência de encerramento foi ministrada pela professora Maria Junqueira Schmidt⁵⁴⁷. Em que pese as poucas informações sobre a estrutura do curso, a presença dessa docente nos fornece indicativos do teor das atividades.

Conforme Evelyn de Almeida Orlando (2017, p. 113), desde seu retorno ao Brasil nos anos 1920, Schmidt havia se notabilizado como educadora e intelectual católica “[...] fortemente engajada em projetos que colocavam em relação direta pátria e Igreja na construção de uma cultura nacional e uma ordem social”. Com vasta produção — historiográfica, biográfica, literária e educacional —, entre os anos 1950 e 1960, Maria Junqueira Schmidt havia conquistado “[...] reconhecimento intelectual e um lugar próprio na composição de um quadro de políticas educacionais, configurando um forte engajamento na cena pública” (Orlando, 2017, p. 116). Na época dessa conferência, Schmidt havia ocupado posições tradicionalmente reservadas aos homens, inclusive em espaços de tomadas de decisões fundamentais ao espaço educacional (Orlando, 2017, p. 116). A ADFG fazia convites aos professores de Porto Alegre e região para

⁵⁴⁴*Ibid.*, p. 3.

⁵⁴⁵*Ibid.*, p. 3-4.

⁵⁴⁶Apesar de constar apenas o ano de 1964 no documento, presumo que ele tenha sido um dos primeiros documentos da ADFG, pois tinha como proposta organizar e orientar o grupo, além de ter sido assinado por sua primeira presidente, Ilda Dorothea Baumhardt, que se afastou da entidade em setembro daquele ano.

⁵⁴⁷Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 15 jun. 1964, p. 24-29. (Ata nº 7); Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “ADFG: convite”. *Diário de Notícias* (RS), 5 jun. 1964, p. 3.

tais cursos⁵⁴⁸, e nessa ocasião, o *Diário de Notícias* (RS) se encarregou de noticiar trechos de uma entrevista realizada com a professora convidada, na qual ela elogiou os trabalhos desenvolvidos pelos grupos cívicos femininos, como a ADFG, afirmando que os mesmos tiveram uma heroica atuação “[...] no processo libertador da ameaça comunizante”⁵⁴⁹. Segundo Schmidt, “a legião do voluntariado feminino, arregimentado e atualizado, poderá, numa cruzada relâmpago, realizar em 1964 o ano da educação, tão trombeteado, mas nunca realizado pelo governo comunizante do sr. João Goulart”. Pelo que se depreende da entrevista, a conferência de Maria Junqueira Schmidt incentivava os ouvintes a atuarem na “reeducação” do país, onde, segundo afirmou, “[...] caberá a todos os educadores e também aos movimentos democráticos femininos que se expandirão, certamente, nesse sentido”. Como intelectual católica e defensora da Doutrina Social da Igreja, coube à professora Schmidt a defesa de que “só a democracia Cristã poderá salvar o Brasil”. Segundo suas palavras,

*O ideal cristão é o único que reúne, numa síntese admirável, os direitos de Deus e dos homens, do temporal e do eterno, da sociedade e do indivíduo, da autoridade e da liberdade. A maior heresia do mundo moderno é construir o homem sem Deus. [...]. Nosso mundo duro e compacto, frio e científico, clama, desesperadamente, por um suplemento da alma. É somente o ideal cristão que nos poderá dar serenidade ao meio das angústias e estabilidade no seio da mobilidade das instituições*⁵⁵⁰ [grifos meus].

Em sua palestra, Maria Junqueira Schmidt elogiou os apelos de Castelo Branco, em Recife, solicitando o apoio da Igreja, o que, segundo ela, era fundamental para assegurar a “democracia” no país. Schmidt, dessa forma, não escondia sua posição ao lado da ditadura e daqueles que estavam dispostos a torná-la legítima, como a ADFG. A escolha de uma intelectual cristã e conservadora, cujas obras demonstram como ela se posicionava politicamente, não era em vão. A trajetória de Maria Junqueira Schmidt após 1964, colocando-se a serviço da pátria, ao lado dos governos da ditadura, explica a proximidade dela com a ADFG e com outros grupos cívicos femininos. Conforme Evelyn de Almeida Orlando (2017, p. 115), Schmidt, a partir da década de 1970, escreveu livros didáticos para a disciplina de Moral e Cívica, “[...] reforçando, mais uma vez, o seu serviço à pátria através da formação do cidadão brasileiro”.

Durante a ditadura, Maria Junqueira Schmidt esteve em Porto Alegre para outras atividades, como o Curso Intensivo de formação de “Animadores de Círculos de Pais e Mestres”, entre os dias 10 e 11 de abril de 1965, no Colégio Bom Conselho⁵⁵¹, e o lançamento da Escola de

⁵⁴⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “ADFG: convite”. *Diário de Notícias* (RS), 5 jun. 1964, p. 3; Centro de Documentação Magda Renner. Ofício do Centro de Professores Primários Estaduais à ADFG. Porto Alegre, 9 jun. 1964.

⁵⁴⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Cruzada relâmpago já para a Educação: Prof. Maria Schmidt”. *Diário de Notícias* (RS), 7 jun. 1964, p. 12.

⁵⁵⁰*Ibid.*, p. 12.

⁵⁵¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Ficais do Ensino Primário convocados”. *Diário de Notícias* (RS), 6 abr. 1965, p. 12.

Pais de Porto Alegre, em 18 de abril de 1965⁵⁵². Em relação ao evento, este foi dirigido pela professora Schmidt, que, por sua vez, abordou cinco temas: “1) Autoridade paterna; 2) Papel integrador da mãe; 3) A disciplina que educa; 4) Importância das pequenas virtudes na vida de família; e 5) A recusa do estudo e a orientação educacional”. Os aspectos tratados no referido curso faziam parte de suas reflexões na então recente publicação, *Associação de pais e professores*, de 1965, voltada para a defesa da presença dos pais na escola e na educação dos filhos (Schmidt, 1965). Da mesma forma, alguns dos pontos do curso provavelmente endossavam perspectivas de grupos e/ou instituições da época que, assim como Maria Junqueira Schmidt, reproduziam determinados modelos e papéis sociais de gênero marcados pelo conservadorismo. Como salientou Evelyn de Almeida Orlando (2017, p. 116-117), Schmidt foi defensora de uma educação feminina em que “as mulheres precisavam ser educadas para ocupar com êxito o seu lugar social como esposa e mãe [...], mas sobretudo para conseguir viver dignamente caso lhe faltasse o marido ou as condições financeiras da família viessem a mudar”.

De modo geral, pode-se dizer que as palestras e os cursos da professora Maria Junqueira Schmidt parecem ter surtido efeito na ADFG, uma vez que, em julho de 1965, a entidade recebeu correspondências de grupos escolares envolvidos com a realização de seminários de pais em seus respectivos bairros. Esse foi o caso do Grupo Escolar Antão de Faria, que promovera o 1º Seminário de Pais do Bairro Alto Petrópolis, no dia 3 de julho de 1965⁵⁵³. O objetivo era convidar e congregar “[...] as entidades interessadas na educação e assistência à criança para um plano de ação, que efetive soluções adequadas [...]”. O convite à ADFG possivelmente estava relacionado ao seu recente histórico em atividades e/ou na defesa de ações assistenciais.

Entre agosto e setembro de 1965, a ADFG promoveu um Ciclo de Conferências, “[...] a fim de proporcionar aos interessados a oportunidade de melhor conhecerem a atualidade brasileira nos aspectos financeiro, econômico, educacional, tributário e agrário⁵⁵⁴. A atividade foi realizada na PUCRS, e a previsão da ADFG era poder contar com palestras de políticos, ministros, militares e membros da diretoria da ADFG, que, de modo geral, transmitiriam aos ouvintes as perspectivas da ditadura sobre temas da atualidade. Não se sabe se todos puderam estar presentes, mas constam na relação dos conferencistas os nomes de: Clóvis Stenzel; do presidente do Clube Militar, o general Augusto César de Castro Moniz de Aragão; do ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda; do instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do

⁵⁵²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Maria Junqueira Schmidt lança Escola de Pais em Porto Alegre”. *Jornal do Dia* (RS), 18 abr. 1965, p. 2.

⁵⁵³Centro de Documentação Magda Renner. Convite do Grupo Escolar Antão de Faria à ADFG para o 1º Seminário de Pais do Bairro Alto Petrópolis. Porto Alegre, jul. 1964.

⁵⁵⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Ciclo de conferências da ADFG terá início amanhã”. *Diário de Notícias* (RS), 12 ago. 1965, p. 16.

Exército (ECEME), o tenente-coronel Otávio Pereira da Costa; da presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH), Sandra Cavalcanti; do ministro da Fazenda, Otávio Gouvêa de Bulhões; do economista Eduardo Gomes da Silveira; do ipesiano Paulo de Assis Ribeiro; e da coordenadora do departamento cultural da ADFG, Iris Potthoff Corrêa Lopes.

O Ciclo teve início no dia 13 de agosto de 1965, a partir da abertura feita pelo general Justino Alves Bastos, comandante do III Exército, e parecia ser um evento oficial do governo, uma espécie de promoção, na qual os palestrantes estariam incumbidos de “esclarecer” ao público as políticas governamentais da ditadura de modo a torná-las aprazíveis⁵⁵⁵. A ADFG procurava, dessa forma, levar adiante a busca por apoio, por legitimidade social, ao regime ditatorial, promovendo um evento de tamanha envergadura. O convite também foi feito a membros do judiciário, como ao vice-presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Carlos Thompson Flores⁵⁵⁶; e a entidades próximas da ADFG, como o diretório regional da Liga de Defesa Nacional (LDN), que em nome de seu presidente, general Olmir Borba Saraiva, agradeceu o convite⁵⁵⁷. É interessante observar igualmente o esforço por parte da ADFG na elaboração da programação do Ciclo de Conferências, tendo contatado a CAMDE, como foi visto na correspondência entre Eudóxia Ribeiro Dantas e a ADFG, no início de setembro de 1965; e com a ECEME que, em 20 de agosto de 1965, encaminhou o currículo do tenente-coronel Otávio Pereira da Costa, um dos principais conferencistas. Pereira da Costa, naquele momento, exercia as funções da área de ensino na ECEME, especificamente das questões de Segurança Interamericana⁵⁵⁸.

Um ano após o Ciclo de Conferências, a ADFG realizou quatro palestras em outubro de 1966, com o major Pedro Américo Leal⁵⁵⁹. O despacho à ADFG, concordando com o pedido encaminhado ao III Exército para que o major palestrassem, foi assinado pelo general Emílio Garrastazu Médici, comandante da 3ª Região Militar, que na ocasião “[...] [aproveitava] a oportunidade para apresentar [seus] votos de elevada estima e apreço”. Tais declarações de estima e consideração, como vimos, continuaram, mesmo depois do general ter se tornado o terceiro presidente da ditadura civil-militar brasileira. Não se tem maiores detalhes do teor das palestras de Pedro Américo Leal, nem mesmo sobre o que versavam, mas presume-se que ele tenha abordado

⁵⁵⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “ADFG iniciará hoje o seu ciclo de palestras: PUC”. *Diário de Notícias* (RS), 13 ago. 1965, p. 14.

⁵⁵⁶Centro de Documentação Magda Renner. Ofício de Carlos Thompson Flores (vice-presidente do TJ-RS) à ADFG. Porto Alegre, 13 ago. 1965.

⁵⁵⁷Centro de Documentação Magda Renner. Ofício do general Olmir Borba Saraiva (presidente da LDN-RS) à ADFG. Porto Alegre, 12 ago. 1965.

⁵⁵⁸Centro de Documentação Magda Renner. Carta da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) à ADFG com o currículo do tenente-coronel Otávio Pereira da Costa. Porto Alegre, 20 ago. 1965.

⁵⁵⁹Centro de Documentação Magda Renner. Ofício do general Emílio Garrastazu Médici (comandante da 3ª região militar) à ADFG. Porto Alegre, 11 out. 1966.

temas acerca da segurança e da democracia. Durante os dez primeiros anos da ADFG, o maior permaneceu como um importante colaborador, sobretudo como palestrante em atividades promovidas pela entidade. Em 1967, por exemplo, ele ministrou um curso de liderança, promovido pela ADFG⁵⁶⁰.

Durante seus dez primeiros anos, a ADFG também organizou cursos para suas associadas, como foi o curso “Relações Humanas — Comunicação em Família e na Sociedade”, proferido por Eda Fossatti, de 21 a 30 de outubro de 1968, na Sociedade Germânia⁵⁶¹. Eda era professora da PUC da Guanabara, onde lecionava comunicação na Escola de Ciências Sociais. O interesse da ADFG em organizar diversas palestras conduzidas por Eda Fossatti dizia respeito às técnicas de dicção e oratória que a professora prometia desenvolver com as associadas da ADFG⁵⁶². Fossatti era conhecida pelos cursos que realizava por meio da Academia Brasileira de Oratória, sobre oratória, dicção e técnica vocal⁵⁶³.

Entre 1966 e 1972, percebe-se no Boletim Informativo da organização algumas das campanhas de cunho educativo e cívico em que a ADFG se envolveu⁵⁶⁴. Segundo consta em sua apresentação:

Todos os trabalhos planejados visaram uma dupla utilidade. A primeira, imediata, beneficiando a comunidade a que se destinava e a segunda — educativa, global — inserindo-se no planejamento total da ADFG para a obtenção de seu objetivo precípua — a formação moral e cívica como base da nacionalidade.

Para além dessas duas finalidades, contudo, sabe-se que grande parte das atividades tinha como mote o “esclarecimento” da população para a “salvaguarda” do governo ditatorial, colaborando na construção de sua importante base de apoio social. Nesse sentido, o que se depreende dessas campanhas é que a ADFG parecia cumprir alguns dos objetivos da ditadura ao assegurar às populações carentes a educação cívica, que, conforme elas acreditavam, era a base da nacionalidade.

Entre as campanhas, destacam-se a “Defesa da Economia Infantil”, ocorrida em 1967, cujo objetivo era esclarecer a opinião pública sobre as modificações da moeda brasileira. A ADFG dispôs-se, junto a grupos de escolares, a recolher e trocar notas antigas por novas cédulas de

⁵⁶⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 21 e 29 out. 1968, p. 2. (Ata nº 30).

⁵⁶¹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 30 set.; 7 out.; e 14 out. 1967, p. 2. (Ata nº 29); Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Palestras de Eda Fossatti”. *Diário de Notícias* (RS), 20 out. 1968, p. 3.

⁵⁶²Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 30 set.; 7 out.; e 14 out. 1967, p. 2. (Ata nº 29).

⁵⁶³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Aprenda a falar em público”. *Correio da Manhã* (RJ), 17 jul. 1963, p. 8; Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Escola de Comunicação Oral”. *Correio da Manhã* (RJ), 9 jun. 1968, p. 3.

⁵⁶⁴Arquivo Particular Renée Zanenga. Boletim Informativo da ADFG (1966-1972). Porto Alegre, 30 out. 1972.

cruzeiro novo. Segundo o presidente do Banco Central, Lúcio Mascarenhas, a entidade estaria prestando valiosa ajuda ao governo, esclarecendo a população a respeito da troca da moeda⁵⁶⁵. Em 1968, a ADFG encabeçou outra iniciativa, “Ajude a manter a bandeira no topo”, uma campanha que envolvia órgãos governamentais, militares e outras entidades civis com a finalidade de diminuir acidentes de trânsito⁵⁶⁶. Lançada em 25 de julho de 1968, no dia do motorista, a proposta da ADFG era fazer com que uma bandeira branca com o símbolo da cidade ao fundo permanecesse hasteada na ausência de acidentes fatais na cidade. Do contrário, a bandeira desceria ao meio como sinal de luto⁵⁶⁷. Novamente via-se a ADFG envolvida em colaborar com a administração pública, tomando para si a tarefa de educar e disciplinar a população.

Nós lançamos uma campanha de trânsito porque vivíamos em constante aflição, receosas de que algum acidente poderia acontecer com nossos maridos, nossos filhos ou outro ente querido. Resolvemos, por isso, dar um alerta à população e este alerta é a bandeira branca [...]. Ela é um apelo a cada mulher, a cada homem a cada criança: Ajude a manter a bandeira no topo!⁵⁶⁸

Como forma de movimentar a campanha, a ADFG promoveu um concurso de cartazes entre as escolas da capital, premiando ao final alguns dos trabalhos dos estudantes. O objetivo era fazer com que os professores explicassem aos estudantes o significado do brasão da cidade e salientassem os cuidados que deveriam ser tomados no trânsito⁵⁶⁹. Para tanto, a ADFG contou com o apoio da imprensa, sobretudo na divulgação da iniciativa, do Sindicato dos Condutores Autônomos, da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros, sem falar de inúmeros gestos de apoio por parte do prefeito de Porto Alegre, Célio Marques Fernandes, de militares e grupos cívicos que se prontificaram a colaborar com a campanha.

Assim também ocorreu com a campanha sobre o “Papel do Exército na Integração do Território Nacional”, também realizada em 1968. A intenção era motivar os jovens a “[...] se [integrar] no ritmo do progresso da nação, [valorizando] o papel do Exército como fator de integração do solo pátrio”⁵⁷⁰. Para que isso se efetivasse, a ADFG promoveu, com apoio do governo do Estado do Rio Grande do Sul, um concurso de redações nas escolas de Porto Alegre, cujo tema era “Integração do território nacional”. Ao todo foram recebidas 208 redações, das quais algumas foram premiadas e, posteriormente, encaminhadas ao Setor de Relações Públicas

⁵⁶⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Informe Herthon Leon”. *Diário de Notícias* (RS), 15 abr. 1967, p. 4.

⁵⁶⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Campanha de Trânsito”. *Diário de Notícias* (RS), 19 jul. 1968, p. 5.

⁵⁶⁷Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “ADF lançou sua campanha para disciplinar trânsito”. *Diário de Notícias* (RS), 26 jul. 1968, p. 9.

⁵⁶⁸Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Campanha do trânsito tem que ter o apoio de todos”. *Diário de Notícias* (RS), 28 jul. 1968, p. 3.

⁵⁶⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Crianças vão fazer símbolo para campanha”. *Diário de Notícias* (RS), 16 ago. 1968, p. 9.

⁵⁷⁰Arquivo Particular Renée Zanenga. Boletim Informativo da ADFG (1966-1972). Porto Alegre, 30 out. 1972.

do III Exército, que, por sua vez, entregaria os prêmios aos ganhadores⁵⁷¹. A solenidade de entrega dos prêmios aconteceu no Palácio Piratini, onde estiveram presentes, além da ADFG, autoridades do governo do Estado, diretores e professores das escolas vencedoras⁵⁷². Embora não disponhamos de maiores informações a respeito da campanha, é possível considerar que a ADFG procurava levar ao público jovem uma boa imagem sobre as Forças Armadas, principalmente o Exército, em um momento de grandes contestações contrárias à ditadura advindas do movimento estudantil, que, por seu turno, ganhava as ruas desde o início daquele ano.

Esse gesto de apoio à ditadura por parte da ADFG também pode ser visto pelo seu envolvimento com o Projeto Rondon. Apesar de não ter sido uma iniciativa da entidade e, portanto, ter se constituído como uma ação de caráter cívico da ditadura (Lima, 2019, p. 55), o Projeto Rondon recebeu apoio da ADFG de modo mais claro somente a partir de 1969, quando houve um aumento considerável do programa. Conforme Gabriel Amato Bruno de Lima (2019, p. 26), o programa foi criado em 1967, com o *slogan* “Integrar para não entregar”, e tinha um duplo objetivo, “[...] afastar a “subversão” dos meios universitários e desenvolver o país pela via da ‘integração nacional’”. Segundo Lima (2019, p. 26), “[...] o Projeto Rondon levou centenas de milhares de universitários para diversas regiões do Brasil enquanto generais se sucediam no cargo de presidente da República”. Em suma, o programa se constituiu no maior programa de extensão universitária da ditadura civil-militar, que buscava aproximar o governo e as Forças Armadas da juventude universitária (Lima, 2019, p. 124-125). A contribuição da ADFG foi incentivar os jovens gaúchos a participarem do programa, tendo em vista que esse proporcionaria “[...] um sadio e construtivo interesse nos problemas da Pátria”⁵⁷³.

Dessa forma, a partir de abril de 1969 a ADFG esteve envolvida na divulgação do programa em escolas, paróquias e Clubes de Mães. Entre as iniciativas, constam palestras sobre o Projeto Rondon, algumas das quais proferidas pelo coordenador do programa no Rio Grande do Sul, tenente coronel Décio Barbosa Machado. Após a assembleia ordinária de 28 de abril de 1969, na qual estiveram presentes associadas da ADFG e integrantes da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, Décio Machado palestrou sobre o Projeto Rondon e definiu, em conjunto com a ADFG, iniciativas a serem realizadas com os estudantes a fim de que

⁵⁷¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Entregues prêmios do concurso de redações”. *Diário de Notícias* (RS), 20 nov. 1968, p. 5.

⁵⁷²Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 4, 11 e 18 nov. e 2 dez. 1968, p. 6. (Ata nº 32).

⁵⁷³Arquivo Particular Renée Zanenga. Boletim Informativo da ADFG (1966-1972). Porto Alegre, 30 out. 1972.

participassem do programa⁵⁷⁴. Segundo consta, as atividades foram divididas a partir dos níveis de ensino, cabendo aos estudantes do curso primário um concurso de declamações sobre temas cívicos, a ser realizado nas dependências do Teatro São Pedro, em Porto Alegre; aos estudantes do nível secundário, haveria um concurso sobre o marechal Rondon; e aos estudantes universitários, ainda se estudaria algo similar aos demais níveis.

O tenente coronel Décio Barbosa Machado foi levado pela ADFG para palestrar sobre o Projeto Rondon no Conselho Geral de Clube de Mães (CGM), em um evento voltado às mães, em 1969⁵⁷⁵. Décio Barbosa já acompanhava as iniciativas da ADFG antes do envolvimento do grupo com o Projeto Rondon, tendo feito parte, como chefe do Serviço de Relações Públicas do III Exército, da campanha “Integração do Território Nacional”. Como coordenador do Projeto Rondon, por sua vez, o militar mostrou, por meio da imprensa, o envolvimento da mocidade gaúcha com os propósitos cívicos do programa⁵⁷⁶. Embora saibamos que o Projeto Rondon se voltou prioritariamente ao meio estudantil universitário (Lima, 2019), é preciso considerar a existência de iniciativas, como as da ADFG, que, em conjunto com as autoridades públicas, incentivavam estudantes de outros níveis escolares a ingressar, em algum momento futuro, nas fileiras do Projeto Rondon. Dessa forma, a ADFG viabilizava uma aproximação da juventude com a ditadura, incentivando a mocidade a participar de um programa impregnado do nacionalismo ufanista dos anos do governo Médici.

Assim, imbuídas de sentimento cívico em defesa da “Revolução”, a ADFG, por meio de algumas de suas associadas, realizou palestras e atuou em organismos que promoviam a educação cívica. A entidade estava em sintonia com as políticas educacionais e culturais da ditadura, que, por sua vez, institucionalizava a partir de 1969 o ensino de Educação Moral e Cívica. Nesse sentido, a partir de 1969, Giselda Castro realizou uma série de palestras sobre civismo nos Clubes de Mães a que a ADFG tinha acesso⁵⁷⁷, bem como participou das discussões sobre a obrigatoriedade do Ensino de Moral e Cívica nas escolas⁵⁷⁸. É interessante observar que, nesse contexto, a ADFG havia adquirido respeitabilidade social e política perante a ditadura, não apenas pelo apoio que a entidade havia lhe conferido em 1964, como pelas ações sociais que

⁵⁷⁴Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 28 abr. 1969, p. 9. (Ata nº 34).

⁵⁷⁵Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 1º semestre 1969, p. 11. (Ata nº 35).

⁵⁷⁶Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Relatórios do Projeto Rondon serão entregues segunda-feira”. *Diário de Notícias* (RS), 10 ago. 1968, p. 7.

⁵⁷⁷Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 8 set. 1969, p. 17. (Ata nº 37); Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 13 out. 1969, p. 25. (Ata nº 43).

⁵⁷⁸Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 24 nov. 1969, p. 33. (Ata nº 49).

vinha desenvolvendo em sua defesa e na busca por legitimidade. Esses aspectos ficam claros quando a entidade foi convidada pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (SECRS) para auxiliar na estruturação do Ensino de Moral e Cívica nas escolas do Estado, em 1969, e na elaboração de cursos de Moral e Cívica⁵⁷⁹. Não encontramos documentos que demonstrem como esses cursos eram estruturados e qual seria o teor deles. Apenas consta que eram voltados aos estudantes e aos professores, realizados nas escolas, e que uma das principais preocupações era com a valorização dos símbolos nacionais, como o hino nacional e a bandeira.

Em 1970, por exemplo, há menção nas atas das reuniões da diretoria executiva da ADFG sobre a realização de concursos de cartazes sobre Moral e Cívica⁵⁸⁰ e a doação de livros sobre Moral e Cívica, ambas iniciativas voltadas às escolas. Nesse mesmo ano, a Companhia Geral de Indústrias, conhecida fábrica produtora de fogões da época, em conjunto com a ADFG, ministrou palestras aos operários a respeito da importância da Moral e Cívica⁵⁸¹.

Cabe mencionar ainda que a ADFG, nesse contexto, esteve voltada para outras ações cuja finalidade também era a educação cívica, como as atividades relativas à Semana da Pátria, ocorridas em setembro, bem como as palestras sobre Segurança Nacional, em que a ADFG mostrou-se afinada e próxima de instituições militares⁵⁸².

Em abril de 1971, as palestras sobre Segurança Nacional contaram com a participação do coronel Carlo Aloysio Weber, que, naquele momento, sentia-se orgulhoso com o que a ditadura havia feito na Amazônia. Weber era comandante do 5º Batalhão de Engenharia e Construção e foi um dos primeiros militares a se instalar na região amazônica, em 1966. Em 1971, ano em que participou das palestras da ADFG, ele havia cedido entrevista à revista *Realidade* sobre a Amazônia, na qual era tratado como “lenda” em Rondônia⁵⁸³. Ao ser inquirido sobre como foi possível transformar a região, Weber respondeu:

Como você pensa que nós fizemos 800 quilômetros de estrada? Pedindo licença? Usamos a mesma tática dos portugueses, que não pediam licença aos espanhóis para cruzar a linha de Tordesilhas. Se tudo o que fizemos não tivesse dado certo, eu estaria na cadeia [...]⁵⁸⁴.

⁵⁷⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, s/d, p. 34-35. (Ata nº 51); Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 23 mar. 1970, p. 45. (Ata nº 55).

⁵⁸⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 25 maio 1970, p. 52. (Ata nº 64).

⁵⁸¹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 31 ago. 1970, p. 58. (Ata nº 75).

⁵⁸²Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 26 abr. 1971, p. 75. (Ata nº 90).

⁵⁸³Carlos Aloysio Weber (entrevista), Revista Realidade, v. 67, 1971, p. 28.

⁵⁸⁴*Ibid.*, p. 28.

Ao convidá-lo para palestrar, a ADFG somava-se àqueles que imaginavam desbravar territórios inóspitos para explorá-los, como foi o caso da floresta amazônica. Dessa forma, a ADFG envolvia-se com projetos e programas de “integração nacional” da ditadura, muitos dos quais, inclusive, a entidade foi promotora e/ou participante.

As várias iniciativas abordadas neste item — cursos, eventos, campanhas e programas — demonstram como a ADFG se comportou durante parte da ditadura civil-militar por meio de adesão. As dirigentes e as sócias da ADFG entendiam que haviam construído um momento único com a “Revolução” e que era preciso atuar fornecendo alicerce ao novo regime político por meio de programas e campanhas. Elas acreditavam na necessidade de sustentar os “feitos” dos governos dos generais ditadores, de modo a convencer parte da sociedade a apoiar a ditadura, tornando-a, portanto, legítima. Contudo, tais ações, que buscavam arregimentar apoiadores proporcionaram às mulheres da ADFG ingressar em espaços sociais e, por conseguinte, assistenciais que alargaram cada vez mais seu campo de atuação.

3.5.4.2. Clubes de Mães

Dentre os diversos espaços em que as mulheres da ADFG atuaram, destacam-se os Clubes de Mães. Os Clubes de Mães haviam surgido no Brasil por volta de 1952, por meio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), tendo como finalidade atender mulheres das camadas pobres da sociedade (Rodrigues, 2019, p. 8). Conforme Giseli Tavares Rodrigues (2019, p. 8), os Clubes “[...] ofereciam serviços de assistência, cuidados higiênicos, assistência médico-farmacêutica, nutricional [...], além de cursos para as mães, favorecendo uma formação mínima para a mulher no lar e na orientação à educação dos filhos”. Contudo, a partir da década de 1960, parte significativa dos Clubes de Mães passou a ser organizada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica, pois havia uma preocupação delas com as mulheres, que constituíam a maior parte de seus participantes (Senna; Fonseca, 1995, p. 35). As CEBs, por sua vez, surgiram nos anos 1960 como consequência das grandes transformações pelas quais a Igreja Católica passou, sendo, portanto, um espaço para as novas formas de ser cristão. Essas mudanças no catolicismo, embora não tenham sido uniformes, provocaram transformações importantes nas relações entre a Igreja e as comunidades na América Latina, muitas das quais influenciadas pela Teologia da Libertação. *Grosso modo*, as CEBs optaram por atuar entre as populações empobrecidas, como em bairros periféricos e favelas, e, portanto, isso justificava a criação de Clubes de Mães. Essa atuação, porém, não foi a mesma em todos os Estados brasileiros. Se em São Paulo a atuação das CEBs na criação e/ou orientação dos Clubes de Mães foi mais exitosa, o mesmo não se percebe no Rio Grande do Sul.

Na pesquisa realizada, observei que no Rio Grande do Sul, sobretudo em Porto Alegre, havia uma articulação entre órgãos intergovernamentais e organizações civis, como a ADFG e o Serviço Social da Indústria (SESI), seja na criação e/ou no apoio à condução dos Clubes de Mães. Essa aproximação era apoiada pelo Conselho Geral de Clubes de Mães (CGM), órgão maior que congregava os diferentes Clubes, e que, entre as décadas de 1960 e 1980, contou com a presença dessas outras entidades em suas assembleias, encontros e congressos. Não há registros mais precisos quanto ao número de Clubes de Mães existentes em Porto Alegre na década de 1960, apenas alguns números esparsos, como o de que em 1968 havia 110 clubes em atividade na cidade⁵⁸⁵. Esse expressivo número, todavia, indica a forma pela qual parte das demandas sociais não era atendida pela agenda governamental da ditadura, mas por entidades civis cujo alcance não solucionava os sérios problemas socioeconômicos que atingiam as comunidades periféricas. Não é tarde lembrar que, durante a ditadura, a rápida industrialização e a intensa urbanização provocaram o mais intenso processo de mobilidade social da história brasileira, o que resultou, conforme Francisco Vidal Luna e Herbert Klein (2014, p. 66), “[...] em intensas migrações das áreas pobres para as zonas mais ricas do Brasil, com rápido e desordenado crescimento das regiões metropolitanas”. Para eles, “a incapacidade de atender de forma adequada à forte demanda por habitação e saneamento explica parte dos assentamentos precários encontrados ainda hoje na periferia das grandes cidades brasileiras” (Luna; Klein, 2014, p. 66).

Pelo que pude notar, de 1965 até o final dos anos 1980, a ADFG atuou em cerca de 16 Clubes de Mães de Porto Alegre e cidades da região metropolitana, como Canoas e Viamão. Esse número variou, conforme a época e a disponibilidade de suas associadas em participar e supervisionar os trabalhos realizados⁵⁸⁶. Presume-se que o interesse das associadas da ADFG em atuar junto aos Clubes de Mães tenha acontecido desde o período de formação do grupo, quando muitas delas acorreram às escolas com vistas a formar os Clubes e/ou a atuar naqueles já existentes. Além disso, é preciso levar em conta o que já apontamos em relação às ações caritativo-filantrópicas em que muitas das mulheres da ADFG estiveram envolvidas antes mesmo da formação da entidade. Nesse sentido, coube à ADFG coordenar os já existentes e/ou fundar novos Clubes de Mães.

⁵⁸⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “SESI: Clubes de Mães”. *Diário de Notícias* (RS), 15 out. 1968, p. 3.

⁵⁸⁶Na documentação consultada, sobretudo nos livros de atas e nos boletins informativos, pude notar a presença da ADFG nos seguintes Clubes de Mães (C. M.): C. M. Nelson Paím Terra (na cidade de Canoas); C. M. Bahia (posteriormente renomeado C. M. Heloísa Rheingantz Becker); C. M. Martinho Lutero; C. M. Nossa Senhora de Fátima; C. M. Vila Progresso; C. M. Maria Imaculada; C. M. Bartolomeu Mitre; C. M. Vila Assunção; C. M. de Viamão; C. M. Canoas; C. M. Nossa Senhora da Paz. C. M. Morro da Cruz; C. M. Jardim Guanabara; C. M. São Sebastião; C. M. Carlos Rodrigues da Silva.

O trabalho realizado pela ADFG nos Clubes de Mães em conjunto com outras entidades consistia em fornecer às mulheres das comunidades: assistentes sociais; cursos de formação em trabalhos manuais, tais como cursos de corte e costura, bordados, arte culinária e arte decorativa; e palestras e cursos sobre aspectos sociais e políticos. Cabia aos departamentos de ação social e cultural da ADFG a organização dessas atividades junto aos Clubes de Mães, mais precisamente às sócias ligadas a esses departamentos, que, por sua vez ofereciam cursos e supervisionavam a elaboração desses trabalhos⁵⁸⁷.

Em 1976, por exemplo, consta no relatório das atividades da ADFG os trabalhos que haviam sido realizados pelos Clubes de Mães sob sua orientação⁵⁸⁸. Segundo o documento, cabia ao departamento de ação social primeiramente o ensino e a supervisão dos trabalhos manuais, o que era realizado quinzenalmente por suas diretoras. Era também função do departamento de ação social a distribuição de materiais (tecidos, etc.) aos Clubes de Mães e, posteriormente, quando os trabalhos estivessem prontos, a remuneração das “mães costureiras”. Esses trabalhos, por seu turno, eram expostos e comercializados em feiras e bazares, como a Amostra de Realizações Comunitárias e Assistenciais (ARCA). Os valores arrecadados eram direcionados ao departamento de ação social da ADFG, que, conforme consta no relatório, asseguravam a “auto-manutenção” das atividades do grupo junto aos Clubes. Para se ter uma noção do volume dos trabalhos realizados, bem como do que era produzido, há no relatório uma breve descrição:

Neste ano foram confeccionados uniformes para domésticas, aventais, panos de prato, esfregões, guardanapos, tapetes para banheiros, acolchoados, abafadores de chá, bibeiros e sacos de dormir para bebês, “tartarugas” e “cachorros” para trancar portas, blusões e casacos de tricô e crochê, artigos de natal, num total de 1581 peças.

A maior parte desses Clubes de Mães funcionava em escolas de Porto Alegre e de cidades da região metropolitana, e contava com o apoio das comunidades locais. Nesses espaços, a ADFG teve dois propósitos: o primeiro, como vimos, era assistencial-filantrópico, no oferecimento dos mais diversos cursos que visavam, segundo a ADFG, “[...] elevar o nível de vida das pessoas assistidas pelo aprimoramento da mulher como esposa, mãe e cidadã”⁵⁸⁹. Embora possamos imaginar que esses cursos tenham oportunizado a essas mulheres formação e, sobretudo, a aquisição de recursos financeiros, eles reforçavam certo ideário de feminilidade ao oferecer às mulheres formação na qual elas permaneceriam atreladas ao espaço privado, ao lar, aos afazeres domésticos.

⁵⁸⁷Sobre as atividades dos Clubes de Mães, conferir algumas das fotografias do CDMR que constam no Anexo B.

⁵⁸⁸Arquivo Particular Renée Zanenga. Relatório de Atividades da ADFG (1976). Porto Alegre, dez. 1976, p. 10.

⁵⁸⁹Arquivo Particular Renée Zanenga. Relatório de Atividades da ADFG (1973-1974). Porto Alegre, ago. de 1973 - jul. 1974, p. 4.

Além de uma formação em trabalhos manuais, a ADFG também oferecia às mulheres dos Clubes de Mães palestras sobre higiene pessoal, etiqueta e boas maneiras, o que demonstra certos elementos de parte da cultura política desses grupos, como o elitismo, cuja finalidade era higienizar uma parcela da população a partir de concepções e comportamentos de segmentos brancos e privilegiados da sociedade (Cordeiro, 2009). O segundo propósito da ADFG junto aos Clubes de Mães era promover cursos e, principalmente, palestras cuja finalidade era também politizar as integrantes dos Clubes. Isso, contudo, não significa dizer que a ADFG tenha imposto suas concepções e modos de ver o mundo às mulheres daquelas comunidades, como se elas fossem seres facilmente manipuláveis. É preciso considerar, para tanto, que havia entre as camadas populares da sociedade concepções conservadoras a respeito do que era a ditadura civil-militar, o que ainda precisa ser investigado. De todo modo, as palestras eram proferidas pelas integrantes da ADFG e/ou por pessoas consideradas “especializadas” em determinados temas. Na realidade, muitos daqueles que ministraram as palestras nos Clubes pertenciam à rede de sociabilidade da qual a ADFG fazia parte. Em 1968, consta que o Conselho Geral de Clubes de Mães, o SESI e a ADFG promoveram uma palestra com Dercy Furtado, na época uma liderança do Movimento Familiar Cristão (MFC).

Durante a pesquisa, não encontrei documentação que pormenorizasse o que foi abordado nessas atividades, porém acredita-se que elas estavam em sintonia com as perspectivas políticas da ADFG. Além disso, os títulos das palestras refletiam muito a época em que se encontrava o grupo. Se entre 1965 e 1974 prevaleceram temas como “moral e civismo” e “realidade brasileira”, em grande medida alinhados a defesa da “Revolução de 1964”, a partir da segunda metade da década de 1970, por exemplo, o tema ecologia ocupou parte importante das falas das associadas nos Clubes de Mães. Em setembro de 1974, Magda Renner havia apresentado na reunião do conselho diretor da ADFG um panfleto cujo título era “A conservação da vida em nosso planeta”. Este, por sua vez, fazia parte de uma conferência por ela proferida nos Clubes de Mães. Segundo consta, o mesmo panfleto havia sido entregue às mulheres presentes com a finalidade de sensibilizá-las “[...] com a campanha pela preservação dos suportes de vida a ser desenvolvida pela ADFG ainda durante o corrente ano e no próximo ano de atividade”⁵⁹⁰. Esses aspectos relacionados à ecologia, que adentravam os espaços em que a entidade atuava, também podem ser vistos no Relatório das Atividades da ADFG, de 1976, mencionado anteriormente. Ao mesmo tempo em que eram ministradas palestras sobre “educação dos filhos”, “desenvolvimento

⁵⁹⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 do Conselho Diretor. Porto Alegre, set. 1974, p. 8. (Ata nº 49).

de aptidões” e “etiqueta social”, constam também outras a respeito de “hortaliças”, “compostagem” e “importância da árvore”⁵⁹¹.

A ação da ADFG nos Clubes de Mães, portanto, permitiu à entidade se inserir no campo assistencial de modo mais sólido, contribuindo a seu modo com as comunidades pobres da cidade por meio da educação. Nesse sentido, as associadas da ADFG acreditavam que estariam a “educar” e “disciplinar” as mulheres dos Clubes, preparando-as para o trabalho. Todavia, as atividades nos Clubes e, conseqüentemente, o conhecimento da realidade das mulheres dessas comunidades provavelmente tenham contribuído para a ampliação da agenda da ADFG em relação às atividades assistenciais, bem como para a sua paulatina transformação em uma entidade ambientalista.

Sobre a ampliação das atividades assistenciais, é importante mencionar que a ADFG, durante os anos 1970, tornou-se uma referência no assistencialismo do Rio Grande do Sul. Em outubro daquele ano, o grupo colaborou na fundação do Conselho Brasileiro de Entidades Femininas, no Rio de Janeiro, fazendo parte do seu primeiro conselho diretor⁵⁹². Um ano depois, em 1971, as gaúchas da ADFG atuaram na fundação do Conselho Estadual de Entidades Femininas (CEEF), presidido pela primeira-dama do Estado do Rio Grande do Sul, Neda Triches. Na ocasião, coube à ADFG a coordenação do departamento de educação e cultura da nova entidade⁵⁹³. Ainda nos anos 1970, a ADFG trabalhou junto ao Centro de Instrução Pré-Profissional (CIPP), na cidade de Canoas. No CIPP, a ADFG atendia a meninas jovens de 14 a 18 anos que buscavam profissionalização⁵⁹⁴.

Apesar de parecer voltada apenas para amenizar o quadro de pobreza em que estava uma imersa parcela da sociedade, a intensa atuação assistencial-filantrópica do grupo também carregava consigo motivações políticas. Não se quer aqui afirmar que as mulheres da ADFG tenham atuado ardilosamente com vistas a conquistar reconhecimento público em razão de suas ações beneméritas, sem acreditar na importância de seus trabalhos junto às comunidades empobrecidas. A caridade e o cuidado com o outro devem ser levados em conta ao analisar a trajetória dessas entidades femininas, uma vez que historicamente esses elementos faziam parte

⁵⁹¹Arquivo Particular Renée Zanenga. Relatório de Atividades da ADFG (1976). Porto Alegre, dez. 1976, p. 9.

⁵⁹²Arquivo Particular Renée Zanenga. Boletim Informativo da ADFG (1966-1972). Porto Alegre, 30 out. 1972, p. 9.

⁵⁹³Arquivo Particular Renée Zanenga. Boletim Informativo da ADFG (1966-1972). Porto Alegre, 30 out. 1972, p. 13. A partir de 1976 o CEEF modificou seu nome para Conselho de Entidades Assistenciais (CEA), tendo a ADFG ocupado a presidência da sua diretoria. Arquivo Particular Renée Zanenga. Relatório de Atividades da ADFG (1976). Porto Alegre, dez. 1976, p. 7.

⁵⁹⁴Arquivo Particular Renée Zanenga. Boletim Informativo da ADFG (1966-1972). Porto Alegre, 30 out. 1972, p. 12. É preciso mencionar a participação da ADFG na Liga Feminina de Combate ao Câncer (LFCC), como membro do conselho deliberativo a partir de 1976. A LFCC foi uma das entidades que palestrou nos Clubes de Mães, colaborando com os trabalhos da ADFG. Arquivo Particular Renée Zanenga. Relatório de Atividades da ADFG (1976). Porto Alegre, dez. 1976, p. 8.

da cultura política desses segmentos sociais. Contudo, havia igualmente uma busca por reconhecimento público pelo trabalho que desenvolviam junto aos Clubes, o que pode ser observado tanto na forma pela qual descreviam essas ações nos relatórios e boletins informativos direcionados às sócias, quanto nas homenagens prestadas às lideranças da ADFG pelas atividades feitas nos Clubes.

Tal busca por reconhecimento, contudo, deve ser compreendida em um contexto no qual o espaço político convencional era demasiadamente restrito às mulheres, inclusive às mulheres das elites e de direita. Portanto, ao procurar soluções para os problemas daquelas comunidades, as mulheres da ADFG estariam atuando no espaço público, fazendo política de modo claro, inclusive com apoio daqueles que ocupavam os tradicionais espaços da política, como prefeitos, vereadores, governadores e deputados. Presume-se que tal apoio se dava pelo fato de que as mulheres da ADFG tenham se mostrado como defensoras dos governos da “Revolução” e, desse modo, suas ações junto aos Clubes de Mães, bem como outras atividades assistenciais, figurariam como um trabalho conjunto entre a ADFG e a ditadura.

3.5.4.3. Bolsas de Estudos

Seguindo com suas atividades assistenciais, a partir de 1968 a ADFG deu início a um de seus principais programas, o de Bolsas de Estudos. A ideia era subsidiar a educação de jovens estudantes carentes de Porto Alegre por meio de matrícula, material escolar, transporte e auxílio médico. Pela pesquisa realizada, percebe-se que a iniciativa perdurou até o final dos anos 1980, especificamente até 1989, mesmo quando a ADFG estava mais inclinada para as discussões ecológicas⁵⁹⁵.

As denominadas bolsas de estudos não foram novidades criadas pela ADFG. Antes mesmo do surgimento do referido programa, as lideranças da organização haviam se encontrado com autoridades do Rio Grande do Sul, como secretários e técnicos da Secretaria de Educação e Cultura, ocasião em que apresentavam dados socioeconômicos, levantados pela entidade, relacionados aos custos dos ensinos em escolas públicas e privadas. A apresentação desses números buscava tratar, dentre outros aspectos, do sistema de distribuição de bolsas de estudos ofertadas pelo Estado, que, segundo elas, era centralizado e demasiadamente complexo para aqueles que as pleiteavam.

⁵⁹⁵Centro de Documentação Magda Renner. Livro Caixa de doações ao Setor de Bolsas de Estudos da ADFG (1981-1989). Porto Alegre, 1981.

Sabe-se pelas descrições constantes no Boletim Informativo (1966-1972)⁵⁹⁶, bem como pela documentação sobre as demais ações da ADFG, que suas associadas desde o primeiro momento estiveram envolvidas com atividades educativas e cívicas em escolas e Clubes de Mães, onde provavelmente tiveram acesso às famílias e aos estudantes que almejavam bolsas de estudos e outros auxílios que assegurariam a conclusão de seus estudos.

Portanto, acredita-se que a vocação benemerente da ADFG diante da situação em que muitos dos estudantes das periferias se encontravam, somada aos interesses do grupo em atuar na formação desses jovens, principalmente em um momento no qual elas acreditavam na necessidade de ocupar os espaços que poderiam ser tomados pelas esquerdas, pelos “comunistas”, proporcionou o desenvolvimento do programa de Bolsas de Estudos. Para tanto, é evidente que a diretoria do grupo sabia que poderia arcar com parte do projeto e contar com o suporte financeiro de parte do empresariado gaúcho, afinal, como já foi mencionado, muitas delas faziam parte e/ou eram próximas desse segmento.

O programa consistia na prestação de auxílio a estudantes por parte da ADFG sob a forma de matrícula, mensalidade, material escolar, livros, uniformes escolares, auxílio à saúde e aulas particulares, com o objetivo de “[...] capacitá-los a uma participação da vida da Nação”⁵⁹⁷. Outra atribuição da ADFG era acompanhar os discentes no decorrer do ano letivo, exigindo desses, principalmente, a assiduidade nas aulas e os bons resultados nas avaliações dos componentes curriculares.

Em um primeiro momento, a ADFG divulgou o programa em diversas escolas da cidade. Em 1968, por exemplo, sabe-se que suas associadas percorreram 56 estabelecimentos de ensino, onde foram distribuídas 660 fichas a escolares interessados em participar do programa. Em seguida, a ADFG procurou fazer a seleção dos candidatos, mediante alguns critérios, como conseguir acompanhar os estudos, possuir família numerosa e apresentar um “bom nível intelectual”⁵⁹⁸. Esse último critério, por sua vez, excluía aqueles estudantes que apresentavam algum tipo de deficiência e/ou aparente dificuldade na aprendizagem. Embora não haja menção na documentação em relação aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, percebe-se que a ADFG utilizou o programa de bolsas para propagandear a entidade entre as associadas e os colaboradores por meio do bom rendimento dos estudantes, o que permite afirmar que na seleção dos candidatos escolhiam-se aqueles com melhor desenvoltura nas disciplinas. Tal

⁵⁹⁶Arquivo Particular Renée Zanenga. Boletim Informativo da ADFG (1966-1972). Porto Alegre, 30 out. 1972. Para uma cópia da capa e da primeira página do Boletim Informativo da ADFG (1966-1972), ver Anexo C.

⁵⁹⁷Arquivo Particular Renée Zanenga. Carta aos diretores de Diehl, Biedermann e Bordash Ltda. Porto Alegre, maio 1975.

⁵⁹⁸Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 18 maio 1970, p. 51. (Ata nº 63).

aspecto também pode ser notado nos vários prêmios destinados aos alunos com os melhores rendimentos escolares⁵⁹⁹. Outros dois elementos, contudo, chamam a atenção na seleção dos bolsistas: o fato de alguns deles serem filhos das presidentes dos Clubes de Mães, e a preferência por rapazes⁶⁰⁰. Sobre o primeiro, acredito que, como havia uma relação de proximidade entre as mulheres da ADFG com as integrantes dos Clubes de Mães, estas eram priorizadas na escolha. Em relação ao segundo, penso que a prioridade acontecia pelo fato de a ADFG já ter outros programas voltados para as mulheres jovens, como os cursos ofertados pelo CIPP às jovens e os trabalhos desenvolvidos nos Clubes de Mães. Entretanto, o número de mulheres jovens entre os bolsistas não foi pequeno ao longo dos anos⁶⁰¹.

Após a seleção, a ADFG reunia-se com os estudantes e os seus familiares, momento em que era apresentado o programa e o termo de compromisso. A ADFG comprometia-se em arcar com os custos de matrículas, mensalidades, uniformes e materiais escolares, desde que os estudantes e seus familiares cumprissem com as seguintes das obrigações:

1º) ser aprovado em todas as matérias no fim do ano escolar; 2º) apresentar o boletim, mensalmente, ao setor de bolsas; 3º) as notas de compra deverão ser apresentadas na quantia correspondente ao valor recebido; 4º) os alunos que recebem livros, deverão ter o máximo de cuidado com sua conservação, bem como devolvê-lo em dezembro, a fim de receber novos em março do ano seguinte; 5º) o pedido de renovação de matrícula deverá ser feito em novembro e dezembro; 6º) os senhores pais deverão comparecer a todas as reuniões convocadas pelo Setor de Bolsas da ADFG; caso não seja possível, deverá ser apresentada justificativa; 7º) toda ausência do aluno em aulas, por motivo de saúde, deverá ser comunicada ao setor de bolsas⁶⁰².

O número de bolsistas variava conforme o período, mas sabe-se que o programa se tornou mais robusto a partir dos anos 1970. Segundo consta no Boletim Informativo (1966-1972), em 1968 a iniciativa tinha um caráter experimental, com apenas 8 alunos bolsistas mantidos, em grande parte, pelas associadas. Como nos anos seguintes, a ADFG voltou-se para conseguir financiadores que custeassem o programa, percorrendo os estabelecimentos comerciais. Contando com o empresariado, a quantidade de bolsistas aumentou consideravelmente⁶⁰³. Em 1969 o número de bolsistas passou para 28; em 1970, para 42; em 1971, para 46; e, em 1972, para 57⁶⁰⁴. Em maio de 1975, a presidente da ADFG, Magda Renner, e a coordenadora do setor de bolsas, Neide Enck, encaminharam uma carta aos diretores da Diehl,

⁵⁹⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 17 nov. 1969, p. 30. (Ata nº 48).

⁶⁰⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 18 maio 1970, p. 51. (Ata nº 63).

⁶⁰¹Arquivo Particular Renée Zanenga. Setor de Bolsas de Estudos. Porto Alegre, 1971; Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 1º out. 1973, p. 7. (Ata nº 136).

⁶⁰²Arquivo Particular Renée Zanenga, Setor de Bolsas de Estudos, Porto Alegre, 1971.

⁶⁰³Entrevista de Renée Zanenga concedida ao autor em 15 de setembro de 2024.

⁶⁰⁴Arquivo Particular Renée Zanenga. Boletim Informativo da ADFG (1966-1972). Porto Alegre, 30 out. 1972, p. 13 e 15.

Biedermann e Bordasch Ltda., uma empresa de auditoria cuja liderança era do empresário Anton Karl Biedermann. A carta parecia ser de praxe e, dessa forma, provavelmente tenha sido endereçada a outros empresários. Nela, as diretoras afirmavam que um dos objetivos da ADFG era elevar o “[...] nível de vida da mocidade carente de recursos [...]”, e que, em razão dos “[...] excelentes resultados obtidos, a entidade passou a arrecadar recursos junto a algumas empresas, cuja contribuição permitiu ampliar este benefício”. Afirmavam na carta que naquele ano mantiveram “[...] 70 bolsistas, proporcionando-lhes matrícula, material escolar, uniformes e medicamentos, de forma a permitir-lhes realizar cursos regulares”⁶⁰⁵.

Dentre as empresas que financiavam o programa de bolsas, tinha-se também: a Cia. Siderúrgica Rio-Grandense S.A.; a Zivi Cutelaria S.A. e a Hercules S.A.; as Direções Hidráulicas do Brasil Componentes Automotivos S.A.; a Metalúrgica Wallig S.A.; e a Cia Vinícola Riograndense⁶⁰⁶. A ajuda ao programa também partia da esfera política, uma vez que as mulheres da ADFG transitavam facilmente entre deputados estaduais da ARENA e entre as autoridades que estavam no comando do governo estadual e municipal⁶⁰⁷.

As escolas que abrigavam esses bolsistas, em sua maior parte, eram públicas, e a ADFG pôde contar com a colaboração das direções desses estabelecimentos na execução do programa. Além da escola, cabe destacar que as associadas da ADFG auxiliavam os estudantes com atendimentos individuais àqueles com dificuldades nas disciplinas, em dias específicos, e inclusive elas disponibilizavam aos mesmos uma biblioteca para consulta e retirada de livros.

A ADFG, em contrapartida, exigia o comparecimento dos alunos e dos familiares em palestras e cursos promovidos pela entidade. Nesses espaços, a organização apresentava os principais pontos da sua agenda para o público, muitas vezes voltada para a defesa da “Revolução” e de seus governos⁶⁰⁸. Foi comum, por exemplo, a realização de palestras sobre o Projeto Rondon aos bolsistas e seus familiares, incentivando-os a participar, mesmo que em algum momento no futuro, do programa nacional. Esses apelos, segundo as lideranças da ADFG, deveriam ser enfatizados nas reuniões com os adolescentes para que a juventude não ingressasse

⁶⁰⁵Arquivo Particular Renée Zanenga. Carta aos diretores de Diehl, Biedermann e Bordasch Ltda. Porto Alegre, maio 1975. Para uma cópia da carta, ver Anexo I.

⁶⁰⁶Centro de Documentação Magda Renner. Livro Caixa de doações ao Setor de Bolsas de Estudos da ADFG (1981-1989). Porto Alegre, 1981. Constatam outras empresas colaboradoras, tais como: Cia. Intersul de Investimentos; Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (APLUB); Fundo de Investimentos Finasul; Celulose Irani S.A.; Maisonnave; Metal Gráfica do Sul S.A.; Mesbla; Raul Joenck Impac Ltda; e Casa Masson S.A. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 4, 11 e 18 nov. 1968 e 2 dez. 1968, p. 6. (Ata nº 32).

⁶⁰⁷Dentre os deputados estaduais do Rio Grande do Sul, aparecem os nomes de Hugo Mardini (ARENA-RS), Afonso Anschau (ARENA-RS) e Oscar Westendorff (ARENA-RS) como doadores ao setor de bolsas da ADFG. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 15 abr. 1973, p. 35. (Ata nº 153).

⁶⁰⁸Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 19 mar. 1973, p. 16. (Ata nº 114).

nas fileiras do movimento estudantil, que fazia forte oposição à ditadura civil-militar⁶⁰⁹. Ressalta-se que o Projeto Rondon, conforme Gabriel Amato de Lima (2019, p. 26), era uma ação de caráter cívico empreendida pelo regime, em que se compartilhava a ideia “[...] de que cada “cidadão” possuía compromisso superior e permanente com os destinos da nação [...]”, o que correspondia aos propósitos da ADFG.

As palestras com parlamentares, como a que foi realizada com a vereadora Dercy Furtado (ARENA-RS) sobre planejamento familiar em julho de 1974⁶¹⁰, indicavam a maneira pela qual a entidade procurava conduzir seus trabalhos assistenciais, que, segundo elas, colaboravam com o governo estabelecido.

As ações assistenciais desencadeadas pela ADFG carregavam aspectos da benemerência e da caridade que, como já afirmamos, não devem ser desconsiderados. Esses elementos, todavia, também faziam parte das ambições políticas dessas mulheres, de seus projetos e de suas crenças. Como devotas da “Revolução”, acreditavam que o país precisava ser transformado, cabendo a elas ajudar na construção social desse imenso projeto nacional. Por isso faziam suas incursões nas periferias por meio de programas assistenciais que ajudariam no desenvolvimento do país. As mulheres da ADFG trabalhavam em consonância com os governos da ditadura, e estes sabiam da importância de tais projetos assistenciais que, embora não estivessem em seu escopo, colaboravam para a construção de uma imagem positiva acerca do regime ditatorial entre as comunidades periféricas. Desde o seu surgimento, percebe-se que a ADFG adquiriu importância considerável entre as entidades assistenciais, espaço que suas associadas souberam muito bem utilizar⁶¹¹. Isso se deveu, evidentemente, à importância política que a organização obteve desde seu surgimento, pela defesa do golpe de 1964 e pelas medidas arbitrárias da ditadura, assim como pela posição social de suas lideranças, muitas das quais pertencentes às elites econômicas do Rio Grande do Sul, que viam na ditadura um regime capaz de manter o *status quo*.

Diferentemente do que se acreditou, percebe-se que as atividades cívicas e assistenciais desempenhadas pela ADFG entre 1964 e 1985 não cumpriam as funções de arregimentar as classes médias e os segmentos populares em prol da ditadura, em um movimento orquestrado pela “burguesia”. Nota-se, pelo contrário, que a ADFG se organizava de maneira independente,

⁶⁰⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 1 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 22 abr. 1968, p. 88-89. (Ata nº 22).

⁶¹⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, jul. 1974, p. 40. (Ata nº 164).

⁶¹¹Em 7 de fevereiro de 1968 a entidade foi reconhecida como de utilidade pública estadual pelo decreto nº 18.917; em 4 de janeiro de 1971 a ADFG foi registrada no Conselho Nacional de Serviço Social pelo processo 255.442/69; e em 10 de abril de 1974 foi registrada na Secretaria do Trabalho e Ação Social sob nº de ordem 246. Arquivo Particular Renée Zanenga. Relatório de Atividades da ADFG (1973-1974). Porto Alegre, ago. 1973 a jul. 1974, p. 1; Centro de Documentação Magda Renner. Relatório de Atividades da ADFG – 10 anos (1964-1974). Porto Alegre, 1974. Para uma cópia do Relatório de Atividades da ADFG — 10 anos (1964-1974), ver Anexo D.

construindo sua agenda em apoio à “Revolução” sem que houvesse qualquer tipo de imposição. Suas associadas estavam convencidas de que estavam no caminho certo, promovendo ações que melhoravam as condições sociais e econômicas de parte da sociedade em um contexto importante, de busca por legitimidade de um regime político que elas ajudavam a construir. Nesse sentido, as autoridades da ditadura viam com “bons olhos” o trabalho desempenhado pelas mulheres da ADFG que, por sua vez, cumpriam algumas das demandas que competiam ao Estado e aos governos da ditadura. Esse olhar positivo por parte do regime deve ser compreendido, do mesmo modo, pelo fato de que a ADFG e as instituições públicas governamentais caminhavam juntas na construção social da ditadura.

Dessa forma, por parte da ditadura e de seus representantes, esperava-se que a ADFG, assim como vários outros grupos femininos congêneres, estivesse sempre ao seu lado, fazendo a defesa de um regime político “salvacionista”. O comportamento da ADFG, porém, a partir da segunda metade dos anos 1970, sofreu mudanças. Isso não implica afirmar que a entidade tenha deixado de apoiar a ditadura, tornando-se resistente ao autoritarismo. É preciso entender que a organização, por meio das lutas ecológicas que adentraram a agenda do grupo e com as quais se faziam críticas ao regime civil-militar, oscilava entre o apoio incontestado e a resistência.

3.6. A ADFG, a ecologia e a ditadura

Entendo que há três fatores que se coadunam e, portanto, explicam o porquê de a ecologia ter ocupado lugar central na agenda da ADFG a partir da segunda metade da década de 1970. O primeiro deles está relacionado à trajetória do grupo até 1975, momento em que o assistencialismo havia se tornado seu principal campo de atuação, como mostram os trabalhos desenvolvidos nos Clubes de Mães e no programa de Bolsas de Estudos. Apesar de não haver nenhuma militância em defesa da proteção da natureza, agregando outras organizações da luta “ecológica” daquele contexto, percebem-se algumas ações por parte da ADFG que provavelmente tenham influenciado na decisão por militar pelas causas da ecologia. Conforme lembrou Magda Renner, anos depois, em uma entrevista concedida à jornalista Teresa Urban (2001, p. 58):

Olhando a minha volta e vendo as mulheres sempre em segundo e terceiro lugar, olhando as injustiças sociais, devo dizer que, mesmo antes de a gente usar a palavra “ecologia” no nosso grupo, já desenvolvíamos o programa do Dia das Árvores em várias escolas, plantação de árvores e poesias. Instituímos uma pequena horta em algumas escolas, orientadas por agrônomos que não utilizavam nenhum produto químico. Isso antes de todas essas ondas, das quais participamos depois e que muitas vezes surgiram porque nós as movimentamos.

Carregado de elementos da memória do grupo, cujo ponto central era argumentar que houve desde sempre certa vocação da organização para as causas “ecológicas”, o trecho descrito apresenta algumas das iniciativas da ADFG no decorrer dos anos 1960 e 1970, orientadas por preocupações com a qualidade de vida das comunidades pobres de Porto Alegre e com a preservação dos recursos naturais.

Uma dessas iniciativas ocorreu um ano após a fundação da ADFG, em abril de 1965, quando o departamento de ação social da entidade lançou um programa denominado “Campanha de Hortas de Fundo de Quintal”, cujo objetivo era despertar nas famílias o interesse em produzir seus próprios alimentos. Buscava-se, assim, contribuir para a melhoria da imagem do governo ditatorial, desgastado pelas altas inflacionárias e pelo alto custo de vida, o programa também procurava incentivar a criação de hortas entre aqueles que sentiam o expressivo aumento dos preços dos alimentos. A imprensa, próxima dos grupos que compunham a campanha, a noticiava da seguinte maneira:

Levar aos moradores nos arredores de Porto Alegre a [ideia de] estabelecerem uma Horta Doméstica nos quintais de suas moradas, cientes de que assim fazendo estarão provendo melhor a sua alimentação, assegurando uma melhor saúde, economizando dinheiro, aproveitando melhor uma mão de obra via de regra ociosa, além de proporcionar a si e a seus familiares um meio agradável e salutar de descanso mental e de recreação⁶¹².

Além da ADFG, fazia parte do programa o SESI, o SESC, a LBA, o Departamento Federal da Criança, a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul e a Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul⁶¹³. A presença de órgãos ligados à educação na campanha se dava, por sua vez, pelo fato de que uma das propostas intencionava constituir hortas nas escolas do Rio Grande do Sul⁶¹⁴. Segundo o *Jornal do Dia* (RS):

A campanha em questão será realizada por todas as entidades que puderem ser envolvidas e que se ligarem de uma forma ou de outra ao objetivo que norteia a mesma, ou seja, EDUCAR. EDUCAR levando às famílias atingidas noções básicas sobre o melhor aproveitamento da terra; da alimentação e dos alimentos; de saúde, de organização comunitária; de economia, etc., etc., etc⁶¹⁵.

Embora haja poucos registros a respeito do desempenho do grupo durante a campanha, essa foi uma das primeiras ações da ADFG. Além de ter trabalhado coordenando e divulgando o programa, que, posteriormente, ficou sob a responsabilidade das outras entidades envolvidas, há menção em relatórios e boletins informativos de que a iniciativa partiu da ADFG, a pedido dos

⁶¹²Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Campanha de “hortas de fundo de quintal”. *Jornal do Dia* (RS), 8 maio 1965, p. 2.

⁶¹³Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Notas e notícias”. *Diário de Notícias* (RS), 2 abr. 1965, p. 6.

⁶¹⁴Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Campanhas de hortas e merenda escolar em Nova Petrópolis”. *Diário de Notícias* (RS), 12 jun. 1966, p. 6.

⁶¹⁵Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Campanha de “hortas de fundo de quintal”. *Jornal do Dia* (RS), 8 maio 1965, p. 2.

Companheiros da Aliança, entidade pertencente ao programa Aliança para o Progresso (1961-1971)⁶¹⁶. No Brasil, os Companheiros da Aliança organizaram-se a partir de 1964 em um programa de cooperação entre brasileiros e norte-americanos⁶¹⁷. A ADFG, através de sua associada Heloísa Becker, tratava com os Companheiros da Aliança do Rio Grande do Sul, que, por seu turno, contatavam com seus correligionários norte-americanos localizados em Indiana (EUA)⁶¹⁸. Assim, provavelmente a ADFG tenha sido incentivada pelos Companheiros da Aliança do Rio Grande Sul a propor projetos assistenciais, como a “Campanha de Hortas”, pois sabia-se da vinda dos norte-americanos para o Brasil e dos programas da Aliança para o Progresso voltados para a América Latina (Natividade, 2018).

A delegação de Indiana chegou ao Brasil em janeiro de 1965, percorrendo diferentes lugares do país. No Rio Grande do Sul, ela esteve no interior do Estado — Lajeado, Santa Maria, Passo Fundo, Uruguaiana, Bagé e Pelotas — e em Porto Alegre⁶¹⁹. Ao final do percurso, foram selecionados 102 projetos de instituições assistenciais e educacionais, que receberiam recursos financeiros do programa Companheiros da Aliança. Dentre as entidades e os projetos, consta na lista a ADFG⁶²⁰.

Posteriormente, a “Campanha de Hortas de Fundo de Quintal” ficou a cargo do Comitê de Alimentação e Saúde (CAS), entidade formada por órgãos públicos, grupos assistenciais e instituições privadas, que previa ações conjuntas de orientação da população “[...] para hábitos alimentares mais sadios; e também para produção caseira de alimentos, tais como a prática da horticultura, criação de galinhas e coelhos”⁶²¹. Apesar de se colocar como mentora da Campanha, a ADFG fez parte do CAS, prestando serviços educativos em escolas e divulgando as atividades na imprensa⁶²².

⁶¹⁶Centro de Documentação Magda Renner. Relatório de Atividades da ADFG (1965-1966). Porto Alegre, s/d.

⁶¹⁷Departamento dos Correios e Telégrafos do Brasil. Folhinha comemorativa alusiva aos Companheiros da Aliança para o Progresso (1961-1966). Brasil, s/d.

⁶¹⁸Dentre os Companheiros da Aliança do Rio Grande Sul, consta o ipesiano Fábio Araújo Santos. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Gaúchos em Indianápolis”. *Diário de Notícias* (RS), 15 jun. 1966, p. 8.

⁶¹⁹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Companheiros da Aliança”. *Diário de Notícias* (RS), 22 jan. 1965, p. 7.

⁶²⁰Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Companheiros da Aliança levarão 102 projetos gaúchos”. *Diário de Notícias* (RS), 27 jan. 1965, p. 5. No ano seguinte, a delegação gaúcha dos Companheiros da Aliança seguiu para Indiana (EUA), para tratar dos investimentos a serem realizados no Rio Grande do Sul. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Gaúchos em Indianápolis”. *Diário de Notícias* (RS), 15 jun. 1966, p. 8.

⁶²¹Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. “Comitê de Alimentação”. *Diário de Notícias* (RS), 14 abr. 1967, p. 7. Fazia parte do CAS: Secretaria de Educação e Cultura do Estado; Secretaria Estadual de Saúde; a Secretaria da Agricultura; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; ASCAR; SESI; Faculdade de Agronomia e Veterinária da UFRGS; SESC; ADFG; Cinturão Verde; Delegacia Federal da Criança; Campanha Nacional da Merenda Escolar; Secretaria do Trabalho do RS; Centro Acadêmico Leopoldo Cortez (Faculdade de Agronomia da UFRGS); Movimento Gaúcho pelo Menor; Associação das Nutricionistas do Rio Grande do Sul; Federação de Associações de Bairros; Caixa Econômica Estadual; Curso de Dietistas do Colégio Americano; e Conselho Geral de Clubes de Mães.

⁶²²Centro de Documentação Magda Renner. Boletim Informativo da ADFG (1967). Porto Alegre, out. 1967, p. 2.

Ainda nos anos 1960, outras duas ações por parte da ADFG demonstram o quanto a organização esteve envolvida com questões ligadas à melhoria do meio ambiente. Da mesma forma que a “Campanha das Hortas”, essas atividades não estavam desvinculadas de outros propósitos da entidade que, como vimos, atuava de modo adesista aos governos da ditadura. A primeira é a campanha “Povo Educado – Cidade Limpa”, realizada com os estudantes das escolas de Porto Alegre. O projeto consistia na promoção de um concurso entre os escolares que, por sua vez, deveriam apresentar propostas sobre a limpeza da cidade à prefeitura. O certame contou com o apoio do prefeito Célio Marques Fernandes, que, em conjunto com a ADFG, premiou os trabalhos escolhidos com um passeio de ônibus pela cidade. Segundo o Boletim Informativo de 1967, a campanha foi divulgada na imprensa escrita, principalmente nos jornais *Correio do Povo* (RS) e *Folha da Tarde* (RS), no rádio e na televisão, o que gerou mais de mil propostas por parte dos estudantes. O objetivo da ADFG com a campanha era despertar “[...] a comunidade para colaborar com o serviço público” e com a gestão de Célio Marques Fernandes, com quem a ADFG acreditava poder contar e levar “[...] adiante esta iniciativa com todos os recursos de que dispõe”⁶²³.

A segunda campanha, por sua vez, chamava-se “Dia da Árvore”. O objetivo do projeto era:

[...] despertar nas crianças – futuros pais e educadores – o amor as coisas da natureza, a responsabilidade pela conservação de que criam, a valorização da árvore no plano de reflorestamento [...] criado pelo governo para sanar os prejuízos surgidos com os desmatamentos⁶²⁴.

Para tanto, a ADFG visitou cerca de 100 escolas, oferecendo mudas de árvores fornecidas pela Divisão de Parque e Jardim, que seriam plantadas nos estabelecimentos de ensino. Contudo, das escolas visitadas, consta que apenas 56 delas tinham realmente condições de receber as mudas de árvores. Assim, ficou acertada a distribuição de 350 mudas e a constituição de um ato solene, no qual as turmas de escolares “[...] em presença de associadas, [tornavam-se] madrinhas de uma árvore, portanto, responsáveis por ela”⁶²⁵.

Embora tal ação pareça desvinculada das políticas da ditadura com relação ao meio ambiente, é interessante notar que no Boletim Informativo de 1967 constava, junto aos informes sobre a campanha “Dia da Árvore”, que “o presidente Costa e Silva e seus ministros plantaram, num gesto simbólico, árvores nos jardins do Palácio, em São Paulo”⁶²⁶. Desse modo, ao mesmo tempo em que expressava as aspirações do grupo em “[...] homenagear condignamente esta grande amiga do homem [...]”, a campanha da ADFG procurava sintonizar-se com os projetos da

⁶²³*Ibid.*, p. 2.

⁶²⁴*Ibid.*, p. 2.

⁶²⁵*Ibid.*, p. 2.

⁶²⁶Centro de Documentação Magda Renner. Boletim Informativo da ADFG (1967). Porto Alegre, out. 1967, p. 2.

ditadura, envolvendo a sociedade em solenidades e gestos simbólicos como aquele realizado por Costa e Silva. A ditadura, por seu turno, desde fevereiro de 1965 havia instituído a “Festa Anual das Árvores”, em substituição ao “Dia da Árvore”, comemorado no dia 21 de setembro em todo o território nacional. A “Festa Anual das Árvores” tinha como finalidade “difundir ensinamentos sobre a conservação das florestas e estimular a prática de tais ensinamentos, bem como divulgar a importância das árvores no progresso da Pátria e no bem-estar dos cidadãos”⁶²⁷.

O segundo fator que explica a inclinação da ADFG para a ecologia, a partir da segunda metade dos anos 1970, foi a gradual mudança de perspectiva de suas associadas sobre o regime político que elas mesmas haviam ajudado a construir até então. Essa posição não foi abrupta, e coincidiu com o comportamento de muitos segmentos que, anos atrás, haviam apoiado os governos da ditadura, mas que, posteriormente, confluíram na formação de oposições ao regime. Dois elementos são importantes na compreensão dessa mudança: o primeiro refere-se ao início da crise do “milagre econômico”, provocada, em grande parte, pela crise do petróleo, que, por sua vez, explicitava a fragilidade e a dependência econômica brasileira (Napolitano, 2014, p. 239-240). Segundo Napolitano (2014, p. 240), “a inflação de 1974 mais que duplicara em relação ao ano anterior, e o PIB cresceu pela metade. [...] a festa do consumo dos tempos do milagre iria se tornar mais comedida. Era a chamada ‘reversão das expectativas’ que tinha um alvo certo: a classe média”. O segundo elemento diz respeito à vitória eleitoral da oposição nas eleições legislativas de 1974. Além de ter alcançado 50% dos votos para o Senado e 37% para a Câmara, a oposição saiu vitoriosa nas grandes cidades e em Estados estratégicos para o regime. De acordo com Napolitano (2014, p. 246), a oposição “conseguiu a maioria das assembleias legislativas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Acre e Amazonas. Fez 16 dos 22 [senadores] eleitos, 165 dos 364 deputados federais (na legislatura anterior, tinha apenas 87)”. Especificamente no Rio Grande do Sul, houve uma inversão na composição da ALRS em comparação às eleições de 1970. Nas eleições de 1974, o MDB obteve 33 cadeiras e a ARENA somente 23⁶²⁸.

Pode-se dizer que a partir de 1974 formou-se uma grande frente oposicionista que aglutinava empresários, políticos de diferentes matizes, movimentos sociais e até mesmo ex-membros das organizações de luta armada. Nesse sentido, não era fácil para grupos civis, como a ADFG e outras entidades femininas conservadoras, a continuidade de uma militância marcada pela adesão. Conforme Cordeiro (2009, p. 192), é preciso levar em consideração a incorporação de valores democráticos pela sociedade a partir de meados dos anos 1970 para que possamos compreender a dinâmica ocorrida entre os grupos civis que apoiaram o regime.

⁶²⁷Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D55795.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

⁶²⁸Nas eleições legislativas de 1970 para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a ARENA obteve 27 cadeiras e o MDB, 23 (Heinz; Vargas; Flach; Milke, 2005, p. 64).

Além da crise do “milagre” e da derrota eleitoral da ditadura, outros temas eram acrescidos à agenda da oposição, o que impactava a relação da ADFG com a ditadura. Um deles foi o ciclo repressivo “anticomunista” desencadeado durante o governo Geisel, que objetivava a eliminação do PCB, e que resultou na morte do jornalista Vladimir Herzog. Se até aquele momento a consternação em relação a prisões e mortes dos comunistas restringia-se à parte crítica e democrática da sociedade, após a morte de Herzog outros segmentos passaram a engrossar manifestações de descontentamento com o regime (Napolitano, 2014, p. 250). Sobre esse caso, entre outubro e novembro de 1978, a ADFG chegou a enviar um telegrama a Geisel sobre a sentença e um telegrama à revista *Veja* com congratulações ao juiz Márcio José de Moraes, que na ocasião havia condenado a União pelo assassinato do jornalista três anos antes, em outubro de 1975⁶²⁹. No telegrama enviado a Geisel, a ADFG cumprimentava o Presidente da República por ter, segundo elas:

[...] mais uma vez demonstrado ao povo brasileiro a sinceridade de propósito que o anima no restabelecimento da democracia plena no país, respeitando a independência dos poderes constituídos, fato plenamente evidenciado na sentença do juiz Márcio José de Moraes com respeito ao processo Herzog, atitude que fortaleceu engrandecendo o estado na pessoa de seu presidente⁶³⁰.

Ou seja, em plena vigência do AI-5, Moraes anulou o falso laudo que mencionava que Herzog havia se suicidado, mostrando que havia tortura naquelas circunstâncias —, mas, no entendimento da ADFG, conforme o telegrama, isso aconteceu em razão da “sincera” atuação de Geisel, que buscava restabelecer a democracia no país.

Embora não tenham encerrado suas atividades, como foi o caso da CAMDE, que, por sua vez, também não havia renovado seus quadros, percebe-se que as militantes da ADFG tiveram dificuldades cada vez maiores em militar a favor da “Revolução de 1964”. Isso, contudo, não significa dizer que o grupo tenha deixado completamente de lado seus antigos “aliados”, partindo para o campo das resistências democráticas. A partir da segunda metade dos anos 1970, o dia a dia da ADFG foi marcado, simultaneamente, cada vez menos por gestos de apoio aos governos da ditadura e por pressões e/ou contrapontos às políticas ambientais desses mesmos governos. Essa oscilação, por sua vez, correspondia aos anseios do grupo acerca de sua agenda “ecológica”, que, para ser implementada, também precisava dialogar com as autoridades do regime.

O terceiro e mais conhecido fator que explica a inserção da ADFG no campo “ecológico” é a influência que o engenheiro agrônomo José Lutzenberger exerceu sobre parte do

⁶²⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 6 nov. 1978, p. 64. (Ata nº 321).

⁶³⁰Fundo Gabinete Pessoal do Presidente da República. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB JF). Telegrama da ADFG ao general Ernesto Geisel. 01 nov. 1978.

grupo a partir de 1972. Desde então, a relação das mulheres da ADFG com a defesa da natureza, com a denominada ecologia, tornou-se mais nítida, passando este tema a ocupar cada vez mais a agenda da entidade. As primeiras iniciativas, nesse sentido, podem ser vislumbradas em diferentes relatos, em que as associadas afirmam terem lido alguns dos artigos de Lutzenberger publicados na imprensa, e visto anúncios de suas palestras promovidas pela Sociedade de Agronomia e pela recém-criada Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN)⁶³¹ (Urban, 2001, p. 59). Lutz, como popularmente Lutzenberger era chamado entre os ambientalistas, foi o primeiro presidente da AGAPAN, entidade que teve como uma de suas primeiras ações o trabalho pedagógico na promoção de cursos sobre ecologia ao grande público. Durante a década de 1970, Lutz publicou extensos artigos nos jornais gaúchos, sobretudo no *Correio do Povo* (RS), nos quais abordava suas definições a respeito de ecologia, buscando conscientizar a população sobre como se relacionar com o ambiente natural, protegendo a continuidade da vida no planeta (Pereira, 2016, p. 151).

Em duas entrevistas aos jornalistas Elmar Bones e Geraldo Hasse em 2001, Magda Renner afirmou ter lido nos jornais da época um chamado para as palestras de Lutzenberger sobre ecologia (Bones; Hasse, 2002, p. 86). Disse que, embora desconhecesse o teor das conferências do engenheiro agrônomo, os títulos delas, como “os quatro princípios básicos da ecologia”, teriam despertado seu interesse, o que fez com que telefonasse para suas colegas da ADFG para que, juntas, assistissem a Lutzenberger.

E lá fomos. Foi um acontecimento, que eu sempre relato. Quando cheguei em casa depois de ter ouvido esta palestra, foi como se abrissem quatro janelas para olhar o mundo lá fora e eu visse um novo mundo, um mundo com uma nova perspectiva, e essa perspectiva até hoje só se confirmou (Bones; Hasse, 2002, p. 86).

A diretoria da ADFG teria assistido primeiramente a três conferências de Lutzenberger promovidas pela AGAPAN, sendo duas delas na ALRS, em março de 1972⁶³². De fato, tudo nos leva a acreditar que esse primeiro contato tenha entusiasmado as mulheres da ADFG, pois no mês seguinte, no dia 17 de abril de 1972, a própria ADFG se prontificou a organizar uma conferência com Lutzenberger nos salões da ALRS. Para tanto, consta que a entidade se encarregou de confeccionar convites, enviar circulares e visitar alguns dos veículos de imprensa com a finalidade de divulgar o evento⁶³³.

⁶³¹A AGAPAN foi formada em 27 de abril de 1971, em Porto Alegre. Dentre seus fundadores, consta José Lutzenberger, Hilda Zimmermann e Augusto Carneiro (Pereira, 2016, p. 94).

⁶³²Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 3 mar. 1972, p. 96. (Ata nº 99).

⁶³³Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 2 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 4 a 30 abr. 1972, p. 100. (Ata nº 101).

Conforme Elenita Malta Pereira (2016, p. 152), Lutzenberger, por meio de uma posição anti-antrópica, defendia que a ecologia era demonstrativa do quanto o ser humano é somente mais um entre os demais atores que compõem o planeta⁶³⁴. Nas conferências apontadas acima, Lutzenberger apresentava “os quatro princípios básicos da ecologia”:

- o da necessidade da variedade, isto é, da necessidade da sobrevivência de todas as espécies;
- o da necessidade de ciclos fechados para todos os recursos;
- o da interdependência e interação de todos os processos naturais;
- o da impossibilidade do crescimento ilimitado, já que os elementos naturais são finitos (Pereira, 2016, p. 152).

Esses aspectos abordados nas palestras de Lutzenberger teriam influenciado significativamente algumas das mulheres da ADFG, sobretudo as integrantes da diretoria, que, com o passar dos anos, buscaram estreitar laços e promover ações com outras entidades, como campanhas, atos públicos e diversos manifestos em defesa da ecologia. Quase trinta anos após esses acontecimentos, Magda Renner lembrava-se da influência exercida por Lutz, principalmente por intermédio dos “quatro princípios básicos da ecologia”.

Lutzenberger apresentou os quatro princípios, que são coisas tão simples que são até banais. Mas uma coisa que se torna uma banalidade é uma realidade que todos os dias está aí. Então, por exemplo, o primeiro princípio era que em um espaço limitado não pode haver crescimento ilimitado. Não precisa explicação humana. Outro: a natureza não produz lixo, porque os detritos e dejetos e os cadáveres de uns são o alimento e a matéria-prima de outros. Outro: todos os ecossistemas naturais são auto-sustentados — auto-sustentados e auto-regulados. Só se desregulam quando nós entramos com as nossas coisas. E, finalmente, a natureza não é um aglomerado aleatório de elementos vivos, e sim cada um tem o seu lugar e a sua função a cumprir. Então, eu digo: com esses quatro princípios, tu estarás absolutamente dentro da ecologia de ontem, de séculos atrás e de séculos à nossa frente. São princípios imutáveis, naturais e eternos (Urban, 2001, p. 59-60).

É provável que, assim como Lutz e outros ambientalistas, algumas das lideranças da ADFG, como Magda Renner e Giselda Castro, tenham tido contato com dois livros que circulavam entre aqueles envolvidos com a “luta ecológica”, contribuindo assim para a decisão de levar a cabo a ecologia como ponto de pauta da agenda da ADFG: *Primavera silenciosa* (1962), de Rachel Carson, e *Antes que a natureza morra* (1965), de Jean Dorst.

Apesar de constar que a diretoria da ADFG esteve presente nas conferências de Lutz, o que se percebe é que Magda Renner e Giselda Castro são as duas principais lideranças do grupo a defender que a ADFG se constitua como uma entidade voltada, dentre outras questões, para a ecologia. De acordo com Urban (2001, p. 60), ocorreram alguns impactos na ADFG a partir de

⁶³⁴Em sua tese de doutorado, Elenita Malta Pereira procurou compreender de que maneira a trajetória de Lutzenberger se articula com a construção de uma ética ecológica, em meio às lutas que ele protagonizou ao longo de 31 anos de militância ambiental. Para tanto, a autora abordou a ética ecológica propagada por Lutzenberger, na qual o ambientalista preconizava sua visão de como o mundo deveria ser se a humanidade priorizasse a ecologia (Pereira, 2016).

1972, momento em que começaram a ocorrer debates sobre a posição do grupo em relação à ecologia. Mesmo que esta posição não tenha mudado de forma radical — afinal as atividades cívicas e assistenciais permaneceram ativas e alguns gestos simpáticos à ditadura continuariam presentes na rotina do grupo —, Magda Renner lembrava-se de que “muitas mulheres caíram fora no momento em que os maridos notaram que aquilo poderia significar uma agressão a seus negócios” (Urban, 2001, p. 60)⁶³⁵. De toda forma, a maioria das associadas permaneceu, inclusive abrindo espaços para uma maior articulação entre a ADFG e a AGAPAN.

É muito provável que a postura de Lutzenberger de crítica ao homem ocidental, seja ele socialista ou capitalista, tenha contribuído para sua aproximação com as mulheres da ADFG. Nesse caso, presume-se que a posição declaradamente anticomunista do ecologista, de forte crítica aos países socialistas, embasada em suas viagens, muitas das quais a trabalho, tenha pesado demasiadamente nessa aproximação. Na compreensão de Lutzenberger sobre ecologia havia fortes críticas ao socialismo que, segundo ele, era um sistema que culminava no totalitarismo e, por conseguinte, na falta de liberdade e na concentração de poderes em poucas mãos, o que, em sua visão, era prejudicial tanto em termos ecológicos quanto sociais (Pereira, 2016, p. 437). Da mesma forma, Lutzenberger não se contrapunha, num primeiro momento, à ditadura. Até 1978, suas ações, por meio da AGAPAN, em conjunto com outras entidades, como a ADFG, foram pautadas na “luta ecológica”, sem, contudo, contestar e/ou fazer críticas ao regime civil-militar cuja existência ele sabia (Pereira, 2016, p. 158). Segundo Pereira (2016, p. 166), a partir de 1978 a postura de Lutzenberger em defesa da abertura política e do retorno da democracia parecia confluir com outros tantos pronunciamentos contrários à continuidade do regime. No entanto, conforme Pereira (2016, p. 166), Lutzenberger “[...] não foi alvo de represálias porque deixou bem claro que não era comunista, criticando tanto o sistema capitalista como o socialista”.

De todo modo, tal aproximação entre o ecologista e algumas das sócias da ADFG não desencadeou automaticamente na presença do grupo em campanhas e demais “lutas ecológicas”, como costumeiramente se pensa. Percebe-se que, entre 1972 e 1974, houve um paulatino engajamento da ADFG com a ecologia, inclusive adequando seus variados projetos e ações à nova pauta a ser assumida pela entidade. Durante esse período, algumas das suas lideranças frequentavam as reuniões das segundas-feiras na AGAPAN (Pereira, 2016; Urban, 2001, p. 60); e assistiam às palestras sobre ecologia que Lutz vinha realizando pelo Estado, sem deixar de lado suas atividades assistenciais. Nesse sentido, internamente elas permaneciam envolvidas nas atividades cívicas e assistenciais, estabelecendo profícuos diálogos com as autoridades da

⁶³⁵Em 28 de novembro de 1972, durante a reunião da Diretoria Executiva da ADFG, houve uma rápida menção acerca da saída de 11 sócias da entidade e do ingresso de 8 novas. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 22 nov. 1972, p. 13. (Ata nº 110).

ditadura, ao mesmo tempo em que ingressavam no campo da ecologia. Embora tal comportamento pareça contraditório, é preciso observar que no início dos anos 1970 grande parte dos movimentos ecológicos não conflitavam diretamente com as políticas do regime ditatorial, sendo que muitos deles preferiram o diálogo à derrubada da ditadura.

Mesmo assim, é interessante notar que em vários momentos desse período (1972-1974) o comportamento da ADFG foi, de fato, ambíguo, o que refletia a forma pela qual grupos e indivíduos agiram entre a resistência e o apoio à ditadura, às vezes buscando se acomodar aos novos contextos. No final de 1972, por exemplo, na mesma reunião em que as sócias relatavam terem sido convidadas a assistir a duas conferências de Lutzenberger sobre “problema da poluição ambiental”, é mencionada a colaboração da ADFG “[...] em valores com o programa ‘Ajude o brasileiro a construir a Transamazônica’”⁶³⁶. É importante considerar, portanto, que nesse momento a compreensão dos ambientalistas sobre a Transamazônica era de contrariedade, sendo inclusive uma das lutas mais amplas de entidades como a AGAPAN (Pereira, 2016, p. 105). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que atuava em campanhas cívicas dos anos do governo Médici, que objetivavam a “integração nacional” e cujo lema era “integrar para não entregar”, a ADFG ingressava nos espaços ecologistas, solidarizando-se com muitos pontos de uma agenda ainda não tão familiar.

Como se pode notar, os três fatores mencionados anteriormente — o histórico da ADFG desde 1965, em atividades ligadas à educação e ao meio ambiente; o início do desgaste de um regime político que a entidade havia ajudado a construir e a apoiar; e a influência exercida por José Lutzenberger sobre o grupo —, parecem ter contribuído para que a ecologia se tornasse tema importante na agenda da ADFG. Se entre 1972 e 1974 havia certa “dúvida” em participar e/ou de que modo participar do movimento ecologista, a partir de 1975, com a eleição de Magda Renner, a ADFG passou a fazer parte de uma ampla rede de entidades ambientalistas. Segundo entrevista concedida a Bones e Hasse (2002, p. 74), em 2001, Giselda Castro afirmou que Magda, ao assumir a presidência da ADFG, restringiu sua permanência no cargo à condição de que a entidade tivesse como foco a ecologia. Como já foi dito, certamente Magda Renner e Giselda Castro eram as lideranças da ADFG que frequentavam a AGAPAN e tratavam com os ambientalistas sobre como se dariam as campanhas e as demais ações em defesa do meio ambiente. Contudo, para tanto, foi preciso contar com o apoio das demais associadas e tratar da continuidade dos trabalhos — cívicos e assistenciais — que o grupo vinha realizando desde 1964.

⁶³⁶Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, out. 1972, p. 8. (Ata nº 107).

Após 1975, a ADFG embarcou na “luta ecológica”, e foi, em alguns momentos, contrária aos interesses de grandes industriais e às políticas consideradas prejudiciais ao meio ambiente. A questão, porém, era como o grupo poderia fazer críticas às políticas públicas e/ou ao comportamento da ditadura em relação ao meio ambiente de modo a não cindir com as antigas relações amistosas entre a ADFG e a ditadura. Nesse sentido, percebe-se que o grupo estrategicamente utilizava-se de seu histórico adesista para tratar diretamente com as autoridades da ditadura, o que não implicava resistência e/ou a busca pelo fim do regime. O objetivo era buscar soluções para as causas da “luta ecológica”, sem romper com antigos aliados de outrora. Cabe destacar que a estratégia não implicava em disfarce perante a ditadura, como se elas não tivessem apreço pelo regime. Pelo contrário, percebe-se ao longo dos dez últimos anos da ditadura, um comportamento marcado entre o apoio, cada vez mais esmaecido com o final do regime, e a crítica, que paulatinamente confluía com a postura de outros segmentos sociais que almejavam o fim do regime ditatorial.

3.6.1. Lutas e campanhas da ADFG durante a ditadura (1975-1985)

A “Campanha pela preservação das ilhas do Guaíba” em seu estado natural foi a primeira luta ecológica encabeçada pela ADFG. As ilhas do Guaíba formam um arquipélago que compreende cerca de 16 ilhas próximas a Porto Alegre e a outras cidades de sua região metropolitana. Na década de 1970, parte dessas ilhas servia como “lixão” da cidade de Porto Alegre, onde eram despejadas centenas de toneladas de lixo doméstico. O objetivo da ADFG era promover uma intensa campanha pela imprensa, mobilizando e alertando a população da região sobre a importância da luta pela preservação das ilhas do Guaíba em seu estado natural⁶³⁷. Em janeiro de 1974, a ADFG, por meio de Magda Renner, publicou um artigo no jornal *Folha da Tarde* (RS), em que buscava alertar os leitores sobre o que vinha ocorrendo:

Atualmente as centenas de toneladas de nosso lixo doméstico estão sendo depositadas nas ilhas do Pavão e dos Marinheiros. Essa solução a primeira vista parece merecer aplausos, pois além de barata — pela proximidade das ilhas estando essas praticamente desabitadas não haverá reclamações quanto ao mau cheiro do lixo. O aterro em questão recebeu a denominação de “sanitário” — o que se constitui uma afronta ao bom senso. Deverá servir, também, para drenar os pântanos e banhadaís das ilhas que futuramente serão urbanizadas e aproveitadas para clubes de esporte, residências e parques. Alguns urbanistas consideram estar-se fazendo um bem ao cidadão de Porto Alegre, pois a área metropolitana será consideravelmente aumentada. Os adeptos desse plano, no entanto, não tomam em consideração o preço real que deveremos pagar por essa área: a contaminação da água pelo despejo indiscriminado do lixo nos banhadaís; a destruição da fauna e flora fluvial lacustre e marítima; e a perigosa alteração do equilíbrio ecológico na região⁶³⁸.

⁶³⁷Para se ter uma ideia das reportagens sobre a “Campanha pela preservação das ilhas do Guaíba”, ver Anexo J.

⁶³⁸Arquivo Particular Renée Zanenga. “Importância da Indústria do Lixo”. *Folha da Tarde* (RS), 25 jan. 1974, s.p.

No texto, a ADFG defendia também a importância da separação do lixo doméstico — orgânico e seco —, para que voltasse às suas origens sem grandes impactos. Assim, para as militantes, o que foi produzido em fábricas deveria voltar em forma de sucata para ser reaproveitado; e os restos orgânicos, devidamente compostados, segundo a ADFG, seriam transformados em húmus, “[...] primeira condição de vida para qualquer planta”. Ao final do texto, Magda fazia um apelo aos leitores para que se conscientizassem a respeito da reciclagem do lixo doméstico, afirmando que este não era apenas um problema de competência das autoridades governamentais e órgãos do Estado, mas de todos que “[...] se preocupam com a magna questão da qualidade de vida que temos a oferecer àqueles que dependem de nós”⁶³⁹.

A campanha contou com o apoio de sua aliada, a AGAPAN, que, em conjunto com a ADFG, pressionavam as autoridades públicas para que medidas fossem tomadas acerca da situação. Em razão das proximidades da ADFG com a administração municipal, não demorou muito para que a prefeitura de Porto Alegre, por meio do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), e do próprio prefeito, Telmo Thompson Flores, se posicionasse a favor de um planejamento voltado à preservação das ilhas do Guaíba. O mesmo pode ser percebido nas felicitações que foram encaminhadas à ADFG pelo Secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto⁶⁴⁰, favorável ao posicionamento adotado pela entidade⁶⁴¹.

Todavia, essa preocupação levou a ADFG, ainda em 1974, a promover outra campanha, a “Campanha pela Coleta do Lixo Doméstico Seleccionado”, cuja finalidade era incentivar a população de Porto Alegre a realizar a separação do lixo doméstico. Inspiradas em um projeto francês, a proposta era dividir a cidade em zonas, que teriam seu lixo selecionado e, posteriormente coletado pelo Departamento de Limpeza Pública (DLP), e por fim encaminhado à Cidade de Deus, região periférica de Porto Alegre. Conforme Magda Renner, naquela época, nos anos 1970, a Cidade de Deus já “[...] coletava jornais, papéis, vidros e plásticos para vender para as indústrias que os utilizavam como matéria-prima” (Bones; Hasse, 2002, p. 87). Financiada pela Cia. Intersul de Investimentos, a ADFG distribuiu cartazes e folhetos explicativos com a finalidade de fazer com que a população realizasse a seleção do lixo. A iniciativa, contudo, mesmo contando com o apoio de órgãos públicos, e de ter sido elogiada por Paulo Nogueira Neto, que dizia querer adaptá-la em São Paulo, não foi exitosa. A diretoria do DLP, de última hora, rompeu os acordos com a ADFG, o que fez com que o projeto fosse suspenso.

⁶³⁹*Ibid.*, s.p.

⁶⁴⁰Paulo Nogueira Neto era um reconhecido conservacionista brasileiro que ocupou a coordenação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) entre 1973 e 1985. Durante esse período, tratou permanentemente com as lideranças da ADFG, sobretudo com Magda Renner e Giselda Castro, a respeito de pautas e lutas ambientais. Entrevista de Sebastião da Silva Pinheiro concedida ao autor em 22 de setembro de 2021.

⁶⁴¹Arquivo Particular Renée Zanenga. “Fontes de Vida”. *Correio do Povo* (RS), 26 nov. 1974, s.p.

Em contrapartida, a campanha pela preservação das ilhas do Guaíba, em razão das pressões exercidas pelos ambientalistas sob a liderança da ADFG, resultou, dois anos mais tarde, na decretação das ilhas como utilidade pública e na criação do Parque Estadual do Delta do Jacuí (PEDJ), uma unidade de conservação e proteção integral⁶⁴². Essa foi a primeira vitória do grupo no campo da ecologia e, como reconhecimento, ainda em 1974, Magda Renner recebeu o prêmio “Personalidade em Ecologia” do jornal *Zero Hora* (RS)⁶⁴³, o que, conforme Urban (2021, p. 61) “[...] comprovava [...] a grande mobilização da época em torno da questão ambiental [...]”.

Contudo, ao mesmo tempo em que militavam no campo ambientalista, defendendo a preservação desses espaços em seu estado natural, uma vez que, segundo elas, estes “[...] servem de pulmão para a cidade e de abrigo para os peixes, que buscam nos pantanais para a sua reprodução”⁶⁴⁴, a ADFG permanecia envolvida com seus projetos cívicos e assistenciais. Exemplo disso é o “Ciclo de Estudos sobre família e comunidade”, que ocorreu entre maio e junho de 1974, e contou com a participação do coronel Pedro Américo Leal, do médico psiquiatra Ellis Alindo d’Arrigo Busnello, do educador Juan José Mourinho Mosquera e da psicóloga Juracy Marques⁶⁴⁵. Além disso, o grupo mantinha suas amistosas relações com as lideranças da ditadura, como pode ser visto pelo envio de mensagens de despedidas ao general Médici⁶⁴⁶ e pelas correspondências em apoio a Ernesto Geisel, militar que assumiu a Presidência da República em 1974.

Em 1975, a ADFG participou do “1º Encontro sobre a Proteção e Melhoria do Meio Ambiente”, em Brasília. O evento foi um dos primeiros em que a ADFG participou, e dá indicativos do quanto a entidade estava mobilizada em torno da questão “ecológica”. O encontro foi organizado pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), órgão do Ministério do Interior, e o convite à ADFG se deu por meio de Paulo Nogueira Neto, que, por seu turno, havia apoiado o grupo anteriormente na “Campanha pela preservação das ilhas do Guaíba”. O evento reuniu especialistas brasileiros e estrangeiros para debater suas respectivas experiências no campo da proteção ambiental. Contudo, dentre as entidades colaboradoras não constavam os ambientalistas, o que não causava surpresa uma vez que o evento era promovido pela ditadura e

⁶⁴²Além de Porto Alegre, a área abrange outros cinco municípios: Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo, Charqueadas e Eldorado do Sul. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/parque-estadual-delta-do-jacui>. Acesso em: 12 ago. 2023.

⁶⁴³Não temos subsídios para analisar a aproximação da ADFG com o jornal *Zero Hora*, mas cabe dizer que a empresa jornalística foi um importante veículo a contribuir com a visibilidade da entidade, principalmente em relação à agenda ambiental.

⁶⁴⁴Arquivo Particular Renée Zanenga. “Campanha pretende preservar vegetação das Ilhas do Guaíba”. *Correio do Povo* (RS), 14 dez. 1974, s.p.

⁶⁴⁵Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 20 maio 1974, p. 37. (Ata nº 158).

⁶⁴⁶Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 3 jun. 1974, p. 38. (Ata nº 160).

contava com a colaboração de duas montadoras automobilísticas: a General Motors e a Ford Motor⁶⁴⁷. Embora Magda Renner e Giselda Castro não tenham palestrado, o que foi comum nos anos seguintes, é preciso destacar que a ADFG foi a única entidade “ecologista” a participar do encontro. Esta condição estava relacionada ao histórico do grupo, cuja aproximação com o regime e com seus organismos, como foi o caso da SEMA e de seu secretário, Paulo Nogueira Neto, conferia à ADFG entrada em espaços restritos.

Após a realização do encontro em Brasília, em outubro do mesmo ano a ADFG organizou o “1º Encontro Comunitário pela Proteção do Meio Ambiente”, em Porto Alegre. O evento trazia pontos que se tornaram norteadores das estratégias dos grupos ambientalistas nas décadas de 1970 e 1980, como: a conscientização da sociedade em relação às suas responsabilidades para com as gerações futuras; a troca de experiências entre as entidades ambientalistas sobre a problemática ambiental; e o esclarecimento da opinião pública sobre a proteção do meio ambiente⁶⁴⁸. A chamada do encontro — *“Em que mundo viverão nossos filhos?”* — era sintomática de como se apresentava a ADFG naquele momento. Ou seja, ao mesmo tempo em que atuava no campo da ecologia, debruçando-se de fato sobre questões relacionadas à proteção do meio ambiente e de como sua degradação poderia prejudicar as gerações futuras, o grupo parecia seguir as estratégias utilizadas em momentos anteriores, apresentando-se como mães, a quem cabia a proteção dos filhos.

O evento contou com a colaboração do jornal *Zero Hora* (RS), que, segundo consta nas memórias do grupo, imprimiu os convites, os folhetos com a programação e os exemplares contendo as palestras proferidas. Com mais de 700 inscritos e uma frequência média de 600 pessoas que circulavam entre a PUCRS e o Centro Evangélico Luterano, o encontro foi exitoso e proporcionou à ADFG maior visibilidade e reconhecimento acerca da militância em defesa do meio ambiente⁶⁴⁹.

O encontro contou com a presença de autoridades públicas, de grupos conservacionistas, de membros de sociedades técnicas e de pesquisa, de diretórios de estudantes e de entidades femininas. Chama-nos a atenção, contudo, por meio das memórias da ADFG, a presença da CAMDE ao encontro, cuja trajetória parecia ter se encerrado em 1974 (Cordeiro, 2009). Tudo nos leva a acreditar que estivera presente no evento a ex-presidente da CAMDE, Eudoxia Ribeiro

⁶⁴⁷Centro de Documentação Magda Renner. I Encontro Nacional sobre a proteção e melhoria do meio ambiente (programação). Brasília, jun. 1975.

⁶⁴⁸Centro de Documentação Magda Renner. 1º Encontro Comunitário pela Proteção do Meio Ambiente (programação). Porto Alegre, out. 1975. Para uma cópia da capa do livro das palestras apresentadas no “1º Encontro Comunitário...”, ver Anexo K.

⁶⁴⁹Centro de Documentação Magda Renner. ADFG/Núcleo Amigos da Terra Brasil (1964-2004): 40 anos de luta ecologista. Porto Alegre, 2004.

Dantas, cuja relação com a ADFG permaneceu ao longo dos anos 1970, mesmo após o término do grupo carioca⁶⁵⁰.

Dentre as várias discussões abordadas no encontro, constam três temas: 1) Leis básicas da ecologia; 2) Preservação dos suportes da vida; e 3) Crescimento demográfico do século XX: causas e consequências. Sobre este último aspecto, foi aprovada por aclamação uma moção ao Presidente da República para que fosse cumprido o compromisso assumido pelo Brasil, em 1974, em Bucareste, acerca do planejamento familiar. A 3ª Conferência Mundial sobre População realizada em agosto de 1974, na capital da Romênia, teve como eixo central o debate sobre questões populacionais e de desenvolvimento. A Conferência adotou o Plano de Ação da População Mundial, que, por sua vez, recomendava, entre seus pontos, a garantia de planejamento familiar, serviços médicos e outros serviços sociais relacionados que visassem não apenas à prevenção da gravidez indesejada, mas também à eliminação da esterilização involuntária. Em suma, fazia-se a defesa de que os casais poderiam ter o número de filhos desejados.

O planejamento familiar era um dos temas caros à ADFG naquele contexto e foi tratado no “1º Encontro Comunitário...” por meio das falas de Giselda Castro, Cecília Bordini (representante do Clube de Mães Vila Assunção), Joaquina Stedile (representante da Associação das Senhoras Metodistas), Norberto Etges (professor da UFRGS) e Dercy Furtado (ARENA-RS). A moção encaminhada ao presidente Ernesto Geisel demonstra como a ADFG compreendia a questão. De acordo com o documento, entregue em 1976, o grupo se apresentava como conhecedor da situação em que viviam as mulheres pobres, marcada pelo sofrimento e pela miséria, que, por sua vez, aumentava “[...] na proporção direta do número de filhos não planejados, não desejados e finalmente abandonados, por falta absoluta de condições para mantê-los”⁶⁵¹. O documento apresentou três pontos que nortearam as discussões do encontro. O primeiro refere-se à falta de informações e de recursos das classes menos favorecidas sobre a limitação de nascimentos indesejados, e à inexistência de educação voltada para a paternidade responsável. Conforme defendiam no documento, essas instruções colaborariam para a diminuição da mortalidade infantil, visivelmente elevada no Brasil. O segundo ponto diz respeito

⁶⁵⁰Pela pesquisa realizada, não há informações acerca do percurso de Eudoxia Ribeiro Dantas, assim como de outras militantes da CAMDE, por entidades ambientalistas do Rio de Janeiro, mas é curioso notar que em junho de 1975, quando a CAMDE já havia encerrado suas atividades, a ADFG encaminhou uma carta a um órgão de imprensa do Rio de Janeiro, sem especificar qual, sobre o desmatamento da Floresta da Tijuca a pedido de Eudoxia. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 30 jun. 1975, p. 74. (Ata nº 198). Até o final do ano 1979, nas reuniões da diretoria executiva da ADFG são mencionadas as cartas recebidas de Eudoxia Ribeiro Dantas. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas 4. Porto Alegre, 19 nov. 1979, p. 80-81. (Ata nº 349).

⁶⁵¹Centro de Documentação Magda Renner. 1º Encontro Comunitário pela Proteção do Meio Ambiente: Moção ao Presidente Ernesto Geisel. Porto Alegre, out. 1975.

ao aborto clandestino, que era, de acordo com o documento, praticamente o único método disponível para controlar o número de filhos não desejados, assim como “[...] o responsável por um elevado número de mortes e de enfermidades extremamente onerosas ao Estado, ocupando uma grande parcela dos já insuficientes leitos hospitalares”. O terceiro e último ponto era um alerta em relação ao crescente número de crianças abandonadas, fruto de gestações indesejadas, cuja solução, conforme consta na moção, ultrapassava a capacidade de recursos humanos e financeiros do Estado. Para elas, essas crianças, “[...] os tristes pivetes batedores de carteiras, tornar-se-ão os perigosos delinquentes de amanhã”. Por fim, afirmavam no documento que, através do que havia sido estabelecido na Conferência de Bucareste,

[...] o controle da natalidade não deve ser um privilégio reservado à família de bom nível sociológico é, pois, responsabilidade do Estado prover a informação e os meios que possam ser requeridos por famílias de renda limitada, e ainda adotar medidas necessárias à redução da mortalidade, particularmente da mortalidade infantil⁶⁵².

A partir da segunda metade dos anos 1970, a luta da ADFG pelo acesso ao planejamento familiar para as camadas baixas da sociedade, vinculada especificamente à denominada “explosão demográfica”, tinha uma estreita relação com a pauta ecológica que o grupo assumia na época. O argumento das lideranças da ADFG era que o aumento populacional desordenado estaria relacionado ao desequilíbrio ecológico, uma vez que haveria limitação de recursos naturais, e ao crescimento da violência nos centros urbanos, pois as crianças desassistidas seriam potenciais alvos da marginalidade. A ADFG encontrava-se entre grupos e governos denominados de “antinatalistas”, uma vez que defendiam que o desenvolvimento do país dependia da redução da natalidade.

Como solução à “bomba demográfica”, a ADFG colocou em prática, no decorrer da segunda metade dos anos 1970, ações de instrução às mulheres da periferia sobre o uso de métodos contraceptivos, mais precisamente a pílula, e a distribuição deles. Conforme o relato de Giselda Castro, “os laboratórios nos forneciam de graça os comprimidos que para lá eram levados. Imagine se alguma vez tivéssemos um acidente com caixas cheias de pílulas anticoncepcionais que estavam proibidas! Eram caixas e caixas que os laboratórios mandavam” (Bones; Hasse, 2002, p. 75). Pela pesquisa empreendida, não pude notar a proveniência desses medicamentos, porém, de acordo com Joana Maria Pedro (2003, p. 42), embora não tenha partido do Estado brasileiro qualquer iniciativa explicitamente “anticontrolista”, cuja argumentação era de que a soberania nacional dependia da presença de brasileiros em todas as regiões do território nacional, “[...] atuaram no país sociedades civis internacionais,

⁶⁵²Centro de Documentação Magda Renner. 1º Encontro Comunitário pela Proteção do Meio Ambiente: Moção ao Presidente Ernesto Geisel. Porto Alegre, out. 1975.

principalmente nas camadas populares. Foi o caso da IPPF – International Planning Parenthood Federation, que viria a financiar, a partir de 1965, a BEMFA – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil”. A autora chama a atenção que tais investimentos no controle da natalidade na América Latina teve relação direta com a Revolução Cubana de 1959. Segundo Joana Maria Pedro (2003, p. 47) “a partir daí a política norte-americana passou a considerar a América Latina como um ‘continente explosivo’, um campo fértil para a agitação comunista”. Giselda Castro, em entrevista em 2001, afirmou que nesse período a ADFG recebia forte crítica de feministas, que, por seu turno, diziam que o grupo havia acordado com norte-americanos na distribuição de pílulas, o que de fato ainda não se tem claro. Giselda mencionou na entrevista que os laboratórios norte-americanos chegaram a oferecer dinheiro ao grupo para a divulgação de campanhas que objetivavam controlar (Bones; Hasse, 2002, p. 75)⁶⁵³.

A carta foi entregue a Geisel pela ADFG no ano seguinte, na qual constavam os três itens oriundos do “1º Encontro...”, já apontados anteriormente neste subcapítulo⁶⁵⁴. O documento ainda trazia dados sobre o número de menores abandonados no Rio Grande do Sul, 400.000, e afirmava que todos os esforços governamentais e comunitários reunidos atendiam a um número muito inferior a este, 15.682 jovens. De modo alarmista, buscando pressionar a ditadura a tomar medidas que atendessem às reivindicações em torno do planejamento familiar, a ADFG utilizava argumentos que tocavam o regime, como a segurança pública. Além de mencionar que essas crianças se tornavam “os perigosos delinquentes de amanhã”, o documento finalizava com a seguinte afirmação:

Considerando ainda que o desequilíbrio do crescimento demográfico no Brasil: controle efetivo da natalidade das classes privilegiadas e expansão tanto mais desordenada quanto mais carente a classe, constituir-se-á, a médio e mesmo a curto prazo, numa ameaça à segurança nacional pois que essas classes carentes são fáceis presas de agitadores de qualquer espécie e vítimas indefesas da pressão de suas legítimas aspirações e necessidades, exacerbadas pela intensa propaganda da sociedade de consumo⁶⁵⁵.

Por último, a carta solicitava que o governo preparasse recursos humanos adequados e incluísse o planejamento familiar nos programas de saúde pública e de assistência médica oficial. Embora a atitude da ADFG fosse de pressão sobre o governo, para que este cumprisse o que foi assinado em Bucareste, em 1974, este gesto estava longe de sinalizar qualquer tipo de rompimento com o regime civil-militar. Pelo contrário, em março de 1975, a ADFG “remetia

⁶⁵³A defesa do planejamento familiar pela ADFG também causou atritos entre suas militantes e os membros do catolicismo, fazendo com que ambos trocassem correspondências pela imprensa. A principal desavença foi com o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer. Para maiores detalhes sobre a posição de Scherer, ver: Arquivo Particular Renée Zanenga. “Voz do Pastor — Cardeal: mulher será livre só com a dignidade cristã”. *Diário de Notícias* (RS), 12 maio 1975, s.p.

⁶⁵⁴Centro de Documentação Magda Renner. Carta da ADFG ao presidente Ernesto Geisel. Porto Alegre, 1976.

⁶⁵⁵*Ibid.*

felicitações pelo 11º aniversário da Revolução de 1964” às autoridades governamentais, bem como felicitava Sinval Guazzelli (ARENA), que tomava posse como governador do Rio Grande do Sul, e a primeira-dama Ecléa Guazzelli, com quem a ADFG buscava tratar das questões relacionadas ao campo assistencial⁶⁵⁶. Ou seja, em março de 1975, a ADFG via-se ainda envolta em ações que homenageavam a ditadura, e mantinha alianças políticas com figuras públicas que representavam o regime, afinal a atuação na luta “ecológica” não implicava rompimento com a ditadura.

Para se ter uma ideia, dias antes das felicitações à ditadura, a ADFG compareceu na Câmara de Vereadores de Porto Alegre para assistir a uma exposição de Lutzenberger sobre o emissário cloacal e meio ambiente, cujos debates foram acalorados⁶⁵⁷. Além disso, em agosto de 1975, a organização contactou o comandante do III Exército cumprimentando-o pela Semana do Exército⁶⁵⁸, e manteve contato com o presidente Geisel, quando foi encaminhado telegrama pela Semana da Pátria⁶⁵⁹.

Um ano após a realização do “1º Encontro Comunitário...”, em 1976 a ADFG atuou em dois eventos, cuja discussão continuava em torno do planejamento familiar: o “2º Encontro Comunitário pela Proteção do Meio Ambiente”, em setembro na cidade de Novo Hamburgo⁶⁶⁰, e a “Assembléia Médica Mundial”⁶⁶¹, em outubro na cidade de São Paulo. Em ambos, a ADFG mantinha-se firme na defesa do controle da natalidade e na justificativa de que a explosão demográfica implicava aumento da violência e fim da sobrevivência da espécie.

Seguindo na luta em defesa do meio ambiente, nesse mesmo ano, a ADFG denunciou o incêndio promovido pela multinacional automobilística Volkswagen, no Pará. De acordo com Pereira (2016, p. 326), ao lado de Lutzenberger e da AGAPAN, a ADFG era contrária ao projeto de criação de gado da Companhia Vale do Rio Cristalino na região do Araguaia, de propriedade da Volkswagen. Pereira (2016, p. 327) ressalta que desde o início houve irregularidades por parte da multinacional, como queimadas e derrubada florestal indiscriminadas, que eram monitoradas pelos técnicos que operavam o satélite americano Skylab. Em contrapartida, a Volkswagen negava, defendendo que o projeto agropecuário havia sido aprovado pela Superintendência do

⁶⁵⁶Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 31 mar. 1975, p. 55. (Ata nº 186).

⁶⁵⁷*Ibid.*, p. 55.

⁶⁵⁸Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 19 ago. 1975, p. 80. (Ata nº 204).

⁶⁵⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 15 set. 1975, p. 85. (Ata nº 208).

⁶⁶⁰Centro de Documentação Magda Renner. 2º Encontro Comunitário pela Proteção do Meio Ambiente (programação). Novo Hamburgo, 10 e 11 set. 1976.

⁶⁶¹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 3 do Conselho Diretor. Porto Alegre, 5 ago. 1976, p. 23. (Ata nº 68).

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e que, portanto, cumpria com a legislação brasileira. De acordo com Pereira (2016, p. 327), “a fazenda da Volkswagen era, [...] a principal vitrine da série de projetos incentivados pelos governos brasileiros visando o desenvolvimento da Amazônia, nos anos 1970”, o que gerava uma série de críticas pela maior parte dos ambientalistas gaúchos. A ADFG, por meio de suas lideranças, não chegou a fazer críticas às políticas da ditadura de ocupação da Amazônia, concentrando-se mais em constranger a multinacional pela imprensa. Entre agosto e outubro de 1976, a ADFG, em conjunto com a AGAPAN e o urbanista Roberto Burle Marx, trocou inúmeras correspondências com o presidente da Volkswagen no Brasil, Wolfgang Sauer, nas quais apontavam as irregularidades promovidas pela multinacional. Em resposta, Sauer chegou a encaminhar carta em tom ameaçador à ADFG, dizendo o seguinte: “o fato, porém de V. S^a. terem espalhado, aos quatro ventos, acusações insubstanciadas contra a Volkswagen do Brasil, é de extrema gravidade e — lamento profundamente dizê-lo, poderá gerar consequências extremamente desagradáveis”⁶⁶².

Após o ocorrido, a ADFG e a AGAPAN intensificaram a tradução das correspondências para o alemão com a finalidade de publicá-las na imprensa brasileira e alemã, e, por conseguinte, constranger a multinacional. Essas ações de fato colaboraram com o desgaste da imagem da Volkswagen na Alemanha, o que lhe causou prejuízos e, principalmente, fez com que a empresa desistisse da atividade (Pereira, 2016, p. 331). Em compensação, ao final de 1976 era inegável que o episódio Volkswagen havia contribuído para o reconhecimento público da ADFG como entidade ambientalista nacional e internacional.

Porém, a luta ecológica da ADFG parecia dissociada de lutas mais amplas, muitas das quais conduzidas por diferentes movimentos sociais e políticos em oposição ao regime ditatorial. Como se pode verificar no caso Volkswagen, as críticas da ADFG recaíam sobre a multinacional alemã, sem que as responsabilidades pelo ocorrido tenham qualquer relação com as políticas para o meio ambiente da ditadura. Essa constatação, contudo, deve ser compreendida a partir da permanência de gestos de adesão da entidade ao regime. Em janeiro de 1977, a ADFG encaminhou mais uma de suas mensagens de apoio aos governos da ditadura, por meio de uma carta. Nela, as associadas colocavam-se à disposição do governo Geisel, a quem agradeciam:

Exmo Sr. Presidente Ernesto Geisel
Neste momento particularmente difícil da conjuntura mundial e nacional, a Ação Democrática Feminina [Gaúcha] cumprimenta a V. Ex.^a agradecendo sua firme e serena direção graças a qual vivemos mais um ano de trabalho e paz que teve o reconhecimento público evidenciado pelo resultado das eleições. Somente povo e governo irmanados numa mesma atitude de rigorosa contenção poderão enfrentar com sucesso o desafio que o futuro representa. *Pode V. Ex.^a ter certeza que medidas justas por severas que seja terão apoio e a compreensão da maioria do povo brasileiro rogando a Deus para que*

⁶⁶²Centro de Documentação Magda Renner. Carta de Wolfgang Sauer à ADFG. Porto Alegre, 18 ago. 1976.

*todos tenhamos a força indispensável ao cumprimento de nosso dever para com a Pátria e que abençoe especialmente V. Ex.^a a quem toca responsabilidade das decisões reafirmando-lhe nossa confiança firmamos*⁶⁶³ [grifos meus].

Ou seja, em meio às polêmicas envolvendo a Volkswagen e os ambientalistas, largamente noticiadas pela imprensa, a ADFG comemorava os resultados eleitorais de 1976, em que a ARENA obteve a maioria, mesmo diante do paulatino crescimento do MDB⁶⁶⁴. Ademais, dizia-se compreensiva caso o governo ditatorial tivesse que imprimir medidas severas, uma vez que confiava na figura do general Geisel.

Ainda sobre a adesão da ADFG ao regime, consta em suas atas, em março de 1977, como de praxe, que a entidade foi convidada para a sessão comemorativa do 13º aniversário da “Revolução” na ALRS⁶⁶⁵. O convite foi feito pelo deputado estadual Hugo Mardini (ARENA-RS), político que provavelmente contava com muitos dos votos das militantes da organização.

Dentro desse quadro de ações que objetivavam lançar gestos de apoio ao regime, é preciso verificar a participação da ADFG na programação da “Semana da Pátria”, em setembro de 1977⁶⁶⁶, cujas solenidades continuavam sendo marcadas não só pela presença militar, como por falas em defesa dos governos da “Revolução”. Contudo, a ADFG compareceu ao ato para pontuar sua nova agenda: a ecologia. Em um documento redigido para a solenidade — “Mensagem aos brasileiros” —, as associadas se apresentavam como um grupo de mulheres-mães, imbuídas de forte nacionalismo e, sobretudo, defensoras do meio ambiente⁶⁶⁷.

Na data magna da Pátria, nós, mulheres brasileiras, cidadãs responsáveis, e mães conscientes lançamos um brado de alerta em defesa dos bens inalienáveis da Pátria e do povo brasileiro.

Amar a Pátria é amar o seu solo, suas florestas e montanhas, seus rios e seus mares, seus pássaros, seus peixes e todos os filhos que abriga.

Amar a Pátria é honrar sua história e respeitar as expressões de suas tradições.

Amor é ação desprendida do próprio ego na defesa do direito de outrem.

Patriotismo é coragem para a luta – em defesa do patrimônio nacional, e dos direitos do povo; na exigência da justiça, da igualdade e do cumprimento das leis; pela justa medida de direitos e deveres, liberdades e responsabilidades.

Passam os homens, os governos e as instituições. Desaparecem as obras insensatas e as civilizações predatórias que não souberam cuidar de seus recursos. O que fica para as gerações futuras são os marcos daqueles que as precederam.

Não queremos deixar aos filhos dessa Pátria um país depauperado, um deserto vermelho onde hoje se ergue a mais exuberante floresta do universo; uma solução fétida

⁶⁶³Fundo Gabinete Pessoal da Presidência da República. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB JF EBG 0.6). Telegrama da ADFG ao presidente Ernesto Geisel. 3 jan. 1977.

⁶⁶⁴BOLETIM ELEITORAL. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, ano 27, n. 340, nov. 1979, p. 133.

⁶⁶⁵Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 4 abr. 1977, p. 29. (Ata nº 258).

⁶⁶⁶Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 8 ago. 1977, p. 38. (Ata nº 274).

⁶⁶⁷Centro de Documentação Magda Renner. Mensagem aos brasileiros – Semana da Pátria de 1977. Porto Alegre, 1977.

dos lixos da sociedade do desperdício onde ainda temos águas límpidas cheias de vida; uma terra assassinada pelo tecnocrata da era industrial⁶⁶⁸.

É interessante observar que o documento não faz nenhuma menção à “Revolução”, nem ao governo Geisel, tão elogiado em janeiro daquele ano, mas procura sensibilizar a população para os problemas relacionados ao meio ambiente, os quais seriam de responsabilidade da “civilização da era industrial”.

Não queremos ser os responsáveis pela morte do índio brasileiro, filho dessa terra que soube amar e cujas riquezas soube hortar durante séculos.
Brasileiros, acordemos em tempo: nunca houve neste planeta civilização tão imediatista, devastadora e cúpida como a civilização da era industrial.
Tenhamos a lucidez para reconhecer-lhe os erros, a perseverança para transformar-lhe os valores, a coragem para enfrentar-lhe os desafios e combater-lhe os devaneios.
Tenhamos a grandeza do desprendimento para trabalhar pela Pátria e pelo seu povo.
Erguem-se hoje os olhos para o pavilhão nacional, levantam-se as vozes no canto do Ipiranga, que se abram os corações para a magnificência de incomparáveis cenários e para as poucas riquezas ainda intactas da Terra Brasileira⁶⁶⁹.

O que se percebe em 1977 é um comportamento cada vez mais acomodado por parte da ADFG, no qual gestos de apoio e pressões à ditadura, especificamente com relação às políticas voltadas ao meio ambiente, andavam juntos. Apesar de as pressões não terem como ponto central a eliminação do regime ditatorial, elas incidiam sobre a imagem deste na sociedade. Se em anos anteriores a ADFG figurava como uma organização que apoiava abertamente o regime, a partir dos anos seguintes ficava cada vez mais latente tal comportamento, substituído por uma maneira de agir acomodada, na qual se combinava adesão e críticas à ditadura. Em um memorando de janeiro de 1977, produzido pelo SNI, cujo assunto era a ADFG⁶⁷⁰, constam, além de um breve histórico da organização, alguns apontamentos sobre as entrevistas que Magda Renner concedeu à imprensa, principalmente ao jornal *Zero Hora* (RS), nas quais denunciava as devastações no meio ambiente da Amazônia, criticando os projetos agropecuários naquela região, apoiados pelo governo federal, definindo-os como “absurdo ecológico”. Exemplificou, ainda, “o caso do projeto aprovado pela SUDAM, da Companhia Vale do Rio Cristalino, quando a Volkswagen queimou 9.180 hectares de florestas para transformá-la em pastagens”.

A partir de 1976, com o caso Volkswagen, a ADFG ganhou notoriedade, fazendo com que a sua denominada “luta ecológica” se intensificasse. Entre abril e maio de 1978, com a AGAPAN, participou de uma das mais emblemáticas campanhas: a “Operação Hermenegildo”⁶⁷¹. Conforme Pereira (2016, p. 156), o objetivo era “[...] esclarecer sobre o episódio da mortandade de mariscos, ocorrido em abril, na praia homônima, localizada em Santa

⁶⁶⁸*Ibid.*

⁶⁶⁹*Ibid.*

⁶⁷⁰Fundo Sistema Nacional de Informações. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB V8 MIC GNC GGG 81003835). Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG). 11 jan. 1977.

⁶⁷¹Para maiores detalhes, ver: Pereira (2016).

Vitória do Palmar, no sul do Rio Grande do Sul, tratada pelos órgãos governamentais como um fenômeno natural, a ‘maré vermelha’”. Representantes do governo diziam que o desastre ecológico era causado por um fenômeno natural. Um deles, Paulo Nogueira Neto, visitou o local no final do mês de abril e permanecia convicto quanto à posição em defesa de que o acidente tinha relação com um fenômeno natural. Contudo, parte da imprensa, ambientalistas e técnicos do Centro de Pesquisas Toxicológicas do Rio Grande do Sul (CPTRGS), em Pelotas, afirmavam que a causa da mortandade “era um produto químico perigoso, agrotóxico fabricado pela Dow Chemical e que teria vazado do navio Taquari, naufragado em Cabo Polônio (Uruguai), em 1971” (Pereira, 2016, p. 156). Tais conclusões eram obtidas pelas pesquisas independentes realizadas pelo CPTRGS, segundo as quais:

[...] a contaminação da Costa-Sul fora causada pela substância Iso-Tiocianato de Metila. Porém, a divulgação desse laudo, diretamente à imprensa e não às autoridades sanitárias (talvez porque os pesquisadores temessem que o documento “desaparecesse”, como no caso da Borregaard) não agradou ao Secretário de Saúde, Jair Soares, e ao Ministro da mesma área, Almeida Machado. Para além das divergências, ainda havia a proibição da pesca e da comercialização de peixes, por conta do problema ambiental, o que estava prejudicando os pescadores da região (Pereira, 2016, p. 157).

Mesmo assim, o laudo oficial publicado em 25 de abril de 1978 mantinha a posição de que a morte dos mariscos era causada pela “maré vermelha”. A ADFG, assim como a AGAPAN, contrariava a posição do governo, e afirmava que a nota oficial era insatisfatória. Nesse contexto, a entidade lançou a “Operação Hermenegildo” em 24 de abril de 1978. A nova batalha, além de contar com apoio de José Lutzenberger e da AGAPAN, exigiu grande capacidade de articulação nacional por parte da ADFG. Conforme lembrou, anos depois, Magda Renner:

Pela primeira vez nos lançamos a nível federal, com a Operação Hermenegildo, Junto com José Lutzenberger, fizemos uma grande reunião na Assembleia Legislativa, questionando as explicações oficiais. Nós, da ADFG, nos movimentamos, viajamos para o Rio de Janeiro e São Paulo, fomos procurar a direção nacional da OAB, solicitando apoio para a nossa reivindicação ao governo federal, de que proibisse a importação de produtos tóxicos de alta periculosidade, já proibidos em seus países de origem (Urban, 2001, p. 62).

Apesar de as discussões envolvendo ambientalistas e órgãos do governo federal terem seguido por um bom tempo, é preciso considerar que a “Operação Hermenegildo” fez com a ADFG lançasse maiores críticas à postura das autoridades em relação ao meio ambiente, o que não fora comum até então. Em um folheto distribuído com apoio do jornal *Zero Hora* (RS) com vistas a lançar a “Operação Hermenegildo”, consta que esta era um “[...] movimento unificado para salvar o Ambiente Natural, conclamando entidades congêneres e outras, bem como a

população para uma ação conjunta, visando reivindicar do governo federal”⁶⁷². E seguia, apontando cinco reivindicações:

O esclarecimento da causa do desastre ocorrido através da divulgação de todos os laudos, nacionais e internacionais, emitidos por cientistas descompromissados e independentes de estruturas oficiais ou empresariais, além dos laudos oficiais;
A publicação dos documentos que especifiquem a carga dos navios Taquari e Itapagé;
Fiscalização rígida da produção e da introdução do mercado nacional de agentes químicos de comprovada periculosidade;
Ação concreta em nível legislativo, executivo e judicial para coibir e responsabilizar os atentados à vida do homem, dos animais e das plantas, responsabilizando civil e criminalmente qualquer pessoa física ou jurídica pelos impactos ambientais decorrentes de suas ações ou omissões;
A criação de um Ministério do Meio Ambiente, assessorado por um Conselho de ecólogos e cientistas independentes, seguindo uma filosofia de ação ecológica, a única que nos poderá preservar de catástrofes de consequências sociais, políticas e econômicas incomensuráveis⁶⁷³.

Contudo, tais críticas eram elaboradas em meio a ações que, por sua vez, implicavam a permanência, mesmo que diminutas, de antigas relações com o regime civil-militar e/ou com seus apoiadores incondicionais. Em junho de 1978, a ADFG trocava correspondências com Maria do Carmo Godoy Ramos, líder do MAF de São Paulo, organização que se manteve fiel à “Revolução” até os seus últimos momentos⁶⁷⁴. No que se refere à política estadual, a ADFG, ao mesmo tempo em que ampliava suas alianças, compondo com deputados do MDB no que se refere à “luta ecológica”, ainda assim mantinha-se em permanente contato com os arenistas, como Dercy Furtado e Victor Faccioni, com quem compunham alguns dos conselhos estaduais⁶⁷⁵. Ainda sobre a ARENA, é interessante observar que, em agosto de 1978, a “Arena Jovem” escreveu à ADFG uma moção em apoio à “Operação Hermenegildo”, o que sugere pensar que a ecologia e a defesa do meio ambiente pareciam estar acima dos dois espectros políticos, e não se constituía em uma luta contra a ditadura, afinal ninguém se colocaria contrário à luta ecológica⁶⁷⁶. Essa imagem na qual a “luta ecológica” era apartidária pode ter contribuído posteriormente para a construção de uma memória em que a ADFG não aparece como adesa da ditadura e próxima dos segmentos militares que controlavam o poder político, mas como uma organização de mulheres ambientalistas⁶⁷⁷.

⁶⁷²Centro de Documentação Magda Renner. Folheto: Operação Hermenegildo - movimento unificado para salvar o ambiente natural. Porto Alegre, maio 1978.

⁶⁷³Centro de Documentação Magda Renner. “Operação Hermenegildo: movimento unificado para salvar o ambiente natural”. *Zero Hora*, 1978.

⁶⁷⁴Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 26 jun. 1978, p. 56. (Ata nº 305).

⁶⁷⁵Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 12 jun. 1978, p. 54. (Ata nº 303).

⁶⁷⁶Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 7 ago. 1978, p. 59. (Ata nº 311).

⁶⁷⁷Apesar de não fazer parte da presente tese a análise das memórias sobre a entidade após a ditadura, cabe destacar aqui o documentário “Substantivo Feminino”, de 2017, dirigido por Daniela Sallet e Juan Zapata. Em torno de uma

Em 20 de outubro de 1978, a ADFG encontrou-se com o próximo presidente da República, o general João Baptista Figueiredo, na cidade de Caxias do Sul, a quem entregaram alguns documentos relacionados aos trabalhos realizados pela entidade. Dentre eles, uma carta, na qual há uma síntese das motivações pelas quais a ADFG lutava e os objetivos que a entidade pretendia alcançar⁶⁷⁸. O texto é um gesto de apelo para que o general se sensibilizasse com a “luta ecológica”, que, segundo defendiam, “[ultrapassava] fronteiras, ideológicas e interesses particulares”. Diferentemente de outros telegramas e cartas que foram endereçadas aos generais-presidentes, nesta havia um retrato alarmante da realidade nacional no que concerne ao meio ambiente. Inclusive havia um questionamento ao “[...] modelo de desenvolvimento implantado no Brasil, país periférico, dependente do contexto da economia mundial, modelo que não atingiu seus objetivos sociais ou econômicos”. Apontando uma série de dados e informações acerca da situação alarmante em que se encontrava o “III Mundo”, o documento afirma o seguinte sobre a “realidade brasileira”:

Temos uma população de 110 milhões de habitantes, crescendo em cerca de 2,8% ao ano. A população economicamente ativa é de apenas 34,8 milhões. Em 1977 declararam imposto de renda 4,5 milhões e somente 2,1 milhões pagaram imposto. *30 milhões de brasileiros vivem em pobreza absoluta. Os menores abandonados e os analfabetos, a subnutrição e as doenças endêmicas, a mortalidade infantil e o aborto clandestino, o desemprego e o subemprego, nos estigmatizam com uma condição subdesenvolvida ao mesmo tempo em que a industrialização “queimando etapas” nos condena a suportar todos os malefícios da poluição.* Desde o primeiro dia de vida nossos filhos ingerem água e alimentos contaminados com substâncias químicas já condenadas e abandonadas em seus países de origem. Nessa industrialização imediatista ainda está consumindo o patrimônio natural do País. Estamos vendendo os meios de subsistência de nossos filhos e netos⁶⁷⁹ [grifos meus].

Como saída, a ADFG pontuou seis “caminhos alternativos”:

- 1) Implantação de um modelo sócio-político-econômico próprio, a partir de nossa realidade, baseado na vocação ecológica das diferentes regiões do país e no emprego intensivo de mão de obra para atenuar as necessidades básicas de todos.
- 2) Descentralização do poder decisório concernente às situações objetivas locais onde se faça preciso soluções específicas, consagrando realmente o respeito aos direitos sociais e individuais.
- 3) *Reformulação da política externa, visando maior autonomia tecnológica, econômica e cultural.*
- 4) *Revisão radical da política de Integração da Amazônia e do comportamento da sociedade envolvente com relação às minorias étnicas, no justo reconhecimento dos valores culturais de que são detentoras.*
- 5) *Implantação efetiva da reforma agrária segundo as exigências da realidade brasileira.*

hora de duração, o vídeo propõe-se a contar parte da história da militância ambientalista gaúcha, a partir da trajetória de Giselda Castro e Magda Renner, duas mulheres atuantes na ADFG desde os anos 1960 e 1970. Mesmo que não tenha sido produzido pela própria organização, o documentário não esconde simpatia e admiração que seus diretores têm pelas “mulheres ricas que ousaram contrariar interesses econômicos” (trechos). Portanto, entendido como um espaço de produção de memórias, a película correspondeu aos anseios da memória coletiva que, ao mesmo tempo em que rememora, silencia e esquece.

⁶⁷⁸Centro de Documentação Magda Renner. Carta da ADFG ao general João Baptista Figueiredo. Porto Alegre, 18 out. 1978.

⁶⁷⁹*Ibid.*

- 6) *Orientação para a contenção da natalidade, através de ampla informação e da liberação dos meios científicos para o planejamento familiar*⁶⁸⁰ [grifos meus].

Não há no documento referência à “Revolução” e/ou ao general Figueiredo. Pode-se notar nessa carta que a ADFG se constituiu, sem dúvidas, em uma entidade “ecológica”, cada vez mais crítica às políticas adotadas pelo regime ditatorial, sem, contudo, romper com este. A “Operação Hermenegildo”, ao escancarar a forma pela qual a ditadura lidava com a divulgação de informações que maculavam a sua imagem, parecia empurrar a entidade para um comportamento cada vez mais contestatório às políticas ambientais do regime. Todavia, dias após o envio do texto ao general Figueiredo, a ADFG não deixou de se apresentar ao próximo governador do Estado, José Augusto Amaral de Souza (ARENA) e à futura primeira-dama, Miriam Gonçalves de Souza, que no encontro com a ADFG, expressou entusiasmo em colaborar com os trabalhos assistenciais da organização⁶⁸¹. Além disso, percebe-se pelas atas, a permanência dos contatos entre a ADFG e as figuras públicas do regime, como o general Golbery do Couto e Silva, a quem a ADFG recorria nos agendamentos das audiências⁶⁸². Golbery tornou-se chefe da Casa Civil da Presidência da República desde 1974 até a posse do general Figueiredo, em março de 1979. Embora não disponhamos das correspondências entre a ADFG e o general Golbery, cabe notar que, pelos livros de atas, estas não foram poucas.

De todo modo, a “Operação Hermenegildo” impulsionou os trabalhos da ADFG em torno da luta contra os agrotóxicos. Esse aspecto pode ser notado no ano seguinte, em 1979, quando a organização lançou a campanha “Alimentos sem Venenos”⁶⁸³. A ação era voltada às crianças e tinha o seguinte *slogan*: “o homem está matando os próprios filhos e não se conscientiza”. O objetivo era alertar os jovens a respeito do uso indiscriminado de “venenos” nos alimentos e seus desastrosos efeitos aos seres humanos. Embora a campanha tenha sido mais voltada ao esclarecimento da população, foi a partir dela que a ADFG promoveu outras ações, cujo principal mote era a luta contra a importação de produtos tóxicos proibidos em seus países de origem. Segundo Urban (2001, p. 63), essa frase — “já proibidos em seus países de origem” —, foi emblemática e definia a ADFG naquele contexto, entre o final dos anos 1970 e o início da década seguinte⁶⁸⁴.

⁶⁸⁰*Ibid.*

⁶⁸¹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 30 out. 1978, p. 63. (Ata nº 320).

⁶⁸²Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 5 mar. 1979, p. 67. (Ata nº 326). Entrevista de Sebastião da Silva Pinheiro concedida ao autor em 12 de setembro de 2021.

⁶⁸³Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 7 maio 1979, p. 71. (Ata nº 332).

⁶⁸⁴Em conjunto com a AGAPAN, a ADFG encaminhou em 5 de junho de 1979, no Dia Mundial do Meio Ambiente, uma moção ao general-presidente Figueiredo com objetivos de instalar o “Movimento em prol de Alimentos sem Venenos” para todos os brasileiros. Tratava-se de uma pressão dos ambientalistas para que fossem

Em 1979, a ADFG também liderou outra campanha, dessa vez em relação ao projeto de loteamento da Agroindústria Barra do Ouro Ltda. nas encostas de uma área de proteção ambiental, atingindo as nascentes do rio dos Sinos e do rio Maquiné e as matas nativas. Com o nome de Ouroville, o projeto criticado, por seu turno, não só desobedecia ao Código Florestal da época, como tinha respaldo de autoridades de Brasília, e contava com forte propaganda na imprensa. O argumento dos ecologistas era de que o loteamento tinha recebido parecer contrário à sua implantação por técnicos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (SARGS), com base na Lei 4771/65 do Código Florestal⁶⁸⁵. Por parte da Ouroville, havia apenas um laudo favorável (do advogado do IBDF), que além de ser fartamente utilizado no material de propaganda da empresa, viabilizou o atestado e o registro do empreendimento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Na época, a ADFG e a AGAPAN, por intermédio de Magda Renner e Hilda Zimmermann⁶⁸⁶, decidiram sair às ruas em protesto ao empreendimento, o que chamou a atenção da imprensa. Liderada pelas mulheres da ADFG, a manifestação ocorreu em 18 de outubro de 1979, em Porto Alegre, e contou com cerca de 200 pessoas, entre universitários, representantes da AGAPAN, da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), do Movimento de Defesa da Amazônia (MDA), entre outras entidades⁶⁸⁷.

Com algumas faixas e fazendo uso de megafones, esse grupo de mulheres caminhou pelas ruas do centro de Porto Alegre rumo ao Palácio Piratini. A fala de protesto de Magda Renner foi transcrita na imprensa:

O projeto Ouroville é ilegal porque inclui terras públicas. Este loteamento atinge as nascentes do rio dos Sinos e do rio Maquiné com consequências imprevisíveis e loteamentos, desmatamentos, urbanizações proibidas por lei nas áreas de nascentes dos rios porque ameaçam o volume de água. Ouroville compromete um dos poucos remanescentes da floresta nativa do Estado e as florestas nativas representam a continuidade dos ciclos de vida. Queremos ver cumprida a lei 4771/65 do Código

acatadas quatro demandas: 1) a obrigatoriedade do receituário agrônomo em escala nacional; 2) a introdução gradativa da agricultura orgânica, visando em primeiro lugar o pequeno agricultor; 3) a obrigatoriedade da impressão dos nomes por extenso dos aditivos nos rótulos dos alimentos industrializados; e 4) a proibição do uso de produtos químicos de comprovada periculosidade, já interditados em seus países de origem. Centro de Documentação Magda Renner. Carta da ADFG e da AGAPAN ao presidente general João Baptista Figueiredo. Porto Alegre, 5 jun. 1979.

⁶⁸⁵Centro de Documentação Magda Renner. “Governador ordena estudos sobre projeto imobiliário”. *Zero Hora* (RS), 19 out. 1979, p. 23.

⁶⁸⁶Hilda Zimmermann foi uma das fundadoras da AGAPAN e notabilizou-se nos anos 1970 pelas lutas que travou como ativista do movimento ambientalista gaúcho. Zimmermann dizia-se influenciada por sujeitos que ela definia como “precursores” na defesa do meio ambiente, como Henrique Luís Roessler e o almirante Luís Bellard. A partir do final dos anos 1970, como integrante da AGAPAN e da ANAI, Zilda envolveu-se com as campanhas da ADFG, o que provocou, portanto, maior envolvimento entre as entidades e seus integrantes.

⁶⁸⁷Centro de Documentação Magda Renner. “Governador ordena estudos sobre projeto imobiliário”. *Zero Hora* (RS), 19 out. 1979, p. 23.

Florestal, que protege a natureza contra a ganância do homem. Lesar o patrimônio da nação é crime contra o Povo!⁶⁸⁸

O grupo foi recebido pelo governador Amaral de Souza e pelo secretário de saúde e meio ambiente, Germano Bonow, em frente à sede do governo. Na ocasião, Magda leu a carta da ADFG, em que pedia “a palavra de ordem para o embargo deste projeto vergonhoso para um Estado que quer ser o paradigma de consciência ecológica”⁶⁸⁹.

Amaral de Souza e Bonow diziam desconhecer as questões ambientais que envolviam o projeto Ouroville, e que, em razão das denúncias, iriam tomar as providências cabíveis (Bones; Hasse, 2002, p. 90). No dia seguinte, parte importante da imprensa noticiava a manifestação da ADFG e da AGAPAN, o que gerou desconforto à empresa Barra do Ouro e à ditadura, que acobertava crimes ambientais.

Contudo, em 31 de outubro de 1979, a empresa Barra do Ouro processou Magda Renner e Hilda Zimmermann por lucros cessantes, o que gerou desgaste à ADFG e à AGAPAN⁶⁹⁰. Segundo consta na intimação, publicada em parte da imprensa:

Tais movimentos, mesmo levados a efeito por poucos, transmitem errônea imagem à opinião pública e repercutem negativamente nos negócios da empresa. A essas pessoas, ao que tudo indica, não interessam a lei e nem o direito, que desrespeitam e transgridem na medida em que satisfazem suas exigências pessoais. Sob o lema de salvadoras da natureza — mas “esquecidas” da poluição dos rios, do ar, dos morros que estão sendo destruídos, das favelas miseráveis e necessitadas de auxílio, da fauna e da flora da cidade capital — procuram a imprensa e o governo do Estado, com o propósito tão somente de impedir o exercício do direito legítimo que assiste à requerente⁶⁹¹.

Em suas memórias, Magda Renner afirmou que os ecologistas, em contrapartida, tiveram que procurar advogados, reunir materiais que comprovavam as irregularidades, e se viram em condições de processar a Ouroville⁶⁹². Pressionada, a empresa, segundo Magda Renner: “[chegou] a oferecer terras para retirar a nossa denúncia. Esse era o acordo” (Bones; Hasse, 2002, p. 91). Mesmo assim, os ecologistas não esmoreceram, e eram incisivos nas críticas ao empreendimento⁶⁹³, como se pode notar nas falas de José Lutzenberger, presidente da AGAPAN: “continuaremos lutando pelos nossos ideais que nos norteiam, independente de interesses econômicos e político-partidários, não medindo esforços, nem nos intimidando frente as dificuldades que tenhamos que enfrentar”⁶⁹⁴; e de Giselda Castro, vice-presidente da ADFG:

⁶⁸⁸*Ibid.*, p. 23.

⁶⁸⁹*Ibid.*, p. 23.

⁶⁹⁰Centro de Documentação Magda Renner. “Ouroville adverte — edital de intimação”. *Jornal do Comércio* (RS), 1 nov. 1979, s/p.

⁶⁹¹*Ibid.*, s/p.

⁶⁹²Centro de Documentação Magda Renner. “ADFG — resposta à Ouroville”. *Correio do Povo* (RS), 15 nov. 1979, s/p.

⁶⁹³Centro de Documentação Magda Renner. “Ecologistas enfrentam a Barra do Ouro”. *Jornal do Brasil* (RJ), 11 nov. 1979, s/p.

⁶⁹⁴*Ibid.*, s/p.

“estamos defendendo o patrimônio público e não admitimos que um posicionamento público (a passeata) coerente com as nossas realizações possa sequer ser questionado ou considerado passível de sanções legais”⁶⁹⁵.

A pressão, no entanto, não era só dos ecologistas, mas de cerca de oito famílias que haviam comprado terrenos e plantas da Ouroville que não existiam, o que implicou desmantelamento do projeto em cerca de um ano (Bones; Hasse, 2002, p. 91)⁶⁹⁶. Outras denúncias, que posteriormente foram confirmadas, apontavam para a utilização de plantas falsas no projeto Ouroville, desde o início de dezembro de 1979⁶⁹⁷.

Mesmo que a ADFG percebesse que o regime político que havia ajudado a construir — a ditadura — contribuía com a degradação da natureza, por meio de políticas que favoreciam às grandes empresas, foram inexistentes os gestos de contrariedade do grupo ao regime propriamente. No caso Ouroville, apesar de ter havido crítica mais incisivas à ditadura por parte de entidades que apoiavam a ADFG nos protestos contra o empreendimento, como o MDA que dizia que “depois de 64, os poderes estaduais foram enfraquecidos em função do poder central. Mas por trás de tudo isso, o que existe é o interesse econômico destes grupos privados”⁶⁹⁸, a ADFG mantinha-se fazendo gestos que sinalizavam certo apoio aos governantes da ditadura. Em março de 1979, o grupo enviou um telegrama ao presidente Figueiredo, elogiando a política demográfica adotada⁶⁹⁹, e em abril daquele mesmo ano, a entidade ofereceu um chá de despedida à primeira-dama do Estado, Eclea Guazzelli⁷⁰⁰. Os contatos da ADFG com organismos de

⁶⁹⁵Centro de Documentação Magda Renner. “Ecologistas enfrentam a Barra do Ouro”. *Jornal do Brasil* (RJ), 11 nov. 1979, s/p. Interessante observar os gestos de solidariedade a Magda Renner por parte de duas cartas de sócias da ADFG — Vera Goidanich e Wanda Seibt —, publicadas no jornal *Zero Hora* entre novembro e dezembro de 1979. Centro de Documentação Magda Renner. “Em defesa de Magda Renner”. *Zero Hora* (RS), 15 nov. 1979, p. 4; Centro de Documentação Magda Renner. “Desafio à consciência coletiva”. *Zero Hora* (RS), 22 dez. 1979, s/p.

⁶⁹⁶Segundo consta nas memórias da ADFG, a questão encerrou-se em definitivo quando houve um assassinato cometido por um dos donos da empresa no tradicional restaurante Barranco, na capital gaúcha. Centro de Documentação Magda Renner. ADFG/Núcleo Amigos da Terra Brasil (1964-2004): 40 anos de luta ecologista. Porto Alegre, 2004, p. 16.

⁶⁹⁷Centro de Documentação Magda Renner. “Suspeita de fraude no projeto Ouroville”. *Zero Hora* (RS), 5 dez. 1979, p. 32. Posteriormente, em 19 de maio de 1997, foi publicado no *Diário Oficial* uma espécie de memorial descritivo sobre o loteamento Agro Pastoril Barra do Ouro Ltda por parte da Diretoria de Assuntos Fundiários, do Departamento de Demarcação de Terras do Rio Grande do Sul. Nele consta que “apesar de malogrado o projeto, a empresa deixou ainda um preposto na região, que em 1985 intimidou os Guarani, forçando-os à abandonar um dos núcleos então por eles ocupados”. Há também no documento a informação de que no ano seguinte, em 1986, a Companhia Zaffari de Supermercados instalou a fazenda Frazari em terras vizinhas à área, ampliando os problemas às comunidades guaranis, uma vez que o gado desta fazenda invadia suas terras. Segundo consta, “em 1991, sucederam-se violentas ações contra a comunidade Guarani, ocorrendo dois episódios em que os índios foram agredidos por peões armados da fazenda Frazari, tendo sido ameaçados de morte e, na segunda vez, destruídas as recém-construídas casas do Campo Molhado”. *Diário Oficial*, nº 93, seção 1, 19 maio 1997, p. 10249.

⁶⁹⁸Centro de Documentação Magda Renner. “Governador ordena estudos sobre projeto imobiliário”. *Zero Hora* (RS), 19 out. 1979, p. 23.

⁶⁹⁹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 26 mar. 1979, p. 68. (Ata nº 328).

⁷⁰⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 2 abr. 1979, p. 69. (Ata nº 329).

direita, como o Rotary Clube, ainda permaneciam intactos, como se pode perceber em uma carta dos rotarianos a Magda Renner, em maio de 1979, agradecendo sua participação na XVIII Conferência do Rotary International, realizada entre 27 e 29 de abril de 1979⁷⁰¹.

Ainda em 1979, a ADFG comemorou seus 15 anos de história. A atividade celebrativa foi uma sessão de sua assembleia geral, ocorrida em 3 de dezembro de 1979, no Centro Evangélico Luterano. Nesse momento pode-se notar como a ADFG buscava apresentar-se no espaço público como uma entidade “criada inicialmente por um grupo de senhoras que se consideravam marginalizadas do processo social, por serem mulheres e permanecerem dentro de [suas casas] [...]”, e que nos cinco últimos anos havia se dedicado à defesa da ecologia⁷⁰². Durante a solenidade, Giselda Castro encarregou-se de descrever o histórico da ADFG, afirmando que a entidade havia sido criada:

[...] num momento em que estava em perigo a própria essência da democracia, na época das caminhadas das famílias, em todo aquele clima. Naquela época já buscávamos exercer uma cidadania, pois nos dávamos conta da nossa omissão, somente cuidando dos filhos e da casa⁷⁰³ [grifos meus].

Pelo que se pode perceber, em 1979 as associadas da ADFG sentiam-se orgulhosas do posicionamento e das ações do grupo quanto ao golpe de 1964, além do papel que tiveram como uma organização de mulheres conservadoras na desestabilização do governo democrático de João Goulart, quando saíram às ruas para marchar. Ou seja, pela maneira como narravam os acontecimentos de 1964, ainda se orgulhavam de terem tomado o espaço público para defender o espaço privado e a família, pois acreditavam que esta última estava ruindo. Assim, permanecia em 1979, submersa em aspectos do anticomunismo de outrora. O histórico, porém, servia como uma possível justificativa ao grupo, que precisava publicamente apresentar-se como uma entidade que teria nascido para salvar a democracia do país, sem que em nenhum momento fosse apontada qualquer relação com o regime ditatorial inaugurado após o golpe, de natureza arbitrária e criminosa. O restante da narrativa é tomado pelas ações assistenciais e ecológicas da ADFG, que fazem parte da construção de memória que se operacionalizou a partir da segunda metade dos anos 1970, em que se relembra o apoio conferido ao golpe de 1964, mas se silencia a respeito da adesão à ditadura.

Por outro lado, Magda Renner afirmou na ocasião que “não [era] possível ecologia sem democracia, pois a filosofia ecológica baseia-se na descentralização da energia dos capitais e do

⁷⁰¹Centro de Documentação Magda Renner. Carta do Rotary Distrito 468 à ADFG. Porto Alegre, 25 maio 1979.

⁷⁰²Centro de Documentação Magda Renner. “ADFG comemora 15 anos e diz o que fez até agora”. *Zero Hora* (RS), 4 dez. 1979, p. 32.

⁷⁰³*Ibid.*, p. 32.

poder”⁷⁰⁴. A frase foi citada sem maiores contextualizações pela imprensa, que, da mesma forma que a ADFG, tratou de historicizar a seu respeito. Não se sabe ao certo se Magda referia-se à falta de democracia no país, uma vez que não encontrei outros registros da assembleia geral. Contudo, pode-se imaginar que a ADFG estivesse, por meio de sua presidente, diante da presença de ambientalistas que não escondiam, em 1979, as críticas ao regime civil-militar. A fala de Magda, portanto, era sintomática de que o grupo que não queria romper com suas antigas alianças, ao mesmo tempo em que se via diante de movimentos contestatórios que tomavam corpo no final dos anos 1970.

Entre 20 e 21 de março de 1979, foi realizado na ALRS um ciclo de debates sobre a Amazônia, organizado pelo MDA. Segundo consta em um relatório do SNI, o evento contou com a presença de ambientalistas, políticos e lideranças de movimentos contrários à ditadura, como o presidente da Associação Amazonense de Proteção ao Ambiente Natural (AMAPAN), Alcides Medeiros da Costa; a presidente da Associação Protetora dos Animais do Rio Grande do Sul (APARGS), Palmira Gobbi⁷⁰⁵; o senador Evandro Carreira da Costa (MDB-AM); o deputado estadual Celso Testa (MDB-RS); a presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, da seção do Rio Grande do Sul (CBA-RS), Raquel Cunha Waldow; e o ativista do movimento estudantil David Fialkow Sobrinho⁷⁰⁶. Representando a ADFG, estava presente Magda Renner, que, ao que parece, não realizou nenhuma palestra e/ou conferência, mas teria participado dos debates. Conforme aparece no relatório, tais participantes, por sua vez, eram demasiadamente críticos ao regime e contavam “[...] com a participação de lideranças ligadas a entidades de oposição ao regime vigente, que se propõe à defesa do ecossistema”. O senador Evandro Carreira da Costa (MDB-AM) teria dito que “um povo unido e com garra para dar combate ao sistema” e que “a Revolução de 31 de Março de 64 foi feita em favor das multinacionais, tendo partido para plano sinistro que é o da internacionalização da Amazônia”⁷⁰⁷. De acordo com o relatório, “os conferencistas assumiram posições radicais sobre questões ecológicas, política indigenista e problema [relacionado à] posse de terra, chegando a distorcer a realidade e, até mesmo, desacreditando [nas] medidas governamentais para os citados problemas”.

Ao frequentar os debates e notar falas cada vez mais condenatórias à ditadura, é provável que Magda Renner e outras associadas da ADFG tenham refletido sobre o histórico da sua

⁷⁰⁴Centro de Documentação Magda Renner. “Ação Democrática Feminina Gaúcha comemorou 15 anos de atividades”. *Correio do Povo* (RS), 4 dez. 1979, s.p.

⁷⁰⁵Entre os ecologistas, estava presente José Lutzenberger (presidente da AGAPAN), Caio Lustosa (vice-presidente da ANAÍ) e Júlio Gaiger (ANAÍ).

⁷⁰⁶Fundo Sistema Nacional de Informações. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79001536). Movimento em Defesa da Amazônia – Seção do RS (MDA-RS). 14 maio 1979.

⁷⁰⁷*Ibid.*

entidade e de como, em fins da década de 1970, poderiam preservar antigas alianças políticas, tecidas com base na adesão que a ADFG conferia ao regime civil-militar, e ao mesmo tempo tecer críticas à ditadura. A saída, para tanto, foi fazer os dois movimentos ao mesmo tempo, de maneira que a crítica ao regime recaía necessariamente em relação à sua política ambiental, e não a sua natureza, isto é, ao seu caráter antidemocrático, violento e arbitrário.

Esse comportamento pode ser notado em uma correspondência endereçada à Presidência da República, em 7 de maio do mesmo ano, na qual a ADFG teceu elogios ao governo, na pessoa do general Figueiredo, que teria assinado três decretos-leis no IBDF, “[...] criando os parques nacionais da Serra da Capivara do Piauí, Pico da Neblina no Amazonas e a Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas, nas costas do Rio Grande do Norte, exigência premente no Brasil [...]”⁷⁰⁸, assim como pressionava o presidente, reivindicando que este deveria cumprir com a “[...] sagrada missão [de] defender as florestas ameaçadas pela ilegal e inconstitucional Barragem do Tucuruí, um novo assunto que nos ameaça e que já está violando direitos dos índios parakanas”⁷⁰⁹. Longe de desmerecer as lutas ecológicas da ADFG, afinal o grupo havia passado por importantes mudanças no decorrer da segunda metade dos anos 1970, contudo, é preciso compreendê-las em meio à complexidade de uma entidade que militou por anos em defesa da ditadura e que, a partir da segunda metade da década de 1970, agia, concomitantemente, acenando positivamente ao regime e realizando críticas à sua política ambiental.

Durante a primeira metade dos anos 1980 ficou cada vez mais difícil para a ADFG participar de atividades alusivas à “Revolução” e/ou de algum festejo relacionado ao governo ditatorial. Isso se devia ao contexto pelo qual o país atravessava, em que muitas das entidades que haviam apoiado o golpe de 1964 e até mesmo a ditadura sentiam-se desconfortáveis com seu histórico adesista. Contudo, é preciso considerar, da mesma forma, que os movimentos contestatórios ao regime se avolumavam, mesmo diante dos atentados da extrema-direita militar, que no início dos anos 1980 não desejavam a abertura política encaminhada desde o governo Geisel.

Por parte dos grupos cívicos femininos, nota-se o desaparecimento das mineiras da LIMDE logo após o golpe; o final das atividades da CAMDE, em 1974, como já foi apontado por Cordeiro (2009); mas a continuidade das pernambucanas da CDF até 1982, como foi visto no capítulo anterior. Em São Paulo, tanto a UCF quanto o MAF ainda permaneciam ativas no início dos anos 1980 como organizações adesistas à ditadura. No sul do Brasil, no entanto, as gaúchas da ADFG, no final dos anos 1970 e início da década seguinte, pareciam se acomodar, tendo em

⁷⁰⁸Fundo Gabinete Pessoal da Presidência da República. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB JF JBF 0.94). Telegrama da ADFG ao presidente João Baptista Figueiredo. 7 jun. 1979.

⁷⁰⁹*Ibid.*

vista que apoiavam e criticavam pontualmente o regime. Entre 1980 e 1985, percebe-se que a ADFG mergulhou nas discussões ecológicas, sejam elas locais, nacionais e/ou internacionais, estando articulada com entidades e organismos internacionais. Em relação às articulações com entidades internacionais, é importante mencionar que a ADFG iniciou seus contatos com a Federação Internacional Friends of the Earth (FoEI) em 1978⁷¹⁰. Pelo que consta nos livros de atas da entidade, as relações ocorreram a partir das viagens de Magda Renner, na condição de presidente da ADFG, ao exterior, e permaneceram até o ingresso da ADFG como membro da Federação, em 1983⁷¹¹.

Durante esse período, mais precisamente em 1980, a ADFG liderou a “Campanha em defesa dos detergentes biodegradáveis”, segundo a qual “era uma luta específica pela qualidade da água do Guaíba, ameaçada, cada vez mais, pelos resíduos químicos nele lançados”⁷¹². Sobre este aspecto, cabe notar que em 1977, o Ministério da Saúde havia decretado que as empresas deveriam interromper a fabricação de produtos contendo substâncias não biodegradáveis⁷¹³, o que já havia sido feito nos Estados Unidos e na Europa desde o início dos anos 1960. Contudo, o decreto de 1977 estipulava quatro anos para que as empresas se adequassem à legislação brasileira, o que não estava sendo cumprido. Em 1980, cerca de 80% dos detergentes produzidos e consumidos no Brasil não eram biodegradáveis. Nesse sentido, várias organizações ambientalistas, dentre as quais a ADFG, mobilizaram-se, sobretudo, na defesa do cumprimento da legislação.

Desde o início do ano, ao anunciar a campanha, a ADFG recebeu o apoio de várias entidades que, de modo geral, igualmente protestavam contra o uso indiscriminado de detergentes sintéticos não biodegradáveis⁷¹⁴. Foi assim que, em 30 março de 1980, Wanda Seibt recebeu uma carta do professor Eufrásio Newton Freischlag, discorrendo sobre as diferenças entre os detergentes biodegradáveis (não ramificados) e não biodegradáveis (ramificados) de modo técnico⁷¹⁵. Segundo Eufrásio, embora nenhum dos dois seja capaz “[...] de satisfazer àqueles que tem sólida consciência ecológica, [...], vamos em escala, escolhendo o menos perigoso

⁷¹⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 30 out. 1978, p. 63. (Ata nº 320).

⁷¹¹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 9 abr. 1979, p. 70. (Ata nº 330).

⁷¹²Centro de Documentação Magda Renner. ADFG/Núcleo Amigos da Terra Brasil (1964-2004): 40 anos de luta ecologista. Porto Alegre, 2004, p. 16.

⁷¹³Conforme constava no Decreto nº 79.094, de 5 de janeiro de 1977, “dentro do prazo de 4 (quatro) anos, contados da vigência deste regulamento fica proibida a fabricação, comercialização ou importação de saneantes de qualquer natureza, contendo tensoativo aniônico, não biodegradável”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d79094.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

⁷¹⁴Centro de Documentação Magda Renner. Carta da Sociedade Brasileira de Ecologia à ADFG. São Paulo, 13 mar. 1980.

⁷¹⁵Centro de Documentação Magda Renner. Carta de Eufrásio Newton Freischlag à ADFG. Porto Alegre, 30 mar. 1980.

— o biodegradável — mas sempre salientando que o melhor é o sabão comum [...]”. Nesse sentido, explicava que

[...] um detergente biodegradável é aquele que, em contato com o meio, sofre cisão, por ação de bactérias e microrganismos existentes na água. [...]. A tendência é degradar-se, originando uma série de [subprodutos] que não tem o mesmo poder poluente daqueles que não degradam, mas, por outro lado, esses sub-produtos podem aparecer como fenólicos [...] que são altamente tóxicos, venenos (fungicidas, bactericidas). Posso ainda, alertá-los para os aditivos que acompanham esses produtos, como fosfatos, silicados, corantes, etc., que também são poluentes (tóxicos)⁷¹⁶.

O ponto central da carta, porém, era apoiar a campanha da ADFG e fazer com que a lei contra os detergentes não biodegradáveis fosse cumprida. Na carta, Freischlag, concitava a líder da ADFG:

[...] vamos dar força aos biodegradáveis, por enquanto, para que, mais adiante, possamos substituí-los pelos sabões comuns, o que indica que a Campanha não deve fechar as portas ao uso dos sabões (detergentes naturais). Coloco-me a seu inteiro dispor, no que for possível, em auxiliar essa Campanha, que só tem o meu aplauso e autorizo a utilização dessas linhas, no que lhes interessar [...]⁷¹⁷.

Em suma, a ADFG realizou manifestações públicas em frente a supermercados⁷¹⁸, consulados e órgãos públicos, com vistas a suspender a fabricação dos detergentes não biodegradáveis, uma vez que, segundo afirmavam, deterioravam com a qualidade das águas do Guaíba⁷¹⁹. A campanha também contou com a divulgação de um folheto, elaborado pela ADFG, que trazia um alerta às mulheres e às donas de casa que faziam uso de detergentes que poderiam prejudicar a sua própria saúde e a de seus familiares. No folheto, a ADFG fazia uso do gênero de modo a aglutinar as mulheres que estariam sendo utilizadas pela indústria. Além de aparecerem como vítimas da ação de agentes poluidores, cabia também a elas resistirem à forte propaganda veiculada pelas empresas na imprensa, produzindo seu próprio sabão, conforme a receita que constava no folheto.

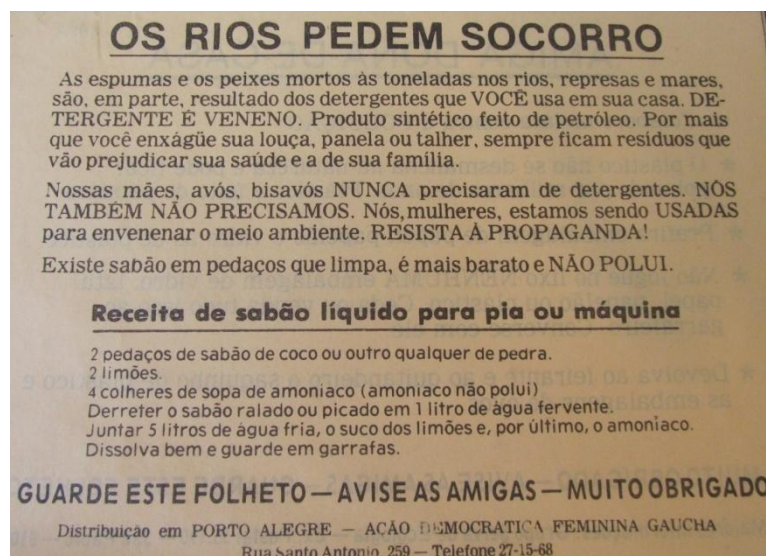
⁷¹⁶*Ibid.*

⁷¹⁷*Ibid.*

⁷¹⁸Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 5 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 8 dez. 1980, p. 3. (Ata nº 387).

⁷¹⁹Centro de Documentação Magda Renner. ADFG/Núcleo Amigos da Terra Brasil (1964-2004): 40 anos de luta ecologista. Porto Alegre, 2004, p. 16. Percebe-se, do mesmo modo, o envio pela ADFG de correspondências ao Ministro da Saúde, Waldyr Mendes Arcoverde; ao Ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Penna; e ao Ministro Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, de modo a pressionar o governo para o cumprimento do decreto. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 5 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 24 nov. 1980, p. 2. (Ata nº 385).

Figura 13 — Folheto da “Campanha em defesa dos detergentes biodegradáveis”



Fonte: CDMR. Folheto da “Campanha em defesa dos detergentes biodegradáveis”. Porto Alegre, 1980.

Em contrapartida, o que se observava era a indústria procurando constantemente meios para prorrogar a produção e a comercialização desses detergentes, o que gerava repúdio por parte dos ambientalistas⁷²⁰. A questão parece ter sido resolvida apenas em 1982, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) exigiu que todos os detergentes comercializados no Brasil devessem conter tensoativo biodegradável.

No ano seguinte, em 1981, a entidade acompanhou a AGAPAN nos debates acerca da instalação do Polo Petroquímico, que se estendeu até 1982⁷²¹. As discussões e os embates se desenrolaram em três etapas. Em um primeiro momento, assim como as outras entidades ambientalistas, a ADFG colocou-se contrária ao polo. O argumento principal era que haveria de ser transportada matéria-prima de alta periculosidade, que viria do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que poderia resultar em desastres ambientais. Nessa etapa, encabeçada por Flávio Lewgoy (AGAPAN), os ecologistas foram derrotados. A segunda etapa da luta focava na localização do Polo Petroquímico. Segundo Giselda Castro, “vários profissionais gabaritados, inclusive de fora do país, confirmaram que a escolha da área para o Polo foi exclusivamente política” (Bones; Hasse, 2002, p. 77) e, assim como a primeira etapa, os ecologistas foram novamente derrotados. É interessante observar que nessa etapa, a ADFG procurou as diferentes bancadas partidárias da ALRS, evidentemente esperando maior receptividade por parte do PDS, o que não aconteceu. Segundo consta nas atas da ADFG, em 9 de maio de 1985: “a bancada do PDS [...] não recebeu

⁷²⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 5 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 15 dez. 1980, p. 3. (Ata nº 388).

⁷²¹Conforme Pereira (2016, p. 152), desde 1976 havia pesquisas sobre o local de instalação do Polo Petroquímico. A principal questão era evitar o que havia ocorrido com a Borregaard, ou seja, um desastre ambiental.

nossa delegação, enquanto que as bancadas dos outros partidos prontamente nos receberam e ouviram nosso pronunciamento, [...]”⁷²². O espanto era em razão da longa relação entre a ADFG e as representações políticas da ARENA, que desde 1965 se apoiavam. Em compensação, a ADFG recebia cartas do vereador Glênio Peres (PDT-RS)⁷²³, com cópias de sua denúncia sobre a propaganda tendenciosa que circulava pela imprensa em defesa da instalação do Polo⁷²⁴.

A terceira e última etapa refere-se a uma luta sobre onde se despejaria os detritos e os efluentes das indústrias do polo. Na ocasião, houve por parte das indústrias a sugestão de que estes fossem levados através de um tubo até a Lagoa dos Patos, o que gerou indignação nos ambientalistas. Para impedir mais uma tragédia, os ecologistas usaram parte da imprensa para mobilizar a opinião pública, fazendo com que os responsáveis pela instalação do polo recorressem a tecnologias inovadoras para o tratamento de detritos e efluentes, o que resultou em vitória ao movimento ambientalista.

De modo geral, pode-se dizer que todas essas ações contribuíram para uma importante vitória da ADFG, anos depois, em 1983: a aprovação do Projeto de Lei 155/82, do deputado Antenor Ferrari (MDB-RS), que pretendia estabelecer o controle de agrotóxicos e biocidas no Rio Grande do Sul. O desencadeamento, no entanto, começou praticamente um ano antes, quando notícias sobre a contaminação do Guaíba circulavam pela imprensa. Diante dos alarmantes dados a respeito, Ferrari, que na época presidia a Comissão de Saúde e Direitos Humanos da ALRS, solicitou à ADFG que se encarregasse de mobilizar a sociedade civil para debater a questão. Sabendo do histórico da entidade, Ferrari abriu espaço na ALRS para que a ADFG organizasse um grupo representativo de técnicos das mais diversas áreas, ambientalistas, entidades de classe, sindicatos, professores universitários, etc., para discutir o uso de agrotóxicos. Conforme Magda Renner:

[...] durante mais de seis meses, no grupo de estudos sobre agrotóxicos, na ALRS, [na] Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Antenor Ferrari [PMDB], foi elaborado o projeto de lei 155/82, que significa[va] um primeiro passo para retirar o Estado e o país do rol dos países subdesenvolvidos, mercados cobiçados para venda livre de agrotóxicos proibidos, severamente restritos ou nunca testados em seus países de origem. Cientes da importância dessa legislação, a ADFG convocou outras entidades, participou de debates e entrevistas públicas, sugeriu ações conjuntas, escreveu cartas e solicitou assinaturas um dia antes da “votação histórica” na ALRS. Ainda foi ouvida pelas bancadas reunidas do PDS e do PDT, além de telefonar aos grupos interessados solicitando sua presença no dia da votação. A aprovação por

⁷²²Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 5 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 11 maio 1981, p. 8. (Ata nº 397).

⁷²³Glênio Peres foi vereador pelo MDB, na Câmara Municipal de Porto Alegre, durante a ditadura civil-militar. Em fevereiro de 1977 teve seu mandato cassado, retornando ao cargo após a Lei de Anistia de 1979, quando fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e foi eleito novamente vereador. Disponível em: <https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/glenio-matias-peres-2/>. Acesso em: 2 jun. 2023.

⁷²⁴Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 5 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 29 jun. 1981, p. 9. (Ata nº 402).

unanimidade de votos e com aval do governador eleito, Jair Soares, os aplausos do público e de seus representantes eleitos foram uma demonstração eloqüente de maturidade política e de conhecimento da causa⁷²⁵.

O resultado foi a aprovação do projeto e a promulgação da Lei 7747, em 22 de dezembro de 1982, uma importante vitória para o movimento ambientalista, e particularmente para a ADFG, que a partir de então, como consta em suas memórias, tornou-se uma referência internacional entre os ambientalistas⁷²⁶. Isso porque, além de pioneira no sul global, a Lei 7748/82 foi “copiada” em 14 outros estados do Brasil e divulgada pelos ambientalistas em diferentes espaços. Contudo, a indústria química, sobretudo, não tardou em pressionar as diferentes esferas jurídicas brasileiras, primeiramente afirmando que o Rio Grande do Sul legislava mais restritivamente do que a União, e depois procurando influenciar o Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo as memórias da ADFG:

“[...] as empresas passaram a dirigir ameaças explícitas as nossas representações no estrangeiro, no sentido de fechar fábricas, retirar-se do país, ameaça de desemprego [...], se fossem dificultadas em seu “nobre” intento de lutar contra a fome, eliminando as pragas que dizimavam as colheitas”⁷²⁷.

Esse reconhecimento internacional pode ser visto na participação do grupo na fundação da rede internacional de ação contra o abuso dos pesticidas, a Pesticide Action Network International (PAN), em Penang, na Malásia, em 1982⁷²⁸, bem como no ingresso da ADFG como membro brasileiro da Federação Internacional Friends of the Earth (FoEI), em 1983, uma das maiores redes de grupos ambientalistas. Embora não se saiba até o momento quais foram os motivos do convite para que a ADFG ingressasse na FoEI, nota-se que naquele momento, diferentemente de outros, havia uma maior aproximação da ADFG com organizações ambientalistas internacionais de características progressistas, preocupadas com a justiça social, econômica, ambiental, de gênero e livre de todas as formas de dominação e exploração⁷²⁹. Em 1981, a ADFG tornou-se filiada à FoEI⁷³⁰; em 1982 Magda Renner foi convidada para ser o *personal contact* da entidade no Brasil; e um ano depois, em 1983, a entidade passou a integrar a

⁷²⁵Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 5 da Diretoria Executiva (Assembleia Geral Ordinária). Porto Alegre, 25 abr. 1983, p. 41. (Ata nº 446).

⁷²⁶Centro de Documentação Magda Renner. ADFG/Núcleo Amigos da Terra Brasil (1964-2004): 40 anos de luta ecologista. Porto Alegre, 2004, p. 18.

⁷²⁷*Ibid.*, p. 18-19.

⁷²⁸De acordo com o relato de Magda Renner, a PAN Internacional estabelecia contatos em vários pontos do mundo, “[...] sendo a ADFG a representante para a América Latina”. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 5 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 7 jun. 1982, p. 27. (Ata nº 427). Ficou acordado que a ADFG promoveria o “Encontro da PAN International” em Porto Alegre, ainda em 1982, como de fato ocorreu entre os dias 14 e 16 de outubro, no Instituto Goethe, sob o título “Agricultura — Desafios da Atualidade”. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 5 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 18 out. 1982, p. 34. (Ata nº 438).

⁷²⁹Disponível em: <https://www.amigosdaterrabrasil.org.br/sobre/sobre/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

⁷³⁰Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 5 da Diretoria Executiva (Assembleia Ordinária da ADFG). Porto Alegre, 23 nov. 1981, p. 17. (Ata nº 415).

FoEI. Assim, a sigla ADFG passou a ser acompanhada da expressão “Amigos da Terra Brasil” (ATBR) a partir de 1984, quando o setor de ecologia da ADFG passou a defender o uso da expressão. Na Assembleia Geral da ADFG, realizada em 28 de novembro de 1984, este setor expunha seus argumentos da seguinte maneira:

O setor de ecologia vai utilizar, de agora em diante, o nome ADFG-Amigos da Terra Brasil por sermos os representantes dos Amigos da Terra no Brasil e também isso facilita a comunicação a nível internacional. O convite para o encontro da UNEP [Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente] em Nairóbi, Quênia, é uma demonstração do reconhecimento do nosso nome internacionalmente. Giselda também irá a este encontro que é o mais importante que nossa entidade poderá comparecer [...] ⁷³¹.

Das mudanças ocorridas, a principal delas foi a abertura do quadro de associados para homens. Na realidade, em face das composições e lutas que vinha realizando no campo “ecológico”, a ADFG, desde o início de 1979, abriu espaços em algumas de suas atividades à participação masculina, como nas “tardes ecológicas” ⁷³². Contudo, a direção da ADFG-Amigos da Terra permaneceu até 1985 nas mãos de mulheres.

Nesse sentido, pode-se dizer que a partir do ingresso da ADFG na FoEI até 1985, momento final da ditadura civil-militar no Brasil, a organização conquistou um espaço importante no cenário internacional “ecologista”. Como representante do Brasil, em 1983 Magda Renner participou da Food and Agriculture Organization (FAO), uma agência da ONU voltada para acabar com a fome e melhorar a segurança alimentar. Na ocasião, Renner participou de uma conferência sobre o monopólio das sementes, o que impulsionou a luta da ADFG-Amigos da Terra pelo germoplasma.

Em 1985, Giselda Castro e Magda Renner seguiram para Nairóbi, no Quênia, onde ocorreu um encontro organizado pelo Centro de Enlace pelo Meio Ambiente (CEMA), ligado ao Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (PNUD/ONU), que congregou cerca de 100 entidades.

No Brasil, a ADFG-Amigos da Terra seguia na defesa da Lei 7747/82, que corria sérios riscos de ser derrubada no STF. Para tanto, o grupo agiu no campo político que, por sua vez, parecia “aberto” às pressões e demandas dos ambientalistas. Ainda em 1982, a ADFG organizou, em conjunto com outras entidades, um debate com os candidatos ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. A principal questão era inquirir os candidatos acerca da problemática ambiental. Ou seja, a ADFG-Amigos da Terra buscava saber quais eram as posições e as propostas dos

⁷³¹Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 5 da Diretoria Executiva (Assembleia Geral da ADFG). Porto Alegre, 28 nov. 1984, p. 71. (Ata nº 468).

⁷³²As “tardes ecológicas” eram encontros semanais à tarde (entre 16h e 19h), organizados pela ADFG, nos quais eram debatidos temas concernentes à problemática ambiental. Centro de Documentação Magda Renner. Livro de Atas nº 4 da Diretoria Executiva. Porto Alegre, 12 mar. 1979, p. 68. (Ata nº 327).

candidatos sobre a questão. Assim também aconteceu em 1984, em um encontro do PMDB na ALRS que contou com a presença do candidato à Presidência da República, Tancredo Neves. Giselda Castro foi a “porta-voz” dos ambientalistas, que, de modo geral, pareciam acordar com Tancredo Neves acerca das lutas “ecológicas”. No ano seguinte, em 1985, o grupo participou da “Campanha Internacional contra a Dúzia Suja”, os doze agrotóxicos mais perigosos. Naquele ano, a ADFG-Amigos da Terra foi representada por Giselda Castro em um encontro internacional das mulheres no Canadá; por Magda Renner em um encontro no Congresso dos Estados Unidos; e por Ângela Escosteguy, sobrinha de Giselda Castro, em um debate com representantes da indústria química, em Londres. O objetivo do grupo era atuar nesses espaços, explicando e defendendo a Lei 7747/82, que por seu turno, foi contestada em 1985 pelo STF.

Entre 1980 e 1985 não identifiquei, por meio da documentação, gestos de apoio ao regime ditatorial, assim como nenhum pronunciamento e/ou ação que clamasse pelo seu final por parte da ADFG-Amigos da Terra. O que observei, porém, foram articulações com a finalidade de pressionar a ditadura em relação às políticas ambientais. O último dos gestos mais inclinados ao apoio à ditadura foi em 29 de outubro de 1980, quando a entidade endereçou uma carta, em conjunto com outras organizações⁷³³, ao presidente Figueiredo, em razão de seu pronunciamento na “I Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Países Signatários do Tratado de Cooperação da Amazônia”, em Belém do Pará⁷³⁴. O general havia discursado na cerimônia de encerramento do evento, afirmando o que constava na Declaração de Belém: “o uso e aproveitamento dos recursos naturais em cada um dos territórios amazônicos nacionais constituem um direito soberano e exclusivo de cada Estado signatário do Tratado de Cooperação da Amazônia”. A carta dos ecologistas era de conforto ao último dos generais da ditadura pelas palavras patrióticas de seu discurso. Segundo consta, Figueiredo foi felicitado por condenar “qualquer ingerência estrangeira na Amazônia e que, qualquer interferência ali só [seria] admitida com respeito aos sagrados postulados da ecologia”⁷³⁵. Por fim, os ecologistas cumprimentaram “[...] o ilustre presidente pelo importante pronunciamento, que, sem dúvida, merece o aplauso não só de todo o povo brasileiro, mas de toda a humanidade”⁷³⁶.

As demais correspondências de que tive acesso, eram duas cartas endereçadas também a Figueiredo, em 1984. Na realidade, as correspondências são as mesmas, com a diferença de que a

⁷³³Assinavam o documento, além de Magda Renner, presidente da ADFG; José Lutzenberger, presidente da AGAPAN; Hilda Zimmermann, presidente da ANAÍ; Altino Berthier Brasil, presidente da Sociedade Amigos da Amazônia Brasileira (SAMBRA); e Caio Lustosa, presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS).

⁷³⁴Fundo Gabinete Pessoal da Presidência da República. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB JF JBF 0.88). Telegrama dos ecologistas ao presidente João Baptista Figueiredo. 29 out. 1980.

⁷³⁵*Ibid.*

⁷³⁶*Ibid.*

primeira delas, enviada no dia 16 de novembro, foi assinada por diferentes autoridades que apoiavam as iniciativas da ADFG⁷³⁷, e a segunda, enviada no dia 19 de novembro, Dia da Bandeira, tinha como título uma frase que buscava chamar atenção para os problemas ambientais: “19 de novembro — dia da bandeira, dia nacional de luta contra os agrotóxicos, o verde do pavilhão nacional está sendo sistematicamente destruído e envenenado, campos, lavouras e florestas”⁷³⁸.

Em ambas as correspondências, no entanto, o que se percebe é a pressão exercida pela ADFG para que medidas fossem tomadas em relação ao uso de agrotóxicos e suas deletérias consequências para a humanidade, notadamente o “terceiro mundo”.

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para solicitar-lhe sejam transmitidas a seu governo as reivindicações que se seguem e que já foram enviadas individualmente e/ou em conjunto com organizações nacionais e internacionais e governantes, líderes da política mundial e a organizações para o desenvolvimento⁷³⁹.

Além da pressão, o que também se depreende, a partir da leitura dessas correspondências, é uma crítica da ADFG às consequências do sistema capitalista nas economias do sul global. Conforme o documento, “as bombas relógios químicas dos agrotóxicos e outros biocidas explodem com violência no III Mundo, mas seus efeitos atingem também os cidadãos dos países industrializados, através dos resíduos em seus alimentos importados”⁷⁴⁰.

Ambas as correspondências indicavam, da mesma forma, a maneira pela qual a ADFG-Amigos da Terra se colocava entre os ambientalistas, como um movimento social e político que, como qualquer outro, também se transformava.

Lembramos ainda que não existem ilhas ecológicas no planeta Terra, o DDT existe hoje no leite das mães americanas, como nos tecidos graxos do pingüim da Antártida e a chuva ácida resultante da poluição do ar em qualquer centro industrial, não respeita fronteiras e mata florestas e a vida aquática bem longe de seus pontos de emissão. Essas calamidades não podem ser vencidas isoladamente por um só país, mas as últimas responsabilidades pelas iniciativas urgentes políticas cabem aos países industrializados (que criaram, desenvolveram e propagaram tecnologias ameaçadoras) que concentram em suas mãos o poder para determinar o rumo da humanidade⁷⁴¹.

Embora não seja o escopo deste trabalho tratar detalhadamente das lutas “ecológicas” da ADFG, o que poderá ser feito em pesquisas futuras, cabe aqui destacar que a atuação da entidade

⁷³⁷Além dos ambientalistas, que rotineiramente assinavam os manifestos da ADFG, cabe destacar a assinatura do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling; do Vice-Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), Pastor Gottfried Brackemayer; do Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), Flávio Moura de Agostini; do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), José Mariano Beck; e da representante da Associação Gaúcha dos Sociólogos, Áurea Masotti.

⁷³⁸Fundo Gabinete Pessoal da Presidência da República. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB JF JBF 0.88). Telegrama da ADFG ao presidente João Baptista Figueiredo. 19 nov. 1984.

⁷³⁹*Ibid.*

⁷⁴⁰*Ibid.*

⁷⁴¹Fundo Gabinete Pessoal da Presidência da República. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código BR DFANBSB JF JBF 0.257). Telegrama da ADFG ao presidente João Baptista Figueiredo. 16 nov. 1984.

nesse campo foi marcada por transformações internas do grupo somadas às mudanças externas relacionadas ao campo político, tais como o final da ditadura civil-militar e os novos ventos da democracia. A ADFG, assim como muitas organizações que apoiaram o golpe de 1964 e ajudaram a viabilizar o regime ditatorial, transformou-se ao longo dos 21 anos de existência examinados nesta tese, passando da adesão às acomodações. Digo isso, pois, assim como em nenhum momento houve rupturas e/ou críticas mais contundentes da organização ao regime, sobretudo em relação às suas características autoritárias, não percebi um comportamento adesista incondicional da ADFG à ditadura a todo o tempo, como poderia se imaginar. O que se percebe é que entre 1975 e 1985 o grupo fez uso de seu histórico adesista e de suas aproximações com as autoridades públicas que governavam o país para tentar conquistar pontos de sua agenda “ecológica”. As críticas, quando eram feitas, não almejavam atingir o regime político existente, a ditadura, mas as políticas ambientais, muitas das quais ineficazes para a proteção da natureza. Quando as críticas ao regime militar eram mais incisivas, percebe-se que elas foram tecidas em conjunto com outras organizações e/ou se deram quando o regime já não mais existia, o que se constitui em outra parte dessa longa história⁷⁴².

⁷⁴²Como exemplo, destaco o folheto da “II Semana Ecológica Alternativa”, ocorrida entre 18 e 23 de junho de 1985, em Porto Alegre. Dentre as declarações que constam no documento, assinado também pela ADFG-Amigos da Terra, há a afirmação de que a situação crítica na qual passa o país “[...] não acontece por acaso e sim porque há algumas pessoas que lucraram com esta situação. Estas foram a que sustentaram o regime autoritário que nos explorou e reprimiu durante 21 anos e estiveram representadas à frente do Executivo Municipal”. Centro de Documentação Magda Renner. Folheto: II Semana Ecológica Alternativa. Porto Alegre, 1985.

Considerações finais

A presente tese contribui para a escrita da história sobre as direitas, especificamente um segmento ainda excluído de grande parte dos trabalhos acadêmicos: as mulheres de direita. A proposta foi aprofundar a compreensão sobre quem foram as mulheres que fizeram parte das organizações cívicas femininas entre o período que antecedeu ao golpe de 1964 e a posterior ditadura civil-militar brasileira. Por meio da análise de dois grupos — a Cruzada Democrática Feminina (CDF) e a Ação Democrática Feminina (ADFG) —, verificamos o que, em certa medida, já havia sido assinalado em outros trabalhos: a continuidade dessas entidades no decorrer da ditadura. O desafio deste trabalho, no entanto, consistiu em: abordar dois outros contextos regionais, Pernambuco e Rio Grande do Sul; compreender o histórico desses grupos em uma temporalidade que ultrapassava a primeira metade dos anos 1970; e, principalmente, verificar os comportamentos dessas agremiações durante o regime ditatorial.

Embora se soubesse, por meio de pesquisas anteriores, que eram brancas, posicionadas à direita do espectro político e pertencentes aos segmentos médios e altos da sociedade, ainda era preciso investigar sobre quem eram essas mulheres e como se aglutinaram em grupos cívicos femininos entre as décadas de 1960 e 1970, em suas respectivos cidades e estados. Pela pesquisa empreendida, notamos diferenças na composição das duas organizações analisadas: a CDF foi composta e liderada por mulheres católicas, pertencentes às tradicionais famílias de canavieiros e/ou de segmentos medianos, que, por sua vez, haviam se estabelecido na região pernambucana desde séculos anteriores. Apesar da documentação a respeito da CDF carecer de maiores informações sobre as trajetórias de vida de suas associadas, ainda assim a pesquisa conseguiu percorrer alguns desses históricos. Em contrapartida, em razão da farta documentação encontrada a respeito da ADFG, pode-se aprofundar um pouco mais sobre essas trajetórias: a entidade era composta por um significativo número de associadas e lideranças luteranas, muitas das quais faziam parte das famílias de industriais de origem alemã que haviam se estabelecido em Porto Alegre entre o final do século XIX e início do século XX. Apesar de dispormos de poucos dados a respeito da formação intelectual das mulheres de ambos os grupos, verifica-se, que algumas delas puderam frequentar os bancos escolares, e, em alguns casos, a universidade. Contudo, sobre este aspecto, a tese chama atenção para majoritária formação voltada para o magistério, a profissão incentivada às mulheres dos anos 1960.

Ainda sobre esse aspecto, a tese procurou traçar um “perfil” das associadas da CDF e da ADFG, sem deixar de lado as trajetórias que destoavam desse “perfil” defendido pelos grupos. Nota-se ao longo da pesquisa, por exemplo, mulheres casadas e mães, com/sem formação universitária; mulheres solteiras, também com/sem formação universitária; mulheres desquitadas;

professoras; advogadas; psicólogas; escritoras; etc. Porém, mesmo àquelas que fugiam do ideário de feminilidade tão propagado — mãe, esposa e dona de casa — havia pontos de contato que faziam com que se organizassem nesses grupos cívicos femininos entre 1963 e 1985. Pelo que depreende da tese, o elemento central da união delas, sem dúvida, foi o anticomunismo. O sentimento de repulsa a tudo que representava o comunismo tonificou esses grupos cívicos ao longo de todos os anos, principalmente no pré-golpe de 1964 e nos primeiros anos da ditadura civil-militar. Tal ideologia foi uma das facetas da cultura política que caracterizou esses segmentos, que, em conjunto com outros atributos, mobilizava essas organizações. Longe de pensá-las como sujeitos manipuláveis por parte das classes dominantes, a tese vai ao encontro de estudos que entendem que essas mulheres estiveram mobilizadas por meio de crenças e representações próprias. As mulheres da CDF e da ADFG acreditavam que o comunismo e os comunistas objetivavam destruir a religião cristã, a pátria e, sobretudo a família. Por esse motivo, tomaram às ruas em 1964 e permaneceram em atividade durante a ditadura.

Tomada pela ojeriza ao comunismo, a CDF mobilizou-se em Recife com apoio das elites locais, contagiando segmentos medianos e populares que pareciam dispostos a apoiá-las. As gaúchas da ADFG, da mesma forma que as pernambucanas, estavam organizadas antes da tomada do poder pelos militares, mas saíram às ruas apenas em maio de 1964 para prestar homenagem ao líder da “Revolução”, o general Castelo Branco, quando de sua visita a Porto Alegre.

A tese demonstrou que, ao contrário do que se esperava em relação às “marchadeiras” de 1964, elas não voltaram para a casa, para seus atributos como donas de casa, esposas e mães, mas ocuparam parte do espaço público. Imbuídas da crença de que deveriam contribuir com os governos da “Revolução”, elas atuaram na defesa de um regime que, segundo imaginavam, salvara o país da comunização. Entediam-se, portanto, como partícipes de um regime político que precisava de respaldo social, de legitimidade. Cabe notar, e a pesquisa aponta nesse sentido, que a busca por legitimidade à ditadura não foi orquestrada pelos segmentos dominantes, que, por sua vez, utilizavam dessas organizações cívicas femininas para atingir seus projetos de tomada do Estado. Desde a formação até a dissolução desses grupos, percebe-se a constituição de agendas próprias e, portanto, o entendimento de que essas mulheres tiveram autonomia na configuração de suas respectivas agremiações. Isso, evidentemente, não exclui as influências que tenham sofrido ao longo do tempo, como do IPÊS, de empresários, de militares e de políticos; bem como de outros segmentos, como dos ambientalistas, no caso da ADFG. Dessa forma, compreende-se que essas organizações atuaram em defesa dos governos da ditadura porque suas convicções políticas coincidiam com as do regime que vigorava. No entanto, é importante dizer

que tal adesão à ditadura não foi incondicional. A CDF, por exemplo, pressionou o regime para que este levasse a cabo as chamadas punições — cassações de mandatos e prisões — contra os inimigos da “Revolução”. Mais do que acompanhar o que o regime impunha à sociedade, as cruzadistas diziam-se decepcionadas com os rumos da “Revolução”, e clamavam por maior rigor nas punições aos “subversivos”. Contudo, como foi comum, o grupo também passou por transformações que confluíam com seus respectivos contextos históricos, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970. Muito embora tais mutações não tenham implicado mudanças comportamentais da CDF em relação à ditadura, é preciso notar que a existência de vozes internas dissonantes no final dos 1970, geraram a saída de parte considerável das associadas e no aparente desaparecimento do grupo no início dos anos 1980.

Todavia, se o objetivo da tese era compreender de que forma esses dois grupos se comportaram durante a ditadura civil-militar, contribuindo, portanto, para a legitimidade do regime, percebe-se em seus resultados que mais do que adesão pura e simples, quase incontestável, os históricos dessas organizações foram marcados por cisões, mudanças e acomodações. Aspectos esses que, por sua vez, embora não resultassem necessariamente na busca e na conquista de legitimidade para a ditadura, ajudaram a viabilizar o regime ditatorial.

As trajetórias da CDF e da ADFG demonstram que as transformações sofridas pelos grupos a partir da segunda metade dos anos 1970 contribuíram para a constituição de agendas mais sólidas e, portanto, capazes de tecer críticas, mesmo que pontuais, à ditadura, sem, contudo, romper com ela. Cabe notar que esses comportamentos, sejam por meio dos apoios e/ou das acomodações, foram compreendidos diante de práticas e representações das duas organizações analisadas, que, por sua vez, eram impulsionadas por sentimentos como: o medo do comunismo que as mobilizou sobremaneira nos primeiros anos; tradições atreladas à religiosidade cristã (católicas e luteranas); e valores cívicos alinhavados com os propósitos da ditadura. Esse conjunto de práticas e representações era resultado das escolhas que essas mulheres agrupadas em entidades cívicas fizeram sob a influência de traços da cultura política brasileira, inscritos em tradições, tais como o anticomunismo, o elitismo e o nacionalismo. Por outro lado, como está evidente neste trabalho, isso não significa dizer que não houve mudanças. No caso da ADFG, a tese também aponta para as transformações do grupo por meio do intercâmbio com outras entidades a partir da segunda metade dos anos 1970, em que valores, tradições e crenças acabaram sendo compartilhadas.

Se a CDF teve um comportamento adesista ao regime, mesmo diante de cisões que marcaram a entidade a partir de 1977, o mesmo não pode ser dito em relação à ADFG. Até 1974, o grupo gaúcho comportou-se pela adesão. De modo muito semelhante às demais organizações,

entre 1964 e 1974, a ADFG esteve voltada para as atividades assistenciais nas regiões periféricas de Porto Alegre. Lá, suas associadas organizaram-se para atender as demandas das comunidades por meio de projetos e campanhas que amenizariam os problemas sociais, sem, evidentemente, deixar de lado o entendimento desses espaços como oportunidades de levar a cabo o que a “Revolução” necessitava: legitimidade. Contudo, demonstrou-se que a ADFG não percorria esses locais com a finalidade de manipular os segmentos populares, o que foge do alcance do que a documentação me permitiu averiguar.

Porém, a partir de 1972 percebe-se que essa organização, ao adentrar intensamente em discussões originalmente diferentes das suas, como a ecologia, foi levada cada vez mais a atuar por meio das acomodações em relação ao regime ditatorial. A tese aponta que entre 1972 e 1974 a ADFG teve seus primeiros contatos com o movimento ambientalista, participando de suas reuniões, até que suas associadas ficaram convictas do ingresso na luta em defesa do meio ambiente. Essa decisão aconteceu somente em 1975, momento em que Magda Renner assumiu a diretoria da organização, mas é preciso compreendê-la em meio ao histórico da ADFG. Nesse sentido, a tese aponta para três fatores que contribuíram para o ingresso da ADFG na defesa ecologia: o primeiro está ligado à própria trajetória do grupo em ações voltadas para os “cuidados com a natureza”; o segundo diz respeito à influência exercida pelo ambientalista José Lutzenberger e o interesse das associadas da ADFG pela ética ecológica, largamente propagada na época; e o terceiro corresponde aos sinais de enfraquecimento da ditadura, sobretudo diante das derrotadas eleitorais e das constantes denúncias sobre a violação de direitos humanos. Esta decisão, no entanto, não implicou rompimento da ADFG com o regime, uma vez que os ecologistas gaúchos até o final da década 1970, não se contrapunham ao caráter arbitrário do regime ditatorial, restringindo suas críticas às políticas ambientais.

A pesquisa que resultou na presente tese de doutorado, de modo algum, teve a pretensão de esgotar o assunto, confiando na ilusão de ter aqui realizado uma espécie de trabalho definitivo. Pelo contrário, acredito que este tenha aberto espaço para que novas investidas sejam realizadas nos mesmos e/ou em outros contextos regionais, com as mesmas e/ou a partir de novas fontes documentais, bem como através de novas perspectivas teórico-metodológicas. Há outras organizações cívicas femininas que precisam ser estudadas durante e após a ditadura, afinal novas roupagens e narrativas foram sendo incorporadas por esses grupos a partir de novos contextos. A maneira pela qual esses grupos narram, após o final do regime civil-militar, suas trajetórias é um dos pontos ainda em aberto. Da mesma maneira, reforça-se, como desdobramento desta tese, a importância de se analisar as biografias das mulheres que perfilaram essas entidades, para além de abordá-las como meros sujeitos em defesa da ditadura. Ou seja, é preciso compreender os lugares

que elas ocuparam no espaço público, suas concepções à direita do espectro político, assim como as mudanças que sofreram a partir de suas próprias escolhas, muitas das quais, conflitantes ou não com os propósitos do regime e com suas perspectivas políticas originárias. Penso que esses aspectos são fendas nos estudos sobre a história das mulheres de direita no Brasil contemporâneo a serem explorados futuramente.

REFERÊNCIAS

Fontes

“Dona Amélia Molina Bastos ou como e onde marcha a CAMDE”. Entrevista concedida a Stella M. Senra Pollanah e publicada na revista feminina **Livro de Cabeceira da Mulher**, ano I, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BAUMHARDT, Ilda Dorothea. **Da sombra à luz**. Porto Alegre: Concórdia, 2005.

BAUMHARDT, Ilda Dorothea. **Em busca do sentido da vida**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1988.

MATIAS, Rodrigues. **Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964**. São Paulo: União Cívica Feminina (UCF), [s.d.].

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord. Geral). **31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo II.

RENNER, Sofia. **Crônicas despretensiosas**. Porto Alegre: VS Digital, 2010.

SCHMIDT, Maria Junqueira. **Associação de Pais e Professores**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1965.

Bibliografia

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 29-52.

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, 2010.

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. (orgs.). **Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil**. Salvador: Saggá, 2021, p. 444-464.

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964: 2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

ABRAHÃO, MARIA Helena Menna Barreto. Zilah Mattos Totta: síntese da educação e do educador. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (org.). **História e histórias de vida: destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, v. 1, p. 209-242.

ALBERTI, Verena. **Fontes orais: histórias dentro da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Anderson da Silva. **“... como se fosse um deles”**: Almirante Aragão - memórias, silêncios e ressentimento em tempos de ditadura e democracia. Niterói: Editora da UFF, 2017.

ALMEIDA, Anderson da Silva. Almirante Aragão: do Golpe de 1964 ao exílio no Uruguai. **Perseu: História, Memória e Política**, São Paulo, v. 1, n. especial, p. 02-27, 2014.

ALONSO, Gustavo. **Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BANDEIRA, Andréa. Resistência da memória e memórias femininas no Golpe (1º de abril, no Recife, 1964). **Perseu: história, memória e política**, São Paulo, v. 8, n. especial, p. 38-68, 2014.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa no Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAUER, Caroline Silveira. Como se termina uma ditadura? A transição política da ditadura civil-militar de 1964 e a construção da “Nova República”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 45, n. 98, p. 1-24, 2025.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29-46.

BERSTEIN, Serge. L'historien et La culture politique. **Vingtième Siècle, Revue d'Histoire**, n. 35, jul. – set. 1992.

BERSTEIN, Serge; RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (orgs.). La culture politique en France depuis de Gaulle. **Vingtième Siècle, Revue d'Histoire**, n. 4, out. – dez. 1994.

BETT, Ianko. **A (Re)invenção do comunismo**: discurso anticomunista católico nas imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. São Leopoldo, 2010. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BEZERRA, Ricardo José Lima; FERREIRA, Marieta Moraes. Verbete: Diário de Pernambuco (PE). In: ABREU, Alzira Alves (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro-DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 1852-1855.

BISSÓN, Carlos Augusto. **Moinhos de Vento**: histórias de um bairro. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura: IEL, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; CAMPOS, Esteban. Género y derecha del Cono Sur en el siglo XX: desafíos y posibilidades de una historiografía en crecimiento (Introducción). **Avances del Cesor**, Rosário (Argentina), v. 20, n. 29, jul./dec. 2023.

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da ecologia**: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

BORTONE, Elaine de Almeida. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar**: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BRANDÃO, Maria. Tejucupapo e o registro da insurreição. In: BEZERRA, Cláudio (org.). **Tejucupapo**: história, teatro, cinema. Recife: Bagaço, 2004, p. 15-42.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020.

BURRIN, Philippe. **La France à l'heure Allemande**: 1940-1944. Paris: Editions du Seuil, 1995.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Gustavo. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. **Revista Brasileira de Política Internacional** (UNB), Brasília, v. 42, n. 1, p. 110-126, 1999.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **Os militares no poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Recife: Câmara Municipal, 1998.

CHAVES, Eduardo dos Santos. “Protetoras da nação”: a luta anticomunista da direita feminina gaúcha em tempos de autoritarismo. In: PRIORI, Angelo; MATHIAS, Meire; FIORUCCI, Rodolfo (orgs.). **O anticomunismo e a cultura autoritária no Brasil**. Curitiba: Prismas, 2017, p. 197-218.

CHAVES, Eduardo dos Santos. “Somos guardiões da memória...”: uma coleção homenageia os “vitoriosos” de 31 de março de 1964. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 133-158, 2013.

CHAVES, Eduardo dos Santos. Mulheres de direita, imprensa e o golpe de 1964: a “marcha” noticiada. **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v. 10, n. 2, p. 1-22, 2021.

CHAVES, Eduardo dos Santos; CAMPOS, Daniela. A educação nacional e o conservadorismo feminino em tempos de ditadura. **História da Educação** (UFRGS), Porto Alegre, v. 26, p. 1-30, 2022.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

CORDEIRO, Janaína Martins. **“A Nação que se salvou a si mesma”**: entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História** (USP), São Paulo, n. 180, p. 1-19, 2021.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento**: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CORDEIRO, Janaína Martins. Mães do ano: a CAMDE e a imagem da mulher nos primeiros anos da ditadura civil-militar. In: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco Carlos; VANNUCCHI, Marco Aurélio. (orgs.). **O que há de novo sobre o Estado Novo?**: autoritarismo e democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019, p. 177-197.

CORDEIRO, Janaína Martins. O golpe, a ditadura e a CAMDE: notas sobre a trajetória de uma pesquisa. In: CARLONI, Karla; MAGALHÃES, Livia. (orgs.). **Mulheres no Brasil Republicano**. São Paulo: CRV, 2022, 145-162.

DALLA COSTA, Armando João; SILVA, Gustavo Pereira. A Bunge e seu primeiro cinquentenário no Brasil (1905 a 1955): Os passos da construção de uma filial de um grupo econômico. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica & 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2015, Vitória. **Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica & 12ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Vitória: Editado pela UFES, 2015. v. 1. p. 1-25.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: Blucher, 1973.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro. **Saeculum** (UFPB), João Pessoa, v. 26, n. 26, p. 221-239, 2012.

FALCON, Francisco. História e representações. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. **Representações: contribuições a um debate transdisciplinar.** Campinas: Papirus, 2000, p. 111-134.

FAUSTINO, João; CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, v. 2.

FERREIRA, Jorge. **Jango: uma biografia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 -74, 2017.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Erico de Lima. René Armand Dreifuss. **Dados**, v. 46, n. 1, p. 195-197, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira.** São Paulo: Cortez, 2012.

GERTZ, René E. Alemães em Porto Alegre: sua presença no trabalho, na cultura, no comércio, na indústria. In: KUHN, Fábio; SCOTT, Ana Sílvia Volpi. (orgs.). **Porto Alegre 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX).** São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 120-134.

GONÇALVES, Martina Spohr. **American way of business: o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964.** Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GREEN, James. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985).** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2020.

HEINZ, Flávio; VARGAS, Jonas Moreira; FLACH, Ângela; MILKE, Daniel. **O parlamento em tempos interessantes:** breve perfil da Assembleia Legislativa e seus deputados (1947-1982). Porto Alegre: CORAG, 2005.

JACQUES, Alice Rigoni. **O ensino primário no Colégio Farroupilha:** do processo de nacionalização do ensino à LDB nº 4.024/61 (Porto Alegre/RS: 1937/1961). Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

KASPER, Rafael. **Movendo as peças do tabuleiro:** a atuação de Dom Vicente Scherer à frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981). Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LABORIE, Pierre. **L'Opinion française sous Vichy.** Paris: Éditions du Seuil, 1989.

LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** Brasília: Editora UNB, 1998, v. 1, p. 675-679.

LIMA, Gabriel Amato Bruno. **Aula prática de Brasil no Projeto Rondon:** estudantes, ditadura e nacionalismo. São Paulo: Alameda, 2019.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **A direita estudantil universitária e a ditadura (1961-1968).** Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, v. 1, p. 111-153, 2008.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 66-91.

MACHADO, Janete da Rocha. **Empreendedorismo Teuto-Rio-Grandense:** o caso das empresas Bromberg & Cia (1860-1932). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985). **Tempo e Argumento,** Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 182-206, 2013.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional:** o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar:** novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Faces femininas do conservadorismo: filantropas e feministas brasileiras no começo do século XX**. Teresina: Cancioneiro, 2023.

MEDEIROS, Benício. **A rotativa parou!** Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MEIRELLES, Renata. **Acender as velas já é profissão: a atuação da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a ditadura (1961-1981)**. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MENDES, Ricardo A. Souza. Marchando com a Família, com Deus e pela Liberdade. O “13 de Março” das Direitas. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, p. 234-249, 2005.

MENDES, Ricardo A. Souza. **Visões das direitas no Brasil (1961-1965)**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A aliança para o progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)**. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MANNHEIN, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

MONTENEGRO, José Alfredo. José Denizard Macedo de Alcântara. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 81-92, 2005.

MORAES, Thiago Aguiar. **“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”**: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORAES, Thiago Aguiar. **Os agentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e suas carreiras públicas federais: entre a continuidade burocrática e a colonização do Estado pós-1964**. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Páginas: Revista digital de La Escuela de Historia**, Rosário (Argentina), v. 8, n. 17, p. 9-25, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: Editora FGV, 2013, p. 9-32.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane (orgs.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. **Contemporânea — Historia y problemas del siglo XX**, v. 2, p. 208-217, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 09-44, 2015.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. A “Bandeira e a Cruz”: caminhos da trajetória intelectual da educadora Maria Junqueira Schmidt. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 65, p. 103-118, jul.-set. 2017.

ORSATO, Andréia. **“Como mulher e deputada”**: a presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1951-2011). Tese de Doutorado em Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre agência. In: **Reunião Brasileira de Antropologia. Conferências e práticas antropológicas**. 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Goiânia. Editado por Miriam Grossi; Cornelia Eckert; Peter Fry. Blumenau: Editora Nova Letra, 2007, p. 45-80.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (USP)**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PEREIRA, Elenita Malta. **A ética do convívio ecossustentável**: uma biografia de José Lutzenberger. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PICALUGA, Isabel Fontenelle. **Partidos políticos e classes sociais**: a UDN na Guanabara. Petrópolis: Vozes, 1980.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres nos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

POWER, Margaret. Conexões transnacionais entre as mulheres de direita: Brasil, Chile e Estados Unidos. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 67-83, 2014.

POWER, Margaret. **La mujer de derecha**: El Poder Femenino y la lucha contra Allende, 1964-1973. Santiago: DIBAM (the National Library of Chile), 2008.

POWER, Margaret. **New Perspectives on the Transnational Right**. New York: Palgrave/McMillan, 2010.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PRESOT, Aline Alves. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71-96.

PUREZA, Fernando Cauduro. **“Isso não vai mudar o preço do feijão”**: as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945-1964). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RAMIREZ, Hernan Ramiro. **Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada**: Argentina e Brasil, 1961-1996. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RODRIGUES, Giseli Tavares de Sousa. **História do Clube de Mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974-1990)**. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourado, 2019.

ROLLEMBERG, Denise. As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 97-144.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 81-91.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. **Taller (Segunda Época) Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 201-234, 2012.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: AARÃO REIS, Daniel; ROLLAND, Denis. (org.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, v. 1, p. 57-96.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 333-359.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Unb, 1998, v. 1, p. 240-242.

SCHMITT, Ederson Ricardo. **O resgate tem seu preço no quilate**: as conexões cívico-militares na campanha “Ouro para o bem do Brasil” de 1964. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SCHNEIDER, Dário. **Tradição jesuítica**: educação, identidade e sentimento de pertencimento em uma história de vida do Colégio Anchieta. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SENNA, Patricia Alves; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa. Clube de Mães: espaço para intervenção em saúde da mulher. **Revista da Escola de Enfermagem** (USP), São Paulo, v. 29, n. 1, p. 34-46, 1995.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação**: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Evelyn Chaves. **Memória, imaginário social e esquecimento nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade**. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes**: nacionalismo em crise (1955-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura em Curitiba (1964-1985). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 389-412, 2018.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **República das mulheres de virtude**: um estudo sobre as bases sociais de apoio ao governo dos militares (1964-1985). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

STARLING, Heloisa Murgel. **Os Senhores das Gerais**: os novos Inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964**: visões críticas do golpe. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível**: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2021.

VALLE, Maria Ribeiro. **1968**: o diálogo é a violência. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

VERAS, Dimas. **Sociabilidades Letras no Recife:** a Revista Estudos Universitários (1962-1964). Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Coluna da CDF no jornal *Diário de Pernambuco* (1964)

ANEXO B – Fotografias das atividades da ADFG nos Clubes de Mães (década de 1970)

ANEXO C – Capa e primeira página do Boletim Informativo da ADFG (1966-1972)

ANEXO D – Relatório da ADFG – 10 anos (1964-1974)

ANEXO E – Capa e primeira página do Boletim Informativo da ADFG (1º semestre de 1975)

ANEXO F – Capa, primeira e segunda página do Boletim Informativo da ADFG (2º semestre de 1975)

ANEXO G – Capa e última página do Boletim Informativo da ADFG – 15 anos (1964-1979)

ANEXO H – Capa do Boletim Informativo da ADFG (1981)

ANEXO I – Carta da ADFG aos diretores de Diehl, Biedermann e Bordash Ltda (1975)

ANEXO J – Notícia sobre a “Campanha pela preservação das ilhas do Guaíba” (1974)

ANEXO K – Capa do livro das palestras apresentadas no “1º Encontro Comunitário pela proteção do meio ambiente” (1975)

[illegible]

ANEXO B — Fotografias das atividades da ADFG nos Clubes de Mães (década de 1970)



Curso de Cabeleireiro na Vila Rio Branco. Canoas/RS, 1972. Fonte: CDMR Fotografias.



Festa de Natal na Creche do Passo da Areia/Chácara das Pedras. Porto Alegre, 19 dez. 1972. Fonte: CDMR Fotografias.



Festa de encerramento de trabalhos manuais do Clube de Mães Nossa Senhora de Fátima, sob orientação de Ruth Velho Fleck. Porto Alegre, 6 dez. 1972. Fonte: CDMR Fotografias.



Festa de encerramento de trabalhos manuais do Clube de Mães Nossa Senhora de Fátima, sob orientação de Ruth Velho Fleck. Porto Alegre, 6 dez. 1972. Fonte: CDMR. Fotografias.



Entrega da placa de 10 anos de atividades no Clube de Mães Heloisa Becker. Porto Alegre, 1974. Fonte: CDMR Fotografias.



ADFG — Clube de Mães Martinho Lutero. Porto Alegre, s.d. Fonte: CDMR Fotografias.



ADFG — Clube de Mães Martinho Lutero. Porto Alegre, s.d. Fonte: CDMR. Fotografias.



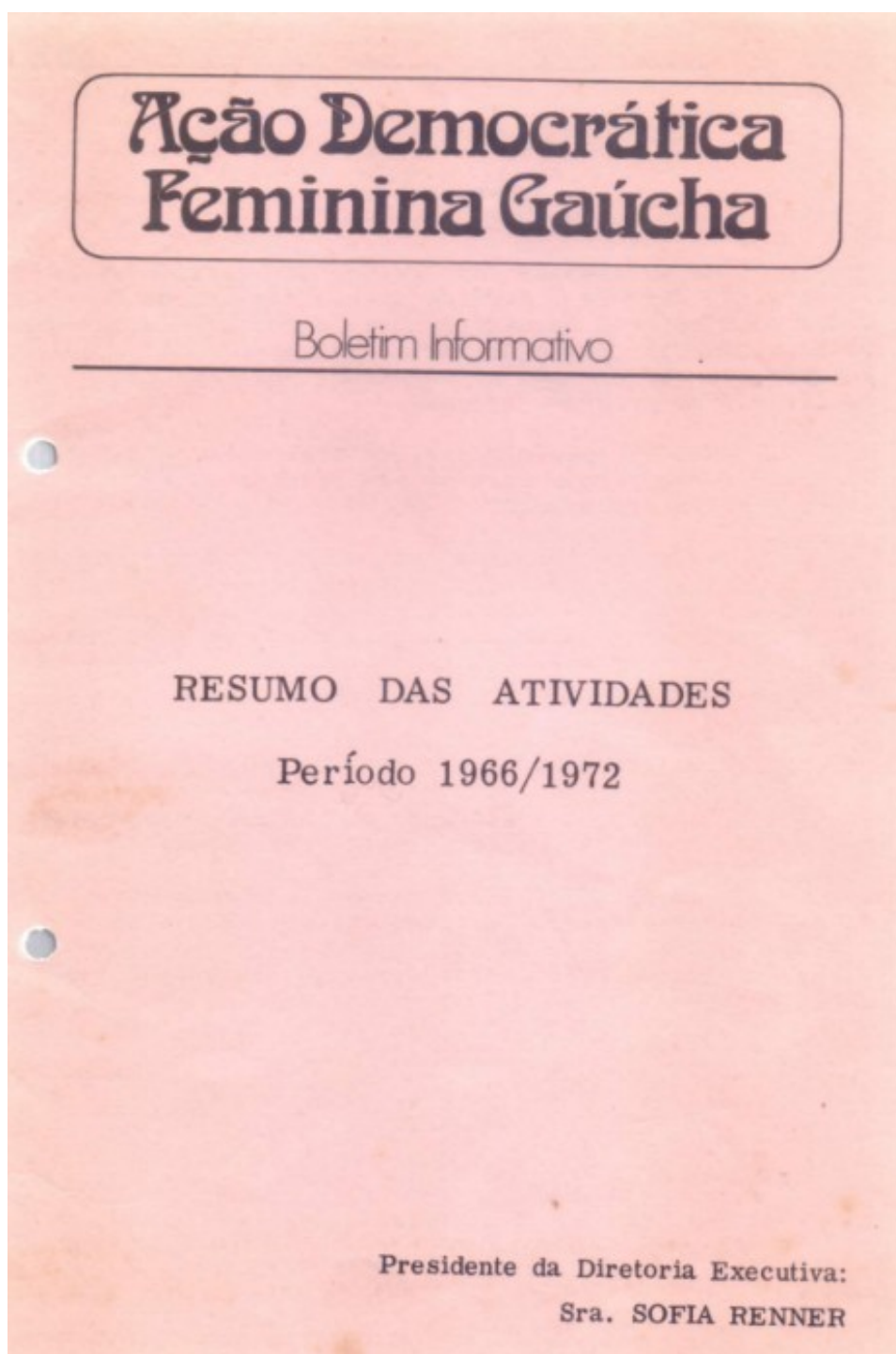
ADFG — Clube de Mães Nossa Senhora de Fátima. Porto Alegre, s.d. Fonte: CDMR Fotografias.



ADFG — Clube de Mães Vila Progresso. Entrega de árvores frutíferas. Porto Alegre, s.d. Fonte: CDMR Fotografias.



ADFG — Clube de Mães Vila Progresso. Palestra sobre Educação Sexual. Porto Alegre, s.d. Fonte: CDMR Fotografias.

ANEXO C — Capa e primeira página do Boletim Informativo da ADFG (1966-1972)

Apresentação

Ao apresentar esse resumo das atividades desenvolvidas durante o período de sua gestão, a Presidente da Diretoria Executiva, Sra. Sofia Renner agradece a colaboração recebida, tanto das associadas, como das pessoas que com ela colaboraram possibilitando a realização do programa traçado.

Muito especialmente, as tres diretorias que não pouparam esforços para um bom rendimento das atividades a serem executadas.

Todos os trabalhos planejados visaram uma dupla utilidade. A primeira, imediata, beneficiando a comunidade a que se destinava e a segunda - educativa, global - inserindo-se no planejamento total da ADFG para a obtenção de seu objetivo precípua - a formação moral e cívica como base da nacionalidade.

Não se pode ainda avaliar os resultados obtidos, pois trabalhou-se para o futuro.

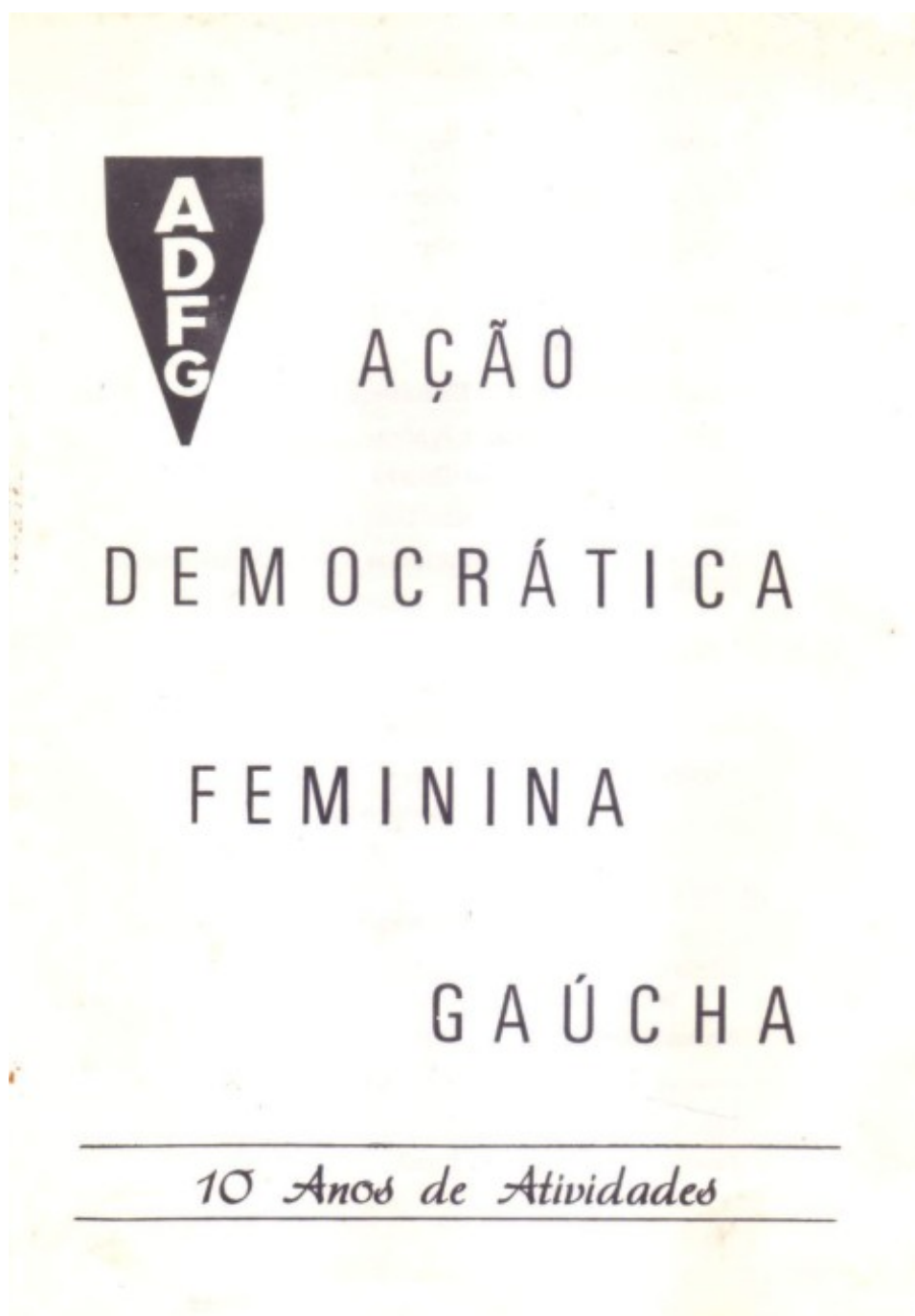
Esperam, a Presidente e as Diretorias, haverem correspondido a confiança nelas depositada.

Não lhes foi possível realizar tudo o que se haviam proposto. Resta-lhes, no entanto, a certeza de haverem dado o melhor de si mesmas para a execução da tarefa que voluntária e desinteressadamente aceitaram desempenhar.

Porto Alegre, 30 de outubro de 1972.

Giselda Castro
Secretária

ANEXO D — Relatório da ADFG – 10 anos (1964-1974)



1964 – Ano de Fundação

Treinamento de Voluntárias

Primeiros Núcleos de Trabalho

Conferências para Associadas

1965/66 – Participação na Campanha Nacional do
BEM COMPRAR

Campanha da Horta Doméstica

Instalação da Primeira Biblioteca

Doação de 1 Bolsa de Estudo

Ano da Educação Cívico Democrática no RS

*Conferências para Associadas e em Estabelecimen-
tos de Ensino*

1967/68 – Campanhas: *de Trânsito*

Economia Infantil

Limpeza da Cidade

Campanhas Escolares: Colegial conhece tua Cidade

Plantai Árvores

Recuperação das Escolas

Concurso Folclórico

Integração do Território Nacional

*Início do Programa de Bolsas de Estudo
para Ginásio (9)*

Novos Núcleos de Trabalho

Seminário e Palestras para Associadas

Primeiro Boletim Informativo

Divulgação do Projeto Rondon

1969/70 – Aumento do número de Bolsistas (30)

Testes vocacionais

Criação do Centro de Iniciação Pré-Profissional

Auxílio na Campanha da Tuberculose

Sistematização dos Trabalhos Manuais

1º Bazar da ADFG - 1.ª Promoção do Trabalho de Clubes de Mães

Seminário de Comunicação Humana

1971/72 – Título Destaque Feminino à Presidente por sua Atuação Cívica em 1971

Representação junto ao Conselho Estadual de Entidades Femininas

Concurso Melhor Aluno Ginásial

1º Curso Mobral

Cursos de Alimentação e Nutrição

Curso de Violão

Biblioteca para os Bolsistas

Participação na Campanha de Proteção ao Ambiente Natural

Ciclo de Estudos sobre a Realidade Brasileira

1973 – Stand na Feira da Providencia

Participação no 1º Encontro de Obras Assistenciais do STAS

Divulgação da Imagem do Brasil no Exterior:

Palestra em Hamburg Alemanha

Relatório Ilustrado para League of Women Voters

Artigo em Revista, Austríaca

Curso de Introdução à Comunicação e Relações Públicas

Palestras para Clubes de Mães e Bolsistas sobre Cuidados com a Saúde

Bolsas de Estudo: Extensão para o 2º ciclo

Gentileza da



APLUB

Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil
Av. Júlio de Castilhos, 10 - Fone: 25-3855 - Porto Alegre

ANEXO E — Capa e primeira página do Boletim Informativo da ADFG (1º semestre de 1975)

EM SALVADOR - BAHIA - peixes e crustáceos apresentam presença de mercúrio - (Dados da SEMA).

PODERÁ REPETIR-SE A TRAGÉDIA ECOLÓGICA DE MINAMATA.

Em meados de 1960 o envenenamento por mercúrio matou dezenas de pessoas, provocando ainda terríveis anomalias congênitas que se estenderam até a segunda geração.

EM SÃO PAULO - todas as boas casas do ramo vendem máscaras purificadoras da atmosfera (Revista MANCHETE).

NÃO APRENDEMOS A LIÇÃO DE LOS ANGELES E DE LONDRES ONDE, NA DÉCADA DE 1950, O MESMO FENÔMENOS DA INVERSÃO TÉRMICA ORA OCORRIDO EM SÃO PAULO MATOU, EM TRÊS SEMANAS, QUATRO MIL PESSOAS.

EM PORTO ALEGRE - já é possível avistar a névoa poluidora condensando-se sobre a cidade. O Guaíba agoniza.

**A VIDA DE NOSSOS FILHOS CORRE PERIGO.
O HOMEM AVANÇA INSENSATAMENTE PARA A
AUTO DESTRUÇÃO.**

Prezada Associada: Esta Realidade é incontestável.
Ajude-nos a cumprir nosso dever para com as gerações futuras.
Leve nosso boletim a seus parentes e amigos. Propague o que divulgamos.
Conscientize sua comunidade.

**BOLETIM INFORMATIVO DA ADFG
Relativo ao primeiro semestre de 1975.**

Nossa responsabilidade para com aqueles que trouxemos ao mundo exige a congregação de todas as mulheres na luta pela preservação de nossos suportes de vida: ar, água, terra.

A ADFG desenvolve, desde novembro de 1974, um trabalho sistemático pela Preservação das Águas do Guaíba, procurando sensibilizar as autoridades responsáveis, os líderes do povo e conscientizar a coletividade.

Distribuiu, até o presente momento, mais de 500 cartas e manifestos, cerca de trinta artigos à imprensa, compareceu à TV, entrevistou autoridades federais, estaduais e municipais, deputados e vereadores, repórteres e jornalistas; fez palestras em clubes de serviço, tais como a Casa da Amizade, Lions Clubes e OASE; levou material alusivo aos Colégios Anchieta, Batista e Farroupilha.

Foi a única entidade comunitária representada em Brasília por ocasião do 1º Encontro Nacional sobre a Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, o qual congregou exponenciais autoridades nacionais e estrangeiras. A quase totalidade dos conferencistas enfatizou ser a opinião pública - esclarecida e atuante - fator indispensável ao desencadeamento de programas preventivos e saneadores.

A ADFG conta atualmente com 435 associadas. Se quisermos ganhar em peso e em prestígio precisaremos ser muitas mais.

Junte sua voz à nossa para que sejamos ouvidas nesta luta por um mundo viável para nossos filhos e netos.

Associe-se à ADFG, pagando um mínimo de Cr\$ 20,00 por ano. Telefone para a Tesoureira — Vera Goidanich — 31-1638★. Leia nossos boletins, compareça à Assembléia Geral em princípios de Dezembro.

★ - para preencher sua ficha de inscrição.

ANEXO F — Capa, primeira e segunda página do Boletim Informativo da ADFG (2º semestre de 1975)

Renei Zamenga



Neste semestre deu-se continuidade a todos os trabalhos iniciados no princípio do ano.

A Diretoria e o Conselho conjugaram esforços para a organização do 1º Encontro Comunitário pela Proteção do Meio Ambiente - la realização da entidade em âmbito nacional.

Foram convidados 10 palestrantes, todos altamente gabaritados em suas especialidades e que aceitaram com entusiasmo o nosso convite. A Pontifícia Universidade Católica nos cedeu o seu Salão de Atos e a Zero Hora nos fez gratuitamente a impressão de 1.500 convites, 3.000 folhetos de propaganda e de 600 exemplares das palestras proferidas.

Enviamos 1.100 convites a autoridades, personalidades públicas, universidades, institutos de pesquisa, centros culturais, entidades ambientais e conservacionis

BOLETIM INFORMATIVO DA ADFG
Relativo ao segundo semestre de 1975

tas, escolas e centros técnicos, entidades comunitárias, diretórios acadêmicos, colégios, professores e pessoas físicas, no Ceará, Brasília, Minas Gerais, S. Paulo, Rio de Janeiro, RGS, capital e interior, além de 440 convites às nossas associadas. Distribuímos 3.000 folhetos de propaganda.

Como preparação ao referido Encontro foram feitas palestras motivatórias em N. Hamburgo, Canoas, S. Leopoldo e Viamão. Em P. Alegre, em clubes de serviço, escolas, centros culturais, sindicatos e associações de ensino, além de entrevistas nos jornais da capital e na sucursal do Jornal do Brasil e do Estado de S. Paulo.

Aos jornais BrasilPost (S. Paulo) e Minuano, do Diretório Estadual de Estudantes, bem como ao Boletim Informativo do Conselho Geral de Clubes de Mães, foi enviado material de propaganda. Estivemos na rádio Gaúcha e Guaíba, na TV Educativa e nos Canais 10 e 12.

Tivemos 712 inscrições, e uma frequência média de 600 pessoas. Distribuímos 520 certificados aos que alcançaram frequência mínima de 75%.

A instalação dos trabalhos, na Igreja da Reconciliação, contou com mais de 800 presenças, entre as quais destacamos: A Secretaria Especial do Meio Ambiente (Brasília), Prefeito Municipal de P. Alegre, Secretários de Estado e do Município, Associação Médica Brasileira e do RGS, AGAPAN, Grupos Conservacionistas do Rio de Janeiro e do interior do Estado, Campanha da Mulher pela Democracia (Rio de Janeiro), SUDESUL, Sociedades Técnicas e de Pesquisa, Delegadas de Ensino e Coordenadoras Regionais de Educação, SESI, Diretório de Estudantes, Centros de Estudo e Entidades Femininas, professores e estudantes.

Dentre as numerosas cartas e telegramas, de apoio, trabalhos e sugestões, destacamos o material enviado por:

- Haroldo Strang, diretor do Depto. de Recursos Renováveis da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio de Janeiro
- Roberto Tamara, diretor do Depto. de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro

- Eudóxia Ribeiro Dantas, vice-presidente da CAMDE do Rio de Janeiro
- Jorge Moreira, presidente da Comissão de Defesa da Paisagem do Rio de Janeiro, que abrange o Clube e o Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro.

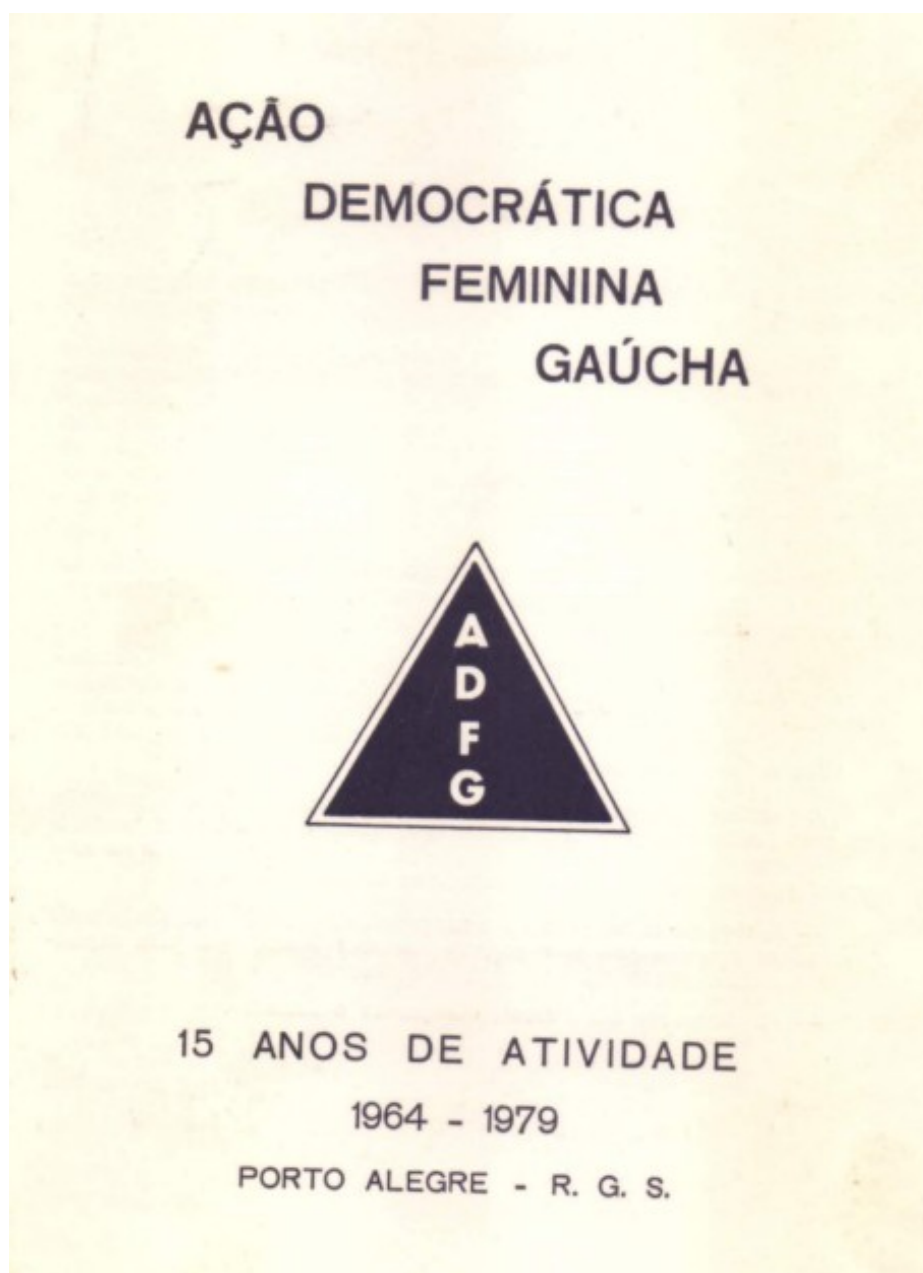
Enviamos, 530 exemplares das palestras preferidas, ao Ceará, Brasília, Minas Gerais, S. Paulo, Rio de Janeiro, RS, capital e interior.

Consideramos altamente positivos os resultados desse Encontro. Fizemos contatos importantes para a continuação dos programas de proteção ambiental, conseguimos mobilizar grande número de pessoas e entusiasmar a juventude; recebemos os mais variados oferecimentos de colaboração e solicitações para palestras. N. Hamburgo e Canoas pediram para organizarmos em 76 um Encontro semelhante nas respectivas cidades. Do Colégio Marechal Rondon de Canoas recebemos um oferecimento de mil mudas de essências nativas para transplante imediato para recuperação de nossas reservas biológicas e o pedido de orientação, em conjunto com a AGAPAN, para um trabalho sistemático de florestamento.

Lançamos ainda a Campanha pela Coleta do Lixo Doméstico Selecionado, uma promoção da ADFG, Zero Hora e Depto. de Limpeza Pública. Os estudos para essa campanha iniciaram-se em novembro de 74, baseados em experiências realizadas com sucesso em várias cidades européias e americanas, adaptadas à nossa realidade. Foi feita, inicialmente, uma pesquisa de mercado para venda de papéis, latas, vidros e plásticos. Tivemos repetidas entrevistas com os responsáveis no DLP e na Cidade de Deus. Componentes da Diretoria e do Conselho da ADFG fizeram em suas casas a separação do Lixo Limpo para constatar a viabilidade desse trabalho. Contactamos inúmeras pessoas das zonas abrangidas, pelo telefone e pessoalmente, e fizemos palestras para grupos de meninos. Distribuímos 8.000 folhetos explicativos e 100 cartazes. A coleta do lixo selecionado começou uma semana depois de lançada a campanha.

No decorrer deste semestre:

Comparecemos: ao encerramento das atividades do Clube de Mães Vila Assunção, quando a presidente da ADFG foi uma

ANEXO G — Capa e última página do Boletim Informativo da ADFG – 15 anos (1964-1979)



ANEXO H — Capa do Boletim Informativo da ADFG (1981)



ANEXO I — Carta da ADFG aos diretores de Diehl, Biedermann e Bordash Ltda (1975)

AÇÃO DEMOCRÁTICA FEMININA GAÚCHA (ADFG)
PÓRTO ALEGRE **SEDE**
R. G. SUL **Rua Lucas de Oliveira, 125**

Porto Alegre, maio de 1975

Ilmos. Srs.
Diretores de
Diehl, Biedermann e Bordasch Ltda.
Nesta Capital

Prezados Senhores

Promover a elevação do nível de vida da mocidade carente de recursos, é um dos objetivos da Ação Democrática Feminina Gaúcha.

Iniciamos em 1968 a distribuição de 8 bolsas de estudo com o auxílio de nossas associadas.

Posteriormente, em face dos excelentes resultados obtidos, a entidade - passou a arrecadar recursos junto a algumas empresas, cuja contribuição permitiu ampliar este benefício.

Mantém hoje a ADFG 70 bolsistas, proporcionando-lhes matrícula, material escolar, uniformes e medicamentos, de forma a permitir-lhes realizar cursos regulares.

A ADFG atende jovens carentes de recursos mas com bom nível intelectual afim de capacitá-los a uma participação da vida da Nação.

Cumpre-nos informar-lhes ainda que a nossa entidade no programa de 1975, sentindo a dificuldade dos bolsistas no prosseguimento de seus estudos, passou a atender-los também no 2º ciclo.

Na certeza de que Vas.Sas. compreenderão o elevado objetivo de nossa entidade, vimos pedir-lhes o auxílio que necessitamos para alcançar, com sucesso o objetivo em que estamos empenhadas.

Com nossos cordiais cumprimentos, firmamo-nos

atenciosamente

Magda Renner

Magda Renner
Presidente

Neide Euer

ANEXO J — Notícia sobre a “Campanha pela preservação das ilhas do Guaíba”.

* SÁBADO, 14 DE DEZEMBRO DE 1974



Magda Renner, Sofia Renner, Irmengard Seibel e Hilda Sammermann lideram a campanha para a preservação das ilhas do estuário do Guaíba em seu estado natural. Inúmeras entidades estão cooperando com a promoção, realizando debates em escolas e distribuindo manifestos pela cidade.

Campanha pretende preservar vegetação das Ilhas do Guaíba

Preocupadas com o desmatamento das ilhas do estuário do Guaíba, que se transformaram em depósito de lixo, um grupo de senhoras vem promovendo uma campanha para a conservação das ilhas em seu estado natural.

Para tanto, Irmengard Seibel, do Centro de Difusão Cultural, Hilda Sammermann, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, Magda Renner, presidente da Ação Democrática Feminina Gaúcha e Sofia Renner, coordenadora do Departamento Cultural da ADFG, estudaram profundamente o assunto, realizando visitas a 16 órgãos governamentais, entre eles, o Departamento de Limpeza Pública, DMAE, DNOS, prefeituras da capital e de Canoas, além das Câmaras de Vereadores e da Assembleia Legislativa. Através de debates e distribuição de um manifesto, inclusive nos colégios Anchieta, Batista e Farroupilha, elas esperam conscientizar os poderes públicos e o povo em geral, do problema que o acúmulo de lixo e o desmatamento das ilhas, causará a população nos próximos anos.

— As ilhas, em seu estado natural, declara Magda Renner, servem de pulmão para a cidade e de abrigo para os peixes, que buscam os pantanais para a sua reprodução. Isto, sem falarmos, no envenenamento do rio, na diminuição do seu volume de água pelo acúmulo de resíduos, na po-

lução das águas e das praias. É preciso que se pense para o futuro. Nós sabemos que o problema do lixo, também é importante e, por isso, realizaremos uma outra campanha junto à população que poderá, cooperando, diminuir a preocupação das autoridades que não sabem o que fazer com os detritos da cidade. Nos contatos mantidos com os secretários e prefeitos, a única

resposta obtida é que a preservação das ilhas está sendo estudada mas, enquanto isto, “o lixo continua se acumulando e algumas malocas começam a surgir, em locais onde estavam árvores e verdes”, acrescenta Magda Renner. “Aquilo lá não é aterro sanitário e, se continuar sendo feito, será a catástrofe de um futuro bem próximo”, finaliza ela.

ANEXO K — Capa do livro das palestras apresentadas no “1º Encontro Comunitário pela proteção do meio ambiente” (1975)



APÊNDICES

APÊNDICE A — Lista das diretorias da CDF (1964-1982)

APÊNDICE B — Lista das diretorias da ADFG (1964-1985)

APÊNDICE C — Lista dos conselhos diretores da ADFG (1964-1985)

APÊNDICE D — Lista de empresas e empresários que contribuíram com a ADFG (1964-1985)

APÊNDICE A — Lista das diretorias da CDF (1964-1982)⁷⁴³

	1964-1966
Presidente	Carmem A. Salazar Neves
1ª Vice-Presidente	Nina Pimentel
2ª Vice-Presidente	Aracy Cabral Penha Brasil
1ª Secretária	Maria do Carmo C. Leão de Miranda
2ª Secretária	Maria dos Prazeres Araújo
1ª Tesoureira	Serafina Renda
2ª Tesoureira	Clélia Batista de Carvalho
Diretora Adjunta	Cordélia Machado
Diretora Adjunta	Julieta Pereira Borges
	1967-1968
Presidente	Cristina Azevedo
1ª Vice-Presidente	Adelazil de Brito Barros
2ª Vice-Presidente	Judith da Fonseca Diniz
1ª Secretária	Maria Luiza Carneiro Campello
2ª Secretária	Inalda Gonçalves da Rocha
1ª Tesoureira	Cândida de Faria Machado
2ª Tesoureira	Regina Lobo
Diretora Adjunta	Haélia Patrício de Carvalho
Diretora Adjunta	Maria Hozana O. H. Spencer Netto
	1969-1970
Presidente	Cristina Azevedo
1ª Vice-Presidente	Eugenia Mousinho
2ª Vice-Presidente	Maria de Lourdes Parahiba Araújo
1ª Secretária	Maria Luiza Carneiro Campello
2ª Secretária	Haélia Patrício de Carvalho
1ª Tesoureira	Margarida Azevedo
2ª Tesoureira	Adelazil de Brito Barros
Diretora Adjunta	Romelita de Andrade Lima
Diretora Adjunta	Laura Josefa Bezerra
	1971-1972
Presidente	Ângela de Araujo Barreto Campello
1ª Vice-Presidente	-
2ª Vice-Presidente	Maria de Lourdes Parahiba Araújo
1ª Secretária	Maria Luiza Carneiro Campello
2ª Secretária	-
1ª Tesoureira	Tereza Barreto Carneiro Campello
2ª Tesoureira	-
Diretora Adjunta	-
Diretora Adjunta	Laura Josefa Bezerra
	1973-1974
Presidente	Maria Luiza Carneiro Campello
1ª Vice-Presidente	Maria Lourdes Parahiba Araújo
2ª Vice-Presidente	Aurea Trezena Walter
1ª Secretária	Maurina Rodrigues dos Santos

⁷⁴³A lista das diretorias da CDF foi construída por meio das fontes de imprensa, sobretudo o jornal *Diário de Pernambuco* (PE), alocados na HDB-BN, e de alguns documentos produzidos pelo SNI, que se encontram no SIAN.

2ª Secretária	Judith da Fonseca Diniz
1ª Tesoureira	Cândida de Faria Machado
2ª Tesoureira	Eugenia Mousinho
Diretora Adjunta	Adelazil de Brito Barros
Diretora Adjunta	Laura Josefa Bezerra
1975-1976	
Presidente	Maria Luiza Carneiro Campello
1ª Vice-Presidente	Maria Lourdes Parahiba Araújo
2ª Vice-Presidente	Aurea Trezena Walter
1ª Secretária	Maurina Rodrigues dos Santos
2ª Secretária	Judith da Fonseca Diniz
1ª Tesoureira	Cândida de Faria Machado
2ª Tesoureira	Tereza Barreto Carneiro Campello
Diretora Adjunta	Romelita de Andrade Lima
Diretora Adjunta	Laura Josefa Bezerra
1977-1978 (antes de 1977)	
Presidente	Adelazil de Brito Barros
1ª Vice-Presidente	Maria Lourdes Parahiba Araújo
2ª Vice-Presidente	-
1ª Secretária	Maria Luiza Carneiro Campello
2ª Secretária	Madahil Garcia Torres Galindo
1ª Tesoureira	Cândida de Faria Machado
2ª Tesoureira	Solange Leitão
Diretora Adjunta	Maria de Fátima Moury Fernandes
Diretora Adjunta	Maria do Carmo Dourado Machado
1977-1978 (depois de 1977)	
Presidente	Adelazil de Brito Barros
1ª Vice-Presidente	Milinha Novaes Campello
2ª Vice-Presidente	Regina Dourado Leite
1ª Secretária	Maria Anunciação Soares
2ª Secretária	Maria Rosa de Lima
1ª Tesoureira	Aurora França da Silva
2ª Tesoureira	Nair Alves Correia
Diretora Adjunta	Eugênia Mousinho
Diretora Adjunta	Isnar Moura
1979-1980	
Presidente	Maria Regina Menezes Leite
1ª Vice-Presidente	Suzana Maranhão de Azevedo Melo
2ª Vice-Presidente	-
1ª Secretária	-
2ª Secretária	-
1ª Tesoureira	-
2ª Tesoureira	-
Diretora Adjunta	-
Diretora Adjunta	-
1981-1982	
Presidente	Maria de Fátima Moury Fernandes
1ª Vice-Presidente	-
2ª Vice-Presidente	-

1ª Secretária	-
2ª Secretária	-
1ª Tesoureira	-
2ª Tesoureira	-
Diretora Adjunta	-
Diretora Adjunta	-

APÊNDICE B — Lista das diretorias da ADFG (1964-1985)⁷⁴⁴

	1964-1966
Presidente	Dora Silva Kessler ⁷⁴⁵
Vice-Presidente	Gertie Wallig
1ª Tesoureira	Nelly Torelly Schlatter
2ª Tesoureira	Regina Fleck Corrêa Kanan
Secretária	Giselda Escosteguy Castro
Dep. Ação Social	Heloísa Rheingantz Becker
Dep. Cultural	Iris Potthoff Correa Lopes
Dep. Relações Públicas	-
	1967-1968
Presidente	Sofia Renner
Vice-Presidente	Neide Ebling Enck
1ª Tesoureira	Ilka Ida Bopp
2ª Tesoureira	Maria Luiza Dias
Secretária	Giselda Escosteguy Castro
Dep. Ação Social	Heloisa Reighantz Becker Magda Renner
Dep. Cultural	Maria Accorsi/Wilma Funcke
Dep. Relações Públicas	Maria Cecília Mascarenhas Jobim
	1969-1970
Presidente	Sofia Renner
Vice-Presidente	Maria Luiza Dias
1ª Tesoureira	Ilka Ida Bopp
2ª Tesoureira	-
Secretária	Maria Cristina Escosteguy
Dep. Ação Social	Magda Renner
Dep. Cultural	Wilma Funcke
Dep. Relações Públicas	Maria Helena Candiota
	1971-1972
Presidente	Sofia Renner
Vice-Presidente	Maria Luiza Dias
1ª Tesoureira	Ilka Ida Bopp
2ª Tesoureira	-
Secretária	Giselda Escosteguy Castro
Dep. Ação Social	Magda Renner
Dep. Cultural	Elca Jarros
Dep. Relações Públicas	Gertie Wallig
	1973-1974
Presidente	Ilka Ida Bopp
Vice-Presidente	Neide Ebling Enck
1ª Tesoureira	Maria Luiza Dias
2ª Tesoureira	Vera Goidanich
Secretária	Inge Pires
Dep. Ação Social	Inge Gerdau

⁷⁴⁴A lista das diretorias da ADFG foi construída através de documentos disponíveis no CDMR, em jornais dispostos na HDB-BN, e nos relatórios produzidos pelo SNI alocados no SIAN.

⁷⁴⁵Substituiu Ilda Dorothea Baumhardt a partir de setembro de 1964.

Dep. Cultural	Cacilda Tatsch
Dep. Relações Públicas	Maria Pinto Mottola
	1975-1976
Presidente	Magda Renner
Vice-Presidente	Elca Jarros
1ª Tesoureira	Maria Luiza Dias
2ª Tesoureira	Vera Goidanich
Secretária	Magali Reimer
Dep. Ação Social	Sofia Renner
Dep. Cultural	Ilza Bornancini
Dep. Relações Públicas	René Zanenga
	1977-1978
Presidente	Magda Renner
Vice-Presidente	Giselda Escosteguy Castro
1ª Tesoureira	Maria Luiza Dias
2ª Tesoureira	Vera Goidanich
1ª Secretária	Wanda Seibt
2ª Secretária	Magali Reimer
Dep. Ação Social	Ilza Bornancini
Dep. Cultural	Sofia Renner
Dep. Relações Públicas	Renée Zanenga
Assistente de Diretoria	-
	1979-1980
Presidente	Magda Renner
Vice-Presidente	Giselda Escosteguy Castro
1ª Tesoureira	Maria Luiza Dias
2ª Tesoureira	Vera Goidanich
1ª Secretária	Wanda Seibt
2ª Secretária	-
Dep. Ação Social	Ede Stringhini
Dep. Cultural	Sofia Renner
Dep. Relações Públicas	Namir Barbosa Gros
Assistente de Diretoria	Cacilda Tatsch
	1981-1982
Presidente	Magda Renner
Vice-Presidente	Giselda Escosteguy Castro
1ª Tesoureira	Maria Luiza Dias
2ª Tesoureira	Vera Goidanich
1ª Secretária	Wanda Seibt
2ª Secretária	-
Dep. Ação Social	Ede Stringhini
Dep. Cultural	Sofia Renner
Dep. Relações Públicas	Namir Barbosa Gros
Assistente de Diretoria	Cacilda Tatsch
	1983-1984
Presidente	Magda Renner
Vice-Presidente	Giselda Escosteguy Castro
1ª Tesoureira	Maria Luiza Dias
2ª Tesoureira	Elinor Sevante

1ª Secretária	Wanda Seibt
2ª Secretária	Marrion Schlatter Frank
Dep. Ação Social	-
Dep. Cultural	Edda Elter
Dep. Relações Públicas	-
Assistente de Diretoria	-
	1985-1986
Presidente	Magda Renner
Vice-Presidente	Giselda Escosteguy Castro
1ª Tesoureira	Maria Luiza Dias
2ª Tesoureira	Vera Goidanich
1ª Secretária	Lilian Levy
2ª Secretária	-
Dep. Ação Social	Ilka Bopp
Dep. Cultural	Eleonora Webber
Dep. Relações Públicas	-
Assistente de Diretoria	Edda Elter

APÊNDICE C — Lista dos conselhos diretores da ADFG (1967-1985)⁷⁴⁶

	1967-1968
Presidente	Dora Silva Kessler
Secretária	Giselda Escosteguy Castro
	Aimée Sant'Anna Bento
	Clélia de Oliveira Monteiro
	Cordy Dóris Gonzaga Sanvicente
	Iris Potthoff Correa Lopes
	Maria da Annuniação Bina Machado
	Maria Helena Candiota
	Nair Marques Pereira de Almeida
	Nelly Torelly Schlatter
	Regina Fleck Corrêa Kanan
	1969-1970
Presidente	Nelly Torelly Schlatter
Secretária	Giselda Escosteguy Castro
	Neide Ebling Enck
	Heloisa Reighantz Becker
	1971-1972
Presidente	Maria Cirne Lima
	Dora Silva Kessler
	Edith Lemertz
	Giselda Escosteguy Castro
	Gonda Berwanger Schutz
	Harda Albert
	Magda Renner
	Neide Ebling Enck
	Norah Vargas Perrenoud Foernges
	Ruth Velho Fleck
	Sofia Renner
	1973-1974
Presidente	Wilma Funcke
Secretária	Giselda Castro
	Asta Bercht
	Elca Jarros
	Lia Barbedo
	Magda Renner
	Nelly Gerlach
	Nelly Torelly Schlatter
	Reneé Zanenga
	Sofia Renner
	1975-1976
Presidente	Ilka P. Bopp
Vice-Presidente	Asta Berch

⁷⁴⁶A lista dos conselhos diretores da ADFG foi construída através de documentos disponíveis no CDMR, em jornais dispostos na HDB-BN, e nos relatórios produzidos pelo SNI alocados no SIAN. Ao se elaborar as listas dos conselhos diretores, não foram encontrados os nomes das 11 integrantes que faziam parte do referido do órgão em alguns dos biênios, assim como houve momentos em que esse número ultrapassou 11 integrantes.

Secretária	Inge Pires/Annete Bueno
	Cacilda Tatsch
	Carmita Ludwig
	Giselda Escosteguy Castro
	Helga Marsiaj
	Lia Barbedo
	Maria Mottola
	Neide Ebling Enck
	Ruth Velho Fleck
	Wilma Funcke
	1977-1978
Presidente	Ilka P. Bopp
Vice-Presidente	Helga Marsiaj
Secretária	Inge Pires
	Annette Bueno
	Consuelo Jobim
	Dora Silva Kessler
	Elca Jarros
	Maria Martinez
	Maria Mottola
	Marina Simch
	Namir Barbosa Gros
	Vera Mexias
	Wilma Funcke
	Maria Osório Martinez
	1979-1980
Presidente	Ilka P. Bopp
Vice-Presidente	Helga Marsiaj
Secretária	Inge Pires
	Aidyl Meira
	Annete Bueno
	Asta Bercht
	Carmem Petersen
	Dora Silva Kessler
	Leda Couto
	Reneé Zanenga
	Wilma Funcke
	1981-1982
Presidente	Renée Zanenga
Vice-Presidente	Dora Silva Kessler
Secretária	Karin Adams
	Edda Bertaso
	Edda Elter
	Eleonora Weber
	Ilka P. Bopp
	Inge Pires
	Marga Wallig
	Marrion Schlatter Frank
	Wilma Funcke

	1983-1984
Presidente	Renée Zanenga
Vice-Presidente	Dora Silva Kessler
Secretária	Karin Adams
	Ana Luiza Nickhon
	Asta Bercht
	Beatrice Englert
	Cacilda Tatsch
	Carmem Petersen
	Eleonora Weber
	Katarina Sfogia
	Sofia Renner
	Vera Goidanich
	1985-1986
Presidente	Dora Silva Kessler
Vice-Presidente	Renée Zanenga
Secretária	Lilian Levy
	Asta Bercht
	Beatrice Englert
	Cacilda Tatsch
	Helga Marsiaj
	Ilka P. Bopp
	Karin Adams
	Namir Barbosa Gros
	Sofia Renner
	Vera Goidanich

APÊNDICE D — Lista de empresas e empresários que contribuíram com a ADFG (1964-1985)⁷⁴⁷

Adalberto Etmar Tatsch⁷⁴⁸
 Amapá do Sul Indústria da Borracha S.A.
 Associação dos Bancos
 Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (APLUB)
 Banco Sul Brasileiro
 Bojunga Dias S.A.
 Casa Masson S.A.
 Casas Carvalho S.A.
 Celulose Irani S.A.
 Cia. Vinícola Rio-Grandense
 Cia. Intersul de Investimentos
 Cia. Siderúrgica Riograndense S.A.
 Comercial Curt Bercht
 Diehl, Biedermann e Bordash Ltda
 Direções Hidráulicas do Brasil Componentes Automotivos S.A.
 Egon Renner⁷⁴⁹
 Fernando Dexheimer Kessler⁷⁵⁰
 Fundo de Investimentos Finasul
 Hebert Bruno Renner⁷⁵¹
 Helda Gerdau Johannpeter
 Hércules S.A.
 Hotelaria do Sul S.A.
 Indústrias Micheletto S.A.
 José Moraes Vellinho⁷⁵²
 Karin Adams⁷⁵³
 Kurt Renner⁷⁵⁴
 Maisonnave
 Marga Wallig Brusius⁷⁵⁵
 Mario Bento Hofmeister
 Mario Luiz Renner⁷⁵⁶
 Mário Tannhauser
 Mesbla S.A.
 Metal Gráfica do Sul S.A.
 Metalúrgica Wallig S.A.

⁷⁴⁷A lista foi construída com base em quatro livros-caixa da ADFG e um livro do setor de bolsas de estudos, disponíveis no CDMR. As informações sobre alguns dos empresários foram obtidas na HDB-BN e na documentação disponível no FS.

⁷⁴⁸Integrou a FEDERASUL e a FIERGS nos anos 1960. Era casado com a sócia e membro da diretoria da ADFG, Cacilda Tatsch.

⁷⁴⁹Filho do industrial A. J. Renner.

⁷⁵⁰Comerciante. Era casado com a sócia e membro da diretoria da ADFG, Dora Silva Kessler.

⁷⁵¹Filho do industrial A. J. Renner. Era casado com a sócia e membro da diretoria da ADFG, Sofia Renner.

⁷⁵²Era pai do sócio-fundador do IPESUL e colaborador da ADFG, Paulo D'Árrigo Vellinho.

⁷⁵³Há poucos registros sobre Karin Adams na documentação consultada, apenas registros de doações à ADFG. Consta também a informação de que era casada com Luiz Adams, um dos diretores da Minuano S.A., empresa ligada à produção de máquinas agrícolas.

⁷⁵⁴Filho do industrial A. J. Renner.

⁷⁵⁵Há poucos registros sobre Marga Wallig Brusius na documentação consultada, apenas registros de suas doações à ADFG. Sabe-se, contudo, que era filha do industrial João Wallig.

⁷⁵⁶Comerciante. Era casado com a sócia e fundadora da ADFG, Sylvia Secco Hofmeister.

Milton Zanenga
MITTO S.A.
Moinhos Taquarinense
Otto Rudi Renner⁷⁵⁷
Panvel S.A.
Raul Joenck Impact Ltda
Renner Herrmann S.A.
S.A. Moinhos Rio Grandenses
Seguradora Madepinho S.A.
Seguros Gerais
Springer Refrigeração S.A.
Sulbras de Seguros Gerais Ltda
União de Ferros S.A.
Walter Adolpho Funcke⁷⁵⁸
Zivi Hércules S.A.

⁷⁵⁷Filho do industrial A. J. Renner. Era casado com a sócia e membro da diretoria da ADFG, Magda Renner.

⁷⁵⁸Foi diretor da Zivi S.A. Cutelaria e da Hércules S.A. Era casado com a sócia e membro da diretoria da ADFG, Wilma Gerlach Funcke.